

XXIII CONFASUBRA

DE 06 A 11
DE MAIO DE 2018

POÇOS DE CALDAS - MG

— Caderno de Teses —

PROGRAMAÇÃO

06 de Maio

8h - Credenciamento

12h - Almoço

13h - Credenciamento

18h - Jantar

19h 30 - Abertura e Regimento

21h - Apresentação cultural
Banda "The Pulso In Chamas"

07 de Maio

8h - Reunião das Teses/
Credenciamento

12h - Almoço

13h - Conjuntura Nacional e
Internacional/Credenciamento

18h - Jantar

19h 30 - Instalação Comissão
Diretora

08 de Maio

8h - Universidade, Direitos
Sociais, Democracia e Hospitais
Universitários

12h - Almoço

13h - Grupos de Trabalho

18h - Jantar

19h 30 - Prestação de Contas

09 de Maio

8h - Opressões

12h - Almoço

13h - Livre

18h - Jantar

19h 30 - Livre

10 de Maio

8h - Mesas Temáticas

12h - Almoço

13h - Plenária Final

18h - Jantar

19h 30 - Plenária Final

11 de Maio

9h - Eleição Direção Nacional

10h - Apuração

11h - Posse

12h - Almoço

XXIII CONFASUBRA

Data: 06, 07, 08, 09, 10 e 11 de maio de 2018

Local: Centro Nacional de Convenções – Cenacon
Av. Vereador Edmundo Cardillo, 3500 - Jd. Del Rey - Jardim Bandeirantes.
Poços de Caldas - MG

Índice

Estatuto.....	04
Regimento interno.....	17
Teses	
1. Resignificar.....	24
2. ArtSind.....	41
3. Movimento Luta de Classes.....	46
4. Coletivo Unidade, Resistência e Luta.....	51
5. Frente Base.....	64
6. CTB.....	86
7. Movimento Sonhare Lutar.....	105
8. PS Livre.....	138
9. Combate.....	147

Expediente

Direção Nacional da FASUBRA Sindical Biênio 2015-2017

Coordenação Geral: Rogério Fagundes Marzola, Leila de Souza Oliveira, Gibran Ramos Jordão | **Coordenação Administração e Finanças:** Paulo Cezar Vaz dos Santos, Rolando Rubens Malvásio Júnior | **Coordenação de Formação e Comunicação Sindical:** Neide da Silva Dantas Mendes, Edson Nascimento Lima. | **Coordenação de Educação:** Rafael dos Santos Pereira, Mário Costa de Paiva G. Júnior | **Coordenação Aposentados e Assuntos de Aposentadoria:** Darci Cardoso da Silva, Maria Loura Oliveira da Silveira | **Coordenação Políticas Sociais de Gênero:** Francisco de Assis dos Santos, Maria Ângela Ferreira Costa | **Coordenação de Organização Sindical:** André dos Santos Gonçalves, Marcelino Rodrigues da Silva | **Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho:** Fátima dos Reis, Adriana Cristina de T. Stella | **Coordenação das Estaduais e Municipais:** Neusa Santana Alves, Antônio Alves Neto | **Coordenação da Mulher Trabalhadora:** Eurídice Ferreira de Almeida, Ivanilda Oliveira Silva Reis. | **Coordenação de Raça e Etnia:** Angela Maria Targino Silva, Roberto Luiz Machado da Silva, Wellington Pereira | **Coordenação de Seguridade Social:** Cristina del Papa, Pedro Rosa Cabral

Diagramação e Projeto Gráfico

Luciana Castro
Jornalista - MTB: 18789/MG

Arte da capa

Josiene Lima

Endereço: SCS Quadra 6
Bloco A Lote 157
Asa Sul - Brasília/DF
Cep: 70300-910

Site: www.fasubra.org.br
E-mail: fasubra@fasubra.org.br

ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL

FASUBRA Sindical

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL - FASUBRA Sindical, fundada em 19 de dezembro de 1978, é órgão sindical que congrega sindicatos de trabalhadores em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) sob quaisquer denominações, em todo o território nacional.

§ 1º - A categoria profissional representada pela Federação, caracterizada genericamente como técnico-administrativos, abrange os trabalhadores e empregados de instituições públicas de ensino superior, sejam estas integrantes da administração indireta, autárquica ou fundacional, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apenas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IES, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios indissociáveis do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência do órgão público de ensino.

§ 2º - Para fins estabelecidos no caput deste artigo, serão abrangidos os trabalhadores das fundações apenas que atuam no âmbito da instituição, na data da promulgação do presente estatuto.

Artigo 2º - A FASUBRA Sindical é pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, distinta das suas filiadas e dos seus respectivos dirigentes, os quais não são responsáveis solidária ou subsidiariamente pelas obrigações por ela assumidas, com autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, de âmbito nacional, duração indeterminada, com sede e foro na Capital Federal da República Federativa do Brasil situada na cidade de Brasília - Distrito Federal e com base territorial em todo o território nacional.

CAPÍTULO II DOS FINS

Artigo 3º - A FASUBRA Sindical tem por objetivos e prerrogativas:

I - representar, sindicalmente, em nível nacional, o conjunto da categoria perante os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo;

II - instaurar dissídios coletivos, promover e celebrar convenções, contratos e acordos coletivos para reger as relações de trabalho, dos componentes da categoria profissional, no âmbito de sua representação;

III - promover medidas atinentes à orientação, informação política, jurídica e técnica às entidades filiadas;

IV - promover a integração permanente entre as entidades filiadas e representá-las, perante as autoridades administrativas e/ou judiciárias, bem como os interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos ou individuais da categoria representada, inclusive como substituto processual, podendo ajuizar, exclusivamente em defesa de seus objetivos institucionais, ações civis públicas, coletivas, mandados de segurança, ações populares quando expressamente autorizada pela assembleia geral do sindicato filiado e pelas demais instâncias deliberativas previstas neste estatuto;

V - estudar e buscar solução para todos os assuntos submetidos à sua apreciação e que se relacionem com os trabalhadores da base das entidades filiadas;

VI - manter intercâmbio com as demais organizações de representação do ramo de atividade da Educação em particular e as demais de forma geral;

VII - desenvolver atividades culturais, sociais e esportivas, investindo desse modo na elevação do nível sócio-cultural da categoria;

VIII – lutar pela manutenção da dignidade dos trabalhadores das IES e pela gestão democrática da administração universitária, bem como da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão produzidos nas Instituições Públicas de Ensino Superior;

IX – lutar pela integração com os movimentos e entidades nacionais e internacionais que lutam em defesa dos interesses do conjunto da classe trabalhadora em geral e dos trabalhadores em educação em especial;

X - celebrar contratos, convenções e acordos coletivos, observadas as disposições previstas neste estatuto;

XI - filiar-se a outras organizações de caráter sindical de grau superior, no território nacional ou Internacional, desde que aprovado no Congresso Nacional da FASUBRA Sindical (CONFASUBRA);

XII - defender e praticar a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo;

XIII - lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social, pelos direitos fundamentais dos homens, mulheres e crianças e pelo fim de toda e qualquer forma de opressão, exploração e discriminação;

XIV - lutar em defesa do meio-ambiente e pela qualidade de vida. Parágrafo único - Para dar cumprimento ao disposto neste artigo a FASUBRA Sindical poderá manter, em caráter temporário, departamento especializado, secretarias, e ou assessorias, bem como Encontros Regionais e outros espaços de formação, devendo suas atribuições, prerrogativas e regras de funcionamento ser fixadas em Regimento Interno.

Artigo 4º - A FASUBRA Sindical é uma entidade democrática, laica, plural, independente em relação aos partidos políticos, ao Estado, aos patrões e às administrações das Instituições Públicas de Ensino Superior.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO E FILIAÇÃO SEÇÃO I - DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 5º - A FASUBRA Sindical será integrada pelos sindicatos de trabalhadores nas IES, legalmente constituídos e que requeiram a sua filiação.

§ 1º - Será aceita apenas a filiação de uma entidade para cada Instituição Pública de Ensino Superior.

§ 2º - Às entidades filiadas, no ato da aprovação da presente redação estatutária, será concedido automaticamente o direito de manutenção da filiação.

§ 3º - São consideradas fundadoras as entidades presentes no ato de criação da FASUBRA.

SEÇÃO II DOS REQUISITOS E DA RESPONSABILIDADE DE FILIAÇÃO

Artigo 6º - Para fins de filiação à FASUBRA Sindical, devem as entidades estar em conformidade com o artigo 5º e satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter personalidade jurídica;

II - ter Estatuto e normas coerentes com o presente Estatuto bem como os princípios defendidos pela FASUBRA Sindical;

III - apresentar a cópia da Ata da Assembleia Geral ou fórum de grau superior que deliberou pela filiação à FASUBRA Sindical;

IV - ter diretoria legítima, apresentando relação de seus membros, com indicação dos cargos e das datas do início e término do mandato;

- V - defender os princípios que norteiam as atividades da FASUBRA Sindical;
VI - informar a quantidade numérica de sua base, bem como dos seus filiados.

Artigo 7º - O expediente solicitando a filiação e encaminhamento da documentação especificada no artigo 6º deverá ser dirigido à Direção Nacional que o analisará e aprovará a filiação, remetendo a decisão à Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical (PNG) para referendo.

Parágrafo único - À entidade pleiteante cabe o direito de recurso a qualquer instância superior à que negou o pleito inicial.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DAS FILIADAS SEÇÃO I DOS DIREITOS

Artigo 8º - São direitos das filiadas:

- I - participar das instâncias deliberativas da FASUBRA Sindical, em conformidade com o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno;
- II - receber assessoramento da FASUBRA Sindical para os problemas de interesse da categoria que representa;
- III - ser permanentemente informadas das atividades da Federação e receber relatórios periódicos e/ou informativos da Direção Nacional;
- IV - participar das eleições dos organismos da FASUBRA Sindical, conforme as normas estabelecidas pelo presente Estatuto e Regimento Eleitoral;
- V - solicitar a intermediação da FASUBRA Sindical no encaminhamento de questões que possuam interface com a política defendida pela Federação;
- VI - participar, desde que em dia com os deveres, de todos os eventos programados pela FASUBRA Sindical.

SEÇÃO II DOS DEVERES

Artigo 9º - São deveres das filiadas:

- I - lutar pelos princípios defendidos pela FASUBRA Sindical;
 - II - divulgar as atividades desenvolvidas pela Federação;
 - III - comparecer a todas as reuniões das instâncias da FASUBRA Sindical;
 - IV - acatar e implementar as deliberações emanadas das instâncias da FASUBRA Sindical;
 - V - pagar regularmente as contribuições financeiras fixadas no Estatuto e eventualmente determinadas pelo CONFASUBRA e Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical;
 - VI - fornecer meios para a participação dos seus representantes credenciados aos fóruns da Federação.
- Parágrafo único** - As entidades inadimplentes junto à FASUBRA Sindical não poderão participar, com direito a voto, das instâncias deliberativas da Federação, direito este que será automaticamente restabelecido quando sanarem as pendências.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES DAS ENTIDADES FILIADAS

Artigo 10 - As entidades filiadas estão sujeitas às penalidades previstas neste Estatuto quando produzirem danos patrimoniais, dano moral ou qualquer atitude definida em lei como crime ou contravenção penal contra qualquer instância ou fórum da Federação, assim como em caso de descumprimento do presente estatuto sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal, prevista na legislação nacional.

§ 1º - As entidades filiadas responderão pelos atos de seus representantes, enquanto no exercício de suas funções delegadas.

§ 2º - Será formada uma Comissão de Sindicância composta por representação

proporcional das chapas que compõem a Direção Nacional, a quem caberá apresentar à Plenária Nacional Geral o relatório final em que constará, obrigatoriamente, a sugestão de aplicação ou não de penalidade.

§ 3º - A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo instaurado no âmbito da FASUBRA Sindical no qual será assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, podendo a entidade filiada acompanhar todas suas fases, pessoalmente ou por procurador, desde que às suas expensas.

Artigo 11 - A Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical poderá, após a apuração dos fatos e por decisão de 3/5 (três quinto) da plenária, aplicar diretamente à sua filiada que infringir norma estabelecida neste Estatuto qualquer uma das três penalidades previstas abaixo, que serão regulamentadas no Regimento Interno:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - desligamento.

Artigo 12 - O desligamento de qualquer filiada só poderá ser deliberado por 2/3 (dois terços) dos votos de Plenária Nacional Geral instalada com 2/3 (dois terços) do seu quórum máximo. **Parágrafo único** - Da decisão da Plenária Nacional Geral caberá recurso ao Congresso Nacional da FASUBRA Sindical, o qual deverá ser interposto por escrito na sede da FASUBRA Sindical no prazo máximo de 30 dias a contar da ciência.

Artigo 13 - Serão desfiliações automaticamente as filiadas que:

- I - solicitarem, formalmente, a sua exclusão da Federação, por decisão da instância de deliberação competente, desde que respeitadas às normas previstas em seus atos constitutivos;
- II - atrasarem em 6 (seis) meses consecutivos o pagamento de sua mensalidade, sem motivo justificado.

§ 1º - A filiada excluída poderá ser refiliada, por decisão de maioria da Plenária Nacional Geral, mediante negociação da dívida vencida.

§ 2º - Para a entidade ser readmitida após a sua desfiliação deverá quitar integralmente o débito com a FASUBRA Sindical referente aos 06 (seis) meses.

CAPÍTULO VI DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO FINANCEIRA

Artigo 14 - Os acordos serão elaborados obedecendo aos seguintes critérios:

- I - Soma-se o total da dívida acumulada;
- II - 10% (dez por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados, integralmente, no ato de assinatura do acordo;
- III - O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que cada parcela não seja inferior a meia mensalidade atual.

§ 1º - Deverá ser pago, mensalmente, além das parcelas do acordo, o pagamento normal da mensalidade estatutária - 5% (cinco por cento), conforme o parágrafo 1º do artigo 90.

§ 2º - Para a elaboração e assinatura do acordo é imprescindível apresentação de todas as folhas de arrecadação referentes ao (s) período (s) da dívida.

§ 3º - As Entidades reincidentes em dívida para com a FASUBRA Sindical, que não cumpriram o prazo de carência de um ano, entre a quitação de um acordo e a proposição de outro, poderão fazê-lo da seguinte forma:

- I - Soma-se o total da dívida acumulada;
- II - 20% (vinte por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados, integralmente, no ato de assinatura do novo acordo;
- III - O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que cada parcela não seja inferior a uma mensalidade atual.

§ 4º - Deverá ser pago, mensalmente, além das parcelas do acordo, o pagamento normal da mensalidade estatutária - 5% (cinco por cento), conforme o parágrafo 1º do artigo 90.

CAPÍTULO VII DOS ORGANISMOS DE DECISÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I DOS ORGANISMOS DE DECISÃO

Artigo 15 - São organismos integrantes da estrutura da FASUBRA Sindical:

- I - Congresso Nacional (CONFASUBRA);
- II - Plenária Nacional Geral (PNG);
- III - Plenária Nacional por Setor (PNS);
- IV - Direção Nacional (DN);
- V - Conselho Fiscal (CF).

I - CONGRESSO NACIONAL DOS PODERES DO CONGRESSO NACIONAL

Artigo 16 - O Congresso Nacional é a instância máxima de deliberação da FASUBRA Sindical.

§ 1º - O Congresso Nacional realizar-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) anos e extraordinariamente, desde que convocado por 2/3 (dois terços) da Plenária Nacional Geral.

§ 2º - O Congresso Nacional é soberano para deliberar sobre qualquer proposta desde que esteja incluído no temário do CONFASUBRA e ainda, não haja restrição estatutária para inclusão da mesma sem prévia divulgação.

§ 3º - O Congresso Nacional só poderá se instalar com a presença de delegações de no mínimo metade das entidades filiadas.

§ 4º - O Congresso Nacional não poderá deliberar sobre nenhuma questão que seja de competência interna das entidades filiadas, salvo as resoluções de caráter organizativo e administrativo da Federação.

Artigo 17 – Compete ao CONFASUBRA:

- I - Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no início de seus trabalhos;
- II - Estabelecer as diretrizes para a execução dos objetivos previstos no artigo 3º;
- III - Aprovar alterações no presente Estatuto e o Regimento das Eleições, bem como as respectivas deliberações;
- IV - Avaliar a realidade da categoria e a situação política, econômica, social e cultural do país, definindo a linha de ação da Federação;
- V - Deliberar quanto à filiação da FASUBRA Sindical a Confederações, Centrais Sindicais e Entidades Internacionais de objetivos e natureza semelhantes;
- VI - Decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões da Plenária Nacional Geral e da Diretoria Executiva e/ou Colegiada;
- VII - Delegar poderes para a Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical para discutir e deliberar sobre quaisquer temas de interesse da categoria, salvo os casos previstos nos incisos III, V e VI;
- IX – Eleger a Direção Nacional da FASUBRA sindical, conforme normas estatutárias.

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 18 - Compõem o CONFASUBRA:

- I - as delegações das entidades de base filiadas e das oposições reconhecidas pela FASUBRA Sindical;
- II - os membros da Direção Nacional.

III - os membros do Conselho Fiscal. Parágrafo único: Será permitida a participação de convidados e observadores sem direito a voto.

Artigo 19 - Para efeito do presente Estatuto considera-se entidade de base toda entidade cujo estatuto a defina como sendo de caráter sindical de primeiro grau e que represente a categoria descrita no § 1º do artigo 1º deste Estatuto.

DOS DELEGADOS

Artigo 20 - Serão admitidos como delegados ao CONFASUBRA, com direito à voz e voto os trabalhadores eleitos em Assembléia Geral de suas entidades, segundo critério de representatividade de 10 (dez) presentes para cada delegado eleito e mais um para fração igual ou maior que 05 (cinco).

§ 1º - O número máximo de delegados por entidade será calculado segundo a proporção de 01 (um) delegado para cada 100 (cem) trabalhadores na base ou fração maior ou igual a 50 (cinquenta), estando compreendidos como trabalhadores todos os que se enquadram no conceito de categoria previsto no § 1º do artigo 1º, deste Estatuto.

§ 2º - Não serão considerados os trabalhadores docentes sócios dos sindicatos filiados à FASUBRA Sindical no cálculo do número máximo de delegados a que cada entidade filiada tem direito a eleger.

§ 3º - Junto com os delegados ao CONFASUBRA serão eleitos suplentes em número equivalente até a metade do número dos delegados escolhidos, respeitada a proporcionalidade dos votos obtidos em cada chapa.

§ 4º - Os suplentes somente serão credenciados na hipótese do não comparecimento ou desistência formal dos delegados eleitos, que deverá ser apresentada no ato do credenciamento, assegurando-se a proporcionalidade da composição estabelecida na escolha dos delegados.

§ 5º - É expressamente vedado o voto por procuração em qualquer instância deliberativa da FASUBRA Sindical.

Artigo 21 - A escolha dos delegados será feita por chapas, assegurada a participação proporcional direta ao número de votos obtidos por cada chapa concorrente e de acordo com os seguintes critérios:

§ 1º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos às chapas concorrentes, ignorando-se para este fim os votos brancos e nulos.

§ 2º - Estabelecida a relação percentual entre as chapas que comporão a delegação, aplicar-se-á esta relação, respectivamente, ao número total de delegados e suplentes, estabelecido em conformidade com o artigo 20.

§ 3º - Por ocasião da escolha dos delegados nas entidades de base, a(s) chapa(s) concorrente(s) fará (ão), obrigatoriamente, a defesa de tese, tendo como ponto o temário do CONFASUBRA.

§ 4º - Cada chapa deverá ser composta por, no mínimo, 20% (vinte por cento) da delegação a que a base terá direito de eleger, conforme presenças registradas na Lista de Presença, observado o caput do artigo 20, e o número máximo a que cada entidade de base tem direito, como previsto no §1º do mesmo artigo.

§ 5º - A lista de presença, com numeração contínua, deverá ter assinatura legível e ser preenchida apenas por trabalhadores e empregados, conforme define o §1º do artigo 1º deste Estatuto.

§ 6º - A lista de presença deverá estar disponível e aberta no local da Assembléia Geral, conforme publicado no Edital, no máximo, 01(uma) hora, da primeira

chamada e/ou antes do horário publicado, devendo ser recolhida e assinada pela mesa coordenadora dos trabalhos e pelos representantes das teses, no ato de início do processo de votação.

§ 7º - Não será permitida circulação da lista de presença fora do local de realização da Assembléia Geral.

§ 8º - A Comissão Organizadora disponibilizará modelo padrão de lista de presença e ata para eleição dos delegados ao CONFASUBRA.

§ 9º - A chapa, para ter direito a eleger delegado, deve fazer um mínimo de 10% (dez por cento) de votos válidos na eleição, se houver duas chapas e, 5% (cinco por cento) se houver mais de duas chapas.

Artigo 22 - Os delegados ao CONFASUBRA serão eleitos em uma única Assembléia Geral, ressalvados os § 4º, 5º e 6º deste artigo, convocada, prioritariamente, para este fim, com a presença de Diretor da FASUBRA Sindical ou representante designado por tese.

§ 1º - As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a data da realização das Assembléias Gerais, para que possa ser viabilizada a designação de seus representantes.

§ 2º - No caso de impossibilidade de comparecimento de Diretor da FASUBRA Sindical, a Assembléia Geral ocorre normalmente, desde que observado o §1º deste artigo.

§ 3º - É vedada a utilização da figura da Assembléia Geral itinerante ou permanente para a escolha de delegados (as) ao CONFASUBRA.

§ 4º - Para os Sindicatos que abranjam trabalhadores de mais de uma IES, os delegados poderão ser escolhidos nas Assembléias Gerais de cada uma destas Instituições, observando-se os critérios estabelecidos neste Estatuto.

§ 5º - No caso de seções sindicais, contemplando mais de uma IES, no mesmo município, de um mesmo sindicato, cada seção realizará sua assembleia.

§ 6º - Será garantida a escolha dos delegados nos Campi avançados ou unidades fora do município sede das IES da base do Sindicato, respeitada a proporcionalidade, de acordo com o tamanho da base sindical das respectivas Instituições.

§ 7º - Nos casos de instituições ou de campi avançados que tenham 10 ou mais Técnico-administrativos em educação, lotados naquele órgão, fica garantido 01 delegado, desde que, atinja o limite mínimo de 05 (cinco) presentes na assembleia.

§ 8º - Os delegados dos campi localizados em outros municípios só poderão votar e ser votados no seu campus de lotação original, exceto quando for convocada uma única Assembléia Geral.

§ 9º - Sendo campus avançado no mesmo município, a Assembléia Geral será realizada em um mesmo local. Em municípios diferentes, será garantida a realização de Assembléias Gerais naquele campus localizado em outro município.

§ 10 - Durante as Assembléias Gerais e nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores e posteriores à realização destas para eleição de delegados, a Entidade de Base e postulantes a delegados, em hipótese alguma, poderão realizar atos festivos como sorteios, bingos, posse de direção, ajuda de custos, pagamento de diárias, pagamentos jurídicos, confraternização, etc. Caso isto ocorra a delegação ou a chapa que cometeu a irregularidade será impedida de se credenciar.

§ 11 - Nas entidades que tiverem representação multi-campi as Assembléias Gerais deverão ser realizadas em dias distintos.

Artigo 23 – Os Editais de Convocação das Assembléias Gerais de escolha de delegados, onde deverão constar a pauta, o local, a data e o horário de realização, deverão ser divulgados amplamente nos instrumentos de divulgação da entidade.

§ 1º - No ato do pré-credenciamento deverão ser encaminhadas as cópias dos seguintes documentos:

I - O Estatuto da entidade (oficial, registrado no Cartório);

II - O Edital de Convocação da Assembléia Geral;

III - A Ata da Assembléia Geral;

IV - A Lista de Presença;

V - Documento oficial da IES, Fundação apensa ou Empresa, com número da base social (ativos, aposentados, pensionistas e terceirizados);

VI - Comprovação de regularidade da situação financeira junto a FASUBRA Sindical.

§ 2º - Todos os documentos e listas de presença, relacionados acima, deverão ser datados e encaminhados com timbre da entidade de base, em meio eletrônico, e o original apresentado no ato do credenciamento, excetuando-se o que determina o inciso V.

§ 3º - O não cumprimento do prazo previsto no caput deste artigo implicará no não credenciamento dos delegados.

§ 4º - Nos casos em que a IES se recusar a fornecer as devidas informações, o Sindicato deverá, no prazo estabelecido no Regimento do CONFASUBRA, comunicar à Comissão Organizadora do Congresso, que tomará as providências necessárias.

Artigo 24 - Para efeitos de levantamento do número máximo de delegados a que cada entidade de base filiada tem direito a eleger, respeitados os demais dispositivos deste Estatuto e o Estatuto da entidade, a Direção Nacional da FASUBRA Sindical expedirá para todas as entidades filiadas documento solicitando atualização cadastral que deverá conter, no mínimo, solicitação de informações quanto ao número de trabalhadores da ativa, aposentados, pensionistas, das fundações apensas e demais setores que componham a base social do sindicato garantida em seu estatuto.

Parágrafo único - Todas as entidades de base filiadas estão obrigadas a fornecer estas informações.

Artigo 25 - Os membros integrantes da Direção Nacional que não saírem como delegados eleitos na Assembléia Geral de sua respectiva Entidade de Base terão direito de participar da Comissão Diretora do CONFASUBRA, gozando apenas do direito à voz nos Grupos de Trabalho e Plenárias.

Artigo 26 – Cada entidade terá direito de credenciar observadores até o máximo de 5% (cinco por cento) do número de seus respectivos delegados eleitos para o CONFASUBRA.

DAS NORMAS GERAIS E DAS TESES

Artigo 27 - O Regimento Interno do CONFASUBRA, aprovado pela Plenária Nacional Geral da Federação e referendado pela Plenária de Abertura do Congresso, estabelecerá:

I - número máximo de membros de cada delegação dos Sindicatos;

II - o valor da taxa de inscrição dos participantes;

III - os membros com direito a voto, os observadores e os convidados;

IV - as demais formas de funcionamento e participação no Congresso.

Artigo 28 - As normas gerais, o Regimento Interno, o temário e as demais orientações e determinações para a realização do CONFASUBRA serão elaboradas pela Comissão Organizadora, submetidos à aprovação prévia da Plenária Nacional Geral da Federação e referendados de forma definitiva na Plenária de abertura do Congresso.

§ 1º - A Comissão Organizadora do CONFASUBRA será composta por representantes da Direção Nacional, na proporção das chapas que a integram e, no máximo 05(cinco) representantes da entidade que sediará o evento quando for caso.

§ 2º - A aprovação a que se refere o caput deste artigo, assim como a sua divulgação entre as filiadas deverão acontecer 60 (sessenta) dias antes da Plenária de Abertura do CONFASUBRA.

§ 3º - O temário do CONFASUBRA deverá ser definido e apresentado até 120 (cento e vinte) dias antes de sua realização.

§ 4º - A data e o local do CONFASUBRA serão definidos pela Plenária Nacional Geral.

§ 5º - A Comissão Organizadora do CONFASUBRA - divulgará a proposta de Regimento Interno 60 (sessenta) dias antes da Plenária de abertura e o número de delegados de cada Sindicato.

Artigo 29 - As normas e procedimentos para a realização de um Congresso Nacional Extraordinário deverão ser regulamentados no Regimento Interno da FASUBRA Sindical.

DAS TESES

Artigo 30 - As teses do CONFASUBRA terão abrangência nacional, podendo dispor sobre aspectos relevantes em nível local, estadual e internacional.

§ 1º - A regulamentação necessária à inscrição de tese deverá constar do Regimento Interno do Congresso Nacional.

§ 2º - A Direção Nacional deverá fazer circular entre as filiadas as teses encaminhadas à Federação, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes da Assembléia Geral de escolha de delegados.

§ 3º - A Direção Nacional deverá fazer circular entre as filiadas, as resoluções do congresso impreterivelmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do término do Congresso Nacional.

DO CREDENCIAMENTO

Artigo 31 - O credenciamento ao CONFASUBRA será feito através de cada delegado participante, em fichas apropriadas fornecidas pela Comissão Organizadora do Congresso, devendo o mesmo se identificar no ato do credenciamento, apresentando documento de identificação oficial com foto.

§ 1º - Para a efetivação do credenciamento é obrigatória a apresentação, pelas Entidades de Base, dos originais dos documentos listados nos incisos: I, II, III, IV, V e VI, do § 1º do artigo 23.

§ 2º - No ato do credenciamento, caso ocorra substituição de delegado titular, a entidade deverá informar por escrito a comissão organizadora do CONFASUBRA.

§ 3º - Não será aceito o credenciamento de delegado cujo nome não conste registrado na ata e listagem de presença da Assembléia Geral convocada para escolha dos delegados ao CONFASUBRA, salvo justificativa expressa em resolução da Assembléia Geral.

§ 4º - Findo o prazo para o encerramento do credenciamento dos delegados e dos suplentes de delegados, não será aceita, em nenhuma hipótese, a substituição de qualquer dos credenciados.

§ 5º - No ato do credenciamento dos delegados será fornecido pela Comissão

Organizadora um cartão de votação, nominalmente identificado e intransferível.

§ 6º - Em nenhuma hipótese será fornecido mais de um cartão de votação por delegado nem outra via do mesmo.

§ 7º - No ato do credenciamento dos delegados, as entidades deverão saldar integralmente suas taxas de participação no CONFASUBRA em espécie ou através de transferência bancária.

§ 8º - Para fins de cobertura de despesas de pronto pagamento, necessárias à organização do CONFASUBRA, 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos (as) delegados (as) de cada entidade deverão, obrigatoriamente, ser depositados antes da realização do CONFASUBRA, em conta corrente a ser informada pela Comissão Organizadora. Os outros 70% (setenta por cento) deverão ser efetuados até o ato do credenciamento.

§ 9º - Outras formas de pagamento ou acréscimo no valor do credenciamento dos delegados serão regulamentadas pelo Regimento Interno do CONFASUBRA.

§ 10 - Toda e qualquer despesa oriunda da realização do CONFASUBRA, incluindo-se o deslocamento dos delegados de sua origem até o local de realização do Congresso, será rateada entre as Entidades de Base participantes, considerando o número de delegados presente no evento, levando-se em conta o custo médio por delegado.

§ 11 - As entidades, que optarem por fazer o pagamento, no ato de credenciamento, deverão fazê-lo em espécie. Não serão aceitos cheques.

§ 12 - As entidades em débito com a FASUBRA deverão regularizar sua situação financeira ou fazer acordos de regularização até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do CONFASUBRA.

II - PLENÁRIA NACIONAL GERAL DA FASUBRA SINDICAL DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 32 - A Plenária Nacional Geral (PNG), órgão máximo de deliberação entre um Congresso e outro, será constituída por delegados dos Sindicatos filiados, eleitos em conformidade com os seus Estatutos, respeitada a representação proporcional de suas Seções Sindicais e, ainda, por um representante da Direção do Sindicato, referendado pelas Assembléias Gerais de Base.

Artigo 33 - As delegações dos Sindicatos serão compostas por representantes diretos da base da categoria e por membros da Coordenação e/ou Direção das Entidades Filiadas, referendado pelas Assembleias de Base, de acordo com a seguinte tabela relativa às respectivas seções sindicais:

Número de Trabalhadores na Base	Delegados de Base	Delegados de Direção
Até 500	01	01
501 a 1500	02	01
1501 a 3000	03	01
3001 a 5000	04	01
5001 a 7500	05	01
7501 a 10500	06	01
Acima de 10500	07	01

§ 1º - É obrigatória a realização de Assembléia Geral antecedendo a respectiva Plenária Nacional Geral para que seja aceito o credenciamento de delegados, inclusive para inscrição dos delegados representantes das Diretorias das Entidades de Base.

§ 2º - A escolha dos delegados de base para a Plenária Nacional Geral, no caso de apresentação de mais de uma chapa, obedecerá ao critério da proporcionalidade entre as chapas concorrentes, de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver 2 (duas) chapas só participam as que obtiverem no mínimo 10

% (dez por cento) dos votos válidos;

II - quando houver mais de 2 (duas) chapas só participam as que obtiverem pelo menos 5% (cinco por cento) dos votos válidos.

§ 3º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes.

§ 4º - A proporção dos delegados de base de cada chapa concorrente será estabelecida tendo em conta o número total de presentes na Assembleia Geral e o número de votos válidos obtidos por cada chapa concorrente, observado o quorum mínimo para escolha de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) presentes na Assembleia Geral, ou fração igual ou superior a 5 (cinco).

§ 5º - Os delegados das Diretorias das entidades filiadas só terão direito a voto nas Plenárias da Federação, se sua indicação for referendada na Assembleia Geral convocada, antecedendo à realização da Plenária e, em caso de haver mais de um candidato para a vaga de diretoria, caberá à Assembleia Geral escolhê-lo.

§ 6º - No caso de sindicatos com base estadual, será respeitada a indicação de delegado, considerando a representação proporcional ao tamanho de sua base, obedecido o disposto neste artigo, devendo-se garantir a participação das IES que compõem a base desta entidade, obedecendo ao estatuto de cada entidade.

DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

Artigo 34 - Compete à Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical:

I - Reunir-se ordinariamente, no mínimo, a cada seis meses, para as atividades da Direção Nacional, para a implementação das resoluções do CONFASUBRA e das demais tarefas a ela destinadas no período;

II - Fixar as contribuições financeiras das entidades filiadas, de caráter extraordinário;

III - Deliberar sobre assuntos sindicais, jurídicos e administrativos da Federação;

IV - Deliberar sobre adesão a Greve Nacional e qualquer outro movimento paredista;

V - Deliberar, desde que com a aprovação 2/3 (dois terços) dos presentes, sobre a forma de utilização do patrimônio e alienação de bens móveis e imóveis;

VI - Aprovar filiação de novas entidades;

VII - Apreçar o parecer da Comissão de Sindicância e deliberar sobre as medidas cabíveis;

VIII - Decidir outros assuntos de interesse da categoria;

IX - Discutir e aprovar ad-referendum do Congresso Nacional a previsão orçamentária e o relatório anual da Direção Nacional, bem como as despesas extraordinárias e qualquer alteração patrimonial, após parecer do Conselho Fiscal;

X - Aprovar o Regimento Interno da Federação bem como do Conselho Fiscal.

Artigo 35 - Na convocação da Plenária Nacional Geral deverá constar obrigatoriamente:

I - data, hora e local;

II - pauta;

III - direitos de participação;

IV - demais questões de funcionamento da Plenária.

Artigo 36 - A pauta da Plenária Nacional Geral será discutida e aprovada nos inícios dos trabalhos.

I - A mesa diretora só será instalada na hora marcada para início da Plenária Nacional Geral, com a presença mínima de metade mais um das entidades filiadas;

II - Não se verificando quórum da primeira chamada, a Plenária Nacional Geral será instalada, trinta minutos depois com qualquer número presente;

III - No caso de realização de Plenária Nacional Geral, com quórum inferior a 50% das entidades filiadas os encaminhamentos serão de caráter indicativo;

Artigo 37 - A Plenária Nacional Geral reunirá-se extraordinariamente quando:

I - convocada pela Direção Nacional;

II - solicitado por 1/3 (um terço) das entidades filiadas, deliberado em suas instâncias.

§ 1º - Os critérios de participação, instalação e deliberação serão os mesmos da Plenária Nacional Ordinária.

§ 2º - No caso do inciso II, a convocação será feita pela Direção Nacional dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da entrega da solicitação formal.

III - PLENÁRIA NACIONAL POR SETOR DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 38 - A Plenária Nacional por Setor (PNS), instância de deliberação do setor, inferior apenas à Plenária Nacional Geral e ao CONFASUBRA, será constituída por delegados dos Sindicatos do setor, eleitos em Assembleia Geral que discutirá a pauta da Plenária Nacional por Setor. Parágrafo Único - Os critérios de participação, instalação e deliberação serão os mesmos da Plenária Nacional Geral.

Artigo 39 - Para fins deste Estatuto e do funcionamento da FASUBRA Sindical, ficam definidos 3 (três) Setores de atuação, assim descritos:

I - SETOR DAS FEDERAIS, composto pelos Sindicatos, cuja base de atuação sejam as IES Federais;

II - SETOR DAS ESTADUAIS, composto pelos Sindicatos, cuja base de atuação sejam as IES Estaduais;

III - SETOR DAS MUNICIPAIS, composto pelos Sindicatos, cuja base de atuação sejam as IES Municipais.

DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

Artigo 40 - Compete à Plenária Nacional por Setor da FASUBRA Sindical:

I - reunir-se ordinariamente a cada quadrimestre, para avaliar o encaminhamento das questões pertinentes ao setor e projetar a ação para o período seguinte;

II - decidir, ressalvado o disposto neste Estatuto, de forma soberana qualquer questão pertinente apenas ao setor reunido;

III - discutir e decidir indicativamente os temas pertinentes a toda base da Federação;

IV - Aplicar penalidades as entidades filiadas;

V - Eleger e designar Comissão de Sindicância;

VI - Deliberar sobre a deflagração de greve e qualquer outro movimento paredista.

IV - DIREÇÃO NACIONAL

Artigo 41 - A Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical é o órgão executivo que, de forma colegiada, dá cumprimento às deliberações das demais instâncias da Federação e das demais funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto.

Artigo 42 - As deliberações da Direção Nacional serão tomadas pela maioria simples de seus membros.

Parágrafo único - Para efeito de deliberação será exigido um quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos integrantes da Direção Nacional.

Artigo 43 - A Direção Nacional será composta por 25 (vinte e cinco) membros titulares e 25 (vinte e cinco) membros suplentes

§ 1º - O quantitativo de membros suplentes de cada chapa será igual ao número de seus respectivos titulares, obedecendo ao princípio da proporcionalidade.

§ 2º - A Direção Nacional se reunirá bimensalmente, de forma ordinária, ou extraordinariamente a qualquer momento, desde que convocada pela Coordenação Geral, ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 3º - Aos membros da Direção Nacional cabe a responsabilidade pelo encaminhamento de todas as deliberações das instâncias da Federação.

§ 4º - Os membros suplentes substituirão os titulares nas suas faltas e impedimentos, nas hipóteses e situações previstas nos artigos 63 e 64 e seus incisos, respectivamente, observados os critérios estabelecidos no artigo 65 e seus incisos.

Artigo 44 - A Direção Nacional é composta por 12 (doze) Coordenações, com 25 (vinte e cinco) membros titulares e 25 (vinte e cinco) suplentes, assim definidas:

I - Coordenação Geral – 03 (três) membros;

II - Coordenação de Administração e Finanças, 02 (dois) membros;

III - Coordenação de Educação, 02 (dois) membros;

IV - Coordenação de Formação e Comunicação Sindical, 02 (dois) membros;

V - Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentaria, 02 (dois) membros;

VI - Coordenação de Organização Sindical, 02 (dois) membros;

VII - Coordenação de Políticas Sociais e Gênero, 02 (dois) membros;

VIII - Coordenação da Mulher Trabalhadora, 02 (dois) membros;

IX - Coordenação de Raça e Etnia, 02 (dois) membros;

X - Coordenação de Seguridade Social, 02 (dois) membros;

XI - Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho, 02 (dois) membros;

XII - Coordenação das Estaduais e Municipais, 02 (dois) membros.

§ 1º - A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria deverá ser exercida preferencialmente por trabalhador aposentado.

§ 2º - A Coordenação das Estaduais e Municipais deverá ser exercida preferencialmente por trabalhador das IES Estaduais e/ou Municipais.

DA COMPETÊNCIA

Artigo 45 - Compete coletivamente à Direção Nacional da FASUBRA Sindical:

I - Dirigir e administrar a FASUBRA Sindical, inclusive em períodos de greve da categoria, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto e o Regimento Interno, buscando por em prática decisões aprovadas nas instâncias superiores da Federação;

II - Apresentar Planejamento Anual de Trabalho;

III - Elaborar anualmente a previsão orçamentária do exercício seguinte;

IV - Aprovar despesas extraordinárias por maioria simples dos diretores, respeitadas aquelas competências ou quorum diversos previstos neste Estatuto;

V - Analisar e encaminhar para aprovação pela Plenária Nacional Geral os pedidos de filiação de novas entidades;

VI - Aplicar as sanções disciplinares decididas na forma do Estatuto e do Regimento Interno;

VII - Submeter à Plenária, de acordo com a legislação contábil, o parecer prévio do Conselho Fiscal o Balanço Financeiro do exercício anterior, elaborado por contador legalmente habilitado;

VIII - Administrar o patrimônio e o quadro de pessoal da FASUBRA Sindical;

IX - Executar a gestão financeira e patrimonial da FASUBRA Sindical;

X - Constituir comissões, grupos de trabalho, assessorias, de acordo com as atribuições e necessidades da Direção Nacional, definindo seus membros e atribuições;

XI - Representar a entidade em qualquer Juízo ou Tribunal, podendo, para tanto, constituir procuradores;

XII - Convocar Plenária Nacional Geral e Plenária Nacional por Setor Ordinária e Extraordinária; XIII - Convocar o Conselho Fiscal no caso de não haver auto-convocação;

XIV - Convocar os Congressos Ordinários e Extraordinários FASUBRA Sindical;

XV - Implementar, por meio de providências concretas, os planos, programas e projetos definidos pela Plenária e Congresso, bem como dar execução às diretrizes e deliberações da Diretoria;

XVI - Defender os interesses dos filiados, coletiva ou individualmente, frente aos poderes públicos, autoridades constituídas e a administração universitária;

XVII - Representar a FASUBRA Sindical perante as autoridades administrativas e judiciais, no estabelecimento de negociações coletivas e dissídios, podendo delegar poderes;

XVIII - Dirigir, em conjunto com o comando de greve, a greve nacional;

XIX - Empreender iniciativas de informação e conscientização da categoria, que tenham por objetivo o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais e a elevação do grau de exercício da cidadania pelos trabalhadores;

XX - Acompanhar iniciativas populares de interesse da categoria;

XXI - Propor medidas que visem à melhoria financeira da entidade sindical;

XXII - Promover o intercâmbio e a troca de informações com outras entidades sindicais e afins, tanto em nível nacional quanto internacional, com as lutas dos trabalhadores;

XXIII - Acompanhar e efetuar estudos permanentes sobre a evolução do movimento sindical nacional e internacional;

XXIV - Promover a integração com os demais sindicatos;

XXV - Concorrer para a formação político-sindical das filiadas;

XXVI - Estimular entre os trabalhadores das IES a busca consciente de sua cidadania, bem como seu papel de trabalhadores do Serviço Público;

XXVII - Promover o assessoramento à Plenária e ao Congresso, através da elaboração e apresentação sistemática de análise de conjuntura.

DAS COORDENAÇÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

Artigo 46 - São atribuições da Coordenação Geral:

I - Coordenar as atividades gerais da FASUBRA Sindical;

II - Coordenar a abertura dos Congressos, Plenárias, reuniões da Diretoria Executiva e outros eventos promovidos pela Federação;

III - Promover o intercâmbio e a troca de informações com outras entidades sindicais;

IV - Dar encaminhamento às deliberações das instâncias da FASUBRA sindical;

V - Representar a FASUBRA Sindical perante as autoridades judiciárias e administrativas, entre outras, podendo delegar poderes;

VI - Acompanhar os trabalhos de geração de leis e normas relativas à categoria;

VII - Garantir assessoria jurídica necessária às negociações da categoria;

VIII - Ordenar, em conjunto com a Coordenação de Administração e Finanças, as despesas autorizadas pela Direção Nacional e pelas instâncias superiores da FASUBRA Sindical;

IX - Por delegação da Direção Nacional, assinar títulos, cheques, duplicatas, promissórias, contratos, convênios, documentos da tesouraria e outros documentos contábeis, em conjunto com a Coordenação de Administração e Finanças, bem como todo e qualquer contrato que implique em responsabilidades e obrigações para a entidade;

X - Assinar as convocatórias de reuniões, Plenárias e Congressos;

XI - Convocar e coordenar os trabalhos das reuniões da Direção, das Plenárias, podendo delegar competências;

XII - Assinar contratos, convênios ou quaisquer outros atos e recebimentos de domínio, posse, direitos, prestações e ações de todas as naturezas legais, aprovadas pela Direção Nacional;

XIII - Alienar, após decisão da Plenária Nacional, bens da Federação, para atingir seus objetivos.

Artigo 47 - São atribuições da Coordenação de Administração e Finanças:

I - Elaborar o plano orçamentário anual;

II - Assinar títulos, cheques, duplicatas, promissórias, contratos, convênios, documentos da tesouraria e outros documentos contábeis, em conjunto com a Coordenação Geral, bem como todo e qualquer contrato que implique em responsabilidades e obrigações da entidade;

III - Ser responsável pelos recebimentos das receitas, assim como, dos pagamentos das despesas, autorizadas pela Direção Nacional e pelas instâncias superiores da FASUBRA Sindical, efetuando os registros de acordo com a legislação contábil;

IV - Rubricar os livros contábeis e similares da FASUBRA Sindical e guardar sob sua responsabilidade os valores e títulos a ele pertencentes, bem como toda a documentação contábil, garantindo o acesso cotidiano das afiliadas aos mesmos;

V - Receber, dar quitação, elaborar e encaminhar mensalmente o demonstrativo semestral, o balancete patrimonial, demonstrativo de resultado (receitas + despesas) e notas explicativas da Direção Nacional sobre fatos que esta julgar relevantes para apreciação do Conselho Fiscal;

VI - Apresentar trimestralmente à Direção Nacional e ao Conselho Fiscal os balancetes da federação e, anualmente, o balanço geral à Plenária Nacional e Congresso Nacional;

VII - Elaborar a prestação de contas, quando do término do mandato;

VIII - Superintender o trabalho administrativo da FASUBRA Sindical, devendo propor medidas estruturais e gerenciais pertinentes ao bom atendimento das filiadas;

IX - Acompanhar o credenciamento de delegados as Plenárias;

XI - Acompanhar juntamente com a Gerência e observância e cumprimento das Normas Administrativas, zelando pelos recursos materiais e imateriais da Federação.

Artigo 48 – São atribuições da Coordenação de Educação:

I - Elaborar programas de formação política para a categoria devendo os mesmos ser aprovados pela Direção Nacional da Federação;

II - Coordenar e/ou elaborar textos e outras publicações, que visem à formação da categoria, devendo os mesmos ter o aval da Diretoria Executiva da Federação;

III - Propor à Direção Nacional convênios com entidades de apoio a sua área de atuação;

IV - Documentar e analisar a experiência de luta e organização da FASUBRA Sindical garantindo a constituição de sua memória histórica;

V - Elaborar políticas e projetos sobre a educação em geral, e a Universidade em particular, submetendo-os para decisão das instâncias que lhe sejam superiores;

VI - Desenvolver, no âmbito da Federação, projetos e pesquisas que visem à adoção de pedagogias engajadas na causa das trabalhadoras e trabalhadores que resultem na superação das debilidades acadêmicas da categoria;

VII - Acompanhar e orientar as lutas vinculadas à educação brasileira, incluindo nestas o permanente acompanhamento, nacional e do suporte orçamentário da educação pública brasileira e, em especial das Universidades, buscando participar de todos os fóruns onde a temática for debatida;

VIII - Criar e administrar o funcionamento da biblioteca da FASUBRA Sindical, em consonância com as coordenações que dela demandem;

IX - Coordenar o Grupo de Trabalho de Educação da Federação, mantendo atualizado o cadastro de participantes, bem como de todos os eventos inerentes à coordenação de educação;

X - Manter cadastro atualizado dos participantes do Grupo de Trabalho;

XI - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de assuntos referentes à educação;

XII - Estabelecer convênios e protocolos de colaboração com outras entidades ou instituições, visando à integração entre trabalhadoras e trabalhadores em geral, e da categoria em particular;

XIII - Programar cursos, palestras, seminários, debates e outros eventos visando à conscientização política da categoria;

XIV - Elaborar textos e outras publicações visando à informação e discussão de temas sindicais e conjunturais;

XV - Trabalhar, em conjunto com a Coordenação de Seguridade Social os assuntos de interface dos Hospitais Universitários.

Artigo 49 - São atribuições da Coordenação de Formação e Comunicação Sindical:

I - Elaborar um Plano de Comunicação para a FASUBRA Sindical, tendo em vista os objetivos e metas da Entidade;

II - Definir estratégias de comunicação para a FASUBRA Sindical, visando atingir seus diferentes públicos alvo (interno e externo);

III - Desenvolver o Plano de Comunicação da FASUBRA Sindical, através de ações e estratégias diversificadas;

IV - Divulgar todas as resoluções das instâncias deliberativas e da Direção Nacional, assim como auxiliar as Entidades de Base;

V - Zelar pela busca e divulgação de informações entre a FASUBRA Sindical, a categoria e o conjunto da sociedade;

VI - Desenvolver campanhas publicitárias definidas pela Direção Nacional ou instâncias superiores, desde que haja recursos financeiros para tal;

VII - Propor, permanentemente, alternativas de divulgação e publicidade da FASUBRA Sindical, melhorando a sua qualidade e democratizando cada vez mais o acesso à informação;

VIII - Desenvolver e aplicar outras formas de comunicação sindical, regulares ou não, desde que aprovadas pela Direção Nacional ou instâncias superiores;

IX - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar no âmbito da coordenação;

X - Propor e desenvolver ações de formação sindical trabalhando articulada com as demais coordenações. Parágrafo único - A formação prevista no caput diz respeito à formação sindical, que tem como premissa elevar o grau de consciência da categoria no que tange à visão da política sindical estratégica da Federação.

Artigo 50 – São atribuições da Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria:

I - planejar e implementar a política atinente à Coordenação, visando o resgate, a manutenção e a ampliação de direitos dos aposentados e pensionistas das Instituições Públicas de Ensino Superior;

II - articular com os Coordenadores de Aposentados das Entidades de Base com vistas a compartilhar responsabilidade na consecução das ações e na implementação da política de integração dos aposentados e pensionistas;

III - promover seminários, debates, oficinas, cursos e outros eventos políticos que envolvam temas de interesse dos aposentados e pensionistas;

IV - interagir com a Coordenação de Seguridade Social na promoção de eventos que abordem temas afins de interesse dos aposentados e pensionistas;

V - interagir com a Coordenação de Formação e Comunicação e com as Assessorias de Imprensa e de Informática da Federação para divulgação dos eventos promovidos pela Federação relativos à sua área de atuação;

VI - acompanhar, juntamente com a Assessoria Jurídica da Federação, as alterações ou possibilidades de alteração da legislação, que modifiquem ou venham a modificar as disposições legais sobre a Previdência Social e outras legislações que tratem de matéria do interesse dos aposentados e pensionistas;

VII - promover atividades que criem condições de participação dos aposentados na vida político-social da FASUBRA Sindical;

VIII - desenvolver, junto com as entidades filiadas, atividades que dizem respeito aos interesses dos aposentados e pensionistas, de forma integrada com o conjunto das lutas dos trabalhadores;

IX - coordenar projetos que tenham como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos aposentados e pensionistas;

X - buscar o estabelecimento de relações políticas com outras entidades dos aposentados, buscando sempre a defesa da Previdência Social Pública, sob controle dos trabalhadores;

XI - representar a FASUBRA Sindical junto a outras entidades sindicais, organizações e instituições quando se tratar de matéria no âmbito da coordenação;

XIX - Orientar as Entidades de Base a propor projetos de preparação para aposentadoria.

Artigo 51 – São atribuições da Coordenação de Organização Sindical:

- I - Elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de política sindical em seu âmbito;
- II - Coordenar a aplicação da política de organização sindical em seu âmbito;
- III - Promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais de outros países;
- IV - Implementar a política sindical em articulação com as entidades filiadas;
- V - Proceder o assessoramento à Direção Nacional na discussão de linhas de trabalhos e desenvolver as áreas de atuação da Coordenação;
- VI - Planejar, executar e avaliar as atividades estruturadas de educação sindical, como cursos, seminários, encontros;
- VII - Ter um quadro atualizado de entidades filiadas à FASUBRA Sindical observar as dificuldades das mesmas e auxiliá-las, no que concerne a sua área de atuação;
- VIII - Orientar e acompanhar a tramitação dos pedidos de registros sindicais das afiliadas junto ao Ministério de Trabalho e Emprego;
- IX - Diligenciar pela sindicalização e participação das entidades;
- X - Acompanhar e assessorar a atividade e a organização das entidades sindicais e outras organizações sindicais de base em seu respectivo ramo de atividade;
- XI - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar no âmbito da coordenação.

Artigo 52 - São atribuições da Coordenação de Políticas Sociais e Gênero:

- I - Planejar e implementar a política social da FASUBRA Sindical;
- II - Planejar e administrar os eventos e convênios vinculados às ações sociais na FASUBRA Sindical;
- III - Buscar convênios e protocolos de colaboração com outras entidades ou instituições, visando à integração social dos trabalhadores em geral, e da categoria em particular;
- IV - Elaborar estudos e seminários sobre as situações de setores minoritários e discriminados dentro da sociedade e tentar promover a sua melhor integração no trabalho e no campo sindical;
- V - Combater os preconceitos e discriminações nas relações de trabalho e humanas entre homens e mulheres;
- VI - Propor ações de formação de combate a todas as formas de preconceito e, em especial, homofobia;
- VII - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos sociais;
- VIII - Promover e organizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- IX - Articular a integração dos membros da categoria aos movimentos dos portadores de deficiências.

Artigo 53 – São atribuições da Coordenação de Raça e Etnia:

- I - Promover a política da Federação sobre a questão do negro, do índio e das demais etnias minoritária, buscando superar as discriminações em função de raça, condição física e cor;
- II - Articular a integração dos membros da categoria aos movimentos do negro e do índio das demais etnias minoritária e organizados no País e nos Estados;
- III - Organizar e promover cursos, seminários, encontros e palestras que versem sobre as questões de raça e etnia;
- IV - Divulgar para toda a categoria documentos referentes à raça e etnia;
- V - Estabelecer e manter intercâmbio com outras entidades sindicais, do movimento negro e sociais que discutam esses temas;
- VI - Estabelecer políticas com outras entidades que trabalhem no campo da organização e superação da opressão da cor, raça e condição física;
- VII - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos no âmbito da coordenação.

Artigo 54 – São atribuições da Coordenação das Estaduais e Municipais:

- I - Manter permanente contato com as Entidades Estaduais e Municipais, visando

à circulação de informações e orientações necessárias ao desenvolvimento das atividades da FASUBRA Sindical;

- II - Identificar necessidades e prioridades dos Sindicatos das Instituições Públicas Estaduais e Municipais de Ensino Superior;
- III - Elaborar uma proposta de Plano de Políticas da Federação para as Entidades sindicais de trabalhadores técnico-administrativos das Instituições Públicas Estaduais e Municipais filiadas a FASUBRA Sindical;
- IV - Definir estratégias de atuação junto às Entidades Estaduais e Municipais filiadas a FASUBRA Sindical;
- V - Promover o intercâmbio com as Entidades Estaduais e Municipais para desenvolvimento de estudos e projetos nas diversas áreas;
- VI - Coordenar a elaboração de estudos, cartilhas, documentos e publicações nas áreas de interesse das entidades Estaduais e Municipais;
- VII - Promover estudos e desenvolver ações e projetos para que sejam efetivados pela Entidade e pela Instituição que assegure a autonomia, a democracia e a valorização do trabalhador técnico-administrativo;
- VIII - Organizar e promover cursos, seminários, encontros e palestras que versem sobre as questões de interesse das entidades estaduais e municipais;
- IX - Representar a FASUBRA Sindical junto às entidades sindicais, Instituições e Governos.

Artigo 55 - São atribuições da Coordenação da Mulher Trabalhadora:

- I - Atuar em todos os ambientes pela efetiva emancipação da mulher na sociedade Brasileira;
- II - Elaborar e cuidar da execução do plano de ação da FASUBRA Sindical para a mulher trabalhadora;
- III - Manter permanente e efetiva integração com organismos, sindicais ou não, onde a luta e a defesa dos interesses da mulher estejam presentes;
- IV - Elaborar estudos e projetos de sua área, organizar a documentação e transmitir as informações da Coordenação aos demais membros da Direção Nacional;
- V - Promover a política da Federação sobre a questão da mulher, buscando superar as discriminações sexistas;
- VI - Organizar e promover cursos, seminários, encontros e palestras que versem sobre as questões da mulher;
- VII - Estabelecer e manter intercâmbio com outras entidades sindicais do movimento de mulheres que discutam esses temas;
- VIII - Estabelecer políticas com outras entidades que trabalhem no campo da organização e superação da opressão a mulher;
- IX - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar no âmbito da coordenação;
- X - Propor ações na luta contra a discriminação à mulher no movimento sindical;
- XI - Propor ações para maior inserção da mulher no movimento sindical.

Artigo 56 – São atribuições da Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho:

- I - Acompanhar e assessorar juridicamente a FASUBRA Sindical quanto à legislação e suas modificações, que digam respeito aos interesses da categoria e da entidade;
- II - Estruturar e manter sob sua supervisão a Assessoria Jurídica da FASUBRA Sindical, para assessorar e acompanhar processos e medidas administrativas e/ou judiciais, ou intersindicais do interesse da categoria;
- III - Acompanhar o andamento das ações judiciais e processos administrativos, inclusive comparecendo às eventuais audiências;
- IV - Manter vigilância quanto às políticas públicas e legislação ordinária, elaborando propostas, de interesse da categoria a serem submetidas à Direção Nacional, à Plenária e ao Congresso Nacional da FASUBRA Sindical;
- V - Elaborar estudos, pesquisas e documentação na área trabalhista e de relações funcionais;
- VI - Acompanhar a discussão de projetos de lei no Congresso Nacional, quando tratar de matéria de interesse da categoria;

VII - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos em sua área de atuação;

VIII - Propor e desenvolver políticas para setores referentes aos trabalhadores de empresas públicas, fundacionais e terceirizados.

Artigo 57 - São atribuições da Coordenação de Seguridade Social:

I - Coordenar a elaboração de estudos, cartilhas, documentos e publicações relacionadas à área;

II - Subsidiar a Direção Nacional e as Entidades de Base com estudos e propostas sobre a matéria;

III - Planejar e promover ou participar de eventos e atividades que divulguem as propostas da FASUBRA Sindical sobre a Seguridade Social, bem como suas linhas de defesa;

IV - Promover seminários sobre política de saúde, trabalho e seguridade, elaborada e executada pelos governos federal, estadual e municipal, procurando construir projetos alternativos de interesse da classe trabalhadora;

V - Manter-se articulada com as demais entidades da sociedade civil envolvidas com a questão da saúde, trabalho e seguridade social;

VI - Defender uma política de Previdência Social pública e um sistema de saúde gratuito, igualitário em todos os níveis, que atenda às necessidades populares, lutando pela democratização desse sistema e preservando o seu patrimônio;

VII - Representar a FASUBRA Sindical junto às demais entidades sindicais, quando se tratar de eventos sociais;

VIII - Organizar Encontros Regionais semestrais ou emergenciais para debater e avaliar a situação dos Hospitais Universitários.

DO MANDATO, ELEIÇÃO E POSSE

Artigo 58 - O mandato da Direção Nacional (DN) será de 02 (dois) anos, com direito a uma reeleição.

Artigo 59 - Os membros da Direção Nacional serão eleitos no CONFASUBRA, obedecendo às exigências estabelecidas no presente Estatuto e no Regimento Interno da FASUBRA Sindical.

§ 1º - Somente poderão votar e ser votados os sindicalizados das entidades filiadas até no mínimo 90 (noventa) dias antes da realização do Congresso da FASUBRA e que estejam em dia com a Federação.

§ 2º - A eleição será regulamentada e executada por uma junta eleitoral criada pela Direção Nacional e referendada pela Plenária de Abertura do Congresso.

Artigo 60 - A eleição obedecerá ao critério da proporcionalidade direta e qualificada entre as chapas concorrentes de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver 02 (duas) chapas só participarão da Direção Nacional, as chapas que obtiverem no mínimo 10 % (dez por cento) dos votos válidos;

II - quando houver mais de 02 (duas) chapas só participarão da direção as chapas que obtiverem pelo menos 5% (cinco por cento) dos votos válidos.

§ 1º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes.

§ 2º - Estabelecida à relação percentual entre as chapas que comporão a nova Direção, aplicarse-á a proporcionalidade direta aos números de membros da Direção Nacional.

§ 3º - De posse da quantidade de membros a que cada chapa tem direito, serão considerados eleitos para a Direção Nacional, aqueles presentes na listagem ordenada de cada chapa.

§ 4º - A distribuição dos componentes nas Coordenações mencionadas no caput será feita no CONFASUBRA, obedecendo à proporcionalidade qualificada, da seguinte forma:

I - Divide-se o número total de votos obtidos por cada chapa por 01 (um), por 02 (dois) e assim sucessivamente até atingir o número de membros que ela conquistou na proporcionalidade;

II - O quociente de cada cálculo indica a pontuação de cada membro eleito;

III - A escolha de cada posição nas Coordenações será feita pelas chapas, respeitando a pontuação de cada chapa eleita estabelecida pela aplicação do inciso II deste artigo.

Artigo 61 - Após a proclamação dos eleitos pela Junta Eleitoral, a posse dos membros da Direção Nacional dar-se-á em sessão solene de encerramento do CONFASUBRA, quando serão conhecidos os componentes das respectivas Coordenações.

Artigo 62 - Na Plenária de posse da Direção Nacional deverá ser apresentada aos delegados do CONFASUBRA a composição da nova Direção para homologação.

DA VACÂNCIA E DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 63 - Ocorrerá a vacância dos cargos da Direção Nacional nas seguintes hipóteses, competindo à Direção declará-la:

I - Abandono do mandato;

II - Renúncia do mandato;

III - Perda do Mandato nas hipóteses previstas neste Estatuto;

IV - Falecimento do titular;

V - Desfiliação da FASUBRA Sindical da entidade a que pertence o Coordenador, salvo quando a oposição for reconhecida pela Federação naquela Base;

VI - Desfiliação voluntária do Coordenador da FASUBRA Sindical de sua Entidade de Base.

Artigo 64 - Os Coordenadores, respeitada a proporcionalidade entre as chapas, serão substituídos nas seguintes situações:

I - Substituição eventual, no caso de um dos Coordenadores da sua chapa respectiva não poder comparecer a uma atividade específica da Direção Nacional;

II - Substituição temporária, no caso de um dos Coordenadores de sua chapa se afastar por período de tempo determinado, sendo o período de substituição igual ao tempo do afastamento;

III - Substituição permanente nos casos definidos como vacância, na forma prevista no artigo 63, ou por solicitação formal do representante indicado da chapa.

Artigo 65 - As substituições respeitarão os seguintes critérios:

I – A comunicação da substituição eventual e a indicação do suplente integrante da chapa respectiva deverão ser encaminhadas por escrito à Direção Nacional pelo representante da chapa, com prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência à atividade e/ou evento, devendo obrigatoriamente constar a descrição da atividade e anuência do coordenador substituído;

II - No caso da substituição temporária, esta somente se efetivará após comunicação formal e por escrito do representante da chapa, discriminando o período de duração do pedido de afastamento do titular, devendo a mesma ser comunicada à Plenária Nacional Geral;

III - No caso da substituição permanente, esta somente se efetivará após comunicação formal e por escrito do representante da chapa, devendo a mesma ser referendada pela Plenária Nacional Geral.

§ 1º - A substituição temporária não implica em alteração da composição dos cargos da Coordenação Nacional.

§ 2º - No caso de uma substituição temporária exceder a 04 (quatro) meses deverá

ser providenciada a alteração formal do membro da Coordenação, na qual ocorreu a substituição na composição da Direção Nacional, procedendo-se aos devidos registros em cartório da Ata da Plenária Nacional Geral que referendou a alteração.

§ 3º - No caso de substituição permanente, é facultada à chapa respectiva, a recomposição de sua representação, sendo convocado o número de membros necessários, dentre os candidatos inscritos, pela chapa, na lista de nomes ordenada, apresentada no congresso eleitoral que elegeu a Direção Nacional respectiva.

§ 4º - A substituição permanente implica na exclusão definitiva do Diretor.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL

Artigo 66 - Os membros dos órgãos e/ou organismos de Direção Nacional da FASUBRA Sindical responderão civil e penalmente por quaisquer atos irregulares ou lesivos ao patrimônio social, ainda sujeitos a perda de mandato, não transferindo suas responsabilidades a qualquer filiada.

DAS PENALIDADES DA DIREÇÃO NACIONAL

Art. 67 - Os membros da Direção Nacional poderão sofrer as seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Suspensão;
- III - Perda de Mandato.

Artigo 68 - Os membros da Direção Nacional poderão sofrer advertência quando:

- I - Violar dispositivo estatutário;
- II - Abandonar o cargo ou faltar, por mais de 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) vezes alternadas, às reuniões da Direção Nacional, sem justificativa aceita;
- III - Ofensa verbal ou escrita.

Artigo 69 - Os membros da Direção Nacional poderão sofrer suspensão quando reincidir nos casos:

- I - Violação do dispositivo estatutário;
- II - Abandono do cargo ou falta, por mais de 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) vezes alternadas, às reuniões da Direção Nacional, sem justificativa aceita.

Artigo 70 - Os membros da Direção Nacional perderão o mandato nos seguintes casos:

- I - Malversação de recursos ou dilapidação do patrimônio da FASUBRA Sindical ou de qualquer filiada;
- II - Perda de vínculo no ramo de atividade da categoria;
- III - Agressão física, no exercício da função de Coordenador, a qualquer dirigente da FASUBRA Sindical ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem.

Artigo 71 - Os membros da Direção Nacional sofrerão as penalidades de advertência e suspensão conforme a gravidade da pena, cabendo à Plenária Nacional Geral deliberar sobre a matéria.

§ 1º - A perda do mandato será declarada por 2/3 (dois terços) da Plenária Nacional Geral convocada especialmente para deliberar sobre o tema.

§ 2º - A Plenária Nacional Geral, referida no parágrafo anterior, só poderá ser instalada com, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus delegados.

§ 3º - A suspensão ou destituição de cargo eletivo deverá ser precedida de notificação, a fim de que seja assegurado ao acusado o direito a ampla defesa.

§ 4º - Da decisão da Plenária Nacional Geral caberá recursos ao Congresso Nacional da FASUBRA Sindical.

§ 5º - A apuração dos fatos deverá ser realizada por uma Comissão de Sindicância composta pela Direção Nacional da FASUBRA Sindical nos termos do Regimento Interno.

DOS REQUISITOS

Artigo 72 - Só poderão ser membros dos organismos de direção da FASUBRA Sindical trabalhadores e empregados sindicalizados, pertencentes à categoria da base da Federação, conforme § 1º do artigo 1º deste Estatuto.

Artigo 73 - Não poderão ser candidatos indicados a cargos eletivos da FASUBRA Sindical:

- I - Aqueles trabalhadores integrantes de direções de entidades de base ou da própria Federação, cujas contas tenham sido definitivamente reprovadas;
- II - Aqueles que tenham dívida junto à Federação, comprovada documentalmente, nos últimos 30 dias que antecedem à eleição.

V - DO CONSELHO FISCAL DA FASUBRA-SINDICAL

Artigo 74 - O Conselho Fiscal (CF) da FASUBRA Sindical será constituído de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, com direito a uma reeleição.

§ 2º - A eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada na Plenária Nacional Geral Ordinária, convocada para este fim.

§ 3º - É vedada a acumulação de cargo no Conselho Fiscal e na Direção Nacional da FASUBRA Sindical.

§ 4º - Os membros suplentes substituirão os titulares nas faltas e impedimentos do titular.

§ 5º - O Conselho Fiscal terá o seu Regimento Interno aprovado em Plenária Nacional Geral da FASUBRA Sindical e deverá dispor sobre a periodicidade sobre as suas reuniões ordinárias e da convocação a ser dada por decisão de maioria simples de seus membros, dentre outras questões de sua competência.

§ 6º - Aplicar-se-ão na eleição do Conselho Fiscal as mesmas regras aplicadas à Direção Nacional da FASUBRA Sindical.

Artigo 75 - Ao Conselho Fiscal da FASUBRA Sindical compete:

- I - Examinar Balancetes mensais elaborado pelo setor financeiro da FASUBRA, emitindo parecer e lavrando relatórios e Atas;
- II - Analisar as prestações de contas trimestrais e anual da FASUBRA Sindical encaminhando parecer a Direção Nacional;
- III - Fiscalizar a gestão financeira e patrimonial da FASUBRA Sindical;
- IV - Requerer vistoria dos livros contábeis da FASUBRA Sindical e, em caso de identificação de irregularidades, encaminhá-las à Direção Nacional;
- V - Opinar e dar sugestões à Direção Nacional sobre qualquer assunto de interesse fiscal ou patrimonial da entidade no sentido do aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

CAPÍTULO VIII

DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS

Artigo 76 - A Greve Nacional será aprovada em Plenária do Setor das Federais, com a maioria dos delegados, convocada para este fim, após exposição dos resultados das Assembléias Gerais das Entidades de Base.

Artigo 77 - O Comando Nacional de Greve do Setor das Federais será instalado a

partir da data de deflagração da Greve e dissolvido ao final do movimento paredista.

Artigo 78 - Na Plenária Nacional do Setor das Federais de deflagração da Greve será definido a data de deflagração e o eixo da Greve.

Artigo 79 - No momento de deflagração da Greve será constituído o Fundo de Greve no valor de 15% (quinze por cento), uma única vez, da arrecadação extra para o Fundo de Greve das entidades filiadas.

Artigo 80 - No caso das entidades que não descontarem o Fundo de Greve, haverá um acréscimo de 2,5% (dois e meio por cento) na arrecadação mensal da entidade para a FASUBRA, pelo período que durar a Greve.

Artigo 81 - A FASUBRA Sindical depositará mensalmente, em conta específica para constituir um Fundo de Greve, percentual equivalente a 5% (cinco por cento) de sua arrecadação.

Artigo 82 - A obrigatoriedade de repasse do Fundo de Greve recai sobre todas as entidades filiadas da FASUBRA Sindical do Setor das Federais.

Artigo 83 - Ao final do movimento paredista, o saldo financeiro será depositado em uma conta especial que só poderá ser usado em greve, salvo decisão de Plenária Nacional do Setor das Federais e/ou CONFASUBRA.

DA CONSTITUIÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS

Artigo 84 - O Comando Nacional de Greve do Setor das Federais será constituído pela Direção Nacional da FASUBRA Sindical e por delegados das entidades de base filiadas, em greve, obedecendo à proporção indicada no Estatuto da Federação, no capítulo da eleição de delegados de base definida para a Plenária Nacional do Setor da FASUBRA Sindical, sem a figura do delegado de direção.

Artigo 85 - Compete ao Comando Nacional de Greve debater e deliberar sobre os rumos do movimento paredista durante o período da greve.

CAPÍTULO IX

DA GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DA PRESTAÇÃO CONTAS

Artigo 86 - A Direção Nacional, para cada exercício da gestão, elaborará proposta de previsão orçamentária que deverá ser apresentada à Plenária Nacional.

Parágrafo único - A proposta de previsão orçamentária deverá ser disponibilizada nos meios de comunicação usualmente utilizados pela FASUBRA Sindical.

Artigo 87 - Quando ocorrer à conclusão do Balanço, para fins de acompanhamento da movimentação financeira e patrimonial da FASUBRA Sindical, a Direção Nacional deve divulgá-lo nos veículos de comunicação da entidade, estabelecendo um prazo de 30 dias para todas as entidades de base, filiadas, ter acesso a essa documentação.

CAPÍTULO X

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Artigo 88 - O patrimônio da FASUBRA Sindical será constituído:

- I - Pelos bens moveis e imóveis, equipamentos e utensílios diversos de sua propriedade;
- II - Pelos títulos e ativos financeiros sob sua guarda e poder;
- III - Pelos bens e valores adquiridos e/ou recebidos como doação;
- IV - Pelas receitas e contribuições.

§ 1º - Os bens imóveis não poderão ser alienados ou vendidos sem prévia autorização da Plenária Nacional, especialmente convocada para este fim, com no mínimo 2/3 de suas filiadas.

§ 2º - Os bens móveis só poderão ser alienados depois de avaliados por uma comissão da DN, destinada para tal fim. **§ 3º** - Investimentos relacionados à aquisição de bens móveis.

Artigo 89 - A receita da FASUBRA Sindical se classifica em ordinária e extraordinária.

Artigo 90 - São receitas ordinárias:

- I - O recurso das mensalidades das entidades filiadas;
- II - Os rendimentos provenientes de operações financeiras e de títulos incorporados ao patrimônio;
- III - A renda dos imóveis que a Federação possuir.

§ 1º - As contribuições das entidades de base filiadas à FASUBRA Sindical, correspondente a 5% (cinco por cento) aplicado sobre a receita da entidade, deverão ser repassadas diretamente para a Federação, incidindo somente sobre a contribuição mensal, excetuando-se o 13º salário, dos trabalhadores e empregados, caracterizados no § 1º do artigo 1º deste Estatuto.

§ 2º - As entidades de base filiadas à FASUBRA Sindical deverão estabelecer o debate, com a base da categoria, objetivando a unificação do percentual de contribuição para as entidades filiadas, no mínimo em 1% (um por cento) da remuneração dos sindicalizados.

§ 3º - As entidades terão um prazo, até o próximo XXII CONFASUBRA para adequarem seus estatutos à prerrogativa constante neste artigo.

Artigo 91 - Constituem receita extraordinária:

- I - As subvenções de qualquer natureza;
- II - As rendas eventuais;
- III - As contribuições extraordinárias das entidades filiadas;
- IV - Os recursos oriundos de convênios com entidades nacionais ou internacionais ou verbas especiais a receber;
- V - As contribuições para o Fundo de Greve.

CAPÍTULO XI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 92 - Todas as operações de ordem financeira e patrimonial constarão nos registros contábeis, executados sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - A escrituração contábil a que se refere este artigo será baseada nos documentos da receita e despesa, que ficarão arquivados à disposição das Entidades filiadas e dos órgãos competentes de fiscalização, na forma e nos prazos previstos em lei.

Artigo 93 - Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio da FASUBRA Sindical ficam equiparados ao crime de peculato, julgados e punidos na conformidade da legislação penal, sendo garantida a apuração em processo administrativo e auditoria independente e a ampla defesa.

Artigo 94 - É obrigatório à Direção Nacional apresentar as suas contas para apreciação e aprovação pela Plenária Nacional Geral uma vez por ano.

§ 1º - Independente da aprovação das contas pela Plenária Nacional Geral, às mesmas deverão ser apresentadas no CONFASUBRA, para ser apreciada e deliberada na sua Plenária.

§ 2º - A apresentação do balancete deve ser realizada, conforme o previsto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, com referência ao mês de dezembro de cada ano, devendo ser efetuada em até 90 (noventa) dias após o término deste período.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
Coordenação Geral

JOSILMA SARAIVA
Assessoria Jurídica Nacional da FASUBRA
OAB/DF 11.997

Artigo 95 - A dissolução da FASUBRA Sindical somente poderá ocorrer através de um CONFASUBRA extraordinário, convocado exclusivamente para tal fim, e por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus delegados.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução da FASUBRA Sindical, o seu patrimônio será destinado ou distribuído de acordo com a resolução do Congresso de dissolução.

Artigo 96 - Para efeito do XXI CONFASUBRA só participarão os trabalhadores terceirizados, daquelas entidades que já possuem em seus estatutos esta representação até a Plenária Nacional de 25 e 26 de novembro de 2011.

Artigo 97 - A FASUBRA Sindical fará o debate sobre rateio previsto no § 10 do artigo 31 deste Estatuto, bem como estabelecerá a forma de cálculo do custo médio por delegado, que vigorará no XXII CONFASUBRA.

Artigo 98 - A fusão da FASUBRA Sindical com outra entidade sindical de base nacional ou interestadual dar-se-á em Congresso conjunto das entidades, após resolução favorável a fusão, tomada por 2/3 (dois terços) dos delegados presentes ao CONFASUBRA extraordinário, convocado para este fim com 04 (quatro) meses de antecedência.

Artigo 99 - O presente Estatuto só poderá ser alterado por maioria absoluta dos delegados credenciados ao CONFASUBRA.

Parágrafo único - O CONFASUBRA que venha alterar este Estatuto deverá conter o tema na convocação do mesmo.

Artigo 100 - O reconhecimento das oposições sindicais será regulamentado no Regimento do CONFASUBRA.

Artigo 101 – Os efeitos deste Estatuto, no que tange ao mandato da Direção Nacional previsto no Artigo 58, vigoram a partir do XXI CONFASUBRA, não sendo considerados para aplicação desta regra os atuais mandatos dos Coordenadores.

Artigo 102 - Os recursos contra quaisquer deliberações da Direção Nacional serão encaminhados à mesma, que fica obrigada a incluir na pauta de uma Plenária Nacional Geral subsequente à data da apresentação do recurso.

Parágrafo único - Caso a Direção Nacional não inclua na pauta da Plenária Nacional Geral, a entidade requerente poderá notificar todas as entidades filiadas do inteiro teor do seu recurso.

Artigo 103 – Serão criadas Secretarias, a critério da Direção Nacional, para estudar e elaborar políticas relativas às áreas de: Juventude, Esporte, Cultura e Lazer, Fundação e Terceirização, Meio Ambiente.

Parágrafo único - A competência e forma de funcionamento das Secretarias serão definidas em Regimento da Federação.

Artigo 104 - Os casos omissos deste Estatuto serão decididos pela Plenária Nacional Geral, cabendo recurso ao Congresso Nacional.

Brasília, 11 de dezembro de 2011.

LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA
Coordenação Geral

ROLANDO RUBENS MALVÁSIO JÚNIOR
Coordenação Geral

REGIMENTO DO XXIII CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL FASUBRA Sindical

CAPÍTULO I DO CONGRESSO

Art. 1º - O XXIII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical (registro nº 46206.007893/2011-45) - XXIII CONFASUBRA será realizado nos dias 06, 07, 08, 09, 10 e 11 de maio de 2018.

§ 1º - O XXIII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical - XXIII CONFASUBRA será realizado na cidade de Poços de Caldas - MG.

§ 2º - Na Plenária de abertura será referendado o Regimento do XXIII CONFASUBRA.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO CONGRESSO

Art. 2º - São objetivos do XXIII CONFASUBRA:

I - Discutir amplamente as condições de vida, trabalho e salários dos trabalhadores e trabalhadoras das Instituições de Ensino Superior (IES) na defesa de seus interesses;

II - Deliberar posições unitárias e formas de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos na defesa de seus interesses;

III - Discutir e adotar posições sobre Educação em geral e as Instituições de Ensino em particular;

IV - Discutir as formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras das IE, visando instrumentalizar o movimento sindical destes às exigências da realidade e das lutas políticas, econômicas e sociais dos trabalhadores e trabalhadoras em geral;

V - Contribuir para a organização e consolidação das lutas unitárias dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo;

VI – Alterar o Estatuto de acordo com as necessidades;

VII - Eleger a Direção Nacional da FASUBRA Sindical e o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III DOS (AS) PARTICIPANTES

Art. 3º - Participam do XXIII CONFASUBRA trabalhadores e trabalhadoras ativos, aposentados e pensionistas, que sejam trabalhadores e empregados de instituições públicas de ensino superior, sejam estas integrantes da administração indireta, autárquica ou fundacional, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apenas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IES, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios indissociáveis do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência do órgão público de ensino, técnico-administrativos das IES, e que estejam quites com suas obrigações para com a Federação;

§ 1º - Poderão participar como observadores (as) ao XXIII CONFASUBRA representantes das Associações e Sindicatos de Trabalhadores (as) das IES não filiadas, sem direito a voto, com limite de até 03 (três) por entidade;

§ 2º– Cada entidade filiada terá direito de credenciar observadores até o máximo de 10% (dez por cento) do número de seus respectivos delegados e delegadas eleitos/eleitas para o XXIII CONFASUBRA, garantindo o direito de no mínimo 1 observador por entidade.

§ 3º - A critério da Comissão Organizadora, poderão ser convidadas entidades e pessoas para participarem do XXIII CONFASUBRA.

CAPÍTULO IV DOS CRITÉRIOS DE NEGOCIAÇÃO

Art. 4º - As negociações serão feitas observando:

§ 1º - A quitação da taxa de inscrição de delegadas e delegados ao XXIII CONFASUBRA, no ato do credenciamento, só será aceita mediante pagamento à vista e em espécie ou transferência bancária eletrônica com envio do comprovante via meio eletrônico ou cópia do original.

§ 2º - Para ter direito ao credenciamento de delegadas e delegados, os acordos de regularização financeira de dívidas deverão ser firmados e estar sendo cumpridos, impreterivelmente, até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do XXIII CONFASUBRA; e ao estabelecido no artigo 14 do estatuto da FASUBRA (ou seja, até 05 de abril de 2018).

§ 3º - Os acordos serão elaborados obedecendo aos seguintes critérios:

I – Soma-se o total da dívida acumulada;

II – 10% (dez por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados, integralmente, até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do XXIII CONFASUBRA;

III – O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a meia mensalidade atual.

§ 4º - Deverá ser garantido, além da quitação das parcelas do acordo, o pagamento normal das mensalidades;

§ 5º - Para a elaboração e assinatura do acordo é imprescindível a apresentação de todas as folhas de arrecadação referentes ao (s) período (s) da dívida;

§ 6º - As Entidades reincidentes em dívida para com a FASUBRA Sindical, que não cumpriram o prazo de carência de um ano, entre a quitação de um acordo e a proposição de outro, poderão fazê-lo da seguinte forma:

I - Soma-se o total da dívida acumulada;

II – 20% (vinte por cento) deste total, no mínimo, devem ser quitados integralmente até 30 (trinta) dias antes da Plenária de Abertura do XXIII CONFASUBRA;

III - O restante deve ser parcelado, em quantas vezes seja necessário, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a uma mensalidade atual.

CAPÍTULO V DAS DELEGADAS E DELEGADOS

Art. 5º - Serão admitidos como delegadas e delegados ao XXIII CONFASUBRA, com direito a voz e voto trabalhadoras e trabalhadores eleitos em Assembleia Geral de suas entidades, segundo critério de representatividade de 10 (dez) presentes para cada delegada/delegado eleita(o) e mais um(a) para fração igual ou maior que 05 (cinco).

§ 1º - O número máximo de delegadas e delegados por entidade será calculado segundo a proporção de 01 (um) delegada/delegado para cada 100 (cem) trabalhadoras/trabalhadores na base ou fração maior ou igual a 50 (cinquenta), estando compreendidos como trabalhadoras e trabalhadores todos os que se enquadram no conceito de categoria previsto no art.1º, § 1º do Estatuto da FASUBRA.

§ 2º - Não serão considerados as trabalhadoras e trabalhadores docentes sócias/sócios dos sindicatos filiados à FASUBRA Sindical no cálculo do número máximo de delegadas e delegados a que cada entidade filiada tem direito a eleger.

§ 3º - Junto com as delegadas e delegados ao XXIII CONFASUBRA serão eleitos suplentes em número equivalente até a metade do número das delegadas e delegados escolhidas/escolhidos, respeitada a proporcionalidade dos votos obtidos em cada chapa.

§ 4º - As (Os) suplentes somente serão credenciados na hipótese do não comparecimento ou desistência formal das delegadas e delegados eleitas(os), que deverá ser apresentada no ato do credenciamento, assegurando-se a proporcionalidade da composição estabelecida na escolha das delegadas e delegadas(os). Neste caso, a substituição será oficializada à FASUBRA pelo representante do sindicato, ou da chapa ou da tese. Quando se tratar de mais de uma chapa participante na disputa de eleição de delegadas e delegados, a indicação se dará pelo respectivo representante da chapa.

§ 5º - É expressamente vedado o voto por procuração em qualquer instância do XXIII CONFASUBRA.

§ 6º - A assembleia geral é da categoria, portanto, podem votar os trabalhadores(as) filiados e não filiados. Os delegados eleitos devem estar filiados às suas respectivas entidades de base, a um período maior ou igual a 90 dias antecedendo o CONFASUBRA, portanto, até 06 de fevereiro de 2018.

§ 7º - A assembleia poderá iniciar efetivamente até 1 hora após o horário inicialmente marcado como primeiro horário chamado.

Art. 6º - Os modelos de lista de presença, ata de assembleia geral e cartão de credenciamento, serão disponibilizados previamente no site da FASUBRA.

§2º - As listas de presença terão suas páginas numeradas, podendo ser utilizada mais de uma página simultaneamente na coleta das assinaturas. Haverá campo nas listas de presença para assinatura de fiscais e representantes da direção nacional da FASUBRA, devendo esses se fazer presentes ao local de realização da assembleia 1 hora antes do horário marcado para seu início. Será facultado aos fiscais e representantes da direção nacional da FASUBRA, caso não tenham comparecido 1 hora antes, poder assinar esses campos após o início da coleta das assinaturas, por ocasião de sua chegada ao local da assembleia.

§3º - O modelo de lista de presença a ser disponibilizado pela FASUBRA conterá 25 linhas por página para assinatura de participantes da base do sindicato às assembleias, numeradas de 1 a 25.

§4º - Quando a votação for realizada através do recolhimento dos votos (crachás/cartão) em urnas (ou similares) coletoras, esta terá que ser processada ao mesmo tempo para todas as teses concorrentes, com o registro do voto do participante da assembleia no crachá/cartão para umas das teses ou chapas concorrentes. Não poderá ser depositado mais de um voto por participante na assembleia, sendo assegurada a fiscalização das chapas participantes da disputa.

§5º - Não será permitido o recolhimento de votos para uma chapa, ficando outra ou outras a espera de votações posteriores.

§6º - Não poderá ser depositado mais de um voto por participante na assembleia, sendo assegurada a fiscalização das chapas concorrentes. Poderá ser utilizada mais de uma urna no momento da votação, desde que todas as urnas sejam destinadas a coleta de votos de todas as chapas, simultaneamente.

Art. 7º - A escolha de delegadas e delegados será feita por chapas, assegurada a participação proporcional direta ao número de votos obtidos por cada chapa concorrente e de acordo com os seguintes critérios:

§1º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos às chapas concorrentes, ignorando-se para este fim os votos brancos e nulos.

§2º - Estabelecida a relação percentual entre as chapas que comporão a delegação, aplicar-se-á esta relação, respectivamente, ao número total de delegadas e delegados e suplentes estabelecido em conformidade com o artigo 20, §1º do Estatuto da Federação.

§3º - Por ocasião da escolha das delegadas e delegados nas entidades de base, a(s) chapa(s) concorrente(s) fará(ão), obrigatoriamente, a defesa de tese, tendo como ponto o temário do CONFASUBRA.

§4º - Cada chapa deverá ser composta por, no mínimo, 20% da delegação titular a que a base terá direito de eleger, conforme lista de presença, observado o caput do artigo 21 do Estatuto e o número máximo a que cada entidade de base tem direito, como previsto no §1º do mesmo artigo. O número máximo de integrantes das chapas será do conjunto de titulares acrescido de até 50% de suplentes.

§5º - A Lista de Presença, com numeração contínua, nos termos definidos no artigo 6º e seus parágrafos, deverá ter assinatura legível e ser preenchida apenas por trabalhadoras e trabalhadores e empregadas/empregados, conforme define o §1º do artigo 1º do Estatuto da FASUBRA.

§6º - Exclusivamente no caso de trabalhadoras e trabalhadores docentes filiados ao sindicato de base cuja a mensalidade paga pelo respectivo sindicato considere, no pagamento mensal para a Fasubra, o quantitativo financeiro referente a contribuição docente, está assegurado o direito do docente filiado votar e ser votado na eleição de delegado da respectiva base, para o congresso da Fasubra, ressalvado o exposto no artigo 72 do estatuto da Fasubra.

§7º - A lista de presença deverá estar disponível e aberta no local da Assembleia Geral, conforme publicado no Edital, no máximo, 01 (uma) hora antes da primeira chamada e/ou do horário publicado, devendo ser recolhida e assinada pela mesa coordenadora dos trabalhos e pelos representantes das teses, no ato de início do processo de votação, ou seja, imediatamente após o final da defesa das teses;

§8º - Não será permitida circulação da Lista de Presença fora do local de realização da Assembleia Geral.

§9º - A Comissão Organizadora disponibilizará modelo padrão de Lista de Presença e Ata para eleição de delegadas e delegados ao XXIII CONFASUBRA.

§10 - A chapa, para ter direito a eleger delegadas e delegados, deve fazer um mínimo de 10% de votos válidos na eleição, se houver duas chapas e, 5% em caso de mais de duas chapas.

Art. 8º - As delegadas e os delegados ao XXIII CONFASUBRA serão eleitas/eleitos em uma única Assembleia Geral, ressalvados os § 4º, 5º e 6º do artigo 10 deste Regimento, convocada, prioritariamente, para este fim, com a presença de Diretor da FASUBRA Sindical ou representante designado por tese.

§ 1º - As Assembleias de Base serão realizadas no período de 15 de março a 24 de abril de 2018. A publicação da convocação das referidas assembleias deverá

ocorrer, para toda a categoria, em um veículo oficial da entidade, com antecedência mínima de 20 dias.

§2º - As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a data da realização das Assembleias Gerais, para que possa ser viabilizada a designação de seus representantes;

§3º – Não é necessário que o encaminhamento do Edital de Convocação seja feito com 20 dias de antecedência, uma vez que a obrigatoriedade de sua apresentação se dá no momento do pré-credenciamento.

§4º - Será garantida a participação de delegadas e delegados de base quando a Diretoria da Entidade não convocar Assembleia Geral dentro dos prazos definidos no artigo 10 deste Regimento.

§5º - A Assembleia Geral convocada pela base deverá atender as prerrogativas do artigo 21 do Estatuto da FASUBRA, desde que a entidade esteja em dia com as obrigações estatutárias;

§6º - A convocação da Assembleia Geral pela base, para tal fim deverá ser subscrita conjuntamente por um dos membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, pelo menos, por 3 (três) trabalhadores/trabalhadoras filiados/filiadas da base do sindicato, com comunicação à Comissão Organizadora, devendo a mesma ser convocada no período de 05 a 18 de abril de 2018 e realizada no período de 15 a 27 de abril de 2018, respeitado o prazo mínimo de 10 (dez) dias, inclusive, de antecedência entre a convocação e sua realização;

§ 7º - A Assembleia Geral convocada pela base deverá contar com a participação obrigatória de no mínimo 01 Coordenador ou Coordenadora da FASUBRA Sindical, que assinará, em conjunto com os(as) trabalhadores(as) signatários da convocação, a Ata, bem como os demais membros da Mesa Coordenadora da Assembleia;

§ 8º - Aplicam-se para a eleição de delegadas e delegados na(s) Assembleia(s) Geral(is) convocada(s) pela base, em conjunto com a Direção Nacional da FASUBRA Sindical, todos os critérios contidos no Art. 7º deste Regimento.

§ 9º - A ata, os editais de Convocação da Assembleia Geral e as respectivas listas de presença, devidamente rubricados pelo(s) representante(s) da Direção Nacional, pelos trabalhadores signatários da convocação e pelos demais membros integrantes da Mesa Coordenadora da Assembleia Geral, deverão ser entregues no ato do pré-credenciamento da entidade e enviados, impreterivelmente, à Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA, até o dia 26 de abril de 2018, no caso de assembleia convocada pelas direções das entidades de base, e no caso de assembleia convocada diretamente pela base, até o dia 30 de abril de 2018.

§ 10 - No caso previsto no caput deste artigo, os custos da participação do (a) representante da Direção Nacional serão custeados pela FASUBRA Sindical;

§ 11 - Os custos da inscrição de delegadas e delegados eleitos na Assembleia Geral convocada pela base serão computados como débito da entidade de base respectiva, e absorvidos inicialmente como despesa do XXIII CONFASUBRA;

§ 12 - A pauta deverá versar prioritariamente sobre o XXIII CONFASUBRA. Ou seja, pode haver informes, mas o primeiro ponto de pauta após os informes deverá ser o CONFASUBRA, podendo haver outros pontos posteriores. Poderá ter café, água e biscoito e ou bolacha nas assembleias.

§ 13 - A pauta já comunicada poderá ser adaptada para o formato explicado no § 12, sem necessidade de reenvio à Federação. A mesma constará dos documentos da entidade e da ata da assembleia, a serem objeto de análise da Comissão Organizadora no pré-credenciamento.

Art. 9º – Para as oposições sindicais reconhecidas pelas instâncias da FASUBRA Sindical, quando da escolha de delegados nas Assembleias Gerais (AG) e credenciamento, aplicam-se os mesmos critérios do artigo 20 e 21 do Estatuto da FASUBRA e seus parágrafos.

Parágrafo Único - No caso de tratar-se de oposição sindical (reconhecida pelas instancias deliberativas da FASUBRA sindical) em base de Instituição de Ensino Superior, cuja entidade sindical não seja filiada a Federação, os custos serão do XXIII CONFASUBRA.

Art. 10 - o prazo máximo de convocação das AG e comunicação a FASUBRA será até o dia 04 de abril de 2018, exceto nos casos das AG convocadas pela base, conforme previsão regimental.

§ 1º - No caso de impossibilidade de comparecimento de Coordenador ou Coordenadora, ou representante da FASUBRA Sindical, a Assembleia Geral ocorrerá normalmente, desde que observado o caput do artigo 7º deste Regimento;

§ 2º - É vedada a utilização da figura da Assembleia Geral itinerante ou permanente para a escolha de delegadas e delegados ao XXIII CONFASUBRA;

§ 3º - Para os Sindicatos que abranjam trabalhadores de mais de uma IES, os delegados e as delegadas poderão ser escolhidos nas Assembleias Gerais de cada uma dessas Instituições, observando-se os critérios estabelecidos neste Regimento.

§ 4º - No caso de seções sindicais, contemplando mais de uma IES no mesmo município de um mesmo sindicato, cada seção realizará sua assembleia;

§ 5º - Será garantida a escolha dos delegados nos Campi avançados ou unidades fora do município sede das IES da base do Sindicato, respeitada a proporcionalidade, de acordo com o tamanho da base sindical das respectivas Instituições;

§ 6º - Nos casos de instituições ou de campi avançados que tenham 10 ou mais técnico-administrativos, lotados naquele órgão, fica garantido 01 delegado, desde que, atinja o limite mínimo de 05(cinco) presentes na assembleia:

Trabalhadores e trabalhadoras na Base	Mínimo de Presentes na AG	Número de Delegadas e delegados
10-100	05	01
101-200	15	02
201-300	25	03

§ 7º - Os trabalhadores e Trabalhadoras dos campi localizados em outros municípios só poderão votar e ser votados no seu campus de lotação original, exceto quando não for convocada AG para este campus. No caso de não haver assembleia programada em algum campus, a direção da Entidade de Base deverá indicar, no edital, em qual assembleia os trabalhadores e trabalhadoras desse campus irão participar.

§ 8º - Sendo o campus avançado no mesmo município, a Assembleia Geral será realizada em um mesmo local. Em municípios diferentes, será garantida a realização de Assembleias Gerais naquele campus localizado em outro município.

§ 9º - Para os campi com menos de dez trabalhadores lotados, terão garantida sua participação em qualquer AG desde que registrada no edital de convocação, o local e participação daquele campus.

§ 10 - Durante as Assembleias Gerais e nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores e posteriores à realização dessas para eleição de delegados, a Entidade de Base e postulantes a delegados, em hipótese alguma, poderão realizar atos festivos como sorteios, bingos, posse de direção, ajuda de custo, pagamento de diárias, pagamentos jurídicos e confraternização. Caso isto ocorra a delegação, no caso do ato ter sido convocado pela entidade, ou a chapa que cometeu a irregularidade será impedida de se credenciar.

§ 11 - Nas entidades que tiverem representação multicampi, as Assembleias Gerais deverão ser realizadas em dias distintos. Somente no caso do número de assembleias exceder a integralidade dos dias úteis (ou seja, excetuados os feriados e finais de semana) de todo o período programado para a eleição de delegados (as) ao XXIII CONFASUBRA, será admitida a realização de mais de uma assembleia por dia da mesma entidade. Ou seja, o número de AG deverá ser distribuído de forma proporcional ao período programado para eleição dos delegados e das delegadas ao XXIII CONFASUBRA, não podendo, portanto, ter mais de uma AG por dia sem que haja assembleias em todos os dias úteis convocadas com a finalidade de eleição de delegadas e delegados ao XXIII CONFASUBRA. Observada esta premissa, e ainda assim sendo necessário convocar duas assembleias numa mesma data, as mesmas deverão realizar-se em turnos distintos, com distanciamento de pelo menos 3 horas entre uma assembleia e outra. Os pares de assembleias por data que sejam necessários estabelecerem-se conforme o disposto anteriormente deverão ser escolhidos e agrupados dentre o conjunto de assembleias, utilizando-se o critério de que apresentem a menor distância de deslocamento num mesmo dia, entre o conjunto de combinações de assembleias possíveis, otimizando a possibilidade de acompanhamento por parte da direção nacional da FASUBRA.

Art. 11 – Os Editais de Convocação das Assembleias Gerais de escolha de delegados, onde deverão constar a pauta, o local, a data e o horário de realização, deverão ser divulgados amplamente nos instrumentos de divulgação da entidade.

Art. 12 - No ato do pré-credenciamento deverão ser encaminhadas as cópias dos seguintes documentos:

- I - O Estatuto da entidade (registrado no Cartório);
- II - O Edital de Convocação da Assembleia Geral;
- III - A Ata da Assembleia Geral (modelo padrão fornecido pela FASUBRA);
- IV - A Lista de Presença fornecida pela FASUBRA;
- V - Documento oficial dos empregadores e/ou IES, relacionados à base, informando os quantitativos de trabalhadores, conforme artigo 1 do Estatuto da Fasubra, que façam parte da base sindical prevista no estatuto do sindicato.
- VI - Comprovação de regularidade da situação financeira junto a FASUBRA para as entidades que se encontrarem com pendências, conforme quadro divulgado anteriormente pelo setor financeiro da FASUBRA e pela Comissão Organizadora.

§ 1º - Todos os documentos e listas de presença, relacionados acima, exceto o inciso V, deverão ser datados e encaminhados com timbre da federação (incisos III e IV) e das entidades de base (incisos I e II), em meio eletrônico, e o original apresentado no ato do credenciamento.

§ 2º- O não cumprimento das exigências contidas no caput deste artigo e seus incisos implicará no não credenciamento dos delegados;

§ 3º- Nos casos em que a IE se recusar a fornecer as devidas informações, o Sindicato deverá no prazo estabelecido neste Regimento para convocação das Assembleias Gerais, comunicar à Comissão Organizadora do Congresso. Na inexistência de fornecimento de dados sobre quantitativo de trabalhadores terceirizados e/ou fundacionais, se houver previsão destes em sua base prevista no estatuto do sindicato, a entidade deverá informar listagem com relação dos trabalhadores terceirizados e/ou fundacionais filiados em fevereiro de 2018, por campus e instituição, sendo neste caso o quantitativo definido sobre o número de filiados para os efeitos de cálculo de delegados ao congresso da Fasubra.

§ 4º - No caso das oposições não será exigido o inciso 6º do artigo 12 deste Regimento.

Art. 13 - Para efeito de levantamento do número máximo de delegadas e delegados que cada entidade de base filiada tem direito a eleger, respeitados os demais dispositivos deste Estatuto e o Estatuto da entidade, a Direção Nacional da FASUBRA Sindical expedirá para todas as entidades filiadas documento solicitando atualização cadastral que deverá conter, no mínimo, solicitação de informações quanto ao número de trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas, trabalhadores e empregados de instituições públicas de ensino superior, sejam estas integrantes da administração indireta, autárquica ou fundacional, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apenas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IE, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios indissociáveis do ensino, da pesquisa, da extensão e assistência do órgão público de ensino, discriminado o quantitativo por cada um desses segmentos.

§ 1º - Não serão considerados os trabalhadores docentes sócios ou não sócios dos sindicatos filiados à FASUBRA Sindical, no cálculo do número máximo de delegados a que cada entidade filiada tem direito a eleger.

§ 2º - Todas as entidades de base filiadas estão obrigadas a fornecer estas informações atualizadas até o dia 20 de março de 2018.

Art. 14 - Os membros integrantes da Direção Nacional que não forem eleitos delegados na Assembleia Geral de sua respectiva Entidade de Base terão direito de participar da Comissão Diretora do CONFASUBRA, gozando apenas do direito à voz nos Grupos de Trabalho e Plenárias.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DO CONGRESSO

Art. 15 - O XXIII CONFASUBRA será composto dos seguintes órgãos:

- I - Comissão Organizadora;
- II - Comissão Diretora;
- III - Grupo de Trabalho;
- IV – Plenária (Assembleia Geral Nacional);
- V - Junta Eleitoral.

SEÇÃO I DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 16 - A organização do XXIII CONFASUBRA ficará a cargo da Comissão Organizadora composta por 9 (nove) membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, conforme a proporcionalidade da composição de sua direção, e dentre eles, os 02 (dois) membros da Coordenação de Administração e Finanças.

Art. 17 - À Comissão Organizadora compete:

I - Receber, processar e regularizar as inscrições de todos (as) delegados (as) dos Sindicatos participantes do XXIII CONFASUBRA, assim como a distribuição do credenciamento;

II - Providenciar a recepção, alojamento e alimentação dos Delegados e Delegadas ao CONGRESSO;

III - Coordenar o recebimento de teses apresentadas ao XXIII CONFASUBRA, sistematizando-as num documento de apoio a ser distribuído aos Delegados e Delegadas ao XXIII CONFASUBRA;

IV - Providenciar a divulgação das teses apresentadas ao XXIII CONFASUBRA, antecedendo ao processo de eleição dos (as) Delegados (as) pelas entidades filiadas;

V - Coordenar os trabalhos de construção e divulgação das resoluções do XXIII CONFASUBRA;

VI - Organizar as assessorias que julgar necessárias, que contribuirão com as atividades de competência da Comissão Organizadora;

VII - Preparar as pautas e expedientes da Plenária;

VIII - Propor as Mesas de Direção da Plenária que serão submetidas à Comissão Diretora, no ato de sua instalação e à aprovação da Plenária do Congresso, junto com a aprovação deste Regimento;

IX – No ato do pré-credenciamento a Comissão Organizadora deverá disponibilizar para cada representante de delegação, um formulário (banco de dados) com solicitação de informações relativas ao perfil de saúde e profissional dos delegados e delegadas.

X – A Comissão organizadora poderá, a critério, profissionalizar a contratação da infraestrutura para a realização do XXIII CONFASUBRA.

XI – Elaborar o documento final de resoluções aprovadas no XXIII CONFASUBRA e encaminhar toda a documentação oficial para os órgãos competentes, bem como repassar para a direção eleita pelo XXIII CONFASUBRA no prazo de 15 dias. (ou seja, até 26 de maio de 2018)

Art. 18 - Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

SEÇÃO II DA COMISSÃO DIRETORA

Art. 19 - A Direção do XXIII CONFASUBRA será exercida pela Comissão Diretora, composta pela Direção da FASUBRA Sindical mais 01 (um) representante por Sindicato credenciado.

§1º – As entidades de base deverão informar, no ato do credenciamento, o nome da delegada ou delegado escolhida / escolhido titular e suplente - para compor a Comissão Diretora.

§2º - As entidades de base, representadas no XXIII CONFASUBRA deverão apresentar à Comissão Diretora, nomes escolhidos entre os membros de sua delegação, em número a ser definido pela Comissão Diretora, os quais serão propostos para composição das Mesas Coordenadoras dos Grupos de Trabalho;

Art. 20 - Compete à Comissão Diretora:

I - Orientar e coordenar os trabalhos do XXIII CONFASUBRA;

II - Fiscalizar o cumprimento deste Regimento;

III - Designar responsáveis pela instalação dos Grupos de Trabalhos;

IV – A Comissão Diretora deverá apresentar aos Grupos um formato de Relatório padrão, para facilitar a sistematização dos relatórios que deverão ser apresentados em Plenária.

V - Supervisionar a preparação do Relatório Final dos Trabalhos e o Documento Final do CONGRESSO, e divulgar no prazo de 90 dias, os quais serão redigidos por uma Comissão Relatora profissionalizada, designada e contratada pela Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA;

VI - Examinar os recursos das decisões da Comissão Organizadora.

Art. 21 - Do Funcionamento da Comissão Diretora.

I - A Comissão Diretora será instalada no dia 07 de maio de 2018.

II – A organização dos Grupos de Trabalho deverá ser divulgada pela Comissão Diretora no 2º dia do XXIII CONFASUBRA.

SEÇÃO III DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 22 - A Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA distribuirá os delegados e delegadas inscritos/inscritas pelos Grupos de Trabalho.

§ 1º - A Comissão Organizadora formará tantos Grupos de Trabalho quantos forem necessários;

§ 2º - Só poderá haver mais de 01 (um/uma) delegado ou delegada por Sindicato em cada Grupo de Trabalho, caso a delegação tenha representantes em todos os Grupos.

Art. 23 - Os Grupos de Trabalho serão formados por delegados e delegadas devidamente credenciados/credenciadas, cabendo-lhes discutir as matérias constantes do temário do XXIII CONFASUBRA, bem como, emendar, modificar ou rejeitar as propostas contidas no documento de apoio e nas teses que lhes forem apresentadas nas discussões, durante a realização de suas reuniões.

Art. 24 - Todas as sessões de cada Grupo de Trabalho serão instaladas por um membro da Comissão Diretora, que realizará a eleição que irá definir a composição da mesa para coordenar, secretariar e fazer a relatoria dos grupos. No caso de inexistência de candidatos para ocupar uma vaga de relatoria, a mesma será assumida pelo coordenador do grupo.

Art. 25 - Ao fim da Sessão Temática dos Grupos de Trabalho, os Coordenadores/Coordenadoras e Relatores/Reladoras se reunirão sob a Coordenação dos membros que irão dirigir os trabalhos da Plenária referente ao temário da discussão, para elaborarem em meio eletrônico Relatório Único sobre o tema em pauta, que será apresentado à Plenária do respectivo tema, encaminhando-os à Comissão Diretora.

§ Único – Os Coordenadores/Coordenadoras, Secretários/Secretárias e Relatores/Reladoras dos Grupos de Trabalho deverão assinar os relatórios apresentados em formulários disponibilizados pela Comissão Diretora, identificando de forma legível o nome e a entidade a qual pertence.

SEÇÃO IV DAS PLENÁRIAS

Art. 26 - A Plenária é o órgão máximo e soberano do XXIII CONFASUBRA, e será composta pelas delegadas e delegados credenciados, com direito a voz e voto, e com a presença de observadores, observadoras, convidados e convidadas, com direito a voz e sem direito a voto, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, as decisões dos Grupos de Trabalho, observados o Temário, o Estatuto da FASUBRA Sindical, este Regimento e a Ordem do Dia.

Art. 27 - As sessões Plenárias serão dirigidas por uma Mesa, composta de Coordenador/Coordenadora, Vice-Coordenador/Vice-Coordenadora 01 Secretário/Secretária e 02 Relatores/Reladoras, indicados/indicadas pela Comissão Diretora e submetidos à aprovação da Plenária de abertura junto com a aprovação do Regimento do XXIII CONFASUBRA.

CAPÍTULO VII DO CREDENCIAMENTO

Art. 28 - O credenciamento ao XXIII CONFASUBRA será feito através de cada delegado e delegada participante, em fichas apropriadas fornecidas pela Comissão

Organizadora do Congresso, devendo o mesmo/mesma se identificar no ato do credenciamento, apresentando documento de identificação oficial com foto.

§ 1º - Para a efetivação do credenciamento é obrigatória a apresentação, pelas Entidades de Base, dos originais dos documentos listados nos incisos de I a VI, artigo 12, e § 1º deste Regimento.

§ 2º - O credenciamento dos delegados e delegadas titulares iniciar-se-á no dia 06 de maio às 8 horas e encerrar-se-á às 12 horas do dia 07 de maio de 2018.

§ 3º - O credenciamento dos delegados e delegadas suplentes acontecerá das 13h às 18h do dia 07 de maio de 2018. Serão credenciados/credenciadas suplentes de delegados e delegadas, respeitando a proporcionalidade das respectivas chapas presentes ao XXIII CONFASUBRA, conforme definido no artigo 5º, parágrafo 4º deste Regimento.

§ 4º - No ato do credenciamento, caso ocorra substituição de delegado/delegada titular, a entidade deverá informar por escrito à Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA;

§ 5º - Não será aceito o credenciamento de delegado e delegada cujo nome não conste registrado na ata e lista de presença da Assembleia Geral convocada para escolha dos delegados e delegadas ao XXIII CONFASUBRA, salvo justificativa definida em resolução da Assembleia Geral, expressa na ata;

§ 6º - Findo o prazo para o encerramento do credenciamento dos delegados e delegadas e seus respectivos suplentes, não será aceita, em hipótese alguma, a substituição de qualquer credenciado/credenciada;

§ 7º - No ato do credenciamento dos delegados e delegadas será fornecido pela Comissão Organizadora um cartão de votação, nominalmente identificado e intransferível;

§ 8º - Em nenhuma hipótese será fornecido mais de um cartão de votação por delegado/delegada, nem outra via do mesmo;

§ 9º - No ato do credenciamento dos delegados e delegadas, as entidades deverão saldar integralmente o valor correspondente às taxas de participação no XXIII CONFASUBRA;

§ 10 - Para fim de cobertura de despesas necessárias à organização do XXIII CONFASUBRA, 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos delegados e delegadas de cada entidade deverá ser depositado até o dia 26 de abril de 2018, em conta corrente a ser informada pela Comissão Organizadora. Os outros 70% (setenta por cento) deverão ser efetuados até o ato do credenciamento, cujo valor da taxa de inscrição será de R\$ 700,00 por delegado/delegada calculado já com o subsídio garantido pela Federação, e o valor por observador/observadora calculado com base no valor integral da taxa de inscrição conforme § 12 deste artigo.

§ 11 - As entidades que resolverem fazer o pagamento no ato de credenciamento deverão fazê-lo em espécie ou por transferência bancária (sendo considerado o momento da efetivação da transferência – a Comissão Organizadora não se responsabiliza por problemas de ordem técnica de computadores, operadoras de telecomunicações e/ou instituições bancárias). Não serão aceitos cheques.

§ 12 - No valor da taxa de inscrição estão incluídos os pernoites, as refeições do período, material de apoio e 01 (um) Caderno de Textos, bem como toda infraestrutura de apoio.

CAPÍTULO VIII DO TEMÁRIO

Art. 29 - Será objeto de discussão e deliberação do XXIII CONFASUBRA o seguinte Temário:

Mesas / Plenárias Centrais:

- 1) Conjuntura Nacional e Internacional
- 2) Educação / projeto universidade e hu
- 3) Opressões (Mulheres, LGBTI, Raça e Etnia)
- 4) Alteração Estatutária
- 5) Prestação de Contas
- 6) Eleição da Direção Nacional e Conselho Fiscal

Mesas Temáticas (poderão sofrer alteração a critério da comissão organizadora):

- a) Organização e Estrutura Sindical
- b) Relações de Trabalho
- c) 100 anos da Revolução Russa / greve geral de 1917 no Brasil
- d) Assuntos de Aposentadoria / aposentandos/as
- e) Comunicação contra hegemônica
- f) Estaduais
- g) Raça e etnia
- h) Mulheres
- i) LGBTI
- j) Hospitais Universitários (HU)

CAPÍTULO IX DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 30 - Cada delegado e delegada devidamente credenciado/credenciada terá direito a 01 (um) voto;

§ 1º - As votações nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias serão feitas levantando-se os cartões de votação;

§ 2º - Em caso de dúvida, as votações serão feitas por meio de contagem de votos;

§ 3º - Não será permitido voto por procuração;

Art. 31 - As deliberações nas Plenárias serão tomadas por maioria simples, excetuados os temas em que existam determinações específicas no Estatuto da FASUBRA Sindical.

Art. 32 - Nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias somente será permitida a discussão de matéria constante do Temário e da Ordem do Dia.

Art. 33 – Toda delegada e delegado que desejar intervir nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias deverá se inscrever previamente junto à Secretaria da Mesa, que o fará segundo a ordem de inscrição.

§ 1º - As inscrições nos grupos de trabalho se encerrarão ao final da palavra do 5º orador/oradora, e nas plenárias será apresentada metodologia pela Comissão Organizadora;

§ 2º - O tempo para intervenção será de 03 (três) minutos, nele compreendendo o tempo de eventuais apartes, podendo ser prorrogado, a critério da Mesa, por mais 01 (um) minuto;

§ 3º - É vedada a cessão de tempo de um delegado/delegada para outro/outra.

Art. 34 - Cada Grupo, que discutirá todos os temas, somente poderá deliberar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo constar do seu relatório todas as propostas que atingirem o mínimo de 20% (vinte por cento) do total de votos do Grupo de Trabalho.

Art. 35 – A mesa condutora da Plenária Final garantirá que durante a leitura dos relatórios apresentados pelos Grupos de Trabalho, a discussão e votação dos destaques, serão realizados ao final de cada tema, podendo ser agrupados por semelhança de conteúdo.

§ 1º - Terminada a leitura do relatório, a Mesa submeterá a aprovação em bloco às propostas não destacadas;

§ 2º - Definida a forma de encaminhamento das propostas destacadas, a Mesa abrirá uma intervenção para cada grupo de propostas em discussão, e o critério dos delegados e delegadas inscritos /inscritas para defesa, e a ordem de intervenções será definida por sorteio;

§ 3º - A critério dos delegados e delegadas inscritos/inscritas para defesa, o tempo de intervenção poderá ser dividido entre dois/duas ou mais oradores/oradoras, desde que informado à Mesa antes do início das defesas;

§ 4º - Após as defesas, a Mesa consultará o Plenário sobre a necessidade de novas intervenções para tirar dúvidas, passando em seguida a fase de votação, encaminhamento ou pedidos de esclarecimento;

§ 5º - É facultada à Mesa Diretora dos trabalhos, por decisão de maioria simples de seus membros, abrir 02 (duas) intervenções alternadas para defesa de cada proposta;

§ 6º - Somente poderão ser votadas em Plenária as propostas que sejam oriundas dos Grupos de Trabalho e constem no relatório consolidado apresentado à Plenária.

Art. 36 - Os pedidos de declaração de voto somente serão aceitos em caso de abstenção do delegado/delegada, devendo ser solicitada no ato da votação e apresentado por escrito à mesa que fará a leitura da declaração;

§ 1º - O tempo para leitura da declaração de voto será de 01 (um) minuto e improrrogável;

§ 2º - Os delegados/delegadas que defenderem propostas não terão direito a solicitar declaração de voto;

Art. 37 - Os recursos de votação deverão ser apreciados na mesma Plenária em que forem postulados, dentro do próprio Tema.

CAPÍTULO X DAS TESES E MOÇÕES

Art. 38 - Os trabalhos apresentados pelas entidades ou participantes obedecerão à seguinte classificação:

I - TESES: devendo versar sobre item (s) constante (s) do Temário;

§ 1º - As teses deverão ser enviadas em meio eletrônico à Comissão Organizadora até as 18 horas do dia 18 de agosto de 2017, horário de Brasília-DF, e podem ser atualizadas até as 23:59:59, horário de Brasília, do dia 05 de março de 2018 em decorrência da nova data do CONFASUBRA estabelecido pela plenária nacional, sendo mantidos os mesmos limitadores de número máximo de caracteres para a definição do tamanho da tese.

§ 2º - O não cumprimento desse prazo implicará na sua não publicação no Caderno de Teses do XXIII CONFASUBRA;

§ 3º - As teses deverão ser entregues, em mídia eletrônica, com solicitação de

confirmação de recebimento e deverão conter um máximo de 250.000 caracteres incluindo os espaços em branco, para o e-mail “congresso@fasubra.org.br”;

§ 4º - A Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA deverá sistematizá-las, ordenando-as por sorteio já realizado, e disponibilizá-las na página da FASUBRA Sindical até as 18h do dia 07 de março de 2018, bem como inseri-las na mesma ordem do sorteio, no caderno de teses do XXIII CONFASUBRA.

§ 5º - As moções para deliberação em Plenário do XXIII CONFASUBRA deverão ser apresentadas em meio eletrônico, encaminhadas para congresso@fasubra.org.br, até as 19h do dia 09 de maio de 2018.

CAPÍTULO XI DAS ELEIÇÕES DA DIREÇÃO NACIONAL E DO CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2018/2020

Art. 39 - Os membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical e do CONSELHO FISCAL serão eleitos no XXIII CONFASUBRA para um mandato de dois anos, obedecendo às normas constantes do Estatuto e do Regimento Eleitoral, aprovado pelo Plenário do XXIII CONFASUBRA.

Art. 40 - As eleições da Direção Nacional serão regulamentadas e executadas por uma Junta Eleitoral composta de 09 (nove) membros titulares, que serão indicados pela Direção Nacional, respeitando-se a proporcionalidade de representação política estabelecida no XXII CONFASUBRA, a ser submetida à aprovação da Plenária de Abertura do Congresso.

§ 1º - Os (as) componentes - titulares e suplentes - da Junta Eleitoral não poderão concorrer às eleições da Direção Nacional e Conselho Fiscal.

§ 2º - Nenhum dos atuais membros da Direção Nacional ou do Conselho Fiscal da FASUBRA Sindical poderá integrar a Junta Eleitoral.

Art. 41 - A eleição obedecerá ao critério da proporcionalidade qualificada nos termos do estatuto da FASUBRA.

Art. 42 - Somente poderão votar e ser votados delegados e delegadas credenciados/credenciadas ao XXIII CONFASUBRA.

§ Único - Só poderão ser membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, ou do Conselho Fiscal, os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes à base da Federação.

CAPÍTULO XII

Art. 43 - Os casos omissos neste Regimento serão dirimidos pela Comissão Diretora do XXIII CONFASUBRA, cabendo recurso à Plenária/Assembleia Geral.

Este Regimento foi aprovado na Plenária Nacional da FASUBRA realizada em Recife nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2017, e atualizado na Plenária Nacional da FASUBRA, realizada em Brasília-DF, nos dias 02, 03 e 04 de março de 2018.

Ressignificar

“Dos medos nascem as coragens. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio.” Eduardo Galeano

No dia 20 de janeiro de 2017, Donald Trump tomou posse como 45º presidente dos Estados Unidos. O polêmico magnata republicano, nascido há 70 anos em Nova Iorque, recebeu o cargo o democrata Barack Obama. Eleito em novembro de 2016, com uma plataforma para assuntos internos mais conservadora que a da candidata democrata Hillary Clinton, o republicano dá prosseguimento, nos assuntos externos, à política imperialista estadunidense.

O intervencionismo dos Estados Unidos tem atacado a governabilidade de países africanos, asiáticos, europeus, latino-americanos e do oriente médio, geralmente pobres ou em desenvolvimento, provocando desestabilização política e social.

A partir do desrespeito à soberania dos povos, os Estados Unidos fomentam o ódio e acabam por incentivar o fortalecimento de grupos terroristas, que fazem frente aos atos ianques, espalhando medo e terror por todo o mundo, forçando a migração de pessoas que se veem obrigadas a fazê-lo para tentar sobreviver.

Quando ocorreram os ataques terroristas na cidade francesa de Nice, em julho de 2016, nos quais 84 pessoas morreram durante a festa nacional dos franceses, o país ainda chorava por outros atentados. No início de 2015, 17 pessoas haviam morrido em Paris, no atentado à sede do semanário *Charlie Hebdo*. Em novembro daquele ano mais 130 pessoas morreram no atentado à casa de espetáculos parisiense, *Bataclan*.

O terror tem levado medo à Europa, à África, ao Oriente Médio e à Ásia. No aeroporto de Istambul, Turquia, homens-bomba fizeram 44 vítimas fatais. No norte da Nigéria, 86 pessoas morreram após ataques com bombas. Na capital da Alemanha, um caminhão desgovernado deixou 12 mortos.

No aeroporto e no metrô de Bruxelas, cidade sede da União Europeia, explosões mataram 35 pessoas. Os Estados Unidos sofreram o pior ataque a tiros da história do país, deixando 49 mortos, quando uma boate gay de Orlando foi alvo de um assassino, americano de origem afegã, investigado pelo FBI. Em Cabul, no Afeganistão, no fim de maio de 2017, um novo atentado deixou mais de 150 mortos.

O parlamento iraniano, com sede em Teerã, sofreu no início de junho de 2017 um ataque terrorista sem precedentes, no qual 13 pessoas morreram. O atentado mais recente, que chocou o mundo, foi em Londres e foi reivindicado pelo grupo extremista Estado Islâmico. O atentado aconteceu no início de junho e provocou um terremoto político, com pedidos de renúncia à primeira-ministra Theresa May.

Foi o terceiro ataque em três meses no Reino Unido. Manchester, também na Inglaterra, sofreu um ataque no show da artista norte-americana Ariana Grande, quando um britânico, descendente de uma família da íbia, se suicidou e deixou pelo menos 22 pessoas mortas, incluindo crianças e adolescentes, e outras 59 pessoas feridas em um atentado ocorrido no fim de maio.

Esses últimos acontecimentos influenciaram na eleição que foi antecipada de 2020 e aconteceu em 8 de junho de 2017, pois a primeira-ministra e líder dos Conservadores estava confiante de que uma eleição antecipada iria fortalecer sua

posição no início das negociações do Brexit. A expectativa de Theresa May em antecipar as eleições e ampliar a representação do Partido Conservador não se concretizou, pelo contrário, a antecipação das eleições acabou com a maioria absoluta dos conservadores, que agora precisam se aliar com algum outro partido, para criar um governo de maioria, e ainda fortaleceu o Partido Trabalhista que, diferente do que as pesquisas indicavam, ganhou mais 30 cadeiras no parlamento britânico.

A União Europeia (UE) vem tendo sérias dificuldades em manter o bloco de países europeus em sintonia e unidos, principalmente após a decisão da Grã-Bretanha, em junho de 2016, em deixar a UE. Os países pertencentes ao bloco têm a expectativa de ter mais vantagens em relação à Grã-Bretanha. Em compensação, a primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, está decidida a dificultar a ambição desses países. Falta saber se agora, com a derrota nas eleições britânicas, ela terá êxito.

Reunido em 26 e 27 de maio de 2017 na cidade italiana de Taormina, na região da Sicília, o G7 (grupo composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) reuniu as sete economias mais avançadas do mundo, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), países que representam mais de 64% da riqueza líquida global, equivalente a US\$ 263 trilhões. O resultado da reunião é um ascendente isolamento político de Donald Trump, que precisa de mais tempo para decidir sobre temas cruciais, como o clima e o comércio.

Os únicos pontos de concordância na reunião do G7 são sobre temas como Líbia, Coreia do Norte e a luta contra o terrorismo na Internet. A primeira-ministra alemã, Angela Merkel, definiu o encontro como difícil e insatisfatório. Os outros seis países, que formaram um bloco durante os dois dias, aceitam transitar por um período de incerteza até a próxima reunião do G20, realizada nos dias 7 e 8 de julho, em Hamburgo, Alemanha.

A guerra na Síria adquiriu um cenário de barbárie que mexeu com os brios dos países ricos, que ameaçam invadir o país há tempos. Os ataques químicos, a intervenção ianque e a falta de apoio da comunidade internacional aprofundam a guerra, que parece não ter fim. Assim como foi a invasão ao Iraque pelos EUA, sob o pretexto de utilização de armas químicas pelo então presidente Saddam Hussein, se encaminha uma intervenção americana na Síria.

As diferenças são que as reservas de petróleo e água não se aproximam das do Iraque e, além disso, há o apoio direto dos russos ao presidente Bashar al-Assad, contrariando os interesses estadunidenses. Esses são fatores que, por enquanto, pesam para os EUA.

As Nações Unidas ainda não foram acionadas para a interferência nesta guerra civil, mas dão apoio velado à política norte-americana para o mundo. A tensão entre as Coreias do Norte e do Sul só aumenta com novas interferências norte-americanas, como algumas ameaças e o deslocamento de vários navios para o mar sul-coreano, além de atividades conjuntas entre americanos e sul-coreanos, só fizeram reacender o conflito. Na reunião do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), em maio de 2017, a vice-secretária geral da ONU afirmou que a erradicação da pobreza continua sendo o maior desafio global.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Um pouco da América Latina e dos Países Emergentes

A direita e o neoliberalismo voltaram ao poder na Argentina, em dezembro de 2015, quando Mauricio Macri foi eleito presidente. Em seu discurso de posse no Congresso, comprometeu-se a promover a justiça social, incentivar a educação, combater o narcotráfico e a corrupção e promover a unidade nacional.

Esse comprometimento ficou apenas no discurso e, como resposta, o povo argentino realizou uma grande greve geral em protesto contra as medidas de austeridade, parando setores-chave do país, como educação, com grande parte das escolas fechadas, transportes, saúde, indústria e setor bancário.

A economia argentina recuou 2,3% em 2016. Apesar da promessa eleitoral de baixar a inflação para 10% em dois anos, o índice, no primeiro ano do governo de Macri, chegou a 40%, e com ele houve uma queda no poder aquisitivo da população. A pobreza no país também vem aumentando; quase um terço dos argentinos vive na pobreza.

O Congresso da Colômbia referendou, em dezembro de 2016, o segundo acordo de paz assinado pelo governo e a guerrilha FARC. A assinatura de um novo acordo de paz – depois da derrota do anterior no plebiscito realizado em 2 de outubro de 2016 – é, acima de tudo, a constatação clara e inequívoca de que as duas partes desejam acabar com a guerra civil mais antiga do continente americano. Essa vontade de paz é o mais importante passo para implementar os cordões e encerrar 52 anos de guerra civil.

No final da década passada, os governantes dos BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - institucionalizaram o bloco, organizando-se de forma mais estruturada, estabelecendo agendas de trabalho comuns e reuniões anuais de chefes de Estado. Neste sentido, uma das primeiras medidas concretas do bloco foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), em 2015.

A sede do Banco é em Xangai. O NDB visa a prestar apoio financeiro a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, públicos ou privados, nos países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. O capital subscrito inicial do banco é de US\$ 50 bilhões, havendo autorização para chegar a US\$ 100 bilhões.

A diferença em relação aos bancos de desenvolvimento existentes é que, neste caso, há igualdade nas decisões de gestão da entidade: cada país possui um voto. O esforço do BRICS, para tentar alterar o status quo e criar relações de poder menos desiguais entre as potências desenvolvidas e os países do Sul global, é interessante. O NDB é um passo nesta direção, mas os desafios do banco são imensos.

O caminho ideal para o NDB deveria ser instituir práticas públicas inovadoras de transparência, prestação de contas e participação social. Neste sentido, é importante que a sociedade civil e os movimentos sociais se unam para garantir que o propósito original do NDB seja mantido, ou seja, uma instituição que efetivamente impulse o desenvolvimento socioambiental justo, inclusivo e participativo.

Um dos exemplos de fracassos na Previdência Social é o Chile. Desde 1981, quando o país privatizou o sistema, as consequentes mudanças e reformas apenas

aumentaram o rombo, devolvendo uma média equivalente a R\$ 440 mensais aos aposentados, metade do que hoje é pago no Brasil. O sistema público fechado pela ditadura de Pinochet (1973-1990), proclamado como conquista à época pelos economistas neoliberais, fez com que a população passasse a contribuir, obrigatoriamente, ao sistema privado, denominado Administradoras de Fundos de Pensões (AFP).

O mecanismo de pensões implementado pela ditadura tem origem privada, está vinculado à seguridade não social, mas sim individual, e se assemelha a uma espécie de poupança obrigatória. Para a população e para as autoridades, a crise profunda do sistema é uma evidência: 91% dos chilenos aposentados recebem no máximo 235 dólares (726 reais), que representam apenas dois terços do salário mínimo do Chile.

Na Venezuela, a tentativa de sujar a imagem e criminalizar o presidente Nicolás Maduro, eleito pela maioria do povo venezuelano, continua. Após ataques de diversos países, em especial do Brasil pós-golpe, com o Itamaraty de José Serra tentando comprar o voto do Uruguai para evitar a presidência venezuelana no Mercosul e com o atual Itamaraty de Aloysio Nunes fazendo lobby para retirar a Venezuela do bloco.

O governo venezuelano afirmou que teme uma intervenção militar dos Estados Unidos. A denúncia foi feita na Organização dos Estados Americanos – a OEA. O atual conflito político da Venezuela insere-se no quadro maior de uma grande ofensiva conservadora e autoritária contra os governos progressistas da América do Sul, que lograram resgatar dezenas de milhões de pessoas da miséria e da exclusão. Tal ofensiva visa restaurar as fracassadas políticas neoliberais que, no passado recente, aumentaram a desigualdade social, precarizaram os mercados de trabalho, diminuíram a participação dos salários no PIB e comprometeram, em diversos níveis, a soberania dos Estados da região.

Panorama do trabalho no mundo

As crises financeiras e econômicas mundiais, além dos efeitos perversos que causam, abrem novas oportunidades para o privilégio de alguns segmentos em detrimento da maioria.

No sistema capitalista, em geral, quem paga a conta são os trabalhadores, com o agravamento das condições de empregabilidade e/ou o aumento dos subempregos. As desigualdades sociais se agravam e o caos se instala nos países que não têm um mercado interno suficientemente equilibrado para garantir o consumo diante do aumento de uma demanda.

Em 2017, a OIT previu que o número de pessoas desempregadas no mundo chegue a pouco mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 2,7 milhões previsto para 2018, já que o ritmo de crescimento da força de trabalho supera o de criação de empregos. A projeção consta no relatório World Employment and Social Outlook – Trends 2017 (WESO) divulgado no início de 2017.

Segundo a OIT, a maior parte desse crescimento de pessoas sem emprego ocorrerá nas economias emergentes, citando o Brasil e a China como países que mais contribuirão para o aumento do número de desempregados. O contingente de desempregados no mundo cresceu 27 milhões em relação a 2007, ano anterior ao da crise financeira global.

A taxa de desemprego das economias desenvolvidas diminuiu de 7,1% em 2014 para 6,7% em 2015. Na maioria dos casos, no entanto, estas melhorias não foram

suficientes para eliminar a lacuna de empregos que surgiu como resultado da crise financeira global. Além disso, as perspectivas de emprego se enfraqueceram nas economias emergentes e em desenvolvimento, notadamente no Brasil, na China e nos países produtores de petróleo.

Os autores do estudo também apontam para o fato de que a qualidade do emprego continua a ser um grande desafio. A redução da pobreza dos trabalhadores está desacelerando, colocando em risco a perspectiva de erradicação conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O número de trabalhadores que ganham menos de US\$ 3,10 por dia deve ter um aumento de mais de 5 milhões nos próximos dois anos nos países em desenvolvimento.

Embora tenha havido uma diminuição nas taxas de pobreza, a taxa de declínio do número de trabalhadores pobres nas economias em desenvolvimento desacelerou e o emprego vulnerável ainda responde por mais de 46% do emprego total no mundo, afetando quase 1,5 bilhão de pessoas.

As formas vulneráveis de trabalho – como trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria – devem constituir mais de 42% da ocupação total, ou seja, 1,4 bilhão de pessoas em todo o mundo em 2017. O emprego vulnerável é particularmente alto nos países emergentes e em desenvolvimento, atingindo entre metade e três quartos da população empregada nesses grupos de países, respectivamente, com picos no sul da Ásia (74%) e na África Subsaariana (70%).

Ao mesmo tempo, o relatório adverte que a incerteza global e a falta de empregos e trabalhos decentes, entre outros fatores, alimentam o mal-estar social e a migração em muitas partes do mundo. A crise financeira e econômica mundial expôs a ineficiência da regulação da economia pelos mercados, defendida com veemência pelos neoliberais. A ineficiência deste sistema econômico já provou que não há como governar sem a retirada dos direitos dos trabalhadores destes países.

Assim, o socialismo sempre será o sistema alternativo proposto frente ao vigente capitalismo neoliberal, que não oferece condições para melhorar a vida dos trabalhadores mas, pelo contrário, exacerba a desigualdade no mundo inteiro. Neste sentido, com base no exposto acima, é necessário que os movimentos sociais, no mundo, apreendam os traços no atual momento de desenvolvimento do modelo societário do capital, que esboçam, em nosso ponto de vista, um processo estrutural de falência das possibilidades de algum avanço positivo no modo de produção capitalista.

Ou seja, afirmamos aqui que o horizonte próximo, ou mesmo de longo prazo, é o aprofundamento da barbárie muito bem materializado no aumento dos conflitos bélicos, da miséria, da fome, da desinformação, das violências, enfim, da desigualdade.

Reaproximação de Cuba e Estados Unidos

No final de 2015, a decisão dos presidentes Barack Obama e Raúl Castro de retomar as conversas entre Cuba e Estados Unidos para que os laços diplomáticos fossem reatados foi histórica. Desde então, a relação entre os dois países vem aos poucos se estreitando em direção ao que parece ser o fim de um dos mais conhecidos conflitos geopolíticos.

O relacionamento entre Cuba e Estados Unidos se rompeu quase completamente depois de 1962. No mesmo ano, os EUA impuseram um severo e criminoso embargo econômico a Cuba, ou seja, uma interdição proibindo qualquer tipo de relação comercial, financeira ou econômica com a ilha. O objetivo era tentar fazer com que a população, privada do acesso a bens de consumo, e empresas, impedidas de realizarem negociações comerciais com as companhias norte-americanas, forçassem a queda de Fidel Castro.

As conversas entre o governo de Cuba e Estados Unidos começaram em junho de 2013. Foram realizados diversos encontros entre os representantes dos dois lados no Vaticano e no Canadá. Segundo a Casa Branca, o Papa Francisco teve papel crucial na reaproximação. Em pronunciamento naquele ano, Barack Obama lembrou que os EUA já possuíam relações econômicas com a China há 35 anos, um país comunista de longe muito maior do que Cuba, assim como também reatou relações com o Vietnã.

O anúncio da retomada das relações foi feito oficialmente em 17 de dezembro de 2014. Após a troca de prisioneiros entre os dois países, o presidente Obama declarou que estava pronto para negociar os termos da reaproximação. Em junho de 2015, os Estados Unidos retiraram Cuba da lista dos países patrocinadores do terrorismo.

O país havia entrado na lista após oferecer exílio a fugitivos procurados nos EUA e acolher membros de grupos terroristas como do basco ETA e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A retirada de Cuba da lista era uma reivindicação do governo cubano para o pleno restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Esse é o início de uma reaproximação e, certamente, ainda existem muitas barreiras a serem superadas. O primeiro passo foi dado.

O meio ambiente e os interesses do capital

Já passou a hora de rever a doutrina neoliberal em todos os seus aspectos, inclusive no que se refere às privatizações. Em especial, é hora de eliminar uma das metas do Consenso de Washington, de 1989, sobre a privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura. É o caso da água, que querem transformar em mercadoria e não em patrimônio público de todos os seres vivos. O objetivo central é gerar lucro e garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores.

A privatização da água implica na exclusão de quem não pode pagar, e tem impedido o acesso a este recurso principalmente nos países pobres. Em poucos anos, quem for dono da água terá amplo poder econômico e político, com poder de decisão sobre a vida humana.

Se a água é uma necessidade básica do ser humano, um direito humano fundamental, sua propriedade não pode ser entregue a alguém ou a um grupo de empresários, cujo único propósito é a maximização de lucros. Se isso ocorrer, cada ser vivo será diretamente prejudicado e sujeito à morte.

Devemos ter em mente que, assim como o petróleo foi o estopim para muitas guerras no século passado, a propriedade da água doce e potável será, em breve, razão para a disputa pelos países que não a possuem. Novas guerras podem surgir e o Brasil precisa estar atento e vigilante para a defesa de seu patrimônio, pois temos uma das maiores reservas de água doce no mundo, no aquífero Guarani.

O meio ambiente e os interesses do capital

Outra preocupação mundial é o crescente aquecimento global, que pode provocar consequências catastróficas. O aquecimento da Terra está levando ao derretimento das calotas polares e de geleiras, elevando o nível das águas dos oceanos e dos lagos, submergindo ilhas, amplas áreas litorâneas e mangues.

O superaquecimento das regiões tropicais e subtropicais contribui para intensificar o processo de desertificação e de proliferação de insetos nocivos à saúde humana e animal. A destruição de habitats naturais provocaria o desaparecimento de espécies vegetais e animais.

Diversos países do mundo estão pensando em soluções menos agressivas ao meio ambiente para garantir o crescimento econômico e a tal da sustentabilidade. Porém, o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deixou ambientalistas perplexos ao assinar em março de 2017 um decreto revogando políticas climáticas importantes adotadas por seu antecessor.

Em seu governo, Obama adotou o Plano Energia Limpa em agosto de 2015, que tinha como objetivo reduzir consideravelmente a emissão de gases do efeito estufa no país, através, principalmente, do combate aos combustíveis fósseis, substituindo-os pelas chamadas energias limpas – que não liberam gases que contribuem para o aquecimento global.

Os combustíveis fósseis, como o carvão mineral, o gás natural e o petróleo, liberam durante sua queima elevadas quantidades de dióxido de carbono (além de outros poluentes) para a produção de energia e, por isso, estão entre os principais vilões do aquecimento do planeta. Trump é conhecido por não acreditar nas mudanças climáticas e este novo decreto torna as metas estipuladas na 21ª edição da Conferência do Clima, realizada em dezembro de 2015, em Paris, cada vez mais difíceis de serem cumpridas.

O planeta é capaz de absorver até certa quantidade dos gases do efeito estufa. Assim, a humanidade precisa aprender a viver dentro destes limites impostos pela natureza. Esta, grosso modo, seria a solução definitiva.

O mundo está pronto para uma revolução energética, mas os governos têm que apoiar sua retórica contra o aquecimento global em ações concretas para o desenvolvimento das energias renováveis. A humanidade tem hoje recursos tecnológicos para resolver esta situação, mas os governantes dos países que compõem o G7 colocam a questão como prioridade?

Recomendações a serem aprovadas pelo Congresso

- Intensificar o apoio aos movimentos dos trabalhadores do mundo. Em defesa dos seus direitos;
- Defender um modelo econômico que garanta um mundo melhor para todos, sem discriminação de classe;
- Posicionar-se contra a retirada dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo;
- Denunciar junto à Organização Internacional do Trabalho as convenções ratificadas pelo Brasil e desrespeitadas pelos governos Brasileiros, seja de qual esfera for [estadual, municipal e federal]

- Posicionar-se contra a interferência dos países imperialistas na soberania de qualquer povo;
- Posicionar-se contra os conflitos armados, que nada mais são do que o financiamento da indústria armamentista e causadores da migração forçada;
- Defender formas limpas e renováveis de energia;
- Posicionar-se contra a privatização e a internacionalização da Amazônia e da água do planeta;
- Lutar pela preservação do planeta;
- Fortalecer os BRICS e iniciativas semelhantes;
- Posicionar-se contra o projeto neoliberal, lutando contra a precarização do trabalho, as privatizações e o Estado mínimo;
- Defender o socialismo para a melhoria de vida da classe trabalhadora mundial, por uma sociedade justa e igualitária.

CONJUNTURA NACIONAL

“A democracia que eles querem nos impingir é a democracia antipovo, da antirreforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. A democracia que eles querem é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais; é a democracia que luta contra governos populares”. João Goulart, 13 de março de 1964.

O ano de 2013 foi um ano de grandes manifestações de rua no Brasil, principalmente da juventude, com características apartidárias, tendo como pauta a má qualidade e o custo alto das passagens dos transportes coletivos, num forte questionamento sobre a qualidade de serviços públicos prestados à população. Num primeiro momento, organizadas com o foco justo, no barateamento e isenção dos preços cobrados, foram criticadas pela mídia. Aos poucos, outros grupos apartidários e independentes foram se envolvendo nas manifestações e trazendo outras pautas.

A partir do momento que iniciaram os questionamentos ao governo federal e a exclusão dos partidos claramente de esquerda das atividades, as manifestações ganharam cobertura ao vivo e em rede nacional. Como solução, o governo federal começou a financiar alguns programas e os estados e prefeituras se comprometeram a não reajustar as passagens. A presidenta Dilma foi à TV e rádio apresentar propostas de reforma política e subsídios para o transporte público, mas muitas dessas proposições não avançaram por decisão da oposição.

Naquele momento, com um mercado de trabalho ainda apresentando um cenário positivo, mesmo sem um cenário robusto de crescimento econômico, o Brasil registrava baixas taxas de desemprego, mantinha a geração de novos postos de trabalho formais e as negociações coletivas apresentavam reajustes salariais com ganhos reais na faixa dos 2%. Em 2013, o país cresceu 2,3%, indicador relevante se considerada a estagnação da economia mundial; a inflação oficial ficou dentro da meta, 5,91%. (Boletim de Conjuntura I, Dieese, 2014)

Em março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a operação que viria a ser conhecida como Lava Jato, unificando quatro investigações que apuravam a prática de crimes

financeiros e desvio de recursos públicos. Iniciava-se uma operação mais política do que criminal, com a maior “caçada” feita a um homem e a um partido no Brasil.

O ano de 2014 foi marcado pela continuidade da crise do sistema capitalista internacional e sua repercussão na economia nacional, de pós Copa do Mundo e do aumento das tensões sociais. É o ano também das eleições para a Presidência da República, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais. A disputa eleitoral foi feroz, com as forças conservadora intensificando a campanha de desgaste do governo, com o objetivo principal de derrotar nas urnas a reeleição de Dilma e o projeto que vinha sendo construído nos últimos anos para o país.

O principal fato ocorrido antes do primeiro turno das eleições de 2014 foi a morte trágica do então candidato a presidente pelo PSB, Eduardo Campos, que tinha como sua vice Marina Silva. Esta, por sua vez, assumiu a candidatura à Presidência, com propostas neoliberais e apoiada pelos herdeiros do banco Itaú, sendo apontada com grandes chances de ir ao segundo turno. Mas a realidade foi outra: Marina se mostrou frágil, corrigiu várias vezes o seu programa de governo, mostrou-se incapaz de lidar com as dificuldades e de ter respostas de como governar sem alianças com outros partidos. Terminou o primeiro turno das eleições em terceiro lugar.

No segundo turno, a militância foi a estrela da campanha e fez crescer a candidatura de Dilma Rousseff (PT) na reta final. O PT ganhou pela quarta vez do PSDB e, neste momento, as forças conservadoras colocaram em marcha uma estratégia de derrubada do ciclo dos governos opulares. Neste sentido, “o candidato perdedor (Aécio Neves - PSDB) começava a sua choradeira de menino birrento, que não aceita a derrota”, dando início a uma campanha de desestabilização institucional do país.

E foi nesse clima que Dilma Rousseff assumiu o seu segundo mandato, em janeiro de 2015, com a oposição iniciando a sangria da imagem e do governo Dilma Rousseff. O PSDB tornou-se o porta voz institucional da construção do golpe, apostando em uma aventura política, jogando o Brasil numa enorme crise política, criada artificialmente.

Seguindo o roteiro, o PSDB entrou primeiro com o pedido de recotagem dos votos e, logo em seguida, com uma ação de investigação eleitoral junto ao TSE, pedindo a cassação dos mandatos de Dilma e de Michel Temer, na presunção de que Aécio Neves pudesse ser diplomado como segundo colocado no pleito. Mas a Constituição brasileira é clara: no impedimento do presidente e do vice nos dois primeiros anos de mandato, deve ser convocada uma nova eleição.

Naquele momento, além de enfrentar o PSDB, o governo Dilma tinha que enfrentar grandes dificuldades com sua principal base de apoio: o seu vice e o PMDB, em sua maior parte, não ficaram satisfeitos com o tamanho do partido nos Ministérios e, também, com as nomeações do segundo escalão.

Nas eleições para a presidência da Câmara Federal e do Senado Federal, Dilma não tinha candidatos que fossem bons articuladores políticos, perdendo as duas presidências para Eduardo Cunha (Câmara) e Renan Calheiros (Senado), com apoio declarado do PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PEN, PSDC e PRTB. O governo ficava sem nenhum articulador no Congresso Nacional. Outros problemas também atormentaram Dilma, que tomou medidas impopulares, como o aumento de impostos, de combustíveis e tarifa de energia elétrica. Para engrossar o caldo, a crise na Petrobras ganhou fôlego. No entanto, o mais grave,

do ponto de vista político/econômico, foi a adesão de Dilma ao programa neoliberal derrotado. Esta opção permitiu o sangramento do Governo durante todo o ano de 2015, pavimentando o caminho para o processo de “impedimento” e jogando os movimentos sociais em uma crise interna profunda.

Os movimentos sociais foram os principais cabos eleitorais da presidente Dilma, mas os militantes já faziam uma série de críticas e reclamações nas redes sociais, na véspera da posse. que deveria ser uma festa tornou-se uma saia justa, quando os próprios militantes vaiaram o anúncio dos nomes dos ministros George Hilton, do Esporte; Kátia Abreu, da Agricultura; e Gilberto Kassab, das Cidades.

No ano de 2015, Dilma passou a enfrentar uma grave crise política. Com ameaça real de impeachment e problemas na economia, a oposição ao seu governo cresceu no Congresso Nacional, passando o ano fazendo pautas bomba e se recusando a fazer discussões de interesse do país. Neste momento, aumentava o escândalo da corrupção na Petrobrás, que foi usado como um catalizador, acelerando uma reação em cadeia para as principais dificuldades políticas e econômicas.

Dilma tentava buscar apoio adotando um governo mais aberto e flexível, tentando se aproximar mais do mercado e do Congresso, distanciando-se dos movimentos sociais. Para acalmar o mercado, designou Joaquim Levy como ministro da Fazenda, sinalizando a sua disposição em tomar medidas mais ortodoxas para agradar os empresários e enfrentar a crise econômica, com cortes de gastos.

Apesar das medidas de austeridades, o governo apresentou em agosto a Proposta de Orçamento da União para 2016 com a previsão de déficit superior a 30 bilhões de reais. O cenário nacional era pessimista.

A presidenta Dilma enfrentava uma situação delicada com o Congresso Nacional e outras instituições públicas. Era a maior crise política na história da democracia brasileira. Era um ano difícil, com muitos pedidos de impeachment apresentados por membros da oposição e até alguns partidos aliados.

O deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), presidente da Câmara, em represália ao PT por ter votado contra ele no Conselho de Ética da Câmara (Cunha estava sendo investigado), acolheu o pedido de impeachment assinado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Pascoal e Miguel Reale.

O ano de 2015 terminou com a oposição defendendo o impeachment de Dilma e chamando para março de 2016 manifestações de rua contra ela, tudo isto com gigantesco apoio de marketing da grande mídia escrita e falada.

A grande mídia patrocinou a operação jurídica midiática para viabilizar o impeachment, mostrando claramente que o seu negócio não é e nunca foi o jornalismo de fato, mas sim a construção de crises, instabilidades e “normalidades” quando lhe interessa. A mídia brasileira é mestre em manipular a verdade e repetir mentiras até que se tornem verdade nas mentes das pessoas.

Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sistematicamente pediram o impeachment sem rodeios, construindo uma crise muito pior do que realidade existente, pregando a insatisfação dos empresários, dos ricos e da classe média em revolta.

Foi um período de vazamentos diários da Lava Jato, prisões coercitivas, delações premiadas em séries e mais pautas bomba lançadas em operações casadas entre Judiciário Legislativo, combinadas com a grande mídia. Uma campanha

histórica, produzindo uma histeria de fim do mundo, com pessoas saindo às ruas e tendo microfones abertos para falarem barbaridades e, inclusive, pedindo a volta dos militares. Para tirar a Dilma do governo, valia tudo. Afinal, não se pode menosprezar que há décadas o pensamento liberal vem sendo pregado pelos meios de comunicação, em especial pelos meios eletrônicos, sobre a massa, no nosso caso com enorme concentração empresarial e do monopólio ideológico.

Os liberais que sempre defenderam a liberdade das empresas (de seus donos) esqueceram de cuidar de defender a liberdade de opinião, inexistente se não há diversidade ideológica. E, na mídia brasileira, não há. Temos quatro redes nacionais de televisão, as programações locais são expulsas, é uma só informação e uma só orientação ideológica para todo o país de extensão continental. Foi criado um pensamento único principalmente na base da classe média, que se esquece que é também trabalhadora e depende para sobreviver da venda de seu trabalho.

Criou-se um entendimento de que esta classe média tem uma situação acima dos trabalhadores e que o neoliberalismo é a melhor situação para o país. A saída seria privatizar tudo e entregar o patrimônio nacional, que foi e é construído com o suor e sangue do povo brasileiro, para empresas multinacionais.

E, embora a candidatura perdedora tivesse assumido para si o interesse da burguesia e do grande capital, ela também conquistou segmentos expressivos das camadas populares, de trabalhadores e assalariados, que se identificaram com seu discurso reacionário, e assim votando contra seus próprios interesses.

Não há como não considerar o papel ideológico dos meios de comunicação de massa, pois está escancarado o conluio entre a direita partidária e os meios de comunicação visando a desestabilização do governo, na tentativa, quase desesperada, de criar um clima emocional para o pleito do impeachment, pois, como veremos a seguir, todas as cartas poderiam ser jogadas.

Havia uma perfeita confluência entre o pedido de recontagem dos votos formulado oficialmente pelo PSDB, a postulação absurda e anti republicana do impeachment e os atos de 1º de novembro de 2015 na capital paulista.

Nas manifestações pró-impeachment, via-se todos os elementos clássicos do fascismo: anticomunismo arcaico, xenofobia, preconceito regional, exaltação do militarismo (surge até uma aberração como o “Partido Militar Brasileiro”) e da violência, defesa da ditadura, ódio disseminado, desprezo pela democracia e profundo desrespeito à soberania popular. Os cartazes anunciam seu programa: intervenção militar como reprimenda a um povo que “não sabe votar”. Os vídeos revelam que o público da manifestação é formado, em sua esmagadora maioria, pela classe média alta.

O povo brasileiro se dividiu, e houve uma polarização de direita e esquerda, transformando as discussões políticas em torcidas organizadas, onde as pessoas tomavam partido e fechavam os seus ouvidos e seus cérebros.

Em consequência disso, as ruas ficaram polarizadas, com milhares de saindo em defesa da democracia e do resultado das urnas, dizendo não ao impeachment e a um projeto de nação que foi perdedor nas eleições. Mas este lado da moeda não teve a propaganda pró e nem a cobertura ornalística, mas sim uma violenta repressão policial contra os manifestantes.

Foi neste contexto que a Câmara dos Deputados, em um circo de horrores comandado por Cunha e uma maioria esmagadora de deputados acusados

de corrupção, votou a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

O Brasil assistiu em rede nacional os deputados que apoiaram o impeachment sequer mencionarem os motivos ao votarem pela cassação da presidente, usando desculpas absurdas para os seus votos, tais como: “pela minha mãe”, “pelo aniversário de minha neta”, “pelas bases do cristianismo”, “pelo controle das armas”, “pelos idosos”... e lá se vão mais de 60 justificativas esdrúxulas, colocando o Brasil em situação ridícula mundialmente.

Os golpistas nem fizeram de conta que este era um processo sério e que a nação merecia mais respeito. O que para o mundo foi um golpe parlamentar, para a grande mídia nacional foi a “salvação da pátria” (de quem?)

O governo interino Temer, com um discurso de cortes de gastos, nomeou um ministério sem grandes surpresas, afinal é o terceiro político do PMDB a assumir a presidência da República sem ter obtido um único voto. Temer nunca teve a menor afinidade com o governo que integrou por pouco mais de cinco anos.

Tanto que vazou cartas se queixando de ser um vice-presidente decorativo, já dando sinais do que estava por vir. Seu ministério foi escolhido à imagem e semelhança do recorte socioeconômico que ele sintetiza tão bem: todos são legítimos representantes empresariais e oligárquicos da elite branca brasileira.

Desde Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil não tinha um governo formado apenas por homens. Não havia mulheres, nem negros. Eram todos do sexo masculino, brancos e ricos. As duas únicas mulheres consultadas para integrar o governo foram cotadas para cargos de segundo escalão (a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, e a senadora Ana Amélia).

Logo de início, sete ministérios foram extintos, entre eles o da Cultura, que foi anexado ao Ministério da Educação. As pastas que tratavam de políticas para as mulheres, igualdade racial e direitos humanos também deixaram de existir.

Entre os novos ministros, muitos casos de raposas tomando conta do galinheiro, como o latifundiário e “rei da soja” Blairo Maggi no ministério da Agricultura, ou Mendonça Filho (DEM), que se posicionou contra as cotas raciais e o ProUni e o Fies, no ministério da Educação.

Outros dois dos nomes confirmados eram Henrique Meirelles para o ministério da Fazenda, o homem da austeridade, para colocar em prática o pacote de maldades já anunciado por Temer, e José Serra, liderança do PSDB, para enterrar os esforços brasileiros de integração regional à frente do ministério das Relações Exteriores. A nomeação de Serra, o primeiro político a chefiar o Itamaraty em 14 anos, simbolizou uma mudança radical na política externa do país, para distanciar-lo do eixo bolivariano regional e se aproximar dos EUA e das lideranças europeias.

Uma das nomeações mais emblemáticas foi a de Alexandre de Moraes no ministério da Justiça e Cidadania. Justo ele, o secretário da Segurança mais violento que São Paulo já teve, que orientou sua polícia a reprimir de forma truculenta os protestos de estudantes na capital paulista - numa ação que foi considerada arbitrária e excessivamente violenta no país e no exterior. Seria um recado deste governo biônico aos movimentos sociais, às militâncias e aos brasileiros e brasileiras que seguirão no combate ao golpe?

Seis dos 23 ministérios eram comandados pelo PMDB, sendo também

contemplados PSDB, PRB, PP, DEM, PTB, PV, PSD e PPS. E sete ministros já eram denunciados por corrupção e três por envolvimento direto em irregularidades na Lava Jato. Curiosamente, a suspeita de irregularidade envolvendo Lula o havia impedido de assumir o ministério da Casa Civil, quando nomeado pela presidenta eleita, Dilma Rousseff.

A Globo avançava no patrocínio do governo interino golpista em atos falhos, chamando Temer de presidente eleito e Dilma de ex-presidente, antes mesmo de acontecer o julgamento do impeachment no Senado. Naquele momento, Dilma, a presidenta afastada, anunciava que faria a sua defesa pessoalmente no Senado. Questionada se não temia atitudes agressivas por parte de alguns senadores, respondeu: “Nunca tive medo disso. Aguentei tensões bem maiores na minha vida. É um exercício de democracia”.

Mas a TV aberta propositalmente deixou de transmitir ao vivo e apenas fez alguns flashes da defesa de Dilma, que respondeu por 14 horas seguidas, de cabeça erguida e sem medo, sobre atos fiscais, economia, política, relações internacionais, programas sociais.

Diferentemente, havia sido transmitida em rede nacional, em pleno domingo, a sessão que admitiu o impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados, dando voz aos homens mais raivosos e aos mais retrógrados do parlamento. A defesa da presidente no Senado foi simplesmente ignorada pelo canal aberto com mais incidência sobre a opinião pública, em um momento histórico e decisivo para o Brasil.

Ignorou-se o direito do cidadão de ter a notícia de seu interesse, ignorou-se o fato de as televisões abertas serem uma concessão pública. Esse é o poder da mídia no Brasil, amplificar ou silenciar os fatos. Dizer o que é ou não importante. Ela decide.

Essa estratégia midiática de polarização produziu um debate pautado pela lógica de torcidas de futebol, com base na intolerância e no ódio, na retórica dos “nós” e “eles”, os que têm que ser vencidos a qualquer preço.

Mas teve e continuava tendo luta nas ruas. Aparecem novas alternativas, ainda há luz no final do túnel. Dos movimentos sociais e de rua nasceram novas mídias, mídias guerrilheiras e plurais, com novas narrativas. Há centenas de novas iniciativas de mídia livre em todo o Brasil, que estão disputando todos os espaços possíveis, estão nas ruas desde as manifestações de 2013, de forma ativa e inédita, a ponto de se misturarem com a própria força das ruas.

Vimos emergir uma mídia orgânica, quente, afetiva, posicionada, como a Mídia Ninja, Jornalistas Livres, Revista Fórum, blogueiros, youtubers, artistas ativistas que, entre muitos outros, expressam uma indissociabilidade entre mídia e ativismo, produzindo uma mudança de linguagem, em contraste com o ambiente “profissional, direcionado e asséptico” das grandes corporações de mídia.

Desde 2013, está nova mídia expôs o componente afetivo, intempestivo das redes, com as transmissões ao vivo, streamings, a viralização de memes, fotografias, posts, textos, cartazes, produzidos pelos próprios manifestantes e midiativistas.

Graças a estas centenas de profissionais, uma mídia multidão, é que foi possível escrever uma história mais verdadeira e fiel e que foi decisiva para a construção de uma narrativa vitoriosa de que o processo de impeachment foi, na verdade, um golpe parlamentar, jurídico e midiático.

A destituição política de Dilma e a interrupção do ciclo de democratização do Brasil precisou de um operador jurídico-administrativo, pois não havia crime de responsabilidade, nem crime de gestão ou dolo. Mas a narrativa do golpe também se tornou vitoriosa com o #NãoVaiTerGolpe e o #ForaTemer e se espalhou pela mídia internacional.

O fato é que a denúncia do golpe jurídico-midiático se tornou uma força simbólica, mostrando que o governo de Michel Temer é a ferramenta da qual a classe dominante precisava apenas como um operador do desmonte de uma nação e a instauração de um outro ciclo conservador e autoritário no Brasil.

Matam a Democracia e, depois da tempestade violenta, as elites precisam apenas de um presidente servil e invisível para voltar à “normalidade”.

A nós, cabe arregaçar as mangas e, em regime de urgência urgentíssima, entrar de cabeça num novo ciclo de lutas e combates, para voltar a defender os direitos mais básicos que pensávamos conquistados.

Como acusou Dilma em seu discurso de despedida, “esse golpe é machista, racista, misógino, homofóbico, é contra todas as minorias, é contra os brasileiros e brasileiras”, com a instauração de um tempo de exceção, onde teremos que ter novas estratégias e novos meios de combate, teremos que usar mais intensamente a imaginação política. Teremos que construir um novo campo de luta com novas armas.

O que o povo brasileiro e, principalmente, o povo mais carente perdeu neste processo ainda terá que ser estudado a fundo. Mas as consequências no curto prazo são visíveis nos meses subsequentes ao golpe. Vejamos:

Maio de 2016: DEMOCRACIA

O nosso título de eleitor e a Constituição foram rasgados, romperam com a democracia. Mais de 54 milhões de votos violados, o poder de escolha profundamente abalado e o exercício da cidadania desconsiderado.

No poder, um projeto de país reprovado nas urnas. Não à toa, um ano depois de ter chegado à presidência, Michel Temer é aprovado por apenas 4% dos brasileiros.

Após 26 anos, o Brasil vive mais uma ruptura democrática, acompanhada por uma grave crise política, econômica e social.

Não nos enganemos: golpes e rompimentos democráticos acontecem periodicamente na história do Brasil. A exceção por aqui é a democracia. Em 126 anos de República, o país teve 36 governantes e apenas um terço deles (12) foi eleito diretamente e terminou o mandato.

Não houve fardas, mas paletós, gravatas e ternos. Não houve tanques. Porém, lá estavam os ricos homens brancos para tirar do poder Dilma, presidenta democraticamente eleita.

Por medida provisória, Temer modificou a estrutura da Presidência e dos ministérios, extinguindo diversos órgãos e alterando atribuições, interrompendo os trabalhos em andamento sem transição, fazendo mudanças estruturais profundas no Estado. Tudo isso sem ter submetido esse projeto às urnas.

Junho de 2016: AGRICULTURA FAMILIAR

O governo Temer tirou R\$ 160 milhões dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos. O valor era repassado à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que comprava produtos vindos da agricultura familiar. Com o corte, mais de 40 mil agricultores e duas mil cooperativas ficaram ameaçadas de sair do programa.

Temer também revogou a chamada pública que buscava qualificar a gestão e apoiar o fortalecimento de organizações de agricultura familiar. Cerca de 188 mil famílias de 930 cooperativas deixaram de ser assessoradas na gestão de seus negócios.

Temer vem destruindo, sem aviso prévio, as estruturas e as políticas públicas que nos últimos anos enfrentaram a pobreza rural, alavancaram e incentivaram a produção dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária e que fizeram surgir a classe média rural.

Temer mostra que tem lado, que governa para os ruralistas.

Julho de 2016: CULTURA

Temer exonerou 81 pessoas do Ministério da Cultura, em apenas 3 dias, e boa parte eram profissionais que trabalhavam na pasta há mais de 10 anos. O objetivo claro do governo Temer era colocar em prática o projeto não legitimado pelo povo, de destruir o ministério por dentro, já que extingui-lo, seu verdadeiro desejo, não foi possível.

Temer anunciou a extinção do MinC, mas teve que enfrentar uma forte resistência com centenas de artistas e ativistas ocupando agências ligadas ao Ministério da Cultura em mais de 15 capitais como forma de protesto.

Temer foi obrigado a voltar atrás e restabelecer a pasta, anunciando Marcelo Calero como ministro. O ministro começa defendendo Temer, criticando o manifesto feito pelo elenco do filme Aquarius, que durante a última edição do Festival de Cannes ergueu cartazes denunciando o golpe no Brasil.

Em novembro, no entanto, o ministro pediu demissão e saiu declarando que o principal motivo foi a pressão que sofreu do titular da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, por Temer e também do ministro Padilha, da Casa Civil, para fazer com que o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) liberasse um empreendimento de luxo em Salvador, que havia sido embargado pelo em Salvador. Era um prédio de 24 andares, a ser erguido numa área tombada em Salvador.

Uma Nação não pode e não deve abrir mão do seu desenvolvimento cultural, do contrário estará fadada a cair na barbárie. Com políticas reacionárias, Temer parece não entender isso. Mas a classe artística mostrou força para resistir a duros golpes.

Agosto de 2016: EDUCAÇÃO

Educação também foi alvo favorito deste governo golpista. Não bastassem o congelamento de gastos que viria em dezembro, com a PEC 55, o avanço do projeto Escola Sem Partido, a destruição do Ciências Sem Fronteiras e a reforma do Ensino Médio, agosto foi um mês simbólico para as perdas na educação.

O interino governo Temer decidiu cortar quase metade dos recursos das universidades públicas. Com cerca de R\$ 350 milhões a menos em investimentos para as 63 federais (corte de 45%), estudantes e a pesquisa científica se viram abalados. Outro baque para a pesquisa foi o corte de 20% das bolsas pelo CNPq, que teve seu orçamento reduzido.

Por fim, agosto ainda viu o ministro da Educação, Mendonça Filho, declarar que o Programa Mais Educação era ineficiente, encerrando-se as inscrições para 2016. Assim, o principal programa de indução da educação integral do país fica dois anos sem repassar verbas para escolas.

Setembro de 2016: PRIVATIZAÇÃO

Com a frase “vamos privatizar tudo o que for possível”, Michel Temer deu o pontapé inicial de seu governo ilegítimo. Batizado de Plano Crescer, o grande “saldão” de Temer, lançado em setembro, estimava privatizar 25 projetos para 2017 e 2018, incluindo ativos em rodovias, ferrovias, terminais portuários, mineração, geração e distribuição de energia e saneamento.

Assim, enfraquece-se o estado em setores estratégicos para o país e dá-se espaço para a exploração desenfreada de quem só busca o lucro a qualquer custo.

Paralelamente, avançava no Congresso o projeto que abre caminhos para a privatização do pré-sal, com o fim da exclusividade da Petrobrás na sua exploração. Banco do Brasil e Caixa foram outras instituições que sofreram com planos de demissões, fechamento de agências e sucateamento.

Enquanto caminhava a passos largos o projeto ultraliberal regido pelo mercado, setembro ainda registrou as consequências da extinção do conselho curador da EBC, com a TV Brasil deixando de ser pública, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, querendo abrir brechas para vender terras para estrangeiros.

Outubro de 2016: HABITAÇÃO

O maior programa habitacional do Brasil tampouco passou impune pelas mãos golpistas. Em outubro, o governo Temer cancelou a tramitação de um Projeto de Lei que buscava aprimorar o Minha Casa Minha Vida, que já permitiu a 10,2 milhões de pessoas terem casas próprias.

O PL, encaminhado por Dilma, propunha o aprimoramento de aspectos urbanísticos, de gestão e, principalmente, de regularização fundiária.

Com a ruptura democrática, o programa foi fortemente atacado, suas regras alteradas e as metas reduzidas. Uma ação que nasceu priorizando os mais pobres, foi uma das primeiras a ser desmontada.

Em maio, o ministro das Cidades, Bruno Araújo, declarou que abandonaria a meta de contratar 2 milhões de moradias até o fim de 2018. Em setembro, Temer acabou com o uso do FGTS para financiar o Minha Casa Minha Vida.

A suspensão do programa não só impactou 6,1 milhões de famílias que precisam de moradia digna, como também faz com que o país deixe de gerar 1,3 milhão de empregos e R\$ 70 bilhões do PIB em três anos.

Novembro de 2016: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao bloquear 1,13 milhão de benefícios do Bolsa Família, o governo Temer deixou 5 milhões de pessoas sem acesso ao programa de transferência de renda e, com isso, sem o acompanhamento em saúde e educação e o acesso a oportunidades como cursos e atividades de geração de renda.

Estamos falando de direitos previstos na Constituição Federal de 1988, tão desprezada por quem se vale de um golpe para impor suas cruéis medidas. A Política de Assistência Social, tripé da Seguridade Social, está na Constituição, mas vem sendo fortemente atacada pelo governo.

Com cortes profundos em seu financiamento e descaracterizada e com a afirmação do assistencialismo e o ressurgimento do “primeiro damismo” através do Programa Criança Feliz, as políticas de assistências sociais caem por terra depois de anos de reconhecimento internacional.

Dezembro de 2016: PEC do fim do mundo (PEC 55)

O ano de perda de direitos terminaria com um dos mais duros golpes ao país, já que suas consequências serão sentidas em todas as áreas. E por 20 anos. A mais nefasta medida, apelidada de PEC do fim do mundo, por tornar nebulosa qualquer perspectiva de futuro, foi a PEC 55, aprovada em dezembro.

A Proposta de Emenda à Constituição que congela o gasto público por duas décadas afeta ainda mais duramente a saúde e a educação. As políticas públicas de saúde e educação eram, até a PEC 55, investimentos vinculados ao orçamento do país, ou seja, com um percentual fixo das receitas anuais do qual não poderiam baixar.

O governo Temer desvinculou os investimentos em saúde e educação e estabeleceu um teto para os gastos públicos, limitado à inflação do ano anterior, ou seja, sem aumento real. Isso significa uma queda significativa de investimento e ampliação desses e de outros serviços como habitação, assistência social, cultura e desenvolvimento agrário. Se essa regra já estivesse valendo em 2015, a saúde teria tido 32% a menos recursos e a educação 70% a menos. Mais uma vez, a conta vai para os mais pobres.

Congelou-se o futuro. Mas havia alternativas, com medidas que poupariam os menos favorecidos e mexeriam com os poderosos – os mesmos que apoiaram o golpe. Por que não se apostou em uma reforma tributária, que criasse alíquotas para ganhos financeiros, tributação para herança ou para grandes fortunas? Por que a PEC 55 não foi amplamente debatida e pactuada com a sociedade? Cabe ressaltar que esta medida segue um roteiro do programa neoliberal bem planejado. Como dissemos, está em curso, no mundo, uma estratégia de formatar constitucionalmente as propostas de “austeridade” do programa neoliberal.

Uma vez introduzidas medidas de restrição orçamentária nos textos constitucionais, o programa neoliberal deixa de ter seus limites na dimensão econômica e passa a ser elemento constituinte das próprias formações sociais que são expressas nas constituições dos países. O programa atinge um patamar cuja mudança exige um grau político e econômico muito alto para as forças progressistas. No Brasil esta estratégia se materializou na Emenda Constitucional 95/2016. O que configura uma derrota de profundo conteúdo estratégico para a esquerda em geral.

Janeiro de 2017: POLÍTICA INDÍGENA

A já tão fragilizada política indigenista brasileira se enfraquece de maneira drástica com Temer. A bancada ruralista faz a festa, a Funai tem o menor orçamento em 10 anos e, enquanto indígenas resistem bravamente em frente ao Congresso, o ministro da Justiça, responsável por demarcar terras, confraterniza com a Frente Parlamentar da Agropecuária.

O governo Temer exonerou o presidente da Funai, Antônio Costa afirma, “por ser honesto”, não ter compactuado com malfeitos, ser um “defensor da causa indígena” e não ter se submetido a um ministro “ruralista”: Em janeiro, um pastor, indicação da bancada evangélica, foi nomeado para presidência da Funai, já que o militar que Temer queria colocar no posto foi rejeitado pela pressão das organizações de direitos humanos e por indígenas. Um outro general, contudo, assumiu o cargo de diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai e agora está interinamente na presidência da Fundação.

As medidas de Temer, com sua aliada bancada ruralista, irão representar o maior retrocesso nos direitos indígenas desde a ditadura militar.

Fevereiro de 2017: DIREITOS HUMANOS

Começou lá em maio de 2016 a ausência de negros, indígenas e mulheres no governo. Já ficava claro que não seria fácil a luta de grupos sociais já fragilizados. Os problemas foram maiores. As reformas e propostas de Temer representaram um retrocesso incalculável na luta por condições dignas de vida.

Até o fim do ano, o Brasil terá 2,5 milhões de novos pobres, estima o Banco Mundial. Nomeado ministro do STF, Alexandre de Moraes teve atuação muito criticada durante os massacres e rebeliões nas penitenciárias em Manaus e Roraima, que escancararam o perverso sistema carcerário brasileiro. Quando ainda era ministro da Justiça, ele negligenciou o pedido de ajuda da governadora de Roraima. Pediu-se, então, que ele deixasse o cargo. Mas, pelo contrário, foi premiado com o STF.

O direito de livre manifestação está ameaçado pelas ações repressivas referendadas pelo governo federal. Em fevereiro, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que as forças armadas deveriam ir às ruas conter a “baderna”. No mesmo mês, Temer propôs “regulamentar” o direito de greve.

As manifestações contra as reformas trabalhista e da Previdência e o Fora Temer começaram em 15 de março e cresceram em 08 de abril, no Dia Internacional da Mulher, com atos em quase todo o Brasil.

No dia 28 de abril, foi feita a maior greve geral nunca vista em todo o território nacional, com centenas de categorias que cruzaram os braços nos 26 estados e no Distrito Federal, dispostas a barrar as reformas de Temer.

A partir da greve geral, vêm ocorrendo vários outros grandes atos contra as reformas trabalhista e Previdenciária e pelo Fora Temer em todo o país: nos dias 01, 15 e 24 de maio de 2017.

A manifestação de 24 de maio foi acrescida do Fora Temer e Diretas já, por causa do escândalo das recentes divulgações de áudio entre Temer e o empresário da JBS Joesley Batista. Neste dia, o “Ocupa Brasília” foi a maior manifestação ocorrida na capital do país, com mais de 150 mil manifestantes, causando espanto a atitude ditatorial do presidente Temer, que determinou o emprego das Forças Armadas

contra os manifestantes, valendo-se de uma lei que prevê a situação em caso de policiamento insuficiente. Para grande parte da comunidade jurídica, Temer cometeu crime de responsabilidade, passível de impeachment.

No caso atual, Temer é protagonista do escândalo das recentes divulgações de áudio entre ele e o empresário da JBS Joesley Batista; sua base governista no Congresso está esvaziada e pressionando pela renúncia; e, ainda, o presidente lida com a histórica resistência popular pelo processo de impeachment contestado, bem como pela falta de legitimidade política para impor as reformas.

É desolador que, no dia em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos julga o caso de Vladimir Herzog e 10 trabalhadores rurais são assassinados pela polícia em uma ação de despejo no Pará, Temer baixe um decreto para que as Forças Armadas sejam usadas contra o povo. Frente à grande reação, inclusive por parte do Congresso Nacional, Temer recuou e revogou a medida.

Após estes fatos, os movimentos contra as reformas trabalhista e Previdenciária, pelo Fora Temer e Diretas Já só vem crescendo em todo território brasileiro, e o governo golpista resiste, mas a pressão popular é grande e tende a crescer.

Novamente, no dia 30 de junho, o povo vai às ruas. Já está marcada mais uma Greve Geral do Fora Temer e Diretas Já.

Março de 2017: TERCEIRIZAÇÃO GENERALIZADA

Além da Constituição e do título de eleitor, tem outro documento que perdeu valor depois do golpe: a CLT. Em 22 de março, foi aprovada na Câmara a terceirização irrestrita, fragilizando as relações de trabalho, aumentando a precarização, ampliando a rotatividade nos empregos e achatando os salários. Voltamos ao século passado.

A aniquilação das proteções ao trabalhador ainda se veria mais ameaçada, com a reforma trabalhista, aprovada na Câmara em abril, para delírio do empresariado, já que o negociado entre patrões e empregados vai valer acima da lei. Agora, a reforma tramita no Senado.

Uma coisa é certa: os grandes patrocinadores da reforma são as grandes empresas, a indústria e o mercado.

Abril de 2017: SAÚDE

Quase 400 farmácias populares foram fechadas e houve o enfraquecimento do programa Mais Médicos. Essa foi a contribuição do governo golpista à saúde do brasileiro somente em abril.

Após cortar 20% dos estabelecimentos credenciados no Programa Farmácia Popular, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, anunciou o fechamento de 393 farmácias populares, afetando a população mais vulnerável ao diminuir o acesso a medicamentos baratos.

Além disso, o Mais Médicos, reconhecido pela ONU como prática importante para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vem sendo progressivamente reduzido, com cerca de 7,7 milhões de pessoas já tendo ficado sem atendimento. No final de março, uma portaria tirou a obrigatoriedade de investir R\$ 3,3 bilhões no programa.

Maio de 2017: PREVIDÊNCIA

Em maio, uma comissão especial da Câmara aprovou o texto-base da reforma da Previdência. A absurda proposta faz parte de um processo de desconstrução do sistema de seguridade social como conhecemos hoje. A reforma vai aumentar a idade mínima da aposentadoria, “igualar” as condições entre homens e mulheres e esticar os anos de contribuição. Na prática significará que 70% da população ficará fora do sistema previdenciário.

Mesmo com 71% dos brasileiros sendo contrários, a ameaça é grande. As projeções feitas por especialistas no assunto mostram que a maioria dos brasileiros, pelas novas regras propostas, morreria sem conseguir se aposentar.

Para justificar a injustificável reforma, o governo apresentou cálculos com erros e omitiu dados. Já para aprová-la, Temer distribuiu dinheiro para deputados e senadores, dá cargos a quem o apoia, corta cargos de quem é contra e dá verba publicitária a rádios e TVs que a defenderem.

O trabalhador rural pode voltar a ser escravo no Brasil. Texto de autoria do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), presidente da bancada ruralista propõe alterar as leis para o trabalhador rural. O projeto de lei 6442 é extenso, com mudanças que incluem a possibilidade de jornada de 18 dias seguidos de trabalho sem folga, venda integral das férias, a liberação do trabalho aos domingos e feriados e a retirada do tempo de deslocamento até o trabalho da conta do total de horas trabalhadas, que podem chegar a 12 horas diárias, e também prevê que o salário possa ser substituído por alimentação e moradia.

Governo Temer edita normas que enfraquecem controle de armas sem passar pelo Congresso, e vem sorrateiramente editando medidas que enfraquecem o controle de armas no Brasil. As mudanças atendem total ou parcialmente o que propõe o projeto patrocinado pela bancada da bala, que extingue o Estatuto do Desarmamento.

Número de mortes em disputas agrárias é o maior em 13 anos. A CPT - Comissão da Pastoral da Terra vincula o aumento da violência no campo ao crescimento da bancada ruralista no Congresso e à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Ouvidoria Agrária Nacional, uma das primeiras medidas anunciadas pelo presidente Michel Temer ao assumir interinamente a Presidência, em maio de 2016.

Maio é também o mês crítico para o governo Temer, com delações a Procuradoria Geral da República (PGR) e vazamento de gravações comprometedoras, com aprovação inclusive de mesada para silenciar Eduardo Cunha e o operador Lucio Funaro, ambos presos. Apesar das negativas do Planalto, há fortes provas e até mesmo a Globo, grande apoiadora do golpe, pede a renúncia de Temer.

Temer é acusado de: corrupção passiva; organização criminosa e obstrução da justiça.

O senador Aécio Neves (presidente do PSDB) também não escapa. Na mesma delação, ele é gravado pedindo ao empresário R\$ 2 milhões de reais e justificando o pedido para pagar sua defesa na Lava-Jato.

Uma parcela de R\$ 500 mil reais foi entregue por Ricardo Saud (JBS) para Frederico Pacheco de Medeiros (primo de Aécio e coordenador de sua campanha em 2014), em uma ação da Polícia Federal que filmou a entrega do dinheiro e posteriormente

seu depósito na conta da empresa do senador Zezé Perrella (PSDB-MG).

Nos dias 06 e 07 de junho de 2017, foi julgado o processo de cassação da Chapa Dilma/Temer pelo Superior Tribunal Eleitoral. O processo é resultado da unificação de quatro ações movidas pelo PSDB logo após as eleições de 2014, que acusam a chapa vencedora de ilegalidades e pedem a anulação do pleito. Após a abertura da ação, o TSE aprovou as contas da campanha por unanimidade, mas com ressalvas. O processo aberto pelos tucanos contra a chapa analisa os crimes de abuso de poder econômico e político, recebimento de propina e se houve algum benefício à campanha por conta do esquema de corrupção que atingiu a Petrobras. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) absolveu por 4 votos a 3, a ex-presidenta Dilma Rousseff e Michel Temer da acusação de abuso de poder político e econômico na campanha de 2014.

A maioria dos ministros considerou que não houve lesão ao equilíbrio da disputa e, com isso, livrou Temer da perda do atual mandato e Dilma da inelegibilidade por 8 anos. O voto de desempate do TSE foi o do presidente Gilmar Mendes, o último a se manifestar.

Este resultado abre nova discussão sobre a anulação do impeachment da ex-presidenta Dilma, como já vem sendo sustentado por sua defesa: que o real motivo do impeachment – golpe parlamentar – foi Dilma não ceder à chantagem de Eduardo Cunha, conforme amplamente divulgado na imprensa. Cunha recebeu a denúncia contra a presidente Dilma como uma forma de retaliação ao Partido dos Trabalhadores, cuja bancada votou favoravelmente à abertura de processo contra ele na Comissão de Ética da Câmara.

E o inferno de Michel Temer continua. Em junho e nos meses seguintes, a grande mídia repercute mais denúncias de corrupção ligada diretamente ao presidente. Em meio a tudo isso, o ex-presidente Lula é agraciado com Lettera aberta in solidariedade a Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecido pelos notáveis do mundo e que subscrevem esta carta de apoio, além disso duas empresas de auditoria de renome mundial, KPMG e a Pricewaterhouse Coopers, que inocentaram completamente o ex-presidente Lula de qualquer envolvimento de corrupção na Petrobras.

ATUALIZAÇÕES PÓS-JUNHO DE 2017

O congresso da Fasubra foi adiado duas vezes, portanto, sendo este um texto longo e o período de muitas lutas, será possível encontrar algumas inconsistências, sobretudo na avaliação da conjuntura, cujos eventos políticos tem dado conta de influenciar com destacável rapidez. E, justamente por isso, vamos apresentar uma atualização rápida, abordando 4 temas que consideramos imprescindíveis e deixando outros para o debate no congresso, momento em que reapresentaremos a análise de conjuntura devidamente atualizada aos delegados.

Reforma da previdência: Governo é derrotado pelos trabalhadores e pelo fisiologismo

No final de 2017 os trabalhadores do serviço público federal implementaram uma agenda de lutas, que foi decisiva para influenciar a opinião pública e também o voto de alguns parlamentares, que ficaram com medo de perder seu mandato por terem votado na reforma da previdência. O governo trocou seu articulador político, marcou duas vezes a votação no final do ano não obtendo os 308 votos necessários para aprovar a emenda constitucional, porém terminou o ano amargando o terceiro adiamento, desta vez para um dia depois do carnaval,

não contando que o próprio carnaval se tornaria uma caixa de ressonância das lutas contra a reforma.

A campanha “se votar não volta”, a CPI da previdência, que provou que não há déficit, os vídeos e spots dos auditores fiscais, os atos dos servidores nos aeroportos e em Brasília foram a força decisiva para incidir no racha do consórcio do golpe e no fisiologismo dos deputados que nesse momento querem se garantir no poder.

Esse conjunto de fatores congelou o projeto do governo de votar a reforma da previdência, porém não o sepultou, uma vez que após as eleições, com todos já eleitos, o projeto pode voltar à pauta do congresso. Além disso, se o candidato do golpe a presidente vencer as eleições e os trabalhadores não elegerem uma bancada no congresso capaz de impedir a aprovação de projetos antipovo, com certeza a reforma será prioritária para os golpistas em 2019.

Intervenção militar no Rio de Janeiro

A intervenção militar no Rio de Janeiro deve ser compreendida no contexto do golpe que foi aplicado com o impedimento da Presidente eleita Dilma Rousseff e que em se intensificando com diversas medidas, que visam implementar a agenda neoliberal na sua versão ortodoxa, agenda essa que não elege nenhum presidente ou parlamentar e que somente pode ser implementada a partir de um governo golpista e sem voto, insensível a qualquer apelo popular, pois não depende dele para existir. Mesmo assim, ao se aproximar as eleições, o consórcio do golpe vê a chance de se “esquentar”, impedindo o principal candidato antigolpe, primeiro colocado nas pesquisas e com alta popularidade, de ser candidato, além de continuar a produzir condenações midiáticas com apoio de setores golpistas da polícia federal e judiciário, de pessoas e símbolos antigolpe, como é o caso das universidades federais.

Nesse contexto os militares no rio cumprem dois papéis, o primeiro, puramente eleitoral, visa ampliar a sofrível popularidade do presidente ilegítimo, mostrando-se forte, quando na verdade é fraco. O segundo papel é intimidar os que se levantam contra os governo e suas medidas impopulares, que também tem uma consequência eleitoral, na medida que contribui para a diminuição de atos de pressão no Rio de Janeiro, estado que entrou em colapso e vinha sendo campo de diversas batalhas contra a falência da política dos governos do PMDB.

Agenda do governo no Congresso: novos ataques ao povo e à nação

Com a temporária suspensão da votação da Reforma da Previdência, o governo não demorou em lançar mais investidas contra o povo Brasileiro, dessa vez com projetos de lei que tem sua tramitação e aprovação mais fácil que emendas constitucionais que atacam o direito de todos os Brasileiros trabalhadores.

Está nessa agenda, por exemplo, a privatização da Eletrobras, a autonomia do Banco Central e a extinção do fundo soberano, dentre outras medidas que facilitarão a corrupção e as políticas voltadas ao capital.

O povo brasileiro precisa que seja restabelecida urgentemente a democracia, o respeito ao voto e o projeto eleito nas urnas para o Brasil. Este é o caminho para o país voltar a normalidade e ao crescimento.

E esta História ainda não acabou...

Plano de Lutas

- Defender 10% do PIB para a educação pública;
- Defender o financiamento público exclusivamente para a educação pública em todos os níveis;
- Defender os serviços públicos;
- Ser contra a terceirização dos serviços públicos e privado;
- Ser contra a corrupção;
- Ser contra as propostas de retiradas de direitos do trabalhador;
- Ser contra a exploração e a violência contra a mulher;
- Defender a Previdência pública;
- Lutar pela Democracia;
- Lutar por nem um direito a menos;
- Diretas já;
- Contra a Meritocracia;
- Democratização da Comunicação;
- Contra a criminalização dos Movimentos Sociais e LGBT.

3 EDUCAÇÃO

Reformas educacionais e o golpe na Educação

Após a consolidação do golpe, o ministério da Educação foi tomado por um sentimento de revanchismo. Liderado pelo deputado do DEM, contrário às Cotas e ao Proni, Assessorado por militantes pró “escola sem partido” e dirigido efetivamente pela equipe do finado Paulo Renato de Sousa, o MEC vem operacionalizando uma sucessão de ataques aos trabalhadores da educação, à democracia e a toda política educacional construída com base na perspectiva desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma.

Desmante da estrutura do Fórum Nacional de Educação, esvaziamento da Conferência Nacional da Educação, contingenciamento de verbas para as universidades, Institutos Federais e para a pesquisa em geral, a finalização ou deturpação de programas como “ciências sem fronteiras” e “mais educação”, o desrespeito a consultas democráticas para escolha de Reitores e perseguição política são uma sequência de medidas de terra arrasada que o MEC vem (des) realizando. Um dos maiores ataques de todos é a contrarreforma do ensino médio, realizada sem debate com a sociedade, a “toque de caixa”, desconsiderando toda a opinião contrária da maioria da comunidade educacional Brasileira.

Liberdade e pluralidade de pensamento ameaçadas: o ideário programático do “escola sem partido”

Vem ganhando força recentemente uma ideia de que as instituições educacionais estão servindo de ferramenta de doutrinação e propaganda de uma ideologia que os adeptos desse pensamento chamam ora de ideologia marxista ou esquerdista, ora de ideologia de gênero. De acordo com essa visão, a educação do país, em todos os níveis precisa ser neutra não podendo expressar diversas visões teóricas críticas que vem crescendo e sendo consolidadas nos últimos anos devido ao desenvolvimento de pesquisas que se realizam usufruindo justamente da relativa liberdade de pensamento característica da academia.

Por trás dessa visão de neutralidade está a defesa do pensamento único hegemônico que defende uma educação destinada aos pobres e outra destinada aos ricos. Aquela destinada aos ricos, é culturalmente ampla e diversa e

disponibiliza aos alunos não só o conhecimento produzido pela humanidade como também proporciona experiências culturais, artísticas e científicas diversificadas. A educação exclusivamente voltada para os pobres deve apenas ensinar o mínimo necessário para a formação de mão de obra para o setor produtivo hoje tecnologicamente desenvolvido, além de evitar qualquer visão mais crítica do sistema e, sob o manto da falsa neutralidade, continuar disseminando sem resistência a ideologia dominante.

Esse movimento, chamado “escola sem partido”, tem atuado em diversas frentes e proposto leis nos parlamentos estaduais e municipais e federal, além de incentivar o denunciamento e a perseguição de professores que, no exercício de sua liberdade de pensamento, ensinam teorias críticas ao sistema, questionam a hegemonia e as tradições da elite dominante. As consequências desse movimento flertam com a história do fascismo e serão nefastas para aqueles que pretendem uma sociedade baseada na solidariedade entre os seres humanos e a democracia. A FASUBRA Sindical, como entidade sindical da educação deve empreender iniciativas que visam a formação de sua base para não coadunar com esse absurdo, além de se solidarizar com as vítimas dessa excrescência e organizar, junto com outras entidades, uma luta para derrotar esse ideário fascista.

Não concordamos que a educação deva ter esse papel diferenciado segundo à classe a que se destina, pois esse pensamento tem como consequência a segregação social e a ampliação da desigualdade, que justifica a privatização da universidade pública, o fim das escolas técnicas federais integradas ao ensino médio, o fim das cotas, o subfinanciamento da educação básica e a consequente manutenção de baixos salários e infraestrutura sofrível das escolas do país, as imensas filas das creches, etc. Defendemos uma educação integral que de acesso à classe trabalhadora ao conhecimento produzido pela humanidade, proporcione condições para que ela produza conhecimento, que seja pública e de qualidade para todos e todas, gratuita, motivada pelo entendimento de que Educação é um direito universal e por isso deve ser garantido pelo Estado.

Ameaças à autonomia universitária

A Autonomia Universitária está prevista na Constituição da República em seu artigo 207 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 54. É nela que se fia a capacidade de se produzir conhecimento, ciência e tecnologia de forma livre e inovadora, sem a interferência e instrumentalização. Ela é condição inerente às instituições de educação superior e técnico-profissionalizante e está articulada ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como ao princípio da autogestão administrativa e financeira, incluindo a gestão de pessoal.

Recentemente vivemos tempos em que as instituições de ensino são alvos de diversos processos em órgãos de controle, como Controladoria Geral da União e Ministério Público Federal, que em função de práticas ilegais em algumas dessas instituições tem generalizado uma série de recomendações impositivas, interferindo diretamente na sua administração. Também os Ministérios da Educação e Planejamento e Secretarias Estaduais de Planejamento e Casas Cívicas, vem se utilizando de instrumentos infralegais, como orientações, instruções normativas e até ofícios circulares para padronizar procedimentos e impor uma forma de gestão pública e uma política educacional verticalizada, sempre com o pretexto de que o artigo 207 não foi regulamentado.

Consideramos que a autonomia universitária está sob franco ataque e a comunidade universitária precisa debater esse tema com a devida seriedade,

sem, no entanto, desconsiderar o caráter público da universidade, que deve se submeter ao controle social, à transparência e aos princípios legais gerais, afinal, autonomia não é soberania.

A FASUBRA, como representante máximo dos TAE em nível nacional, deve ser protagonista na defesa da autonomia universitária e na sua vinculação umbilical com a democracia. Devemos debater com as demais entidades a necessidade de regulamentação, que garanta às instituições federais suas prerrogativas, sem que essas tenham que se submeter às investidas dos órgãos de controle e dos ministérios, porém essa regulamentação não pode criar uma mini-república, dirigida apenas por uma categoria.

Recentemente o MEC desconstruiu todo processo da CONAE 2018, publicando decreto alterando o calendário e não garantindo a estrutura para a realização das conferências regionais e municipais. Também acabou com o Fórum Nacional de Educação [FNE], destituindo várias entidades de seu espaço de representação após perder as votações democráticas realizadas no pleno do fórum, em decidido processo de aparelhamento do FNE que passa a contar com maioria de entidades “amigas” do governo e com uma minoria de entidades críticas, correlação de forças garantida inclusive com a exclusão de entidades com a FASUBRA, ANPED, PROIFES e CONTEE, chegando ao absurdo de não contar com nenhuma representação direta do segmento de trabalhadores da educação superior e técnico-profissional, tanto pública como privada.

Em resposta a essa investida golpista e aparelhista no FNE e CONAE, as entidades articularam o Fórum Nacional Popular da Educação [FNPE] e lançaram a Conferência Nacional Popular da Educação [CONAPE], que tem como objetivo cumprir as obrigações do FNE e a CONAE, desconstruídos pelo MEC golpista, que visa engavetar o Plano Nacional de Educação, já estrangulado pela emenda constitucional 95 [teto dos gastos públicos], impedindo também que os educadores e educadoras do Brasil se mobilizem e se organizem para lutar pelas metas avançadas do PNE e também pela revisão das metas conservadoras que o congresso embutiu no processo de votação que já iniciou enviesado pelo fato de o projeto de lei não contemplar satisfatoriamente o relatório final da CONAE 2014.

Nesse contexto a FASUBRA deve mobilizar toda sua base para construir a CONAPE e também os fóruns estaduais e municipais de educação que vem aderindo ao processo popular de avaliação e monitoramento do PNE liderado pelo FNPE, contribuindo para garantir um amplo debate sobre a política educacional vigente e também sobre o próprio PNE e a necessária rearticulação do movimento progressista da educação, que historicamente tem sido ponta de lança nas lutas e formulações em direção à superação das desigualdades e injustiças e na defesa dos direitos do povo.

Outras bandeiras históricas devemos lembrar, continuar defendendo e pressionar para conquistar:

- Eleições no mínimo paritárias para dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior, Técnico e Profissional em processo que se inicie e se encerre na instituição, sendo empossado o dirigente eleito;
- Paridade nos colegiados superiores entre os três segmentos (1/3 de docentes, 1/3 de Estudantes e 1/3 de TAE);
- Participação da comunidade externa nos conselhos superiores, garantindo a presença da sociedade organizada, principalmente nos colegiados de controle social, como conselho de curadores, por exemplo;
- Defesa da continuação do projeto de ampliação da educação superior e técnico-profissionalizante pública, com a devida reposição do quadro de pessoal, com a

contratação de técnicos e docentes por concurso público, além da necessária infraestrutura para o funcionamento dos novos cursos e novos campi;

- Defesa da consolidação e ampliação das políticas de permanência estudantil e ações afirmativas (cotas);
- Defesa da destinação de dinheiro público exclusivamente para a educação pública.
- Construção do Fórum e da Conferência Nacional Populares da Educação (FNPE e CONAPE) como instrumentos organizadores do movimento da educação nacional.

4. REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O FIM DA APOSENTADORIA

A proposta enviada pelo executivo para a Câmara Federal de reforma da previdência pode ser considerada como um grande ataque a classe trabalhadora. De todas as mudanças que a previdência já passou desde 1988, tanto para servidores públicos, quanto para os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos e rurais sem dúvida essa é a mais perversa e atinge todas as pessoas, exceto os militares. Mas ela é especialmente cruel com parcela da sociedade como as mulheres e as/os trabalhadores/as rurais que, por suas especificidades, tinham reconhecido desde a constituição de 1988 o direito a uma aposentadoria por tempo de contribuição e idade diferenciadas.

No caso das mulheres parte-se do reconhecimento de que por estarem submetidas a condições mais desfavoráveis no mercado de trabalho, por serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados, por serem as primeiras a serem atingidas pelo desemprego e a informalidade em tempos de crise, a diferenciação é uma questão de justiça, da mesma forma que em relação aos/as trabalhadores/as rurais que ingressam no mundo do trabalho desde os 10 anos de idade e enfrentam condições de trabalho extremamente adversas.

A falácia que os brasileiros se aposentam prematuramente não se sustenta quando confrontados com os dados de realidade. As idades médias na concessão de aposentadorias por idade e por tempo de contribuição aumentaram nestes últimos 20 anos, além disso, os dados têm revelado que mesmo depois da concessão as pessoas seguem trabalhando visto que o benefício auferido é incompatível com a manutenção de uma vida digna. A média dos benefícios para ambos os sexos em 2014 era de R\$ 1.659,90 o que representa em torno de 77,4% e 85,2% da remuneração na ativa para homens e mulheres, respectivamente.

Nesse sentido, o projeto tem dois grandes objetivos: retardar ao máximo o período de aquisição da aposentadoria reduzindo os rendimentos médios do benefício e desmontar uma das políticas mais bem-sucedidas de seguridade social no mundo condenando gerações inteiras a nunca ter acesso a aposentadoria e estimulando um sentimento entre os jovens de que não vale a pena contribuir para o sistema de seguridade social. Com isso se abre espaço para a proliferação de planos de previdência privada.

Outro aspecto do projeto é a desvinculação do salário mínimo dos benefícios, na prática significa que a correção dos benefícios da previdência ficará abaixo da correção do salário mínimo com impacto principalmente na população rural, mas também na população urbana que recebe em média um salário mínimo de benefício. Atualmente 49,3% dos beneficiários no Brasil recebem até 1 salário mínimo. As medidas apontam para uma acelerada retirada de direitos e para o empobrecimento da população mais vulnerável e uma forte reconcentração de renda e riqueza nas mãos do capital rentista, dos banqueiros e do grande capital. O debate em torno deste tema é de máxima urgência e está cruzado com o de

carreira. A organização do trabalho coletivo dos técnico-administrativos em educação deve se debruçar sobre dois elementos centrais para a próxima agenda: as novas regras de previdência para os novos e novas trabalhadoras, bem como o fundo de previdência respectivo; e a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH – como tecnologia de gestão ao Sistema Único de Saúde.

5. COMBATE ÀS OPRESSÕES

Os temas transversais estão relacionados ao combate a todo tipo de opressão existente na sociedade, com reflexos dentro das instituições de ensino. São temáticas que perpassam todas as classes sociais e dizem respeito a todas as pessoas, pois tratam sobre as discriminações culturalmente construídas. A população LGBTQI, os negros, as negras, as pessoas portadoras de deficiência e as mulheres são a parcela da população mais estigmatizada com preconceitos e, por isso, sofrem violências de todas as formas. É necessário e fundamental que se construam políticas públicas voltadas ao âmbito social, que venham romper com as atitudes e os impactos desta forma perversa de se relacionar com a diversidade, com o que não corresponde ao imaginário social, calcado na norma branca, hétero e masculina.

Combater o machismo patriarcal, que violenta e aprisiona as mulheres, (nem recatadas, nem do lar como quer o patriarcado), afastando-as da vida política, dos espaços públicos, do mundo do trabalho produtivo e também do universo sindical, relegando-as a cidadãs de segunda classe, com baixos salários, precárias condições de vida, a mercê de todas as formas de violência: institucional, obstétrica, doméstica, assédio moral e sexual no trabalho, unicamente por serem mulheres, visibilizando a perversidade das relações de gênero presente em nossa sociedade.

Lutar contra o racismo, entendendo que o Brasil é um país multiétnico, onde o preconceito relativo a cor é velado e por isso negado. Não existe democracia racial em nosso país. A exploração do corpo das mulheres negras, o genocídio da juventude negra, a divisão sexual e étnica do trabalho, são exemplos disso. Também nos mostram que racismo e machismo andam juntos e se fortalecem mutuamente. Não há como falar em machismo sem fazer recorte de etnia, bem como não se pode falar em racismo sem fazer recorte de gênero. Isso porque a opressão atinge homens e mulheres de formas distintas, depende da cor, do sexo, da origem e condição social, da orientação sexual e identidade de gênero e também da condição física, ainda que seja comum a todos e todas.

Dentro das instituições de ensino, observamos os trotes machistas, racistas e homofóbicos (incluindo-se aqui a lesbofobia e a transfobia), ao pouco aceite pelas IFES do nome social, a falta de acessibilidade aos portadores e portadoras de deficiência, bem como a de comunicação eficaz com os surdos e surdas acarretando em altos índices de evasão e baixo rendimento ensino-aprendizagem, a dificuldade das mulheres e da população negra e LGBTQI, de todos os segmentos de trabalhadores e trabalhadoras das IFES, em alcançarem postos e funções de direção, onde a predominância é de homens brancos e héteros, e mesmo no caso das mulheres serem a maioria entre todos os trabalhadores das IFES, possuindo inclusive grau de instrução superior a eles.

A relação se apresenta da seguinte forma: homens ocupam quase a totalidade dos cargos de chefia/direção com poder de decisão (mais de 70%), os homens negros ficam em segundo lugar em relação aos brancos, mas à frente das mulheres brancas que não chegam a ocupar 30% dos cargos, e desses um percentual ínfimo

é ocupado pelas mulheres negras. O que nos mostra, a princípio, que o quesito gênero pesa mais na opressão aos trabalhadores e trabalhadoras, dentro das IFES, que o étnico. Não se tem percentuais significativos para a população LGBTQI e portadores de deficiência, essas são excluídas sumariamente da possibilidade de acesso ou se excluem, tamanha opressão e discriminação que sofrem. A defesa da bandeira das cotas étnicas e de gênero nos processos de seleção internos e externos nas IFES é uma ferramenta provisória fundamental no processo de luta histórica para se alcançar a igualdade.

É necessário que a FASUBRA fomente o debate amplo sobre temas transversais no interior da categoria [na base], para desmistificar e emancipar os trabalhadores e trabalhadoras das IFES para a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia, pressionando os gestores e os governos a debater e implementar políticas públicas, voltadas a sanar essas chagas existentes em nossa sociedade, entendendo que dizem respeito a todos e todas nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação. A mudança cultural começa na educação, somos parte e responsável por esse processo.

Propostas para essa área no Plano de Lutas, Plano de Gestão e Mudança estatutária:

- Criação da Coordenação LGBTQI da FASUBRA, compondo a Direção Nacional, a exemplo das coordenações da mulher trabalhadora e raça e etnia, desvinculada de qualquer outra coordenação;
- Garantia de autonomia para as coordenações da Mulher Trabalhadora, Raça e Etnia e LGBTQI da FASUBRA para executar seus planejamentos, por meio da destinação de orçamento próprio para cada coordenação mediante a apresentação de plano de trabalho aprovado na Direção Nacional;
- Realização de eventos nacionais e regionais para debater, construir e promover a pauta de combate a opressões da FASUBRA;
- Realização de campanhas publicitárias nas mídias da FASUBRA, procurando repercutir na rede de mídias das entidades filiadas, com vistas em fomentar debate e propagandear a cultura feminista, de combate ao racismo e combate a homofobia na categoria;
- Construção e realização de cursos de formação para dirigentes responsáveis pelas políticas de combate às opressões nos sindicatos filiados à FASUBRA.

6. HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Atualmente os Hospitais Universitários vivem profunda crise que envolve o financiamento e a gestão. Do ponto de vista do financiamento, assim como os demais órgãos do serviço público, os HU já vinham sentindo impacto do ajuste fiscal empregado com maior ênfase desde outubro de 2014. São constantes as denúncias sobre a insuficiência do financiamento não só para responder à missão assistencial dos hospitais, mas também para garantir plenamente sua finalidade no ensino e pesquisa. Em relação a gestão os HU amargam a dura realidade, amplamente anunciada pela FASUBRA e outros movimentos, que é a incapacidade da EBSEH de resolver os problemas do subfinanciamento e da má gestão.

Nesse momento os HU vivem também com três ou quatro regimes de trabalho em seu interior [RJU, Empregados Públicos, Terceirizados e Fundacionais], o que vem ampliando ainda mais as dificuldades de gestão e reforçando o assédio moral como uma política institucional patrocinada pela direção da EBSEH e Superintendências. Outra questão vital relacionada aos HU remete à intervenção sindical, que deve passar por duas chaves de abordagem: a) a luta contra essa tecnologia de gestão (empresarial) deve ser implacável e denunciada como

elemento nefasto à garantia da publicidade do Sistema Único de Saúde, que passará a ter sua estrutura hospitalar gerada sob a ótica do mercado – e com liberdade institucional ampla; b) a Federação, juntamente com os sindicatos de base, deve implementar uma larga política sindical, que vise incorporar as trabalhadoras e trabalhadores, que ingressaram e ainda ingressarão como empregados públicos, no conjunto da categoria.

Neste sentido deve-se, também, superar o desafio sindical de organizar esses trabalhadores e trabalhadoras sob a perspectiva de carreira e de luta sindical em geral. A categoria deve disputar este novo setor como trabalhadores e trabalhadoras em educação. Lembremos que os Hospitais continuarão a produzir ciência e tecnologia, portanto, se manterão como instituições de ensino – o Ministério da Educação é um dos responsáveis institucional da Empresa. Abrir mão dessa perspectiva é fragmentar a categoria e enfraquecer a luta.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho são campo de duras batalhas no interior das instituições de ensino, pois é por meio delas que se expressam as diversas formas de concentração de poder e opressões, porém, mesmo que hoje seja dessa forma, acreditamos que não é preciso ser assim. É possível estabelecer relações de trabalho solidárias e democráticas, considerando a importância e contribuições de cada trabalhador e trabalhadora na produção de educação nas IFES por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Comumente, temos tratado, prioritariamente da carreira nesse tema, pois o PCCTAE se constitui em instrumento de gestão das relações de trabalho, referenciando o desenvolvimento dos técnico-administrativos em educação no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IFE, que deve ser construído em processo participativo e emancipatório. É instrumento estratégico porque queremos e acreditamos na mudança histórica da realidade e nos importa revolucionar a própria universidade como um dos passos para mudança do sistema social. Há quem entenda, entretanto, que carreira se resume em boa tabela, que nada tem a ver com concepção de mundo, e que, pensar em mudar as instituições e a sociedade, também a partir da realidade de hoje e cotidianamente, é capitular frente ao poder instituído.

Na atual conjuntura, com um governo golpista estabelecido, um congresso que majoritariamente apoiou o golpe, na incerteza de sua continuidade e das próprias eleições de 2018 e as regras que a regerão, entendemos que não devemos pautar para além dos limites da federação, o debate estrutural de um instrumento que nos é tão caro, em que pese alguns de seus limites e necessidade de mudança até mesmo em face do novo perfil da categoria. Fazer esse debate com o governo na atual conjuntura pode ser abrir espaço para o governo nos impor derrotas e a desconstrução acelerada das conquistas.

Não há correlação de forças que possa nos levar à vitória sequer em relação à manutenção dele assim como está, com os integrantes de todos os Níveis de Classificação (de A a E) num mesmo instrumento legal. A existência de propostas ao PCCTAE que sugerem a divisão da categoria, oriundas de associação recentemente criada, torna o ambiente para este debate ainda mais temerário.

No entanto, em nível de implementação do PCCTAE no que ele tem de instrumento de gestão democratizada, há muito a se fazer em nossas instituições, numa luta que pode e deve ser unitária nacionalmente. Isto é tratar das relações de trabalho utilizando o PCCTAE e exigindo das gestões das IFE o planejamento, avaliação,

capacitação participativas, cobrando a oferta de condições para a graduação e pós-graduação, mestrados profissionalizantes e vagas nos acadêmicos.

Nossas conquistas recentes no que se refere às relações de trabalho estão sob forte ataque. O PDV lançado em julho, com a criação de licenças não remuneradas e redução da jornada com redução de salário, além de possíveis reduções de benefícios e também a propaganda de que não haverá reajustes, são exemplos de que o momento é de resistir e lutar pela implantação do que foi legislado no PCCTAE, por exemplo, mas não cumprido. Também devemos defender a autonomia universitária e buscar interpretações menos ortodoxas e atreladas aos órgãos centrais de controle e gestão, que parecem dirigir as universidades de seus gabinetes. Nesse contexto não podemos ter ilusões que alguma mediação poderá ser benéfica para nós enquanto houver um governo fruto de golpe.

Breve análise da greve de 2017

A greve da FASUBRA do final de 2017 provocou o adiamento do Congresso da categoria, que deveria ter sido realizado no final de 2017. Nosso posicionamento sempre foi o de não adiamento do congresso, por entendê-lo como espaço legítimo de construção da luta. A greve foi importante, não por ser uma greve em si, mas para que a categoria pudesse aprender com ela, pelo que representou do ponto de vista estratégico da luta das técnicas e técnicos administrativos em educação na atual conjuntura.

Não abordaremos aqui se a greve foi ou não foi vitoriosa. Esta é uma falsa polêmica que serve apenas para recheiar discursos que visam a disputa interna. Podemos dizer que no limite (bastante generoso) estiveram em greve não mais que um terço da categoria. Mas como este não é um dado quantitativo que define a greve como oportuna ou não, na conjuntura, ainda que a quantidade seja um elemento importante. O que define uma greve necessária é seu objetivo estratégico.

O Resignificar foi contra a greve por razões justamente estratégicas. Defendemos, na ocasião, a manutenção do Congresso da categoria por duas razões que nos pareciam importantes para o momento da luta que o campo democrático e popular travava contra os golpistas, a saber: 1) a necessidade de uma nova direção política para a Federação e, 2) a construção de um campo político que unificasse a educação e a saúde em um confronto de grande intensidade para o mês de março de 2018.

Os elementos postos desnudavam justamente o que entendemos como extremamente grave do ponto de vista político na direção da Federação: a incompreensão do momento na atual luta de classe no Brasil. Lamentavelmente, o conjunto das forças políticas que compõe a atual direção (aqui está incluído o campo político majoritário acrescido de setores do campo democrático e popular) não apreende que a conjuntura é organizada pela lógica dos golpistas, muitas vezes repercutindo o pensamento burguês mais conservador.

Ou seja, o Estado de exceção no Brasil não é reconhecido como elemento central da conjuntura pela direção política da Federação. O grave: para o setor majoritário emergido do último Congresso da categoria não existe nem o entendimento de que existe um golpe, mas apenas divergências no interior do campo da burguesia.

“Se o golpe não é reconhecido, também não organiza as forças conservadoras, logo posso produzir uma luta corporativa”. Esta é a racionalidade que se materializou por meio da greve. O centro passou a ser a luta interna que se intensificava (e se intensifica) em direção ao Congresso. Nossa leitura passa justamente por esta

análise. A greve foi produzida a partir de uma lógica corporativa, cujo suposto desenho da correlação de forças para o Congresso indicava a necessidade de prorrogação. Uma espécie de consenso tácito de que as forças majoritárias teriam um mau desempenho na produção de delegadas e delegados. Logo a necessidade de adiamento para que “minha força política” pudesse ter um melhor desempenho em um Congresso realizado em maio do ano seguinte.

Ora, este raciocínio é legítimo e nada trás de condenável. Escolher a melhor data para que minha força política possa ter o melhor desempenho quantitativo faz parte do jogo. Todas as forças levam a data do Congresso como elemento na disputa política. Onde reside então o erro estratégico da greve? Na leitura equivocada da conjuntura. Em condições de temperatura e pressão normais, nada de condenável estaria posto. No entanto estamos no olho do furacão de um golpe de estado que suspende a democracia liberal inscrita na constituição de 1988 e o capital encontra-se em ataque brutal contra o trabalho. Estruturalmente, a classe trabalhadora está sendo dizimada, como mostra bem a presente tese.

Neste sentido, a resultante da greve foi colocar a categoria em franco processo de fragilidade. O ano de 2018, com a realização do Congresso, coloca a categoria efetivamente em luta no final do primeiro semestre. Se colocar, pois as análises da greve pela direção política majoritária (inclui-se aqui setores do campo democrático e popular, infelizmente é preciso registrar mais uma vez) continua a produzir sofismas, como se estes pudessem produzir mudanças na conjuntura. A resultante desse erro grave e grosseiro do ponto de vista político, o ano de 2018 se encarregará de desnudar, infelizmente.

Por onde caminhar então? Proposições para o debate

A curto prazo, não devemos criar expectativas na categoria de que seja possível negociar melhorias salariais ou de carreiras com esse governo ilegítimo, devemos cerrar forças com o campo democrático com o intuito de derrubar os golpistas. Isto significa que a categoria deve ter como horizonte estratégico para o ano de 2018 impedir que os golpistas se legitimem a partir do processo eleitoral.

O golpe deve começar a ser derrotado nas eleições (se houver eleições), pois caso o golpe eleja seu candidato, ainda não definido, o projeto ultraliberal se intensificará a níveis históricos de desmonte do Estado e dos direitos da classe. Não deve haver nenhuma ilusão com qualquer movimento em torno de possíveis negociações. Nossos esforços devem ser na direção da construção do campo democrático e sua vitória nas eleições e na resistência a destruição das conquistas.

Em prazo médio - Retomar o estudo e formulação sobre carreira e relações de trabalho na FASUBRA e sindicatos de base, com o compromisso de realizar o estudo do perfil da categoria, análise das legislações que regem a previdência, a carreira e as relações de trabalho. Tudo isso à luz do debate sobre Estado e Universidade e, sobretudo, sob o resgate de uma visão de universidade referenciada no trabalho (Projeto Universidade Cidadã para o(a)s Trabalhador(a)es).

A categoria mudou de perfil com um contingente enorme de nomeados desde 2007, ou seja, já chegaram após o PCCTAE. É urgente construir a apropriação desses colegas das bandeiras da federação e também das escolhas histórica que fizemos, como por exemplo, a negação das gratificações de desempenho. Somente assim poderemos ter nosso exército resistindo a mudanças que parecem beneficiar os trabalhadores, mas que no fim, nos farão retroceder em anos de lutas e conquistas.

Enfrentar o processo crescente de terceirização reivindicando que todas as atividades de caráter permanente das IFE sejam desempenhadas por trabalhadores do quadro. Defendemos não só o fim da terceirização, mas de qualquer forma de contratação que não o Concurso Público, via RJU, para essas atividades.

8. ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

- Ampliar o mandato para três anos, pois a prorrogação dos mandatos tem sido recorrente e isso mostra que a gestão real é de três e não de 2 anos;
- Debater uma forma de melhorar a representação das direções dos sindicatos filiados, envolvendo-os mais nas decisões da federação;
- Permitir eleições de delegados ao CONFASUBRA em 1 [uma] assembleia por campi e HU, mesmo que estejam no mesmo município, melhorando a representatividade do congresso em relação à base, pois nos grandes centros urbanos, as distâncias e as dificuldades de deslocamento prejudicam a participação dos trabalhadores nas assembleias únicas por município praticadas atualmente por limitação estatutária;
- Permitir eleições de delegados em urna, dando opção para o sindicato que queira realizar eleições de modo alternativo à Assembleia específica, possa fazê-lo em urna, de forma direta e secreta, envolvendo toda a base no debate sobre a eleição de delegados ao CONFASUBRA. Caso faça em urna e atinja um quórum mínimo de 25% de votos válidos, de sua base de representação, a delegação do sindicato seria preenchida totalmente, caso não atinja o quórum de 25%, a delegação seria preenchida com a seguinte relação;

Quórum eleitoral em urna	Percentual da bancada eleita para o congresso
25%	100%
20%	80%
15%	60%
10%	40%
5%	20%
1%	4%

Supondo que uma base tenha 5000 trabalhadores [filiados e não filiados, conforme conta hoje]

número de trabalhadores na base 5000

número total de delegados 50

quórum mínimo para eleger 100% da bancada, ou seja, 50 delegados: 1250 votos em urna

tabela exemplo em número de delegados

Quórum eleitoral em urna [Votos válidos]	Percentual da bancada eleita para o congresso
25% [1250]	100% [50 delegados]
20% [1000]	80% [40 delegados]
15% [750]	60% [30 delegados]
10% [500]	40% [20 delegados]
5% [250]	20% [10 delegados]
1% [50]	4% [2 delegados]

9. A FASUBRA E SUA RELAÇÃO COM AS ESTADUAIS

Não é de hoje que a federação fica a desejar no encaminhamento das lutas desse tão importante setor da sua base. Em nossa opinião, não basta trabalhar o tema nas diversas teses apresentadas a cada CONFASUBRA. É chegada a hora da Fasubra se consolidar como uma Federação que também represente os trabalhadores de sua base nos estados e municípios, discutindo e implementando, na prática, políticas específicas para o setor.

Uma boa maneira de começar é dar encaminhamento efetivo para o Planejamento, que já foi apresentado pela Coordenação de Estaduais e Municipais, dando autonomia para a execução do plano, com acompanhamento das atuais filiadas, e buscar filiar novas entidades em nível estadual e municipal.

Outra falha da federação é que o setor de entidades federais da FASUBRA hegemoniza todas as instâncias gerais [Plenárias Gerais, Direção e Congresso], tratando quase que exclusivamente de temas dos trabalhadores das universidades e institutos federais. Para a superação efetiva dessa falha, é preciso que seja cumprido o Estatuto se utilizando plenárias setoriais para assuntos de cada setor [Federais, Estaduais e Municipais].

A Fasubra precisa aprender e praticar a ideia que a unificação das Instituições de Ensino Superior Públicas, federais, estaduais e municipais, se dá a partir de um programa educacional. A unidade é em torno de uma visão educacional emancipatória, que exige uma disputa na sociedade. A unidade se dá no campo do projeto educacional e não em suposta identidade sindical, ainda que seja sustentada pelo campo sindical (a Fasubra como unidade organizativa).

10. PLANO DE GESTÃO E LUTAS

O Plano de Lutas da federação deve orientar o movimento sindical dos TAE para as necessidades do período que circunscreve a gestão eleita no XIII CONFASUBRA, compreendendo as diretrizes administrativas e de gestão da entidade, como forma de expressão prática de nossa concepção de mundo, democrática e revolucionária, além de tarefas e diretrizes políticas sobre as lutas que deveremos travar com prioridade no próximo período.

Além dos tópicos elencados abaixo, compõem a proposta de plano de lutas de nossa tese os itens e tópicos destacados abaixo de cada tema exposto.

10.1 Formação Política e Sindical

Implementar a escola nacional de formação política e sindical dos técnico-administrativos em educação das instituições públicas de ensino superior, técnico e profissional, já aprovada pela gestão 2015/2017, com programas de formação permanente para dirigentes dos sindicatos de base e para a base, versando sobre temas relevantes para os TAE, de modo a reforçar as bandeiras e pautas históricas da categoria.

O processo de formação deve estar ligado à relação de incentivo aos Grupos de Trabalho/Discussão temáticos na base, como instrumento de formação sobre temas específicos e assessoramento às direções sindicais e GT nacionais. Desta forma deve-se dar uma configuração sistêmica ao processo de formação e formulação de políticas estratégicas.

10.2 Comunicação da Federação

Revitalizar os instrumentos de comunicação da federação tendo como alvo os sindicatos filiados e também os TAE, utilizando as redes sociais, mas com forte ênfase na página oficial que deve ser transformada em polo aglutinador e irradiador de informação da e para a categoria, inclusive com possibilidade de cadastro de e-mail para envio de boletim informativo.

Produzir e distribuir spots de rádio para reprodução no site, na base e rádios das instituições de ensino, por exemplo, com temas importantes para o movimento, mobilizando, informando e agitando em relação às pautas da categoria, do movimento sindical e dos movimentos sociais; Manter e administrar com democracia e transparência os perfis, páginas e canais oficiais da federação nas redes sociais, os quais devem servir para debater, informar e integrar.

Criar, via canal de youtube, a TV FASUBRA, para servir, inicialmente, de repositório de vídeos da federação e no futuro, também produzir conteúdo próprio e reproduzir conteúdo em vídeo das bases e também enviar para reprodução nas TV das instituições de ensino.

10.3 GT da Federação

Retomar o funcionamento regular dos Grupos de Trabalho da federação como instâncias assessoras da Direção Nacional, de formulação técnica e política, atualizando e reafirmando todo o arcabouço já produzido pela categoria nas diversas áreas.

10.4 Agendas dos movimentos sociais da Educação, Saúde e SPF

Participar ativamente do Fórum Nacional Popular da Educação (FNE), Conferência Nacional Popular da Educação [CONAPE], Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e outros espaços representativos da Educação, defendendo as posições aprovadas nas instâncias da federação;

Participar de todos os espaços referentes ao fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde. Orientar os sindicatos de base a participar dos conselhos municipais e estaduais, por serem espaços de controle social e formulação de políticas públicas (conselho dos direitos das mulheres, de pessoas portadoras de deficiência, de segurança, transporte, fórum estaduais e municipais da educação, etc.).

ASSINAM ESTA TESE:

Militantes da CSD (CUT Socialista e Democrática)
Militantes do SINTEPS (Sind. Trab. em Educação do Centro Paula Sousa – SP)
Militantes do SINDIEDUTEC/PR
Militantes da Expressão Sindical
Militantes do MUR (Movimento Unir para Resignificar)
Militantes do Sempre Na Luta – ASSUFMSM
Militantes da Frente Integrada Cutista da ASSUFMSM - FICASSUFMSM
Militantes Independentes ■

Articulação Sindical da CUT

Apresentação

Primeiramente, Fora Temer! Fora Golpistas!
Em defesa da democracia!

A história de atuação da Articulação Sindical da CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES) junto à categoria dos Técnico-Administrativos em Educação na base da FASUBRA vem desde os primórdios da nossa federação, atuando como parte dos vários agrupamentos CUTistas organizados na base da Fasubra, e contribuindo para o fortalecimento do nosso movimento e para a construção das políticas e projetos da nossa federação.

No último confasubra, buscando melhor forma de contribuir com os debates da categoria, nos apresentamos para a construção de uma política embasada na plataforma CUTista dos trabalhadores e que viesse a contemplar os anseios da categoria. Desde então continuamos nossa tarefa nesta mesma perspectiva, como durante a última greve quando demarcamos nossa posição e alertamos as direções e ao conjunto da categoria, quanto ao risco dos golpes contra os nossos direitos, e mais recentemente, com propostas para a categoria com vista ao enfrentamento dos golpistas e em defesa da democracia.

Este CONFASUBRA se configura como um espaço para a correção de rumos e, principalmente, para o estabelecimento de uma política para nossa categoria com uma agenda propositiva capaz de nos incluir, como outrora, no cenário nacional e para nos reabilitar ao debate sindical e a disputa de projetos junto ao Estado e a sociedade e com isso resgatar o protagonismo da Fasubra Sindical, tão reclamado pela base dos Técnicos-Administrativos em Educação.

Assim, com a perspectiva de reorganizar nossa ação e estabelecer políticas que atendam a categoria como um todo, apresentamos nossa análise e um conjunto de propostas alicerçadas numa plataforma CUTista, com vistas ao fortalecimento e a defesa de projetos da classe trabalhadora que estão em disputa numa conjuntura sabidamente desfavorável, mas que não nos intimida.

Continuando nossa caminhada mantendo os princípios da Central Única dos Trabalhadores, na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora vimos nesse congresso apresentar mais uma vez nossas contribuições ao debate e nossas propostas, que objetivam resgatar o protagonismo da Fasubra Sindical, tão reclamado pela base dos Técnicos-Administrativos em Educação.

Saudações Sindicais,
ArtSind Fasubra – Articulação Sindical da CUT na base da Fasubra.

UNIDADE CONTRA O GOLPE

“Somos todos um pequeno brilho em uma noite escura a que chamam tempo, assim fugaz e inexplicável. Todos os brilhos têm a sua cor, a sua intensidade. Quão belos e multicoloridos ficam quando combinados, misturados, refletidos, quando dançam as cores no tempo. Mas muitos brilhos perderam seu fulgor, resignados ficaram nas profundezas do esquecimento. Na superfície do tempo, uma história monocromática os suprime do presente e do passado para se afirmar como a única força do futuro”.

Sub Comandante Marcos, Coimbra, 2014 - Movimento Zapatista. México.

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e com previsão de aumentar segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o imperialismo busca via guerras aos povos e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores impor sua política de pilhagem e desagregação.

É a crise mais longa e intensa desde a depressão mundial do final dos anos vinte do século passado, causada pelas contradições do processo de acumulação hegemônico pelo capital financeiro, especulativo e predatório. Ingressamos numa fase aguda de conflitos em que as fronteiras e identidades nacionais sucumbem aos interesses das grandes corporações que se confrontam no terreno do sistema mundial financeirizado. Destaca-se, nesse processo, o poder da rede de organizações transnacionais, sobretudo dos bancos, na determinação dos rumos da economia internacional.

No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, impõem a retirada de direitos e a precarização do trabalho e restringem os gastos públicos em políticas sociais.

Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos, demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.

Uma nação imperialista, como os Estados Unidos, torna-se mais perigosa quando corre o risco de perder sua hegemonia do que quando está expandindo seu império. Usa diretamente a intervenção militar ou recorre a outros mecanismos, como o financiamento de organizações e institutos que propagam ideias gerais como a defesa da democracia, da liberdade e o combate à corrupção para fomentar movimentos de massa, mobilizados pelas redes sociais e apoiados pela mídia tradicional.

Foi o que ocorreu na Ucrânia, onde a União Europeia e os Estados Unidos tinham interesse em combater a influência russa. No norte da África e no Oriente Médio, o imperialismo buscou tirar proveito das convulsões sociais conhecidas como Primavera Árabe. Síria e Líbia são os dois principais exemplos dessa estratégia, países que agora estão fragmentados por guerras civis e veem o aumento do fundamentalismo religioso.

Na América Latina e no Caribe, não tem sido diferente. Usando método semelhante, estendem essa estratégia para a Argentina, a Venezuela e o Brasil. Na Argentina, partidos opositores da direita, pautados pelos “acontecimentos” da conspiração que matou um procurador federal, atuaram para desestabilizar o governo argentino no período que antecedeu as eleições presidenciais em 2015. Na Venezuela, intensificaram-se as pressões para que o governo de Maduro implemente ajustes fiscais, aumente as concessões às empresas e retire direitos e benefícios dos trabalhadores conquistados com a reforma da Lei Orgânica do Trabalho, aprovada durante o governo Chávez em 2010.

Em boa parte do mundo, a adoção de políticas neoliberais provocou a recessão,

o corte de direitos e/ou diminuição do emprego e da renda. Essa ofensiva torna-se mais nítida desde 2014, quando os empregadores, apoiados nos governos, levantaram-se contra o Direito de Greve dos Trabalhadores em uma reunião da OIT. A ofensiva imperialista e as políticas de ajuste neoliberal enfrentam, no entanto, a resistência da classe trabalhadora e movimentos sociais.

Na América Latina, a eleição de presidentes progressistas em importantes países permitiu a substituição do modelo neoliberal por uma política estado-desenvolvimentista e o Brasil continuou com sua agenda de fortalecimento das relações Sul-Sul e construção de um sistema global multipolar nesses últimos anos, desafiando os interesses das potências centrais.

A criação do Banco dos BRICs, em parceria com Rússia, China e Índia, para ser um contraponto ao FMI; a liderança política que buscou impedir a interferência externa em assuntos de países da América Latina, como foi a tentativa da OEA durante a crise na Venezuela no começo de 2014; a oposição à política norte-americana no Oriente Médio, em especial ao massacre israelense em Gaza e o bombardeamento no Iraque e na Síria ao longo de 2014, são exemplos de iniciativas que objetivam reequilibrar as relações internacionais entre os países, sobretudo em relação ao domínio norte-americano.

A classe trabalhadora e os setores populares não deixaram de se mobilizar contra a ofensiva do capital, ainda que poucas vitórias concretas tenham sido alcançadas. E nesse cenário, na América Latina, destaca-se a luta que no Brasil a CUT vem protagonizando, junto com centrais sindicais e movimentos sociais parceiros contra o golpe e as reformas do governo golpista, em defesa dos direitos, da democracia, da Petrobrás e do projeto de desenvolvimento vitorioso nas eleições de 2014.

A CUT continua sendo uma referência importante para o movimento sindical internacional, como revela o fato de ter conquistado a presidência da CSI. Deve continuar utilizando essa influência para reforçar as relações Sul-Sul e com Centrais Sindicais comprometidas com a luta contra o imperialismo e o neoliberalismo, numa defesa intransigente dos direitos dos/as trabalhadores/as, dos direitos humanos, da democracia, da soberania das nações e do processo de desenvolvimento com inclusão social.

Destaque deve ser dado à continuidade da ação da CUT na América Latina e na região do Caribe, onde desenvolve em parceria com a CSA projetos de cooperação visando o fortalecimento do movimento sindical.

Como vimos trata da sobrevivência do capital que ora se reorganiza e por consequência avança na perspectiva da retirada de direitos e abolição dos programas sociais. Da mesma maneira os movimentos sindicais e sociais devem se reorganizar em uma luta unificada. A luta de classes se intensifica e o corporativismo e as lutas fragmentadas por categorias apenas enfraquecem a classe trabalhadora.

Assim propomos aos/as delegados/as presentes nesse congresso que aprove a intensificação da participação da Fasubra junto à ISP e à CONTUA em nível internacional, bem sua articulação com as Centrais e demais organizações sindicais, em nível nacional, para que articulados com os movimentos sociais urbanos e rurais, e a Frente Brasil Popular intensifiquem a ação conjunta em defesa do estado democrático de direito.

O GOLPE E OS GOLPES

No Brasil, as manifestações de rua organizadas pelos setores da sociedade que não aceitaram os resultados do segundo turno das eleições presidenciais em 2014, contaram com a participação ativa de entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas. Elas alimentaram nas redes sociais a campanha pelo impeachment da presidente Dilma, bem como fomentaram e fomentam o ódio e a criminalização do PT, dos sindicatos e dos movimentos sociais que atuam no campo da esquerda, contando com amplo e decisivo apoio da grande mídia.

Nas mobilizações de 2013, setores da esquerda, em particular que não pertenciam aos quadros do PT ou da CUT, analisavam as manifestações unicamente como contrárias ao PT e ao governo Dilma, mesmo até contrárias à CUT. Numa avaliação equivocada sobre o sentido político daquelas manifestações, imaginavam ocupar os espaços que seriam deixados abertos pelo PT e a CUT junto a sociedade.

Somente começaram a despertar para o sentido fascista e anti-político que passou a predominar nos atos de junho de 2013, sobretudo em São Paulo, quando foram expulsos das ruas e agredidos, assim como assistiram suas bandeiras serem incendiadas em praça pública.

A greve da Fasubra, em 2014, trouxe em seu bojo as avaliações desses setores, que esperavam que a pressão social sobre o governo Dilma provocaria o desgaste necessário para impedir sua reeleição e, ainda, abriria o espaço para conquistas que não foram obtidas durante o mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Durante a campanha para Presidente em 2014 já eram nítidos os sinais do acirramento do ambiente político, sobretudo os reflexos da construção de um ambiente de ódio na sociedade contra os militantes e organizações de esquerda ou qualquer outro tipo de organização que objetive expressar os interesses da classe trabalhadora.

Assim entramos em 2015 em um ambiente de crise não só econômica, mas também política e institucional. Estes elementos já mostravam a insegurança da manutenção do Estado de Direito e a garantia da manutenção dos direitos trabalhistas e sociais conquistados em décadas anteriores. A CUT, já no início do ano começa a se movimentar promovendo marchas a Brasília e pressão junto ao congresso nacional contra os projetos que retiravam direitos dos trabalhadores e anunciavam o ajuste fiscal.

Ao lado da central outras centrais e entidades nacionais iniciam também o processo de pressão junto a deputados e senadores.

Com vistas a promover uma maior unificação das lutas e dos diferentes setores da sociedade e revigorar o projeto da esquerda, ainda durante o ano de 2014, foi criada a Frente Brasil Popular - FBP, agregando representantes de partidos políticos de esquerda, movimentos sociais, organização estudantis, constituindo-se com um dos principais polos de resistência e enfrentamento ao governo golpista.

Infelizmente a federação se fez ausente neste processo. O discurso corporativo, gerador de votos e prestígios junto a categoria prevaleceu em detrimento de uma política que pudesse dar aos técnico-administrativos em educação a exata dimensão do caos vindouro. Exemplo dessa inércia pode ser visto no caso do PL 4253 (transformado em Lei 13328/2016) que extinguiu diversas vagas em cargos do PCCTAE, dentre elas, todas as vagas liberadas do cargo de Auxiliar de enfermagem.

Neste caso, no encontro sobre carreira, apresentamos um estudo produzido pela ArtSind-Fasubra que detalhava a situação de cada HU e dimensionava o quantitativo de profissionais prejudicados. A plenária aprovou que a Federação deveria intervir no processo junto ao Congresso Nacional, inclusive com a apresentação de emenda supressiva ao artigo 44 daquele projeto. O tempo passou, nada de concreto foi realizado, inclusive nenhuma visita ao congresso em busca de parlamentares para defender esta parcela da categoria foi realizada. O resultado é conhecido: o PL 4253 foi aprovado e portanto, extinguiu 8.196 cargos de Auxiliar de Enfermagem, bem como outros cargos do PCTAE, sob a justificativa de compensar a criação de vagas em outros cargos.

Porém, em um de seus primeiros atos, o presidente golpista sancionou o projeto consolidando a extinção das vagas, porém vetou a criação de novas vagas.

Nesta conjuntura entrava em cena o propósito da extrema direita em tomar de assalto a presidência da república e para tanto se fabricava o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, legitimamente eleita. A federação, como que em outro mundo, não se apercebe da gravidade que representaria um golpe na democracia, por mais que chamássemos a atenção, como expresso no jornal da ArtSind_Fasubra de 31 de março de 2016, sob o título “Não vai ter golpe. vozes das ruas em defesa da democracia”. Documento onde lembramos as Jéssicas, as Carolinas e os Oportunistas.

Nas plenárias o discurso despolitizado e oportunista fez com que, mesmo aprovando a constituição de comitês em defesa da democracia nas universidades, definido no voto, os poucos comitês instalados se efetivaram por iniciativa da base à revelia das direções sindicais locais, excetuando uma ou outra, e da própria federação.

Prevalece então, na base da categoria, a consciência de classe em defesa da democracia sobre o burocratismo.

Nas universidades, palco histórico de lutas pela democratização do país, as mobilizações se deram pelo compromisso tradicional de luta da categoria e pela base frente a ausência das direções neste processo. A consciência da vanguarda não esperou pelo burocratismo e cerrou fileiras com os setores progressistas neste processo de resistência e de luta contra os interesses das oligarquias.

No enfrentamento ao golpe a militância cumpriu seu papel ocupando as ruas, praças e as capitais, mesmo que de carona com as demais entidades, sob o comando da CUT e outras centrais, além da Frente Brasil Popular.

Tardiamente, depois de instalado o processo de impeachment, pressionada pela base a Federação entra na luta pela democracia e garantia de direitos. Mas numa luta nada politizada visto que a base da categoria cobra da Federação a data base, o processo de racionalização, a reunião da CNSC e de maneira natural, posto que fora convencida de que não havia golpe neste país.

Na greve de 2015 esse discurso da normalidade se repetiu a ponto de convencer a categoria de que, apesar da crise econômica se agudizar e de que Dilma afundou o país, contraditoriamente propunham a rejeição do acordo de quatro anos com a promessa de que em 2017 haveria uma grande greve capaz de arrancar um reajuste maior que o oferecido pelo governo Dilma.

Então chegamos a 2017. Golpe instalado. A categoria cobra a grande greve e tem por resposta que o momento agora é de cautela. É verdade, não estamos mais

sob a gestão de um governo democrático popular. O Brasil vive hoje um estado de exceção, onde processo de negociação não está no horizonte e o dialogo da Mesa Nacional de Negociação Permanente foi substituído pelos gases e cassetetes. Voltamos aos anos de chumbo.

Assim para os menos avisados é preciso dizer que com o golpe não haverá negociação, ao contrario, o projeto do golpista Temer é promover o desmonte do estado brasileiro ampliar a terceirização e privatizar a educação para atendimento das metas estabelecidas pela lei do ajuste fiscal. Os primeiros passos estão sendo dados: corte no orçamento, PDV, alteração na lei dos precatórios, suspensão de concursos, extinção de cargos, e vem mais por aí. Não se iludam.

O golpe na educação

O governo promove um dos maiores ataques a educação pública brasileira. Para além dos cortes no orçamento, levando as instituições públicas ao estrangulamento financeiro, ameaçando a continuidade de seu funcionamento, promove a reestruturação curricular do ensino básico em atendimento ao mercado e à indústria da educação privada. E para quebrar os movimentos de resistência ao seu projeto, também reestrutura o Fórum Nacional de Educação excluindo entidades representativas do movimento sindical e social.

Inegavelmente a educação teve seu maior prestígio nos governos Lula e Dilma. Incontestes os números no que tange ao crescimento do orçamento do MEC que sai de 16,7 bilhões em 2002 para 94,4 bilhões em 2014. A expansão da rede federal de ensino com a criação de novas universidades e os campi avançados. A ampliação do quadro de pessoal Técnico-Administrativo em Educação.

O Reuni que permitiu a reestruturação e a criação de novos campi interiorizando as IFE. O PROUNI que possibilitou a classe trabalhadora o acesso ao ensino superior. As verbas de assistência estudantil que garantiu a permanência de alunos carentes nos cursos. Bandeiras de muitas lutas em anos e anos e que só se concretizaram nos governos Lula e Dilma.

A autonomia universitária, o processo de expansão da educação federal, as políticas de acesso e permanência ao ensino superior o financiamento público, tudo isto agora está sob risco. Nas universidades, amparados pelo governo Temer os “coronéis” começam suas investidas contra os movimentos internos de trabalhadores e estudantes a democracia vira página do passado.

Aquilo que conquistamos com muita luta como a posse do reitor eleito ou mesmo eleição paritária, ao arrepio da legislação, foi por terra. Agora será com certeza aos moldes da lei e o reitor será escolhido conforme o perfil. Os IFETs ainda tem garantia da eleição paritária, por enquanto. Poderíamos estar no mesmo patamar se tivéssemos aceitado a proposta do governo, na greve de 2014, de mudança na lei com eleições paritárias e lista uni nominal. Lembram? Uma bandeira histórica da Fasubra.

A política de desmonte da educação e de negação dos direitos humanos não reside somente no âmbito do governo federal. Tem capilaridade nos estados através de propostas embasadas projetos como escola sem partido e outros. O fato mais recente trata da audiência pública convocada pelo Conselho Estadual da Condição Humana, estado de São Paulo, para discutir o texto do Plano estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo, no Campus Baixada Santista da UNIFESP. O campus foi tomado por policiais, muitos fardados e armados, a calçada do portão principal ficou abarrotada de viatura da polícia militar.

Esta audiência iria definir os rumos da educação em direitos humanos. Os policiais junto com outros defendiam eliminar conteúdos fundamentais a educação pública. Aos brados de “direitos humanos aos humanos direitos”, “mudar a nomenclatura Ditadura Militar de 1964 para Revolução de 1964”, propunham ainda retirar a discussão de gênero nas escolas. Não bastasse a pressão sobre os conselheiros hostilizaram também os manifestantes da comunidade universitária que ali se encontravam no movimento de resistência ao retrocesso na educação.

Como saldo foi aprovado a supressão de qualquer referencia a direitos humanos no plano estadual de educação; eliminado o item que obrigava o Estado a garantir a permanência e combater a evasão escolar das minorias; etc..

Assim é preciso que a FASUBRA organize um ciclo de trabalhos a cerca da educação no país de maneira ampla e articulada com as demais entidades do ramo da educação. Não podemos nos restringir tão somente ao nosso projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

Gênero e Sexualidade em pauta na universidade e a democracia

As transformações sociais ocorridas no “mundo ocidental” desde a origem do capitalismo e durante seu desenvolvimento e revoluções (as burguesas, em particular), guardam íntima relação com os modelos de organização política e econômica adotados pelos povos, basicamente como se pode narrar a história sob a ótica dos teóricos do materialismo histórico.

Nesse sentido, as várias lutas por ampliações de direitos individuais desde a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, passando pela proposta de Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791 (ambas da Revolução Francesa), apresentam a tentativa de ampliar liberdades individuais, mas falham ao não contemplar a diversidade de possibilidades da constituição e vivência humanas.

Trocando em miúdos, assim como a proposta de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã foi rechaçada e sua postulante guilhotinada dois anos depois de propô-la, grupos de pessoas que sequer chegam ao patamar de cidadãos lutam por se equiparar em direitos a camadas privilegiadas financeiramente e culturalmente consideradas superiores não apenas na França, mas em todo o mundo.

Quando se trata de classificar as pessoas em relação ao seu gênero e também quanto ao seu comportamento sexual, temos um vasto histórico de lutas de mulheres e movimentos homossexuais que, mais recentemente, passamos a chamar de feminismo e movimento LGBT. Até chegarmos nesses nomes que usamos atualmente, muito foi construído e modificado em relação aos conceitos de moral, pecado e doença.

Houve um tempo em que as pessoas com comportamento sexual homossexual eram incluídas no rol de pecadores, para o Estado moralmente classificadas como criminosas, com previsão de pena de reclusão e até a morte. Foi uma evolução a tentativa de salvar essas pessoas com a ajuda da medicina ao diminuir a influência da religião e descriminalizar as pessoas homossexuais.

Durante o século XX, após muitas tentativas de cura e mais lutas de movimentos sociais a homossexualidade foi despatologizada (deixou de ser doença). Porém, na mesma época a transexualidade foi incluída no rol de transtornos mentais e permanece até hoje.

Após esse breve histórico, podemos refletir um pouco sobre a conjuntura atual dessas discussões no âmbito de direitos e que relação isso tem com a democracia e com a luta na universidade. Embora muito se tenha conquistado em termos de ampliação de direitos e mesmo na produção de conhecimento sobre as questões de gênero, de sexualidade, de mulheres, de sujeitos LGBT, ao mesmo tempo temos visto um ressurgimento de velhos conceitos disputando a hegemonia da cultura dos povos.

Como era de se esperar isso se reproduz nos discursos políticos conservadores, dado o fracasso do liberalismo e do neoliberalismo e o enfraquecimento de modelos mais progressistas, a nova crise do capitalismo mundial iniciou uma cruzada em busca de soluções, de heróis e, para a alegria de alguns, a tentativa de uma volta a um passado melhor um tempo em que as coisas eram melhores. Tal tempo nunca existiu, mas se voltar para a tradição para aquilo que era conhecido parece agradar muitos ouvidos e mentes.

Por isso, observamos o ressurgimento de discursos religiosos de salvação baseados no fundamentalismo, no qual a todo custo precisa se evitar o pecado. Na crise, na busca pela cidadania parece mais fácil retornar a um patamar em que haja menos garantias de direitos para manter ou reconquistar privilégios. Desse modo, com a mesma velocidade que nos últimos anos se trazia à luz a diversidade de gêneros e sexualidades esses novos marcadores sociais da diferença servem como marco e como um símbolo de que pra retornar a um tempo melhor é preciso combater as pessoas que são diferentes.

Para facilitar a compreensão podemos citar o sucesso que esse discurso faz pela boca de expoentes da política internacional como Marine Le Pen na França, Vladimir Putin na Rússia e Donald Trump nos EUA. Não é por acaso que partidários seus apoiam campanhas contra a chamada “ideologia de gênero”, fazem partes de redes e organizações religiosas ou civis que visam “defender” as famílias. Isso é apenas uma fração dos exemplos que podemos citar de que políticos e governantes autoritários e de direita levam a sério o combate aos direitos de mulheres e de pessoas LGBT.

Visto explicitamente que há uma relação entre a guinada à direita do mundo e o combate às liberdades individuais podemos citar o Brasil, no qual o centro do debate para a aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados do Plano Nacional de Educação foi a questão de Gênero. O golpe contra a presidenta Dilma teve muitos elementos misóginos. Boa parte da barganha de partidos que estavam na coalizão do governo eram travados em políticas como o programa escola sem homofobia.

Basta observar a listas dos deputados que votam a favor das reformas, são os mesmos que defendem a redução da maioria penal, são os mesmos que defendem a “família tradicional brasileira”, são os mesmos que defendem a “escola sem partido”, são os mesmos que aprovam a terceirização, que pregam a volta do regime militar.

O debate sobre gênero e sexualidade se deslocou da periferia do debate político, deixou de ter um papel coadjuvante e assumiu o protagonismo das tribunas, dos discursos inflamados, das disputas em câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no Congresso Nacional. A atuação de líderes religiosos e políticos contra os direitos de mulheres e pessoas LGBT chegou a um patamar nunca antes alcançado.

Em contrapartida, nunca se avançou tanto na academia em termos de produção de conhecimento sobre esse campo de estudos. Estudantes têm travados verdadeiras

batalhas em Conselhos Universitários por todo o Brasil para terem assistência estudantil garantidas a estudantes que estão em situação de vulnerabilidade por conta da condição sexual, para conquistarem os direitos das pessoas Trans de terem seu nome social respeitado, até mesmo de poderem usar o banheiro que julgarem mais apropriado ao seu gênero.

Mais do que isso, no último congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) as estudantes LGBT já sonham com cotas para pessoas Trans nas Universidades. O que já se tornou realidade em uns poucos processos seletivos de programas de pós-graduação stricto sensu. Mas ainda não observamos muitas pessoas Trans entre as nossas fileiras de trabalhadores em educação.

Além de pouco sabermos de pessoas Trans na nossa carreira do PCCTAE, no movimento sindical poucas portas se abrem a pessoas LGBT para serem protagonistas.

Há sim muitos exemplos que podemos citar de LGBT que galgaram chegar à direção de nossas entidades de base e inclusive à direção da FASUBRA. Porém, desde que as questões de gênero e sexualidade fossem menores, ou nem aparecem na sua atuação.

Este é um ponto delicado, que pode incomodar talvez todos os grupos, forças, correntes dentro da FASUBRA, uma vez nenhum deles assumiu discutir a fundo essas questões sempre relegadas como não prioritárias ao movimento sindical. Vivemos em um tempo da história, porém, que grave crise nas estruturas econômicas e políticas estão dando lugar a transformações sociais que passam centralmente por essas temáticas. Até quando esse tema será TABU, ou relegado a um segundo plano por todos nós?

ASSINAM ESTA TESE:

PAULO HENRIQUE RODRIGUES SANTOS
HILBERT DAVID OLIVEIRA
JOSÉ RONALDO RIBEIRO ESMERALDO
DIEGO GONÇALVES RODRIGUES
MARILDA NÓGUEIRA
KELLE CRISTINA NOGUEIRA
GERALDO RIBEIRO JUNIOR
PEDRO BATISTA
FRANCISCO GENEZIO LIMA DE MESQUITA ■■■

Movimento Luta de Classes

Derrotar o governo golpista e dos banqueiros! Construir o Poder Popular e o Socialismo!

Agrava-se a situação mundial e é evidente a aceleração das principais contradições do capitalismo. A contradição entre capital e trabalho, por exemplo, aprofunda-se em todo o mundo com a burguesia impondo o prolongamento da jornada laboral, como vemos na União Europeia, nos Estados Unidos, na Ásia e América Latina.

Outros dados são a redução dos salários dos trabalhadores, o crescimento da precarização das condições de trabalho e o aumento do desemprego. No Brasil, a retirada de direitos com a reforma trabalhista, o desemprego de 13,5 milhões de pessoas, segundo números oficiais, porém esse número é muito maior se considerarmos aqueles que desistiram de procurar emprego, o trabalho informal e o subemprego. Ainda, o arrocho salarial cada vez maior, comprova o acirramento da contradição entre capital e trabalho.

Também se agrava a contradição entre os países imperialistas e as nações subdesenvolvidas, como provam as privatizações em diversos países, o controle dos monopólios internacionais de riquezas, a influência política sobre diversos países, etc. No Brasil, o governo golpista dos banqueiros adota uma política de privatização acelerada da Petrobras, da Eletrobrás, dos Correios, da Caixa Econômica Federal, da EMBRAER, a entrega do pré-sal, e a permissão para o avanço do capital, retirando qualquer limite para os estrangeiros possuírem terras em nosso país.

As contradições interimperialistas se aprofundam e os conflitos se tornam cada dia mais intensos e de consequências imprevisíveis. Diversos acontecimentos provam que essas contradições deixaram de ser resolvidas em reuniões do G7, da OMC ou do FMI. Veja-se a anexação da Crimeia pela Rússia, a instalação de armas nucleares pelos EUA na Polônia, a criminosa guerra contra os povos da Síria, Iraque, a explosão pelos EUA da chamada “mãe de todas as bombas” no Afeganistão, as ameaças de uma guerra contra a Coreia do Norte, a instalação de uma base militar da China na Argentina e seu avanço na África, etc. Não bastasse, vários partidos e políticos reacionários assumiram os governos nos EUA, na Turquia, na Argentina, no Brasil. A Venezuela se encontra num momento de grave crise, onde um governo popular vem sofrendo intenso ataque pela burguesia venezuelana e pelo imperialismo norte americano. Toda essa situação impõe desenvolver um trabalho ainda maior de agitação, de organização e de conscientização das massas.

Por outro lado, em diversos países da América Latina assistimos ao esgotamento da política de conciliação de classes apresentada pela social-democracia e o enfraquecimento ou derrota dos governos ditos de esquerda, que consideraram a doutrina da luta de classes como ultrapassada e até mesmo a burguesia como classe aliada, e não como a principal inimiga da classe operária e da democracia. Em nosso país, os governos do PT (2002-2016), na medida em que adotaram um modelo econômico baseado no fortalecimento do grande capital nacional e internacional e dos bancos sobre a economia em troca de gerar empregos e aumento do salário mínimo, esbarrou na crise geral do capitalismo e nos limites deste sistema, contribuíram para retroceder a consciência de classe dos trabalhadores, nutrindo uma ilusão de que era possível acabar com a pobreza, a miséria, o desemprego numa economia burguesa, sem destruir o Estado burguês e em total submissão com a classe capitalista. Tal política se mostrou completamente errada e criou as bases para o retrocesso.

Por sua vez, o governo golpista, sem apoio popular (Temer tem apenas 4% de aprovação) e com o objetivo de adotar uma política de ajuste fiscal ainda mais radical que outrora encaminhada pelo ex ministro da fazenda da ex presidente Dilma, Joaquim Levy, está totalmente voltado para jogar a crise nas costas dos trabalhadores de forma a garantir dinheiro para manter os pagamentos bilionários da dívida pública aos banqueiros, para aumentar a mais-valia, ou seja, os lucros dos patrões, para reduzir salários e cortar os investimentos sociais (PEC dos Gastos), o que tem levado o país à beira do abismo e a maior recessão econômica da história.

São milhões e milhões de trabalhadores sem emprego, mesmo após a reforma trabalhista o desemprego não parou de crescer, crianças fora da escola para pedir esmolas, hospitais e escolas sucateadas, servidores públicos sem receber salários e um crescimento vertiginoso de crimes, de violência e do tráfico de drogas.

Sendo assim, a Greve Geral do dia 28 de abril de 2017 cumpriu um papel fundamental de ter sido a primeira greve de um conjunto de lutas mais efetivas para barrar a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, e ter como perspectiva a derrubada do governo dos banqueiros para construirmos um poder dos trabalhadores e dos camponeses em nosso país: o poder popular.

Enquanto a Reforma da Previdência e as outras reformas não forem definitivamente retiradas de pauta, a luta não pode sair das ruas. Não devemos e não podemos ficar apenas na defensiva, reféns de um governo que tem compromisso apenas com a agenda do mercado financeiro. Agora, mais do que nunca, é o momento de intensificar a mobilização da nossa categoria em torno de uma campanha salarial que exija desse governo e de todos e todas que venham a concorrer nas próximas eleições, se houver, uma correção digna dos nossos vencimentos e benefícios, além da melhoria das nossas condições de trabalho.

Sabemos que o momento não é fácil, mas em toda história, a classe trabalhadora esteve nas ruas exigindo direitos, sem recuar diante das dificuldades da conjuntura.

O processo de reabertura democrática do nosso país teve início com uma grande greve dos metalúrgicos por aumento salarial. Aquela massa de trabalhadores e trabalhadoras enfrentou o aparato da ditadura militar para garantir o direito de greve e de livre manifestação. Agora somos chamados novamente a levantar essas bandeiras. Neste momento de retrocessos e de ataques das classes dominantes, precisamos manter a unidade e a firmeza, para avançar e defender a democracia.

Nós repudiamos veementemente o decreto do governo ilegítimo de Michel Temer que autoriza a intervenção federal através das forças armadas na segurança pública do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2014 e 2015, as tropas federais ocuparam o Complexo da Maré, com o custo de 1,7 milhão de reais por dia, segundo dados do Diário Oficial da União. Em uma pesquisa realizada com moradores da Maré pela ONG Redes da Maré, 75% dos entrevistados consideraram regular, ruim ou péssima a ocupação do exército naquele local e 70% disseram que a sensação de segurança não mudou ou piorou. Esses números, além da ausência de alguma mudança estrutural, demonstram o fracasso de uma operação que custou caro aos cofres públicos.

Não dá para acreditar na intenção de combater o crime organizado de um governo

que mais se assemelha a uma quadrilha, de tantos escândalos de corrupção em que está envolvido. Até helicóptero com meia tonelada de cocaína já foi encontrado na fazenda de aliados do Planalto, onde de fato necessita de uma intervenção, a popular. Essa medida é claramente eleitoreira, tendo em vista o fracasso na aprovação da reforma da previdência e o baixíssimo índice de aprovação do governo.

Sabemos que o tema da segurança pública é de grande importância para a população e nós entendemos que a solução para esse problema no Rio de Janeiro e no Brasil não virá das forças armadas, mas sim do combate às desigualdades sociais e da construção de uma sociedade mais justa, que garanta oportunidade de uma vida digna para trabalhadores e trabalhadoras. A violência é uma das consequências das profundas desigualdades sociais do sistema capitalista, onde as camadas mais pobres da população só têm acesso a um serviço do estado: a repressão.

Frente a essa situação, forças políticas pequeno-burguesas pregam como solução as eleições de 2018. Subestimam o avanço das forças fascistas, o caráter reacionário das Forças Armadas, a profundidade da crise do capitalismo no mundo e no Brasil e que em todas as eleições que ocorreram em nosso país sempre prevaleceu a vitória de candidatos que tiveram apoio, senão de toda, pelo menos de parte considerável da grande burguesia nacional, como deixam claras as chamadas delações premiadas. Além disso, a única forma de barrar o fascismo é travar uma luta incessante hoje e não deixá-la para o ano que vem.

Hoje, a maioria absoluta dos partidos políticos legais do Brasil recebem propina do grande capital, representado por grandes empreiteiras, “doleiros”, banqueiros, agronegócio e tantos outros empreendimentos burgueses. Com a aprovação de várias medidas impopulares pelo Congresso Nacional, acelerou-se a desmoralização e o descrédito desses partidos frente aos trabalhadores e eleitores.

Tal situação exige dos trabalhadores um partido político combativo, colocando na ordem do dia a construção da Unidade Popular (UP), partido em formação calcado na luta de classes e na tomada do poder pelo povo, que defende intransigentemente a nacionalização dos bancos; o cancelamento da dívida; a reforma agrária popular; a defesa da saúde e da educação públicas; o fim do desemprego; e que lute contra a exploração da classe operária pela burguesia e pelo socialismo!

Há 100 anos, os trabalhadores tomavam de assalto os céus!

Há 100 anos, o proletariado russo mostrou o caminho pelo qual os trabalhadores e os povos do mundo devem seguir para conquistar sua emancipação. Seu exemplo é inesquecível, a despeito dos que tentam por todos os meios eliminar da memória o dia em que os operários descobriram o sol em meio à noite escura.

A revolução socialista de outubro de 1917 foi a resposta histórica do proletariado ao capitalismo e a toda a sociedade baseada na exploração e opressão, convertendo em realidade uma aspiração social.

Esta revolução foi a confirmação prática da teoria do socialismo científico, o marxismo, elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels; de sua análise a respeito da inevitabilidade da decadência e da ruína do capitalismo; do papel que a classe operária cumpre para a derrota da burguesia e para o florescimento de uma sociedade caracterizada pela igualdade social, pelo progresso e pelo bem-estar das classes trabalhadoras: o socialismo, primeira etapa da sociedade comunista.

O outubro de 1917 deu a luz uma nova época, a época das revoluções proletárias.

Precisamente aí reside seu caráter histórico internacional. Desde então, o capitalismo tem experimentado muitas mudanças: houve um enorme desenvolvimento tecnológico e científico, os processos produtivos foram inovados, mas nada disso modificou sua natureza e a exploração de um ser humano por outro.

Ao contrário, suas contradições fundamentais se mantêm e se aprofundam constantemente, da mesma forma que ocorre com as contradições inter imperialistas e as existentes entre o imperialismo e os países e nações dependentes, fatores esses presentes quando os operários russos derrotaram primeiro a monarquia czarista e, em seguida, a república burguesa.

Os bolcheviques, sob a genial direção de Lênin e Stálin, deixaram uma enorme lição para a história. Evidenciaram que a revolução do proletariado se organiza atuando com flexibilidade tática, nunca perdendo de vista os objetivos estratégicos; que é preciso dar respostas criativas às situações concretas que se apresentam à sociedade e confiar na iniciativa das massas; combater toda manifestação de oportunismo e revisionismo, sabendo utilizar todas as formas de organização e de luta e entendendo que só é possível aniquilar o poder dos inimigos de classe por meio da violência revolucionária organizada das massas. Os revolucionários russos demonstraram que tudo isso só é possível com a condição de que o proletariado conte com seu partido de classe independente, de novo tipo.

Esta revolução, entendida como o processo prévio a conquista do poder e o período no qual se constrói o socialismo, deu significativos aportes teóricos ao marxismo, desenvolvendo-o conforme a nova época. Vladimir Ilitch Lênin elevou o marxismo a uma nova etapa, o marxismo-leninismo, que se converteu, desde então, no guia do proletariado e dos povos em luta pela revolução e pelo socialismo. Junto com Stálin, grande estrategista da revolução e da construção do socialismo, ambos deram indispensável aporte teórico e prático à doutrina do socialismo científico. Durante os anos em que os princípios marxista-leninistas orientaram o processo de construção do socialismo, este demonstrou sua superioridade frente ao capitalismo em todos os terrenos: econômico, social, científico, cultural e desportivo. O socialismo comprovou sua capacidade para atender e resolver as necessidades dos trabalhadores e convertê-los em classe dirigente. Emancipou a mulher da opressão patriarcal e da exploração burguesa. Libertou as nacionalidades da opressão nacional através do exercício do direito a autodeterminação.

Reconheceu direitos coletivos dos povos até então inexistentes no mundo. Deu livre curso a potencialidade reprimida da juventude. Levou a ciência, as letras, as artes e a cultura a quem antes vivia na ignorância. Com a economia planificada, estabeleceu o uso racional dos recursos naturais. Despertou a todo um povo que se sentiu criador de um novo mundo e deu um grande passo no processo de emancipação da humanidade.

Na Segunda Guerra Mundial, com o glorioso Exército Vermelho, dirigido por Stálin, derrotou a besta nazifascista, expressão da política mais reacionária da burguesia internacional. Foi neste contexto que vários povos de todos os continentes empreenderam processos revolucionários de libertação social e nacional que fortaleceram o campo socialista.

Após a morte de Stálin, o socialismo sofreu uma derrota política transitória na ex-União Soviética. No 20º Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), uma camarilha revisionista que atuou em surdina durante vários anos no interior do partido tomou o controle do Estado, reverteu o poder dos trabalhadores e

iniciou um processo de restauração capitalista que desembocou na queda da URSS em dezembro de 1990, quando o capitalismo já era completamente dominante naquele país. Isso de maneira alguma significa o fracasso do socialismo, como afirmam os defensores do capitalismo, mas um revés que será superado pelos trabalhadores, pelos revolucionários e comunistas de todo mundo. O que sucedeu é a confirmação de que se o partido revolucionário do proletariado se afasta do marxismo-leninismo debilita os pilares da construção socialista.

Cem anos depois do triunfo da revolução dos soviets, os revolucionários e comunistas de todo planeta não olham para este acontecimento com nostalgia, mas o comemoram com os olhos no futuro, na luta que está à frente, nas batalhas que travam em cada um de seus países contra as classes dominantes e as potências estrangeiras.

Festejamos o centenário da Revolução Socialista Russa com otimismo, porque sabemos que a história não se detém, e em todos os continentes os trabalhadores, a juventude, as mulheres e os povos lutam, combatem por seus direitos e bem-estar, por liberdade, democracia, transformação social e pela paz. Estas lutas crescerão e se qualificarão, terão que mirar suas forças contra o sistema de exploração e seus mantenedores, contra a dominação imperialista, e darão início a uma nova onda de revoluções sociais, nas quais o legado dos operários russos e de Lênin e Stálin estará presente.

O socialismo é o futuro. Esse futuro foi plantado há cem anos, e hoje há ventos em todos os cantos do mundo que o farão florescer novamente. E é para que assim seja que os trabalhadores, os povos e os comunistas lutam com as bandeiras do marxismo-leninismo em alto.

O desmonte das universidades públicas: resistir por uma educação pública, gratuita e de qualidade! Como já apontado anteriormente, o número de desempregados cresce vertiginosamente.

Nesse sistema, as crises econômicas são mais demoradas e profundas, tornando o desemprego permanente. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no mundo, o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos, alcançará, neste ano, um total 71 milhões de pessoas. Já a crise econômica, que se iniciou em setembro de 2008, continua até hoje gerando acirradas disputas entre os monopólios das potências imperialistas por mercados e matérias-primas e destruindo forças produtivas.

Não bastasse nada ter feito para deter o desemprego, Temer aprova a Emenda a Constituição nº 95 (PEC 241), que congela por 20 anos os investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social. Vemos dessa forma os trabalhadores nas universidades federais serem amplamente massacrados por um governo capacho das políticas e desmandos do imperialismo. O acesso a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros e ocupa um lugar de destaque no rol dos direitos humanos.

Da mesma forma, o artigo 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

Neste contexto, destacamos os problemas da precarização de muitos hospitais universitários que tiveram uma quebra da autonomia universitária, a cisão do tripé ensino-pesquisa-extensão, inerente a qualquer universidade, além das consequências financeiras e trabalhistas trazidas com a dispensa de licitação para compra de materiais e equipamentos, e a mudança do regime de trabalho para CLT com a adesão do governo anterior a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

(EBSERH). Desde 2015, até o momento, seguimos com denúncias da situação precária em que os hospitais universitários se encontram, com leitos fechados, cancelamento de cirurgias, redução nos atendimentos, falta de medicamentos, materiais e equipamentos, demissões e escândalos de desvio de verbas pela EBSERH.

A Emenda Constitucional 95, na medida em que proíbe o governo de investir na educação, na saúde, na previdência e em outros direitos sociais do povo brasileiro, desrespeita a Constituição e, na prática, realiza cortes nesses direitos fundamentais. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) nos mostra que se a EC 95 estivesse em vigor no país de 2002 a 2015, os gastos teriam sido significativamente menores. “No caso da educação, a redução seria de 47% no período, perda de R\$ 377,7 bilhões 1 .

Os cortes nas universidades crescem em níveis alarmantes. Desde 2015, o governo anuncia as federais constantes reduções de verba, restringindo em mais de 50% seus orçamentos. Motivo que levou muitos gestores a declararem não haver condições de manter as aulas e o calendário letivo, sem saber se continuarão abertas até o final do ano. A greve de 2015 e as mobilizações e paralisações em 2016 de estudantes, professores e técnico-administrativos das universidades federais, institutos federais e CEFET's são formas de resistência e enfrentamento a estes ataques, mas não impediram o governo ilegítimo de continuar a realizar cortes em serviços fundamentais.

A EC 95, conhecida como PEC da morte, por tamanha injustiça social, estabelece que mesmo no caso de o Brasil aumentar a receita ou o Produto Interno Bruto (PIB) crescer, o governo ainda assim não poderá gastar um centavo a mais na saúde ou na educação. Ou seja, a garantia de que nos próximos 20 anos, mesmo que a crise econômica se agrave e que os juros continuem altos, não falte nenhum real para pagar aos donos dos títulos das dívidas públicas interna e externa. Querem garantia total de que o Brasil, a custo do sacrifício do seu povo, continue enriquecendo a oligarquia financeira e a grande burguesia, garantidos nas palavras de então ministro Henrique Meirelles que escreve com todas as letras: “Vinte anos é o tempo que consideramos necessário para garantir que a dívida pública permaneça em patamar seguro”.

Dessa maneira, por trás de toda a propaganda do governo, a EC 95 esconde um grande ataque a Constituição e aos direitos sociais do cidadão brasileiro. Trata-se, assim, de outro engodo, de outra mentira da burguesia e dos seus partidos, como podemos observar nas leis e reformas que se apresentaram em seguida, ocorrendo o maior desmonte dos direitos dos trabalhadores das últimas décadas. É a maior derrota da classe trabalhadora desde o golpe em 64.

A Lei da Terceirização, que assombra e ameaça diretamente o servidor público, e mais recentemente o anunciado Plano de Demissões Voluntárias (PDV) para servidores federais, não são apenas ameaças. Trata-se do contínuo desmonte do serviço público, concomitante ao sucateamento dessas instituições para garantir a privatização dos serviços, e as alianças já consolidadas em alguns setores públicos, das Parcerias Público-Privado (PPP), em que o governo entra com a infraestrutura, investimento financeiro e a burguesia recebe os lucros em cima dos serviços de má qualidade prestados a população.

Recentemente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou o corte das bolsas de pesquisa. Diariamente somos bombardeados pelas notas, declarações de cortes de bolsas de auxílio estudantil, a massiva demissão dos trabalhadores terceirizados, já precarizados e explorados

pelos modelos e contratos de trabalhos que são submetidos constantemente nas universidades, o atraso em pagamentos, cortes de luz, água, material de consumo, etc. Como se não bastasse, surgem também ataques contra a autonomia das Universidades Públicas. Além disso, ataca-se também o projeto de integração da América Latina, dentro do qual, há sete anos, a UNILA (Universidade da América Latina) foi criada. O Deputado Sérgio Souza (MDB-PR) tenta a aprovação para criar em seu lugar a Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR), que claramente favorece o agronegócio.

É urgente realizarmos uma intensa campanha de denúncias do caráter criminoso dessas leis, PEC's e reformas. Trabalhadores e juventude devem tomar as ruas, revelando a quem serve e quais as consequências dessas propostas para a sociedade. O verdadeiro objetivo dessa Proposta de Emenda a Constituição é transferir recursos da educação e da saúde para uma minoria de famílias ricas, a oligarquia financeira, e que as principais vítimas, se essa PEC for aprovada pelo Congresso, serão os pobres de nosso país, as famílias dos trabalhadores, e todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Os sindicatos precisam construir a resistência nas ruas com todos os trabalhadores para derrubar as reformas e o governo corrupto.

O Racismo continua declarado nas universidades Mesmo em um país onde a maioria da população é negra, as universidades continuam sendo majoritariamente brancas. Ou melhor, os lugares privilegiados das universidades seguem sendo ocupados por pessoas brancas. Infelizmente, nada surpreendente para um país que durante quase quatro séculos acorrentou, chicoteou, vendeu e assassinou pessoas apenas pelo fato de sua cor da pele ser preta, e para uma universidade que nos seus dois séculos de existência no Brasil, não fez muito diferente.

De fato, mesmo em pleno século XXI, a composição racial da universidade permanece quase inalterada. Antes das cotas era ridículo o número de estudantes negros nas universidades, e mesmo depois das cotas, as dificuldades que estes estudantes têm de enfrentar para permanecer na universidade são enormes. Sem uma política decidida de assistência estudantil específica para os cotistas, se formar passa a ser um ato de heroísmo, já que na maioria das vezes, o estudante negro vem de camadas historicamente empobrecidas da sociedade e precisa trabalhar sem descanso para ajudar em casa. Desse modo, cursar mestrado, doutorado, prestar um concurso público, e ainda atingir postos de direção na universidade, como o posto de Reitor, por exemplo, é quase uma utopia quando se é negro no Brasil.

O que vemos na realidade é uma vergonhosa divisão do trabalho nas nossas Instituições de Ensino Superior. Enquanto o conhecimento eurocêntrico e os descendentes de europeus dominam os livros e as salas de aula, o trabalho manual de limpeza, manutenção, segurança e alimentação ficam reservados para trabalhadores terceirizados que recebem menores salários. Além disso, as empresas prestadoras de serviço contratam, na sua maioria, mulheres negras para esses postos de trabalho. Sim! É isso mesmo! As mulheres negras recebem cerca de 40% do que recebe um homem branco que exerça a mesma função. Mas por quê? Somente por serem mulheres e por serem negras.

Uma outra pergunta vem a nossa cabeça: O governo gasta menos pagando empresas terceirizadas do que abrindo concursos públicos para a contratação de servidores nessas áreas? Incrivelmente a resposta é NÃO! Na verdade a terceirização é apenas uma maneira de aumentar a exploração do trabalho e desviar recursos públicos para a classe dos exploradores e capitalistas. Em média, a universidade repassa para a empresa terceirizada por cada trabalhador,

o que pagaria para um servidor concursado. O que acontece é que, alegando custos administrativos, a empresa rouba mais da metade do dinheiro e repassa um salário de fome para o trabalhador terceirizado.

Nesse sentido, nossos sindicatos tem um longo caminho a percorrer, uma longa luta para travar e necessitam ser intransigentes na defesa dos interesses dos trabalhadores de forma geral. O sindicato não pode se limitar a defender o interesse corporativo e econômico de seus associados. O racismo é utilizado pelo capitalismo para aumentar a exploração, rebaixando os salários de negros e negras, e para dividir a classe trabalhadora, para que esta não lute em unidade. Ao puxar os salários de uns para baixo, o salário de todos também tende a diminuir. Isso precisa ficar claro para que o trabalhador branco também perceba que o racismo não lhe interessa, mas interessa para a classe dos patrões.

Em unidade, fortalecendo os laços de identidade entre todos os segmentos da universidade, é que poderemos construir uma nova produção de conhecimento em nosso país, livre das amarras do preconceito e da exploração a que estão submetidas nossas instituições debaixo do capitalismo.

A luta pelos direitos trabalhistas das mulheres

A classe trabalhadora acumulou, ao longo de sua história, uma infinidade de lutas que visavam à conquista de direitos que lhe conferissem melhores condições de trabalho.

Atualmente, com o advento da crise geral do sistema capitalista, o que se nota é uma política orquestrada que promove constantes ataques aos direitos trabalhistas e o arrocho dos salários. As mulheres historicamente sofreram pelos abusos e explorações por parte dos patrões. Quando se observa um discurso que classifica “trabalho de mulheres” e “trabalho de homens”, fica evidente que já se considera, por princípio, uma diferenciação entre ambos.

Neste sentido, os direitos trabalhistas conquistados pelas mulheres foram implementados mais tardiamente e estas encontraram maiores dificuldades para que eles fossem alcançados. O direito do trabalho das mulheres surgiu como medida necessária e fundamental para que as mulheres alcançassem instrumentos legais que estabelecessem normas trabalhistas que garantissem, para além de suas especificidades biológicas, condições equivalentes às dos homens.

Os direitos das trabalhadoras no Brasil

Em 1912 iniciou-se no Congresso Nacional o debate sobre o “Código do Trabalho”, que, entre inúmeras propostas, apresentava pontos que estabeleciam regras para o trabalho feminino. O texto dizia que as mulheres poderiam firmar contratos de trabalho sem o consentimento marital, que a jornada não poderia ultrapassar oito horas diárias, sendo vetado o trabalho noturno. As gestantes poderiam se licenciar do trabalho de 15 a 25 dias antes do parto e até 25 dias depois, sendo remuneradas com cerca de um terço do salário durante esse período. A reação dos parlamentares foi imediata. Muitos afirmavam que seria uma desonra para os maridos se suas esposas adquirissem emprego sem sua autorização. Alguns afirmavam que o trabalho feminino era nocivo, pois era economicamente insatisfatório, já que os homens exerciam as tarefas com superioridade.

Outros discordavam da remuneração no período de licença-maternidade porque

isso transformaria a gravidez em algo cômodo e rentável. Esse projeto foi discutido por trinta anos e jamais foi aprovado.

A primeira conquista trabalhista específica das mulheres aconteceu no Estado de São Paulo, no ano de 1917. Ficou proibido o trabalho de mulheres no último mês de gestação e no primeiro mês pós-parto. Em esfera federal, apenas em 1923 foi conferida a licença-maternidade de trinta dias antes e trinta após o parto. Esse mesmo decreto garantia às operárias acesso a intervalos para amamentação (embora sem estabelecer duração) e também estabelecia a criação de creches ou salas de amamentação próximas às fábricas. Previa também o estabelecimento de um “caixa” para auxiliar as mães pobres.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, previa em suas deliberações a universalização dos direitos trabalhistas para todos os países. As convenções 3 e 4 da OIT, ambas de 1919, previam o estabelecimento de licença-maternidade, auxílio financeiro estatal às parturientes e intervalos periódicos durante a jornada de trabalho para amamentação. Entretanto, também as convenções da OIT proibiam o trabalho noturno das mulheres em indústrias públicas ou privadas. Esta norma não se estendia para estabelecimentos onde trabalhavam apenas membros da mesma família e em casos bastante específicos. O Brasil ratificou esta convenção, em 1937, que, posteriormente, foi denunciada.

Muitos críticos apontavam que a proibição do trabalho noturno prejudicava as mulheres que, na prática, se viam em condições desfavoráveis diante dos homens e acabavam sendo submetidas a menores salários e com campo de trabalho reduzido. O que existia na prática era um apanhado de leis e normas que mais restringiam e proibiam as mulheres de exercerem determinadas tarefas do que lhes conferiam direitos.

A participação das mulheres nos sindicatos

As mulheres sofrem preconceito e restrições por inúmeras razões no mundo do trabalho e na sociedade em geral: por questões biológicas, com maior destaque para a maternidade, e o preconceito social, imposto pela sociedade patriarcal, que as discrimina pelo simples fato de serem mulheres, subjugadas às tarefas do âmbito reprodutivo (como, por exemplo, as tarefas domésticas).

A Constituição Federal de 1988 foi instrumentalizada com mecanismos que, para além de garantir proteção e a garantia dos postos de trabalho “femininos”, trouxe medidas para uma correta inclusão das mulheres no mundo do trabalho produtivo. Para além das garantias às gestantes e parturientes, com estabilidade no trabalho desde a comunicação e comprovação da gravidez até cinco meses após o parto, foram garantidas medidas de proibição de disparidades salariais entre mulheres e homens que exercem mesmo cargo, proibição de discriminação ou cerceamento do ingresso de mulheres na empresa no ato de contratação, etc.

As mulheres são constantemente impedidas de acessar os melhores postos. Atualmente o campo do direito do trabalho da mulher se caracteriza pela busca da promoção da igualdade de direitos e condições entre homens e mulheres no mundo do trabalho e para que as especificidades para os direitos das mulheres só sejam necessárias quando do surgimento de especificidades biológicas ou de tratamento.

A classe trabalhadora jamais obteve gratuitamente seus direitos. Todos eles foram fruto de muitas lutas e muitos companheiros e companheiras deram a vida por essas vitórias. A luta das mulheres trabalhadoras para que pudessem romper os laços legais que as colocavam juridicamente em desvantagem perante os homens

no mundo do trabalho produtivo foi e ainda é árdua. Mesmo com as garantias de igualdade estabelecidas pela lei, o que ainda vigora é o acúmulo de duplas e triplas jornadas que esmagam e prejudicam as mulheres que sempre se encontram em desvantagem perante seus companheiros trabalhadores.

Para as mulheres é muito mais difícil participar ativamente dos sindicatos, e ainda serem as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico além de estudar, trabalhar, etc. Cabe ao movimento sindical conseqüente e às correntes verdadeiramente revolucionárias garantir às melhores filhas da classe condições objetivas para que estas possam estar à frente das principais lutas e também de suas entidades, conquistando cada vez mais espaço e formação.

Se somente uma revolução dos trabalhadores poderá vencer todas as amarras da opressão sobre a classe, jamais se pode perder de vista o fato de que mais da metade da classe é constituída por mulheres. Nunca é demais recorrer à velha frase “Sem mulheres, não há revolução”. Sendo assim, um movimento operário sindical que verdadeiramente se proponha fortalecer a luta revolucionária deve buscar sempre o protagonismo feminino e a incorporação das mulheres nas fileiras dirigentes.

Por que o MLC?

Fundado em 2005, o Movimento Luta de Classes (MLC) é uma corrente sindical revolucionária, que nasceu da necessidade histórica de retomar os rumos da combatividade e do classismo no movimento sindical brasileiro. Combatemos as posições oportunistas que pregam a conciliação de classes, bem como o discurso inconseqüente e sectário, mascarado por uma fraseologia “radical”; dois males que impedem diretamente o avanço das lutas e da consciência da classe trabalhadora em nosso país. Entretanto, buscamos sempre a construção da unidade necessária entre os trabalhadores para alcançar novos e maiores conquistas e para enfrentar os ataques cada vez mais profundos desferidos pelos patrões e seus governos. Defendemos a solidariedade de classe, a união de forças entre as diversas categorias e setores, respeitando a diversidade de opiniões, mas sempre pautados pela necessidade de mobilização permanente. Fruto desta linha acertada, o Movimento Luta de Classes está organizado em vários estados e tem assumido a direção na luta contra a exploração patronal em diversas categorias: construção civil, indústria naval, educação, limpeza urbana, petroleiros, comerciários, ferroviários, urbanitários, jornalistas, etc. O MLC também tem se desenvolvido e crescido entre os servidores públicos.

Convidamos, então, você, que acredita em um movimento sindical classista – que não se cala quando a necessidade é gritar, que não para quando é preciso marchar –, para, junto conosco, construir uma nova direção de luta para a Fasubra e, ao lado de todos os oprimidos e explorados, levar adiante a luta para acabar com o sistema capitalista e construir um Brasil socialista.

Construa essa luta dos trabalhadores, venha para o MLC

Esta é uma tese preliminar e aberta a contribuições. Sua versão final, com todos os itens do temário será distribuída aos delegados no XXIII Confasubra. Todos os militantes que queiram construir junto conosco uma alternativa de intervenção revolucionária para o movimento sindical dos servidores técnico-administrativos das universidades e colaborar com nossa tese, podem entrar em contato através do e-mail: mlcnacional@gmail.com

Movimento Luta de Classes ■
1 <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016>

Coletivo Unidade, Resistência e Luta

“A verdadeira unidade é aquela forjada na liberdade e na diversidade, construída na ação comum e que se baseia em opções decorrentes do exercício pleno das liberdades fundamentais”.
(Sá Carneiro)

O Coletivo Unidade, Resistência e Luta (UNIR), resultante da unificação nacional da Tribo com os Independentes Cutistas, surge num contexto de profundas mudanças no Brasil e que, certamente, refletirão de maneira inexorável na organização da Classe Trabalhadora. É nesta conjuntura, incerta e desafiante, a partir da compreensão da necessidade urgente de aglutinar forças para os enfrentamentos decorrentes deste novo momento histórico, é que buscamos construir a unidade com setores, campos programáticos e ideológicos e pessoas que, no dia a dia, convergem em ideias e ações na luta:

- Em defesa dos interesses da Categoria de Trabalhadores e Trabalhadoras Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino;
- Pela construção de um estado democrático e inclusivo;
- Em defesa de instituições de ensino democráticas, gratuitas, públicas, autônomas e laicas, a serviço da classe trabalhadora.
- Pela organização, diálogo e unidade programática das forças progressistas brasileiras que atuem na promoção da democracia, da igualdade e da justiça social, trabalhando para a superação de todas as formas de opressão e violência.

O momento político, social e econômico que o Brasil vive, sob a égide de um governo oriundo de um Golpe Institucional, coordenado pelo parlamento corrupto, justiça seletiva e mídia manipuladora, todos a serviço do capital, exige da Classe Trabalhadora repensar suas práticas e paradigmas. Nessa perspectiva, este novo Coletivo reafirma seus compromissos na Luta e na Resistência, com a certeza de que unidos estaremos ainda mais fortalecidos.

A conjuntura interna do movimento dos técnico-administrativos, que agrega trabalhadores de perfis diferenciados, nos desafia a pensar outras formas de luta. Defendemos o retorno da organização da categoria nos seus locais de trabalho, o investimento na formação política e cidadã, a utilização de ferramentas de comunicação que dialoguem com a juventude e com a experiência dos antigos trabalhadores, visando à conscientização de classe e ampliação da mobilização.

Com essa disposição, nos colocamos na FASUBRA, trabalhando para superar as disputas fratricidas internas e priorizar a pauta que unifica, sempre na defesa incondicional dos interesses dos trabalhadores, que deve prevalecer sobre os interesses dos Partidos e/ou correntes orgânicas partidárias. A FASUBRA Sindical necessita recuperar seu protagonismo nas lutas, sua capacidade de articular e construir projetos para disputar em todos os espaços, inclusive no parlamento.

Reafirmamos, ainda, os princípios de radicalização da construção democrática de consensos, pela defesa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na luta contra as ameaças neoliberais aos direitos da classe trabalhadora.

Disponibilizamos a **Tese do Coletivo, Unidade, Resistência e Luta** na perspectiva de contribuir com o debate no **XXIII CONFASUBRA** e com a expectativa de que, desta vez, a Federação priorize a organização da classe que representa acima das disputas pelo aparelho. Para isto, é fundamental que a Direção Nacional busque consensos para oportunizar a construção de um Plano de Lutas no CONFASUBRA e que, independentemente do resultado eleitoral, a FASUBRA Sindical saia unificada nas ações e na luta.

A classe trabalhadora e o Brasil sofreram um Golpe na democracia e na soberania do país, mas não fomos derrotados. Os derrotados são aqueles que não têm coragem de lutar!

FORA TEMER!
CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS!

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

“Tenha a emergência da luta e da resistência, no tempo em que lutar é tão necessário quanto viver.”
(Andréa Lima)

O CONTEXTO NACIONAL

O contexto em que se realiza o XXII CONFASUBRA é de lutas. O Brasil já enfrentou muitas crises econômicas e políticas, mas a situação atual se diferencia com a imposição de um governo golpista, ilegítimo e com o menor índice de popularidade da história, que se propôs a fazer o trabalho sujo: desconstituir todos os direitos dos trabalhadores e entregar o país ao capital estrangeiro.

Os golpistas PMDB, PSDB, DEM e outros partidos fisiológicos, que constituem o Centrão no Congresso Nacional, se aliaram para tirar a presidenta legitimamente eleita, Dilma Roussef, e o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder, mas diversas contradições corroem suas entranhas.

Não cabem mais dúvidas se houve ou não Golpe no Brasil! Essa posição não politiza, além de deseducar politicamente a categoria. O golpe foi favorecido pela mídia manipuladora, que estimula o individualismo e o consumismo para enfraquecer as lutas coletivas e, conseqüentemente, a organização sindical. Esse fator deve ser observado com cuidado. Daí a necessidade de serem utilizadas todas as ferramentas de lutas, como informação, comunicação e trabalho de base, pois os instrumentos comunicam de forma diferenciada, atingindo públicos diversos. No Golpe de 64, a Imprensa e a Igreja tiveram um papel fundamental. No Golpe de 2016, se não fosse o papel da mídia, Sérgio Moro, o principal personagem da operação intitulada Lava Jato seria tão somente um juiz de segunda instância do Paraná. O aparato judicial não teria força sem a capacidade subsidiária e seletiva da mídia.

O apoio do parlamento também foi fundamental para a efetivação do Golpe. O Congresso Nacional não é ideológico, é acima de tudo fisiológico. Grande parte da bancada é de religiosos, que dominam significativos espaços da mídia. Fundamentalista, se aproveita da religião para ganhar vaga no parlamento. Já a bancada da Bala (Segurança Pública) cresceu, apoiada pelas pautas de Programas policiais nas TV e Rádio.

A mídia teve um papel protagonista no Golpe. Hoje, a sociedade, inclusive os extratos que “batiam panelas”, têm consciência de que a razão do Golpe não foi em função das pedaladas fiscais, ou pelo fim da corrupção. **A intenção primeira**

do GOLPE foi a mudança de projeto político até então vigente no Brasil. O parlamento de “bandidos” que deu início ao processo de impeachment, coordenado pelo então presidente da Câmara, o deputado do PMDB, Eduardo Cunha, tinha outra motivação: acelerar as reformas que retiram direitos. O perfil do governo golpista logo ficou demonstrado quando expôs sua real intenção, ao colocar no governo, dentre os 24 nomeados, 18 ministros que respondiam processos na justiça.

Essa análise crítica e uma autocrítica devem ser feitas de forma cuidadosa e equilibrada. Em 1964, a análise equivocada provocou uma disputa fratricida na esquerda. A Classe Trabalhadora não está lutando contra qualquer inimigo. O atual usa interesses externos fortíssimos; no campo interno, existe uma burguesia que, enquanto crescia a economia, era crítica (mas estava se dando bem). Porém, quando a economia entrou em crise, mudou de lado, querendo empurrar para a Classe Trabalhadora a conta da crise.

Porém, é importante ressaltar que o povo brasileiro, e em especial a esquerda, não estão derrotados frente à avalanche histórica que reconfigura as relações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Os acontecimentos conjunturais são dialéticos. O ocorrido no Paraguai pode servir de referência para este país. O Golpe ao Presidente Lupo ampliou a consciência de classe e, hoje, Lupo pode voltar, através de novas eleições.

A ausência da contrahegemonia e a perda de espaço da esquerda

O governo popular de coalização decidiu não fazer a batalha de hegemonia na sociedade brasileira, avaliando que esta disputa poderia transformar o Brasil em uma “nova Venezuela”. O ex-Presidente Lula, com seu carisma, conseguiu trazer alguns aspectos da disputa hegemônica para o debate, que teve na sua figura o principal protagonista. No primeiro e segundo mandatos de Lula ocorreram importantes avanços sociais e econômicos, com investimentos em setores de infraestrutura, negociações salariais, acordos econômicos e outros, que trouxeram ao país e à classe trabalhadora estabilidade, crescimento e criação de milhares de postos de trabalho.

No segundo mandato, houve uma grande cobrança ao ex-Presidente de avanços na disputa com o capital. Ocorreram, assim, alguns esboços neste sentido, traduzidos, por exemplo, em inúmeras conferências sobre temas importantes, dentre os quais saúde, educação e comunicação.

Já a Presidenta Dilma, em seu governo, trouxe poucas contribuições ao enfrentamento da contra-hegemonia, sob o argumento de que isso poderia radicalizar as disputas no país. Mas o que ocorreu foi a radicalização da direita, que ganhou o debate de ideias na sociedade e conseguiu fazer com que preconceitos arraigados emergissem fortemente.

Esse sentimento de desprezo aos mais pobres, às suas conquistas, à ascensão social das camadas populares já existia, mas tomou corpo e foi para as ruas e redes sociais, envenenando a população. Sem disputa de hegemonia, o governo recuou, enquanto o cidadão comum era bombardeado pela grande mídia diariamente, sendo desconstruído todo um arcabouço das recentes conquistas sociais. O governo popular não fez esse debate e, em consequência, muitos dos avanços obtidos começaram a ser perdidos.

No governo Dilma, que não priorizou o diálogo com os movimentos sociais, organizações e partidos de esquerda, optando pelo fortalecimento de uma aliança

com setores mais conservadores da sociedade, a situação se agravou. Sem apoio popular, devido ao aprofundamento da crise econômica e do desemprego, refém de um Congresso fisiológico e num cenário de denúncias de corrupção em empresas estatais e esferas governamentais, a Presidenta Dilma estava fragilizada e foi alvo fácil dos golpistas que, inclusive, a cercavam e privavam da sua convivência política, a exemplo do vice-Presidente Michel Temer.

Entretanto, é necessário reconhecer as muitas contradições presentes nos governos do PT. No primeiro mandato de Dilma houve mais benefícios gerais do que no segundo mandato de Lula, a exemplo da aprovação da PEC do Trabalho doméstico, da PEC do Trabalho Escravo e a valorização do Salário Mínimo. Mesmo assim, o movimento sindical, pouco reconhecendo a importância de tais conquistas, limitava-se a defender uma pauta corporativa e econômica, priorizando exclusivamente as reivindicações de ganhos salariais, sem considerar as forças de direita em ascenso na disputa interna com o governo.

Esta é uma crítica que precisa ser absorvida para que os equívocos não sejam repetidos e, por isto, essa reflexão imparcial é necessária. O movimento sindical deve entender que a Guerra é de Titãs e que a conta não deve ser colocada somente no governo popular de coalização. O movimento social, com algumas exceções, se acomodou. Dados como a queda do desemprego no período – 19 milhões de empregos gerados e a diminuição do exército de reserva; ganhos reais em acordos salariais; ampliação de direitos; respeito às organizações sindicais e sociais; disputas internas fratricidas etc. podem ter contribuído para a falta de garra na disputa da hegemonia e a subestimação da direita.

- **Este CONFASUBRA deve indicar a construção e balanço dos governos Lula e Dilma na perspectiva dos avanços e das contradições para instrumentalizar os trabalhadores na disputa do próximo governo.**
- **O movimento sindical não soube fazer o debate de ideias na sociedade brasileira. Parte da base desse movimento assumiu para si o discurso da direita golpista, justificando o Golpe em nome do combate à corrupção e às pedaladas fiscais. Ainda hoje existem narrativas no movimento sindical sobre se houve golpe ou não!! Setores desse movimento e da esquerda brasileira utilizaram esse discurso e fugiram do debate político, não o enfrentando ou disputando ideias, deixando que a “briga” partidária sobrepusesse ao essencial.**

Um fato incontestável é que a sociedade brasileira é muito complexa, e o Brasil não é Paraguai, nem Honduras. O Brasil tem um movimento social forte no campo e na cidade, com consciência de classe, que não aceita passivamente a retirada de direitos dos trabalhadores, nem a perda da cidadania. O próximo período será de muitas lutas, contrapondo-se ao golpismo, que busca tão somente a ampliação das contradições e das disputas internas.

Acirramento dos ataques da direita

A campanha contra o ex-presidente Lula se iniciou no Brasil com o processo do “mensalão” e com a aceitação, pelo judiciário, da “doutrina” da teoria do domínio do fato, aplicada contra José Dirceu, em caráter exemplar, como possível sucessor de Lula. Mesmo com todo o aparato da mídia em campanhas anti-Lula e anti-PT, os índices de popularidade do Presidente e do Partido oportunizaram a vitória da Presidenta Dilma Rousseff. Desde o golpe de 2016, tem se acirrado os ataques às organizações de esquerda, com a criminalização dos movimentos sociais, repressão às manifestações da

população, e, em especial, com a perseguição à Lula, como também aos seus possíveis substitutos na candidatura à presidência da República, caso Lula seja preso e ou tornado inelegível.

O julgamento de Lula pelo juiz Moro e, posteriormente, a confirmação e aumento da sua pena pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª. Região), em Porto Alegre, são emblemáticos no processo de desconstituição da legitimidade da esquerda brasileira. Ao punir Lula “exemplarmente”, tirando seu direito à disputar a presidência, solapa-se a democracia.

Lula é um símbolo da luta pelos direitos no Brasil, reconhecido em todo o mundo, tendo recebido centenas de títulos e honrarias em diversos países. Um livro com a participação de mais de 100 juristas questionando o julgamento e a sentença de Lula, as manifestações de artistas e intelectuais no Brasil e no exterior, e até mesmo a indicação do ex-presidente ao Prêmio Nobel da Paz pelo escritor e ativista Perez Esquivel são solenemente ignorados, uma demonstração óbvia do desespero da elite econômica brasileira à serviço do capital internacional.

Intervenção militar no Rio de Janeiro

A indevida utilização das Forças Armadas em tarefas de segurança pública ressurgiu no Brasil, agora sob a forma de intervenção federal militarizada na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, conforme o Decreto 9.288, de 16/2/2018, da Presidência da República. O decreto usa regra da Constituição Federal que prevê a intervenção da União nos estados da federação ou no Distrito Federal.

No caso do Rio de Janeiro, o interventor, o general Braga Neto, assumiu a função do governador, que transferiu a administração da segurança pública naquele estado para a União, representada pelas Forças Armadas. A intervenção no Rio é mais uma faceta da guerra contra os pobres e os negros, assim como o foram as UPPs.

Existe um entrelaçamento entre os interesses do crime organizado e os de alguns políticos desonestos, uma vez que os primeiros garantem lucros, financiamento de campanhas e currais eleitorais e os segundos, desvios e corrupção. Ainda, coincidentemente, aconteceu no momento em que a Rocinha e outras comunidades do Rio de Janeiro anunciaram que, “se Lula fosse preso, o morro iria descer”.

A intervenção deixou as esquerdas perplexas, talvez porque o debate sobre a segurança pública seja, ainda, atrasado e polêmico. Dessa forma, sem organização nas comunidades e força para mobilizar, mesmo num momento em que a maioria da população rejeita o governo, as esquerdas permanecem sem estratégia e sem opinião sobre o assunto, limitando-se a um discurso reativo e dividido.

Infelizmente, os governos progressistas, mesmo tendo produzido alguns resultados na redução da pobreza, foram insuficientes para mudar a realidade do povo brasileiro, inclusive na área de segurança pública, com resultados muito precários.

O Coletivo UNIR avalia que, com a intervenção, o governo Temer teve dois objetivos: o primeiro, criar uma cortina de fumaça para encobrir o fracasso da não aprovação da reforma da Previdência; o segundo, a tentativa de colocar o golpista Temer na disputa eleitoral. A intervenção, portanto, não visa acabar com a violência e a criminalidade no Rio de Janeiro, e sim tem motivos e objetivos políticos e eleitorais.

Suspensão da Reforma da Previdência: a vitória da Classe Trabalhadora

No dia 19 de fevereiro de 2018, o presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira (MDB-CE), anunciou a suspensão da tramitação de todas as propostas de emenda à Constituição (PEC), enquanto durar o Decreto de Intervenção Federal na área da Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro. A suspensão atinge mais de 190 propostas em andamento no Congresso e tem conclusão prevista para dezembro de 2018, incluindo a Proposta de Reforma da Previdência (PEC 308).

A retirada de pauta da Reforma da Previdência é uma grande vitória da Classe Trabalhadora, movimento social organizado, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais e partidos do campo progressista. Desde o golpe de 2016, que culminou com derrubada da presidenta eleita, Dilma Roussef, e a entrada em cena de Michel Temer, vimos acumulando perdas: aprovação da Emenda Constitucional 95, reduzindo recursos da educação, saúde, segurança e infraestrutura; aprovação da Reforma Trabalhista, que retira direitos e enfraquece as organizações da classe trabalhadora; redução de investimentos na área social, imposta em nome de uma opção política pela suposta austeridade, que tão somente aumentou o desemprego, diminuiu o consumo e enfraqueceu as indústrias nacionais, agravando a crise social; venda de estatais, que destrói o patrimônio do povo brasileiro, ao colocar na mão de estrangeiros os nossos melhores ativos, dentre outras.

Mas, apesar de todos os ataques, não nos calamos. Os sindicatos, federações, confederações e centrais fizeram o seu papel e organizaram a resistência. Num período marcado por grandes manifestações, exercemos intensa pressão sobre os parlamentares e sob o mote “Se votar não volta”, acuosos os políticos por todo o país, nos aeroportos, escritórios políticos nas suas regiões, no Congresso Nacional, e em quaisquer atividades em que estivessem presentes.

Ainda, 2018 foi o ano do retorno da política e da denúncia social ao Carnaval, com a escola de samba carioca Paraiso do Tuiuti fazendo história com seu enredo “Não sou escravo de nenhum senhor”, em que foram denunciados desde a influência da mídia no golpe de 2016 até a manutenção da escravidão contemporânea, por meio da retirada de direitos da classe trabalhadora. Por todo o país, as legítimas manifestações populares transformaram o Carnaval num espaço de resistência, com o povo usando a festa para gritar “Fora Temer”.

O CONTEXTO MUNDIAL

O capitalismo, para se manter, está em constante busca da expansão, inovação e ampliação do mercado consumidor. Desde 2008, pode-se observar reviravoltas em várias localidades do mundo com diversos impactos, que variam de crises econômicas, altas exorbitantes em materiais de consumo e, em alguns casos, guerras civis.

A onda neoliberal se aprofundou no Brasil com o golpe de 2016, motivado pela ruptura do modelo de estado democrático de direitos. Este acontecimento é reflexo de uma etapa do capitalismo, que se reinventa. É preciso observar, por exemplo, que, nos últimos anos, 167 reformas trabalhistas foram realizadas em diversos países em todo o mundo. Não é simplesmente uma crise monetária mundial, mas sim uma estratégia de avanço e tentativa de superação de suas dificuldades.

A crise enfrentada pelo sistema capitalista coloca na ordem do dia a hegemonia do sistema financeiro diante do sistema produtivo, sem nenhum controle efetivo dos

Estados nacionais. Esse objetivo orienta as retiradas de direitos e o desmonte do sistema de garantias sociais nos países da América Latina.

Esta ofensiva restauradora é parte fundamental da estratégia para desestabilizar as demais experiências progressistas na América Latina, buscando reconstruir a hegemonia imperialista sobre a região, fortemente abalada pelas vitórias eleitorais populares nos primeiros quinze anos do século XXI. A longa crise do capitalismo reconduz o sul do continente à lista de prioridades da geopolítica norte-americana, sob a lógica de retomar controle sobre fontes essenciais de matérias-primas, energia e outras commodities, amplos mercados domésticos e espaços para novos investimentos a baixos custos.

A queda dos governos do campo democrático e popular também é fundamental para fragilizar alianças contra hegemônicas regionais, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e o Mercosul, além de facilitar políticas de cerco e desestabilização em processos progressistas de outros países – como Venezuela, Equador e Bolívia. Caso consolidado, este retrocesso político influirá sobre a evolução do bloco BRICS, cujo potencial econômico e financeiro coloca em xeque a velha engenharia mundial das potências capitalistas.

O interesse norte-americano de implantar políticas neoliberais em toda a América Latina e de incorporar as economias latino-americanas à sua economia, de forma subordinada, foi colocado em risco com a eleição de Lula, principalmente com o protagonismo do Brasil, na articulação política e econômica de Lula/Kirchner/Lugo/Correa/Evo/Chavez. Os Estados Unidos, em cooperação com grupos internos em cada um desses países, iniciou neles fortes campanhas de desestabilização política.

Ainda, o conservadorismo avança pelo mundo: as eleições em 2017 e 2018, salvo raras exceções têm demonstrado o avanço das coalizões de direita em importantes democracias mundiais, desde a eleição de Donald Trump na Itália, como Macri na Argentina, Macron na França, o crescimento de Berlusconi na Itália, a saída do Reino Unido da União Europeia, a crise dos imigrantes em países ricos, dentre outros importantes aspectos da conjuntura econômica e social mundial.

No Brasil, a Operação Lava Jato, em articulação com o Departamento de Justiça americano, e com as agências de inteligência (espionagem) americanas como a NSA, a CIA e o FBI, através de procedimentos ilegais, tais como prisões arbitrárias, vazamento seletivo de delações de criminosos confessos, a desobediência ao princípio fundamental de presunção de inocência, a mobilização da opinião pública contra pessoas delatadas, colocou em risco a ordem jurídica, criando ódio na sociedade e, com a conivência do STF, foi um instrumento de ataque ao Partido dos Trabalhadores e à candidatura do Presidente Lula.

O poderio norte americano tem, na elite brasileira golpista, um grande aliado no cumprimento das seguintes metas:

- Mudar a legislação, para incluir as políticas neoliberais do Consenso de Washington;
- Impedir a candidatura de Lula em 2018 e a vitória dos candidatos do campo democrático e popular para o Congresso Nacional.
- Não permitir que um novo governo possa revogar as reformas conservadoras, em especial a Emenda Constitucional (EC)95;
- Reduzir a capacidade de ação, externa e interna, do Estado brasileiro;
- Impedir a política sul-americana de formação de um bloco regional e de

- inclusão no Conselho de Segurança da ONU;
- Submeter o Brasil à economia americana e criar a obrigatoriedade de execução no país de políticas econômicas neoliberais;
- Não permitir a industrialização, ainda que apenas parcialmente “autônoma”, do Brasil, por empresas de capital brasileiro;
- Consolidar o programa econômico ultra neoliberal através de compromissos internacionais, a começar pela adesão do Brasil à OCDE.

REFLETIR PARA CONSTRUIR UMA NOVA AÇÃO

Os equívocos do campo democrático e popular

O avanço do movimento golpista somente poderá ser corretamente entendido se forem avaliados os erros cometidos pelo governo do campo democrático e popular e pela esquerda que foi base deste governo. Os setores de esquerda, integrantes ou apoiadores do governo, não se prepararam para o enfrentamento atual, ao priorizar o pacto pluriclassista que permitiu a vitória do ex-presidente Lula em 2002 e a consolidação de seu governo nos anos seguintes. Foi esquecido, por estes setores, uma das lições mais relevantes da história brasileira, consolidada pelos movimentos sociais em seus documentos dos anos 1980: não abrir mãos de princípios e bandeiras de lutas em nome da governabilidade.

Mesmo com a vitória do campo democrático e popular, não houve ruptura com o sistema capitalista. O capitalismo brasileiro, assentado em múltiplos mecanismos de exploração do trabalho e preservação de estruturas arcaicas, reagiu aos programas e políticas que promoveram distribuição de rendas no país. O processo histórico demonstra que *“as classes dominantes em determinadas correlações de força e em períodos de expansão econômica podem tolerar certas mudanças, desde que avanços das camadas populares não resultem em diminuição de seus ganhos absolutos ou relativos”*. Por isso, a elite brasileira ofereceu brutal resistência quando esse equilíbrio distributivo foi ameaçado, particularmente nas fases de contração econômica como a atual.

Tal pressuposto deveria ter norteado os 13 anos de governo oriundo do campo democrático e popular, levando a compreender que a hegemonia dos trabalhadores no Estado e na sociedade não depende exclusiva ou principalmente de administrações bem-sucedidas, mas da concentração de todos os fatores na construção de uma força política, social e cultural, capaz de dirigir e transformar o país.

A despeito dos importantes avanços verificados na redução das desigualdades, na abertura de novas oportunidades, na criação de direitos, na erradicação da fome, na ampla inclusão promovida pelo governo, cabe reconhecer o equívoco político.

Desde seu início, o governo popular se esquivou em implantar e executar medidas fundamentais e que trariam ganhos à população, como a reforma política, a reforma tributária progressiva e a democratização dos meios de comunicação. Tais medidas impactariam diretamente na forma de organização e influência da população sobre as formas de governo e os caminhos e decisões a serem tomados.

Embora sem maioria parlamentar de esquerda, o imenso prestígio do presidente Lula e a desorganização estratégica das elites abriam espaço para poderosa mobilização nacional que debatesse, claramente, a urgência da democratização do Estado e a remoção dos entulhos autoritários herdados da transição conservadora pós-ditadura.

O governo também não priorizou a reforma do Estado, o que implicaria impedir a sabotagem conservadora nas estruturas de mando da Polícia Federal e do Ministério Público Federal; modificar os currículos das academias militares; promover oficiais com compromisso democrático e nacionalista; fortalecer a ala mais avançada do Itamaraty e redimensionar sensivelmente a distribuição de verbas publicitárias para os monopólios da informação. O governo confiou na governabilidade institucional, a partir de alianças ao centro.

Ao contrário do que havia se passado em países vizinhos, o sistema eleitoral do país, tal como existe, não possibilitou que o triunfo na eleição presidencial fosse acompanhado por maioria no Congresso Nacional. As composições fora do campo democrático e popular colocaram em risco o projeto vitorioso de transformação e inclusão social. O governo poderia ter impulsionado a luta social como vetor fundamental de pressão sobre as instituições. A estratégia ficou demarcada na disputa pública de um programa do campo democrático e popular e o debate com as forças conservadoras, incluindo os segmentos que eventualmente integravam a base de apoio.

Também não houve um movimento da parte do governo, nem dos partidos de esquerda, fora do governo, buscando a construção de uma aliança estratégica entre os partidos populares e os movimentos sociais, que pudesse ampliar o peso institucional da esquerda. A “esquerda” e a “direita” se comportaram como oposição, e o governo refém de acordos táticos, imperiosos para o manejo do Estado, mas que resultaram num baixo e pouco enraizamento das forças progressistas, ao mesmo tempo em que ampliaram, no arco de alianças, o poder de fogo de setores mais à direita.

Mesmos com essas alianças a política econômica desenvolvimentista e distributivista dos governos do campo democrático e popular foi responsável pela maior elevação do salário mínimo e da inclusão social, e passou a exigir, especialmente frente ao recrudescimento da crise internacional, que o Banco Central estimulasse o investimento, e não que o bloqueasse, como fez com a elevação da taxa de juros. Exigia ainda novas reformas distributivas em que, progressivamente, as grandes fortunas fossem taxadas e houvesse uma nova capacidade de planejamento e investimento do Estado, o que não ocorreu.

Ao lado das falhas políticas, o governo demorou a perceber o progressivo esgotamento da política econômica vigente entre 2003 e 2010, que havia levado a formidáveis conquistas sociais para o povo brasileiro. Baseada na ampliação do mercado interno a partir da incorporação dos pobres ao orçamento do Estado, com adoção de inúmeros programas voltados à inclusão social, à criação de empregos e à elevação da renda, esse modelo perdeu força com a crise internacional, a convivência com altas taxas de juros que sangravam o Tesouro e a excessiva valorização cambial. Não se tratava simplesmente de reordenamentos orçamentários, mas de um novo ciclo programático que radicalizaria a disputa de projetos na sociedade.

O governo da presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro ano, optou por realizar forte contingenciamento de despesas e investimentos, ao mesmo tempo em que elevava a taxa de juros. A tentativa de contornar reformas estruturais através de fortes incentivos ao investimento privado, tinha conseguido preservar o emprego, mas não relançou a economia. Diante da crise, o país foi colocado em uma encruzilhada: acelerar o programa distributivista, como havia sido defendido na campanha da reeleição presidencial, ou aceitar a agenda do grande capital, adotando medidas de austeridade sobre o setor público, os direitos sociais e a demanda, mais uma vez na perspectiva de retomada dos investimentos privados.

O governo enveredou pela segunda via, dando início a programas que iam contra a necessidade da população. O ajuste fiscal, além de intensificar a tendência recessiva, foi destrutivo sobre a base social do campo democrático e popular, gerando confusão e desânimo nos trabalhadores, na juventude e na intelectualidade progressista, entre os quais se disseminou a sensação, estimulada pelos monopólios da comunicação, de estelionato eleitoral.

Desafios para a classe trabalhadora: o que fazer?

O centro tático da resistência e luta nesta conjuntura se organiza sob o eixo “**NÃO AO GOLPE, FORA TEMER!**”, e deve investir na derrocada do governo ilegítimo que usurpou o poder e rompeu o pacto democrático da Constituição de 1988. É fundamental a combinação de todos os tipos de ação de massa para pressionar o parlamento e apoiar os parlamentares do campo democrático e popular que resistem, no Congresso Nacional, às medidas antipopulares, bem como denunciar seu caráter ilegal e impedir sua consolidação no comando do Estado. Assume, portanto, grande relevância a continuidade da ação de articulações internacionais que, no último período, foram fundamentais para a denúncia do golpe em curso.

Continuar **denunciando o Golpe é possível, urgente e necessário**. São partes essenciais deste objetivo a manutenção de ações como:

- Negar a legitimidade de Temer;
- Fazer interna e externamente a denúncia do golpe do impeachment;
- Defender o legado dos governos do campo democrático e popular;
- Denunciar a justiça seletiva e os ataques midiáticos e judiciais da Lava Jato;
- Exigir a prisão e medidas cabíveis aos que já possuem condenação e provas irrefutáveis;
- Manter a mobilização popular em alto nível;
- Ampliar para setores da sociedade críticos aos governos Lula e Dilma o diálogo em torno de uma agenda democrática e popular para o país;
- Denunciar sem tréguas os parlamentares que votaram contra os direitos dos trabalhadores.

Por um governo comprometido com os movimentos sociais e classes populares

2018 é ano eleitoral e, ainda, vivenciamos um cenário controverso e nebuloso, em que até mesmo é colocada em dúvida a realização das eleições gerais. Porém, é fundamental termos em perspectiva a necessidade de apresentar e cobrar de um novo governo seu compromisso público com uma ampla reforma política e com medidas capazes de retomar o desenvolvimento, a distribuição de renda e a geração de empregos.

A FASUBRA também precisa retomar o seu protagonismo histórico, participando ativamente de todos os fóruns que discutam e formulem políticas relacionadas ao Estado e aos direitos dos trabalhadores, como a Frente Brasil Popular, dentre outras. Além disso é imprescindível a construção de linhas gerais quanto à Agenda da Classe Trabalhadora a ser apresentada a candidatura do campo democrático e popular, cobrando compromisso público sobre o rumo do próximo governo, após derrota do golpismo, e em especial que recupere os direitos dos trabalhadores, solapados pelo governo golpista.

- **O conjunto dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições federais de ensino, para atuar na defesa dessas premissas, deve se incorporar aos coletivos da Frente Brasil Popular, impulsionando**

a criação de comitês e núcleos nos locais de moradia, estudo e trabalho.

Esse espaço é estratégico para todas as forças progressistas avançarem a partir de um programa comum e regras plurais de participação, que abram caminho para consolidação de um programa de governo democrático e popular.

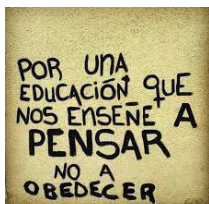
Assim, a denúncia do Golpe e a defesa das instituições democráticas devem permanecer na agenda dos que esperam e lutam por transformações estruturais no Brasil, mas não subsistem quaisquer razões para a defesa de um governo que venha pactuar com quem já escolheu andar par em par com as elites financeiras, com o patrimonialismo e o clientelismo, e abandonou qualquer perspectiva emancipatória. É preciso ficar claro para toda a população (não basta que os militantes de esquerda saibam disso) que a direita não tem qualquer alternativa para oferecer ao Brasil a não ser às elites, especialmente financeiras, a quem sempre serviu.

A conquista do poder do Estado não deve ser o principal e, muito menos o único objetivo dos movimentos de esquerda; porém, no atual contexto histórico, revela-se indispensável. Embora tais movimentos sejam constituídos ou representem a maioria da população brasileira, há fortes evidências de que na disputa eleitoral, não encontram respaldo dessa maioria. Esse dado deve ser questionado para ser entendido e reorganizado:

- a) ao sistema capitalista não interesse vitórias de projetos de esquerda;
- b) As diferenças ideológicas e disputas internas da esquerda em torno de espaços de poder ficam acima do projeto que unifica a classe, favorecendo os verdadeiros adversários;
- c) Distância da população pela dificuldade de organização, mobilização e comunicação;
- d) Ausência de um projeto capaz de respeitar as diversidades dos movimentos de esquerda, uni-los para conquistar o apoio popular e enfrentar os verdadeiros adversários.

Situado o pensamento do Coletivo Unidade, Resistência e Luta sobre a conjuntura política nacional e internacional, sobretudo em relação aos fundamentos e o desenrolar no Brasil Pós Golpe, a seguir serão apresentadas as reflexões do campo sobre os temas referenciais da luta política da classe trabalhadora e, em especial, dos trabalhadores e trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino da base da FASUBRA Sindical.

EDUCAÇÃO



“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade se transforma”.
(Paulo Freire)

Educação pública na mira privatista de Temer

O poder assumido por Temer, por meio de um golpe parlamentar e midiático, com a anuência da justiça seletiva, corroborou as Teses apresentadas no “Ponte Para o Futuro” e “Travessia Social”. Esses documentos definiram o perfil ultraconservador e ultraneoliberal do Governo do PMDB, ao apontar medidas para o desenvolvimento, soberania e democracia do Brasil. As teses defendem que, para o Brasil avançar, é necessário golpear a Constituição Federal (CF/88), dando

fim as vinculações nas áreas da saúde e educação. Essa propaganda “assanhou” o capital estrangeiro, pois permite a privatização de toda a infraestrutura possível.

O mercado educacional internacional vislumbra abocanhar o sistema educacional público brasileiro, via privatização de universidades e ou escolas de ensino médio. Argumenta-se que a alternativa da privatização é a solução para o país em crise econômica. Nossa opinião é exatamente ao contrário pois, se esse modelo prosperar, comprometerá a função social da educação na formação individual e coletiva, que busque a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por trás dessas proposições encontra-se a ideia de que a CF/88 e seus princípios de garantia de direitos não cabem no orçamento público e não devem ser de responsabilidade do Estado. Dando sequência ao golpe, retira a destinação dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal determinados para a educação.

A sociedade civil organizada e os movimentos sociais enfrentam, no Brasil, tempos difíceis, com caracterizações diferenciadas de outros momentos históricos de golpes. Atualmente os ataques vem de várias frentes, tendo por arcabouço, a EC 95 (antiga PEC 241). Uma série de medidas que tramitam no Congresso visam retirar direitos da classe trabalhadora, como o PLP 257, o PLS 204, o PLC 30 das terceirizações, além das anunciadas reformas da Previdência e Trabalhista. As consequências da EC 95 (PEC 241/16), que congela o orçamento de áreas como saúde e educação por 20 anos, têm em sua égide o fim da vinculação constitucional de repasse pela União de 18% para financiamento da Educação.

Paralelamente à aprovação da Reforma Trabalhista, o golpista Temer aprofunda o ataque à educação. A assinatura de acordo internacional tratando a educação pública como serviço, a reforma curricular do Ensino Médio, a ampliação de transferência de verbas públicas para a educação privada, intensificam a constituição de outro modelo educativo, desvirtuando o papel social e transformador da educação.

A Portaria nº 983 do MEC pretende criar as condições para instituir no Brasil o Acordo de Serviços Internacional (Tisa - Trade in Services Agreement), com o objetivo de privatizar serviços básicos como educação, saúde, transporte, energia, telecomunicações, dentre outras áreas estratégicas. O compromisso do Governo Temer com os organismos internacionais coloca em risco a soberania do país, pois uma vez aderido ao Acordo, não há possibilidade de reestatização desses setores, vez que as regras estabelecidas retiram esses serviços das normas nacionais, liberando-os totalmente ao capital estrangeiro.

A educação pública, democrática e referenciada socialmente na rota da privatização

Cabe resgatar que as medidas que estão sendo impostas pelo governo Temer são ilegais, pois o arcabouço das leis no Brasil prevê o modelo de educação a serviço da cidadania. A CF/88 estabelece a promoção de uma sociedade justa e livre de qualquer forma de discriminação e a Lei 10.639/2003 determina que história e cultura afro-brasileiras sejam parte obrigatória do currículo escolar. Esse arcabouço exige que Leis como a da Maria da Penha, direitos humanos e equidade de gênero, raça e etnia devem ser pautados em sala de aula e na formação de professores.

Entretanto, há anos que, no Brasil, a justiça seletiva, movimentos conservadores e fundamentalistas cristãos têm tentado sufocar o debate de “gênero”, de raça e de ideologias. Em 2016 todo tipo de preconceitos ficou explícito no Projeto “Escola sem partido”, que defende uma visão discriminatória da educação.

As Reformas no Ensino Médio em curso passam pelo enxugamento do currículo, flexibilidade na escolha das disciplinas e a integração entre a etapa regular de ensino e os cursos técnicos e profissionalizantes. O modelo de formação educacional dos jovens fica limitado a padrões conservadores, retirando disciplinas como filosofia, sociologia e história, reproduzindo o ocorrido no período ditatorial do país, quando essas mesmas disciplinas foram retiradas do currículo. Tais iniciativas reforçam o projeto Escola Sem Partido, que pretende transformar o professor num “robô” à serviço do Estado e do governo de plantão.

A MP 746/2016 busca responder ao setor conservador da sociedade, excluindo do ambiente escolar o debate acerca da educação igualitária, impedindo o estudo sobre gênero, raça, estratégias de estímulo ao pensamento crítico e ao exercício da dúvida. Pretende-se retirar o estímulo à criticidade que passa a ser substituído pelo ensino cartesiano e tecnicista, para atender as necessidades do setor produtivo.

PNE (Plano Nacional de Educação) golpeado

Iniciativas do governo golpista a exemplo do veto a Lei do PNE, comprometem a implementação do Plano Nacional de Educação/2014, válido por dez anos, na previsão de investimentos na educação de 6% para 10% do PIB até 2024. Com essa ação deliberada, a educação, em todos níveis e modalidades, sofrem ataques, prejudicando o futuro de crianças e jovens do país. Ataques ao funcionalismo e aos docentes das redes públicas, diminuição de recursos, privatizações, sucateamento e quebra da qualidade do ensino, em benefício de grupos empresariais, fazem pauta do plano de governo de Temer para a educação.

Cabe aos movimentos sociais e estudantis ampliar a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos(as), tendo por exemplo a brava resistência dos estudantes que, através das ocupações nas escolas e universidades, pautaram nacionalmente a necessidade de investimentos públicos para a qualidade do ensino.

Instituições federais de ensino na mira do governo Temer

É importante lembrar o papel das instituições federais de ensino como estratégicas para o desenvolvimento e soberania do país. Em momentos de crises política e de paradigmas é importante ressaltar o papel das instituições como autônomas e críticas. Trata-las como meras repartições públicas do Estado, diminui a sua missão de educar e produzir conhecimento. Falta de investimentos na educação compromete a formação de gerações, como também a pesquisa e produção do conhecimento.

- **Cortes na educação e na ciência podem, no curtíssimo prazo, levar a alguma economia de recursos, mas ao mesmo tempo secam as sementes de uma futura recuperação mais duradoura e vigorosa.**

A missão da Universidade em tempos de crises

O ataque às instituições federais de ensino se dá da mesma forma que ocorreu nos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando as Universidades sofriam contingenciamento orçamentário todos os anos, e viviam de “pires na mão”, nos corredores do MEC. Cerca de R\$ 2,1 bilhões dos recursos das IFES estão retidos pelo governo Temer. Esse valor já é retirado do orçamento que tinha sofrido uma redução na ordem de 11% entre 2016 e 2017.

Os trabalhadores técnico-administrativas das IES – a partir da reflexão coletiva

sobre concepção de estado e modelo de Universidades - ousaram formular o **Projeto “Universidade Cidadã para os Trabalhadores”** socializando a visão da categoria, armando-a para disputa de projetos no interior das instituições e fora delas. Este projeto sustenta a visão de Universidade pública, cuja autonomia esteja vinculada à democracia.

As universidades públicas e os institutos federais brasileiros nos Governos Lula e Dilma tiveram um grande investimento orçamentário, que possibilitou, segundo dados da ANDIFES e do CONIF, a expansão dos campus (campi), ampliação de vagas, aumento de cursos, reformas e construção de logística (parque universitário), além da mudança na “cara” da Universidade, que foi significativamente modificada, desde a implementação das Políticas de Cotas e do ENEM.

O governo Temer, através do MEC, tem cortado o repasse orçamentário para Universidades Federais em 2017. O contingenciamento de recursos para as instituições antecipou os efeitos da PEC 241, que limita os gastos primários do governo, a exemplo de saúde e educação, ao índice da inflação do ano anterior. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que dá subsídios para que estudantes de baixa renda não deixem os estudos, está na mira do governo.

O MEC, em propaganda enganosa, afirmou que a Universidade mantém uma elite de estudantes e que os mesmos podem pagar mensalidades. Entretanto, o estudo denominado **“Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras”** realizado pela ANDIFES, comprovou que a maioria dos estudantes nas Universidades Federais são membros de classes mais baixas: 66,19% dos alunos têm origem em famílias com renda média de 1,5 salário mínimo. As regiões Norte e Nordeste concentram os maiores percentuais: 76,09% e 76,66%, respectivamente.

A mudança no perfil dos estudantes se deu, principalmente, após a Lei das Cotas e o fortalecimento do Enem a partir de 2009, além da adesão das instituições federais ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O discurso do governo Temer, de que a Universidade é elitista, é mentiroso.

O cenário para as instituições federais de ensino é ruim. Várias IFES informaram que podem ter aulas suspensas a partir do mês de setembro, dado o corte de 4,3 milhões de reais de custeio e investimentos, comprometendo atividades básica como bolsas, funcionamento de laboratórios de pesquisa, corte de salários de trabalhadores, demissões de terceirizados, além de serviços básicos como água, luz, limpeza, segurança e paralisação de obras. Esses cortes comprometem diretamente a qualidade do ensino e a pesquisa e, conseqüentemente, a formação de estudantes.

A política do governo Temer é planejada. Primeiro sucateia, depois privatiza. Colocar a conta da crise nas costas dos trabalhadores e das IFES demonstra qual é o perfil desse governo, que para alcançar seu objetivo central, abre mão da soberania do país, entregando-o a sanha do capital estrangeiro.

A UERJ agoniza

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (**UERJ**) é a quinta universidade do país e a primeira a adotar sistema de cotas para o acesso. É pioneira na interiorização do ensino superior. 12 ministros do STF são egressos da UERJ e o que está acontecendo naquela instituição é um ensaio para as Universidades Federais. Na crise, o governo estadual escolheu condenar a Universidade. A UERJ agoniza em meio a uma crise política e econômica do estado do Rio de Janeiro.

Trabalhadores não recebem seus salários, elevadores não funcionam, terceirizados não são pagos, o lixo se alastra. Imperam o caos e o abandono pelo poder público, situação que deve ser motivo de preocupação para o meio acadêmico, com uma reação que deve acontecer nacionalmente. Vislumbra-se uma idade de trevas para as futuras gerações.

- **“A defesa da UERJ é a defesa do futuro em que governantes mais capacitados moral, política e tecnicamente não deixem que os erros de ontem, que levaram a situação de hoje, se repita amanhã. Esse movimento de desmonte da universidade só gerará mais abandono, mais migração de brilhantes mentes que compõem o quadro acadêmico; e a intelectualidade e excelência, marcas outrora de uma imponente e conceituada instituição, se esvaem com o sangue de uma ferida que, inexoravelmente, levará a UERJ a óbito”. (OAB-RJ)**

A proposta de extinção da UNILA

A Universidade da Integração Latino-Americana (**UNILA**), criada em 2010, tem como objetivo o fortalecimento da integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e cooperação entre as IES. O Presidente Lula propôs a criação de uma universidade brasileira com vocação internacional, bilíngue e interdisciplinar. Essa Universidade está ameaçada através de emenda apresentada à MP-785, pelo Dep. Sérgio Souza (PMDB – PR), que propôs a extinção e a criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná e a extinção da UNILA.

O estado policialesco contra as instituições federais de ensino

Os ataques tentam, agora, minar a resistência nas instituições federais de ensino superior e diversos episódios demonstram que o governo já percebeu que as universidades públicas buscam preservar a democracia e a autonomia e, à todo custo, tenta desqualificá-las:

1. A condução coercitiva pela Política Federal, a prisão arbitrária e a suspensão dos direitos do professor Luiz Cancellier, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acusado de, supostamente, desviar recursos em cursos de EAD (Educação a Distância) na instituição. Posteriormente, a situação levou o mesmo ao suicídio.
2. A condução coercitiva de seis membros da alta gestão da UFMG, acusados de supostamente malversar recursos do projeto Memorial da Anistia Política do Brasil, sem qualquer fundamento legal que justificasse a ação sobre os atuais reitores, ex-reitores e outros trabalhadores.
3. A prisão de ex-reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, acusado de malversação de recursos na construção do Hospital Universitário da instituição, sem que houve a conclusão do processo legal.
4. A intimação para depor a um importante pesquisador de mais de 85 anos de idade que há mais de 40 anos estuda os usos do canabiol na saúde, sendo o mesmo acusado de apologia ao uso da maconha.
5. Tentativa de ingerência e censura do MEC sobre a autonomia universitária, ao entrar na justiça contra a oferta, na Universidade de Brasília (UnB), de disciplina que trata do tema “O Golpe de 2016 e os rumos da Democracia no Brasil”. Como resposta, mais de 15 instituições no Brasil e até mesmo no exterior estão ofertando cursos e disciplinas sobre a temática.
6. Redução de recursos de investimento e custeio para as IFES; de recursos de bolsas de graduação, extensão e assistência estudantil; de bolsas de pesquisa, pós-graduação e outros, dentre outros.

A Extinção do MCTI ameaça o futuro do Brasil

A posição do governo Temer de extinguir o Ministério de Ciência e Tecnologia, subordinando-o ao Ministério das Comunicações, acompanhado de cortes orçamentários, sucateamento de laboratórios e de unidades de pesquisa, diminuição na concessão de bolsas e nos orçamentos de inovação, comprometem profundamente a soberania e desenvolvimento do Brasil. Com essa ação, o governo Temer reforça sua posição entreguista.

Os cientistas brasileiros e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) iniciaram movimento pela recriação do Ministério. Denunciam que cientistas e pesquisadores não encontram mais condições para realizar, no país, pesquisas ou mesmo vislumbrar possibilidade de alcance de maior autonomia científica e tecnológica, e evitar que as desigualdades regionais e sociais aumentem.

Já o CNPQ alerta que, se não houver repasse orçamentário, 90 mil pesquisadores não receberão a bolsa responsável pela formação de pesquisadores, pois a partir de setembro todas serão suspensas. Em 2015, eram distribuídas mais de 163 mil bolsas. Atualmente esse número foi reduzido a 80 mil.

A DEFESA DA CARREIRA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

“Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas”.
(Maiakóvski)

A Carreira – PCCTAE – após 13 anos – para onde vamos?

A conquista da Carreira dos Técnico-administrativos em Educação sempre foi estratégica para a nossa Categoria. Isto porque entendemos que é ela, a Carreira, que consolida a isonomia de tratamento entre os trabalhadores na educação. Que a isonomia por meio da Carreira unifica nossas lutas, consolida o espírito de corpo. Não fosse a construção de nossa Carreira, muito provavelmente estivéssemos nos patamares de 1985, permaneceríamos como um amontoado de servidores, espalhados pela rede federal de ensino, sem identidade.

Por isso, para a FASUBRA a carreira é a expressão de nossa identidade, de nossa valorização e de nosso caminho de desenvolvimento. É por isso, que galgando passos, chegamos, não onde queríamos, mas onde nossa força de disputa com o governo nos garantiu. Logo, podemos dizer que temos a Carreira que conquistamos, mas não aquela que historicamente construímos.

Um breve histórico nos faz lembrar que da Babel de planos de cargos e salários e tabelas que nos dividia, em 1986 e 1987, demos os dois passos mais importantes para a construção da unidade dos trabalhadores em educação. O PCS e depois o PUCRCE, mesmos superados, como modelo de organização de fazeres, são a gênese do que é a base da FASUBRA nos dias atuais, e de nossa utopia de categoria valorizada pelo seu papel social.

A pergunta que nos fazem e que muitos de nós se fazem é por que chegamos no PCCTAE. Em 2004, após um grande movimento grevista protagonizado pela FASUBRA Sindical, conquistamos o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino – PCCTAE/IFES. Existe a clareza, no que pese não ser consenso e entre as forças que atuam na

Federação, de que o PCCTAE não é a carreira sonhada e batalhada pela FASUBRA, mas que foi o possível construir naquele momento conjuntural. Destacamos que chegamos a essa conquista após longo debate técnico e político, em que, à luz de uma resolução congressual, a plenária nacional analisou 08 (oito) cenários e escolheu uma carreira de microcargos hierarquizados, não pela escolaridade, mas por um conjunto de fatores que são parte de nossa identidade.

Os problemas contidos no PCCTAE de 2005: não é uma carreira de dois cargos, docente e TAE; o piso e o step estão muito aquém do que pretendemos; o número de níveis de capacitação é pequeno para o tamanho de nossa vida profissional. Tais problemas foram agravados, com o passar dos anos, por conta das reestruturações promovidas unilateralmente pelo(s) governo(s).

Por outro lado, pudemos observar que, a própria categoria (direções e bases), contribuíram com proposições que, sem entrar no mérito da pertinência do momento, em que se apresentavam enquanto legítimas, foram descaracterizando o PCCTAE segundo sua concepção original, afastando-os do projeto estratégico de carreira.

As regulamentações do PCCTAE, mesmo após passados 13 anos, não foram concluídas. A descrição e racionalização dos cargos, dentre outros, ainda se encontram enquanto pontos de pauta nas Mesas de Negociações Ministeriais.

Os concursos públicos realizados após a implantação do PCCTAE proporcionaram uma grande renovação na base da categoria que, em muitos aspectos, por um lado trouxe oxigenação, novos conhecimentos e disposição de mudanças, como também, por se caracterizar enquanto um recorte profundo em relação ao perfil de servidores que já se encontravam nas instituições, provocou atritos relacionais, de visão de carreira e de perspectivas de desenvolvimento.

Debates como Gestão por Competências, Gratificação por Produtividade, Carreira solo dos cargos de Nível Superior, revisão da carreira, tabelas diferenciadas, steps diferenciados (percentual entre os padrões de vencimentos e/ entre os Níveis de Classificações); aumento do número de níveis de capacitação na tabela salarial, Macro cargos X Microcargos, dentre outros, passaram a permear as conversas das gestões sindicais.

É possível observar que outros atores, além das entidades sindicais, começam a apresentar proposições de aprimoramento da carreira dos técnico-administrativos. O governo, a FORGEPE/ANDIFES (pode assumir papel de aliada, se assim acharmos), a ATENS (que vem buscando cada vez mais ocupar espaços). É necessário discutir sobre todos esses temas, uma vez que tais entidades estão apresentando suas propostas junto ao governo.

Para voltar a ser propositiva, a FASUBRA precisa construir uma proposta que seja consensual entre suas bases/direções, debatidas entre grupos políticos, independentemente de suas divergências legítimas históricas e que estão apresentadas nas suas teses.

Contudo, é necessário a todos nos desarmar e enfrentar os desafios. Para que a FASUBRA avance nessa discussão será preciso instrumentalizar a Categoria, por meio da realização de ações diversas, tais como seminários? GT's, retomada da Assessoria Técnica, dentre outros pontos.

Por fim, o Coletivo UNIR propõe que a FASUBRA retome a discussão sobre qual é o projeto estratégico de Carreira que pautaremos nos próximos período.

Aposentados/as, aposentandos/as e pensionistas: demandas específicas

Os trabalhadores e trabalhadoras aposentados, aposentandos e pensionistas têm lutas comuns às dos demais TAE da base da FASUBRA. Entretanto, este segmento da nossa Categoria apresenta demandas específicas.

Há anos, as diretorias dos sindicatos e da Federação, conjuntamente com as suas bases, vêm lutando para garantir os direitos dos aposentados e pensionistas, atuando nas esferas judiciais e administrativas para assegurar o atendimento às suas demandas.

A luta maior é no sentido de resguardar os ameaçados direitos presentes na legislação em vigor, buscando garantir o cumprimento do que está previsto na Constituição Federal, dentre as quais a paridade salarial entre os ativos, aposentados e pensionistas.

O Coletivo UNIR defende a participação cotidiana e sistemática deste segmento em todas as ações do conjunto da Categoria, integrando a estrutura das entidades; a realização de encontros, grupos de trabalho, atividades de lazer, promoção da saúde, inclusão, dentre outros aspectos. Entende ainda, ser necessário intensificar a busca da autonomia e protagonismo aos aposentados da base da Federação, incorporando-os cada vez mais à luta sindical e movimento de trabalhadores, de forma mais ampla, respeitando as suas especificidades e demandas.

Por meio da efetiva incorporação às atividades, os aposentados e pensionistas poderão dar a sua contribuição ao fazer sindical, interagir e debater questões ligadas aos direitos dos servidores, às mudanças trazidas pela aposentadoria, à conjuntura política e às questões sociais.

A EBSERH e os desafios nos Hospitais Universitários de Ensino

A criação e entrada nos hospitais universitários de ensino da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), pelo Governo Federal, trouxe mudanças estruturais nessas unidades.

Ressalta-se que embora criada com o argumento de resolver o problema de pessoal nos hospitais universitários, um dos aspectos que vem se destacando é justamente a falta de pessoal em decorrência da não contratação de profissionais conforme estabelecido, o que interfere na qualidade da assistência, ensino, pesquisa e extensão; o fechamento de leitos; o pagamento de adicional de plantão hospitalar, gerando sobrecarga de pessoal e adoecimento da Categoria dos TAE.

Desde o início, a luta contra a Ebserh foi muito árdua. O desconhecimento da realidade dos hospitais universitários aumentou os conflitos internos. Atualmente, a situação dos trabalhadores é difícil. Faltam recursos, condições de trabalho, além da precarização no atendimento ao paciente.

Entretanto, o **Coletivo Unidade, Resistência e Luta** entende que a nossa luta nunca é, nem será, contra a classe trabalhadora. Nas instituições, o quadro de trabalhadores é integrado por celetistas e estatutários, que convivem no mesmo espaço, algumas vezes gerando tensões, que não causadas por eles, e sim por políticas e programas de gestão equivocadas.

Nosso entendimento é de que é preciso haver unidade da classe, independente de seu vínculo contratual, em defesa da Universidade Pública, Autônoma e Democrática e do Projeto de Hospitais Universitários como unidade acadêmica, de ensino, de pesquisa e extensão, articulado à rede do SUS.

OPRESSÕES

*“Já não basta esse dia após dia
Que é um peso constante sobre as costas da gente
Nesse tempo doente à solta nas ruas
Colocando nas faces esse ar descontente
Já não basta a descrença e a desconfiança
Acabando com nossa esperança de felicidade
Já não basta a pressão dessa falsa moral
Encobrindo os atos de imoralidade...”*

(Gonzaguinha – Da maior liberdade)

Grande parte dos movimentos sociais luta pela inclusão ampla aos direitos básicos de cidadania e pela eliminação das desigualdades, numa lógica identitária. De modo geral, a classe trabalhadora vivencia situações de violência no trabalho, mas não relata os abusos e assédios sofridos. De acordo com estudos do Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Brasil os trabalhadores não costumam registrar casos de discriminação ou assédio. Menos de 10% reconhecem casos de tratamento discriminatório no local de trabalho e menos de 5% identificam casos de assédio, moral ou sexual.

Também pouco se relatam situações de violações de direitos trabalhistas a instituições coletivas, seja no local de trabalho, em sindicatos ou órgãos fiscalizadores. Assim, é possível dizer que ainda existe um longo caminho a ser trilhado na luta para a superação de configurações históricas da sociedade que fragmentam, dividem, humilham, isolam, discriminam, segregam, violentam e matam. Especificamente com relação à Categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Técnico-Administrativos em Educação, luta-se no cotidiano das instituições federais de ensino pela superação de práticas de assédio moral e outras, bem como seus efeitos sobre os trabalhadores; racismo institucional; nepotismo; exploração; abuso de poder, entre outras.

Dentre tantos desafios no mundo atual para torná-lo melhor, acreditando que outra realidade é possível, um dos maiores é defender todos os segmentos historicamente excluídos. É preciso criar pontos de convergência que levem não somente a Categoria, num nível micro, a se engajar na disputa desse novo mundo, como também, num nível macro, contribuir para a evolução da sociedade, de forma a participar efetivamente da mudança na perspectiva de construção de uma nova realidade, mais justa e igualitária. Assim, dentro do próprio movimento social, é necessário o estabelecimento de laços que permitam a fundamental coesão e a convergência em torno dos pontos pelos quais os militantes irão lutar.

A luta contra todas as opressões deve ser a base, o fundamento, do movimento social, onde nossa humanidade e compromisso com os excluídos de direitos melhor se expressam. Neste sentido, a perspectiva da atuação do Coletivo Unidade, Resistência e Luta na manutenção e ampliação da luta contra todo tipo de opressão, na FASUBRA Sindical e em todos os outros espaços de atuação deste Coletivo, se dará de acordo com as seguintes linhas gerais.

A luta das mulheres

*“Não se nasce mulher, torna-se mulher”
“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância.”*
(Simone Beauvoir)

Num período em que a realidade da mulher é debatida com maior destaque, é também o momento de solidariedade, de celebrar as conquistas e de divulgar as muitas batalhas travadas através da história para que a condição feminina fosse respeitada em sua integralidade. Assim, torna-se mulher quando se apreende e rejeita o lugar social imposto ao “indivíduo mulher” dentro de uma sociedade reacionária que não discute seus antagonismos, seja no campo da produção material das riquezas, ou no da construção cultural e simbólica, que expressam troca ou opressão entre os indivíduos.

As mulheres lutaram incansavelmente durante a história para ver respeitados direitos de cidadania, muitos deles conquistados com persistência e até mesmo com a própria vida. O direito ao trabalho, ao voto, à educação, a salário digno correspondente às responsabilidades assumidas, à liberdade sexual, à maternidade consciente, à contracepção, ao aborto, são apenas algumas das tantas lutas empreendidas. Mesmo assim, até os dias atuais existem condutas contra a mulher que mais nos aproximam da pré-história da humanidade do que da pós-modernidade. Um exemplo é a violência sexual: conforme Boletim da CUT São Paulo, dados divulgados pelo Senado Federal demonstram que este tipo de violência cresceu 23% no estado entre os anos de 2011 e 2012.

De acordo com pesquisas divulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no final da década passada, a violência contra a mulher comprometeu 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina. No Brasil, a violência doméstica atingiu 10,5% do PIB, números que demonstram não apenas o custo com esta perversidade, mas o quanto está presente na sociedade.

Também no mercado de trabalho há muitas disparidades que demonstram a exclusão: a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) é de 42%, sendo a sua remuneração inferior à dos homens em aproximadamente 30%. Atuam em piores condições e enfrentam discriminação e violência nas relações de trabalho.

Atuação do movimento social

O movimento social conseguiu imprimir conquistas e ampliar o debate em vários espaços da sociedade. Políticas públicas foram implantadas por conta do embate democrático, principalmente na última década, quando o governo federal criou programas que incentivavam a prática da igualdade entre homens e mulheres. Políticas de saúde pública também contribuíram para a qualidade de vida da mulher e para a consolidação de práticas preventivas e de combate às doenças.

A mulher atualmente é destaque nas hierarquias de empresas, participação política, administração pública, ciência, esportes, campo acadêmico, religiões e outros espaços. O movimento sindical procura realizar e apoiar ações que reduzam a exclusão. Entidades sindicais cutistas têm buscado implantar nas suas instâncias a paridade nas Direções. Mas isto não foi cedido às mulheres, e sim conquistados estes espaços. E não para simplesmente cumprir cotas ou percentuais, mas por entender que as mulheres são capacitadas para assumir postos diferenciados da hierarquia sindical.

Porém, estas conquistas não compreendem o todo do universo feminino. A mulher não deve ter sua existência pensada de maneira fragmentada. Somos mulheres, mães, sindicalistas, esposas, avós, enfim, vivenciamos situações de complementariedade que precisamos identificar e respeitar. Somos tudo ao mesmo tempo e temos que entender esta multiplicidade de sentimentos e ações que ocorrem cotidianamente.

- **A luta das mulheres muda a realidade e eleva o desenvolvimento da humanidade. Os desafios cotidianos concorrem para a sua liberação e de toda a sociedade. A luta contra a opressão de gênero traz em sua gênese as mudanças, necessária porque este tipo de opressão permanece presente e latente na sociedade. A violência, o preconceito, a alienação, o sexismo, a desvalorização, entre tantas outras formas excludentes, ainda são parte do cotidiano. É no meio desta condição que a luta das mulheres necessita despontar como libertária.**
- **Racismo e discriminação**

Levantamento de dados de 2014 do Ministério do Desenvolvimento Social sobre o Cadastro Único e o Bolsa Família mostrou que, das famílias inseridas no Cadastro Único, 90,3% são chefiadas por mulheres e 9,7% por homens. Dos responsáveis pelas famílias beneficiadas, 69% são negros e 30% brancos. A partir desses dados, é possível concluir que as políticas públicas de assistência social têm impacto significativo nas famílias negras. O levantamento evidencia, ainda, que o fato de a esmagadora maioria dos beneficiários ser mulher, negra e jovem deixa óbvios os mecanismos de opressão social do Brasil. O racismo e o machismo atuam como sistemas de opressão combinados, gerando este perfil de exclusão.

A luta pela valorização do povo afro-brasileiro ainda encontra obstáculos dentro das universidades públicas. Mesmo que as cotas tenham representado um significativo avanço na inserção do negro no ensino superior, especialistas ainda percebem um racismo arraigado dentro das instituições. A questão é muito maior que a própria universidade. O preconceito racial está incrustado na sociedade brasileira, por mais velado que pareça. E apesar da gradual entrada do negro no mercado de trabalho e na educação, o caminho para a superação do racismo ainda é longo. A presença do negro em ambientes que foram historicamente de brancos traz também o choque e o preconceito como consequências, pois o racismo institucional é muito mais difícil de ser combatido, por ser inerente ao próprio dia a dia das instituições.

O racismo segue desafiando negros, indígenas e outras minorias integrantes das comunidades universitárias. A estratégia para dar visibilidade ao problema é falar sobre o tema e fazer com que as pessoas percebam que ele, junto a questões econômicas e de gênero, estrutura as desigualdades do Brasil. Ainda, a instituição de programas anti-racismo e a implementação da Lei 10639/03, que obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica e ensino superior, foram medidas necessárias e essenciais para os avanços na inclusão dos negros nas IFES e combate ao racismo.

É essencial que os movimentos sociais mantenham o foco nas lutas por direitos, a exemplo da participação em debates sobre as políticas educacionais nos Estados e municípios; no conhecimento de quais têm sido os investimentos na educação e suas prioridades; como estão se discutindo as políticas de promoção de direitos humanos; quais são as concepções presentes nos organismos de segurança pública; quais são as concepções presentes sobre as relações de gênero, a paternidade responsável, a precarização do trabalho, a feminização da pobreza – enfim, os mecanismos em que as opressões múltiplas de raça e gênero que transformam a mulher negra e jovem no segmento mais vulnerabilizado da sociedade brasileira.

Mesmo que atualmente se perceba uma tendência crescente em direção à celebração da diversidade, acompanhada pelo empoderamento das minorias e as tentativas de erradicação do preconceito nos mais diversos contextos, alguns

espaços da nossa sociedade ainda são especialmente propícios ao surgimento da discriminação, tal como o ambiente escolar em geral e universitário em particular, por ser um lugar em que as pessoas exercem enorme pressão umas sobre as outras, em óbvias relações de poder e dominação. Entretanto, é também um espaço de formação e aprendizado, de conscientização por meio do diálogo, sobre preconceitos latentes. A discriminação deve ter diferentes abordagens, sendo tema de conversas, seminários, debates e outros. Se o preconceito é construído pela sociedade, para erradicá-lo é preciso contar com a desconstrução. Apesar das diferenças, precisamos ser capazes de construir nas divergências, abrindo portas para que mudanças ocorram de forma sistemática, profunda e definitiva.

LGBTI e a inclusão nas IFES

A escola é, por excelência, um dos principais espaços de formação para a cidadania e de socialização das pessoas. Ela, no entanto, nem sempre se mostra capaz de lidar com a diferença, em particular com as questões ligadas à sexualidade e à orientação sexual. Esta dificuldade traz sérias consequências a toda a comunidade, prejudicando o relacionamento de trabalhadores e professores e o aprendizado e bem-estar dos estudantes. Ainda, a negação de incluir o tema dessas questões no debate da educação impede que a escola desempenhe adequadamente uma de suas mais importantes funções sociais nos dias atuais: contribuir para o fortalecimento na sociedade de uma cultura que saiba respeitar e valorizar a diversidade.

Se há preconceito contra alunos e trabalhadores LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), é maior a probabilidade de, no mesmo ambiente, haver preconceito também contra negros, pobres, mulheres, além de outras formas de discriminação. A escola pode desempenhar um papel crucial para a diminuição desses efeitos negativos, criando um clima positivo e reduzindo o assédio homofóbico. Isso demanda a criação de um ambiente proativo e pautado pelo respeito às diferenças. Para tanto, temas como identidade de gênero e orientação sexual devem fazer parte das rotinas nas instituições de ensino.

No Brasil, a inclusão dessa temática ainda não é uma realidade na maioria das IFES. E há o agravante de estar crescendo no país um movimento de pressão por omissão desses temas no ambiente escolar. Com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e de melhorar a qualidade da aprendizagem, investiu-se, nos últimos anos, na produção de ações e materiais didáticos voltados à formação docente enfocando as questões de gênero e da diversidade sexual. A iniciativa, porém, desencadeou uma falsa polêmica em torno da adequação de se tratar desses temas no ambiente escolar, em alguns casos sob o argumento equivocado de que esses materiais seriam peças de propaganda em favor de uma determinada orientação sexual.

Durante as discussões acerca do Plano Nacional de Educação (PNE), sua versão preliminar incluía uma referência à promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual entre suas diretrizes. No entanto, na ocasião da sua tramitação no Congresso Nacional, o texto do PNE foi alterado e a versão final definiu a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação de maneira genérica. Em consequência disso, as referências a metas voltadas à promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual na escola foram suprimidas também de planos estaduais e municipais, em diversas localidades.

Na última década, algumas medidas foram tomadas no sentido de reconhecer os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e Trans em ambientes escolares. A

mais recente foi a resolução nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, que determina o uso do nome social e dos banheiros das instituições de ensino, de acordo com o reconhecimento de gênero. Tais resoluções afirmativas dos direitos LGBT devem ser implantadas e seguidas, pois a transição entre sexos é a forma como cada pessoa expressa a real identidade.

As instituições de ensino são espaços de produção de conhecimento e fomentadoras do livre pensamento. Contudo, ao longo da história - e ainda atualmente -, elas segregaram determinados grupos sociais. Isso se deve à dificuldade que a sociedade tem em entender que o gênero é construído cotidianamente. Uma vez definido e expressado, deve-se respeitar, independentemente se a pessoa nasceu homem ou mulher.

As resoluções afirmativas representam um ganho significativo para o movimento de defesa dos direitos dos LGBT, pois esta já não é mais uma questão que depende apenas de aceitação e debate, uma vez que as resoluções garantem os seus direitos. Algumas escolas e universidades em todo o país têm adotadas medidas inclusivas, de acordo com a determinação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT. Para os especialistas, é fundamental que o Estado acompanhe o desenvolvimento desses sujeitos e fomenta medidas de afirmação LGBT, garantindo assim a inclusão e aceitação dos mesmos.

O debate sobre as minorias no Brasil

O termo “**minorias**”, de forma genérica, é usado para fazer referência a grupos sociais específicos que são entendidos como integrantes de uma menor parte da população, sendo diferenciados por suas características étnicas, religiosas, cor de pele, país de origem, situação econômica, entre outros.

As minorias estão geralmente associadas a condições sociais mais frágeis. Um exemplo disso são os indígenas, que permanecem em situações de risco no confronto com grileiros, madeireiros ilegais ou fazendeiros que desmatam florestas ilegalmente.

A precária representação institucional é o principal problema que afeta os grupos minoritários. O sistema representativo instituído em nosso país favorece os grandes grupos, que se organizam para conseguir dar poder a um representante político que atenda às suas necessidades imediatas. Diante desse sistema, as minorias acabam sendo representadas de forma secundária ou de forma alguma, pois não têm poder monetário ou qualquer tipo de influência.

Diante desse panorama, é de suma importância salientar que, no âmbito da democracia e do sistema representativo, não são apenas os grupos majoritários que devem ter suas vontades e necessidades atendidas. Uma sociedade, para ser verdadeiramente democrática, deve amparar a todos os cidadãos, como parte integrante do meio social. Para tanto, é necessário que ferramentas institucionais sejam criadas para que a representatividade seja garantida aos grupos minoritários, de modo que assim consigam dar voz às suas necessidades.

O problema da desigualdade social, atrelado à realidade da maioria dos grupos minoritários, aumenta o fosso entre representatividade, direitos e situações sociais precarizadas. Há, ainda, o grande preconceito por parte do senso comum, que passa a criminalizar os movimentos que surgem em busca de melhorias da qualidade de vida das minorias, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que

lutam pela obtenção de moradia e pela reforma agrária, mas são hostilizados e criminalizados por grande parte da população.

No Brasil, em toda a sua história, a luta pela terra e pela moradia tem capítulos estarrecedores. Os ataques aos Sem Terra por grileiros, fazendeiros, pistoleiros etc. são recorrentes. Somente no ano de 2017, centenas de trabalhadores Sem Terra, inclusive mulheres e crianças, foram mortos em conflitos no Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, dentre outros. Seus assassinatos são cruéis e violentos, e muitas das vezes ficam sem investigação, e os culpados sequer são punidos, o que mantém uma trajetória ascendente na violência do campo, sem que a justiça volte o seu olhar para as atrocidades.

Nas cidades, legiões de desempregados e de sem direitos engrossam as fileiras do desamparo. Além das pessoas que vivem em situação precária e de extremo risco, por falta de moradia e de acesso aos direitos básicos de cidadania, as grandes cidades enfrentam outro grave problema social, que vem ocupando espaço nos noticiários: os chamados “craqueiros”, milhares de usuários de drogas, principalmente o letal crack, que se concentram em áreas urbanas, centrais e periféricas, e que para alimentar seu vício, são explorados, prostituídos, violentados, se transformando no pior tipo de refugio humano, sem presente e sem futuro.

São muitos e bastante sérios os problemas referentes ao atendimento das necessidades básicas dos grupos minoritários. Por exemplo, os deficientes físicos, que sofrem com diversos problemas de mobilidade urbana em cidades sem calçadas e rampas ou com estrutura de locomoção precária.

Os indígenas, historicamente excluídos, mortos, segregados, abandonados, violentados na sua cultura, no seu direito, nas invasões das suas terras. Os quilombolas e os ribeirinhos, que resistem de forma precária para dar continuidade à existência enquanto grupo social, com suas referências e identidades culturais.

Os movimentos sociais, que também se configuram como uma ferramenta daqueles que fazem parte de grupos minoritários e que não se sentem suficientemente representados no meio institucional, são essenciais para a disputa com o poder, no sentido de avançar na construção de políticas públicas e outras, que garantam a inclusão e o direito das minorias.

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E REGULAÇÃO DO MERCADO

“A imprensa é tão poderosa no seu papel de construção de imagem que pode fazer um criminoso parecer que é a vítima e fazer a vítima parecer que é o criminoso.... Se você não for cuidadoso, os jornais terão você odiando as pessoas que estão sendo oprimidas e amando as pessoas que estão fazendo a opressão”.

(Malcom X)

Uma reflexão sobre a necessidade de modificar as referências em comunicação no Brasil

A Democratização da Comunicação no Brasil é, há muitos anos, uma bandeira histórica dos segmentos organizados da sociedade civil, comprometidos com o avanço no setor. Entretanto, essa bandeira encontra dificuldades incontornáveis, identificadas, sobretudo, com relação aos mitos da imparcialidade e da objetividade jornalística e da independência dos conglomerados de mídia.

Democratizar a mídia, portanto, seria viável apenas por meio de políticas públicas que garantam a *regulação do mercado* das empresas de mídia (a não oligopolização), ou seja, basicamente a concorrência entre as empresas que exploram o serviço público de radiodifusão e/ou as empresas de mídia impressa (que publicam jornais e revistas). E mais: estimulando a “máxima dispersão da propriedade” através da criação e consolidação de sistemas alternativos de mídia, públicos/comunitários.

As normas e princípios para esse fim estão na Constituição Federal, sobretudo no §5º do artigo 220, que diz expressamente que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, e no “princípio da complementaridade” dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão, inserido no artigo 223, como critério a ser observado para as outorgas e renovações das concessões desse serviço público. Só que, como é de amplo conhecimento, essas normas e princípios não foram regulamentados pelo Congresso Nacional, e, portanto, não são cumpridos.

Regular o mercado nada tem a ver com *regular o conteúdo* da mídia existente. Já a democratização da comunicação é um processo no qual já houve avanços, em especial, por intermédio das potencialidades oferecidas pela internet. Neste sentido, a principal bandeira é a inclusão digital, por meio da oferta de computadores a preços acessíveis a todos os segmentos da população e da universalização da banda larga, possibilitando acesso de qualidade ao espaço interativo da internet.

Regular o mercado de mídia e democratizar a comunicação são, na verdade, aspectos complementares da conquista do *direito à comunicação*. Conquistá-lo significa garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual e coletiva. Essa garantia tem de ser buscada tanto externamente – pela regulação do mercado (sem propriedade cruzada nem oligopólios, priorizando a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal e a criação e consolidação de sistemas públicos/comunitários alternativos) – quanto internamente à mídia – cobrando o cumprimento dos Manuais de Redação que prometem (mas não praticam) a imparcialidade e a objetividade jornalística possíveis, garantindo o direito ao contraditório, à diferença, ao “outro lado” da notícia. E tem de ser buscada também no acesso universal à internet, explorando suas imensas possibilidades de superação da unidirecionalidade da mídia tradicional pela interatividade da comunicação dialógica, garantindo a participação e a presença de mais vozes no debate público.

(Com informações publicadas na Revista Teoria e Debate, Edição 95, em coluna do professor Venício Lima, sociólogo e jornalista, autor, entre outros livros, de Comunicação e Cultura: as Ideias de Paulo Freire).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

“A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes”.

(Karl Marx)

O movimento sindical nasceu no Brasil em resistência às péssimas condições de trabalho, à falta de direitos básicos e como estratégia de unificação da classe trabalhadora. A partir das lutas foi conquistada a legislação, disciplinando a forma de organização dos trabalhadores, que com o passar do tempo, foi se transformando, para dar conta da representação da classe trabalhadora, dividida em inúmeras categorias profissionais.

Na década de 1970, a Jornada de Luta 1970 inseriu o movimento operário no cenário político, econômico e social brasileiro, levando à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), que passaram a organizar diversas greves gerais nos anos 1980 e desempenharam importante papel em movimentos políticos como as Diretas Já.

A CF/88, que entrou em vigência no período da redemocratização, trouxe mais liberdade ao movimento sindical, retirando regras como a necessidade de autorização do Ministério do Trabalho para funcionamento de um sindicato e possibilitando a sindicalização dos servidores públicos. Mas, heranças do período Vargas continuaram, como o imposto sindical obrigatório e a unicidade sindical, aspectos esses que continuam em debate até hoje, já que muitos questionam se elas beneficiam os trabalhadores e se haveria necessidade de uma reforma sindical. Hoje, existem mais de 17 mil sindicatos no país, e o ritmo de criação de novos sindicatos é intenso.

Na contemporaneidade, no espaço político de organização dos trabalhadores em educação técnico-administrativos das instituições federais de ensino, vivencia-se o exemplo da fragmentação, voluntária ou intencional, representada pela criação em 2016 da ATENS, que dividiu a categoria de técnico-administrativos por formação escolar (nível superior versus os demais), reproduzindo no seio da categoria o preconceito e a discriminação.

Os trabalhadores convivem com um cenário negativo, que requer comprometimento de classe para lidar com as contradições e as ameaças internas, aprofundadas com a reforma trabalhista do governo golpista, que atacou em cheio o movimento sindical, na medida em que retira dos sindicatos seu papel de representação direta frente ao patrão. Além, ainda, do fim da obrigatoriedade do imposto sindical, importante mecanismo para financiamento da luta de muitas entidades de trabalhadores, que encontram dificuldades para se organizar em sindicatos, em função da repressão dos patrões.

Embora haja uma controvérsia sobre os assunto entre as maiores centrais brasileiras - os trabalhadores(as) que se organizam no campo Cutista sempre defenderam o fim do imposto sindical, defendendo que deva ficar no âmbito da categoria a decisão, através de assembleias constituídas para esse fim –, a retirada do imposto para punir os sindicatos, centrais, federações e confederações, teve como único objetivo atacar as entidades sindicais que se opuseram ao Golpe, retirando o meio de subsistência de muitas delas. Portanto, avaliamos como extremamente perigosa esta forma de estrangulamento de entidades sindicais, por pura vingança contra os opositores ao governo golpista.

A organização dos trabalhadores, representada pela FASUBRA, deve ter como norte para organizar suas bandeiras de lutas o combate ao projeto neoliberal, cada vez mais crescente no nosso país e a luta pela UNIDADE DA CATEGORIA E PELO PROJETO SOCIALISTA, historicamente defendido em suas instâncias.

A estrutura sindical que defendemos deve garantir a unidade dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, organizados nas Universidades, independente de seu vínculo contratual, tendo por princípio o exercício da democrática e participação nas instâncias de decisão e gestão, respeitando as diferenças políticas, religiosas, raciais, gênero, entre outras.

A FASUBRA – no cumprimento de sua função federativa e considerando possuir sua estrutura logística em Brasília, precisa se profissionalizar, para recuperar o protagonismo na sua ação e na relação com as entidades de

base, auxiliando nos encaminhamentos dos processos de registro sindical das suas entidades e prestando apoio de consultoria e monitoramento junto ao Ministério do Trabalho, pois, com o governo golpista, várias entidades filiadas estão em dificuldades de conseguir a sua regulamentação, dificuldades estas impostas por uma burocracia governamental que busca dificultar a existência dos sindicatos.

Diante dos ataques do executivo e a propaganda da mídia golpista, os sindicatos e a FASUBRA precisam desenvolver campanha midiática de esclarecimento sobre a importância dessas entidades enquanto frente de luta dos trabalhadores, demonstrando à sociedade em geral, que a luta sindical extrapola os interesses corporativos, para a defesa do estado democrático a serviço da população e defensor dos interesses da cidadania previstos na CF/88. Essa ação é necessária para combater a campanha difamatória e mentirosa do governo golpista que, ao mesmo tempo que retira direitos, ataca a ferramenta de luta e defesa dos trabalhadores.

A força de trabalho nas instituições federais de ensino se modifica

A década de 1990 ficou demarcada pela política de extinção de cargos e de implantação da terceirização nas Universidades. Com o tempo, as instituições federais de ensino foram passando por mudanças na composição de sua força de trabalho.

O quadro de trabalhadores é composto por celetistas e estatutários, que convivem no mesmo espaço, algumas vezes gerando tensões, não causadas pelos trabalhadores, mas pelas políticas e programas de gestão equivocadas de alguns dirigentes. Com este entendimento de unidade da classe trabalhadora, independente de seu vínculo contratual, reafirmamos a resolução congressual quanto a orientação às entidades de base para que reformulem seus estatutos, agregando todos os trabalhadores das instituições, dentre eles os terceirizados e funcionários da EBSERH, na defesa da Universidade Pública, Autônoma e Democrática e do Projeto de Hospitais Universitários como unidade acadêmica, de ensino, de pesquisa e extensão, articulado à rede do SUS.

Participação de novos servidores no movimento sindical

A realização de diversos concursos públicos para os cargos técnico-administrativos em educação nos governos Lula e Dilma permitiu a posse de inúmeros novos servidores, promovendo uma renovação da categoria dos TAEs. A partir de 2014, a Lei 12.990 (Cotas Raciais) tornou o acesso ao Serviço Público Federal mais democrático e atento às questões de raça e etnia, almejando reparar minimamente o cenário de desigualdade racial observado na composição do serviço público.

Esses novos servidores e servidoras precisam ser despertados para o movimento sindical - principal ferramenta de garantia e conquista dos direitos da carreira. Esse despertar deve somar-se à oportunidade de diálogo, participação e acolhimento nas estruturas sindicais existentes.

O Coletivo UNIR defende a construção coletiva e inclusiva dos nossos sindicatos e da Federação, privilegiando a formação e a capacitação das bases, e de novas lideranças comprometidas com a carreira dos trabalhadores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior. A integração da experiência e da sabedoria dos atuais agentes do movimento sindical e da disposição e avidez dos recém ingressados na carreira é a fórmula chave com que este coletivo deseja instrumentalizar a militância para o enfrentamento dos próximos desafios.

Superar o isolamento, avançar na luta solidária e coletiva

Cabe lembrar que o governo golpista está implementando o maior ataque ao conjunto do funcionalismo público com a Emenda Constitucional do congelamento de gastos (PEC 241/55 e posteriormente EC95), comprometendo o reajuste a todos os servidores; a terceirização irrestrita; a diminuição dos concursos; o PDV para todo o executivo, entre outros, situação que exige, com urgência, a união do conjunto dos trabalhadores.

Neste cenário, temos a FASUBRA isolada das demais centrais sindicais do país. Após a desfiliação da CUT, a FASUBRA ficou em um ambiente de ações pontuais sem um norte para direcionar, mas, mesmo assim, a Central Única dos Trabalhadores não se furtou a cumprir o seu papel em ser solidária com os trabalhadores, e muitas vezes mediou conflitos e impasses junto ao governo federal.

Precisamos discutir também o mandato da Direção Nacional da Federação. Nos últimos anos os trabalhadores técnicos administrativos em educação fizeram movimentos paredistas quase que anuais, demandando grande trabalho para a DN, em que quase todas as direções tiveram que ampliar seus mandatos para cumprir com as obrigações sindicais.

Defendemos que o prazo de mandato da direção nacional seja de 3 anos, com direito a uma única reeleição sequencial, prazo este hábil a desenvolver as questões sindicais e burocráticas que a Federação exige. Ainda, com esta conjuntura desafiante para a classe trabalhadora, que extrapola as fronteiras do Brasil, e a reorganização das forças reacionárias travando diariamente golpe sobre golpe na classe trabalhadora, as lutas internas ideológicas e fratricidas devem ser secundarizadas.

Por fim, é imprescindível a construção de um plano de lutas que busque a unidade dos trabalhadores e o fortalecimento das entidades sindicais, além da busca de parcerias com entidades sindicais internacionais no fortalecimento da luta.

OBSERVAÇÃO: Todos os assuntos abordados nesta Tese serão objeto de aprofundamento nos debates propostos para o CONFASUBRA. Além disto, a análise de conjuntura será atualizada e aprofundada na ocasião, além de serem apresentados as propostas para Alterações/Reforma Estatutária e os itens constantes para a construção do Plano de Lutas da FASUBRA Sindical para o próximo período.

ASSINAM ESTA TESE OS SEGUINTE MEMBROS DO UNIR:

Leia de Souza Oliveira (UFMT), Cristina Del Papa (UFMG), André Gonçalves (UFPI), Neide da Silva Dantas Mendes (UFMG), Eurídice Soares Almeida (UFPB), Rogério Fidélis (UFMG), Darci Cardoso (UFPEL), Francisco de Assis dos Santos (UFRJ), Mozarte Simões (UFRGS), Vinícius Hipólito (UFMT), José Maria Castro (UFCE) e Lucivaldo Alves dos Santos (UFMS)■



Frente Base

Esta longa tese é fruto de uma elaboração coletiva. Reunimos ativistas de todo o país para apresentar referenciais que orientam a Frente a Base. Começamos destacando o importante papel de transformação social que está em nossas mãos e depois seguiremos com os diversos temas que compõem o temário do Confasubra. Buscamos também relacionar alguns problemas cotidianos e a realidade que nos indigna em nossos locais de trabalho, na sociedade e na organização sindical.

São várias as discussões que apresentamos nesta tese com o objetivo de ser um convite para a participação nesta forma coletiva de elaboração e debate. **Venham construir** a Frente Base na Fasubra e vamos, juntos, retomar as lutas para colocar para FORA TEMER, TODOS OS CORRUPOTOS E SUAS REFORMAS. **Vamos lutar para a construção de uma sociedade socialista**, organizando os debaixo para derrubar os de cima!

PORQUE “NÃO SOU ESCRAVO DE NENHUM SENHOR” E “O QUILOMBO DA FAVELA É A SENTINELA DA LIBERTAÇÃO”!

Mais do que imitar a vida, o Carnaval deste ano usou a arte para denunciar as condições de vida dos trabalhadores e os ataques dos poderosos. Várias escolas de sambas e blocos alternativos resolveram escancarar o verbo de forma politizada e o enredo da escola Paraíso do Tuiuti ecoou Brasil afora, refletindo o sentimento de toda a classe trabalhadora: “tenho sangue avermelhado” (...) “não escravo de nenhum senhor” (...) “o quilombo da favela é a sentinela da libertação”, porque “Preto Velho me contou/Onde mora a Senhora Liberdade/Não tem ferro nem feitor”.

E foi assim, ao som de um chamado à libertação, que começamos o ano de 2018, mostrando que é possível derrotar o “vampiro neoliberalista” e impusemos uma importante derrota a Temer. Uma derrota que foi anunciada no dia 19 de fevereiro, no Dia Nacional de Lutas, obrigando o Governo a recuar oficialmente de colocar em votação a Reforma da Previdência. Temer torrou bilhões do dinheiro público (nosso dinheiro) em propagandas mentirosas nos meios de comunicação e para comprar o voto dos deputados. Mas, mesmo com toda essa movimentação, os trabalhadores e a maioria da população foi contra a Reforma da Previdência e as lutas foram intensificadas. Junto ao aumento das lutas, veio o peso do ano eleitoral e Temer suspendeu a votação da Reforma da Previdência porque não conseguiu reunir os votos necessários à aprovação.

Isto não significa que não tenham ataques em curso. O Governo aprovou corte de verbas dos serviços públicos, saúde, educação, transporte, segurança e, após ver os índices de pobreza, desemprego e criminalidade explodirem, destacou o exército para intervir no Estado do Rio de Janeiro, aumentando ainda mais a criminalização e a violência dos trabalhadores mais pobres. Essas medidas não começam em 2018 e são fruto também do que foi o ano anterior, que ficou marcado como o ano em que as trabalhadoras e os trabalhadores foram às ruas em protesto contra as reformas trabalhista e previdenciária, fazendo a maior Greve Geral no Brasil em 28 de abril e o Ocupa Brasília em 24 de maio. No meio a grandes lutas e tiveram grandes ataques, como a Reforma Trabalhista - que representa um retrocesso e perda de direitos conquistados durante anos com muita luta - e até mesmo o congelamento dos investimentos nas áreas sociais por 20 anos, aprovado em 2016.

Um cenário que mostra uma guerra social contra os trabalhadores e que vamos debater nesta tese longamente, buscando mostrar que não é possível dar estabilidade para crise política, social e econômica através das eleições, e que

nosso papel é de ser a sentinela para nossa a libertação. Afinal, “não somos escravos de nenhum senhor” e está em nossas mãos o papel de nos libertar desse cativeiro social. Assim, para seguir a esse chamado do Carnaval, precisamos lutar pelo fim de toda forma de exploração e opressão, na defesa da construção de uma sociedade socialista.

Referenciais da Frente Base

ACABAR COM TODA FORMA DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO

Nos últimos anos, vimos grandes ataques à educação e nas Universidades convivemos com cortes de verba cada vez maiores e com os Hospitais Universitários mais sucateados. Junto a isso, nossa carreira sofrendo profundos ataques, anos sem reajuste e negociações salariais abaixo da inflação. Toda essa realidade faz com que os trabalhadores busquem uma alternativa. Vemos várias ideias e contribuições que vem da base, como melhorias no *step*, reformas na carreira, alterações nas relações de trabalho, 30 horas etc. Tudo isso entra para as nossas pautas de reivindicações e fazemos as lutas. Mas em algum momento percebemos que tem um limite.

Este limite é justamente aquele que nos faz começar a olhar para fora da nossa categoria e dos nossos problemas cotidianos. Começamos a perceber que nossos problemas são parecidos com os problemas dos nossos vizinhos, amigos e parentes. Que são problemas sentidos e vividos por toda uma classe, a classe trabalhadora e é aí que olhamos para a conjuntura nacional.

Nesta conjuntura nacional, vemos cada vez mais que os ricos e os grandes empresários querem colocar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Mas, por outro lado, vemos que nós trabalhadores estamos nos rebelando e saindo em luta. Essa intensificação das lutas por um lado e, por outro, a intensificação dos ataques, representa o acirramento na luta de classes e chamamos isso de *polarização social*.

Nesta polarização social, o ano passado foi marcante: demonstramos na prática que a luta organizada da classe trabalhadora impacta nos rumos do país. Assim como aconteceu a 100 anos atrás com a Revolução Russa e a primeira Greve Geral no Brasil. Estas referências históricas e atuais reforçam que o **papel de transformação social está em nossas mãos** e que é possível derrotar todas as reformas de Temer!

E este será o grande debate do CONFASUBRA: qual a saída para a classe trabalhadora e como combater tudo isso? Para nós trabalhadores e trabalhadoras da Frente Base, é necessário **reorganizar as lutas**, voltando a **construir os comitês de lutas** nos locais de trabalho, estudo e moradia. É possível **uma nova Greve Geral para derrotar todas as reformas e colocar para FORA TEMER E TODOS OS CORRUPOTOS DO CONGRESSO NACIONAL!** E ainda continuar avançando na pauta dos trabalhadores para a construção de uma sociedade socialista, enterrando de vez esse sistema que nos mata todos os dias.

Assim, a única saída que realmente poderá libertar a classe trabalhadora da opressão e exploração é construção de uma sociedade socialista. E, entendendo que o país está sentado sobre um barril de pólvora, cabe a nós trabalhadores e trabalhadoras, construir em conjunto uma saída para este caos e que isto não se dá pela via eleitoral. Sabemos que nossos sonhos e nossas vidas não cabem nas urnas, por isso temos que organizar os trabalhadores em assembleias, fóruns populares e comitês para lutar contra os governos por todos os nossos direitos.

Para isso, é preciso promover a indignação pelas bases, para que pela base construamos uma alternativa a tudo isto que está posto.

É neste sentido que queremos nos apoiar no exemplo da Revolução Russa que mudou para sempre a história, ao provar que **é possível que a classe trabalhadora tome para si os rumos de suas vidas**. E para isso não pode haver espaço para as opressões, que nos dividem e enfraquecem, nossas diferenças não podem ser desigualdades. Somos **contra o racismo, o machismo e a LGBTfobia**.

Estes são os pensamentos que sempre orientaram a Frente Base e que, nesta tese, tentamos organizar através da **defesa de um sindicalismo combativo, baseado na independência de classe**, que tenha como eixo central a transformação social da vida da classe trabalhadora. **Assim é CSP-Conlutas**, Central Sindical e Popular que reivindicamos e apresentamos com bastante ênfase. Defendemos que é necessário ampliar a nossa participação na Central e fortalecê-la.

E, frente a todas essas referências que nos orientam, queremos iniciar os debates apresentando ~~porque é necessário destruir o capitalismo e o que representa o estado neoliberal.~~

Conjuntura nacional

DIREITO NÃO É MERCADORIA: O ESTADO MÍNIMO NEOLIBERAL

Depois das grandes lutas das décadas de 70 e 80, a Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe algumas conquistas para a classe trabalhadora. No entanto, mal deu tempo de sentir seus benefícios e Fernando Collor, ao ser eleito o primeiro presidente após a ditadura, já começou a implementar a agenda neoliberal. Nesta agenda, os avanços que tínhamos conquistados foram caindo, um a um. Uma queda que começou em Collor e seguiu pelos governos seguintes, que foram de FHC, Lula, Dilma e agora é Temer.

Todos estes Governos retiraram direitos conquistados e ainda transformaram nossos direitos em mercadoria. Por isso, já na década de 90 dizíamos: direito não é mercadoria! Essa é a lógica neoliberal que o PT não rompeu e Lula começou seu primeiro mandato atacando o funcionalismo com a reforma da previdência em 2003, que também foi atacada por sua sucessora Dilma, como, por exemplo, com o FUNPRESP e tantos outros ataques. Todos os ataques aos direitos que vivemos, vieram sempre para cumprir a tal agenda neoliberal.

Vários são os exemplos dessa agenda que foram feitas também pelos governos do PT como a legalização dos transgênicos, as Parcerias Público-Privadas, a criação da EBSEH, o novo código florestal, a lei antiterror e diversas outras medidas de interesse do grande capital. Medidas a serviço do imperialismo, beneficiando o setor financeiro, as multinacionais, o agronegócio, as empreiteiras e a burguesia nacional. Lula chegou a afirmar que a burguesia nunca lucrou tanto como em seu governo. Uma farra que foi apoiada pelo esquema da dívida pública: entre 2002 e 2012, a dívida pública saltou de R\$ 1,2 trilhão para R\$ 3,7 trilhões. No mesmo período, os governos Lula e Dilma pagaram R\$ 7,16 trilhões entre juros e amortizações, uma conta que consome quase metade de todo o orçamento do país. Com isso, os ricos ficavam mais ricos e a desigualdade social aumentou.

Mas isso não foi sentido no começo do mandato do PT porque Lula contou com a sorte de um ciclo de crescimento econômico internacional em seu primeiro mandato, fazendo com que fosse possível conceder algumas migalhas através programas de transferência de renda compensatórios. Todos esses programas

combinados com o Banco Mundial, ou seja, a serviço do imperialismo. Programas não se sustentaram quando veio a crise econômica internacional no último governo de Lula e início do primeiro mandato de Dilma. Para disfarçar a crise, uma das medidas dos governos do PT foi de estimular o consumo através do crédito, ou seja, através de empréstimos e financiamentos.

Uma política que rapidamente se esgotou, desmascarou as profundas desigualdades sociais e deixou milhares de trabalhadores e trabalhadoras altamente endividados ao mesmo tempo em que cresciam os efeitos da crise e os banqueiros e grandes empresários ficavam mais ricos. Com isso, toda a sensação de melhora da condição de vida, despencou de maneira acelerada. Foi exatamente neste período que começaram as maiores reações da classe trabalhadora. Em 2012, vimos o aumento do número de greves em todo o país, seguido das grandes mobilizações que tomaram as ruas em junho de 2013 dizendo “não é só por R\$ 0,20”.

Tudo isso aconteceu porque a população já não suportava as políticas deste estado mínimo, cada vez menor e com menos direitos, refletindo o desejo por mais estado, mais serviços públicos. E, tudo o que estava passando por fora dos sindicatos, de maneira muito acelerada começou também a encontrar outro centro para as lutas: as mobilizações de greves intensificaram, o número de sindicalizados no país subiu de maneira exponencial.

Dados mostram que o número de sindicalizados no país saltou de 4,8 milhões em 2004 para 8,3 milhões em 2014 e chegando próximo a 14 milhões ou 18 milhões em 2016, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Um dado que traz uma contradição, que é o aumento do desemprego. Ou seja, em um momento onde aumentam a retirada de direitos e cresce o desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras cada vez mais procuram os sindicatos! Essa procura pelos sindicatos levou, inclusive, a aumentar a pressão da base para que as direções tocassem as lutas, com muitas greves registradas todos os anos. Como resposta, os Governos passam a aplicar o ajuste fiscal, o verdadeiro cativo social.

PLANOS DE AJUSTE ECONÔMICO: O CATIVEIRO SOCIAL

O Governo Temer aplica os planos de ajuste econômico através das reformas, apoiado pelos deputados e senadores, pelo Judiciário e pela patronal da indústria, do setor financeiro, do agronegócio. Com a desculpa de conter a crise, aprovou a Lei das Terceirizações e a Reforma Trabalhista, fez medidas como o PDV e tentou aprovar a Reforma da Previdência, que foi derrotada. Mas a crise continua e o índice de desemprego sobe assustadoramente (são mais de 12 milhões de desempregados no país!), aumenta o trabalho informal, o índice de empobrecimento e a criminalidade e a violência explodem em todo o país. Junto a isso, impõe um congelamento aos investimentos públicos por 20 anos, feito pela chamada “PEC do teto”, afetando o funcionalismo e a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras porque retira dinheiro da saúde, da educação, das poucas políticas de moradia, saneamento básico, segurança pública, seguridade social e todos os serviços públicos.

Todas essas medidas vêm para garantir o plano de lucros da burguesia, uma política de atacar direitos e conquistas, nos colocando no cativo social que a Paraíso do Tuiuti cantou. Uma crítica social fez ecoar o grito “Fora Temer” no país todo até no Carnaval e que as várias escolas do Rio de Janeiro tiveram destaque. Um destaque que Rio de Janeiro ganhou em 2017 por conta das lutas e que agora é palco da intervenção militar.

RIO DE JANEIRO: INTERVENÇÃO MILITAR CONTRA OS POBRES

O cenário político, social e econômico do país tem aparecido de forma mais intensa no Rio de Janeiro. O funcionalismo público do Estado amarga meses de falta de pagamento, falta de condições de trabalho nos hospitais, postos de saúde, escolas etc e fez com que a frente da Assembleia Legislativa (ALERJ) virasse palco de inúmeros enfrentamentos entre trabalhadores e a Polícia Militar. O estado está falido e enterrado em escândalos de corrupção do alto escalão político. O governador Pezão, sucessor do bandido Sérgio Cabral não tem nenhuma moral para governar o caos em que se encontra o Rio de Janeiro, pediu a intervenção militar. Apoiado na grande mídia, a desculpa do Governo foi o aumento da violência no Carnaval, realidade desmentida pelo Instituto de Segurança do Rio (ISP).

Isso não significa que o Estado não viva o caos, ao contrário! O que precisamos é de uma intervenção social, com pesado investimento em saúde, educação, moradia etc. Como a Intervenção não se propõe a resolver os graves problemas sociais, verdadeiros causadores da violência, será puramente gasto sem retorno. Para acabar com o genocídio da juventude pobre e negra e a criminalização da pobreza, é urgente também a legalização das drogas para golpear o tráfico: não é nos morros cariocas que se produzem as drogas e nem as armas que por lá se encontram. Isto porque a intervenção militar não dará conta da convivência histórica que o Poder Público tem com o crime organizado, nem resolver os problemas da classe trabalhadora. Uma situação que sentida pela população do Rio desde 1992.

Naquele ano, o Exército enviou 17 mil homens para a Eco-92, depois foram enviadas tropas federais para a conferência internacional Rio +20 e não parou por aí. Nos governos do PT os morros e as favelas foram ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e ações no Complexo do Alemão levaram 800 militares que passaram 18 meses na comunidade e equipes que ficaram 14 meses no Complexo da Maré. As tropas só deixaram a favela em junho de 2015. Em 2013 a intervenção foi por conta da Jornada Mundial da Juventude na visita do Papa Francisco, em 2014, foram enviados 15 mil militares na Copa do Mundo, em 2016, cerca de 70 mil homens para a olimpíadas, o maior contingente da história do Rio. E, por fim, em 2017, quase mil militares foram enviados à Rocinha.

Por tudo isso, o debate sobre a Intervenção Militar é feita por todo o país, somado à ameaça de Temer de ampliar a intervenção militar para outros estados. Tudo isso porque os trabalhadores não estão tão pacificados quanto o Governo gostaria. Em cada canto, cada esquina, nos trens, no ônibus, nas filas... todos comentam sobre a situação do país e de como alguma coisa precisa ser feita. As eleições seguem sendo questionadas, os candidatos envolvidos nos esquemas de corrupção. Por isso, o coro que foi ecoado no Carnaval reflete exatamente os sentimentos de toda a classe trabalhadora: “tenho sangue avermelhado” (...) “não escravo de nenhum senhor”, “o quilombo da favela é a sentinela da libertação”!

A SENTINELA DA LIBERTAÇÃO

É impossível deixar de destacar o Carnaval as frases de impacto e as imagens chocantes do Carnaval de 2018. Conduzindo milhares e milhares a se levantar para aplaudir e fazer o coro, o Carnaval deste ano foi o mais marcante dos últimos tempos porque questionou a retirada de direitos históricos, denunciou o racismo estrutural que liberta os escravos com a Lei Áurea, mas mantém o povo negro à margem da sociedade sem acesso a direitos universais, mostrou que a exploração predatória à natureza tem causado inúmeras catástrofes e à extinção da flora e da fauna e falou da corrupção que impera no meio político e da falta de segurança pública.

E, expressando os muitos sentimentos que a classe trabalhadora e o povo pobre sentem, o Carnaval também mostrou que somos a sentinela da libertação e que “Preto Velho me contou/Onde mora a Senhora Liberdade/Não tem ferro nem feitor”, afinal de contas, não “somos escravos de nenhum senhor”. Mas, em um cenário com grandes ataques, como fazer para buscar a senhora liberdade, neste lugar que não tem ferro nem feitor? Para nós da Frente Base é preciso olhar para a força da classe trabalhadora, que é onde encontra a nossa resistência. E um grande exemplo da nossa resistência, foram as lutas contra a Reforma da Previdência que impôs uma derrota ao Governo Temer.

A FORÇA DA CLASSE TRABALHADORA E A DERROTA DE TEMER

As grandes mobilizações de junho de 2013 intensificou a polarização social seguido de um período que vimos fábricas sendo ocupadas, ocupações de escolas, mobilizações estudantis por todo o país. A própria Fasubra fez greves importantes nesse período. Somadas, essas lutas colocaram a classe trabalhadora e o povo pobre na dianteira do enfrentamento ao ajuste.

E, neste sentido, o ano de 2017 foi superior: as lutas que eram descentralizadas passaram a contar com a classe trabalhadora organizada, começando com o Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora. O 08 de março que foi marcado pela Greve Internacional das Mulheres, no Brasil ganhou força também pela luta contra a Reforma da Previdência e foi alavanca para as grandes mobilizações. As ruas foram tomadas, as bases pressionaram suas direções sindicais e a necessidade da Greve Geral, que já era uma necessidade há anos atrás, virou realidade no dia 28 de abril!

Milhões de trabalhadores cruzaram os braços, pararam a produção e a circulação de mercadorias e de pessoas. Foi uma greve política, uma greve contra o Governo Temer e suas reformas. Foi um dia de unidade entre os trabalhadores empregados e desempregados, organizados em sindicatos do campo e da cidade ou em movimentos populares, movimentos de luta contra a opressão e a juventude. A classe se manteve organizada e realizou um dos maiores atos em Brasília, em 24 de maio. Depois do anúncio em rede nacional dos escândalos de corrupção de Temer, o sucesso da ocupação em Brasília atordoou o Governo, que tentou desmobilizar o movimento através de um violento ataque aos manifestantes em Brasília. O movimento reagiu, a CSP-Conlutas ficou à frente dessa resistência e ficamos por mais de 3 horas enfrentando às bombas de Temer, o que desgastou ainda mais seu governo.

Para driblar seu desgaste, Temer transformou o Governo em um balcão de negócios com os deputados, senadores, grandes empresários e banqueiros e buscou as direções traidoras do movimento para trocar com algumas centrais sindicais o imposto sindical pelo recuo nas mobilizações. A traição dessas centrais desmobilizou a Greve Geral do dia 30 de junho e de várias outras tentativas de retomada de construção da Greve Geral para o segundo semestre.

A Força Sindical e a UGT não mediram esforços para desmobilizar uma nova Greve Geral e as cúpulas da CUT e CTB também negociaram nos bastidores para desmobilizar o movimento, mesmo tendo vários ativistas envolvidos nas mobilizações. Ao puxarem o tapete da Greve Geral, as cúpulas dessas centrais ajudaram a dar sobrevida a Temer e à aprovação da Reforma Trabalhista e continuaram traindo o movimento que não conseguiu organizar outra Greve Geral como a de abril. E mesmo assim conseguimos derrotar a Reforma a Previdência, o demonstra que se tivéssemos construído mobilizações ainda mais fortes, poderíamos intensificar a crise política e colocar para Fora Temer e todos os corruptos.

CRISE POLÍTICA: COLOCAR PARA FORA TEMER E TODOS OS CORRUPOTOS

O ano de 2017 foi instável para o Governo Temer: a Procuradoria Geral da República apresentou denúncia por corrupção contra Temer que, mesmo com uma baixíssima popularidade, garantiu a votação a seu favor com mais corrupção: foram negociados a compra de votos de deputados, distribuição de cargos, emendas, liberação de grilagem, perdão e renegociação de dívidas de ruralistas e sabe-se lá mais o quê. O balcão de negócios rolava solto enquanto mais de 80% da população defendia a abertura do processo contra Temer e assim, os mesmos deputados que se fartaram das propinas oferecidas pela Odebrecht e pela JBS/Friboi, votaram contra abertura de investigação de Temer.

Desta forma, o vice de chapa de Dilma ganhou sobrevida para continuar comprometido com o ajuste e com a agenda neoliberal de sua antecessora e se apoiou no comandante da economia brasileira do Governo petista, Henrique Meirelles. A disputa pela chave do cofre da nação, contribuiu para uma crise do regime, com o avanço da Lava Jato, na qual os podres poderes da República estão profundamente desgastados e questionados pela população. Desta forma, colocou, de um lado, a burguesia tradicional (PSDB, PMDB, DEM) e do outro a direção do PT e aliados. Lados de uma mesma moeda, lutam para se manter ou voltar ao poder, utilizando para isso todos os mecanismos possíveis, como aprofundar o fisiologismo no Congresso Nacional para aprovar as reformas ou patrocinar, por parte do PT/CUT, no movimento de massas, traições como a verificada nos desmontes da Greve Geral no ano passado.

Toda essa movimentação com o intuito de buscar uma “estabilidade” através das eleições, para reeditar o programa de conciliação de classes e manter a mesma política de ataque à classe trabalhadora.

NOSSOS SONHOS NÃO CABEM NAS URNAS

No ano passado, denunciávamos as traições das cúpulas das direções da CUT e CTB dizendo que estavam desmobilizando as lutas para preparar o terreno para as eleições deste ano. Essas centrais se apoiaram na Frente Brasil Popular que, junto com a Frente Povo Sem Medo e escreveram um manifesto na Frente Ampla pelas Diretas Já que dizia que “a saída desta crise depende fundamentalmente da participação do povo nas ruas e nas urnas. Só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político”. Entre as organizações que estão na Fasubra e assinaram o manifesto desta Frente estão: Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, CUT, CTB, Central Intersindical, MAIS, PCdoB, PT, PSOL. Em suas bandeiras, sequer mencionaram o corrupto Congresso Nacional e prepararam o terreno para as eleições, retomando esse movimento agora com outro manifesto.

O novo manifesto chamado de “Unidade para reconstruir o Brasil” desta vez utilizou as fundações partidárias para disfarçar o programa de conciliação de classes dos governos do PT através de um chamado a “um novo projeto nacional de desenvolvimento”. De fundo, é um programa dentro da lógica capitalista para garantir mais investimento do Estado para financiamento do setor produtivo.

Estão juntos nesta toada o PT, o PCdoB, o PDT e o PSOL. Embora esses partidos estejam apresentando pré-candidaturas próprias, juntos preparam o terreno para uma composição no segundo turno das eleições e isso já tem aparecido nos debates da Fasubra. Na última plenária da Federação antes do Congresso, os militantes das organizações que defendem esse programa de conciliação de classes enfatizaram em suas falas a “unidade”, fizeram declarações de “desculpadas” por divergências

em anos anteriores e preparam o terreno para justificar porque seguirão em um mesmo programa para as eleições.

Assim, tanto a CUT, a CTB como o campo que hoje compõe o Sonhar Lutar, criaram uma narrativa que tentou apagar os duros anos dos Governos do PT e defenderam explicitamente que querem dar “equilíbrio” através das eleições, buscando a “unidade”.

A unidade que defendemos é a unidade na luta, na ação concreta e de enfrentamento aos Governos de plantão, que retiram nossos direitos e nos atacam e deveria ter como base a construção de um projeto socialista. Mas, na verdade, a unidade que essas organizações chamam é para conseguir melhores posições a partir das eleições, com um programa que reedita o governo de conciliação de classes que foram os 13 anos do PT.

GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Os governos são diferentes e durante 13 anos vivemos no Brasil o que chamamos de governo de conciliação de classes. A primeira vez que classificamos um governo assim foi Rússia, em 1917, no processo da Revolução Russa. Para conter as mobilizações, assumiu um Governo Provisório, composto pelos maiores partidos de esquerda da Rússia e pela burguesia, ou seja, representantes dos capitalistas e dos trabalhadores. Por ter essa composição, foi chamado de governos de conciliação de classes e atualmente, também são chamados de governos de Frente Popular.

A experiência russa com esses Governos mostrou que não é possível que os trabalhadores se aliem à burguesia, por isso, no mesmo ano, os russos fizeram uma Revolução que derrotou o sistema capitalista. A Revolução Russa colocou a classe trabalhadora no poder, sem conciliação, e tomou para si o que a burguesia tinha roubado.

Mas nas últimas décadas os governos de conciliação de classes receberam novas roupas em vários países: com o PT no Brasil, com o MAS de Evo Morales na Bolívia, com o PS de Bachelet no Chile. Esses governos diferentes dos governos tradicionais burgueses, que são compostos só por setores da burguesia, os representantes do capitalismo. No entanto, são governos que têm o mesmo objetivo de administrar o capitalismo, ou seja, garantir os interesses das burguesias.

Mas, como acontecem em composição com setores da classe trabalhadora, quando aplicam a política neoliberal perdem a popularidade e o imperialismo simplesmente descarta esses governos para compor novos governos e seguir aplicando seus planos. Foi assim que aconteceu com Lugo que foi destituído no Paraguai por manobra parlamentar (2012), como colorado Horácio Cartes (2013) e Macri na Argentina (2015) que foram substituídos pela via eleitoral e com Temer no Brasil, pelo impeachment (2016).

A substituição dos governos de conciliação de classes por governos tradicionais burgueses que vimos na América Latina, mostram que as massas rompem com esses governos quando aplicam os planos neoliberais, gerando uma crise política.

Essa crise atinge todos os governos, não apenas os governos de conciliação de classes, e reflete que existe um acirramento da luta de classes no mundo, com uma forte polarização e instabilidade. Isso significa que no cenário internacional de crise econômica, tem um aumento da crise política, instabilidade dos governos e aumento das lutas em diversos países.



Conjuntura internacional

A CRISE INTERNACIONAL DO CAPITALISMO

A agenda neoliberal tenta colocar nas costas dos trabalhadores o pagamento da crise econômica através da carestia, do desemprego, da piora dos serviços públicos, da falta de moradia etc. Esta crise é internacional e é a mais grave desde 1929. Começou no final da década passada, nos Estados Unidos, arrasando economias de países inteiros. Foi neste cenário que vimos as lutas na Europa, especialmente nos países mais atingidos, como Grécia, Portugal e Espanha ou até mesmo em países ricos, como a França onde o governo de François Hollande realizou grandes ataques aos trabalhadores, retirando direitos históricos. Até mesmo a China, que apresentava percentuais de crescimento acima da média mundial, teve uma desaceleração econômica, implicando na queda do preço das matérias-primas compradas de outros países e levando à queda do PIB da América Latina.

Com esses impactos, a América Latina entrou em cena em uma conjuntura de lutas. Na Argentina, gigantescas mobilizações questionam o governo Macri que é marcado por centenas de milhares de demissões, 6 milhões padecem de fome. Nas ruas do Chile, dois milhões protestaram contra a nova lei da previdência. No México, o governo Peña Nieto tinha apoio de apenas 8% da população no início de 2017, o mais baixo de toda a história do país e tiveram vários levantes regionais. No Paraguai, milhares de pessoas em Assunção ocuparam e queimaram o Congresso Nacional. Há crises, mobilizações e insatisfação em todos os países e a Venezuela ganhou destaque em 2017 porque pôs em xeque o auto-intitulado “socialismo do século 21”, um tema volta à tona com a emigração que tem atraído venezuelanos ao Brasil.

VENEZUELA: NENHUM SER HUMANO É ILEGAL

O modelo econômico da Venezuela foi defendido por grande parte da esquerda mundial volta à tona, especialmente no Brasil, por conta da emigração. A emigração é a busca de refúgio em países vizinhos e teve início em 2014 de forma mais intensa rumo à Colômbia e agora se intensificou no Brasil, especialmente ao Estado de Roraima (RR). De acordo com a Prefeitura de Boa Vista, capital de RR, há pelo menos 40 mil venezuelanos, o que equivale a mais de 10% dos 330 mil habitantes da capital do estado.

Frente a esse cenário, a CSP-Conlutas de Roraima busca dar apoio e se solidarizar com os venezuelanos. E, assim como fez campanha em defesa dos imigrantes palestinos, haitianos, sírios e de outros países, a CSP-Conlutas defende ser fundamental levantar a bandeira pela legalidade do povo venezuelano que aqui pede asilo como refugiado e o governo Temer deve direcionar mais verbas para ajuda humanitária. Assim, devemos por um lado, fazer a defesa desses venezuelanos, levantando a bandeira de que “nenhum ser humano é ilegal” e, por outro, entender o que acontece na Venezuela.

A Venezuela, através do falecido Hugo Chávez, implementou um modelo econômico que mantém e aprofunda o modelo de acumulação chamado rentista petrolero e desindustrializa o país. Isto gera uma enorme dependência do petróleo, cuja receita representava 90% dos recursos do Estado. O modelo de acumulação conseguiu funcionar mais ou menos bem enquanto os preços do petróleo eram altos: a parte da renda que ficava com o Estado permitia o pagamento da dívida externa, a concessão das misiones (o “bolsa família” venezuelano), a nacionalização de algumas indústrias, negócios a outros setores burgueses.

Como resultado dos incentivos dos governos, surgiu uma nova burguesia ascendente, a boliburguesia. A boliburguesia tem um importante peso na cúpula das forças armadas e enriqueceu às custas da corrupção com dinheiro público. Hoje essa boliburguesia é a grande apoiadora do governo, não querendo perder seus privilégios caso o chavismo caia.

Desta forma, o chavismo não representa socialismo e sim um governo burguês nacionalista, que teve atritos parciais contra o imperialismo norte-americano. Estes atritos rendeu grande prestígio em toda a América Latina e foi assim que, em 2002, Bush armou um golpe contra Chávez. As massas reagiram violentamente, iniciando uma nova insurreição que derrotou o golpe e só parou com o retorno de Chávez dois dias depois.

O imperialismo aprendeu e passou a conviver com os governos chavistas e a utilizá-los para manter a exploração do país. Chávez foi reeleito em 2006 e em 2012, e morreu em 2013. Maduro, vice-presidente de Chávez, assumiu o governo e depois foi eleito presidente naquele mesmo ano. Mas com a crise econômica, veio a queda dos preços do petróleo que derrubou a base material do chavismo e desde 2014, o país vive uma depressão poucas vezes vista na história. Por isso que hoje 80% da população é contra o governo chavista e, para se manter no poder, Maduro promoveu um golpe. Convocou uma “Assembleia Constituinte”, suprimiu o voto universal para eleição dos parlamentares, estabeleceu critérios distorcidos entre os eleitores, privilegiando as zonas em que tem mais peso e manobrou as eleições. Tudo isso para transformar uma minoria em maioria. Para impor esse golpe, a repressão foi duríssima.

Um governo que não tem nada de “socialista”, nem de “anti-imperialista”. É um governo burguês, corrupto, repudiado pelas massas... e apoiado por parte importante da esquerda reformista em todo o mundo que se apóia num discurso “em defesa da democracia” por conta da pressão que o imperialismo impôs a Maduro, que aplica sanções diplomáticas. De fundo, é uma disputa para retirar a boliburguesia do poder e garantir que a burguesia que é apoiada pelo imperialismo retome o poder no país. Assim, não é uma defesa da “democracia” é apenas uma forma disfarçada de defender a manutenção desse sistema capitalista, apoiando-se, inclusive, governos de conciliação de classes, como aconteceu no Brasil.

Um governo que não rompe com o capitalismo e não coloca a classe trabalhadora no poder, portanto, nada tem de socialismo. Ao contrário, mantém as políticas neoliberais, massacra e esmaga seus opositores e sacrifica toda a classe trabalhadora que, sem saída busca abrigo em outros países. Por isso o tema da Venezuela ocupa tantos debates no movimento e nas universidades: o aprofundamento das políticas neoliberais levam a uma situação de miséria extrema em que só cabe pedir refúgio. E para não refugiar, questionamos esse modelo, e vamos começar a debater aqui mostrando isso na educação.

Educação

A PRECARIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

As Universidades são atacadas e acentuam a precarização e a privatização do Ensino, excluindo cada vez mais a classe trabalhadora do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Esse processo começou no Governo FHC com o aumento das faculdades privadas e tomou corpo no Governo do PT através da falsa expansão do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, implementado por Lula em 2008. Lula expandiu as Universidades Federais sem aumentar o investimento público, o que significou

que os estudantes aprovados no vestibular ficaram sem salas de aula e em turmas superlotadas, faltando professores, laboratórios, bibliotecas e restaurantes. Esta expansão se deu também sem concurso e um brutal aumento na terceirização.

A precarização seguiu: o Governo Dilma cortou da educação cerca de R\$ 7 bilhões só em 2015 e Temer cortou mais de R\$ 4,3 bilhões. Junto com os cortes, esses governos favoreceram o crescimento das Universidades pagas, um balcão de negócios altamente lucrativo por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (Prouni). A fórmula mágica garantiu cada vez mais o enriquecimento de empresários e banqueiros, repassando dinheiro público para as instituições privadas, um negócio bilionário que em 2016 rendeu uma avaliação de cerca de R\$ 12 bilhões ao maior conglomerado de educação do mundo, composto pela união entre as faculdades Kroton e Anhanguera.

A situação se agrava mais ainda com o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo Dilma que é defendido pela CUT e CTB. O PNE prevê a alocação de 10% do PIB para a educação num futuro distante e não necessariamente para a educação pública. Ou seja, os recursos continuarão indo para as privadas, contrariando a bandeira do movimento que reivindica 10% do PIB para a educação pública já!

Essas políticas de transferência de recursos públicos para o setor privado e transformação do direito à educação como mercadoria pode ser observada nos dados estatísticos: em 2014 o número de vagas para cursos de graduação no ensino público era de 793.648, enquanto que para o privado era de 7.287.421, ou seja, as vagas do sistema público são quase 10% das vagas das privadas.

A conclusão que podemos tirar dessa política de educação é muito simples: menos para o serviço público e mais para empresários e banqueiros. Essa visão torna-se muito evidente com a aprovação de reforma do ensino médio, etapa da educação básica, recheada de ciladas contra a juventude.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA CILADA CONTRA A JUVENTUDE

A reforma do ensino médio efetivada pela Medida Provisória 764 com a falsa justificativa de reduzir a evasão e elevar a qualidade dessa etapa da educação básica, na verdade é mais um ataque, desta vez à juventude, os filhos da classe trabalhadora. Primeiramente pelo fato de que não se faz reforma educacional via medida provisória, o que revela o caráter autoritário de tal reforma, desprovida de debates envolvendo comunidade, escola e universidade.

Além disso, evidencia os aspectos de retrocesso de tal reforma, de avanço da gestão privatista da educação e a expressão de práticas regressivas. Somando-se a outras medidas de ataque à educação, como a diminuição do já insuficiente financiamento da educação infantil e creches, a reforma do ensino médio segue lógica do mercado e não da expansão das fronteiras do pensamento. Isto sem dizer que as reformas que absorveram também a educação profissionalizante, não atingem as escolas privadas.

Na prática, isto significa que quem será afetado é a classe trabalhadora que é quem tem seus filhos nas escolas públicas. Aos filhos dos trabalhadores caberá apenas um ensino instrumental, que lhes dê somente as condições de aprender ofícios, retirando o pouco caráter reflexivo que as escolas poderiam propiciar. Soma-se a isto, que excluirá cada vez mais o já restrito acesso às universidades.

Portanto, nossa defesa tem de ser de uma educação pública, gratuita e de qualidade que tenha como foco colocar o conhecimento nas mãos da classe trabalhadora. Neste sentido, somos contra a reforma do ensino médio e defendemos uma universidade para os trabalhadores!

UNIVERSIDADE PARA OS TRABALHADORES

Com a implementação dos planos neoliberais no início dos anos 90, vieram também os questionamentos do aumento do atrelamento do Estado ao imperialismo e às políticas do FMI. Neste contexto, a FASUBRA elaborou o projeto “Universidade Cidadã para os trabalhadores”, em que defende ampliar os espaços democráticos nas instituições de Ensino Superior. Essa iniciativa que foi importante, porém, hoje demonstra que foi insuficiente por seu conteúdo político.

Isto porque essa noção de luta “cidadã” traz o conteúdo de conciliação de classes, que foi incorporado pela CUT, especialmente a partir do aumento dos governos petistas em prefeituras e governos estaduais, já nos anos 90. O programa de conciliação de classes traz o discurso de que é necessário “administrar o capitalismo” e que se deve governar “para todos”, retirando a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, para defender o “cidadão”, que é qualquer um: o trabalhador, o empresário, o banqueiro, o latifundiário e o empreiteiro. Não podemos aceitar essa visão porque essa noção leva uma compreensão de que é possível conviver harmonicamente com a exploração.

Desta forma, é preciso avançar e romper com o conteúdo “cidadão” para ter um conteúdo classista, ou seja, que demarque que nossas lutas devem ser contra os governos e patrões. Afinal, já vimos na prática o que significa a lógica de “Universidade para todos”, slogan dos Governos petistas.

Por outro lado, também reivindicamos os elementos progressivos do projeto, tais como o direito dos trabalhadores se candidatarem para o cargo de Reitor, eleições diretas e paritárias, fim da lista triplíce, direito dos aposentados participarem da vida ativa da Universidade etc. Todas essas reivindicações são extremamente importantes e devem estar conectadas com um objeto central: estar a serviço da luta por uma Universidade Pública, estatal sob controle da classe trabalhadora!

Este é o eixo que defendemos que deve ser o horizonte do Projeto de Universidade da Fasubra, ou seja, um projeto classista de Universidade. Um projeto que deve ser construído no meio do movimento e pela base, como feito no passado. Neste sentido, é importante retomarmos os debates sobre a organização sindical, resgatando inclusive a necessidade da unidade internacionalista dos trabalhadores.

Organização sindical

UMA RESPOSTA INTERNACIONALISTA DOS TRABALHADORES

Por um lado, os patrões e os governos aplicam uma só política mundial, por meio de planos neoliberais ou “ajustes estruturais”, em todos os países do planeta, por outro, os trabalhadores e trabalhadoras reagem e saem às ruas e em luta no mundo todo. Este é caráter mundial do capitalismo e todas essas lutas precisam da mais ampla solidariedade, exigindo a unidade do conjunto dos trabalhadores também internacionalmente, organizando uma resposta da classe trabalhadora, independente de sua nacionalidade.

Desta forma, o resgate da bandeira do internacionalismo operário, ganha importância cada vez mais nesse momento histórico, reforçando a necessidade da construção e o fortalecimento de uma Central Sindical que seja pautada por esse debate. Além disso, que tenha em seu programa a necessidade de construir a alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras no mundo todo como forma de superação da crise internacional. É preciso aglutinar as forças políticas, entidades, movimentos, organizações que lutam e acreditam no socialismo para construirmos um programa da classe.



É sob tais eixos que a CSP-Conlutas tem cumprido um papel importante na luta de resistência da classe e, através da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL), se soma com outras entidades sindicais do mundo com o objetivo de trabalhar, juntos, em oposição aos ataques antissociais e conquistar direitos, fortalecendo o sindicalismo para romper com o capitalismo. Uma rede sindical que tem um caráter internacionalista e de luta contra todas as formas de opressão como o machismo, o racismo, a homofobia e a xenofobia. Assim é a CSP-Conlutas, que completa 12 anos fortalecendo a unidade sindical e popular, classista e independente.

CSP-CONLUTAS: 12 ANOS FORTALECENDO A UNIDADE SINDICAL E POPULAR, CLASSISTA E INDEPENDENTE

A CSP-Conlutas realizou em 2017 seu 3º Congresso Nacional, construindo desde o início sob a afirmação de uma alternativa de direção para o movimento de massas em nosso país. Além de nos armar para as lutas imediatas, o Congresso foi envolvido pela energia das comemorações dos 100 anos da Revolução Russa, fato histórico se demonstra cada vez mais atual. Isto porque hoje, diante da profunda crise política e econômica, nossa classe e nosso povo, resiste e luta protagonizando um dos maiores ascensos de nossa história. Para que nossa classe vença essa batalha, é vital que o movimento sindical se oriente pelo critério da organização da mobilização como seu método principal de luta e pela defesa intransigente do princípio da independência de classes.

Para isso, a nossa classe precisa usar de todas as ferramentas ao seu dispor. E uma ferramenta essencial é a ciência; e a ciência da nossa luta é o marxismo. Nesse sentido, a CSP-Conlutas se orgulha de fazer, em conjunto com o ILAESE, cursos para FORMAÇÃO dos militantes. Nosso trabalho sindical não pode ser alienado, não pode ser desprovido de ciência, sob a possibilidade de cometermos os mesmos erros do passado; só que mais graves: quem perde com nossos erros é toda a classe trabalhadora que confia em nosso trabalho e depende da luta ser vitoriosa.

A formação marxista que a CSP-Conlutas prega e faz tem como objetivo transformar os sindicatos em escolas de comunismo. Nos formamos utilizando as experiências históricas da classe trabalhadora e trocando experiências entre os próprios trabalhadores com o objetivo de ganhar a classe trabalhadora para a luta pelo classismo, contra os patrões, contra as armadilhas de confiar na Justiça burguesa, na imprensa burguesa, na democracia burguesa e também a lutar contra todas as ideologias que visam nos dividir para nos dominar: lutar contra o machismo, racismo, LGBTfobia e a xenofobia.

A formação é parte importante na vida ativa dos sindicatos e deve ser combinada com a prática. Neste sentido, a CSP-Conlutas se propõem a ter uma prática que a colocou na linha de frente na construção da Greve Geral, orientando a criação de comitês para organizar de baixo para cima a vitoriosa greve, pressionando as burocracias e fazendo avançar na consciência da classe sobre a necessidade da transformação social. Assim, carregando as bandeiras do Fora Temer e os corruptos do Congresso Nacional, a CSP-Conlutas também ocupou as ruas de Brasília, nos mantivemos por horas resistindo aos ataques. Na sequência, a CSP-Conlutas defendeu que fosse convocada imediatamente uma nova Greve Geral para barrar as reformas da Previdência e trabalhista, revogar o projeto de terceirização e derrubar o Governo Temer. No entanto, a maioria das Centrais Sindicais vacilaram.

A CUT e a CTB se alinharam à Força Sindical, à UGT e as centrais governistas para tentar segurar as revoltas da classe trabalhadora. No meio do mar de lamas que

rola em Brasília, essas centrais passaram a negociar com o Governo Temer recuar das mobilizações em troca do imposto sindical e fizeram todos os movimentos possíveis para desmobilizar as ações do que poderia ser mais um dia histórico da classe trabalhadora brasileira. Mas apesar das diferenças entre as centrais sindicais, as manifestações tomaram o país e confirmaram que os trabalhadores estão dispostos a lutar, conseguindo no início deste ano impor a derrota ao Governo Temer.

Por isso, para a CSP-Conlutas, as centrais que vacilaram no último momento na construção da Greve Geral cometeram um grande equívoco. Isto porque, estamos vendo que a classe operária, junto com o movimento popular, retomou seu papel histórico, colocando-se à frente e sendo parte ativa das greves gerais, paralisando a produção em todo o país e demonstrando sua força. É a serviço do fortalecimento dessa estratégia transformadora que realizamos o 3º Congresso da CSP-Conlutas.

Na CSP-Conlutas estão os que se movem na defesa do socialismo, combatendo o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Para nos libertarmos desse capitalismo, temos que condenar o caminho da conciliação de classes, das ilusões nos regimes eleitorais deles e apostarmos tudo em nossa ação direta e independente. Por estes motivos, queremos aprofundar o debate sobre as Centrais Sindicais no Congresso da Fasubra, colocando a CSP-Conlutas como alternativa de luta e independência da classe trabalhadora.

APROFUNDAR O DEBATE SOBRE CONCEPÇÃO E CENTRAIS SINDICAIS E FORMAÇÃO

Para nós da Frente Base, um sindicalismo combativo, classista e independente, deve pautado nas concepções de independência de classe, ter a mobilização como forma predileta de luta, basear na unidade do movimento sindical e popular e no apoio mútuo e solidariedade ativa entre os trabalhadores empregados e desempregados. Além disso, na solidariedade internacional ativa como necessidade estratégica de nossa vitória e na autonomia frente aos partidos e organizações políticas, tendo como método a democracia operária como o princípio para exercício de nossas lutas.

No entanto, há diferentes visões dentro da Federação e por isso propomos que a Fasubra faça um amplo debate sobre Centrais Sindicais, concepção de organização e estrutura sindical. Desta forma, Fasubra deve apoiar financeiramente a participação nas diversas Centrais que têm atuação na Federação e estimular que os sindicatos de base façam o mesmo. Além disto, deve realizar encontros ou seminários para debater os diferentes projetos das centrais e da organização dos trabalhadores.

Paralelamente, como forma enraizar ainda mais a CSP-Conlutas nos sindicatos, devemos impulsionar a filiação direta dos sindicatos e promover debates com vistas à filiação nos sindicatos que ainda não estão filiados à CSP-Conlutas e entre as oposições sindicais. Por isso, entendemos que é importante uma plenária com todos e todas que reivindicam CSP-Conlutas no Confasubra. Para isso, devemos ressaltar a defesa que os sindicatos devem ser instrumentos de luta e organização dos trabalhadores, entidades combativas com independência política e econômica.

Isto porque ainda o sindicato hoje é apresentado como um “intermediário” entre os trabalhadores e os patrões e, no nosso caso, entre as Reitorias e o Governo. Isto faz com que os sindicatos sofram pressões para preferir sempre a via da negociação ao invés da via da mobilização. Além disso, foi incutido na cabeça dos trabalhadores que o sindicato é tocado pelos dirigentes por eles escolhidos,

passando a ideia de que a luta e a ação coletiva não são necessárias. Esta ideologia conseguiu se propagar também pela atuação de várias direções sindicais, fazendo com que os sindicatos sejam controlados e dirigidos politicamente pela sua diretoria e não pela base. Estas situações criam degeneração nas entidades que chamamos de “burocracia” e “burocratização”.

Contra essa forma de atuação, nos diversos congressos da Fasubra sempre apresentamos algumas medidas de combate à burocratização. Um exemplo concreto é que hoje um mesmo diretor tem limite de mandatos na Federação. Para este Confasubra além da proposta de formação sobre concepção sindical, queremos reafirmar contrários ao imposto sindical.

REAFIRMAR QUE A FASUBRA É CONTRA O IMPOSTO SINDICAL

A Fasubra já debateu o tema do imposto sindical e indicou resolução congressual contrária o recebimento do imposto. No entanto, este tema ganhou mais centralidade depois da traição das centrais que trocaram direitos dos trabalhadores pelo dinheiro do imposto e, embora a reforma trabalhista tenha eliminado o imposto sindical, algumas centrais sindicais continuam debatendo com o Governo a volta do imposto ou outros mecanismos de descontos pelo Estado e contra a vontade dos trabalhadores.

Além disso, houve no início de 2017 uma ação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para impor o recolhimento do imposto ao funcionalismo, o que não foi efetivado, porém existe a possibilidade de que um novo mecanismo de desconto obrigatório seja aprovado, incluindo o funcionalismo.

Por outro lado, o aumento da terceirização e a implementação da EBSEH nos Hospitais Universitários também intensificaram o debate sobre o imposto sindical na Fasubra. Isto porque o imposto era aplicado somente aos trabalhadores CLT e, com o aumento da terceirização e a absorção de trabalhadores da EBSEH em algumas entidades de base, alguns sindicatos passaram a receber o imposto.

Até o fechamento desta tese, esse ponto ainda não estava concluído, de forma que não temos como saber se o imposto voltará e se voltar, como será realizado. Independente disto, reafirmamos a posição de que os sindicatos devem ser sustentados pela classe trabalhadora, contra o imposto sindical, pela independência de classe. Neste sentido da independência de classe, apresentamos uma adequação para o estatuto da Fasubra.

Alterações estatutárias

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

O artigo 4º do estatuto da Fasubra estabelece que “a FASUBRA Sindical é uma entidade democrática, laica, plural, independente em relação aos partidos políticos, ao Estado, aos patrões e às administrações das Instituições Públicas de Ensino Superior”. Existe um problema conceitual neste artigo no que se refere à independência em relação aos partidos.

Com relação aos partidos, o correto é dizer “autônomo”, ou seja, a Fasubra mantém relações. Um exemplo destas relações é que muitos ativistas têm militância partidária e, neste sentido, suas organizações propõem elaborações para disputar na federação, o que é legítimo e ocorre tradicionalmente. O que os partidos não podem é submeter os movimentos, como se fossem extensões partidárias, desrespeitando as instâncias do movimento. Ou seja, a Fasubra não debate em

separado dos partidos, mas junto, porém sem se submeter, com autonomia. Por este motivo, o correto é dizer “autonomia em relação aos partidos”.

Já a independência pressupõe a não ingerência, relações totalmente separadas e este é o termo correto e deve ser mantido que se refere à independência em relação ao Estado, patrões, instituições e Reitorias. Assim, a proposta de mudança de redação é “independência em relação ao Estado, aos patrões e às administrações das Instituições Públicas de Ensino Superior e autonomia em relação aos partidos”.

Outro debate de alteração estatutária que envolve a discussão de princípios e concepção sindical refere-se ao debate sobre unicidade e pluralidade sindical que se refere ao fato de que Fasubra reconhece somente um sindicato da mesma Universidade e à caracterização de base social no estatuto da Fasubra.

REFLEXÃO: MAIS DE UM SINDICATO NA MESMA UNIVERSIDADE

O estatuto da Fasubra prevê que somente um sindicato em cada Instituição de Ensino Superior poderá se filiar à Federação. Esta previsão relaciona-se ao conceito da unicidade sindical. A unicidade sindical significa que a legislação amarra a organização dos trabalhadores e reconhece um só sindicato por categoria e base territorial.

Nós da CSP-Conlutas somos contrários a essa amarra imposta pelo Estado e defendemos a livre organização dos trabalhadores. Isso significa o pluralismo sindical, ou seja, um sindicato poderia livremente ser constituído por diversas categorias. Nas Universidades, por exemplo, isso significaria organizar em um mesmo sindicato diversas categorias, como os terceirizados, os trabalhadores da EBSEH ou até mesmo com outros setores fora da Universidade ou de outras localidades.

Este debate sobre a unicidade sindical volta à tona com a reforma trabalhista, a lei das terceirizações, a expansão da EBSEH e a própria forma como Ministério do Trabalho e Emprego tem concedido cartas sindicais às diversas entidades, a exemplo da ATENS. J

unto com isso, a contradição que a manutenção desta cláusula no estatuto pode representar porque boa parte dos trabalhadores terceirizados não compõe a base representativa dos sindicatos de base. Neste cenário, também se encontram as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho da EBSEH e polêmicas que sempre surgem em época congressual com relação à participação de docentes na Federação.

Assim, o debate que apresentamos é que ao invés de debater como incorporar as bases sindicais em uma relação meramente administrativa, a Fasubra deve compreender esse debate no cenário de que somos todos trabalhadores e devemos, de maneira unificada, combater também os ataques do Governo Temer.

Desta forma, além de ampliar a participação na base da Federação, irá contribuir para expandir o debate sobre liberdade e autonomia de organização sindical dos trabalhadores sem atrelamento ao Estado. Desta forma, propomos a ampliação do que é considerado base na Fasubra e abertura de debate sobre o reconhecimento de mais de um sindicato em uma mesma universidade para a base da Federação.

Sabemos que este tema é polêmico, por entendemos que é preciso conectar com as elaborações sobre a reforma trabalhista, que é uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores.

Reformas do Governo Temer

REFORMA TRABALHISTA: GUERRA SOCIAL CONTRA OS TRABALHADORES

A guerra social contra os trabalhadores foi acirrada com a aprovação da reforma trabalhista, que retira direitos históricos, mexendo em mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mas, sem dúvida, a principal mudança é a que estabelece o “negociado sobre o legislado”, ou seja, acordos coletivos entre trabalhadores e patrões podem se sobrepor à lei. Sobrepor os acordos à lei é um debate que também retoma os anos 90 e não ficou fora da agenda petista. O governo do PT tentou reeditar uma versão chamada de ACE (Acordo Coletivo Especial), mas foi fortemente pressionado e, assim como em FHC, o projeto não saiu. Após décadas tentando, finalmente foi implementada a reforma trabalhista, entrando em vigor no final do ano passado.

A reforma que sempre foi ilustrada com imagens destruindo a carteira de trabalho, representa um grande ataque aos direitos dos trabalhadores e tem como objetivo aumentar os lucros e fazer com que fique mais barato para os empresários e patrões contratar. Para compor esse objetivo, tiraram uma série de direitos históricos, conquistados com muita luta e as leis perderam o poder de impor limites nos contratos de trabalho para proteção do trabalhador e da trabalhadora.

Nesta toada, rebaixou os salários da classe trabalhadora e abriu uma série de brechas para o aumento da terceirização. Nas universidades, que hoje já tem vários postos de trabalhos terceirizados, ao invés de abrir concurso público, realizarão contratos com empresas privadas, em situação precarizada, piorando as atividades de toda comunidade acadêmica e enviando milhões de dinheiro público às empresas contratadas.

Por tudo isso, a Fasubra deve se somar às lutas pela revogação da reforma trabalhista, uma vez que essa reforma representa um grande impacto na vida da classe trabalhadora e, junto da lei das terceirizações, vai aumentar o desemprego, os empregos temporários e informais, reduzir salários, aumentar acidentes e doenças do trabalho. Será um verdadeiro massacre contra nossa classe a serviço do lucro dos patrões. Mas o exemplo da luta contra a reforma da previdência nos mostra que é possível derrotar essa reforma.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: VITÓRIA DA NOSSA LUTA

O Governo Temer fez o que podia e não podia para impor a Reforma da Previdência, mas perdeu essa batalha. Para justificar a sua necessidade, tal como fez FHC, Lula e Dilma, Temer apresentou como motivos principais: rombo nas contas da previdência, o envelhecimento da população e supostos privilégios do funcionalismo. O governo disse que, diante do déficit, a previdência estaria quebrada e que, nessas condições, brevemente não teria como pagar as aposentadorias. No entanto, o falso déficit foi largamente provado mentiroso, apontando que, na verdade, o objetivo do Governo era a garantia do pagamento da dívida e a entrega da previdência social para os fundos privados de previdência.

SOBRA DINHEIRO NA SEGURIDADE SOCIAL

O orçamento da seguridade social faz parte a previdência social, a saúde pública e a assistência social. Suas fontes de recursos são: receitas da contribuição previdenciária pagas pelos empregados e pelos empregadores, impostos, receitas sobre as loterias organizadas pela Caixa Econômica Federal, dentre outras. Assim, o resultado orçamentário é composto pela soma do total

das arrecadações menos as despesas da seguridade. Dessa forma, nos últimos anos a seguridade social apresentou sucessivos superávits. Assim, para chegar ao falacioso déficit da Previdência, os governos de plantão realizam uma enorme “manobra contábil” e consideram apenas as contribuições pagas pelos empregados e pelos empregadores sobre a folha de pagamento, desconsiderando as outras entradas. Ou seja, uma farsa!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O EXTERMINADOR DO FUTURO

Nos prognósticos sobre o envelhecimento da população, estudos do Banco Mundial afirmam que a população idosa irá saltar de menos de 20 milhões (2010) para aproximadamente 65 milhões em 2050. Para isso, utilizam uma metodologia questionável e, mesmo sem garantia de que tais prognósticos se confirmem, o mais importante é que tais ideólogos escondem o fato do Brasil possuir uma das maiores populações economicamente ativas do mundo. Ademais, nada falam do desemprego estrutural que, para agravar, é maior entre os jovens. Ou seja, se a população mais jovem está sem emprego, não está contribuindo, por isso tem uma drástica queda nas verbas previdenciárias.

Além disso, esta situação condena uma enorme parcela da classe trabalhadora à informalidade, muitos desses jovens, sem perspectiva de futuro, aumentando a situação de violência no país. Os dados revelam que os jovens entre 18 e 29 anos constituem 56% da população carcerária nacional. Os governos fixam suas políticas baseando-se no envelhecimento da população, no entanto, este é insignificante quando comparado ao crescimento da população carcerária no Brasil, que alcançou taxa média de crescimento na ordem de 10% ao ano.

Desta forma, a seguridade social que deveria ser uma integração entre gerações, na qual os mais jovens sustentam aqueles que já o sustentaram no passado, hoje passa a ser trabalhada não pela relação de solidariedade intergeracional, mas sim sob a ótica individualista. Com isso, os mais velhos trabalham até a morte e os mais jovens veem seu futuro sendo exterminado, uma ataque começou em FHC e continuou nos Governos petistas.

ATAQUES À PREVIDÊNCIA: DE FHC À DILMA

A Seguridade Social é a maior conquista da classe trabalhadora brasileira nos últimos 30 anos, mas vem sendo desconstruída ao longo dos últimos governos. FHC aumentou a idade mínima para a aposentadoria, substituiu a aposentadoria por tempo de serviço para tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens), extinguiu a aposentadoria proporcional e instituiu o fator previdenciário. No governo Lula, o alvo foram os servidores públicos com a eliminação da integralidade e paridade e o cálculo da aposentadoria igualou à iniciativa privada. Por fim, no governo Dilma, entrou a regra 85/95, em 2015, cálculo que soma o tempo de contribuição e a idade, sendo 85 para mulheres e 95 para homens. Além disso, aplicou o teto da aposentadoria, hoje de R\$ 5.645,81 e introduziu a previdência complementar, FUNPRESP no serviço público federal.

O QUE FAZER EMERGENCIALMENTE?

O governo precisa parar de retirar 30% do dinheiro da Seguridade Social através da chamada DRU (Desvinculação das Receitas da União). Além disso, acabar com tantas isenções, anistias e benefícios fiscais que são dados às empresas, clubes de futebol, entidades filantrópicas, igrejas, dentre outras. O mesmo se aplica à política de perdão de juros e multas das dívidas previdenciárias de sonegadores e devedores via REFIS. É necessário cobrar adequadamente os

devedores da dívida previdenciária, bem como realizar um plano de obras públicas que retire uma parcela significativa da população do desemprego estrutural e da informalidade.

Isto porque existe uma dívida de R\$ 426 bilhões ao INSS. Não cobrar essa dívida é uma decisão política que favorece somente as grandes empresas devedoras como é o caso da Varig, JBS, Bradesco, Vale, Itaú etc. Todas essas empresas financiaram, direta ou indiretamente, campanhas milionárias para vários cargos políticos, e algumas destas estão comprovadamente envolvidas em esquemas de corrupção.

Por isso, parte da luta contra a reforma da previdência deve ser também a denúncia desses esquemas e a exigência de que o governo cobre esse dinheiro e pare de afirmar que não tem dinheiro para a previdência.

Terceirização

A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, ENSINO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES

Desde a década de 90, há um avanço contínuo da terceirização, seja pelas mãos das fundações ou pelas Parcerias Público-Privadas (PPPs), mas que ganhou mais força após a reformulação promovida pelo plano Bresser-Pereira. Os governos de FHC, Lula, Dilma e Temer impulsionaram o processo de terceirização no serviço público e são os grandes responsáveis pelo quadro atual dos trabalhadores terceirizados das universidades.

Atualmente, os terceirizados respondem por parcela significativa do contingente de trabalhadores nas universidades, localizados nos serviços gerais, como limpeza, manutenção e vigilância, mas também nas esferas administrativas, laboratórios e dentro dos hospitais e restaurantes. Ou seja, a terceirização está em toda a Universidade, mas os trabalhadores terceirizados acabam sendo o elo mais frágil dentro da universidade.

Isto ocorre porque são os primeiros a sofrerem as consequências do processo de cortes e redução das verbas pública, têm a maior jornada de trabalho (em geral 44 horas semanais), recebem em sua maioria de 1 a 2 salários mínimos, tem forte composição feminina e negra (principalmente nos cargos de menor remuneração) e estão submetidos a todo tipo de desmando das empresas e das reitorias.

Não bastasse, sofrem frequentemente com atrasos e não pagamento dos salários e benefícios, demissões em massa, assédio moral e sexual, falta de equipamentos de segurança para o trabalho, sobrecarga e perseguição política. Os ativistas terceirizados que encabeçam a luta contra as empresas e reitorias são demitidos e listados, dificultando muito a possibilidade de conseguirem outro emprego. Os sindicatos de trabalhadores terceirizados, são em geral controlados pelas empresas patronais, raramente realizam processos de mobilização e muitas vezes ajudam as empresas a promoverem o processo de perseguição aos ativistas da base.

Esse quadro dramático tende a piorar e se ampliar, tendo em vista a nova lei de terceirização, a reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95, que vai tornar ainda mais escassa as verbas das universidades. Isto porque, em primeiro lugar, há uma tendência para que cada vez mais postos de trabalhos sejam ocupados por terceirizados em função da liberação da terceirização das atividades-fins promovida pela nova lei de terceirização e pela reforma trabalhista, aumentando

o processo de fragmentação da representação sindical nas universidades. Como consequência dessa situação, o poder de pressão e mobilização dos técnicos-administrativos tende a se enfraquecer, se não houver uma política consciente da Fasubra e dos sindicatos de incorporar a luta dos terceirizados no seu dia-a-dia e integrá-la a luta mais geral da comunidade universitária.

Além disso, as condições de trabalho e de renda dos terceirizados tende a se tornar ainda mais precária, tendo em vista que a reforma trabalhista permite às empresas e à reitoria várias medidas para reduzir o custo-trabalho, através de mecanismo como a jornada-intermitente (pagamento por hora de trabalho), a brecha para a “pejotização” dos terceirizados (contratos individuais de prestação de serviço) que não garantem benefícios como 13º, férias, 1/3 férias, folga semanal e jornada de trabalho.

A pejotização, inclusive, não é novidade no meio universitário, pois em várias instituições as fundações privadas já utilizaram e utilizam esse tipo de contrato precário de trabalho, que agora foi legalizado com a reforma trabalhista. Junto a isso, soma-se a possibilidade da redução do valor da rescisão do contrato de trabalho pela metade, criada pela reforma trabalhista, vai provocar um aumento do processo de demissão dos terceirizados e aumentar ainda mais a rotatividade de trabalhadores. O fim da relação solidariedade entre empresa contratada e contratante vai facilitar o calote aos terceirizados, que não poderão recorrer mais às reitorias para que bloqueiem os pagamentos às empresas caloteiras e faça o repasse aos trabalhadores. Por tudo isso, dizemos que a terceirização irá decretar um massacre contra nossa classe a serviço do lucro.

TERCEIRIZAÇÃO: MASSACRE CONTRA A NOSSA CLASSE A SERVIÇO DO LUCRO

Atualmente existe uma ofensiva brutal das reitorias contra os terceirizados, tendo em vista a crise financeira das universidades. Essa ofensiva vai se ampliar no próximo período, tendo em vista que os reitores vão implementar a política de arrocho financeiro nas universidades do Governo Temer ao invés de chamarem o processo de resistência contra o sucateamento das instituições. Isso coloca um importante desafio para a Fasubra e seus sindicatos.

Organizar e mobilizar os trabalhadores terceirizados é fundamental no próximo período para viabilizar a resistência contra o Governo Temer e seu projeto de precarização da educação pública. A Fasubra e seus sindicatos de base precisam urgentemente parar de negligenciar a atuação sobre esse setor e destinar mais recursos e tempo para a luta dos terceirizados.

Alguns sindicatos de base já representam os terceirizados como o SINTFUB e o SINDTEST-PR. É preciso que a direção da Fasubra oriente o conjunto de seus sindicatos para estender sua base de representação aos terceirizados, quando houver condições e oportunidade para isso. Entretanto, independente dessa incorporação dos terceirizados a base de representação dos sindicatos, as entidades de base da Fasubra devem ajudar na organização de associações de terceirizados, comitês de luta, entre outras formas de organização para permitir que esses trabalhadores, cada vez mais numerosos na comunidade universitária, possam se incorporar a luta contra as medidas de Temer e pela defesa da educação pública no país.

Assim, o cenário estabelecido após a aprovação da lei das terceirizações deve servir como combustível para impulsionar a movimentação e luta contra os retrocessos. Neste sentido, a Fasubra deve seguir na denúncia contra a terceirização e seus impactos, junto com a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. E um dos grandes exemplos do caos que representa a terceirização está no setor de



vigilantes das universidades, atividade que foi amplamente terceirizada, destruindo a segurança patrimonial e fragilizando a comunidade acadêmica.

Relações de trabalho e carreira

A DESTRUIÇÃO DE SEGURANÇA NAS UNIVERSIDADES

Envoltos na crise do modo de produção capitalista, a área de Segurança Pública e as demais atividades a ela ligadas figuram como uma das mais afetadas pela terceirização e falta de recursos nas Universidades. Falta orçamento para manutenção e compra de equipamentos, como coletes, rádios e viaturas; expande-se a terceirização e depois descarta esses trabalhadores em demissões em massa.

Soma-se a isto o fato de que, ao não se realizar concursos públicos para o cargo de vigilante, o quadro efetivo envelheceu, sofreu grande redução pelas mortes e aposentadorias, gerando um quadro de RJU muito aquém da necessidade da comunidade acadêmica. Além disso, sem regulamente as atividades entre os trabalhadores RJU e os trabalhadores terceirizados, amplia-se as tensões no ambiente de trabalho. Para resolver o problema da segurança, é necessária a participação de toda a comunidade acadêmica, especialmente os seus profissionais. É preciso profissionalizar o setor para que atue visando, primeiramente, prestar um serviço de qualidade ao público e trabalhar o tema da segurança em um ambiente democrático, transformando em uma segurança comunitária.

Assim, para que se tenham condições dignas de trabalho, materiais e equipamentos, é necessária a abertura de concursos públicos e que estes postos de trabalho sejam retomados nas Universidades, bem como mais verbas para Educação. A falta de segurança nas Universidades representa o aumento da violência, que resulta na vulnerabilidade e insegurança que ronda os Campi. Corrigir a segurança é apenas uma parte dos problemas das Universidade dentro das relações de trabalho. Tantos outros cargos merecem uma atenção e tratamento igual no debate, o que infelizmente não conseguiremos reproduzir nesta tese. Uma fragilidade que queremos, inclusive, corrigir com relação ao debate de 30 horas, destacando que deve ser uma luta para todos!

30 HORAS PARA TODOS, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS

Neste período de crise econômica e política que o país atravessa, a retirada de direitos e ataques à classe trabalhadora tem ocorrido numa velocidade superior ao que vínhamos acompanhando nos governos anteriores, que contaram com a sorte do crescimento econômico como forma de dissimular a implementação das políticas neoliberais. Mas, se por um lado, a mudança na conjuntura, expressa a falência do modelo de colaboração de classes do PT, por outro lado, desmascara que a sanha por lucros colide com direitos inegociáveis, como é o caso dos direitos trabalhistas e da Previdência Social.

É nesta conjuntura que está a luta pelas 30 horas dos trabalhadores e trabalhadoras das Universidades. Uma conjuntura na qual os ataques da burguesia sobre os direitos da classe trabalhadora, vêm ocorrendo de uma maneira rápida e com grandes traições por parte direções burocráticas. Se vemos férias, décimo terceiro, intervalos intrajornadas serem desrespeitados, imagine como ficam pequenas concessões como a redução de jornada! Ao mesmo tempo em que Temer apresenta um PDV, propõe a redução de carga horária com redução de salários, enquanto o desemprego só cresce no país.

Por este motivo, entendemos que esta política que visa ampliar o atendimento de demandas concomitantemente com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, chegou ao seu limite dentro dos conselhos universitários e precisa avançar. Neste momento, a luta pelas 30 horas deve entrar nos marcos da reivindicação da autonomia universitária por conta da luta pela própria manutenção das IFES. Precisamos casar esse debate nas Universidades como uma forma de resistência ao projeto de desmonte das Universidades, ampliando o debate para 30 horas para todos, sem redução de salário. O entendimento desta medida deve ser uma forma de enfrentamento ao Governo Temer, em contraposição à MP de redução de jornada com redução salarial.

Não podemos mais ficar apenas no formalismo e partes técnicas, argumentando que é flexibilização da jornada, que vai ser melhor para a instituição, que vai aumentar a produtividade. Nossa defesa tem de ser de demarcar também no classismo, avançar para além dos argumentos técnicos e jurídicos, colocando a luta das 30 horas em seu lugar: é uma luta política por melhores condições de trabalho, uma luta para diminuir ao desemprego, fazendo com que a economia volte a crescer, uma luta por mais concursos públicos, ampliando o direito à educação. É uma luta que disputa um conceito de estado como forma de combate ao modelo neoliberal de Estado e ao Governo.

Por este motivo, não podemos desprezar o debate sobre as 30 horas e precisamos reafirmar que lutar é preciso.

LUTAR É PRECISO

As mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras que aconteceram em 2017 precisam ser retomadas. Mostramos que a partir de um calendário de lutas contra as reformas organizamos importantes instrumentos para frear os ataques aos direitos de nossa classe. É necessário retomar as mobilizações, dizer não a qualquer reforma que ataque direitos e avançar no sentido de revogar as medidas já aprovadas e de uma política de proteção contra o desemprego imotivado.

E este será um dos debates do Confasubra, girando em torno da necessidade de apontarmos uma greve contra todos os ataques de Temer. Neste sentido, os pontos de relações de trabalho e carreira entram com destaque nas pautas de reivindicações.

Além de apontar a luta da Fasubra junto a outras categorias do funcionalismo e localizar a necessidade de luta unificada do movimento, a Fasubra deve incorporar na campanha salarial a luta contra o desmonte do estado promovido pelas políticas neoliberais, incorporar demandas específicas como carreira, racionalização, dimensionamento, 30 horas e pressionar o Governo para cumprir as cláusulas do acordo da greve de 2015 que tratam do assédio moral. Isto porque além do Governo não ter cumprido essas cláusulas, as medidas de ataque à classe trabalhadora que impôs no último período irão aumentar ainda mais o assédio moral que já é uma prática de violência institucional que aumenta a cada dia nas Universidades.

ASSÉDIO MORAL: UMA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

O assédio moral é entendido como uma forma de violência no trabalho que expõe os trabalhadores e trabalhadoras a situações de humilhação e de constrangimento, de forma repetitiva e prolongada. Cabe destacar que o assédio moral não pode ser entendido sem localizá-lo na sociedade capitalista, uma vez que este sistema permite e utiliza o assédio moral a seu favor. Desta

forma, é constantemente associado às práticas de “mercado” como pressões das empresas para se atingir altas metas, aumento da produtividade etc. Neste lógica, teoricamente não faria sentido às instituições públicas a prática do assédio, já que não visam o lucro.

No entanto, as instituições públicas passam por processos de profundos ataques e o desmonte de direitos e de condições de trabalho favorece estas práticas, fragilizando as relações de trabalho. Cientes dessa fragilidade, as Universidades passam a adotar uma política consciente e institucional de violência contra o trabalhador através da prática do assédio, inicialmente como forma de desmontar a organização dos trabalhadores. Na sequência, essa prática se legitimado por uma política de gestão antidemocrática, autoritária que é expressão do projeto de Universidade atrelado à lógica neoliberal de ataques constantes aos trabalhadores e trabalhadoras e de cerceamento de sua liberdade. Por isso o assédio moral existe nas instituições com a permissão das Reitorias que, muitas vezes até estimulam, de maneira não oficial, estas práticas. Na maioria das Universidades, sequer existem políticas de combate e de prevenção ao assédio e, em geral, as vítimas não têm para onde recorrer. Diga-se de passagem que as universidades, em sua maioria, sequer reconhecem o assédio, invertendo o problema como se fosse pessoal e não institucional.

A falta de reconhecimento da prática do assédio moral e a culpabilização da vítima, faz com que os trabalhadores e trabalhadoras submetidos ao assédio não percebam o que passam. Com isso, as vítimas de assédio moral adoecem com sérios problemas psíquicos, os quais trazem uma série de complicações, como o desenvolvimento de quadros depressivos graves que levam suas vítimas a pedirem exoneração, a se afastarem por um longo período e, nos piores dos casos, ao suicídio. No entanto, algumas características podem ajudar a identificar estas práticas danosas à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras como o isolamento, a recusa da comunicação, a degradação intencional das condições de trabalho, o atentado contra a dignidade, a violência verbal, física e sexual.

Na conjuntura atual de desmonte dos serviços públicos, a tendência é que se intensifiquem as práticas de assédio moral. Uma prática que é especialmente dirigida aos setores mais oprimidos da sociedade como forma de ampliar a exploração. É por este motivo que as principais vítimas de assédio moral são as mulheres e também os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Para enfrentar estes ataques a fim de avançarmos nas estratégias de combate e prevenção ao assédio moral, temos que fortalecer a unidade da classe trabalhadora, lutar pela defesa de ações que visem o combate e a prevenção à violência nas suas diversas formas dentro do ambiente de trabalho. Temos também que construir nos nossos sindicatos espaços que discutam essa questão e combater a assédio moral dentro das Universidades e junto das lutas gerais do conjunto da classe trabalhadora. Isto porque todas as medidas do Governo que geram instabilidade ao trabalhador, nos deixa mais vulneráveis às práticas assediadoras, como é a Reforma Trabalhista, a Lei das Terceirizações e até o decreto de extinção de cargos.

EXTINÇÃO DOS CARGOS

O Governos Temer editou uma medida que extingue centenas de cargos do funcionalismo, entre os quais vários cargos do PCCTAE. A medida do Governo gerou uma grande indignação na base da categoria que, vendo seus cargos serem extintos, buscam formas de se mobilizar. Junto a isso, a Fasubra também realizou reuniões com o Governo trazendo este ponto como pauta e também promoveu reuniões da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC). Por tudo isso, plenária nacional da Fasubra realizada em março deste ano

indicou a necessidade de discutir na base todos os elementos que compõem a discussão de carreira. Para nós da Frente Base, esse debate é bastante importante e deve vir associado ao debate sobre concepção de Estado.

CARREIRA: APROFUNDAR O DEBATE SOBRE CONCEPÇÃO DE ESTADO

Passado mais de uma década de implementação do PCCTAE, podemos ter um bom panorama sobre seus pontos positivos e negativos. inicialmente cabe resgatar que o PCCTAE foi conquistado com muita luta e seu resultado é fruto de uma elaboração coletiva em que a Fasubra foi parte fundamental. No entanto, logo após sua implementação várias distorções já apareceram como racionalização, correção de nível em algumas funções, adequação dos fazeres, ampliação da tabela de progressão, progressão por qualificação e vários outros pontos.

Para corrigir essas distorções, uma das conquistas do PCCTAE foi a criação das CIS e da CNSC, porém, os ajustes pouco avançaram e todas as conquistas que tivemos foram fruto de greves. Assim, sem sanar os problemas da carreira, novas propostas surgiram como mudar a estrutura da carreira, introduzir um novo conceito de carreira, eliminar os níveis A, B, C, D e E, criar macro-cargos, RSC etc. No entanto, é impossível debater os problemas da carreira sem fazer um breve histórico. O projeto de carreira da Fasubra foi criado num momento de recessão econômica, no Governo FHC e o funcionalismo sentia os primeiros impactos das políticas neoliberais. Em contraposição ao neoliberalismo, os trabalhadores e trabalhadoras das Universidades discutiam projeto de Estado, projeto de universidade e também concepção de carreira.

Na sequência, o Governo do Lula, ataca o funcionalismo com a reforma da previdência, mas conta com a sorte do crescimento econômico mundial. Estes dois elementos impulsionam as lutas do funcionalismo, que passa a pressionar o Governo e a se mobilizar por reivindicações específicas. Foi neste contexto e com muita luta que conseguimos implementar o PCCTAE, ainda que com grandes contradições.

Os poucos avanços que tivemos no PCCTAE sempre foram frutos das greves como, por exemplo, a ampliação do IQ e aumento de seus valores na greve de 2012 e o aumento nos percentuais do step (greve de 2015). Mas é verdade que isso não é o bastante. Especialmente no momento de crise econômica, a necessidade imediata tem grande impacto nas nossas vidas, intensificado as reformas do Governo Temer. Neste cenário, é inevitável a reflexão: se não há grandes margens para avançar nos problemas que já temos da nossa carreira, qual a estratégia que o movimento deve ter?

Na nossa avaliação, devemos seguir o exemplo da nossa experiência histórica e retomar o processo de elaboração coletiva. Neste sentido, deve-se iniciar com o aprofundamento da concepção, como feito há duas décadas, questionando: para que serve a carreira? Qual projeto de Universidade nós temos? Qual Estado queremos? Todos esses pontos são temário do Confasubra.

Assim, pensar em uma carreira que reconheça a experiência profissional, valorize o serviço e o servidor público deve ser centrada em como o Estado pode propiciar tudo isso. Desta forma, se o Estado têm uma política neoliberal, de estado mínimo, então, junto a nossa luta por carreira devemos também incorporar a defesa de um Estado máximo que garanta de forma pública todas as condições necessárias para a vida humana, como saúde, educação, emprego, moradia, lazer, segurança, transporte e a longa lista das nossas reivindicações.



Mas só há um jeito de superarmos todas essas mazelas do capitalismo: é através de uma sociedade socialista. Embora para muitos companheiros e companheiras, o socialismo pareça ser só uma abstração, para nós é tão real quanto possível. A prova disso é que já aconteceu no mundo uma experiência socialista que completou 100 anos em 2017 e deve servir como nossa inspiração

100 anos da Revolução Russa

REVOLUÇÃO RUSSA: O MAIOR LEGADO DA CLASSE TRABALHADORA

Sem aprender com as experiências passadas, seria impossível pensar uma estratégia para as lutas do nosso século. A Revolução Russa é considerada um dos principais eventos para nós trabalhadores porque pela primeira vez na história a classe trabalhadora teve em suas mãos o poder de seu próprio destino. Em 2017 lembramos o centenário dessa revolução e hoje nos perguntamos: quais lições podemos aprender com ela?

MAIS DE UM SÉCULO DE LUTAS: O CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA E DA PRIMEIRA GREVE GERAL DO BRASIL

A explosão da Revolução Russa, não foi planejada, tão pouco estava na agenda dos partidos políticos ou foi produto do “alto nível de conscientização” das massas. Ao contrário, explodiu com os protestos das operárias da indústria têxtil contra as precárias condições de trabalho (08 de março no nosso calendário) e se estendeu como um rastilho de pólvora. O Czar foi derrubado, pondo fim a 300 anos de monarquia dos Romanov. Para tentar estabilizar o regime, entra em cena o governo provisório, de conciliação de classes que mal conseguia manter o controle.

Naquela ocasião os socialistas revolucionários defendiam que o país adotasse o caminho do desenvolvimento autônomo, enraizado no movimento operário e no marxismo. Conhecidos como bolcheviques tinham como principal direção Vladimir Lênin (1870-1924) e faziam oposição ao governo. A situação da vida fica cada vez pior e, também contra os impactos Primeira Guerra Mundial, as massas se levantam e os bolcheviques lideram a Revolução que tomou o poder em 25 de outubro na chamada Revolução de Outubro. Na sequência destes fatos, foi instalada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), professando o socialismo que inspirou gerações à esquerda no mundo todo. Lênin, com a saúde abalada, morreu apenas dois anos depois, sendo sucedido no comando da revolução por Josef Stálin (1878-1953). Alcançando o apogeu do poder político soviético e do modelo socialista de uma organização econômica e social bem sucedida, os socialistas derrotaram o nazismo e seu modelo era para europa e para o mundo uma alternativa viável ao imperialismo norte-americano. Ainda, durante a Guerra Fria, muitas das conquistas trazidas com a Revolução foram sendo substituídas por um governo degenerado que traiu as bases revolucionárias de 1917. Apoiado na teoria do socialismo em um só país, Stalin cometeu erros que abriram o caminho para a inevitável derrota da revolução social de 1917.

As contradições e a insustentabilidade política se intensificaram após a abertura econômica ao capitalismo promovida por Mikhail Gorbachov. A crise econômica da década de 90, associada às pressões separatistas levaram à dissolução da União Soviética. Ainda, seu legado é sentido até hoje. Desta forma, fica de aprendizado destes anos da presença do socialismo, que tornou uma nação essencialmente feudal e agrícola em uma potência social, econômica e tecnológica em poucos anos. Neste sentido, é essencial resgatar como a classe trabalhadora conseguiu dar vazão ao processo revolucionário.

No início do processo revolucionário, desde as bases renasciam os soviets, conselhos populares que, na sua origem, serviam para organizar as mobilizações, mas também começaram a servir como um “novo poder”. Foi neste cenário que um pequeno partido político “radical” aumentou sua influência, propondo que, para satisfazer as necessidades do povo, os soviets deveriam governar, a paz deveria vir no lugar da Guerra Mundial, as terras deveriam ser divididas para que a reforma agrária fosse efetivada e o pão deveria chegar a todos os lares. Nesta linha, defendiam que os operários deveriam controlar as fábricas e a economia, as nações oprimidas tinham direito à autodeterminação, a opressão contra as mulheres deveria acabar etc.

Assim, apreende-se que nenhum grupo pode “forçar” uma situação e “provocar” uma revolução. Ainda, nenhuma convulsão social espontânea será vitoriosa se não existir um pólo organizador, que direcione essa luta para transformar a convulsão social em luta organizada pelo poder. Uma pauta que está mais presente do que nunca.

Com a atual crise do capitalismo, caminhamos para um verdadeiro colapso, produto do esgotamento dos recursos naturais e da destruição em grande escala da natureza. Desta situação surgem as resistências cada vez maiores da classe trabalhadora que é quem produz toda a riqueza das nações. É por meio de nossas mobilizações e greves que podemos impactar os rumos deste sistema.

Foi assim em 1917 quando foi realizada a primeira Greve Geral no Brasil e, justamente cem anos após a primeira geral do Brasil, reeditamos as mobilizações com outra Greve Geral que, somadas a outras mobilizações do movimento, conseguiu derrotar a Reforma da Previdência.

A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA MOSTRA QUE É POSSÍVEL SE REBELAR

Os trabalhadores e o povo pobre desse país sofrem com as medidas de austeridade econômica lançada pela burguesia e pelo governo federal. Como nossa resposta temos que parar o país contra as ações que destroem o estado brasileiro. Se há mais de cem anos os trabalhadores e trabalhadoras incorporaram as grandes lutas de 1917, como a Greve Geral do Brasil inspirada na Revolução Russa, este é o momento que nós, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público temos para cada vez mais insistir na defesa do que é público.

Neste sentido, além de incorporar os anseios e as lutas do nosso setor, temos que buscar a unidade nas lutas com as outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras para que juntos possamos discutir alternativas para enfrentar uma crise que não é nossa, mas dos capitalistas.

Esta unidade deve estar assentada na estratégia de impulsionar a luta por uma sociedade que realmente tenha todos os serviços públicos para atender a classe trabalhadora, ou seja, uma sociedade socialista.

Somente assim, poderemos garantir que nossos filhos e filhas tenham uma vida digna, que as crianças possam crescer e se desenvolver, que os jovens tenham direito à juventude e que todos trabalhadores e trabalhadoras tenham direito a envelhecer com dignidade. Nós queremos discutir com nossa classe um projeto com essas possibilidades.

Por isso, utilizamos as experiências históricas que nos mostram que é possível se rebelar, mas também servem como elemento de avaliação e balanço. Neste sentido, é importante também trazer um balanço sobre as greves da Fasubra neste último mandato.

Balanço das Greves

TRÊS ANOS DE GREVE NA FEDERAÇÃO

Se dizer que um bom mandato foi cumprido porque tem muitas greves, a Fasubra teria nota máxima na avaliação. No entanto, embora seja um importante indicador de luta, precisamos também olhar de maneira crítica para aprender com os erros e acertos das nossas experiências.

Assim, começamos com o olhar para a greve de 2015, que foi deflagrada no Confasubra realizado naquele ano. Durante os meses que iniciaram o ano, os debates do Confasubra foram rodeados sobre a necessidade da greve e, ao final do Congresso, por unanimidade, a greve foi deflagrada.

Foi uma greve dura, que enfrentou um Governo que estava ameaçado pelo risco do impeachment e que, mesmo assim, não cedia às pautas do movimento, preferindo cumprir a agenda da burguesia como forma de tentar dar sobrevida ao mandato. Às duras penas, com fortes mobilizações e grandes caravanas conseguimos arrancar alguma negociação que, como parte das lutas sindicais, sempre alguém da nossa necessidade. Mas o balanço não está no maior ou menor índice conquistado porque dentro do capitalismo sempre teremos negociações rebaixadas e inferiores a nossa necessidade.

Nosso balanço deve olhar para nossa movimentação e nossa força e 2015 fomos muito guerreiros. Realizamos uma forte greve, ganhamos novos ativistas para o movimento. Com nossa organização crescente, retomamos debates sobre carreira, organizamos encontros e seminários para debater o tema, mas a conjuntura nacional nos atropelou e os ataques do Governo se intensificaram.

Vieram os profundos cortes da Educação, as Universidades passaram a viver crises que anunciavam não conseguir pagar despesas básicas como de energia, por exemplo. Junto a isso, o Governo anunciou mais cortes que seriam promovidos pela chamada PEC do teto para congelar os investimentos públicos por 20 anos e anunciou a reforma do ensino médio.

Isso foi a gota d'água para a juventude que se organizou e passou a ocupar escolas por todo o país. As ocupações se expandiram e atingiram as Universidades. Foi nesse cenário, de apoio às ocupações de escola e da luta contra a PEC do teto que a Fasubra enfrentou novamente outra greve no ano de 2016.

Uma greve que impactou no cenário nacional e entrou na toada de lutas de 2016, que foram essenciais para desgastar o Governo Temer e criar as condições para a Greve Geral de 2017. No entanto, os movimentos da Federação que em 2015 e 2016 estimularam as lutas, se perderam em 2017.

2017: A FASUBRA NA CONTRAMÃO

Enquanto no Brasil inteiro as lutas e mobilizações aumentavam junto com o aumento da politização que tomava conta dos locais de trabalho e todos os espaços públicos, na Federação aconteceu o oposto. Foi um ano marcado por plenárias altamente tensas em que os debates centrais foram a prorrogação do mandato dos diretores. O mandato que deveria ser de 2 anos foi prorrogado por cerca de 6 meses. O setor composto pelo campo Sonhar Lutar e PSLivre, que queriam prorrogar o mandato por 1 ano (e não 6 meses), continuaram buscando alternativa até que finalmente se juntaram à CUT e à CTB para aprovarem a prorrogação do mandato até maio de 2018, como queriam. Para isso, inseriram na plenária da Fasubra uma pauta que não tinha sido discutida

nas bases: uma greve. Sem construir nas bases, conseguiram aprovar na plenária de setembro a suspensão do calendário do Confasubra e a greve, marcando nova plenária para o mês seguinte, outubro. Foram feitas rodadas de assembleias e, mediante uma ampla rejeição à proposta de greve indicada, essas forças mantiveram a proposta de greve dizendo que a interpretação foi de que a negativa não era à greve e sim à data sugerida. Mesmo vendo a situação das universidades, que não estavam mobilizadas para a greve, durante os meses de setembro e outubro que seriam necessários à preparação da greve, não foi feito o trabalho de base para a construção real da greve. Assim, quando a greve foi deflagrada, ainda não tinham as condições objetivas para fazer a greve: faltava mobilização na base.

Mas, seguindo a democracia operária, uma vez definida a greve dentro das instâncias do movimento, a orientação era de construí-la e buscar construir uma greve que realmente impactasse na conjuntura. No entanto, essa movimentação também não foi feita na maioria das universidades porque, de fundo, o objetivo não era a construção real da greve e sim usá-la como artifício para prorrogar o mandato.

Foi por isso que várias universidades demoraram para aderir à greve, muitas se quer conseguiram deflagrá-la e na maioria das universidades onde a greve foi deflagrada através de assembleias esvaziadas ou pouco mobilizadas. A única alternativa para a greve decolar era colar a uma pauta forte e a tentativa foi de ligar a greve à ameaça do Governo Temer de criar o “carreirão”, um desmonte ao PCCTAE que junta diversas carreiras do estado rebaixando cargos e salários. No entanto, a direção majoritária composta pelo Sonhar Lutar, PSLivre, Unir e CTB errou no cálculo e o Governo não apresentou o “carreirão”. Nós da Frente Base defendemos nas bases que era necessário coar à greve à pauta mais geral do movimento, que era a luta contra a Reforma da Previdência e aproveitar a nossa greve para impulsionar as movimentações pela construção de uma nova Greve Geral e contra a traição das centrais que tentavam desmobilizar a Greve Geral.

Foi neste cenário de traição das Greves Gerais que a Força Sindical e a CUT, junto com outras centrais, desmarcaram a Greve Geral que estava marcada para o dia 05 de dezembro, para desmobilizar o movimento. A CSP-Conlutas, junto com outras centrais sindicais, lançaram notas contrárias a ação de desmobilização da Greve Geral e várias bases se rebelaram até contra suas próprias centrais sindicais, mantendo os atos para o dia 05 de dezembro.

A Fasubra inclusive lançou nota dizendo que era necessário manter as mobilizações do dia 05, no entanto, contraditoriamente nesta data, ao invés de estar mobilizada, a Fasubra realizou reunião do Comando Nacional de Greve (CNG) e apontou o fim da greve. Mais uma vez errando a mão da direção da luta, a direção majoritária que apontou o fim da greve não acompanhou o calendário nacional de lutas, que pressionava as Centrais pelegas a retomar as mobilizações pela Greve Geral.

Assim, quando desceu para as bases o indicativo de fim da greve, novamente as bases foram contrárias ao indicativo da direção majoritária e indicaram a manutenção da greve colada ao calendário nacional de luta contra a reforma da previdência. Foi desta forma, sem direção consequente que a greve foi tocada, tanto na sua deflagração como no seu recuo.

Por tudo isso, a greve de 2017 indicou uma grande indignação da base com a Federação: ficou nítido que não havia compromisso com as lutas e a greve foi utilizada como instrumento para justificar a prorrogação do mandato dos diretores. Isto mostra um deslocamento da direção com base, situação que é semelhante com o problema sentido anos pelas estaduais.

Estaduais

UERJ: A BARBÁRIE CHEGA ÀS UNIVERSIDADES

Marx escreveu que a saída para a classe trabalhadora é o socialismo ou então, viveremos na barbárie. A barbárie é a situação de podridão e degeneração social que o sistema capitalista nos leva. Os sucessivos planos de ajuste fiscal e os crescentes cortes de investimento no serviço público por parte dos Governos estaduais e de Dilma/Temer para pagar juros aos banqueiros estão levando justamente a este caminho. A ilustração é o colapso que vivem as Universidades Públicas. Esta é uma realidade que foi levada ao extremo no Rio de Janeiro e UERJ, UENF e UEZO, as três estaduais do RJ, são emblemáticas, pois apontam o sentido que os governos e a burguesia querem que a educação pública superior.

O governador Pezão vem desferindo diversos ataques contra os servidores estaduais e contra a população fluminense. Mais de 200 mil trabalhadores do serviço público estadual, aposentados e pensionistas ficaram sem salário e sem receber o 13º salário referente por meses. As poucas categorias do funcionalismo que recebem os salários tiveram seu calendário de pagamento atrasado em semanas e foram incorporadas no “pacote de maldades”, com o aumento da contribuição previdenciária, privatização rede de energia e saneamento básico do Estado (CEDAE), proibição de reajustes e concursos pelos próximos três anos, além da ameaça de retirada de benefícios e progressões.

Para combater esses ataques, os trabalhadores e trabalhadoras saíram em luta. Na UERJ, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram uma greve duríssima de seis meses em 2016 para tentar impedir a aprovação do pacote de maldades e uma série de ataques locais em cada universidade, como a entrega do Hospital Universitário (HU) a uma Organização Social de Saúde (OSS).

Em janeiro de 2017, os trabalhadores e trabalhadoras da UERJ voltaram à greve contra o atraso cada vez maior de salários, uma greve se estendeu por 11 meses. Para além da falta de salários e 13o, Pezão não repassa verbas para manutenção e custeio da UERJ desde fins de 2015. Isso coloca terceirizados em situação ainda pior, que são vítimas de demissões em massa, recontração com salários menores e com um efetivo menor. Os insumos para o funcionamento do HU estão sendo garantidos via arresto, um tipo de penhora judicial. Esta situação de caos aumenta o assédio moral e ameaça sobre os trabalhadores e as trabalhadoras. Os alunos estão sem nenhum tipo de bolsa, o que gerou uma evasão (na prática uma expulsão) em massa de alunos cotistas e negros no geral, e uma diminuição de cerca de 75% na procura pelo vestibular de dois anos pra cá.

Mesmo assim, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram a direção atual do Sintuperj (CTB), que chegou a ficar um ano e meio sem fazer assembleias antes caos. Quando os atrasos de pagamento começaram em fins de 2015, e a UERJ, de conjunto, voltou a lutar. Numa tentativa de quebrar a resistência dos trabalhadores, Pezão chegou a anunciar a redução de 30% dos salários dos docentes (que sequer estavam em greve) na mesma semana em que cerca de 300 milhões de reais (desviados pela corrupção do governo onde ele foi vice) foram devolvidos ao estado. Ficou tão feio que foi obrigado a voltar atrás em menos de três dias, mas a crise da UERJ continua sendo um pólo de fragilidade para esse governo, sustentáculo fundamental de Temer.

Assim, o Governo de Pezão joga a crise nas costas dos trabalhadores mas não reduz os supersalários de seus Secretários. Esta situação que hoje vivem

as estaduais do Rio, em que a UERJ é emblemática, reflete o caminho que está traçado também para outras estaduais.

AS ESTADUAIS PAULISTAS

O caos da educação é sentido também nas estaduais paulistas, que seguem sendo vitrines da aplicação das políticas neoliberais de Alckmin do PSDB.

Assim, a USP segue sofrendo constantes ataques, a UNESP apresenta situação de caos chegou até a colocar em dúvida o pagamento do 13º. Na UNICAMP, há uma política de cortes profundos que já representa uma diminuição do número de trabalhadores em valores superiores a 10%. No Centro Paula Souza, além de todos os ataques, os trabalhadores ainda sofrem com os impactos da reforma do ensino médio.

Além disso, o CRUESP que é Conselho dos Reitores das Universidades Paulistas, têm aplicado uma política de arrocho salarial constante, com reajustes abaixo da inflação ou mesmo sem reajuste algum.

Por tudo isso, a defesa das estaduais deve ser ampliada na Fasubra.

A DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

A Fasubra deve estar presente nas lutas das estaduais e realizar plenárias nacionais em que pautar as universidades estaduais. Analisar, discutir e participar em conjunto com os sindicatos filiados a conjuntura, marcar presença nas mesas de negociação com reitorias e governos estaduais. Construir de verdade, na base, um encontro nacional com entidades filiadas e entidades que ainda não são filiadas para aproximação de mais entidades sindicais com a Federação, bem como dar um caráter unificado às campanhas salariais e lutas em curso. Este plano deve deixar de ser formal pois as bases estaduais se sentem abandonadas pela Fasubra, e esse balanço tem que ser feito a fundo.

Isto porque as poucas ações que a Federação fez foram insuficientes para aproximar a realidade das estaduais da Federação. A Fasubra deve ir além: é necessária a organização pela base das categorias dos trabalhadores. O Rio de Janeiro mostra, de forma irrefutável, que, sem pôr abaixo todos os governantes, nosso destino é a fila das doações de cestas básicas.

Da mesma forma, a luta contra a EBSEH deve também ser incorporada de forma mais central pela Federação, mostrando que a EBSEH é um modelo falido mas que é necessário defender os trabalhadores e trabalhadoras lotados nestes Hospitais.

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E A LUTA CONTRA A EBSEH

A EBSEH foi uma proposta ao apagar das luzes do Governo Lula como solução para a crise de reposição de força de trabalho que foi se acumulando ao longo de décadas no interior dos Hospitais Universitários (HU) vinculados às Universidades Federais. Mas foi no governo Dilma que a EBSEH entrou em vigor. A cada acordo assinado entre a empresa e os diversos HUs que foram “entregues” às mãos da EBSEH, a conclusão é a mesma: a Empresa não resolveu o problema a que supostamente se propôs a equacionar e, ao contrário, só fez acelerar o processo de sucateamento dos HUs, resultado de políticas deliberadas do Governo Federal nestas últimas décadas.

O modelo de gestão imposto pela EBSEH é um ataque frontal à autonomia

Universitária, pois na prática retirou os HUs do âmbito da instituição para entregá-las a uma casta de burocratas indicados pelo Ministério da Educação. Entre as implicações negativas internas estão a queda da formação dos profissionais da área da saúde, o agravamento das condições de vida e trabalho de seus servidores, mas que se estendem para toda a comunidade. Entre os prejuízos para a população, estão as medida de priorização por metas baseadas na lógica da iniciativa privada e na busca desenfreada pelo lucro, prejudicando justamente quem depende do SUS. Com isso, a população atendida nos hospitais passa a ser clientes e consumidores dos serviços de saúde.

Em função dos claros prejuízos que isso implica para o interesse público, a EBSEERH encontrou resistência em todos HUs onde foi aprovada. Não bastasse, a EBSEERH não tem recursos próprios, apenas “administra” a verba vinda dos cofres públicos. Isso leva a um questionamento inevitável: por que o governo simplesmente não repassou os recursos destinados aos HUs direto para as Universidades?

Mas o que há por trás da empresa pública de direito privado nada mais é que a mercantilização e a desvinculação da educação e da saúde como públicas, que ocorrem por meio da precarização e grandes incentivos às iniciativas privadas. Evidencia-se na celebração dos contratos e na forma antidemocrática como a EBSEERH foi aprovada na maioria dos HUs, os interesses e vantagens pessoais, como os altos salários de seus principais gestores.

Os 48 hospitais que hoje estão sob a gestão da EBSEERH sofrem com a falta de materiais e suprimentos básicos, fechamento de leitos e serviços por falta de redimensionamento de pessoal, profissionais desviados de atividade, atuando em dupla função, precarização do trabalho, aumento de casos de assédio moral. Professores e residentes sentem que a função de ensino da instituição foi prejudicada, pacientes sofrem em longas filas de espera e procedimentos são cancelados por falta de insumos, por equipamentos que permanecem com defeito, elevadores constantemente quebrados e a ameaça constante aos atendimentos do SUS.

É muito comum dentro dos HUs que aderiram à empresa encontrar o desmonte dos procedimentos de média e alta complexidade, que é a forma de assistência por excelência dos hospitais universitários, por conta dos altos custos destes procedimentos. Com isso, adotam uma gestão praticamente ambulatorial, tendo em vista que para receber os recursos a EBSEERH tem que bater diversas metas.

O que se conclui desde a implantação da EBSEERH é que nada de fundamental foi alterado nos HUs e as efetivas melhorias continuam dependendo de maior financiamento por parte do Governo Federal, o que poderia ter sido feito independentemente da adesão.

Assim, a EBSEERH apenas serviu para abrir caminho para um outro projeto ainda mais penoso para a saúde pública seja colocado em prática: as Organizações Sociais de Saúde (OSS). As OSS têm sido alternativa dos governos municipais e estaduais para entregar os hospitais de várias partes do país às iniciativas privadas camufladas com o nome de organizações sociais.

Na verdade, somam-se ao processo de desmonte dos serviços públicos e privatização dos serviços essenciais, garantindo aos banqueiros e grandes empresários o enriquecimento através da mercantilização dos direitos sociais. Da mesma forma como a educação do Ensino Superior representa um negócio bilionário, as reformas da previdência representam valores gigantes aos fundos de pensão, a saúde tem se transformado em negócio através das OSS.

Todo essas medidas representam um grande ataque ao conjunto da classe

trabalhadora e por isso devem ser pauta das nossas lutas. No entanto, sabemos que se atacam a classe de conjunto, quem sofre mais são os setores mais oprimidos da classe. Neste sentido, temos que fazer a luta contra a exploração combinada com a luta contra a opressão.

Opressões

ACABAR COM A EXPLORAÇÃO E A OPRESSÃO

Quemos pôr fim ao capitalismo como forma de acabar com a exploração e colocar nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras o destino de suas próprias vidas. Para isso precisamos também combater as ideologias que nos divide enquanto classe e servem apenas para piorar as nossas condições de vida. Assim é o machismo, o racismo e a LGBTfobia.

E vemos que cada vez mais tem aumentado a discussão sobre machismo, racismo, LGBTfobia. Muitos ficam ainda apavorados como isso está cada vez mais intenso nos debates dentro dos sindicatos, dos movimentos sociais e na sociedade como um todo. Não raro, sempre ouvimos “mas aí tudo agora é opressão, não posso fazer mais nada, nem piada mais!”.

Frases como essa destacam que cada vez precisamos formar o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que estão também nas Universidades para compreender o que são as opressões e como elas se combinam com a exploração capitalista como forma de nos dividir e intensificar a exploração. Desta forma, começamos o debate com a questão do gênero.

Mulheres

GÊNERO E CLASSE

Geralmente nas reflexões que se preocupam com a temática de gênero, há uma tentação em utilizar esse conceito como sinônimo de mulheres, mas consideramos que se trataria de um equívoco, pois ele vai além disso porque gênero é uma construção social, trata dos acordos sociais, a partir do sexo biológico, que buscam estruturar o que é ser mulher e homem nas diferentes sociedades através de modelos nunca alcançados.

As considerações geradas pelo debate da categoria de análise gênero, questionam os papéis sociais que nos são impostos, a partir do sexo biológico, mas que não são naturais e sim construídos pela nossa sociedade. A sociedade capitalista não criou esses papéis, mas se utiliza deles como forma de aumentar a exploração, seja transformando em invisível o trabalho que não é diretamente remunerado (como o trabalho doméstico).

No Brasil, 46% dos homens adultos realizam trabalho doméstico. Entre as mulheres, esse número é de 88%. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os homens gastam, em média, uma hora e 20 minutos com cuidados com os filhos e tarefas domésticas. Entre elas, o tempo dedicado às mesmas atividades são de duas horas e 30 minutos.

Além disso, o capitalismo também se utiliza das diferenças biológicas para promover achatamento nos salários: as mulheres recebem salários menores que os homens, assim como negros recebem salários menores que os brancos. Isso sem contar que os postos de trabalho mais precarizados são ocupados pelos setores oprimidos na sociedade.

Essedebate tem se demonstrado fundamental para a construção da nova sociedade que queremos, pois tivemos uma mulher na presidência da República no Brasil e nada mudou para as mulheres trabalhadoras. Foi sob sua caneta que foram editadas as MPs 664 e 665 que mudaram as regras da pensão por morte, seguro desemprego, abono salarial e auxílio doença, atacando diretamente as mulheres trabalhadoras. Foi também no Governo de Dilma que foram ignoradas as reivindicações dos movimentos feministas de legalização do aborto e foi ela quem se dobrou à bancada evangélica e recuou ao com o Kit anti-homofobia.

Estes exemplos mostram que não é suficiente para garantir avanços e conquistas ter uma mulher na presidência, apesar da importância de que os espaços deliberativos ou considerados de poder, sejam cada vez mais ocupados por corpos que foram historicamente excluídos desses espaços de decisão, e dentre eles o da mulher. Isto porque todos os espaços de poder só poderão ser concedidos às mulheres ou a qualquer outro setor oprimido se for dentro da lógica capitalista de manutenção da exploração e utilização da opressão.

Assim, é essencial a discussão e realização de medidas e deliberações que caminhem no sentido do fortalecimento dos setores oprimidos para que possamos buscar a nossa libertação pelas nossas mãos enquanto classe, pois só será possível o fim das opressões com libertação da classe trabalhadora da exploração.

MULHERES DE LUTA

Em 2017, no dia 08 de março, mulheres de todo o mundo deram um grande pontapé na organização da classe trabalhadora. No Brasil, lutamos contra a retirada de direitos, contra as reformas iniciadas nos governos petistas e continuadas por Temer. As mulheres que foram duramente atacadas com a aprovação da reforma trabalhista e a lei da terceirização, projetos que atendem só aos interesses do imperialismo, serão ainda as mais prejudicadas com a Reforma da Previdência se não for barrada definitivamente. Isto porque a reforma da previdência ignora a jornada contínua e ininterrupta da mulher, propondo elevar a idade mínima para aposentar aos 62 anos.

Além disso, as mulheres ganham em torno de 30% menos que os homens, ocupando o mesmo cargo. No caso das mulheres negras, a situação é ainda mais grave, chegando a 40% a diferença entre os salários e ocupam os postos de trabalho mais precarizados.

Nas Universidades essa situação se acentua com as terceirizações, com as diferenças astronômicas nos salários, refletindo nas relações de trabalho através do aumento dos assédios, exploração e rotatividade de trabalhadoras terceirizadas. Com a chegada da EBSEH nos HUs temos visto o aumento do adoecimento das servidoras, com altos índices de afastamentos e pedidos de aposentadoria, aumentando a falta de trabalhadores.

Vivemos uma conjuntura que tende a acirrar a opressão e exploração nas relações de trabalho e, não muito diferente, nas relações dentro dos nossos sindicatos. A política contra o machismo nos sindicatos muitas vezes não passa das resoluções congressuais das nossas entidades. Precisamos dar um passo à frente, combater internamente os atos de desrespeito, assédio e às vezes até agressões físicas.

Além disto, é preciso também reafirmar o papel protagonista que as mulheres negras, que lutam diariamente contra exploração e ainda sofrem a dupla opressão: por serem mulheres e negras.

DANDARA VIVE! MULHERES NEGRAS NÃO PARAM DE LUTAR!

O caráter da escravidão continua mesmo após 129 anos da abolição. A mulher negra ainda vive na base da pirâmide social, representa a maior cota no trabalho doméstico, na terceirização, no trabalho informal e no trabalho temporário. Dados do período de 2004 a 2014 constata esse fato: 39,1% das mulheres negras ainda ocupavam postos precários, com renda de até dois salários mínimos, sem carteira assinada. Só em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando em limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, sendo que 61,6% do total, ou seja, 4 milhões eram negros e negras. A taxa de desemprego em 2009 era de 12% entre mulheres negras, comparada a 9% para mulheres brancas. Comparativamente, em termos de escolaridade, em 2011, a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%. Ou seja, os dados revelam que há hierarquia de gênero e raça.

Uma situação que será intensificada com a reforma trabalhista, levando cada vez mais mulheres negras à miséria e à degradação social. Num país em que 39,8% das mulheres negras são chefias de famílias e que há famílias inteiras em que a única renda é o benefício da Previdência, não é difícil imaginar quem mais será prejudicada com a reforma da Previdência.

As mulheres negras começam a trabalhar muito cedo e na informalidade. Diminuir o valor do benefício, colocando abaixo do salário mínimo, bem como dificultar a aposentadoria, aumentando a idade, é uma política de liquidação dos mais pobres. É a volta da lei dos sexagenários do período da escravidão porque muitos morrerão no meio do caminho. É por isso que mulheres não param de lutar!

ORGANIZAR AS TRABALHADORAS

Dariamente o machismo nos ataca, uma situação que é intensificada com a exploração. Para lutar contra a exploração e o machismo, as trabalhadoras se organizam nos sindicatos e em movimentos feministas. No entanto, quando entramos para essas fileiras de combate também encontramos a realidade do machismo. Isto acontece porque o machismo está em toda a sociedade e os sindicatos e os movimentos sociais não são bolhas, portanto, refletem a sociedade e reproduzem as ideologias machistas. Mas, tendo consciência dessa ideologia nociva, é possível criar mecanismos de combate ao machismo e de fortalecimento das mulheres.

Neste sentido, preocupada com a ação política das mulheres em sindicatos e o machismo, uma companheira da nossa base realizou um importante estudo sobre a situação das mulheres nos sindicatos da Fasubra. Até o fechamento desta tese, seus estudos não estavam concluídos, no entanto, dados iniciais apontam que, embora a relação de homens e mulheres nas direções sindicais não apresentem valores tão desproporcionais, há uma lógica de divisão sexual do trabalho.

Em contrapartida, nas análises preliminares dos dados um resultado merece destaque: na composição das coordenações ou direções geral, o número de homens e de mulheres se aproxima. Talvez este fato se deva à implementação da pauta das cotas e da paridade representativa no estatuto dos sindicatos ou talvez o momento político de recessão que tenha impulsionado as mulheres para a luta. Estas questões podem ser elucidadas em investigação posterior, como enfoque no conteúdo desses estatutos e da rotina do machismo que está sendo analisada.

Ainda assim, evidencia-se que os debates dos últimos períodos já refletem nas direções sindicais e por isso devemos continuar avançando com essa pauta.

Além disso, estudos como este são de grande valia para o movimento e inclusive auxiliam na proposição de políticas de combate ao machismo nos sindicatos. Neste sentido, propomos que se tenha um espaço no Confasubra para apresentação destes estudos, como forma de completar o debate sobre o tema. Além disso, precisamos também romper com a lógica de que as mulheres são feitas apenas para maternar. Por isso, temos que pautar em nossos sindicatos tanto a proteção à maternidade como a liberdade de escolha.

PROTEGER A MATERNIDADE E A LIBERDADE DE ESCOLHA

A cada 2 dias uma mulher morre vítima de aborto clandestino e mais de 1 milhão de mulheres se submetem a aborto clandestino anualmente. Mas afinal, o que leva tantas mulheres, no mundo todo, a colocarem suas vidas em risco?

Quando uma mulher opta pelo aborto no Brasil, como é proibido, sabe que está colocando sua própria vida em risco. Esta situação acontece porque essas mulheres preferem a morte a viver com o peso que a maternidade indesejada lhes transfere. Isto ocorre porque, mesmo entre as mulheres que desejam maternar não há condições dignas para que as mulheres assumam a maternidade, já que o Estado oferece um sistema de saúde e educação sucateados propositalmente, um mercado de trabalho explorador e a criminalização da pobreza.

Somados ao peso da sociedade machista, as mulheres são abandonadas na maternidade enquanto os homens podem livremente abortar seus filhos quando não voltam a procurar a parceira depois de um ato sexual, quando se negam a usar o preservativo, quando não respeitam a parceira obrigando o ato sexual sem consentimento, quando abandonam a parceira já sabendo da sua gravidez e quando abandonam os filhos.

Assim, a responsabilidade sobre a criação dos filhos recai sobre as mulheres. No entanto, não recai igualmente entre as trabalhadoras e as burguesas. As burguesas – e até mesmo mulheres trabalhadoras com padrão de vida mais elevados – têm condições de praticar aborto seguro, seja legal indo a outros países ou contando com clínicas clandestinas que oferecem alto padrão de atendimento. Já as mulheres trabalhadoras, principalmente as mais pobres, as negras e as que moram nas regiões mais periféricas, são excluídas de todas as oportunidades.

Com isso, milhares de vidas são ceifadas ou criminalizadas pela falta de recursos materiais. Por isso, a luta pela descriminalização do aborto é uma luta pela vida das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras e pobres.

Neste sentido, nós da Frente Base, entendemos que precisamos abrir um debate sincero e honesto em relação ao aborto nos fóruns da Fasubra e das entidades de base. E como forma de proteção à vida das mulheres, temos também que lutar contra a violência machista que mata milhares de mulheres.

11 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E MULHERES AINDA MORREM PELA VIOLÊNCIA

O Brasil ocupa o 5º lugar no mundo em assassinatos de mulheres: mais de 100.000 mulheres foram assassinadas entre 1980 a 2013 em um ritmo crescente ao longo desses anos. São mortas 13 mulheres por dia e, em 2014, a média era 4.757 mulheres assassinadas por ano. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil e, somente em 2015, foram registrados 40 mil casos de estupro.

Estima-se que esses números representam apenas 10% dos casos reais, pois as mulheres não sentem protegidas e resguardadas para procurarem ajuda, muitas das vezes são culpabilizadas de terem provocado o ato. Todos esses índices nada avançaram no combate à violência contra a mulher com a aprovação da Lei Maria da Penha. Após 11 anos de sua implementação, o que vimos tanto no Governo Dilma como no Governo Temer foi que nada avançou. Com valores irrisórios para políticas de combate à violência, o Governo Temer cortou 61% em um orçamento já super-reduzido: os valores caíram de R\$ 42,9 milhões para 16,7 milhões.

Os governos estaduais e municipais seguem a mesma cartilha. Dória (PSDB), prefeito de São Paulo, cortou R\$ 3 milhões do orçamento de políticas para mulheres, mesmo com o aumento de 31% nos casos atendidos. Esse é um dos principais motivos pela ineficiência da lei.

Uma violência que atinge de maneira mais agressiva as mulheres trans, que se quer contam com a proteção do Estado ou ainda com as mulheres negras, quando vemos nossos filhos sendo executados pelo Estado em uma política racista de extermínio da juventude negra e pobre.

Negros e negras

GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO JOVEM E NEGRA

Daqui a 23 minutos um jovem negro será assassinado no Brasil. Serão mortos mais de 23 mil jovens negros, entre 15 e 29 anos, pois essa é a média anual do extermínio em nosso país. Esse número é quatro vezes maior do que a taxa entre jovens brancos e reflete um padrão: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros, e 93% do sexo masculino.

Isso não causa espanto para quem vive nas periferias do Brasil, onde, cotidianamente, os jovens são vítimas da completa ausência de políticas públicas. Este Estado faz questão em jogar nas nossas costas a falta de política social que é responsabilidade dele e assim tem uma política de extermínio da juventude negra cujas raízes estão na escravidão e há muito, se apóia em teorias escravistas e capitalistas, como o discurso raciológico, que tipifica as pessoas a partir de sua raça, e eugenista, que estabelece a branquitude como padrão superior e civilizatório.

Essas ações são reforçadas com o mito da democracia racial, dizendo que o Brasil não é país um racista, que é desmascarada pela falta de políticas públicas de inclusão e de reparação social. Nas universidades, sabemos muito bem onde encontrar os negros: nos piores serviços, na terceirização. Esta situação revela a política racista institucional do Estado brasileiro, que coloca os lucros acima das vidas, uma realidade que não consegue esconder o chicote, uma política de morte que é estendida aos outros setores oprimidos no Brasil, como a população LGBT.

LGBT

VIDAS LGTB IMPORTAM!

Dados revelam que somente em 2016, no mínimo 343 gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros foram assassinados no Brasil, um número 22% maior do que em 2015 e que representa quase o dobro de 2008. No entanto, estes dados devem ser ainda maiores já que essas vidas são invisibilizadas, seja pela omissão dos próprios familiares e amigos, seja pela ação da polícia e dos órgãos do próprio Estado que não faz nenhum esforço concreto para registrar estas mortes.



Entretanto, estes dados revelam que existe uma relação direta com a crise econômica e o aumento da violência LGBTfóbica. A crise econômica que faz com que a burguesia alimente ainda mais os discursos opressivos para, assim, poder explorar ainda mais negros(as), LGBTs e mulheres. Por exemplo, desde 2008, mais e mais gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis têm sido jogados para os serviços terceirizados, o desemprego e para longe do acesso à moradia, à saúde e à educação.

Contudo, a cumplicidade dos governos petistas com os crimes contra LGBTs não começa exatamente aí. Ao defenderem e aplicarem a fundo os planos neoliberais e governarem para os banqueiros, patrões e latifundiários, tanto Lula quanto Dilma em muito contribuíram para manter os LGBTs à margem da sociedade e dos direitos. Dilma, em particular, colocou ainda mais lenha nesta fogueira quando, para chegar ao poder ao lado de seu vice, foi buscar a benção dos fundamentalistas com a “Carta ao povo de Deus”. Longe de ser uma defesa da liberdade religiosa, era um “manifesto” em defesa da família tradicional (considerada um “sagrado” “baluarte da sociedade” contra “o caos”) e um compromisso de que o governo nada faria em relação ao aborto e os direitos LGBTs.

Uma promessa que foi paga com a entrega de nossos direitos, principalmente nos momentos em que o governo começava a se ver ameaçado pelas denúncias de corrupção. Foi assim, que em maio de 2011, Dilma vetou o kit anti-homofobia que poderia ser um importante instrumento de combate à LGBTfobia no interior do sistema escolar. O veto foi feito depois que os parlamentares da bancada evangélica ameaçaram convocar o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci para que ele explicasse a fabulosa evolução de seu patrimônio durante o período em que esteve no poder.

O descalabro foi tamanho que até a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que sempre apoiou o governo, se viu obrigada a emitir uma nota dizendo que “os direitos humanos de um determinado segmento da sociedade não podem, jamais, virar moeda de troca nas negociações políticas”.

Três anos depois, Dilma, o PT e seus aliados assumiram novamente o papel de cúmplices da violência contra LGBTs ao cederem à pressão dos fundamentalistas e corruptos e engavetarem o PLC 122, que criminalizaria os atos de discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Isto nos mostra a luta dos setores oprimidos não é apenas uma questão de raça, gênero ou orientação sexual. É também uma luta pela vida, uma luta contra a exploração que leva os oprimidos a se submeterem às piores condições de trabalho. É uma luta da classe trabalhadora e esta deve ser a verdadeira unidade, a unidade enquanto classe.

Uma luta de classes

A VERDADEIRA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

O capitalismo se utiliza das nossas diferenças para nos dividir: somos separados entre homens e mulheres, brancos e negros, LGTS ou heterossexuais, CIS ou trans. Somos separados enquanto categoriais de trabalho, separados pelas diferenças salariais ou pelas formas de contratação. Mas no sindicalismo combatemos todas essas divisões para nos unir enquanto classe.

É neste sentido que a CSP-Conlutas desenvolve um trabalho específico de combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia, pela construção dos setoriais de

opressões que fazem parte da Central. O Setorial de Mulheres, o Movimento Negro Quilombo, Raça e Classe e a Secretaria LGBT têm como tarefa desenvolver as lutas das mulheres, dos negros e negras e das/os LGBTs, elaborando as políticas de combate às opressões junto aos sindicatos e na sociedade. Estão presentes nas grandes manifestações, representando parte da vanguarda da luta pelo fim da violência e pelos direitos desses setores. Organizam também o trabalho de formação política da Central sobre os temas de opressão e auxiliam os sindicatos filiados na elaboração de cursos, Grupos de Trabalho e palestras.

Neste sentido, reivindicamos que a Fasubra se aproprie destas experiências como forma de avançar no combate às opressões. No último período, tivemos avanços e retrocessos nessas pautas. Mas, a última direção da Fasubra, sem dúvida, pouco contribuiu para as elaborações sobre o tema. Com muito esforço, foram realizadas pequenas ações pontuais, encontros sempre secundarizados e debates que nem sempre refletiam os acúmulos históricos dessa federação.

Por este motivo, entendemos que precisamos dar largos passos à frente. Retomar ações e medidas que foram importantes e fazer um duro balanço dos retrocessos que tivemos. E, neste sentido, temos também que afirmar que esta não é uma luta apenas de determinados setores: é uma luta de toda a nossa classe. E nesta luta de classes, um dos mecanismos que podemos nos apoiar são as ferramentas de tecnologia como forma de fazer uma comunicação contra hegemônica com o objetivo de disputar a consciência dos trabalhadores.

Comunicação

COMUNICAÇÃO CONTRA HEGEMÔNICA

A partir do século XIX, o modo de produção capitalista se consolidou em várias regiões do mundo, no qual o capital, as empresas, serviços e, dentre estes, a comunicação, cresceu e se desenvolveu com sucesso nesse período. Com o advento das fábricas e o crescimento da classe operária que tomou força e organização, a melhoria na comunicação se tornou necessidade para informar a nova demanda que surgia, principalmente à classe operária.

No Brasil, em meados do século anterior, aconteceu o desenvolvimento industrial gerando uma forte classe operária carente de informação e de seus veículos de comunicação para se contrapor aos dos empresários, pois até então, a hegemonia na informação se concentrava apenas nas mãos dos capitalistas que disseminavam suas ideias liberais, a partir de seus interesses de classe. No entanto, a comunicação dos trabalhadores iniciou sua reação através de jornais sindicais impressos distribuídos nas portas das fábricas em oposição ao pensamento liberal da burguesia industrial, principalmente.

A classe operária fabril em ascendência, em função do desenvolvimento industrial brasileiro, iniciou a compreensão e a prática dos ensinamentos de Lênin sobre a importância da imprensa operária na disputa da hegemonia com os inimigos de classe, a burguesia. Assim, em função da necessidade da comunicação para defesa dos interesses dos trabalhadores e, em especial os operários das fábricas, sugeriram diversos jornais operários no interior dos sindicatos, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

De lá prá cá, a experiência com a comunicação contra-hegemônica exercida pelos sindicatos de luta tem se mostrado como importante ferramenta para defesa dos interesses dos trabalhadores na contra-ideia patronal que visa única e exclusivamente explorar nossa classe. A comunicação da burguesia e das classes

dominantes no dia-a-dia, contra-informa e falseia a realidade para poder dominar e nos explorar. Ao contrário, a nossa comunicação, da classe trabalhadora e dos movimentos sociais deve cumprir um papel decisivo na defesa dos nossos interesses de classe, enquanto explorados, exercitando a contra-hegemonia através dos nossos veículos de comunicação.

Nesse campo contra-hegemônico, a nossa comunicação se expressa com um caráter de classe e confrontação, quando reconhece a disputa entre as classes sociais na luta direta contra o capitalismo, denunciando a mídia dos nossos inimigos como instrumento a serviço das elites. Essa mídia burguesa que, nas coberturas jornalísticas dos movimentos sociais, aborda questões sociais com superficialidade quando é de interesse dos trabalhadores e mostra apenas um lado da notícia, ou seja, o lado que interessa à burguesia. Ao mesmo tempo, produz matérias em seus veículos de comunicação com personagens ganhando maior ou menor dimensão, sempre de acordo com os interesses da classe a que eles pertencem e representam, pautando matérias civilizatórias, como: ética, justiça, igualdade social etc.

Assim, na luta pela disputa da hegemonia da comunicação a favor da classe trabalhadora, vemos cada vez mais a necessidade de reafirmar o classismo. Isto porque as empresas de comunicação e seus veículos estão comprometidos diretamente com os políticos profissionais da burguesia e existe uma enorme concentração da propriedade (concessão) de veículos de comunicação nas mãos dessas elites oligárquicas com famílias que detêm os poderes tanto político como da comunicação e econômico.

Esses políticos-proprietários de empresas de comunicação utilizam seus veículos para se perpetuarem no poder do Estado, manipulando a informação de acordo com sua conveniência e interesse, fazendo com que a mídia funcione como instrumento de poder, com a convivência do executivo, judiciário e do congresso nacional brasileiro.

Tudo isso teve maior destaque a partir dos governos da ditadura militar, principalmente no governo do ditador e general João Batista de Figueiredo, que aumentou substancialmente o número de permissões para concessão de rádios e TVs. Para se ter uma idéia, nos governos militares, entre 1934 e 1979, foram autorizadas 1483 concessões de empresas de rádio e TV para funcionar sob o controle dos políticos e oligarcas regionais sendo somente no governo Figueiredo (1979 – 1985) 634 concessões e no governo Sarney (1985 – 1988) 1028 concessões, contra apenas 120 concessões no governo Collor (1990 – 1992).

Mesmo tendo em vista que a classe trabalhadora brasileira através de seus organismos, como sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda venha lutando pela hegemonia da comunicação, leva desvantagem nessa disputa contra-hegemônica em função do poder econômico e político estarem nas mãos da burguesia. Por isso, que se faz necessário a luta direta pela hegemonia da comunicação sob o controle dos trabalhadores, com a expropriação sem indenização das empresas de comunicação. No entanto, isso passa por um governo socialista, forjado na luta dos trabalhadores e que governe com conselhos populares.

Este é o ponto inicial que desdobra os planos de lutas e algumas das resoluções que queremos discutir a aprovar no Confasubra, pontos que não seguem fechados e que devem ser aprimorados até o Congresso com os debates e as construções coletivas que teremos no próximo período.

PLANO DE LUTAS

Ao longo desta tese discutimos os principais elementos que nos afligem e por diversas vezes tentamos demonstrar como nenhuma resposta dentro do capitalismo será capaz de superar todos os nossos problemas. Isso porque a razão da existência do capitalismo é baseada na exploração como forma de manutenção do lucro. Por isso, precisamos romper com a lógica de que o lucro está acima das vidas, acabar com a exploração, acabar com a burguesia e acabar com o capitalismo. Portanto, nossa tarefa central tem que ser de destruir o capitalismo e aí sim construir uma sociedade justa e igualitária que é a sociedade socialista.

Esta estratégia deve ser refletida no plano de lutas da nossa Federação, expressando também as nossas tarefas imediatas para que possamos conseguir finalmente revolucionar! Por isso, nosso plano de lutas deve ser:

- Fora Temer e todos os corruptos!
- Pela revogação da lei das terceirizações e da reforma trabalhista
- Contra a Reforma da Previdência e pela revogação das reformas da previdência de FHC, Lula e Dilma
- Contra todas as medidas que atacam o funcionalismo como o PDV e os demais ataques
- Greve Geral
- Criação de comitês de lutas nos locais de trabalho, estudo e moradia para organizar as lutas pela base
- Pela unidade da classe trabalhadora nas lutas: organizar nos estados e municípios fóruns e comitês que unifiquem os lutadores, os sindicatos e os movimentos sociais e populares para organizar as lutas
- contra o machismo, o racismo e a homofobia
- atuar no internacionalismo classista como forma de ruptura com esse sistema!
- Disputar a consciência da classe trabalhadora e não buscar dar estabilidade ao regime: destruir o capitalismo e construir uma sociedade socialista!

RESOLUÇÕES

Apresentamos aqui algumas propostas de resoluções que teremos como eixo a partir dos debates que apresentamos nesta tese. Essas propostas estão em construção e devem ser trabalhadas em cada base, em cada local de trabalho pelos companheiros e pelas companheiras que compõem a Frente Base. Desta forma, no Congresso teremos maiores contribuições e mais elaborações para complementar uma versão final produzida pela base e coletivamente.

Conjuntura

1. A Fasubra se coloca na defesa intransigente da classe trabalhadora e reconhece seu papel de transformação social. Neste sentido, reafirma a necessidade de voltar a construir comitês de lutas, fóruns e assembleias pela base para preparar as condições para construção de uma nova Greve Geral no Brasil para colocar para FORA TEMER, TODOS OS CORRUPOTOS DO CONGRESSO NACIONAL E SUAS REFORMAS.

2. A Fasubra reafirma as importantes lutas que aconteceram no país no último período que fizeram com que a classe trabalhadora impusesse uma importante derrota ao Governo Temer. Por outro lado, reconhece que existem vários ataques à classe trabalhadora com a retirada de direitos e ações como a intervenção militar no Rio de Janeiro. Neste cenário de polarização social, a Fasubra destaca que o papel da classe trabalhadora não é da defesa do sistema capitalista e sua ordem, mas sim de aumentar a ofensiva da classe trabalhadora, intensificando as lutas.



Por isso, nas eleições burguesas a Fasubra não irá apoiar nenhum programa de conciliação de classes e se manifestará em apoio às iniciativas que apresentem um programa que rompa com a lógica capitalista, construindo um programa socialista para a classe trabalhadora, o que só se dá por fora das urnas.

3. A Fasubra imprime seu apoio e solidariedade aos companheiros venezuelanos refugiados no Brasil e em outras partes do mundo, que se fogem seu país por conta das trágicas situações degradantes que o capitalismo impõe. Junto a isso, a Fasubra repudia veementemente todas as ações dos Governos da Venezuela e de qualquer país que imponha à classe trabalhadora à miséria e à barbárie e que aplique as políticas neoliberais.

Educação

1. A Fasubra reafirma que o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado durante o Governo Dilma, é insuficiente para atender às necessidades da classe trabalhadora e por isso se posiciona contra o PNE. Neste sentido, reafirma a necessidade da luta pela implementação de 10% do PIB para a educação pública já e pelo fim da privatização no ensino. Desta forma, a Fasubra indica que não será conivente na promoção de ações contrárias à implementação de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço da classe trabalhadora, não participando de nenhum fórum ou espaço que busque legitimar ações contra essas bandeiras históricas.

2. A Fasubra reafirma que é contra a reforma do ensino médio e também a ações como “Escola Sem Partido”, ações que visam retirar das escolas os debates de gênero e sexualidade, bem como ações que imponham somente uma ótima religiosa e às desprezam as tradições e religiosidades afrodescendentes. A Fasubra reafirma também que se coloca na defesa uma educação pública, gratuita, de qualidade e a serviço da classe trabalhadora em todas as esferas do ensino. Neste sentido, irá também buscar reconstruir o seu projeto de universidade sob o eixo de “Universidade para os trabalhadores”, resgatando o princípio de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço da classe trabalhadora.

Organização sindical

1. O caráter mundial do capitalismo e todas essas lutas precisam da mais ampla solidariedade, exigindo a unidade do conjunto dos trabalhadores também internacionalmente, organizando uma resposta da classe trabalhadora, independente de sua nacionalidade. Neste sentido, a Fasubra reafirma a importância de aglutinar as forças políticas, entidades, movimentos, organizações que lutam e acreditam no socialismo para construirmos um programa da classe, com o objetivo de trabalhar, juntos, em oposição aos ataques antissociais e conquistar direitos, fortalecendo o sindicalismo para romper com o capitalismo e promovendo a unidade sindical e popular, classista e independente.

2. A Fasubra reafirma a necessidade o movimento sindical se oriente pelo critério da organização da mobilização como seu método principal de luta e pela defesa intransigente do princípio da independência de classes.

Assim, considerando que estamos vendo que a classe operária, junto com o movimento popular, retomar seu papel histórico, colocando-se à frente e que foi parte ativa da Greve Geral, paralisando a produção em todo o país e demonstrando sua força, a Fasubra se coloca no fortalecimento dessa estratégia transformadora e na defesa do socialismo em substituição ao capitalismo, combatendo o machismo, o racismo e a LGBTfobia, condenando o caminho da conciliação de classes, das ilusões nos regimes eleitorais deles e apostando na ação direta e independente da classe trabalhadora.

3. A Fasubra reivindica um sindicalismo combativo, classista e independente, pautado nas seguintes concepções:

- independência de classe na nossa organização;
- a mobilização como forma predileta de nossa luta;
- unidade do movimento sindical e popular;
- apoio mútuo e solidariedade ativa entre os trabalhadores empregados e desempregados;
- a solidariedade internacional ativa como necessidade estratégica de nossa vitória;
- autonomia frente aos partidos e organizações políticas;
- método da democracia operária como o princípio para exercício de nossas lutas

4. Considerando os diferentes posicionamentos com relação ao sindicalismo e à organização da classe trabalhadora, a Fasubra irá organizar amplo debate sobre Centrais Sindicais, concepção de organização e estrutura sindical promovendo encontros ou seminários para debater os diferentes projetos das centrais e da organização dos trabalhadores, bem como apoiar financeiramente a participação de seus diretores nas diversas Centrais que têm atuação na Federação. Além disso, a Fasubra orienta os sindicatos de base a promoverem ações no mesmo sentido.

5. A Fasubra reafirma que o sindicalismo combativo deve estar nas mãos da classe trabalhadora. Por isso, reafirmamos a posição de que os sindicatos devem ser sustentados pela classe trabalhadora, contra o imposto sindical, pela independência de classe.

Alterações estatutárias

1. Alterar para “autonomia em relação aos partidos”.
2. Ampliar a base social da Federação, dentro do princípio da pluralidade sindical e, neste sentido, realizar debates sobre o reconhecimento de mais de um sindicato da mesma universidade como filiado à Fasubra.

Reformas do Governo Temer (plano de lutas)

1. Fasubra orienta o conjunto de seus sindicatos para estender sua base de representação aos terceirizados. Entretanto, independente dessa incorporação dos terceirizados a base de representação dos sindicatos, as entidades de base da Fasubra devem ajudar na organização de associações de terceirizados, comitês de luta, entre outras formas de organização para permitir que esses trabalhadores, cada vez mais numerosos na comunidade universitária, possam se incorporar a luta contra as medidas de Temer e pela defesa da educação pública no país.

Relações de Trabalho e carreira

1. A Fasubra entende o debate de carreira como parte estratégica da disputa de concepção de estado, dentro de uma visão classista em que os serviços públicos devem ser prioridade do Estado e estar a serviço e sob controle da classe trabalhadora. Neste sentido, defendemos a reabertura de concurso público, racionalização dos cargos, dimensionamento, o fim do decreto de extinção dos cargos, 30 horas para todos, fim das terceirizações e melhorias na carreira. Para promover a discussão das questões pontuais, a Fasubra deve antes elaborar seminários ou encontros que promovam o debate mais profundo, de princípios e concepções para depois chegar nas propostas mais objetivas.

Estaduais

1. A Fasubra deve estar presente nas lutas das estaduais e realizar plenárias nacionais em que pautem as universidades estaduais. Analisar, discutir e participar em conjunto com os sindicatos filiados a conjuntura, marcar presença nas mesas de negociação com reitorias e governos estaduais. Construir de verdade, na base, um encontro nacional com entidades filiadas e entidades que ainda não são filiadas

para aproximação de mais entidades sindicais com a Federação, bem como dar um caráter unificado às campanhas salariais e lutas em curso.

Hospitais Universitários e EBSEERH

1. A Fasubra deve incorporar a luta contra a EBSEERH de forma mais central, mostrando que a EBSEERH é um modelo falido e ao mesmo tempo se colocar na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras lotados nestes Hospitais.

Opressões

1. A luta contra as opressões deve ser uma luta combinada pelo fim da exploração e da opressão.

2. A Fasubra deve promover mais atividades ou encontros que tratem centralmente da questão das opressões, tanto de mulheres, como de negros e negras e LGBT. Deve expandir esse debate para que uma elaboração coletiva com contribuições da base, promovidas através de encontros regionais, seminários e eventos nacionais. Além disso, é importante reconhecer os trabalhos que são produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras da base da Federação, promovendo suas elaborações e abrindo espaços para compartilhar essas experiências. Com relação à questão das mulheres, estes debates devem também ser promovidos no sentido de tratar de temas como a questão do aborto, da violência, do assédio, da participação sindical e tantos outros. Com relação ao debate de negros e negras, a Fasubra deve retomar seu protagonismo e sobre a questão LGBT, avançar no debate pois é o tema mais frágil de elaboração entre todos os temas de opressão.

Unidade da classe trabalhadora

1. A verdadeira unidade deve ser promovida entre a classe trabalhadora construída nas lutas e nas ruas, através de organismos independentes da classe. A Fasubra se posiciona contra alianças oportunistas e eleitoreiras que se pautam pela conciliação de classes.

Comunicação

1. A comunicação da Fasubra deve fazer parte da disputa contra-hegemônica de uma comunicação a serviço da classe trabalhadora. Neste sentido, pela luta direta pela hegemonia da comunicação sob o controle dos trabalhadores, com a expropriação sem indenização das empresas de comunicação.

Uma frente classista e contra a conciliação de classes na FASUBRA

UM CHAMADO À CONSTRUÇÃO DA FRENTE BASE

O Congresso da Fasubra se torna, mais do que nunca, urgente como método de ampliar o debate, apresentar as diferentes análises e políticas para a atual conjuntura. Este debate que também fizemos dentro da Frente Base, reafirma que se não aprendermos com a história, poderemos perder o bonde e desorganizar e desmobilizar a classe trabalhadora. Não podemos permitir vacilações na organização dos trabalhadores e este foi esforço desta longa tese. Queremos, a partir desta tese, consolidar os elementos que nos unem, demarcar o viés classista e contra a conciliação de classes dos ativistas que compõem a Frente Base. Queremos que esta tese, assim como as anteriores, faça parte do nosso histórico de acumulação teórica, marcando nossas diferenças e posições.

E, junto com isso, queremos convidar cada companheiro e companheira que participa da vida ativa da Universidade, a se somar nas lutas tendo como referência a independência de classes, a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia, a organização pela base e a mobilização como forma de lutas. Queremos convidar todos e todas a romper com o corporativismo, para uma luta unificada da classe trabalhadora, junto à CSP-Conlutas. Por fim, queremos que

cada trabalhador e trabalhadora nunca perca do horizonte que a nossa maior luta é luta pela transformação social, a luta por uma sociedade socialista!

Assim, fechamos nossa tese comemorando o centenário da maior revolução da história da classe trabalhadora, com a certeza de que devemos organizar os debaixo para derrubar os de cima! Viva o centenário da Revolução de Outubro!

Assinam esta tese:

Adriana Stella, DN, UNICAMP / Adrian, UnB / Agnaldo Garcia Cardoso, UFRN / Alex Nunes, UFERSA / Alzira das Neves Trindade, UFRJ / Angeline Feitosa de Carvalho, UFPI / Ana, UnB / Carlos Firmino Alves Rodrigues, UFRN / Carlos Leandro, UFRN / Carmen Moreira, UFPR / Chiquinho Piquet, UFRN / Claudiane Pinheiro Araújo, UNIFAP / Claudiane, UnB / Cleide Pereira do da Silva, UFRN / Cleiton Oliveira, UFPE / Conceicao de Maria Caldas, UFRN / Cristina Eberhardt, UFSC / Dalila, UnB / Danilo Araújo, UFPE / Deusa, UnB / Edineide Oliveira, UFPE / Edmilson Lima, UnB / Edna Maria Araujo, UFRN / Edna Maria, UnB / Edison Nesladek Satiro, Centro Paula Souza / Eliane Lemos, UFF / Elissandra Luz Novaes da Silva, UNIFESP/ Fatinha, UnB / Feliciano Espinhara, UFRPE / Felipe Cesar Torres Antonio, UFABC / Filipe (Skiter), UFES / Francisca Nepomuceno (Chiquinha), UnB / Francisco das Chagas Batista, UFRN / Francilio Rocha, UnB / Francisco Targino, UnB / Gabriel Tolstoy, UERJ / Gabriel de Melo, UFRJ / Geaneide Santos de Lima, UFRN / Gerson Floriano dos Santos, UFPB / Gilson S. Gomes da Silva, UFRN / Ieda Salviano, UFRN / Igor Conde, UERJ / Ismael Martiniano Silva, UFRN / Ivanildo Vicente Ferreira, UFRN / Izabel Cristina Firmino, UFF / Jáder Barrozo de Carvalho, UFPI / João Amazonas, UFPE / João Batista, UFRN / João da Hora, UFPE / José de S. Nóbrega, UnB / José Edson, UFRN / José Fernandes, UFRN / José Gilberto, UnB / José Sebastião Andrade de Melo, UFLA / José Rebouças da Costa, UFRN / José Talvanes Pessoa, UFRN / José Messias da Silva, UFRN / José Ribamar, UFRN / Josineide Gomes, UFRN / Katia Telles, UFPE / Lara Gobira, UFES / Leda, UnB / Lenilson Santana UFPE / Lourenço, UFRN / Luciana Furlanetto, UFSCAR / Luciano Pitta, UFF / Luiz Gomes, UFRN / Luiz Ronaldo da Silva, UFRN / Márcio Dutra Moutinho, UFES / Marcos, UnB / Marcos Aucantra, UFRN / Marcos Mateus, UFPR / Maria Antônia da Silva, UFTM / Maria Conceicao do Nascimento, UFRN / Maria Cristina Carvalho da Graça, UFF / Maria da Conceição Fernandes Paiva, UFRN / Maria da Piedade, UFRN / Maria de Fatima, UFRN / Maria de Lourdes de Souza, UFRN / Maria Salete da Silva, UFRN / Marina Soares, UFSC / Marinalva Frazão, UnB / Maurício de Souza, UFPR / Maurício Sabino, UnB / Meneleu Lins, UFRN / Naara Maeli, UFPE / Paulo Augusto, UFRN / Paulo de Tarso Aragão, UFPE / Patricia, UnB / Perciliana Rodrigues, UERJ / Oscar Gomes da Silva, UNIRIO / Raoni de Lucena Souza, UFF / Rita de Cássia da Silva Lira, UFRN / Robson Gibim, UNILA / Roberto Nicolosi, Centro Paula Souza / Roberval Ferreira, UFRPE / Rose, UnB / Rubens Bezerra, UFRN / Sandra Maria Rodrigues Guizan, UFF / Sebastião Florêncio, UFRN / Selma Gomes, UFSC / Severino Gomes da Silva / Simea Freitas, UFTM / Sônia Maria da Silva, UFRN / Taigor Martino, UNICAMP / Tânia, UnB / Tailana Batista, UFF / Teresinha Borodiak, UFPR / Thiago Sobreira Marques, UFES / Wilson Ferreira Mendes, UNIRIO / Zacarias Leocadio, UFRN ■

Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Por uma Fasubra, Classista, Unitária e de Luta

Estamos chegando ao XXIII CONFASUBRA com muitos desafios. Não pretendemos com esta Tese sermos os detentores da verdade. Estamos aqui para expressar nossas ideias e construir, unitariamente, planos de ações para os próximos 2 anos para derrotar as políticas nefastas que estão em curso em nosso país. Esperamos que, juntos, possamos trazer a unidade na ação construindo bandeiras de lutas unitárias e necessárias para o fortalecimento e luta de nossa Federação, desejamos a todos um ótimo congresso e que as disputas sejam no campo das ideias, e que possamos respeitar a todos(as), independentemente da cor de camisas que vestimos.

Tendo em vista a velocidade com que a conjuntura vem sendo alterada em nosso país e ao surgimento diário de pacotes de maldades contra o servidor público e o serviço público, estaremos distribuindo durante o XXIII CONFASUBRA uma atualização da Análise de Conjuntura Nacional e Internacional da CTB onde apresentaremos, também, um Plano de Lutas, bem como outros temas da pauta do congresso, necessários para o debate e, assim, contribuir com o processo de discussão dos Delegados e Delegadas presentes ao Confasubra.

Saudações Sindicais,

Fátima dos Reis, Paulo Vaz, Ângela Targino, Mario Garofolo, Márcia e Igor Pereira. Junto com varios outros militantes e dirigentes da CTB e simpatizantes de nossas ideias nas instituições de ensino públicos de nosso país.

1. INTRODUÇÃO

XXIII CONFASUBRA NO CONTEXTO HISTÓRICO E DESAFIOS

A Fasubra Sindical, desde sua fundação em 1978, ainda sob o modelo associativo, esta jovem senhora prestes fazer 40 anos, passou por diversos modelos de Estado projetados pelo poder econômico para o país. Iniciou a vida sindical na forma de clubes recreativos, controlados pela repressão antidemocrática totalitária do Regime Militar que impôs um modelo de universidade em colaboração com os Estados Unidos da América (Programa MEC – USAID) com o objetivo de modelar nosso ensino superior ao modelo americano e dotar uma capacidade técnica no Brasil visando promover o desenvolvimento nacional dependente dos EUA.

O movimento sindical já tinha projetos de governo nesta época de ditadura militar, que por seu caráter autoritário, golpista e entreguista, foi derrotado por um grande movimento democrático, Diretas Já, que levou multidões as ruas, na luta por um Brasil democrático. Época também em que a Fasubra, com os levantes mudancistas no país, também deixou o caráter associativo para se juntar a luta sindical classista e vanguardista, que estava eclodindo em todo país. Mesmo com todas as manifestações gigantescas, o congresso nacional a época, virou as costas para o povo e manteve as eleições indiretas, assim elegendo Tancredo Neves, acometido de uma doença, não chegou a tomar posse e assim, seu Vice Jose Sarney, toma assume o país.

Com a conquista da democracia, mesmo com a dependência do patrimonialismo, colonialismo cultural, da extrema concentração de riquezas, e contradições entre campo e cidade, o espaço conquistado foi retratado na constituinte de 1988, conhecida como Constituição Cidadã

Na Nova República, a esquerda e grande parte dos setores da luta emancipacionista, ficaram a margem do Governo Sarney que fortaleceu os conservadores

preparando ambiente para um processo regressivo no campo político, que favoreceu, na transição democrática, mais um golpe conservador com a eleição de Fernando Collor, retomando políticas de reformas conservadoras e entreguistas, patrocinadas pela Rede Globo. Embora o governo Collor tenha sinalizado para um projeto neoliberal, suas ações antipopulares foi barrada pelo impeachment, produto de outro grande movimento de massas, ressurgindo uma nova esperança. Seu Vice assume, Itamar Franco que concretizou uma transição para o Projeto neoliberal, com uma feição inicialmente mais democrática, que iniciou envolvendo os trabalhadores com Walter Barreli, coordenando um debate sobre novas relações de trabalho e as questões do mundo do trabalho naquele contexto. A universidade iniciou o debate da agenda da Autonomia Universitária, e o debate sobre diversidade ganha cada vez mais atenção para as políticas de governo.

Neste ambiente democrático favoreceu a ELEIÇÃO de FHC que conseguiu por meio do Plano Real, de Itamar Franco, unificar o poder econômico industrial, financeiro e midiático vender a ideia de uma agenda neoliberal, com apoio do congresso nacional, dando início a uma grande ofensiva antidemocrática, por meio das reformas antipopulares. Abortando a participação democrática da sociedade, impondo reformas da administração, da previdência, PDV, cancelando as propostas do Fórum Nacional de Educação, impondo uma LDB privatista, mecanismos de controle e de avaliação, com o objetivo de preparar cenários para a privatização com início da terceirização e da precarização. Na política externa, uma maior aproximação com a Europa, mais mantendo submissão aos EUA, aderindo ao projeto de integração dos americanos a ALCA, assim sendo, neste período, abrindo-se mão do fortalecimento da soberania nacional, gerando uma maior dependência externa do Brasil. Projeto que levou o país a uma profunda crise, que tornou-se política, estrutural inviabilizando o desenvolvimento, esgarçando a nação à sanha do capital financeiro.

Na sequência tivemos a grande experiência democrática, do ciclo Lula/Dilma. Experiência extremamente rica, protagonizada pelas classes trabalhadoras, que renovou as esperanças da sociedade democrática por um Brasil melhor, fortalecendo a soberania nacional, iniciando um novo ciclo de desenvolvimento que marcou a história distribuição de renda, integração latino-americana não submissa, delineando uma nova geopolítica internacional com os Brics, contribuindo sobremaneira para um avanço político de todos os países oprimidos do mundo, em particular os povos da América Latina.

Assim, este período onde a sociedade participa do processo de construção nacional, seja em conselhos, congressos, ou outras formas de participação, com um programa de retomada do crescimento econômico e relações democráticas com todos os países, inclusive África, América Latina, Rússia e China, durou 13 anos.

Mesmo tendo um comportamento de diálogo e cumprindo os acordos com o mercado financeiro, do lado das velhas raposas da política e chegou o dia em que os neoliberais, cansaram das concessões e resolveram voltar ao poder através de mecanismos que deu vergonha ate, aos militares em tempo de ditadura.

O governo Temer produto do golpe midiático, parlamentar, judiciário e rentista, continua impondo uma agenda ultra neoliberal a serviço do poder econômico comandando pelo capital financeiro. Sua trajetória sintetiza a implantação de uma agenda retrograda e regressiva, que reúne as condições para uma super exploração do trabalho e liquidar a natureza do desenvolvimentismo, do Estado de

bem estar social gerados no período recente dos governos do ciclo mudancista. Assim, com um amplo acordo, com todos os setores, o golpista Temer, assume ficamos completamente a deriva, sem nenhum projeto de país e de governo. O golpe retoma a demolição do Estado brasileiro, a entrega das nossas riquezas (Petróleo, Amazonas, Indústria Naval, eletricidade. etc...) Retoma o programa neoliberal de FHC, agora configurado como Ultra neoliberal, reinicia o desmonte da universidade Pública, que até o momento não encontra forças para resistir a estes ataques, mediante a correlação de forças.

A luta pelo Fora Temer passa a ser a principal luta a ser desenvolvida pelo sindicalismo, com radicalidade e amplitude, unificar o povo brasileiro e os trabalhadores em particular, avançado para evitar uma grande derrota democrática com as reformas trabalhista, previdenciária, eleitoral e tributária desenhadas pela agenda ultra neoliberal.

Temer vendeu a ideia de que tem condições de realizar estas reformas, foi capaz de congelar o setor público por 20 anos, de aprovar a Reforma Trabalhista, de implantar uma reforma conservadora despolitizando a educação, com a possibilidade até de implantar o ensino pago nas universidades públicas, primeiro sucateando o sistema público universitário, segundo fortalecendo o setor privado com a expansão do FIES, Prouni, dissolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), encerrando os programas de bolsas de estudo, cortando verbas orçamentárias, custeio, capital e estimulando um novo PDV. Por outro lado, privilegia o sistema “S” impõe uma LDB retrograda, para despolitizar a educação e facilitar ainda mais o desenvolvimento do mercado educacional.

Sua política internacional é de entrega da soberania nacional, fim menosprezar as relações com os Brics, alinhamento com os norte-americanos, combate a esquerda e governos progressistas na América Latina, intervindo desavergonhadamente na Venezuela, em defesa dos interesses dos golpistas pró-norte americanos de lá. De cá e contrário aos interesses dos povos de todo o mundo e em particular do povo brasileiro que tem admiração pelo “chavismo” como uma experiência de resistência ao capital na América Latina.

Para tanto é necessário derrubar Temer e o modelo que o sustenta. Antipatriótico, antipopular e antidemocrático, buscar nesta luta unir os trabalhadores, o movimento social avançado, a esquerda progressista e revolucionária, e construir um novo programa de desenvolvimento, que uma a nação brasileira em torno de um modelo socialista, democrático e popular.

**FORA TEMER
EM DEFESA DA DEMOCRACIA,
DIRETAS JÁ.**

2.CONJUNTURA INTERNACIONAL

Aprofunda a crise internacional que é caracterizada por instabilidade, imprevisibilidade, graves tensões e ameaças à paz. A brutal ofensiva imperialista em curso e a forte onda política conservadora tem como resposta a tenaz resistência dos(as) trabalhadores(as) e dos povos. Prossegue a transição no sistema de forças internacional, em que emergem no cenário geopolítico, novas configurações de poder ao mesmo tempo em que traz novos elementos para a compreensão da realidade.

A principal característica da conturbada transição em curso é o declínio relativo da superpotência estadunidense e a emergência de novos polos de poder econômico,

político, diplomático e militar. O fenômeno mais representativo desta tendência é o protagonismo da China socialista como potência e a recuperação do poder nacional da Rússia, ambas atuando em parceria estratégica, e a existência do Brics (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

O dólar mantém-se como moeda de reserva e trocas internacionais, mas seu papel tem se reduzido com a crescente tendência à realização de acordos comerciais e cambiais que não tomam a moeda estadunidense como referência. É intensa também a demanda, principalmente por parte da China e demais países do Brics, por uma nova arquitetura financeira e pela reforma do sistema monetário internacional. Observa-se no interior do Brics o mais pujante crescimento econômico – casos de China e Índia – e o reforço do poderio econômico e militar da Rússia. O declínio relativo dos Estados Unidos manifesta-se também nas profundas contradições no seio de sua sociedade. Os Estados Unidos têm mais de 20% do PIB mundial medido em dólar, força ponderável no sistema financeiro, gigantesco poder agropecuário e a maior capacidade em Pesquisa e Desenvolvimento. O poder militar está assentado no maior gasto mundial em defesa, bem como numa ampla rede de bases militares espalhadas por todo o mundo (sobretudo em regiões estratégicas, como estreitos e zonas de produção e escoamento de hidrocarbonetos).

A República Popular da China, que fortalece sua soberania nacional e constrói o socialismo com características próprias, sob a direção do Partido Comunista, é a principal concorrente dos Estados Unidos, com potencial para tornar-se a principal economia do planeta (já é a maior se a medição for pelo critério de Poder Paritário de Compra – PPC), constitui um forte poder nacional e um fator preponderante nas relações internacionais. Além disso, amplia crescentemente a condição de principal parceira comercial de um número grande de países, hoje superior a uma centena. A China está no centro de uma mudança na arquitetura financeira mundial, criando alternativas à hegemonia dos Estados Unidos estruturada no sistema Bretton Woods (dólar, Banco Mundial e FMI). A nação asiática tem sido ainda a promotora do maior projeto de integração de infraestrutura (energia, comunicação e transportes) de que se tem notícia: a Nova Rota da Seda. Por ter o Estado como indutor central do desenvolvimento e propulsor da economia, combinado com o respeito à soberania dos países com os quais se relaciona, a China cumpre papel econômico e geopolítico decisivo na atual quadra histórica.

As relações entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América têm sido marcadas por uma dualidade: no discurso diplomático, por se tratar da relação bilateral mais importante do mundo, ambos os países fazem promessas de cooperação mútua; na prática, o imperialismo estadunidense busca conter a ascensão da China, enquanto o país asiático busca criar mecanismos para reformar o atual sistema financeiro liderado pelos Estados Unidos e modificar o ambiente político internacional a seu favor.

A União Europeia (UE), sob hegemonia alemã, acentua sua natureza imperialista, oscila entre aliança e rivalidade com os Estados Unidos e atua como linha de frente no combate à Rússia. Mas a UE vem se enfraquecendo desde o início da atual crise capitalista. As dificuldades econômicas de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha culminaram no colapso da Grécia, com a imposição de um ajuste sobre os ombros das classes trabalhadoras. O sentimento contrário à integração europeia tem crescido desde então. À quase saída grega da UE, seguiram-se a saída da Grã-Bretanha e o crescimento de candidaturas presidenciais com a mesma pauta política refratária à União Europeia.

O Japão, há décadas em estagnação, ao mesmo tempo em que se mantém na órbita estadunidense, envereda por um caminho militarista próprio e busca

aumentar sua projeção e presença na Ásia, em oposição à China. No Oriente Médio, o Irã atua como força regional oposta ao imperialismo estadunidense e ao sionismo israelense, que persiste em sua criminoso política de opressão ao povo palestino. Os Estados Unidos e Israel fazem também ameaças constantes a países da região – como o próprio Irã, a Síria e o Líbano, nomeadamente contra o Hezbollah – e concertam alianças com regimes autocráticos e reacionários, como o da Arábia Saudita.

O continente africano é palco de intensas disputas econômicas, geopolíticas e militares. Persistem as chagas do subdesenvolvimento herdadas do colonialismo, a despeito dos esforços que fazem alguns governos agrupados no seio da União Africana. A África do Sul, como integrante do Brics, voltou a ser a principal economia da região. A paz, o desenvolvimento, o progresso social e a soberania nacional continuam como grandes aspirações dos povos africanos.

A combinação de guerras com políticas neoliberais tem gerado massas de deslocados, migrantes e refugiados, destruição de economias, solapamento de instituições, miséria, desemprego e fragmentação territorial. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), havia um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até 2015 – o maior da história. Somente na agressão imperialista na Síria, quase meio milhão de pessoas foram mortas. Não por acaso, os países com maior número de refugiados são justamente aqueles agredidos pelos Estados Unidos e seus aliados, entre os quais Síria, Somália, Iraque, Líbia e Afeganistão.

A Crise Sistêmica e Estrutural do Capitalismo

Em meados de 2007 teve início a grande crise econômico-financeira mundial, com epicentro nos Estados Unidos. Hoje, 10 anos depois, o mundo ainda vive sob o signo desta crise, uma das mais longas e graves da história, equiparável às de 1873 e 1929. Uma grave e prolongada crise estrutural, indissociável de sua natureza de classe e das contradições que lhe são inerentes. Sua singularidade é a dimensão inédita de um fenômeno que constitui uma das características do capitalismo em sua fase imperialista: a hipertrofia do capital financeiro, que expressa sua dominação desde o século 20, tal como assinalado por Lênin. No capitalismo contemporâneo, neoliberal, a riqueza produzida é acumulada predominantemente na especulação e no rentismo. A massa de capitais financeiros segue expandindo e em 2014 somava US\$ 232 trilhões, mais de três vezes o PIB mundial.

A recessão nos Estados Unidos não demorou a contagiar os demais países e se transformar num problema global. Notadamente na Zona do Euro, a partir de 2008 a economia mergulhou na depressão, e a seguir na estagnação severa. Na União Europeia, às voltas com os dilemas do euro, o desemprego subiu a níveis inéditos na história. A crise aguçou as contradições sociais no interior das nações, bem como os conflitos internacionais.

A crise decorre das leis objetivas próprias do sistema capitalista, dos mecanismos de obtenção de superlucros, de concorrência desenfreada pela produtividade do trabalho, de extração da mais-valia absoluta e relativa, de acumulação de riqueza num polo e expansão da pobreza em outro, de tendência à queda da taxa média de lucro, de superprodução relativa. A crise estrutural e sistêmica ressalta, como características essenciais da etapa imperialista e da crise atual, o domínio do parasitismo financeiro, a concentração e centralização do capital, a divisão dos mercados entre os grandes conglomerados monopolistas-financeiros, o rentismo, a especulação, a extrema exploração dos trabalhadores, a destruição de forças produtivas, o desemprego em massa e o uso da inovação tecnológica e científica

para aumentar os lucros e intensificar a exploração dos trabalhadores. A tendência do capitalismo à concentração e à centralização do capital e da renda, à polarização social e ao aumento do grau de exploração da força de trabalho foi notoriamente exacerbada. Estima-se que 1% da população no topo da pirâmide social se aproprie de 50% da riqueza produzida enquanto 75% de pobres dividem, entre si, míseros 3% do valor da produção.

O caminho percorrido sob o comando do grande capital monopolista-financeiro no quadro da crise é o da adoção de uma espécie de ajuste com imensas proporções: o neoliberalismo em escala exponencial, com implicações devastadoras para as soberanias nacionais e os direitos dos trabalhadores, cujo nível de vida se degrada continuamente. A burguesia reage às perturbações econômicas radicalizando ainda mais o neoliberalismo. Na Europa, prossegue o dismantelamento do chamado Estado de Bem-Estar Social. O direito do trabalho também está sendo destruído, a precarização avança e aspectos das relações sociais de produção retrocedem às condições existentes nos primórdios do capitalismo.

Os desequilíbrios globais inerentes ao intercâmbio produtivo, comercial e financeiro dos Estados Unidos com o resto do mundo, destacadamente com a China, também constituem fatores ponderáveis da crise do capitalismo. Ou seja, os déficits gêmeos (fiscal, comercial e em conta corrente), assim como o formidável endividamento que deles decorrem.

Não é possível compreender o aprofundamento e a extensão da crise sem enxergar sua associação com esses desequilíbrios, que também foram evidenciados nas medidas adotadas para contornar a recessão. Desde a eclosão da crise financeira em 2007, o mecanismo adotado para reanimar a economia consiste no aporte de estímulos financeiros, com a injeção de recursos públicos na banca e a emissão de todo tipo de papéis, o que só resulta em aumento do endividamento, da especulação e do rentismo – prenúncio de novas crises.

De um lado, a intervenção inédita dos Estados capitalistas, em apenas aparente contradição com a ideologia neoliberal, não teve os efeitos esperados e alardeados pelos governos. A recuperação não veio no ritmo dos ciclos econômicos anteriores. De outro lado, os trilhões destinados ao socorro de bancos e grandes empresas falidas promoveram a explosão dos déficits e crises fiscais. Novas bolhas financeiras foram formadas e alimentadas. A emissão desbragada de dólares expôs a instabilidade cambial para o mundo.

A crise expôs as contradições e os limites da ordem internacional remanescente dos acordos de Bretton Woods, fundada na hegemonia do imperialismo americano e no padrão dólar, refém da crise fiscal e dos desequilíbrios provocados pelos Estados Unidos. A Organização Mundial do Comércio (OMC) está em questão. Sob a administração Trump, abrangentes acordos globais dos Estados Unidos, como a Parceria Transpacífico (TPP, do inglês *Trans-PacificPartnership*) e o tratado com a União Europeia, são encerrados, e os Estados Unidos anunciam uma política comercial voltada à recomposição de sua economia.

A crise do capitalismo e os trabalhadores

A crise e o processo de reestruturação produtiva são fenômenos que interagem e têm efeitos devastadores para os(as) trabalhadores(as).

Ampliação do desemprego, salários em queda e retirada de direitos e aumento da desigualdade de gênero compõem um quadro de precarização crescente do trabalho.

Os avanços da denominada quarta revolução industrial ou da indústria inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia e outras inovações – potencialmente permitem a diminuição do trabalho manual, a maior qualidade de vida do povo e refletem também no próprio trabalho intelectual.

No entanto, estes avanços chocam-se com as relações de produção imperantes, que impedem sua generalização em benefício dos povos, ou são incorporados seletivamente, liquidando milhões de empregos e dezenas de profissões.

A reestruturação produtiva tem mudado profundamente as características da classe trabalhadora e suas frações e atinge também estratos de outras classes sociais. Essa realidade põe em evidência a necessidade da luta pelo socialismo. Atualmente, a produção pode ser realizada em países ou locais diferentes, de acordo com os interesses do capital. A linha de produção é substituída por pequenas e flexíveis unidades produtivas e o uso crescente de novas tecnologias. Essas transformações no mercado de trabalho afetam a organização dos trabalhadores, que fica mais debilitada.

A revolução tecnológica é um processo inevitável. Mas nos marcos do capitalismo ela é transformada em instrumento para aumentar a exploração dos trabalhadores, o que exige uma nova agenda de defesa do emprego e dos direitos trabalhistas. Uma medida essencial, nos marcos desta nova realidade, é uma radical redução da jornada de trabalho. Ao lado disso, impõe-se a luta por uma legislação especial destinada a preservar a ocupação e a renda dos trabalhadores, taxando fortemente as demissões e criando alternativas para mitigar os efeitos negativos de tecnologias que desempregam. Entretanto, tais soluções também se chocam com a lógica do capitalismo contemporâneo de austeridade e cortes de direitos.

A crise do capitalismo provoca o aumento e a intensificação da opressão sobre os trabalhadores.

A consequência é o crescimento da resistência e da luta do proletariado.

Os trabalhadores e seus aliados aprenderam a utilizar ferramentas que são suas – como as greves, os sindicatos, os comícios, as passeatas – e também os mecanismos da democracia burguesa, em sua ampla maioria conquistados por eles próprios em lutas heroicas, que vêm desde o início do século 19.

O grande capital, a fim de ampliar a super exploração, busca liquidar não só os instrumentos típicos da luta dos trabalhadores, mas a própria liberdade política em sua ampla acepção.

Reprime a ferro e fogo, ataca os sindicatos, as greves e o direito de associação, liquida os espaços públicos de convivência e encontro, e investe até mesmo contra os mecanismos típicos da democracia burguesa, como as eleições e os parlamentos.

Conflitos políticos e ofensiva imperialista

Os acontecimentos atuais revelam que os processos de transição no mundo não ocorrem nem transcorrerão de forma tranquila e pacífica. Presenciamos uma crescente agressividade da potência hegemônica e, por conta disto, uma perigosa corrida armamentista no mundo. Os gastos militares globais consumiram US\$ 1,7 trilhão em 2016, com os Estados Unidos respondendo por mais de um terço deste total. As tensões e os conflitos entre as classes sociais no interior das

nações e entre as nações, no plano internacional, estão em alta. A possibilidade de grandes conflagrações já não parece tão remota. Apesar de diferenças significativas quanto à forma de enfrentar a crise econômica, as diversas facções do imperialismo estadunidense têm um importante ponto de convergência: todas defendem o reforço da hegemonia mundial dos Estados Unidos.

Elemento essencial da situação internacional é a ofensiva do imperialismo estadunidense e seus aliados contra os direitos e a soberania dos povos, que implica golpes, intervenções e guerras, sempre resultando em violação da soberania, do direito internacional e ameaça aos direitos dos povos e à paz. Logo no início dos anos 1990 assistimos à intervenção no Golfo Pérsico com vistas a transformar o Oriente Médio em território de exclusiva influência dos Estados Unidos. Seguiram-se as intervenções no Afeganistão (2001), Iraque (2003), Líbia (2011) e Síria, onde está em curso, há seis anos, um devastador conflito provocado pelo intervencionismo das potências imperialistas (Estados Unidos e UE), do sionismo israelense e das monarquias reacionárias árabes. Além das intervenções diretas, multiplicam-se formas de intervenções indiretas. Os golpes se sofisticam, deixando de se restringir às quarteladas predominantes entre os anos 1950 e 1980. Têm ocorrido as chamadas “revoluções coloridas” como a da Geórgia (Revolução Rosa, em 2003), da Ucrânia (a Revolução Laranja, em 2004 e 2014), e do Quirguistão (a Revolução das Tulipas, em 2005), bem como golpes constitucionais em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Ademais, está claro que a Primavera Árabe teve participação e estímulo externos, criando condições para intervenções em diversos países.

Outro aspecto essencial para compreender a conjuntura internacional é a militarização. Em primeiro lugar, a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em direção aos países que faziam parte do antigo campo socialista. Após a desintegração da URSS, ao contrário de desaparecer, a Otan se fortaleceu, ampliando sua agenda política, com um discurso de segurança que abarca questões não só militares, mas também políticas, econômico-sociais e ditas “humanitárias”, e seu escopo geográfico, com a expansão para os Países da Europa Central e do Leste (PECL). A Organização mais que dobrou o número de integrantes: em 1999, ingressaram Hungria, Polônia e República Tcheca; em 2004, foram incluídas Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia; e em 2009, aderiram Albânia e Croácia. Segundo, a expansão de bases militares no esteio da denominada “Guerra Global ao Terror” desencadeada a partir de 2001. Por fim, a ameaça nuclear e a tentativa de construir escudos antimísseis na Europa. Foi anunciado em 2016, na cúpula da Otan em Varsóvia, o início operacional do sistema defensivo de mísseis balísticos, integrando as funções dos radares instalados na Turquia, dos navios estadunidenses baseados na Espanha e a instalação interceptadora na Romênia contra a Rússia. Na Ásia está em processo de instalação o Terminal de Defesa Aérea para Grandes Altitudes (Thaad, na sigla em inglês) na Coreia do Sul contra China e Coreia Popular. Por fim, a Otan ensaia incluir em sua área de influência o Atlântico Sul, ameaçando o entorno estratégico do Brasil, Uruguai e Argentina.

Há um entrelaçamento das novas tecnologias midiáticas e bélicas para potencializar os esforços intervencionistas. Por um lado, a grande mídia ocidental, em função dos novos meios de que dispõe, demoniza governos e insufla oposições como nunca antes, potencializando desestabilizações. Por outro, novas tecnologias ampliaram os meios de guerra das potências, por meio do comando do espaço (satélites) e da inteligência artificial que permitem a automação de diversas operações, como munições guiadas, drones, ciberguerra etc. Também na cúpula de Varsóvia a Otan deixou clara a tendência de militarização do ciberespaço, que caracterizou abertamente como um novo “espaço operacional”.

O recurso ao método *manu militari* é o caminho pelo qual o imperialismo, quando não tem alternativa, tenta deter e inverter o seu declínio e impor à força sua hegemonia. Para além dos aspectos econômico, cultural e diplomático, os Estados Unidos levam a efeito uma estratégia intervencionista e militarista para assegurarem um domínio multifacetado de amplo espectro que pode levar o mundo a graves conflitos e perigosas conflagrações. Para robustecer a política belicista do imperialismo, Donald Trump aumentou o orçamento militar para US\$ 603 bilhões em seu primeiro ano de mandato (2017). A crescente militarização do planeta, a expansão da Otan para o leste da Europa, visando à Rússia, o aumento do número de bases militares, a modernização das armas nucleares e a elaboração de uma estratégia militar centrada na Ásia, visando à China, são aspectos essenciais da ofensiva do imperialismo, além das investidas no Atlântico Sul com a reativação da 4ª Frota Naval.

A crise econômica e os conflitos geopolíticos têm resultado em impasses políticos e descrédito das corrompidas instituições que conformam a democracia sob a hegemonia do capital. Décadas de aplicação do neoliberalismo, com suas consequências devastadoras, foram sustentadas na esfera da comunicação e da propaganda por um sistema midiático que apostou intensamente na despolitização e na incultura, como forma de alienar as grandes massas das verdadeiras causas das contradições sociais. Isso ajudou decisivamente a canalizar o desencanto com o neoliberalismo, não para saídas mais avançadas, mas para o ataque às próprias liberdades democráticas. Na verdade, assiste-se no plano político, em escala global, ao desenvolvimento de uma onda conservadora, de direita e de cunho fascista. Os resultados das últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos e a disputa no segundo turno das eleições presidenciais na França, polarizadas entre a direita e a extrema-direita, são indicadores dessa tendência. A xenofobia se torna lugar comum, enquanto as políticas imperialistas ganham contornos racistas e colonialistas. Dissemina-se o individualismo exacerbado. Empreende-se sistemática campanha para desinformar e despolitizar a sociedade. Ataca-se a democracia. Procura-se excluir as forças progressistas dos parlamentos. Impõe-se legislações e novas constituições para atender aos interesses do capital financeiro. Realiza-se antirreformas para esvaziar o papel do Estado como fator de proteção dos direitos sociais e indutor do desenvolvimento.

Também sofrem ataques os direitos individuais, que são solapados pela violência do Estado a serviço do grande capital. Há um processo de supressão de direitos e garantias individuais que foram conquistadas há séculos. Há restrições ao Estado Democrático de Direito e ao devido processo legal. As polícias, em todo o mundo, ampliam o recurso à violência e à arbitrariedade, seja quando atuam contra as lutas populares, seja no cotidiano das cidades, onde cresce a violência, dirigida especialmente contra os mais pobres.

A generalizada insatisfação dos trabalhadores e dos povos com as sequelas da crise se expressa de forma contraditória tanto no plebiscito que consagrou a saída do Reino Unido da União Europeia, quanto na eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, como nos elevados percentuais da extrema-direita nas eleições presidenciais na França. Tais fatos expõem uma singularidade marcante, a de novos impasses da globalização neoliberal, com os riscos de chauvinismo, protecionismo, guerras comerciais e cambiais em defesa dos interesses nacionais dos países imperialistas e em detrimento dos países em desenvolvimento. O nacionalismo que emerge nos países imperialistas é por natureza reacionário e um perigo, pois só se realiza atacando outras nações, massacrando povos e promovendo choques inter-imperialistas. Esses fenômenos evidenciam a emergência da questão nacional, do anti-imperialismo e das causas populares como vetores principais da luta dos povos no quadro de um sistema

internacional inerentemente anárquico e instável.

As políticas neoliberais geram uma crise multilateral: ambiental, alimentícia e energética. Os países adotam políticas diferenciadas em relação ao tema. O governo dos Estados Unidos, sob Trump, nega as mudanças climáticas e subestima a questão ambiental. Já a União Europeia a reconhece, mas procura encontrar nela uma saída para a crise através da chamada economia verde. Com essa abordagem, pretende assegurar a exportação de capitais, tecnologia e venda de equipamentos de combate aos danos ambientais. Os países em desenvolvimento, por meio do G-77+China, defendem o desenvolvimento sustentável associado à afirmação da soberania nacional e a inclusão dos três eixos (econômico, social e ambiental) defendidos nas conferências internacionais como fundamento do desenvolvimento sustentável.

América Latina: Imperialismo tenta impor restauração conservadora

A América Latina conheceu nas duas últimas décadas um ciclo progressista cujo ponto inicial foi a eleição de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela em 1998. Desde aquele ano em que Chávez se elegeu, em doze países da região forças populares chegaram ao governo nacional por meio do voto: Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, Paraguai, Honduras, El Salvador e República Dominicana.

A onda progressista repercutiu em toda a região, alterando significativamente a correlação de forças e contrapondo-se ao poder do imperialismo estadunidense que, isolado, sofreu derrotas e teve de reconhecer a Revolução Cubana e retomar as relações diplomáticas com a ilha caribenha, em dezembro de 2014.

A luta contra o neoliberalismo e pela integração latino-americana avançou. Milhões de pessoas saíram da pobreza e foram criados valiosos instrumentos de integração regional: a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e o Acordo de Cooperação Energética Petrocaribe.

Os governos democráticos, patrióticos e populares da América do Sul, alguns deles revolucionários e com rumo socialista, basearam sua plataforma política na promoção dos direitos sociais, no reforço do Estado nacional, na nacionalização dos recursos energéticos e, em alguns casos, na realização de transformações estruturais.

Está em curso uma ofensiva para liquidar essas conquistas. As forças reacionárias locais e o imperialismo estadunidense exploram as dificuldades econômicas e sabotam a economia com fins políticos. No caso da Venezuela, realizam literalmente uma guerra econômica para desestabilizar o governo revolucionário bolivariano. A inflação e o desemprego refletem-se fortemente no ânimo do povo – o que é incessantemente usado pela mídia e pelos conservadores. Essa situação resultou, no final de 2015, num revés: a vitória da oposição nas eleições parlamentares na Venezuela. Também em 2015, o neoliberal Maurício Macri vence as eleições presidenciais na Argentina. E, em 2016, acontece o golpe de Estado no Brasil. O retrocesso já consumado no Brasil e na Argentina marca um ponto de inflexão no ciclo progressista latino-americano.

A mudança da situação na Argentina e no Brasil permite aos novos governos agirem de forma concertada nos aspectos essenciais da política externa em relação ao restante da região. O objetivo principal é solapar o processo de integração regional, esvaziar o eixo Sul-Sul, enfraquecer o Brics, e realinhar-se subalternamente aos Estados Unidos e à Europa. O vértice da integração sul-americana vem sendo

desmontado. De forma gradativa, a Unasul é esvaziada, a Celac é ignorada e o Mercosul reflui para um simples tratado de livre comércio, renunciando a qualquer ambição de promoção do desenvolvimento comum dos países do bloco.

Particularmente grave é a situação criada pelo imperialismo e as oligarquias na Venezuela, onde recorrem a métodos abertamente terroristas, contando para isso com o apoio e o incentivo do imperialismo e da mídia a seu serviço. Fica nítido que a oposição de direita resolveu apostar tudo na ruptura violenta, mas encontra pela frente uma revolução decidida a se defender, com base de apoio real na massa e que sustenta uma firme aliança do povo com as Forças Armadas Bolivarianas. A Revolução Bolivariana está, assim, diante de um desafio: restaurar a estabilidade econômica e política, fortalecer o diálogo e a unidade no seio do povo e seguir aprofundando as transformações políticas e sociais. O governo bolivariano decidiu enfrentar esses desafios por meio da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Honduras, em 2009, e Paraguai, em 2012, sofreram golpes de Estado, com a deposição dos seus presidentes. Bolívia, Equador e El Salvador também enfrentam turbulências com características bastante semelhantes às da ofensiva em outros países da região. Estas características revelam uma clara articulação internacional do imperialismo com os setores conservadores e reacionários em cada país da América Latina. Também no alvo da ofensiva do imperialismo, Cuba continua sob bloqueio econômico. A administração estadunidense, sob o comando de Trump, adotou medidas restritivas ao comércio e ao turismo, que afetam os acordos feitos entre o governo socialista cubano e o governo estadunidense anterior.

Na América Latina e Caribe, apesar da ofensiva conservadora, Cuba, Venezuela, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, El Salvador e República Dominicana continuam com governos que se situam no campo progressista (com diferentes características e conteúdos), mas o fato de os dois mais importantes países da América do Sul – Brasil e Argentina – passarem às mãos da direita é fator de desequilíbrio em desfavor da jornada patriótica, democrática e popular.

No contexto da crise do capitalismo e da intensificação dos conflitos geopolíticos, acentua-se a luta de classes no plano mundial. A intensificação da ofensiva imperialista contra direitos, liberdades e soberania nacional desperta a luta democrática, nacional e libertadora dos povos. De variadas características e formas, variados graus de intensidade, composição nacional e social, é uma luta de classes multilateral, combinada com fatores democráticos, nacionais e sociais, que converge para o leito do anti-imperialismo. Isto impõe a busca de alternativas que assegurem a soberania das nações, a prosperidade e o desenvolvimento dos países, a integração assentada na cooperação mútua entre Estados e povos, a democracia, os direitos sociais e a paz.

É nesse quadro que atuam e se desenvolvem – em meio a grandes dificuldades políticas, ideológicas e organizativas – as forças progressistas, anti-imperialistas, revolucionárias e comunistas. A correlação de forças no plano mundial mantém-se desfavorável às correntes revolucionárias, nacional-libertadoras, anti-imperialistas, entre elas os partidos comunistas, o que implica objetivamente um prolongado processo de acumulação revolucionária de forças. O novo quadro geopolítico em curso no mundo exerce forte impacto sobre as lutas dos povos. As contradições entre as potências imperialistas, ao tempo em que aumentam os perigos de guerras e intervenções, causam fissuras que dão maior margem de manobra à resistência nacional e popular e precisam ser tomadas em consideração na luta pela paz e por uma nova ordem em que prevaleçam a democracia, o direito internacional, a soberania e a autodeterminação dos povos. Não obstante as

dificuldades, intensifica-se objetivamente a luta de classes, que é – em sentido amplo, incluindo neste conceito a luta anti-imperialista – um dos traços que caracterizam o momento histórico. Diante do sistema capitalista-imperialista, de sua profunda crise estrutural e sistêmica, da execução de políticas neoliberais, das políticas de guerra, da natureza reacionária do sistema político e econômico burguês, ganha relevo a tarefa de firmar em cada país e em interação uns com os outros as forças revolucionárias capazes de abrir caminho para superar os graves impasses em que a humanidade se encontra.

3. CONJUNTURA NACIONAL

Os erros e as lições do ciclo

Foi um erro grave ter mantido intacta a estrutura conservadora do Estado que decorreu, entre outros fatores, da não realização de uma Reforma Política democrática. Na verdade, a democratização, a modernização do Estado e o combate ao poder exorbitante das corporações de agentes públicos foram um tema que passou ao largo e, no geral, foi tratado quase sempre com o falso republicanismo que reforçou instituições que passaram a agir de forma autônoma no âmbito do Estado, rompendo com o equilíbrio entre os Poderes, e mesmo se sobrepondo a eles. Prova disso é o protagonismo de setores do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e de outros órgãos de Controle na trama e consecução do golpe de 2016.

Igualmente grave foi ter sido tratado como intocável o monopólio dos meios de comunicação. Mais do que isto, os governos Lula e Dilma fortaleceram a grande mídia com vultosas verbas publicitárias.

A regulamentação, em alguma medida, dos artigos da Constituição que vedam o monopólio no setor, deveria ter sido realizada. Programa de políticas públicas poderia ter criado um forte canal de TV estatal e uma abrangente rede de rádios e tvs comunitárias e públicas, bem como a existência de inúmeros blogs e perfis nas redes sociais que, em conjunto, poderiam ter reforçado a capacidade do governo e do campo democrático e popular na esfera da luta de ideias.

Não obstante as quatro vitórias eleitorais consecutivas de um mesmo bloco de forças políticas, algo único na história da República, não se conseguiu sedimentar em camadas largas do povo as razões da dura luta política que se travava. Houve uma subestimação da luta de ideias, da necessidade de informar e politizar o povo através de meios e instrumentos diversos.

A perda de hegemonia política da esquerda, cujo marco inicial foram as manifestações de junho de 2013, deu-se após prolongada ofensiva do consórcio golpista. Consumou-se a reviravolta pró forças neoliberais no decorrer de 2015 pela junção dos danos da recessão econômica com o uso pesado e manipulado de uma velha arma da direita: “o combate à corrupção”.

O partido do Governo pelo seu papel e força, cabia exercer a hegemonia da coalizão, mas ao exercê-la ele incorreu em erros e distorções. Minimizou o papel da esquerda na condução do processo político. Teve deficiências para exercer a direção política da aliança. Por um lado, faltaram-lhe um horizonte estratégico e convicções em torno de um projeto de Nação para impulsionar a transição, adotando com frequência uma posição intermediária ou de cedência política. Por outro, agiu com exclusivismo, concentrou poderes, não soube partilhar e construir decisões com os aliados.

O desenvolvimento contínuo do país a taxas robustas, indispensável para a existência de um ciclo longo no qual avance um Projeto Nacional, não teve a prioridade necessária. Prevaleceu uma política econômica híbrida, com direções opostas: uma dirigida ao desenvolvimentismo, enquanto a outra beneficiava o rentismo tanto pelas políticas monetária e cambial, quanto pelo superávit primário. Foi mantido – com mitigações no segundo governo Lula e no início do primeiro governo Dilma – o chamado tripé macroeconômico ortodoxo. E isso agravou a perda de competitividade da indústria, funcionou como uma trava ao desenvolvimento e canalizou grande parte do orçamento federal para os rentistas. Revelaram-se insuficientes e pouco ajustados à realidade os esforços para se investir na infraestrutura do país, com capital estatal e privado, nos serviços e na produção. Foram também insuficientes, embora tenham avançado, as políticas e os programas relacionados à produção científica e tecnológica articulada em torno de um sistema nacional de inovação.

A experiência também evidenciou que os dilemas para se enfrentar as amarras do poderio empresarial e financeiro não se resolvem nem com cedência, nem com voluntarismo.

Essa concepção inculcou o imobilismo e reduziu o papel crítico e impulsionador dos trabalhadores. Partidos e outros segmentos políticos com presença nos movimentos sociais (conservadores ou esquerdistas) em muitas ocasiões se somaram à oposição ao governo, principalmente no segundo mandato da presidenta Dilma – inclusive em apoio ao golpe. Os ensinamentos desse período apontam no sentido de que as entidades e os movimentos dos trabalhadores e do povo devem alcançar outro patamar de politização, ter autonomia e protagonismo na luta pelo poder. Precisam combinar o apoio aos governos progressistas às jornadas por suas bandeiras, buscando impulsionar o governo pelas mudanças e, ao mesmo tempo, exercer o indispensável combate às forças conservadoras.

Um ano do *impeachment*: a “agenda maldita”

A “agenda maldita” entreguista e neoliberal, expressão dos interesses das grandes potências e do capital financeiro, fragiliza as bases da soberania nacional com o desmonte do Estado e dos mecanismos indutores do desenvolvimento. Estão no alvo a Petrobras e a cadeia de petróleo e gás; o BNDES e os mecanismos de financiamento de longo prazo; a política externa como instrumento do desenvolvimento. Desmontam-se empresas privadas estratégicas para a economia brasileira, entre elas as da indústria da defesa. Vendem-se vastas extensões de terra e aliena-se concessões na província petrolífera do pré-sal a grupos estrangeiros, tramando também o fim do regime de partilha. Debilita-se o Estado nacional deixando-o sem condições de fomentar a indústria e reverter a desindustrialização. A ociosidade na indústria brasileira bate recordes. Em 2016, a utilização da capacidade instalada foi de 63%. Isso significa que 37% das máquinas, equipamentos e instalações da indústria ficaram parados. A participação dessa atividade no PIB caiu 3,8% em 2016 em relação ao ano anterior. Em 2016, o Brasil teve a pior taxa de investimentos dos últimos 20 anos, de 16,4% do PIB, e o investimento oriundo das estatais caiu em 50% entre 2013 e 2016. A recessão, em 2015 e 2016, acumulou queda de 7,2% do PIB, trajetória que se mantém em 2017. Enquanto isso, os juros sobre a dívida pública drenam para o rentismo, anualmente, 45% do orçamento federal.

Ao mesmo tempo, o governo ilegítimo promove o receituário mundial do neoliberalismo de austeridade, que se traduz no corte de direitos trabalhistas e dos gastos sociais, elevando a exploração do trabalho. A terceirização generalizada já foi aprovada, à Reforma Trabalhista também e com ela estrutura sindical e,

mediante o fim da Contribuição Sindical dos trabalhadores, a mobilização e a organização dos trabalhadores no Campo e do sistema confederativo dificilmente se manterá erguido, provocara, a ampliação do desemprego, afinal, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor há 70 anos, foi destruída, nela retirou-se direitos e garantias, e instituiu-se o predomínio do negociado sobre o legislado, que só favorece o capital.

Houve piora sensível do empobrecimento do povo. O Brasil atingiu o recorde de 14 milhões de desempregados, 25% dos quais jovens de 18 a 24 anos. Em 2016, a média dos reajustes salariais do país se reduziu a 0,52% e só 19% dos dissídios coletivos alcançaram aumento real de salários. Endividadas, as famílias e empresas congelam a economia. O ajuste recessivo produz queda na arrecadação, nos orçamentos dos estados e municípios e, a cada dia, aumenta a deterioração dos serviços públicos. A Constituição foi alterada para institucionalizar o engessamento dos gastos públicos em saúde e educação por 20 anos. A tensão social é latente, como na segurança pública – rebeliões em presídios, greves de policiais militares e aumento das chacinas. O número de famílias vivendo nas ruas ampliou-se exponencialmente

A próxima ofensiva será na aposentadoria, pretende-se liquidar a Previdência Social como parte da Seguridade Social, e arditosamente privatizá-la, destruindo o maior instrumento de distribuição de renda do país, em prejuízo especial das mulheres e da população mais pobre.

Radicalizada luta de classes política e ideológica

O Brasil vive, desde as manifestações de junho de 2013, prolongada fase de mobilizações de massas, muitas vezes com conteúdos conflitantes, ebulição radicalizada da luta de classes política e ideológica. O setor hegemônico das classes dominantes prega diuturnamente contra a capacidade de realização do povo e da Nação, promove descrença, desesperança, baixo sentimento de autoestima e de orgulho com o país.

Dissemina que é inexecutável um caminho de autodeterminação no mundo da globalização neoliberal; ao contrário, exige adotar amargas antirreformas neoliberais, para reduzir o Estado e os direitos que “não caberiam” no PIB e alinhar o Brasil de modo subordinado às grandes potências. Do mesmo modo, usa como arma política a denúncia de corrupção, afirmando ser ela a maior chaga do país e justificando até medidas de exceção em seu combate.

Estimula a intolerância e saídas individualistas e meritocráticas em detrimento da solidariedade social. Promove a desmoralização da atividade política, no contexto do esvaziamento da democracia produzida pelo neoliberalismo – expressa na crise de representação dos partidos – e busca promover o surgimento de nomes pretensamente “limpos” e “salvadores da pátria” para disputar eleições.

Em oposição a isso, estão vivas na memória popular as conquistas alcançadas no último ciclo e é crescente a consciência de que o *impeachment* foi um engodo contra os interesses do povo.

As forças progressistas disputam as ideias de que o Estado, sob sua direção, é indispensável na defesa do desenvolvimento; que a agenda neoliberal só favorece o rentismo por intermédio dos altos juros sobre a dívida pública e sequestra o papel do Estado em benefício de seus interesses; que os direitos sociais não são ônus, mas essenciais para se retomar o crescimento econômico, ao elevar a renda do trabalho, o consumo e a arrecadação, equilibrando o déficit fiscal.

Lava Jato e o Estado Democrático de Direito

A FASUBRA se pauta pelo zelo e defesa do patrimônio público e defende eficaz combate à corrupção. Entretanto, tem leitura crítica da Operação Lava Jato. Constituída em 2014 por setores do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, ela promove, com apoio da grande mídia, e alcançando apoio popular, uma cruzada contra esquema de corrupção montado na Petrobras. Desde então, tem pesado decisivamente na vida política e institucional. Entretanto, optou por caminhos que não são eficazes no combate à corrupção e que a desvirtuaram. Com o apoio do PSDB/DEM para promover o *impeachment*, pôde sistematicamente agir com nítido viés político partidário, criminalizando o PT e a esquerda como um todo. Consumado o *impeachment*, sem retirar a esquerda do alvo preferencial, marcha também contra os próprios chefes do golpe: Michel Temer, Eduardo Cunha e Aécio Neves.

Campos políticos e sociais em confronto

Crescem e alargam-se as mobilizações políticas do campo popular, desde o *impeachment*, a luta contra as antirreformas da Previdência e trabalhista tem sido fator de unidade e avanço da oposição ao governo, nas ruas e no Parlamento. Cresce o protagonismo dos trabalhadores em jornadas de paralisações nacionais com claro conteúdo político. Papéis destacados tiveram o *Fórum das Centrais Sindicais*, as *frentes Brasil Popular e Povo sem Medo* e partidos como PT, PCdoB, PSOL, REDE e PDT. A resistência alcançou apoios de repercussão internacional com a adesão de forte campo de juristas constitucionalistas e trabalhistas, das igrejas, do mundo da cultura, das artes e comunicação, e personalidades marcantes do país. Além das lutas sociais, formaram-se a *Frente Parlamentar em Defesa das Diretas Já* e a *Frente Ampla Nacional por Diretas Já e Contra as Reformas*, reunindo expressivas organizações da sociedade civil.

No entanto, segue o desafio de ir além dos setores tradicionalmente organizados. A maioria silenciosa do povo tem patente insatisfação e ainda não se expressou nas ruas. Sofre os efeitos, por um lado, da campanha de desmoralização da política e dos partidos e, por outro, da fragmentação social que afeta a subjetividade do povo e faz arrefecer laços de solidariedade social. Entrementes, as bandeiras por Diretas Já e contra as antirreformas neoliberais têm potencialidade de se alastrar, inclusive junto a setores médios que, mesmo tendo rejeições ou diferenças com os governos mudancista, também sofrem as consequências da crise.

A unidade do campo popular, progressista e democrático é indispensável e carece do debate crítico de desafiadoras questões, com métodos justos em busca de convergência. Destacam-se, entre outros, os temas da relação entre projeto nacional de desenvolvimento, o papel do Estado e o da sociedade civil; a supressão de pautas e interesses corporativistas que confrontam os interesses de toda a sociedade; a justa compreensão da luta pela hegemonia no processo político, sem hegemonismos exclusivistas, noção da indispensabilidade da unidade de forças em frente ampla, respeitados os legítimos interesses de partidos e movimentos integrantes.

A CTB atua em todas as causas que envolvem anseios populares, nos termos da realidade contemporânea na ampla variedade de vivências sociais, reivindicações, formas de organização e de ativismo digital. Buscam dar-lhes consequência sob a perspectiva de seu Programa Socialista para o Brasil. No entanto, estabelece-se no campo da luta social uma nova estratégia política movimentista com base no multiculturalismo que se quer “progressista”, mas que resulta na fragmentação do povo. São forças que exploram a crise de representação política da sociedade

– o que é mais propriamente uma crise da democracia, esvaziada sob a agenda neoliberal – em contraponto à esquerda partidária e às grandes organizações do movimento social brasileiro, consideradas “tradicionais” por afirmarem o papel central dos trabalhadores como sujeito central na luta pelo socialismo e adotarem o caminho da “disputa do Estado”. Embora críticas ao *status quo*, reforçam pregações conservadoras já hegemônicas da negação da política. Não apresentam alternativa sistêmica de sociedade, nem concebem a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento – sem o qual não se promove a cidadania, o progresso e a inclusão social –, com o poder de Estado induzindo um rumo democrático e progressista para abrir caminho às transformações sociais.

O consórcio golpista financiou a arrematada de uma base social disposta a ir às ruas, estrato decisivo para isso, em ligação com a mídia monopolizada, tem sido a alta classe média, derivando posições também para outros setores médios tradicionais que, ressentidos, comportam-se como o “partido político da elite”. Suas demandas, alimentadas pelo antipetismo e pelo discurso moralista da Lava Jato, mantêm-se ativas, mas as mobilizações entraram em refluxo, dada a desfaçatez de defender “reformas” intragáveis para a população e a corrupção escancarada no governo Temer.

A instabilidade é a marca da crise política e institucional

A instabilidade crônica e o quadro de incertezas em que vive o país, que põem em questão o ciclo da Nova República, aberto com a Constituição de 1988. O curso político evolui em paroxismos e torna imprevisíveis os desfechos possíveis. Há uma crise recorrente de governo, face à qual Temer busca demonstrar que o custo de sua saída seria maior do que mantê-lo no governo, para aprovar as antirreformas, e sinalizar à base política de apoio o enfrentamento aberto à Lava Jato. Há feridas abertas nas instituições, produzindo conflitos e desequilíbrios entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com graves consequências.

É necessário a criação de uma Frente Ampla que reunirá os trabalhadores, a juventude e as mulheres, com toda a diversidade das organizações de luta para aglutinar extensas camadas populares; os setores progressistas e patrióticos, do universo jurídico constitucionalista, do mundo cultural e da intelectualidade progressista; segmentos médios profissionais, entidades e movimentos do empresariado interessado no progresso do país. Para aglutiná-la, a pauta imediata é restaurar a democracia, o Estado Democrático de Direito, as garantias constitucionais fundamentais no combate à corrupção; assegurar a soberania nacional e retomar o crescimento econômico, com o estímulo à produção nacional; a defesa da Petrobras e do regime de partilha no pré-sal, contra as desnacionalizações, privatizações e demolição das empresas brasileiras de engenharia de grandes obras; a manutenção e ampliação dos direitos do povo, com a valorização do trabalho, empregos, distribuição de renda e inclusão social.

Barrar as antirreformas neoliberais, Fora, Temer! e Diretas Já!

Na instável conjuntura presente, em meio às disputas de saídas para a crise, a CTB toma como referência a conjugação de três pontos essenciais: paralisar e derrotar as antirreformas, garantir a realização de eleições e restabelecer a normalidade das relações institucionais e políticas para a disputa democrática de rumos para o país.

As consignas *barrar as reformas neoliberais, Fora, Temer! e Diretas Já!* reúnem forças como bandeiras amplas e radicais a um só tempo, que dão protagonismo à luta do povo brasileiro.

A defesa do Estado Democrático de Direito inscrito na Constituição Federal de 1988 é o ponto de partida da Frente Ampla. É despropósito reacionário tentar fazer terra arrasada da atividade política. É mediante a política que se pratica a democracia, sendo os partidos os pilares e legítimos instrumentos para seu exercício, para o que a Constituição assegura a liberdade de organização partidária. Os reordenamentos do sistema político, partidário e eleitoral competem ao Legislativo, que a Justiça Eleitoral deve respeitar.

Embora com todas as denúncias sofridas pelo governo Temer, corroído por contradições internas e abalado por uma sucessão de escândalos que evidenciam a farsa do golpe e de seus protagonistas, o mesmo continua forte do ponto de vista político, contando com amplo apoio no Congresso Nacional, a cumplicidade da mídia e do Poder Judiciário e a solidariedade das classes dominantes;

Em apenas um ano, o governo Temer impôs aos brasileiros diversas perdas de direitos que nem mesmo FHC conseguiu. O próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, resumiu o sentimento: “em um ano, o Brasil mudou mais do que em décadas”.

Se o Brasil mudou desde 2016, foi por voltar no tempo. Alguns dos maiores retrocessos já consolidados pelo governo Temer são a aprovação do teto dos gastos e a reforma trabalhista.

Emenda Constitucional do Teto Orçamentário- EC 95/16

O grande apoio dos parlamentares ao governo Temer, num processo de compra de votos explícito, explica a aprovação no Congresso Nacional do projeto de Emenda Constitucional 095/2016 que congela por 20 anos os investimentos públicos primários. Este “ajuste fiscal” radical visa concretizar o ideal neoliberal de Estado mínimo e terá impactos profundamente negativos nos investimentos em saúde, educação, habitação e outras áreas sociais, bem como em infraestrutura, ciência, tecnologia e obras destinadas a fomentar o desenvolvimento nacional.

Com o apoio da mídia burguesa, o governo omite a responsabilidade dos juros, da sonegação e das desonerações na determinação da crise, de modo a atribuir o problema ao orçamento social e investimentos estatais. Justifica-se, assim, a imposição de novos sacrifícios à classe trabalhadora e camadas mais pobres da população, a quem é cobrada a conta da crise, enquanto salvaguardam os lucros exorbitantes de banqueiros e rentistas.

Entretanto, o pagamento dos juros não será congelado e qualquer excedente de receita que venha a ocorrer ao longo dos próximos 20 anos, será canalizado para o pagamento da dívida pública, em detrimento da saúde, da educação, dos trabalhadores, da qualidade dos serviços públicos e dos investimentos produtivos.

Lei da Terceirização Irrestrita e Reforma trabalhista

Apesar dos grandes protestos contrários ao projeto, o Congresso aprovou a Lei da Terceirização Irrestrita e a Reforma Trabalhista que permite a qualquer empresa terceirizar qualquer atividade e a precarização do trabalho. Como todas as responsabilidades trabalhistas serão transferidas para as agências terceirizadas, isso em essência configura a desregulamentação total do trabalho no país.

A reforma trabalhista que estabelece o primado do negociado sobre o legislado retira direitos previstos na CLT. Somada a ofensiva do governo e das classes

dominantes neste campo, a reforma têm a finalidade de implodir o próprio Direito do Trabalho, e altera mais de 100 artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Entretanto, esta reforma não garante o exercício do direito constitucional de greve; não regula a proteção contra dispensa arbitrária prevista no inciso I, do art.7º da CF; não estimula a atuação de fiscalização pelo Ministério do Trabalho; não regula, de forma ampliada, as ações coletivas; não proíbe o exercício de horas extras de forma ordinária; não pune as agressões reincidentes aos direitos trabalhistas; não proíbe revistas íntimas; não pune o não pagamento de verbas rescisórias; não facilita a concessão da tutela antecipada; não prevê tutelas específicas para os direitos de personalidade; não fortalece as decisões de primeiro grau; não impede renúncias em acordos judiciais e cláusulas de quitação ampla. Enfim, é o desmonte da proteção ao trabalhador.

4.DEFESA E VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O governo Temer realiza o maior desmonte do Estado brasileiro em apenas 1 anos de mandato usurpado. Para se entender melhor este processo, é necessário contextualizar em que sistema sócio-político e econômico o Brasil esta inserido, qual a política em vigor, a que modelo de Estado esta política atende, entendendo que o serviço público constitui-se num ponto de fundamental importância, pois reflete o tamanho do governo dentro da economia como um todo, e que as políticas públicas são determinadas a partir da concepção de Estado que se propõe.

Ver o Estado como problema é a melhor definição para a política adotada, o que justifica a entrega de várias de suas atribuições à iniciativa privada. A implantação do ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 restringiu-se à redução do Estado e do seu custo com a desestatização, terceirização, privatização, congelamento de vencimentos, envelhecimento do quadro de pessoal do serviço público, ausência de concurso, demissão voluntária, entre outros. Entretanto, a democracia permitiu que, a partir de 2002, o modelo fosse submetido à aprovação da sociedade, que preferiu escolher uma outra via, de um governo que propugnava por um Estado, que se pretendia promotor da justiça social, da inclusão social e do crescimento econômico, executando-o através de diversos programas de Governo.

Este novo projeto de Estado alterou o quadro brasileiro nas políticas sociais e econômicas. Em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no ranking global de economias medido pelo PIB em dólar, segundo dados do Banco Mundial e FMI. Chegou a ser o 6º em 2011, desbancando a Grã-Bretanha, mas voltou a cair, ocupando a 9ª maior economia do mundo de acordo com esse indicador. A nota do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, que era de 0,649 no início dos anos 2000, chegou a 0,755 em 2015, o que indica uma melhora. A pesquisa considera indicadores como a esperança de vida ao nascer, a expectativa de anos de estudo e a renda per capita. Como resultado, cada país recebe uma nota que vai de 0 a 1.

No relatório da ONU de 2015 sobre o índice, o Bolsa Família é retratado como uma espécie de modelo de programa social bem-sucedido. “Desde que o programa foi lançado, 5 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza. E por volta de 2009 o programa havia reduzido a taxa de pobreza em 8 pontos percentuais.”

Também é destacado o aumento da escolaridade no país e avanços no combate a miséria. Estas políticas sociais públicas são o maior legado positivo dos 13 anos

de governos progressistas no poder no Brasil.

Outro indicador que também teve uma melhora foi o da desigualdade. O coeficiente Gini do Brasil, nos cálculos do Banco Mundial, passou de 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013 (último dado disponível). O Gini é um indicador que mede desigualdade de renda e vai de 0 a 100 (0 representa total igualdade). Em 2014, um relatório da ONU sobre o tema também registrou uma queda significativa da desigualdade no Brasil na última década, com o Gini passando, nos cálculos das Nações Unidas, de 54,2 para 45,9.

Na época, a ONU destacou o efeito sobre a desigualdade do aumento real do salário mínimo - de 80% entre 2003 e 2010 - e dos esforços para a formalização do mercado de trabalho brasileiro, além dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. As políticas públicas desenvolvidas no período reduziram os índices de desigualdade no país.

As políticas econômicas adotadas pelo Estado, ocorrida nos anos 2000 e meados de 2010, tornou-se um marco no estágio pelo qual passou o Estado Brasileiro desenvolvimentista/nacionalista, que chamava a si o papel de promotor de estabilidade social, do desenvolvimento econômico e garantidor da previdência, como fonte de segurança social.

Esta nova realidade impõe duas condições bem definidas no âmbito da gestão pública: uma de dimensionamento e estruturação dos entes públicos necessários à execução dos programas de governo; outra de construção de uma nova política de gestão de pessoas, motivadora, gerencial, com foco no cidadão, mas que, ao mesmo tempo, valorize o servidor como agente das novas missões institucionais, reorientando-lhe para a importância do serviço público prestado com qualidade e eficácia: dever do Estado e direito do cidadão.

Neste contexto, surge a necessidade de democratização das relações do trabalho no âmbito da Administração Pública. A construção de espaços democráticos de interlocução ganha terreno, como instrumento para gerar compromisso e construir consensos, alguns de interesses imediatos, como salário, carreiras; outros de longo prazo: como política de avaliação de desempenho e capacitação.

A partir de 2016, a política econômica implantada pelo governo Temer, obedecendo ao ideário neoliberal, se traduz em um retrocesso ao avanço do período anterior. Nesta perspectiva, a equipe econômica do governo Temer, reaviva uma agenda neoliberal, para recompor os mecanismos de controle do capital financeiro e das elites nos ajustes fiscais, mesmo ao custo de retração econômica e do aumento das desigualdades sociais.

Essa política se traduz, principalmente, na Emenda à Constituição 95/2016. Esta emenda força o corte de direitos e o desmonte dos serviços públicos e do estado de bem-estar social previsto na Constituição. A economia decorrente desse desmonte dos direitos e dos serviços públicos será destinada aos mais ricos, aos credores de título da dívida pública.

No serviço público, todas as medidas adotadas pelo governo levam a redução do quadro de pessoal efetivo do Estado brasileiro. A aprovação da terceirização irrestrita, que permite a contratação de empresas terceirizadas e até quarterizadas seja em atividades fins, seja em atividades meio, aliada à reforma trabalhista que retira direitos dos trabalhadores fazendo com que terceirizar fique mais barato, a edição da Medida Provisória 972/17 que trata de Demissão Voluntária – PDV que estimula a saída do servidor público e trata também de proposta de redução de carga horária com redução de salário, o que, aliás, já é permitido por lei, sendo

esta medida apenas um reforço a mais; e ainda, o afastamento sem remuneração por três anos, podendo ser prorrogado por mais três, articulada com a reforma da previdência que leva um grande contingente à aposentadoria, reduzindo ainda mais o quadro de pessoal efetivo, quando não garante o direito àqueles que já possuem todos os atuais requisitos para sua aposentadoria, mas que preferem continuar trabalhando e, para isso recebem o abono permanência, comprovam esta intenção.

Estas medidas se inserem em um contexto mais amplo de desmonte do Estado brasileiro, como a venda de patrimônio público para o setor privado, a privatização sob forma de concessão para o capital privado – como é o caso das rodovias, de portos e aeroportos, do corte drástico nas verbas orçamentárias destinadas a serviços públicos como saúde, educação, saneamento e previdência, provocando um desmonte das políticas sociais públicas e de distribuição de renda.

Com isto, a necessidade do exercício da criticidade ou a desconfiança, bem como a reflexão, como meio para romper com a cegueira de populações inteiras, que se deixam dominar por discursos ideológicos, vem ganhando maior abrangência, sendo defendida e praticada por um número cada vez maior de integrantes de setores organizados da sociedade civil, bem como sindicatos. Os ataques do governo aos servidores públicos e, conseqüentemente, ao serviço público por meio destas medidas, trará um prejuízo à população usuária dos serviços públicos ofertados pelo Estado brasileiro.

Neste contexto, se faz necessário um movimento forte de resistência a estes ataques, por parte dos trabalhadores públicos. As centrais sindicais, os movimentos sociais e as entidades sindicais neste cenário desolador devem retomar uma plataforma de proteção “nem um direito a menos e sim direitos a mais”, evitar o descalabro e exigir uma reorientação geral na política econômica, que fortaleça a empregabilidade do trabalhador, geração de emprego e maior distribuição da renda.

5. GOVERNO TEMER E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

Lutar contra as ameaças de sucateamento e privatização da universidade pública. Lutar e resistir, defender a maior de todas as conquistas no campo da educação que é ensino público gratuito sem restrições de acesso. Incorporar na agenda dos movimentos sociais, da Frente Brasil, Frente Povo sem Medo e do conjunto das centrais sindicais, a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, é o grande desafio.

Uma grande conquista do povo brasileiro com o processo de redemocratização na década de 1980 foi a Constituição instituir níveis obrigatórios de investimentos em educação. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, estabeleceu para os três níveis de governo um limite mínimo de investimentos a serem efetuados com a educação (manutenção e desenvolvimento do ensino) em relação às suas receitas líquidas de impostos e transferências: 18% para a União e 25% para os governos estaduais e municipais.

No entanto, a década de 1990, que foi marcada pela preocupação com a limitação dos gastos e redução do Estado e o compromisso do pagamento das dívidas dos entes federados.

Já nos anos 2000, os governos Lula e Dilma foram no sentido de investimentos em políticas sociais e protagonismo do Estado no desenvolvimento social e econômico. Com a definição na Constituição e na Lei de Diretrizes e Base

(LDB) sobre o que é a manutenção e desenvolvimento do ensino, ampliando as obrigações do Estado e os direitos sociais, são somadas a Lei do Fundeb, a PEC 59/2009, a Lei do Piso Salarial Nacional, todas as iniciativas do governo Lula, deu um salto de qualidade no ensino público brasileiro.

Também a criação do Plano de Ações Articuladas (PAR) para operacionalizar o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação em 2007, chamado “PAC da Educação”, significou mais um aporte de recursos pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para estados e municípios, o que proporcionou maior destinação de recursos para todos os níveis de ensino, houve uma evolução dos investimentos em educação. Este aumento do investimento, deveria atingir 10% do PIB em 2024 pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Com o atual governo, a educação que cumpre papel fundamental no desenvolvimento nacional, foi imposta uma reforma do ensino médio cujo objetivo de retrocesso para a educação pública brasileira. Esta medida causou uma revolta nacional dos professores e estudantes, que resultou em mais de 1.100 escolas ocupadas pelo país. A reforma prevê o aumento da carga horária, acenando com uma escola que atende apenas às expectativas de formação para o mercado.

O Plano Nacional da Educação aprovado pelo Congresso que prevê o aumento de alunos matriculados no ensino superior em 40% nas universidades públicas até 2024 está ameaçado porque o investimento está inibido pelo congelamento de gastos.

Na educação superior Entre 2003 e 2014 foram criadas 18 novas universidades federais e mais de 300 Institutos Federais no país. Ao longo da história, os períodos de maior expansão do ensino superior público se deram nos governos de Juscelino Kubitschek, na ditadura militar e nos governos Lula e Dilma, sendo que devemos creditar ao período de Vargas a estruturação do sistema federal de ensino superior. O orçamento do Ministério da Educação foi incrementado no último período dos governos Lula e Dilma, assim como o destinado especificamente para as universidades federais. O financiamento das universidades federais pelo MEC era em 2003 de R\$ 10,3 bilhões passando para R\$ 25,9 bilhões em 2012. Estes dados indicam que o valor de investimento per capita aumentou, todos os valores foram atualizados pelo índice que mede a inflação.

A proposta do PNE para o período de 2014 a 2024, aprovada no Congresso, instituiu um novo patamar de investimento público em educação que agora se tornou inócuo com a aprovação da EC de congelamento de gastos em políticas sociais. Os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) e do Inep indica que houve um crescimento de 4,7% para 6,1% do PIB entre 2000 e 2011, série que deve ser revertida em declínio dos próximos vinte anos.

Participação da sociedade civil

O Governo Temer segue sua agenda de retirada de direitos e medidas antidemocráticas. Através de um decreto revogatório, foi convocada a 3ª Conferência Nacional de Educação (Conae), anulando um decreto já emitido em maio de 2016, chamando a Conferência Nacional a ser realizada em 2018, deslegitimando o órgão oficial que constrói a Conferência, o Fórum Nacional de Educação (FNE).

No entendimento de educadores e entidades dos movimentos sociais esta medida serve para obstruir a participação do FNE na construção da Conae, retirando da sociedade civil o direito do debate e construção dos rumos da educação brasileira. O MEC desestrutura e desrespeita o FNE, não garantindo aspectos estruturais para

sua manutenção e o seu devido funcionamento legal e institucional, além de não respeitar suas decisões. O decreto convocando uma nova Conferência desrespeita todos os indicativos e as decisões encaminhadas em reunião pelo pleno do FNE, que é soberano na construção da Conae.

O Plano Nacional de Educação delega ao FNE a construção e elaboração da Conae e o MEC desrespeita e desestrutura esse encaminhamento, reflexo de um projeto político que dirige o Ministério, inibindo a participação popular na construção das políticas educacionais e desorganizando a sociedade civil.

Em contra partida, a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) foi lançada pelas mais importantes entidades da sociedade civil ligadas ao tema. Com o objetivo de elaborar plataformas de resistência ao desmonte promovido pelo desgoverno Temer nessa área estratégica para o desenvolvimento do país.

Não é possível aceitar o que o governo está fazendo com a educação, principalmente a pública. É necessário a organização de toda a sociedade para defender a educação. Além do mais, precisamos fortalecer a resistência aos cortes de investimentos na educação pública. O CONAPE já chamou uma Conferência Nacional Popular de Educação para, juntos com a sociedade levarmos o país de volta à democracia e aos investimentos necessários em educação. A Fasubra tem o dever e a obrigação de se integrar neste movimento para, em conjunto as entidades mais importantes do país que defendem a educação, participar deste movimento de valorização de uma educação transformadora e sem mordanga.

É preciso envidar esforços para assegurar mais investimentos em todos os níveis de ensino valorizando a educação pública, adequando as novas tecnologias de conhecimento e informação, melhorando a acessibilidade de todos ao ensino público e de qualidade.

Ação

Iniciar na federação um debate sobre o papel da universidade brasileira em um novo modelo de desenvolvimento que avance para uma sociedade socialista de mais direitos e de menos desigualdades

6.DIRETRIZES PARA LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SINDICAL E TRABALHISTA NO SETOR PÚBLICO

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A Constituição de 1988 assegurou a liberdade de associação profissional, não podendo a lei exigir autorização do Estado para a fundação de sindicatos. Ressalve-se, apenas, a necessidade do registro do sindicato no órgão competente, como exigência constitucional.

A organização sindical brasileira é segundo os princípios constitucionais de 1988: “um sistema confederativo, caracterizado pela autonomia relativa perante o Estado, a representação por categoria e por profissão, a unicidade e a bilateralidade do agrupamento”.

A Constituição de 05 de outubro de 1988 dispõe, ainda, no seu art. 8, II que: “a base territorial será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área do Município”.

A Fasubra Sindical vive uma crise de identidade no que diz respeito a organização sindical há momentos em que seus a mesma é compreendida como federação de sindicatos e há outros em que se vê enquanto sindicato nacional, interferindo diretamente nas suas bases de representação.

Exemplo desta dubiedade é o seu próprio estatuto quando afirma em seu art. 1º que: “é órgão sindical que congrega sindicatos de trabalhadores em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) sob quaisquer denominações, em todo o território nacional”, se caracterizando, portanto, como uma federação, ao mesmo tempo, as suas instâncias de deliberação privilegiam a participação dos trabalhadores das bases e não as direções dos sindicatos. Senão vejamos: o art. 15 afirma que: “São organismos integrantes da estrutura da FASUBRA Sindical:

I - Congresso Nacional (CONFASUBRA), composto por “delegações das entidades de base filiadas e das oposições reconhecidas pela FASUBRA Sindical, trabalhadores eleitos em Assembléia Geral de suas entidades, segundo critério de representatividade de 10 (dez) presentes para cada delegado eleito e mais um para fração igual ou maior que 05 (cinco);

II - Plenária Nacional Geral (PNGAs), composta por delegações dos Sindicatos serão compostas por representantes diretos da base da categoria e por 1 (um) membro da Coordenação e/ou Direção das Entidades Filiadas, referendado pelas Assembleias de Base, de acordo com a seguinte tabela relativa às respectivas seções sindicais (art. 33); I

II - Plenária Nacional por Setor (PNS) composta de acordo com os critérios para Plenária Nacional Geral;

IV - Direção Nacional (DN);

V - Conselho Fiscal (CF)”.

Ou seja, não existe uma instância de deliberação ou mesmo consultiva em que as direções dos sindicatos filiados possam ser ouvidas ou tenha participação mais efetiva nas decisões políticas da categoria. Muitas vezes, os delegados de base definem coisas que as direções de base não discutiram, tão pouco estão em condições de executarem o que foi aprovado. Para piorar, inclusive delegados de base que fazem parte de grupos políticos opostos às direções das entidades de base, aprovam propostas para as direções de bases executarem e nem apreciam no sindicato para ajudarem nos encaminhamentos.

Por isso, propomos que as alterações estatutárias definam de uma vez se somos uma federação ou um sindicato nacional, resolvendo as dubiedades que constam do estatuto em seus diversos artigos.

A CTB defende que devemos se manter como federação, cobrar a efetivação de todo estatuto, como questões da democracia, financiamento, e categoria que representamos, e priorizar, as questões políticas, problemas de organização dos sindicatos devem ser resolvido pela base sem intervenções da Federação.

A seguir, o que diz a legislação brasileira sobre o sistema confederativo.

Sistema Confederativo

A Constituição Federal de 1988 preservou o Sistema Confederativo de 1930, mantendo sua estrutura básica, com a permissão legal da criação de entidades, cujas formas são fixadas em lei, e que são três: sindicatos, federações e confederações, hierarquicamente dispostas.

Os sindicatos são associações de base ou de primeiro grau, cabendo a estes, pela sua proximidade com os trabalhadores, o papel mais atenuante. De acordo com o sistema legal vigente, a negociação coletiva é atribuição do sindicato.

As federações e confederações são as associações de segundo grau ou de cúpula, e um grupo de sindicatos pode fundar uma federação, assim como um número de federações pode criar uma confederação. Surgiram, assim, o Sistema Confederativo, que está na CLT

As federações atuam, em regra, no território de um Estado Federado da República. Havendo uma Federação Estadual nada obsta que exista uma federação interestadual para os demais estados, ou até, uma federação nacional. Porém, se tais ocorrerem, a federação nacional não prejudicará a federação estadual, pois a lei privilegia as mesmas, por serem a sua natural representatividade.

As Confederações situam-se no “terceiro degrau” da organização sindical, sendo sua esfera de atuação nacional. Suas funções básicas são de coordenação das federações e sindicatos do seu setor. Fixe ainda que a Federação e a confederação não têm legitimidade para atuar diretamente na negociação coletiva, competência originária dos sindicatos. Entretanto, as mesmas exercem uma função subsidiária, segundo a qual, não havendo sindicato da categoria na base territorial ou por delegação das assembleias dos sindicatos de base, pode a federação, e, à falta desta, a confederação, figurar na negociação.

Centrais Sindicais

A maior unidade representativa na organização sindical é a *união de representações da classe trabalhadores que se organiza pela lei 11648/* conhecida por *central sindical*. Nos modelos de liberdade sindical, tais uniões constituem-se acima das confederações, federações e sindicatos, expressando uma ação integrativa das entidades menores.

Há *uniões verticais*, como no Brasil, caracterizada pela existência de entes sindicais superiores que se acham acima dos sindicatos, numa hierarquia sobre cada categoria de atividades e de profissões.

Essas uniões verticais, por sua vez, se amoldarão também de dois modos diferentes, uma vez que há *unidades orgânicas* e há *unidades de ação*. São unidade orgânicas aquelas, quando os órgãos de grau superior encontram-se ligados de modo estrutural, permanente, como consequência de um modelo que lhes dá essa situação estável na organização sindical.

Já, a unidade de ação é mera campanha conjunta de órgãos de grau superior para determinados movimentos, de modo que antes e depois do movimento sindical reivindicativo as associações são separadas. Ligam-se para que maior força e consistência venham a ser imprimidas, num momento necessário, em que se fará uma ação conjunta para obter dos empregadores determinadas conquistas trabalhistas. Neste caso, a união não é orgânica, estável, permanente. É ocasional, efêmera, eventual.

Há, também, *uniões horizontais* que se configuram quando os sindicatos, ou um grupo deles, se agrupam, quase sempre com característica inorgânica, mas de unidade de ação. A CLT (art. 534, § 3º) dispõe: “é permitido a qualquer Federação, para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os sindicatos de determinado município ou região a eles filiados, mas a união não terá o direito de representação das atividades ou profissões agrupadas”.

Como observamos, há a necessidade de construir unidade, das entidades sindicais de trabalhadores, em âmbitos maiores. Em certas ocasiões, diante de problemas comuns a todos os sindicatos e que interessam de um modo geral.

Há, também, reivindicações comuns a toda classe trabalhadora, e que exigem mobilização geral e que leva à união em ações, ocorrendo a necessidade de uniões horizontais. Exemplo são questões como previdência, relações trabalhistas, entre outros, que são gerais e afetam a todos, independentemente da categoria ou do setor de atividade econômica.

Confederações e Federações

As Confederações são organizações sindicais de maior grau numa determinada categoria. Diferem das centrais que estão acima das categorias; as confederações, ao contrário, atuam como órgãos representativos situados no âmbito de uma categoria apenas. Há, no Brasil, confederações, tanto de trabalhadores, quanto patronais.

Tal estrutura obedece a um princípio de união que, segundo o Estado, é o de *atividades econômicas idênticas*. Entretanto, são incluídas, sob a forma de grupos que se encaixam nesses troncos, outras atividades meramente similares ou conexas. Assim a Confederação Nacional da Indústria agrupa os diversos tipos de indústrias: alimentação, vestuário, construção e mobiliário, extrativas, etc. Para que haja uma confederação é preciso que existam, ao menos, três federações no setor (CLT, art. 535).

As Federações são as entidades sindicais de segundo grau situadas acima dos sindicatos da respectiva categoria; para que no ramo haja uma federação é condição a existência de pelo menos cinco sindicatos (CLT, art. 534), e desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões.

Em dado Estado há diversas federações, não apenas por atividades e profissões idênticas, mas também reunindo-se às atividades idênticas e outras que são apenas similares ou conexas, como a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, a Federação dos Trabalhadores da Indústria de São Paulo, o mesmo ocorrendo nos demais Estados.

Papel das Confederações e Federações

Aspecto principal reside na função negocial. Está em saber se o poder normativo, o direito de fazer convenções coletivas, pertence aos sindicatos, exclusivamente, ou às associações de grau superior também, caso em que as convenções coletivas obrigariam de modo geral a todos os sindicatos e empresas situados no âmbito territorial em que as federações convenientes atuam. Em se tratando de confederações, o mesmo problema se coloca.

A solução está no art. 611, § 2º, da CLT, *que é o princípio da complementariedade. Pelo mesmo "As Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais, poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em sindicatos, no âmbito de suas representações"*.

Assim, em face da nossa legislação, os sindicatos são legitimados a negociar e fazer convenções coletivas de trabalho. As Federações e Confederações só poderão fazê-las em nome das categorias "inorganizadas em sindicatos".

sto quer dizer que, quando não há sindicato de uma atividade ou profissão, a Federação representativa, segundo o quadro do Ministério do Trabalho, de quantas façam parte dessa atividade ou profissão, terá poderes para negociar, representando essas pessoas ou essas empresas. Caso exista sindicato, isso não será possível sem a autorização de assembleia geral da categoria do sindicato de base.

Segue-se, diante dessa regra, que em nosso sistema jurídico não é função principal das federações e confederações negociar convenções coletivas. Aparecerão nas convenções e dissídios coletivos para suprirem lacunas sindicais, cobrindo os espaços representativos em aberto, nos quais não há sindicato constituído.

7.DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Os funcionários públicos e os servidores das instituições paraestatais eram excluídos do direito à sindicalização. Com a Constituição de 1988, ficou garantido ao serviço público civil o direito a livre associação sindical (art. 37, VI). Em alguns países essas classes desde há muito são admitidas como titulares desse direito.

Entretanto, foi um direito parcial, cuja aplicação plena dependia de legislação infra-constitucional que até hoje não foi construída. A regulamentação das disposições constitucionais passou, então, a ser um dos focos principais das lutas gerais das entidades dos servidores públicos, tornando-se recorrente o recurso às demandas judiciais para dirimir conflitos, pacificar entendimentos ou resguardar direitos dos servidores públicos ou das suas entidades representativas.

Questões como aplicação do direito de greve, custeio da organização sindical, negociação coletiva, estrutura sindical no setor público, entre outras, ainda dependem de legislação específica e, justamente por falta de regulamentação, propiciaram o surgimento de jurisprudências nem sempre harmônicas, muitas delas definidas por decisões de tribunais superiores.

Com as ações conjuntas das principais centrais sindicais esse debate tornou-se mais intenso e conquistamos no Governo Lula a ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, faltando agora a sua regulamentação.

A ratificação da Convenção 151 proporcionou um grande debate entre as centrais sindicais, que definiram quatro eixos, a saber: negociação coletiva, aplicação do direito de greve, organização sindical no setor público e liberação de servidores públicos para exercício de mandato sindical.

A normatização desta convenção se trata de questões de legislação trabalhista voltadas para todos os servidores públicos, das esferas federal, estadual e municipal e não apenas para servidores públicos da União.

8. DEFINIÇÃO DE CATEGORIA E DIRETRIZES DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL, NEGOCIAÇÃO COLETIVA, APLICAÇÃO DO DIREITO DE GREVE, CUSTEIO, LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL DO SETOR PÚBLICO E AFASTAMENTO DE DIRIGENTES SINDICAIS

DEFINIÇÃO DE CATEGORIA

A categoria de servidores dos serviços públicos, caracterizada genericamente como servidores públicos, abrange os trabalhadores e empregados de instituições públicas da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional e do Ministério público de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das empresas públicas ou pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou fundações apenas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das Instituições públicas, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento dos princípios, objetivos e finalidades institucionais.

DIRETRIZES

- 1.A livre associação sindical, a negociação coletiva e o direito de greve são preceitos constitucionais indissociáveis do processo de democratização das relações de trabalho no âmbito da administração pública brasileira;
- 2.A organização sindical brasileira dos trabalhadores públicos da administração

pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fundamenta-se nos princípios da democracia, da cidadania, da participação política e social, da representatividade, do direito ao trabalho digno, da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores administração pública e da promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana;

3. Os direitos e garantias expressos não excluem outros previstos nas convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ratificadas pelo Brasil;

1. O servidor público não poderá ser prejudicado, isento de um dever ou privado de qualquer direito em virtude do exercício da associação sindical;

2. O servidor público em estágio probatório, poderá se associar ao sindicato, podendo, inclusive, compor diretoria do sindicato sem prejuízos funcionais;

3. É livre a organização sindical dos servidores públicos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podendo se organizar por órgão, por carreira, por atividade finalística ou por categoria profissional, assim compreendidos:

a. **Órgão:** O conjunto de cargos de provimento efetivo, sejam isolados ou de carreira, constituem o quadro de um mesmo órgão da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É uma unidade com atribuição específica dentro da organização do Estado. É composto por agentes públicos que dirigem e compõem o órgão, voltado para o cumprimento de uma atividade estatal;

b. **Carreira:** grupo de cargos efetivos, organizados por um conjunto de regras, hierarquias e atribuições, que dizem respeito a um setor determinado da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c. **Ramo de Atividade:** O ramo de atividade é o objeto social do órgão Público, ou seja, a atividade por ele prestada ou exercida, cujo destino é uma prestação de um serviço público;

d. **Categoria Profissional:** formada por trabalhadores públicos que exercem profissões ou funções diferentes, por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. Integram a categoria profissional preponderante todos os servidores públicos que estiverem à disposição do mesmo órgão/Instituição, independentemente da forma de contrato a que estiverem vinculados.

4. A organização sindical compreende sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais;

5. É vedada a criação de mais de um sindicato representativo de trabalhadores públicos, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

6. Os sindicatos podem ser municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e nacionais;

7. Dentro da base territorial, é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos filiados representados;

8. São prerrogativas dos sindicatos de servidores públicos:

I – propor e participar de negociação coletiva;

II – representar os interesses individuais e coletivos dos representados perante as autoridades administrativas e judiciárias, inclusive como substituto processual;

III – celebrar convenções e acordos coletivos de trabalho;

IV – estabelecer a contribuição sindical, devida pelos filiados e as contribuições associativa e confederativa, devidas pelos mesmos.

9. É facultado aos sindicatos dos servidores públicos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podendo se organizar por Órgão, por Carreira, por Ramo Atividade Finalística ou por categoria profissional, quando em número não inferior

a 5 (cinco), organizarem-se em federação;

10. É facultado às federações de sindicatos dos servidores públicos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podendo se organizar por Órgão, por Carreira, por Ramo Atividade Finalística ou por categoria profissional, quando em número não inferior a 3 (três), organizarem-se em confederação;

11. É facultado aos sindicatos, federações e confederações dos servidores públicos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, filiarem-se a uma Central Sindical.

12. As categorias de servidores públicos, que desempenhe a mesma atividade ou atividades similares ou finalística, ou diferenciada, definida em lei, poderá se organizar em sindicatos, respeitada as entidades já existentes com registros e/ou em processo de legalização.

13. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria de servidores públicos, na mesma base territorial, que será definida pelos servidores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

14. É facultado aos Sindicatos de servidores públicos, considerada a solidariedade de interesses, quando em número não inferior a 5 (cinco) organizarem-se em federação.

15. Respeitadas as confederações já existentes, no plano confederativo dos servidores públicos, a confederação será de âmbito nacional e sua estrutura será definida pela sua base de representação.

16. A Confederação Nacional terá representação nas cinco regiões do País, junto a todas as esferas de governo e no âmbito dos três poderes da União e do Ministério Público. Para sua criação e existência será necessário o número mínimo de cinco federações.

17. A função das entidades de grau superior é de coordenar os interesses das suas filiadas.

18. Fica criado, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho do Setor Público, de composição bipartite, com funções consultivas e de orientação com relação a diretrizes da organização sindical e ações governamentais no âmbito das relações de trabalho do setor público.

AFASTAMENTO DE DIRIGENTES SINDICAIS

1. A liberação de dirigentes para entidade sindical deverá considerar proporcionalidade, com a base representada e as prerrogativas de afastamento de dirigentes sindicais se aplicam às entidades sindicais de primeiro grau, grau superior e centrais sindicais.

2. Fica assegurada a liberação mínima de três dirigentes para entidade sindical, respeitando legislação de cada Ente federativo que garanta número maior de dirigentes de liberados.

3. Ao dirigente sindical liberado para exercer mandato classista serão assegurados todos os direitos, garantias e vantagens pessoais.

4. É garantida a inamovibilidade do dirigente sindical até um ano após o término do mandato, salvo por solicitação do servidor.

5. O ônus de afastamento de servidores para desempenho de mandato sindical será de responsabilidade do órgão ou ente com o qual o servidor tenha vínculo.

PROTEÇÃO AOS REPRESENTANTES E À REPRESENTAÇÃO

1. O representante dos servidores públicos da administração direta e indireta da União, Estados Municípios goza de proteção contra todo ato de discriminação em razão de sua atuação, sendo asseguradas:

I – vedação da dispensa do servidor público a partir do registro da candidatura

e, se eleito, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave previamente apurada em inquérito, assegurando-se ao representado ampla defesa, garantido o pagamento da remuneração enquanto não houver sentença condenatória do Tribunal Regional do Trabalho;

II – proteção contra transferência unilateral, exceto no caso de extinção do órgão/instituição;

III – liberdade de opinião, garantindo-se a publicação e distribuição de material de divulgação do sindicato.

2. Constitui conduta anti-sindical a violação das garantias destinadas à proteção dos representantes e à instalação, eleição, funcionamento e renovação da representação dos servidores.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

1. O diálogo social e o fortalecimento das negociações coletivas serão promovidos no âmbito da administração pública, como dever do Estado e direito dos trabalhadores no setor público.

2. Será assegurada a data base para revisão geral anual dos subsídios, vencimentos, proventos, pensões e salários.

3. A negociação coletiva poderá ser provocada por qualquer uma das partes interessadas para tratar de questões gerais, específicas ou setoriais.

4. É prerrogativa das partes a instauração da negociação coletiva.

5. A negociação coletiva nos serviços públicos deverá observar a independência e autonomia dos poderes e dos entes da Federação, observada a prevalência do legislado sobre o negociado.

6. As negociações coletivas devem ser pautadas pelos princípios da boa-fé, do reconhecimento das partes e do respeito mútuo.

7. Devem ser assegurados mecanismos e procedimentos de negociação de acordo com a base de representação das entidades que integrarem o processo negocial, observadas as especificidades dos órgãos e carreiras do serviço público.

8. A negociação coletiva poderá se dar por negociação direta entre a Administração Pública e as entidades sindicais, ou por mesa de negociação permanente, formalmente constituída e com regimento próprio, no âmbito de cada esfera do governo, o que será decidido pelas partes.

9. Integram a negociação coletiva – da parte dos servidores públicos - as entidades sindicais com personalidade sindical reconhecida por meio da obtenção de registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego e com dados atualizados perante aquele órgão; e da parte da administração pública - os representantes de cada poder ou esfera de governo.

10. Os Sindicatos promoverão o depósito do acordo coletivo público, para fins de registro e publicidade, no Ministério do Trabalho e Emprego. Os acordos deverão conter obrigatoriamente:

I - Designação das partes

II - Prazo de vigência

III - Categorias de servidores abrangidas pelos respectivos dispositivos;

IV - Condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência;

V – formas e prazos para encaminhamento pela administração pública de proposta de normativo que discipline o acordado para a apreciação do Poder legislativo.

11. As partes serão obrigadas a negociar, mas não a chegar a um acordo.

12. As entidades sindicais estabelecerão a pauta de negociação, que deverá ser aprovada por assembleia da categoria representada, em que deverá ser convocada toda a categoria.

13. A assinatura de acordo dependerá da anuência da categoria, discutida em assembleia geral, em que deverá ser convocada toda a categoria.

14. É obrigatória a participação dos atores coletivos na negociação coletiva sempre

que convocada pela outra parte, devendo ser observado o princípio da boa-fé objetiva.

15. Considera-se boa-fé objetiva, entre outros:

I – participar da negociação coletiva quando regularmente requerida, salvo justificativa razoável;

II – formular e responder as propostas e contrapropostas que visem a promover o diálogo entre os atores coletivos;

III – prestar informações, definidas de comum acordo, no prazo e com o detalhamento necessário à negociação de forma leal e com honestidade;

IV – preservar o sigilo das informações recebidas com esse caráter;

V – obter autorização da assembleia de representados para propor negociação coletiva, celebrar acordo coletivo de trabalho e provocar a atuação da Justiça competente, ou de mediação do MTE para solução do conflito coletivo de interesses.

VI – cumprir o acordado na mesa de negociação

16. A violação ao dever de boa-fé configura conduta antissindical.

17. No caso de inexistência de sindicato, caberá à federação representar a categoria na negociação coletiva. Em caso de inexistência de federação, a categoria será representada pela confederação respectiva. Em ambos os casos a substituição será deliberada em assembleia geral da categoria.

18. Compete a administração pública adotar as providências administrativas para efetivação do acordo, e, quando for o caso encaminhar a proposta de normativo que discipline o acordado para a apreciação do Poder legislativo.

19. Uma vez assinado o acordo derivado da negociação coletiva e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, ele se torna irrevogável e irretroatável pelas partes.

20. Todo e qualquer teor, constante de acordo derivado de negociação coletiva, após sua assinatura e depósito de cópia no Ministério do Trabalho e Emprego, será considerado como ato discricionário do poder público.

APLICAÇÃO DO DIRETO DE GREVE

1. O direito de greve é assegurado aos servidores públicos, competindo-lhes decidir livremente sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

2. Entende-se por greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica total ou parcial da prestação de serviços ou atividades da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3. São assegurados aos grevistas o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir os servidores a aderirem à greve, a arrecadação de fundos de greve e a livre divulgação do movimento.

4. A participação do servidor não poderá ser utilizada para punir em processo de avaliação de desempenho, estágio probatório ou para efeitos de aposentadoria.

5. A responsabilidade pela prática de atos ilícitos, irregulares, prática de crimes, cometidos no curso da greve, bem como atos anti-sindicais, será apurada de acordo com a legislação pertinente.

6. A entidade ou entidades que convocarem a greve deverão notificar o órgão ou a instituição pertinente, com o prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas contatos antes da data de convocação da assembleia que vai deliberar sobre a greve.

7. Durante o período de greve não haverá suspensão de salários e vencimentos, sendo que a reposição das atividades paralisadas será negociada no final do processo de greve.

8. Haverá a garantia, por parte dos grevistas, da manutenção de 30% (trinta por cento) dos serviços e atividades considerados inadiáveis, destinados a garantir as necessidades da população. São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas

que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

9. Compete a Justiça do Trabalho julgar sobre a greve no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios..

10. A greve somente poderá ser deflagrada após frustração no processo negocial.

11. Durante a greve a Administração Pública não poderá contratar temporários para substituir os grevistas.

CUSTEIO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. São receitas das entidades sindicais de servidores públicos:

I – a mensalidade associativa - é o valor devido em favor das entidades sindicais destinada ao custeio da organização sindical, a ser paga apenas pelos filiados;

II – a contribuição sindical - possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente de todos os servidores públicos, independentemente do seu regime de trabalho, sempre no mês de março de cada ano;

III - a contribuição assistencial – é o valor devido por todos os servidores públicos representados na negociação coletiva;

IV – os frutos dos rendimentos de seu patrimônio;

V – as doações e legados, quando aceitos na forma de seus estatutos;

VI – as multas e outras rendas.

2. É prerrogativa dos sindicatos de servidores públicos, quando autorizados por seus filiados, requisitar por escrito ao órgão pagador o desconto da mensalidade associativa em folha de pagamento.

3. O Órgão ou Instituição Pública deve informar à entidade sindical os nomes dos servidores e o valor da mensalidade associativa repassada em favor da entidade sindical.

9. EM DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

“Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).” Fonte MEC.

Os Hospitais Universitários se diferenciam dos demais hospitais quando, para além de cumprir com o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, insere em seu fazer cotidiano a Assistência à Saúde, integrada à rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Como citamos no começo, copilado do portal do MEC estampam isto e não é isto que observamos no cotidiano dos Hospitais de Ensino do País, lembrando sempre que na Fasubra precisamos nos reeducar e aprender a falar de um tema onde abranja o conjunto de nossa base e não apenas a Universidade federal.

Ao longo dos últimos 20 anos, os diversos Governos têm sistematicamente, tentado desresponsabilizar-se, desconhecendo seu caráter de ensino, pesquisa e extensão como base para a formação e produção do conhecimento crítico e transformador. Os HU's são unidades estratégicas para as Universidades que necessitam ter o reconhecimento de seu papel estratégico na formação dos profissionais de saúde para além do papel assistencial.

No entanto, a história nos mostra que diversas alternativas experimentadas, por meio de fundações de apoio a pesquisa, fracassaram uma vez que o principal problema dos hospitais universitários tem sido a falta de compromisso do governo

com a saúde pública e com o ensino e a pesquisa na área da saúde, problemas esses que poderiam ser resolvidos se houvesse uma melhor gestão por parte dos administradores públicos, bem como se fosse disponibilizada toda verba destinada à área da saúde prevista na Lei Complementar no 141/2012.

Como projeto de HU da Fasubra elaborado pela base da categoria não conseguiu contrapor o projeto privatista do governo que barre, de vez por todas, o governo de elaborar projeto sem relação aos HUS, sem a anuência e um estudo aprofundado da questão e sem dialogo serio com a comunidade para juntos ter alternativas que não seja entregar a gestão dos HU, entendemos que na universidade tem quadros qualificados para gerenciar os HU

O sistema único de saúde prevê o atendimento totalmente gratuito, porem com a especificação dos hospitais universitários serem de ensino, pesquisa e extensão, serve de arma para o governo fazer os projetos mirabolantes que visa desvincular do MEC, nos doando ou vendendo. Há necessidade de destinação orçamentária para os HU's, sem que a população e os trabalhadores tenham que arcar com mais imposto.

Na contramão dos objetivos dos hospitais, mais uma vez a solução adotada pelo Governo Federal viola disposições constitucionais e infraconstitucionais ao utilizar do próprio descaso e negligência com os hospitais universitários para forçar a adesão das Instituições Federais de Ensino à EBSERH. Isto porque, a despeito do constante e notório processo de precarização nos quadros funcionais dos hospitais universitários, que remonta há, pelo menos, duas décadas, o Poder Executivo Federal manteve-se inerte no que se refere ao preenchimento dos mais de vinte e sete mil cargos irregularmente ocupados por terceiros que não são servidores públicos. E, numa contradição inequívoca criar a EBSERH, com seu capital inicial pertencente integralmente à União, ou seja, a obrigação de assegurar o imensurável aporte financeiro pertence exclusivamente ao mesmo ente que, até o momento, recusava-se a dispor de recursos para promover a reposição dos cargos vagos com servidores públicos concursados, bem como garantir recursos para a sustentação dos hospitais universitários.

A CTB e seus militantes sempre foram contra estas alternativas por entenderem que os HU's devem atuar em consonância com a missão da Universidade Pública Brasileira com compromisso social e que temos gestores competentes e não precisaria de uma empresa para gerenciar os trabalhos.

Desta forma hoje a realidade das instituições é completamente adversa. Convivem em um mesmo setor, trabalhadores da universidade e trabalhadores da empresa.

No estatuto da Fasubra em seu Art. 1º parágrafo 1º conste que a categoria profissional representada pela Federação abrange os trabalhadores das empresas públicas conveniadas da administração pública que desenvolvam atividades dentro das IES, faça parte de sua base de trabalhadores, como acontece já na entidade sindicais que tem terceirizados na base, e já foi absorvido pela categoria a um ponto de termos dirigente em nossa federação nacional a muitos anos, embora algumas entidade tenha, dificuldade em organizar a classe trabalhadora num momento difícil de nosso pais e sabedor que esta empresa PUBLICA esta no roll de empresas passíveis de ser privatizada, completamente, pelo governo ilegítimo e entreguista de Temer, A CTB propõem incluir e não excluir, e com o tempo construir a reversão desta metamorfose construída, nas IFES não excluir,

Esta indefinição e a visão míope diante da conjuntura da direção da Fasubra, fez com que entidades entrassem em nossa base e outros até estão construindo

outras entidade com ajuda de Centrais que não abandona trabalhador a se organiza também em nossa base. Pra tanto se faz necessário que a Fasubra e seus sindicatos de base filiados assumam e cumpram seu papel na organização destes trabalhadores, bem como façam pressão junto à Andifes e às reitorias no sentido de:

1. Adotar uma política democrática para a gestão do Hospital Universitários que favoreça seu aperfeiçoamento nos processos de trabalho, desenvolvido com transparência, ética, humanismo, equidade e ampliação dos mecanismos de controle social pelo Conselho Local de Saúde e pelos sindicatos;
 2. Fazer cumprir, em todas as suas cláusulas, o contrato de gestão celebrado entre a Universidade e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e; inclusive com acompanhamento do Plano de Trabalho, parte desse contrato, com o RETORNO IMEDIATO das vagas de aposentarias e falecimentos que foram desviadas para outros setores da instituição, desde a assinatura do contrato e prover o quadro de servidores por meio de concurso público;
 3. Efetivar uma gestão compartilhada acompanhando e fiscalizando o CUMPRIMENTO DE TODO O PLANO DE TRABALHO, e atuar junto ao HU na elaboração do Plano Diretor, com a participação dos TAEs, trabalhadores da empresa, docentes e discentes, da Comissão Local de Saúde e do sindicato;
 4. Assegurar à comissão de acompanhamento do Convênio de Metas, estabelecida com gestora local de saúde, ao Conselho Local de Saúde e ao sindicato, o acompanhamento e o cumprimento das portarias de certificação e de contratualização.
 4. Acompanhar, fiscalizar e divulgar o cumprimento do Plano de Reestruturação do HU, anexo ao Termo constante no Contrato com a EBSERH, bem como as disposições do SUS, com a participação democrática de comissão, a ser integrada também pelo sindicato, para acompanhamento desse Plano;
 5. Regular e garantir a participação dos Técnicos-administrativos em Educação na composição dos cargos diretivos da Gestão do HU, por meio de processos públicos, democráticos, transparentes e estabelecendo ELEIÇÕES DIRETAS para todos os cargos de gerência, de acordo com o perfil e critérios estabelecidos para cada um.
 6. Acompanhar as remoções de servidores do HU, principalmente aquelas sem justa causa, com a participação dos órgãos responsáveis da Universidade;
- A CTB defende que estes trabalhadores a exemplos dos Terceirizados, seja também incorporados a Base da categoria como sabiamente a Fasubra já o fez em 2010.

10. REFORMA DA PREVIDENCIA

A Constituição de 1988 institucionalizou o conceito seguridade social para designar uma forma nova e ampliada de implementar e articular políticas já existentes no Brasil desde o início do século XX. Esta Constituição tem o mérito de introduzir um novo conceito e propor uma reestruturação e reorganização inovadoras das políticas que passam a compor esta área: previdência, saúde e assistência.

A realização de reformas, sobretudo na previdência social, justificada sob a alegação de um suposto déficit entre receita e despesa desta política social. O que pretendemos problematizar neste texto é que a reforma hoje preconizada e também aquela já realizada no âmbito da previdência social decorre, em boa parte, da não implementação da seguridade social tal como indicada constitucionalmente.

Por outro lado, ao tratar a previdência como política isolada, estas reformas tendem a minar e corroer as bases conceituais e financeiras da seguridade social, solapando a possibilidade de sua institucionalização, antes mesmo que se concretize em sua totalidade.

O CONTEXTO DAS REFORMAS

O ímpeto reformista no Brasil e nos demais países latino-americanos durante a década de 1990 não constitui um fenômeno isolado. Deve ser visto no contexto da crise estrutural do capitalismo que se desenvolve desde os anos 1970. As chamadas políticas de ajuste neoliberais constituem, em larga medida, a resposta do capital a essa crise, num pacote que inclui, entre seus principais ingredientes, a desregulamentação das relações de trabalho, amplos programas de privatização e a abertura externa da economia. Todas essas iniciativas têm o objetivo de restaurar a rentabilidade do capital.

A implementação de medidas tão ambiciosas não se deu, porém, sem uma profunda operação de mistificação no plano da ideologia. Difundiu-se a tese segundo a qual a crise tinha sua origem no excesso do gasto estatal, no que se incluíam os sistemas de proteção social. Tal operação propiciou a base para um movimento que transformou estruturalmente a forma de atuação do Estado nos países latino-americanos desde os anos 1990. O Consenso de Washington, sob os auspícios dos organismos financeiros internacionais, consolida o novo ideário. O “ajuste estrutural”, compreendendo, além de um conjunto de “reformas”, um ajuste fiscal permanente, se torna, então, a palavra de ordem dos sucessivos governos latino-americanos.

Ressalte-se que a reforma dos sistemas de previdência integra o núcleo duro do ajuste, constitutiva do ideário neoliberal.

A rigor, nos países onde foram implantadas tais reformas, o ajuste, em vez de constituir-se em solução, terminou agravando os problemas. A explicitação os problemas decorrentes do ajuste neoliberal é necessária para que se compreenda como ele é largamente responsável pela situação dos sistemas previdenciários desde então. Entre os principais, temos: a) taxas de crescimento econômico bem abaixo da média histórica da região; b) elevadas taxas de desemprego e subemprego; c) precarização das relações de trabalho; d) crescimento do trabalho informal; e) perda do poder aquisitivo dos salários; f) desequilíbrio fiscal e financeiro do Estado (associado à política de juros altos e à recessão ou semi-estagnação da economia).

Por outro lado, é necessário observar que os fenômenos aludidos não decorrem exclusivamente da orientação neoliberal prevalecente no período. São produto também das transformações estruturais que o capitalismo vem atravessando desde os anos 1970, associadas, por um lado, às inovações tecnológicas e organizacionais (a chamada reestruturação produtiva) e, por outro, à tendência de valorização de parcela crescente do capital na esfera financeira em detrimento de sua valorização na órbita produtiva. Os países da periferia capitalista (mais precisamente, uma parcela destes, os chamados países emergentes) são capturados por ambos os movimentos.

Examinando agora o contexto político das reformas, é oportuno lembrar que a era neoliberal é marcada por um importante refluxo da luta social, na esteira da aludida crise do capitalismo. No caso da América Latina, a história nos mostra que tais reformas se deram com a chegada ao poder de grupos de perfil conservador, ou que, embora com origem no movimento popular, assumem o ideário neoliberal. Num ou noutro caso, tais grupos desferem um ataque implacável aos movimentos sociais, de modo a tornar possível a sua agenda de reformas. O resultado, para as classes trabalhadoras, é a perda de direitos sociais duramente conquistados.

Para além desses traços comuns, o contexto específico a cada país explica o

tipo e o alcance da reforma da Previdência levada a cabo em cada caso, tanto no que diz respeito à gestão (pública ou privada) do sistema quanto ao regime de financiamento prevalecente.

OS ARGUMENTOS PRÓ-REFORMA

O principal argumento da ortodoxia (aqui correspondente à posição de autoridades governamentais, de setores intelectuais e da mídia) em favor da reforma da Previdência, é a existência de um déficit que tende a assumir contornos estruturais. Caso não eliminado, esse déficit conduziria à virtual inviabilização do sistema previdenciário. Ou seja, sua eliminação é tida como condição indispensável para a própria continuidade do pagamento dos benefícios. Adicionalmente, argumenta-se que o impacto do déficit sobre as contas públicas comprometeria a conquista de uma estabilidade inflacionária duradoura e a retomada sustentada do crescimento econômico.

A reforma da Previdência é considerada necessária, em segundo lugar, para corrigir a injustiça do sistema. Existem, no Brasil, dois regimes previdenciários básicos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

O primeiro abrange essencialmente os trabalhadores do setor privado e é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enquanto os segundos são assegurados aos servidores públicos civis e militares e geridos pelo respectivo ente estatal.

Alega-se que a existência de regimes diferenciados reforça a desigualdade de renda, ao privilegiar os servidores públicos em detrimento dos trabalhadores do setor privado, sem mencionar o enorme desequilíbrio financeiro que caracteriza os regimes próprios (o que se traduziria na diferença entre os volumes das transferências efetuadas pelo Tesouro para um e outro regime).

Em terceiro lugar, há o argumento da mudança na estrutura demográfica brasileira. O envelhecimento da população, em decorrência da diminuição da taxa de natalidade e do aumento da expectativa de vida, constituiria uma importante fonte de pressão sobre o equilíbrio do sistema previdenciário.

Por fim, a reforma é tida como indispensável no novo contexto de economia mais aberta, em que o aumento da competitividade externa se converte em necessidade imperiosa. A redução do peso das contribuições sociais é apontada, então, como um dos meios mais eficazes para atingir esse objetivo.

Os argumentos utilizados pretendem dar suporte à idéia de uma crise inexorável do sistema previdenciário e o conceito de déficit que é usualmente divulgado corresponde à diferença entre a arrecadação líquida e os benefícios do RGPS. De fato, os números apontam para um desequilíbrio financeiro persistente. O problema com esse conceito de déficit reside no fato em que não se leva em conta o conjunto das receitas que, constitucionalmente, deveriam ser alocadas para a seguridade social. Tais receitas são provenientes de contribuições incidentes sobre a folha de salários, o faturamento, o lucro e os concursos de prognósticos, assim como de recursos dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) em sua “Análise da Seguridade Social” mostra que os superávits são sucessivos, a saber: saldo positivo de R\$ 59,9 bilhões em 2006; R\$ 72,6 bilhões

em 2007; R\$ 64,3 bi em 2008; R\$ 32,7 bi em 2009; R\$ 53,8 bi em 2010; R\$ 75,7 bi em 2011; R\$ 82,7 bi em 2012; R\$ 76,2 bi em 2013; R\$ 53,9 bi em 2014.

Ainda segundo a ANFIP, no ano passado o investimento nos programas da Seguridade Social, incluídos aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R\$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R\$ 707,1 bi. O resultado, mais uma vez positivo, foi de R\$ 24 bilhões.

Esse fato tem sido obscurecido, porém, por uma circunstância fundamental. Desde a implantação do Plano Real, em 1994, o governo federal preocupou em criar mecanismos que rompessem com a ideia de uso exclusivo pela seguridade social dos recursos a ela constitucionalmente destinados. Com esse objetivo, instituiu, naquele ano, o Fundo Social de Emergência, para o qual 20% dos recursos das contribuições seriam destinados. Com vigência inicialmente prevista de dois anos, o Fundo foi sendo sucessivamente prorrogado, mudando apenas de denominação – a partir de 1999, para Desvinculação de Receitas da União (DRU). Atualmente os recursos desviados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União, foi ampliado para 30% do orçamento).

Receitas do orçamento da seguridade vêm sendo transferidas para o orçamento fiscal ao longo dos anos. Esses recursos são livremente empregados no orçamento fiscal, servindo para financiar vários tipos de despesa, entre elas os encargos financeiros da União, ou seja, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Em síntese: 1) do ponto de vista de um sistema de proteção social com características solidárias e universais, o conceito relevante não é o déficit da Previdência, tomado isoladamente, e sim o resultado da seguridade social, que tem sido francamente superavitário; 2) quanto ao resultado da Previdência, é necessário deixar claro que as reais causas do déficit são distintas das apontadas pela ortodoxia, consistindo na redução da massa salarial (que incide diretamente sobre as receitas da Previdência) e no comportamento do emprego formal (que afeta a relação entre segurados ativos e inativos), tanto devido à baixa performance da economia quanto à precarização das relações de trabalho (queda da proporção de trabalhadores com registro em carteira). Ora, tais fatores são uma decorrência necessária da orientação neoliberal da política econômica no período em consideração.

A FALÁCIA DO PRIVILÉGIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Seria a reforma da Previdência necessária para expurgar “privilégios” dos servidores públicos? Marques (2002) aponta razões históricas e conceituais para a instituição de regimes próprios para os servidores, uma característica que não é exclusiva da realidade brasileira. Entre essas razões, sobressai a diferença entre as regras que governam a função pública e aquelas que regem as relações entre empregados e empregadores no setor privado. Nesses termos, o fim do regime próprio pressuporia a eliminação do próprio estatuto do funcionário público. Por outro lado, a crítica aos “privilégios” omite características peculiares ao regime previdenciário dos servidores, como o fato de que a contribuição destes incide sobre o total de sua remuneração, enquanto no regime geral existe teto para o valor das contribuições.

Na medida em que tem ocorrido um aumento relativo da população em idade produtiva, fica claro que a crítica mira no alvo errado, pois, caso a economia brasileira estivesse crescendo e gerando emprego – e emprego junto ao mercado formal de trabalho –, a Previdência Social somente estaria se beneficiando desta

fase demográfica, aumentando o volume de sua arrecadação.

Quanto ao obstáculo que a Previdência representaria para a competitividade externa do país, o pressuposto é que o trabalhador brasileiro custa caro. No entanto, no caso brasileiro, é dos mais baixos do mundo.

Sem desconhecer que o sistema previdenciário brasileiro possui distorções, é fundamental explicitar o que está em jogo por trás do conjunto da argumentação favorável à reforma. Em primeiro lugar, a preocupação com o cumprimento das metas de superávit fiscal primário. Na lógica rentista que caracteriza a atual fase do capitalismo, a geração de superávits compatíveis com o pagamento dos juros das dívidas interna e externa tornou-se um ponto da maior importância para os organismos financeiros internacionais e os governos dos países “emergentes”. Em segundo lugar, o impulso à previdência complementar privada (expansão de planos privados de capitalização individual). Em terceiro lugar as isenções e perdões de dívidas dadas pelos governos.

Portanto, com base em diagnósticos falsos, o governo Temer quer impor uma nova reforma da Previdência Social, fixando inicialmente em 65 anos a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, que em poucos anos pode ser elevada a 70 anos.

Apostando na desinformação o governo investe na desconstrução dos argumentos daqueles que afirmam que a reforma proposta pelo governo atual não se embasou na realidade socioeconômica brasileira. O objetivo final do governo, embora dissimulado, é privatizar a Previdência, entregando-a a exploração da burguesia.

É NECESÁRIO RESISTIR, RESISTIR, RESISTIR E RESISTIR!!! ■

MOVIMENTO SONHAR E LUTAR

Vamos à Luta pela BASE!

“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.”
Lenin

MOVIMENTO SONHAR LUTAR...

De onde viemos e para onde vamos?

A luta de classes no país elevou seu grau de enfrentamento, após o golpe estrutural, parlamentar, jurídico e de informação contra o governo de colaboração de classes liderado pelo PT, a ofensiva da burguesia aprofundou e acelerou o saque a direitos sociais e democráticos da classe trabalhadora. A onda de lutas do primeiro semestre de 2017 mostrou que a unidade do movimento para organizar a contra ofensiva dos trabalhadores é fundamental. A frente única entre as centrais sindicais e movimentos sociais foi decisiva para construirmos a greve geral do dia 28 de abril e outros enfrentamentos que colocaram os trabalhadores em movimento.

É preciso refletir diante desse cenário, no qual a correlação de forças está desfavorável para os trabalhadores, onde a experiência de 13 anos de conciliação de classes encabeçada pelo PT entrou em crise e numa situação que encontramos a esquerda socialista fragmentada e com pequeno alcance político entre os trabalhadores. Além disso tudo, estamos vendo aparecer com forte influência de massas expressões políticas que se aproximam de uma espécie de semi fascismo. E o maior exemplo disso é a força que a figura de Bolsonaro desponta na opinião pública e até mesmo entre os trabalhadores, demonstrando que a miséria da esquerda abre espaço para que ideias de extrema direita ganhe influencia na população.

Não estamos diante de uma situação que podemos nos dar o luxo de posturas sectárias, ultra esquerdistas e auto proclamatórias no interior da esquerda socialista com o único e absoluto objetivo de destruir para se auto construir. E queremos dar muito valor a esse tema, o nosso movimento é a convergência de várias correntes, organizações e ativistas que estão buscando fazer o processo de reorganização da esquerda (política e sindical) encontrar uma saída positiva. A difícil conjuntura e a necessidade de superar a nossa fragmentação são os principais elementos que motivaram a confluência da maioria das correntes e ativistas da “Frente Base” em dialogar com @s companheir@s do coletivo “Vamos à Luta” fundando o “Movimento Sonhar Lutar”.

Fazemos um chamado a tod@s que querem construir um agrupamento combativo, que tenha espaço para as diferenças, mas que fundamentalmente haja respeito e paciência para o trato e a convivência entre nós. A classe trabalhadora não espera ver entre seus dirigentes sistemáticas acusações públicas, calúnias e a miserável disputa cega, arrivista e autofágica.

A aflição e as inseguranças frente ao futuro que se expressam nos olhos de cada trabalhadora e trabalhador nesse momento difícil que vive o país e o mundo, exige de nós uma postura que demonstre na prática o esforço pela unidade, pelo trabalho em equipe, pela paciência em construir sínteses e pela autocrítica permanente, pois erramos e vamos errar muito no desenvolvimento da nossa luta.

Para nada, tudo isso significa esconder nossas diferenças, mas acreditamos que é possível debate-las em alto nível, na hora e em espaços convenientes, sem desvios destrutivos, sem gerar traumas, desconfianças e tensionamentos desnecessários que sempre acabam em precipitações de divisões e mais fragmentações. Esse é o esforço de tod@s que estão envolvidos nesse projeto!

Não é possível também que o sindicalismo ignore as lutas contra as opressões, as pautas democráticas e as lutas por direitos civis. É preciso incorporar o combate ao machismo, ao racismo e à homofobia não só em nossos materiais de propaganda, mas na prática cotidiana da vida sindical.

Principalmente porque vivemos numa sociedade na qual as ideias reacionárias da classe dominante encontram ainda muito espaço e em especial o movimento sindical está historicamente contaminado por um ambiente opressor, muitas vezes machista e preconceituoso.

Acreditamos que é preciso também equilibrar a relação entre as distintas gerações de lutadores, considerar a história e a experiência daqueles que possuem mais estrada no movimento e apoiar a força, a energia da juventude que se apresenta para fazer parte de nosso movimento. Os mais jovens devem ter a paciência de ouvir, aprender e os mais velhos a compreensão que precisam abrir espaço para as novidades das gerações de lutadores que vem surgindo. Vamos precisar de todo mundo!

O Movimento Sonhar Lutar convida tod@s os trabalhadores das Universidades e Instituições de Ensino Superior de âmbito federal e estadual a fazer parte do nosso movimento com o objetivo de fortalecermos o processo de reorganização da esquerda socialista tanto politicamente como sindicalmente. Levantando bem alto as bandeiras de luta dos trabalhadores, disputando espaços institucionais quando julgarmos taticamente correto, mas sempre colocando em primeiro lugar a mobilização dos trabalhadores nas ruas.

Combatendo o corporativismo, e apostando na unidade da classe trabalhadora para abrimos as condições para mudarmos a atual correlação de forças, colocando os trabalhadores na ofensiva e mais próximos não só de conquistarem melhores salários, mas promovendo uma transformação radical em nossa sociedade, destruindo as bases mais sólidas do capital e seus aspectos mais conservadores e opressores... Nossa estratégia é erguer os pilares do socialismo numa revolução permanente, se enfrentando permanentemente contra os governos que querem administrar o capital, seja governos burgueses normais ou de colaboração de classes.

Por fim, convidamos tod@s a ler e discutir a tese do MOVIMENTO SONHAR LUTAR para o XXIII CONFASUBRA que vai ocorrer nos dias 06 a 11/maio de 2018 em Poços de Caldas. Esse congresso terá a tarefa de discutir a conjuntura nacional, os principais temas de interesse dos TAEs, aprovar um plano de lutas e eleger a próxima direção da FASUBRA

ANALISE DE CONJUNTURA

I. CRISE NO SISTEMA MUNDIAL DE ESTADOS: ECONOMIA MUNDIAL ESTAGNADA, AJUSTE FISCAL, CONFLITOS MILITARES, REFUGIADOS, GOLPES E LUTAS SOCIAIS.

O XXIII Congresso Nacional da FASUBRA acontecerá em uma situação de instabilidade no sistema mundial de estados. A crise econômica nos países imperialistas centrais, embora inicialmente controlada à custa de trilionários pacotes que salvaram bancos, segue latente e crônica, a economia americana não retoma seu protagonismo anterior mesmo com a pequena recuperação, e a China não alcança a dimensão anterior do seu crescimento.

A crise estrutural define a situação de todos os países, e o centro da crise continua sendo os EUA. Sua ação colonizadora em escala planetária não assegura um novo ciclo de expansão capitalista, e a ação se acirra no controle dos recursos naturais globais.

A ofensiva bélica no oriente médio demonstra a insuperável instabilidade e o elevado custo econômico e humano para manter a dominação sobre a região, ao mesmo tempo em que, insurgentes, ultraconservadores, disputam a consciência do levante popular árabe, fazendo crescer o fundamentalismo em detrimento de alternativas progressistas.

O esgotamento econômico norte-americano se reflete na eleição de Trump e em um Congresso de maioria republicana, com redução dos investimentos sociais, como a saúde, e cortes nas despesas estatais, na retomada em larga escala de políticas protecionistas e na defesa dos interesses dos empresários dos EUA. A relação com os imigrantes, o discurso reacionário que intensifica os modelos de opressão, e a crescente destruição do meio-ambiente são outros aspectos desta agonia econômica.

A crise dos EUA é mundial, pois 50% dos títulos da dívida norte-americana estão em mãos estrangeiras. O mundo, com suas reservas em dólares e em títulos públicos norte-americanos, financia a dívida pública dos EUA. Com isso, os lucros de suas empresas aumentaram, principalmente as do setor financeiro, em uma conjuntura de recessão e crise.

Não é a crise financeira que origina a recessão: ela apenas ilustra a fuga para o endividamento, que permitiu superar temporariamente o excesso de produção, e não pode prosseguir eternamente. A base das contradições do capitalismo, o excesso de produção de mercadorias e a consequente hiper acumulação de capitais, a incapacidade dos mercados de absorver as mercadorias produzidas (bens de consumo ou de capital), volta ao primeiro plano.

Trata-se de uma crise profunda, de longa duração, de natureza histórica, porque significa a falência do padrão de acumulação de capital vigente desde os anos 80. É a crise da era neoliberal das desregulamentações, financerização e privatizações generalizadas, do ataque da condição de bem-estar social dos anos 1946-1980 na Europa.

Uma crise para a qual o capitalismo imperialista e seus governos não têm outra resposta senão o mesmo veneno: financerização, redução dos gastos sociais, ataques sem precedentes a direitos dos trabalhadores, aos direitos democráticos dos povos, super-exploração dos trabalhadores, pilhagem e devastação do meio ambiente. Esta é a lógica de uma etapa cada vez mais decadente do capitalismo imperialista, que ameaça arrastar a humanidade para a barbárie.

Segundo os relatórios da Organização Não-Governamental (ONG) britânica Oxfam, o 1% mais rico da população mundial detém a mesma quantidade de riqueza que o restante 99%.

A versão de 2017 do relatório chamou ainda mais atenção, ao mostrar que os 8 maiores bilionários do mundo, detém um patrimônio de 426 bilhões de dólares, equivalente ao de metade da população mundial (aproximadamente 3,7 bilhões de pessoas). No Brasil, campeão de desigualdades, o quadro ainda é relativamente pior: são seis os bilionários que detém riqueza equivalente à de metade da população (cerca de 100 milhões de pessoas).

De acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho, o total de desempregados no mundo era superior em 30 milhões ao do início da nova fase da crise capitalista em 2008. Mais revelador é o dado de que cerca de 50% do emprego no mundo é assalariado, mas em regiões como a África Sub-Sahariana e o Sul Asiático, esse percentual cai a 20%. Além disso, estimava-se em menos de 45% o total de assalariados regulares, sendo quase 60% contratados em empregos temporários ou de tempo parcial.

No período 2002/06 a crise foi desviada e dois motores interconectados, a expansão do crédito nos EUA e o crescimento industrial da China, os quais conduziram o crescimento da economia mundial. Os dois motores, depois, começaram a parar. A contração da economia mundial busca eliminar a massa de capital excedente que obstrui a acumulação capitalista. O colapso do mercado subprime nos Estados Unidos desatou uma avalanche internacional de quebras e uma contração global do crédito. Houve a injeção de fundos públicos, equivalentes a 40% do PIB mundial, no falido setor financeiro e industrial do Primeiro Mundo. Os Estados capitalistas entregaram cerca de 25 trilhões de dólares às grandes empresas e bancos falidos. Os novos episódios da crise puseram fim às afirmações de sua superação a partir da segunda metade de 2009. A injeção de uma massa de liquidez sem precedentes, de parte dos governos e bancos centrais com a intenção de salvar o sistema financeiro internacional, foi uma manobra de contenção; adiou a queda sem resolver suas contradições sistêmicas, exacerbadas. Não houve recuperação de postos de trabalho formal, mas crescimento do emprego precarizado e do desemprego; não houve recuperação, mas contração do crédito imobiliário e das pequenas empresas; não houve recuperação do consumo, mas endividamento e subconsumo; não se sanaram os bancos. Novas bolhas de capital financeiro se formaram quando a liquidez disponível foi dirigida, uma vez mais, para atividades especulativas. A dívida pública mundial cresceu, exponencialmente, sem ter uma base sustentável na esfera de produção de valor.

Essa nova situação mundial de resistência para os trabalhadores se abriu no decorrer de 2015-2016, inaugurando um período cheio de incertezas e enorme instabilidade. A burguesia e o imperialismo retomam a ofensiva, mas o faz no marco de certo desarranjo da ordem mundial. Isso é assim porque a iniciativa política para reverter a situação anterior passou para as mãos dos setores mais à direita da burguesia e do imperialismo, os que questionam a superação do atual quadro de crise do capitalismo nos marcos da globalização neoliberal e da atual ordem mundial.

Os principais fatos que marcaram essa nova situação foram os seguintes:

A derrota da “Primavera Árabe”, ainda que pese o ascenso da luta do povo curdo e a conquista do território de Rojava. À derrota da revolução egípcia a partir do golpe militar e a subida de Al-Sisi (2013), somou-se a derrota da revolução Síria, um dos últimos, mais prolongados e sangrentos processos

revolucionários da região gerando graves crises humanitárias diante da situação dramática dos refugiados. O refluxo do ascenso na Europa, principalmente após a capitulação de Tyspras/Syria na Grécia. O Brexit (junho/2016), uma saída da União Europeia capitaneada pela direita conservadora. Mas também a reorganização da esquerda através da França insubmissa e a disputa através do nome de Mélenchon. A ofensiva contra os governos populistas de esquerda e frentes populistas na América Latina. O processo de crise, agonia e queda desses governos (incluindo processos golpistas) encabeçados por setores de direita e do imperialismo e sua substituição por novos governos neoliberais e/ou conservadores, dá início ao fim de um ciclo de 8 a 12 anos desses governos que capitalizaram o ascenso do período histórico anterior; A vitória do “NÃO” no referendo sobre o Acordo de Paz com as FARC16 na Colômbia. Em que pese que, ao final, o governo conseguiu aprovar o acordo no parlamento à revelia do referendo, o resultado expressa o apoio que a oposição de direita ainda conserva no país.

Essa realidade deve se refletir nas próximas eleições; Ao mesmo tempo temos o fortalecimento de alternativas aos conservadores e à social democracia como a Frente Ampla no Chile. O fortalecimento em nível internacional da direita conservadora e da extrema-direita. Como um subproduto da crise econômica e social, ampliam sua influência utilizando-se de ideologias xenofóbicas, racistas, machistas, etc. Mas também crescimento da esquerda por fora dos aparatos social democratas acompanhando a mobilização por democracia real A vitória de Trump nas eleições e o fortalecimento dos setores de ultra-direita nos EUA. Ao mesmo tempo a campanha de Bernie Sanders que quase derrotou Hillary Clinton nas prévias com um discurso socialista. O levante negro nos EUA, e o ascenso do movimento Black Lives Matter (Vidas negras importam) com mobilizações massivas anti-racismo e as greves internacionais das mulheres. Por ser a principal potência mundial, esses fatos tem um enorme impacto na situação internacional.

A questão da ocupação das Terras Palestinas por Israel, que se instalou em 1948, vive novo momento de expansionismo sionista com o anúncio do presidente Donald Trump de reconhecimento de Jerusalém como capital judia, motivado por pressões de grupos evangélicos e conservadores, cidade sagrada e reivindicada pelos palestinos como a capital de seu tão sonhado Estado. Essa postura, com a iminente transferência da embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém, potencializa a escalada de violência contra os palestinos, que, se nunca foi interrompida de fato, principalmente após 2014, quando mais de 2,3 mil Palestinos morreram em conflitos na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e em Jerusalém, a maioria delas civis. Os movimentos Árabes e Palestinos já apontam para uma terceira intifada (rebelião contra Israel), o que poderá tornar 2018 em mais um ano sangrento na região.

Difícil fazer previsões sobre os desdobramentos da crise econômica mundial, ate agora as consequências tem sido dramáticas colocando no imaginário social uma espécie de apreensão e tensão mundial. As imagens de refugiados do norte da África desembarcando de botes no litoral espanhol atravessando o estreito de Gibraltar para fugir da fome e da guerra impacta a população mundial e percebe-se que alguma coisa está fora da ordem.

A hipótese de outras barbáries generalizadas existe; há regiões que estão em constantes conflitos, o caso da Coreia do Norte, as tensões no sul do mar da China, as provocações entre russos e norte americanos, a Venezuela na ante sala da guerra civil, a crise dos refugiados que chegam todos os dias do norte da África no litoral europeu são indícios de uma tendência mundial. Mas também não podemos descartar que podemos ter pela frente um século de disputas e revezamento no

poder entre alas mais ou menos moderadas de esquerda e de direita nas principais economias do mundo. Processos que se desenvolvem através das estruturas dos mais variados regimes democráticos burgueses resilientes, que em momentos de crise se deformam, mas voltam ao estado original absorvendo os conflitos. Situações que muitas vezes acompanha ciclos econômicos de crescimento e de recessão. O futuro está em aberto e a novidade é que não existe somente uma hipótese possível, precisamos estar atentos aos distintos cenários e nos prepararmos adequadamente para cada um deles.

Vale destacar contudo, que a situação que vive a Venezuela não é um mero detalhe da conjuntura política na América Latina. De um modo ou de outro, todos os países da América Latina vivenciam processos que buscam rearticular o padrão de acumulação do capital; e na Venezuela esse processo se expressa em grandes enfrentamentos políticos na esfera estatal e civil.

Entendemos que é urgente a FASUBRA Sindical realizar logo após o Congresso, um debate com toda a categoria sobre Conjuntura Internacional com foco na América Latina, e se aprofundar sobre as contradições políticas dos governos latino-americanos e os desafios para a classe trabalhadora latino americana. Todavia, cabe ao congresso da FASUBRA expressar toda solidariedade a classe trabalhadora venezuelana e se posicionar contra qualquer intervenção imperialista na Venezuela que afete ainda mais a soberania desse país. Por fim, diante da crise política que vive a Venezuela o Congresso da FASUBRA deve expressar total apoio para que a classe trabalhadora venezuelana se aproprie da direção política do movimento de massas, para que se aprofunde as reformas estruturais necessárias para possibilitar a superação da dependência subalterna do país e para que não haja nenhum retrocesso político e econômico.

II – BRASIL - A DERROCADA DO GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSE E A ASCENSÃO DE UM GOVERNO GOLPISTA.

Encerrando um período de relativa estabilidade social, econômica e política, iniciado em 2003 com a chegada de Lula à presidência da República e consolidado em 2005 com a recuperação do crescimento econômico, a sociedade brasileira assistiu, a partir de 2013, ao crescente aumento da efervescência social; à inflexão do ciclo de expansão dos negócios que havia propiciado um modesto dinamismo econômico, após décadas de marasmo; e à acelerada decomposição do pacto político que havia viabilizado a transição negociada do regime militar para o Estado de direito.

Desde então, o fim da letargia social, o espectro de uma estagnação de longa duração e a exacerbação da instabilidade política acirraram a luta de classes. O temor de que a crescente onda de inquietação social pudesse fugir do controle e abrir brechas para a emergência das classes subalternas no cenário histórico (como ocorreu na surpreendente rebelião urbana de 2013) alarmou as classes dominantes em relação ao risco de uma insubordinação dos pobres. As concessões feitas às classes subalternas teriam ultrapassado o limite do razoável, colocando na ordem do dia a urgência de conter o ímpeto das reivindicações sociais e cortar pela raiz o processo de ascensão das massas.

Estimulados pelos grandes veículos de comunicação de massa, com a luz verde da grande burguesia, os senhores do capital, preocupados com o seu próprio futuro, partiram para a ofensiva. O novo contexto histórico aguçou a guerra fratricida entre as alas esquerda e direita do establishment. Na ausência de diferenças substantivas de projeto político - posto estarem ambos perfeitamente enquadrados nos parâmetros mais gerais do neoliberalismo - a luta entre os partidos da ordem pelo controle do Estado assumiu a forma de uma acirrada disputa para definir

quem seria o operador político mais credenciado para administrar o ajuste do Brasil às novas exigências do capital, internacional e nacional, em tempos de crise. Para além das paixões cegas que alimentam falsos antagonismos, a diferenciação entre as duas facções que polarizam a disputa política girou em torno da forma de combinar “cooptação” e “força bruta” como mecanismos de dominação das classes subalternas.

Na guerra para decidir quem ficaria no comando do Estado, a primeira batalha foi vencida pela ala da esquerda - moderada dos partidos da ordem, com a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência da República em 2014. Foi uma vitória de Pirro. Ao adotar o programa econômico de seu adversário, Dilma isolou-se de sua base social e abriu caminho para uma contraofensiva reacionária. De tanto ceder à chantagem do mercado e da fisiologia, a presidenta acabou comprometendo seu próprio lugar na coalizão liberal-fisiológica. O vazio político gerado pelo esvaziamento de sua autoridade foi ocupado por Eduardo Cunha e Michel Temer. Tarde de mais. Quando o PT quis demonstrar um momento de raro enfrentamento e desobediência aos acordos que tinha feito com a burguesia, não tinha conjunturalmente uma base social que apoiasse e que desse retaguarda. A sua sorte foi definitivamente selada quando, contrariando o Planalto, o PT decidiu que seus deputados não apoiariam o presidente da Câmara dos Deputados na Comissão de Ética. Antes que Dilma tivesse completado quinze meses de seu segundo mandato, sua base de sustentação parlamentar deslocou-se ainda mais para a direita e o governo ruiu. O Supremo Tribunal Federal abençoou o processo. A democracia de baixíssima intensidade revelava-se ampla demais para as exigências da situação.

A burguesia teve de recorrer a uma forma de governo abertamente espúria. A queda de Dilma foi assimilada pelo conjunto da sociedade sem comoção. Para além de ações isoladas de alguns movimentos sociais, a maioria da população permaneceu apática aos eventos que agitavam Brasília. Um desavisado que chegasse ao país sequer perceberia que a chefe de Estado acabava de ser deposta. Desmoralizado politicamente por seus próprios erros e pela força da propaganda da grande mídia, o PT não conseguiu mobilizar sua base social com o peso exigido pela história. Os trabalhadores que votaram no PT, pareciam confusos e não entraram em cena. Os setores médios aos milhões nas ruas dirigidos pela direita tiveram mais peso e deram um fim no governo Dilma ajudando a burguesia assumir diretamente o poder central do país.

A transmissão do Impeachment em horário nobre e rede nacional, com o congresso nacional trabalhando no domingo, foi uma obra prima da política maquiavélica que tem a assinatura de um dos maiores mafiosos da política brasileira chamado Eduardo Cunha, na época presidente da câmara e hoje preso por corrupção. O dia 17 de abril de 2016, jamais será esquecido pela nossa geração e agora que podemos ver e analisar os acontecimentos algum tempo depois. É possível perceber que Temer e aliados quando decidiram operar o golpe tinham dois objetivos: Aplicar o projeto “Uma ponte para o futuro” no qual envolve as contra reformas e o ajuste fiscal num espaço curto de tempo para atender os interesses do capital em crise. E o outro objetivo, operado até agora com altos e baixos, foi se apossar das estruturas centrais de poder ganhando mais influência para mover peças entre os poderes do regime que retardasse e impedisse o triunfo da operação Lava Jato sobre suas cabeças. Dilma deixou o Planalto de maneira protocolar. Entre os dirigentes e parlamentares do PT, a energia dedicada à batalha pela narrativa do golpe foi superior ao esforço de evitá-lo. No momento decisivo, Lula fingiu-se de morto, mais preocupado em negociar sua própria situação com os futuros donos do poder do que em confrontá-los. O afastamento da presidenta encerrou melancolicamente treze anos de ilusão de

que a esperança venceria o medo. O sonho de que um governo de conciliação de classes seria capaz de criar um Brasil para todos terminou em pesadelo. Os ventos fortes que levaram Lula ao poder no início dos anos 2000 não foram aproveitados para romper o círculo de ferro do capitalismo dependente.

Da noite para o dia, o sentimento triunfalista de que o Brasil caminhava para o desenvolvimento sustentável deu lugar à sensação generalizada de que, na verdade, o país afunda no descabro. A cidade cartão postal do Brasil, que sediou a Copa do Mundo e as Olimpíadas hoje está arruinada, decadente e em estado de calamidade pública, com os serviços públicos destruídos, com os servidores sem salários e com alto índice de violência urbana. Rio 40º de febre! Sofrendo com uma intervenção militar que está ocupando os morros e a periferia da cidade, ameaçando direitos democráticos da população mais pobre da cidade.

Em nome da ordem e do progresso, os aventureiros que assumiram o poder, sem nenhuma legitimidade para radicalizar uma política que havia sido rejeitada nas urnas, partiram com voracidade contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e a soberania nacional. Os ministérios econômicos foram entregues à sanha do mercado e os demais, aos apetites da fisiologia. A altíssima coincidência de nomes-chaves entre os próceres que compõem o ministério de Temer e os que fizeram parte das administrações petistas evidencia que o novo governo não é a negação do anterior, mas sua metástase. Um é consequência do outro. Ao dar as costas para seus eleitores, Dilma abriu a Caixa de Pandora. Ao levar ao paroxismo a terceirização do governo em favor do PMDB, o PT tornou-se supérfluo. Tornando-se mera peça decorativa, Dilma perdeu a credencial para permanecer no Planalto.

A radicalização do ajuste neoliberal requer que algumas janelas do regime sejam fechadas. A gritante discrepância entre a imoralidade e absoluta falta de compostura do “andar de cima” e o rigor e disciplina exigidos do “andar de baixo” poderá intensificar a necessidade de lutar por direitos civis e democráticos. Para além das bravatas para consolar militantes frustrados, a decisão de setores parlamentares “classistas” do PT e PC do B em apoiar Rodrigo Maia, ou de manter as alianças políticas e eleitorais (em âmbito estadual e municipal) com os partidos golpistas evidencia a plasticidade e desfaçatez com que o PT aceitou a nova realidade. O compromisso de fazer uma “oposição responsável”, comprometida com a “racionalidade econômica” e com o “respeito às instituições”, reitera a identidade com os imperativos do capital.

Ao sancionar a violência institucional de que foi vítima, reconhecendo-a como um fato consumado que, por mais paradoxal que seja, faz parte das regras do jogo, o PT acatou os parâmetros democráticos ainda mais rebaixados de um Estado que não hesitará em apelar para novas violências e fazer o que for necessário para garantir a estabilização da economia e a “pacificação” da nação. Incorporando definitivamente o espírito de seus algozes. Tal estratégia se traduz na opção pelo “Feliz 2018 com Lula”, tentado se reapresentar à burguesia, ao invés de fazer qualquer auto-crítica do fracasso do projeto de conciliação de classes. Ao invés de aprender com seus erros, o que se vê é a disposição de intensificá-los.

Dilma caiu enaltecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal e fazendo juras de fidelidade às exigências do mercado. Num esforço desesperado para voltar ao poder, chegou a afirmar que manteria o famigerado Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda. Em plena recessão, a reiteração do princípio liberal do equilíbrio fiscal como cláusula pétrea de um governo responsável legitimou o processo de criminalização de toda e qualquer gestão econômica que ouse ter qualquer iniciativa independente - o discurso ideológico que, por ironia do destino, fundamentou a farsa institucional que justificou a sua deposição. O PT encerrou

seu ciclo no poder central, rendido ao pragmatismo do fim da história e de tudo que o acompanha.

Ao subordinar a razão de Estado aos imperativos do grande capital, o governo petista ficou sujeito à desestabilização assim que sua estrita funcionalidade ao mercado ficou comprometida. Ao vincular sua base de sustentação parlamentar ao que há de mais corrupto e fisiológico na política brasileira, ficou sujeito à fuga das ratazanas assim que o barco começou a fazer água. Ao manter intacto o monopólio dos grandes meios de comunicação, na ingênua suposição de que a docilidade com a grande mídia teria como contrapartida sua relativa neutralidade na guerra pelo poder, ficou completamente desarmado para impedir sua execução pública. Por fim, e, sobretudo, ao negar a organização independente dos trabalhadores como força motriz das transformações sociais, o PT fomentou a fragmentação e o desalento das massas, comprometendo a mobilização da única força social potencialmente capaz de enfrentar uma conspiração urdida nas altas esferas do poder. A narrativa de que a presidenta foi vítima de um “golpe” não é falsa, mas omite o fato de que o PT deixou flancos abertos - o estelionato eleitoral - foi cometido pela própria Dilma ao jurar na campanha eleitoral que não tocaria em direitos “nem que a vaca tussa”. A denúncia do golpe parlamentar como um atentado à democracia, sem a devida ponderação sobre o caráter restrito da democracia brasileira, não permite perceber a essência da crise que abala o sistema representativo: a impermeabilidade do Estado brasileiro às demandas populares. Supervalorizar os aspectos formais da democracia brasileira, sem a devida explicitação sobre seu conteúdo real, é uma forma capciosa de esconder os atentados perpetrados pelo PT contra a classe trabalhadora e manter o debate político hermeticamente enquadrado na lógica fechada do regime democrático burguês.

A condenação de Lula pelo TRF-4

O resultado do julgamento no TRF-4, de 24 de janeiro, aumentando a condenação de Lula para 12 anos e um mês, é um sinalizador de que o golpe vai aprofundar contra a democracia e a contra a classe trabalhadora. A farsa montada pelo Judiciário, operada pelo governo de Temer e sustentada pelo capital financeiro e meios de comunicação, a serviço do golpe e do rentismo dos capitalistas, querem garantir o poder na mão dos liberais ortodoxos e retirar o maior líder das pesquisas da eleição, como forma de conseguirem acirrar a agenda de desmonte do Estado e do golpe, acabar com a aposentadoria e com os direitos trabalhistas e entregar a saúde, educação e bens públicos ao grande capital; na verdade, demonstrou que se tratava de um julgamento político, casuístico.

Em resposta a esses intentos, movimentos populares de trabalhadores e trabalhadoras fizeram atos em defesa da democracia e contra as reformas trabalhista e da previdência, mas não se impuseram enquanto enfrentamento de desobediência civil, por falta de vontade política das cúpulas das centrais sindicais burocráticas e aliadas ao antigo governo, que inclusive cancelaram o chamado de greve geral contra tais medidas.

Na oposição, o partido de Lula será o complemento necessário e funcional da situação. No próximo período, caber-lhe-á um duplo papel: evitar a qualquer custo o aparecimento de forças políticas que possam credenciar-se como alternativas de esquerda e/ou progressistas; e servir como reserva política estratégica, na eventualidade de um agravamento da crise nacional exigir a volta do grande líder como forma de apaziguar as massas exaltadas. Para tanto, o partido terá apenas que adaptar sua estratégia política nos marcos da ordem - impostura à esquerda e usurpação à direita - às novas circunstâncias da vida nacional.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS: GOVERNO TEMER APROFUNDA E ACELERA A OFENSIVA CONTRA DIREITOS SOCIAIS E DEMOCRÁTICOS. OS TRABALHADORES RESISTEM!

Antes mesmo do golpe, o vice presidente da república já propagandeava um programa para atender os interesses do capital denominado “Uma ponte para o futuro”. Ao assumir o poder central do país, o governo de Michel Temer levou a cabo a organização de uma ofensiva que atende os interesses mais urgentes da burguesia nacional e internacional; para os trabalhadores, trata-se de “Uma ponte para o inferno”.

As pequenas concessões arrancadas com muita luta pela classe trabalhadora durante o século XX, e que fazem parte do arcabouço jurídico e legislativo do país estão sendo tomadas de volta. Temer conseguiu aprovar a PEC do fim do mundo que congela gastos sociais por 20 anos, aprovou a lei que amplia as terceirizações, a reforma do ensino e a reforma trabalhista. Tudo isso num espaço muito curto de tempo. Além disso, apesar de Temer e aliados estarem completamente envolvidos em escândalos de corrupção, eles tem conseguido até agora escapar, demonstrando poder de influencia tanto no TSE como na Câmara dos Deputados, ainda que seja através de compras de deputados através de cargos, emendas no orçamento, etc... Não teve suas contas condenadas e abafou a tentativa de investigação do Procurador Geral da Republica, Rodrigo Janot. Mas pelo menos, momentaneamente, podemos dizer que o governo está em melhores condições conjunturalmente do que esteve no seu pior momento quando estourou o escândalo JBS.

São 14 milhões de desempregados no país, sendo que está previsto para 2018 aumento de mais de 1,3 milhões de desempregados, estando os serviços públicos sofrendo com bloqueio de verbas e começam a paralisar muitas atividades. A violência explode nos grandes centros urbanos, o que no conjunto explica a baixa popularidade de Temer e um descontentamento geral da população com o governo. Mesmo assim Temer sobrevive, pois embora exista uma luta entre distintas frações da burguesia, não há unidade sobre a saída política numa possível queda de Temer. Embora tenha tais diferenças no “andar de cima”, mas o que predomina é um grande acordo entre toda burguesia e os três poderes do regime que está relacionado à aplicação do ajuste fiscal e a aprovação das contra reformas. Diante desses fatos, mesmo odiado pelo conjunto dos trabalhadores, Temer resiste, pois ainda não há um movimento objetivo do conjunto da classe trabalhadora que consiga efetivamente mudar a correlação de forças até agora. Esperamos que até o Confasubra esse cenário tenha mudado para melhor!

A resistência dos trabalhadores deu um salto de qualidade do final do segundo semestre de 2016 para o primeiro semestre de 2017. As mulheres trabalhadoras no 8 de março, dia internacional da mulher, abriram uma onda de lutas no país. O dia 15 de março foi uma primeira experiência de unidade de ação que surpreendeu a todos com milhares nas ruas e com setores importantes da classe paralisando atividades. O ascenso e a unidade das centrais foi abrindo as condições para uma greve geral e no dia 28 de abril o país viu uma das maiores greves gerais da sua história derrotar a intenção do governo Temer em votar a reforma da previdência no primeiro semestre. A grande greve geral de abril e logo após a marcha a Brasília no dia 24 de maio, ambas organizadas pelas centrais sindicais, expressou o apogeu da onda de lutas e a disposição dos trabalhadores em participar da história.

Habilidosamente o governo golpista calculando que não conseguiria aprovar a reforma da previdência, já que tinha perdido o debate na sociedade, resolveu adia-la e acelerar a reforma trabalhista. Ao mesmo tempo em que atuou para dividir as

centrais colocando em negociação o imposto sindical. Essa jogada atraiu uma parte das centrais sindicais lideradas pela Força Sindical que tiraram o time de campo e começaram a priorizar as negociações com o governo. Além disso, outro fator que contribuiu para o recuo das centrais, é o fato da direção do PT ter passado a priorizar o projeto Lula 2018. Isso significou puxar o freio de mão das mobilizações e iniciar um processo de negociações na superestrutura para criar as melhores condições para que Lula seja candidato.

As grandes mobilizações e greves gerais dependem da frente única entre centrais sindicais e movimentos sociais para acontecer. As condições para uma forte rebelião de base que fugisse do controle das centrais ainda não apareceram. O resultado é que a greve geral do dia 30 de junho fracassou, nem chegou a ser uma greve geral de verdade e abriu conjunturalmente espaço para Temer e aliados se recuperar. O resultado é que Temer conseguiu aprovar a reforma trabalhista que foi um duríssimo golpe nos direitos dos trabalhadores permitindo o negociado valer sobre o legislado, aprovaram também a reforma política que joga partidos ideológicos na ilegalidade, só não conseguiu aprovar ainda a reforma da previdência. Sem falar nas medidas que atacam diretamente o funcionalismo público federal como o PDV, anúncio do adiamento de reajustes, possibilidade de corte de benefícios, diminuição do valor do teto salarial do funcionalismo entre outros ataques... A resistência dos trabalhadores se localiza no marco da defensiva, pois podemos perceber que mesmo impopular, o governo Temer reúne ainda condições políticas para ter iniciativa e manter a ofensiva. Trata-se portanto de uma correlação de forças desfavorável para a classe trabalhadora e setores oprimidos. Precisamos de uma segunda onda de lutas...

A realidade tem confirmado nossas análises e prognósticos. Essa é uma das razões na qual propusemos que o congresso de nossa federação fosse adiado para o primeiro semestre do ano que vem, para que priorizássemos a construção da luta contra os ataques de Temer esse ano, adiar congressos para priorizarmos a luta e as greves não é uma novidade, já fizemos isso em outros momentos. Embora parte da CUT lutou para que a greve não acontecesse em 2017, adiar o congresso para construir a greve demonstrou ser um grande acerto.

A GREVE DA FASUBRA 2017 EM DEFESA DA CARREIRA E CONTRA A REFORMA DA PREVIDENCIA

A greve da Fasubra no ano passado durou 42 dias, fomos a única entidade do funcionalismo que colocou uma greve na rua, com manifestações em Brasília e com ações unitárias com o conjunto do funcionalismo.

Nossa greve foi vitoriosa pois ajudou a acumular forças contra o governo Temer que acabou patinando na aprovação da reforma da previdência ao mesmo tempo não conseguiu proferir nenhum ataque a nossa carreira como tinha anunciado. Além disso, a greve abriu na pressão um canal de diálogo com o governo que já não existia a mais de um ano.

Organizamos uma forte caravana a Brasília, fechamos o prédio do ministério do planejamento obrigando o governo nos receber, construímos junto com o funcionalismo um ato muito importante na porta do congresso nacional que arrancou uma audiência com o presidente da câmara no qual exigimos a retirada da PEC 287.

Destaca-se também a manifestação que fizemos na porta da casa do presidente da câmara na ocasião do jantar oferecido para deputados na tentativa de articular e comprar votos para aprovar a reforma. Todas essas ações deu enorme repercussão na imprensa e ajudou a desgastar e derrotar o governo e a reforma da previdência.

Parte da CUT (como os companheiros do Resignificar) e outros setores da direção da Fasubra não acreditaram na greve, votaram contra na plenária nacional, com um discurso que o congresso da Fasubra tinha que acontecer de qualquer jeito, não importando com os ataques que o governo anunciava. A realidade demonstrou que foi acertadíssimo ter adiado o Confasubra para maio de 2018 e priorizar a luta e a greve. Posição parecida teve também a Frente Base hoje dirigida pelo PSTU, infelizmente esse setor não acreditou na greve, critica todos os setores que apostaram na greve e não reconhecem que a greve da Fasubra cumpriu um papel fundamental para derrotar Temer e seus planos de derrotar a reforma da previdência e a nossa carreira. Os combativos companheiros da Frente Base precisam rever essa posição e fazer uma auto crítica séria, pois com esse discurso crítico a greve de 2017, estão somando forças com os setores mais atrasados do cutismo na federação para tentar derrotar aqueles que construíram a greve.

Outro setor que comete um erro grave são os companheiros do COMBATE, pois mesmo a Fasubra tendo feito uma greve muito vitoriosa e sendo a única entidade do funcionalismo a fazer um movimento paredista no final do ano passado, os companheir@s numa postura sectária e ultraesquerdista insistem em dizer que a Fasubra traiu a greve, lamentável tal postura que só ajuda a fortalecer o governo e a direita que quer destruir a Fasubra.

No início de 2018 o governo jogou a toalha e desistiu de votar a reforma da previdência, evidenciando sua derrota e mais uma vez nos dando razão em ter construído a greve no final de 2017. Já estamos em março de 2018, discutindo temas importantes na mesa de negociação com o governo e já tivemos uma pequena, mais importante vitória que foi o governo ter suspenso o comunica em relação ao VBC eu prejudica financeiramente os TAEs.

Temos que ter orgulho do que fizemos em nossa última greve, o governo amargou uma importante derrota e agora precisamos em unidade com o funcionalismo fortalecer a campanha salarial 2018. Corretamente a Fasubra participou da reunião ampliada entre FONASEFE/FONACATE que aprovou uma pauta geral dos SPFs já protocolada no Ministério do Planejamento e um calendário de lutas unificado.

Ofensiva Militar do Governo Ilegítimo de Temer

A pós sucessivos bombardeios midiáticos e pressão do governo ilegítimo de Temer no início de 2018 para ganhar a opinião pública, o apoio de pelo menos 320 parlamentares e assim iniciar a tramitação da reforma da previdência, o governo chegou ao carnaval distante do alcance de suas metas. Vivenciamos nesse ano um carnaval com grande mobilização política, em que escolas de samba e blocos de carnavais, pautaram o repúdio ao governo golpista de Temer, o repúdio às políticas de retirada de direitos trabalhistas, o combate à reforma da previdência e a defesa da superação desse momento político caracterizado pelo aprofundamento das restrições democráticas no país.

Completamente derrotado no imaginário popular, tendo como representação simbólica o fato de que pelo menos 3 escolas de samba com enredo crítico a política nacional no grupo especial do Rio de Janeiro se localizarem entre as 5 primeiras; logo após o carnaval o Governo ilegítimo de Temer assina o Decreto Presidencial nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018 (PDC 886/2018) que autorizou a intervenção militar federal no Rio de Janeiro.

Avaliamos que essa intervenção, simboliza mais um passo no processo de cerceamento de direitos civis e democráticos da população brasileira, em especial

da população negra e periférica. O governo que intervém agora no Rio de Janeiro é o mesmo que, nascido de um golpe parlamentar, passou por cima da vontade popular para aprovar as piores contrarreformas que o País viu em décadas. Vale destacar que segundo o Governo golpista, a intervenção tem como tarefa central combater a violência na cidade do Rio de Janeiro, a qual representaria grande ameaça à ordem pública. Mas os dados colhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstram que o Rio de Janeiro (considerando o parâmetro de homicídios por 100 mil habitantes) apresentou em 2015 uma taxa de 30,6 por homicídios. Porém, curiosamente, Alagoas e Sergipe têm, respectivamente, taxa de 58,3 e 64,1 por 100 mil habitantes. Os dados demonstram que se a justificativa por parte do Governo fosse realmente verdadeira, a intervenção não deveria iniciar no Estado do Rio de Janeiro.

Existem portanto duas questões importantes a se ponderar: Em primeiro lugar, é que o problema da violência no Rio de Janeiro e em qualquer cidade no Brasil, é real e deve ter atenção por parte do Estado para buscar a superação. Porém, não se supera o problema da violência urbana, com a perspectiva de se investir mais no aparato repressivo do Estado ou com intervenção militar. Problema social não deve ser tratado como caso de polícia, mas sim com investimento estrutural em saúde pública, educação pública integral em todos os níveis, esporte, cultura, lazer (atrelados com mobilidade urbana de qualidade e uma necessária distribuição de renda). Para superar os problemas sociais, o Estado deve caminhar na contra mão de tudo que os governos em conjunto com a grande mídia, com o empresariado e setores retrógrados do judiciário estão impondo para a agenda política do país nessas últimas décadas (tendo uma ofensiva maior de 2016 para cá).

Mesmo que o ilegítimo governo de Temer fosse sincero em seu discurso, o método e a lógica estariam equivocados para fins de resolução do problema da violência no Rio de Janeiro e no país. Nesse sentido, a segunda ponderação a se fazer, é que essa intervenção militar federal no Rio de Janeiro, significa portanto uma ação articulada com o golpe institucional em curso no país desde 2016, um avanço na construção de uma sociedade mais militarizada e autoritária, de uma democracia restrita e blindada, na qual a população periférica, negra, os movimentos populares e os setores de esquerda serão as maiores vítimas desse processo. Cabe as trabalhadoras e aos trabalhadores técnicos administrativos em educação em todas as Instituições Públicas de Ensino Superior do país, em conjunto com a FASUBRA e suas entidades filiadas, a realizarem esse debate com a Universidade, de modo que possamos pressionar para que a Universidade cumpra um papel social em defesa de uma sociedade democrática com desenvolvimento social humanizado; além de se aliarem com os movimentos populares do campo e da cidade na luta contra a intervenção militar federal no Rio de Janeiro e em qualquer outro Estado, e em defesa de uma sociedade democrática e sem desigualdades estruturais.

UMA DISPUTA DE ESTRATÉGIAS E PROJETOS SINDICAIS NA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA

No Brasil, os Projetos de Emendas à Constituição são o auge da desconstrução dos direitos de nossa classe, apesar de existirem muitos ataques materializados em Projetos de Leis: Escola Sem Partido (Lei da Mordada), Reforma do Ensino Médio, congelamento de salários, terceirização, demissão de servidores, etc.

Nesse sentido, a PEC do Congelamento dos gastos públicos, da “Reforma” da Previdência e da “Reforma” Trabalhista, sintetizam os principais ataques à classe trabalhadora e certamente caminham no sentido da intensificação da exploração daqueles que vivem do trabalho, isso como uma das demandas do capital.

É assim que se deve ler todo o conjunto de mudanças políticas à direita. São demandas que estão na mesa dos seus lacaios mais dedicados: o Governo, o Congresso e o Judiciário.

Apesar de uma importante resistência à PEC do congelamento dos gastos públicos, onde, inclusive, nossa entidade sindical, a FASUBRA, teve um papel importante, não conseguimos impedir que o Congresso Nacional a aprovasse de forma sumária. Conseguimos, no entanto, armar centenas de ativistas para os outros confrontos que viriam pela frente.

Já na “Reforma” da Previdência, milhões de trabalhadores(as) estão participando ativamente da resistência. Nos atos dos dias 8/03, 15/03 e 31/03 de 2017, mostramos que é possível mover a classe trabalhadora e derrotar o governo. O sucesso dessas manifestações foi o recado que faltava para a convocação da greve geral no Brasil, obrigando as Centrais a anunciarem o 28 de abril de 2017 como uma data unificada de lutas.

Entretanto é grande a resistência a impulsionar a população para ser o agente político da transformação. Diversas centrais da base do Governo não desejam ter o movimento social como protagonista, e buscaram esvaziar os espaços de resistência. O Ocupa Brasília de 24 de maio já estava colocado como uma estratégia para retardar a Greve Geral, mas a ampla adesão levou a um descontrole, tendo o movimento desenvolvido uma inequívoca demonstração de força e de mobilização. Mas a Greve Geral de 30 de junho resultou desarmada, com centrais se retirando da preparação, e a data se tornou efetivamente um dia de lutas e manifestações, mas não uma Greve Geral, que poderia ser ainda mais forte que a anterior, e abreviar a vida deste Governo e seus projetos, como a reforma trabalhista, que resultou aprovada.

Assim, prevaleceu a estratégia dos acordos de gabinetes, em especial envolvendo o imposto sindical, condição indispensável à sobrevivência de um sindicalismo subserviente ao Estado e aos patrões. E isso tem consequências nas possibilidades de enfrentamentos com o grande capital. Em abril, a Greve Geral já havia demonstrado que era possível reorientar os movimentos sociais, desde a nova etapa aberta em junho de 2013. O vermelho tomara as ruas, e a alternativa era avessa às reformas que sustentam os juros da dívida e a lucratividade das empresas às custas do sacrifício da população.

Infelizmente a direção majoritária da CUT não demonstrou estar a altura dos grandes desafios e dos enfrentamentos contra Temer, ainda que haja na base dessa central setores combativos que discordam da política de frear o movimento em momento decisivos para negociar o imposto sindical e para priorizar a política de defender o projeto Lula 2018.

POR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA PARA AS TRABALHADORAS E TRABALHADORES BRASILEIRO...

A população brasileira e o conjunto dos trabalhadores estão nesse momento polarizados entre duas alternativas políticas, a primeira representada por Lula e o PT no qual os trabalhadores ainda depositam muitas ilusões, e que apesar de tudo, ainda dirigem o movimento sindical e popular no país.

A outra alternativa está no campo da direita, que hoje se expressa com força na figura do Dep. Jair Bolsonaro. A crise política e econômica, o desenvolvimento das ações da Lava Jato alcançando não só o PT, mas destruindo figuras de peso

do PSDB/PMDB abriu espaço para a ultra direita e seus discursos intolerantes de conteúdo machista, racista e homofóbico que vem ganhando terreno entre a população.

Pensamos que nenhuma desses projetos políticos servem aos interesses da classe trabalhadora. O governo de coalizão com a direita liderado pelo PT embora tenha dado algumas pequenas concessões aos trabalhadores durante o período de crescimento econômico, não serviu para fazer mudanças estruturais mínimas e reformas progressivas mais profundas que pudesse de fato atender contra os interesses do capital. Como também nenhuma alternativa de direita e muito menos Bolsonaro pode ser considerado como alternativa para o país, esses devem ser combatidos permanentemente sem tréguas.

Nenhuma organização da esquerda socialista sozinha poderá cumprir essa tarefa. Urge a necessidade de construirmos uma frente com base num programa transicional de enfrentamento com o capital que expresse uma síntese de várias organizações políticas envolvendo também movimentos sociais, a vanguarda sindical combativa, os movimentos de luta contra as opressões, a juventude do movimento estudantil e dos movimentos de contra cultura, os grupos ecosocialistas, os ativistas por direitos civis e democráticos.

Colocar de pé uma referencia política com disposição militante para alcançar as amplas massas de trabalhadores de várias categorias, desde as fabricas, sem teto, passando pelos grandes centros urbanos, funcionalismo publico, juventude, escolas, universidades, desempregados, precarizados, informais, camponeses e etc... Caso contrário será mais isolamento, marginalidade, crise e fragmentação e vamos ver triunfar a barbárie na medida em que não se luta com ousadia para a construção de uma direção revolucionária para os trabalhadores. Essa tarefa se faz a luz da complexidade da situação, da correlação de forças e das vicissitudes das circunstancias numa realidade na qual temos pouco controle das forças em movimento.

A possibilidade de construirmos uma referencia política de maior alcance que substitua o PT e aliados é possível, não é uma tarefa fácil, há ainda muitas ilusões, mas é uma tarefa que precisamos assumir. Tanto é assim que a proposta de reforma política aprovada no congresso nacional fecha mais portas do regime para os partidos ideológicos da esquerda socialista. Trata-se de uma preocupação real das forças dominantes, pois aprenderam com a experiência europeia. No velho mundo a crise econômica e a aplicação dos planos de austeridade abriu possibilidades de surgimento de organizações mais a esquerda que as tradicionais já existentes, como também abriu espaço para organizações de ultra direita ganhar terreno que há muito tempo não tinham.

Em relação à mobilização dos trabalhadores, defendemos categoricamente uma frente única entre as centrais e movimentos sociais para lutar em torno de pontos comuns que hoje envolveria o Fora Temer, luta contra todos os ataques do seu governo, nenhum direitos a menos. Essas bandeiras unificam toda a classe para lutar! Colocar milhões em movimento é uma tarefa preliminar para qualquer projeto estratégico que queira ser sério.

Mas diferentemente da unidade de ação para lutar e mobilizar milhões em torno de bandeiras econômicas e democráticas. Existe a necessidade política de construir uma referencia para a classe trabalhadora brasileira que seja um contra ponto as alternativas de direita e que se credencie como uma nova alternativa de esquerda, como a Frente Povo Sem Medo pelo país e o exemplo da Frente de Esquerda e Socialista na cidade do Rio de Janeiro tem cumprindo um papel muito importante

na construção de referencias para os trabalhadores que tenha um maior alcance e que sejam espaços não hegemonizados pelo PT.

A partir dessa realidade, podemos considerar três principais desafios estratégicos para a construção de uma alternativa de classe para o enfrentamento incortonável contra as forças do capital: Unidade de ação para lutar, Um Programa de transição para a revolução brasileira e a batalha por uma direção revolucionária capaz de orientar a classe nos processos de luta e na construção de uma perspectiva socialista.

A) UNIDADE DE AÇÃO PARA LUTAR

As políticas vivenciadas pelos governos da Frente Popular em seus anos de poder no Estado, de garantir o superávit primário, pagamento dos juros da dívida pública e os lucros dos capitalistas, em muito não contribuíram na construção da unidade de ação das forças de esquerda no Brasil. No entanto, temos vivido nos últimos meses uma nova conjuntura, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático que resultou no impedimento de Dilma, onde o entendimento de classe sobre a necessidade de enfrentar a reestruturação dos capitalistas, construção de acordos na superestrutura e contrarreformas que arrancam direitos dos trabalhadores e dos pobres, fizeram a movimentação da esquerda em torno de um plano de lutas e ações que oferecessem direção e unidade de ação de classe para deslocar a correlação até então desfavorável aos trabalhadores.

O entendimento comum parte em barrar os ataques do governo e do Congresso Nacional aos direitos trabalhistas, sendo preciso colocar os trabalhadores na linha de frente dessa batalha. Contudo, a consciência que a realidade nem sempre é entendida simultaneamente pelo conjunto da classe trabalhadora, tampouco as organizações conseguem garantir em suas estruturas os encaminhamentos políticos e organizativos necessários, o primeiro desafio para alterar a correlação de forças entre os trabalhadores e os capitalistas é garantir a unidade de ação com o respeito democrático às organizações e suas estratégias de luta.

Mas a realidade é complexa: é necessário considerar que em meio à luta estarão os burocratas sindicais, responsáveis por décadas de traições, imobilismo, redução de empregos, salários e direitos, preocupados com os milhões que recebem de imposto sindical para garantir seus privilégios, e esses em parte estarão conosco em seus limites. Além disso, há desequilíbrios na capacidade e força de representação, com organizações que concentram setores estratégicos e explorados da classe trabalhadora, importantes na luta.

Como exemplo, dos mais de 12 milhões de terceirizados no país, a UGT (central que representa interesses parciais e corporativos dos trabalhadores, sem nenhuma perspectiva de enfrentamento à ordem e aos patrões, ou que ameace o sistema capitalista) concentra os maiores sindicatos de empresas terceirizadas e apenas um de seus sindicatos de base concentra 700 mil terceirizados em sua base em São Paulo. Pois os trabalhadores dessa base, com relações de trabalho rebaixadas e frágeis, em uma difícil condição de enfrentamento, estão reféns de uma Central Sindical que pode, daqui a pouco, romper com a Unidade das Centrais na luta contra as contrarreformas e o golpe parlamentar, justamente porque não tem compromisso com a luta de classes.

Portanto, temos uma disputa de direção das massas trabalhadoras onde o centro para nós é ideológico, que repercute na estratégia a ser adotada pelo movimento e nas construções organizativas e que atenda às expectativas imediatas da classe trabalhadora. Lutamos por uma transformação profunda da sociedade, e a

unidade das direções da classe deve estar sustentada pela unidade de ação entre todos que querem lutar contra os planos de Temer. Dessa forma, nossa estratégia não está comprometida em apresentar alternativas ao capitalismo, como faz a socialdemocracia, que é a infiltração da burguesia na classe operária.

B) CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO QUE APRESENTE UM PLANO ECONÔMICO E PROPOSTAS DEMOCRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO CONTRA O CAPITAL.

Em uma ampla compreensão de que se faz necessárias reformas estruturais, onde se incluí o controle do déficit público, um programa de Estado deve apontar para reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional, além da intervenção do Estado na vida econômica com controle dos investimentos estrangeiros no país.

Alinhado à tarefa central de combate às rupturas de Estado que vivenciamos, é necessária a construção de um projeto de sociedade e de desenvolvimento do Brasil sob controle dos trabalhadores, onde na construção teremos certamente consenso em sete grandes campos de abrangência social:

- Reforma educacional, que garanta a valorização do magistério e do ensino público e gratuito em todos os níveis, o combate ao analfabetismo e uma reforma universitária que garanta desenvolvimento nacional autônomo, sustentando com isso o planejamento da sociedade e o emprego cidadão;

- Auditoria Cidadã da Dívida, contra a financeirização da economia e limite da remessa de lucros para o exterior; Suspensão do pagamento da dívida pública!

- Reforma fiscal, que promova a justiça fiscal e estabeleça a arrecadação necessária para que o Estado garanta a contrapartida em funções públicas como saúde, saneamento, entre outras; Taxação de grandes fortunas e Fim das isenções fiscais para grandes empresas!

- Reforma eleitoral, que garanta processos democráticos, financiamento público e democrático de campanha, tempo de TV igualitário, sem financiamento de empresas privadas, sem exclusão dos partidos ideológicos, não a cláusula de barreira e ao distrito!

- Reforma urbana, que atenda à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias; Todo apoio as ocupações de terrenos e prédios abandonados para fins de especulação!

- Reforma agrária, que promova a democratização da terra estendendo ao campo os direitos dos trabalhadores urbanos; Todo apoio as ocupações de Terra!

- Garantia de infraestruturas estratégicas sob controle do Estado como comunicação, energia, proteção ambiental, entre outras.

- Não a criminalização das lutas sociais! Liberdade para Rafael Braga! Não as perseguições a ativistas e dirigentes sindicais! Abaixo a violência policial! Lutar não é crime!

- Pelo fim de toda opressão! Unidade de ação com todos as organizações e movimento que lutam contra as opressões! Abaixo o machismo, racismo e homofobia!

- Revogação de todo pacote de ajuste fiscal do Governo Temer! Abaixo a emenda constitucional do fim do mundo! Por uma outra Reforma do Ensino que amplie a qualidade e o alcance da rede pública! Anulação da Reforma Trabalhista e da Lei das terceirizações!

- Confisco dos bens de corruptos e corruptores!

C) CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA POLITICA PARA OS TRABALHADORES!

A derrota da experiência soviética adiou o sonho de concretizarmos um mundo socialista. Após o desaparecimento dos estados operários e a restauração do capitalismo no leste europeu a consciência dos trabalhadores ficou mais confusa em relação a perspectiva de transformação social que tenha como projeto estratégico a revolução socialista.

A fragmentação e dispersão da esquerda socialista é uma realidade que se consolida durante todo o século XXI. Para apresentar um programa de transição ao socialismo para disputar politicamente os trabalhadores é necessário conquistar um alcance mais amplo. O que só é possível nos marcos de uma Frente de organizações que desejam combater a direita e as alternativas de colaboração de classes.

FORA TEMER E SEUS ATAQUES!

ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE E O CONGRESSO

NENHUM DIREITO A MENOS

UNIFICAR AS LUTAS RUMO A NOVA GREVE GERAL

NÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA

EM DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO QUE ASSEGURE O COMPROMISSO SOCIAL E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS

UM SALTO DE QUALIDADE NA PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL

O impacto da aprovação da PEC do fim do mundo e as medidas de Temer em relação ao funcionalismo público em geral demonstram que estamos diante de um ataque pesado contra os trabalhadores do funcionalismo público federal.

Os serviços públicos em especial a educação pública atravessa uma página triste da história. A maioria das universidades federais estão demitindo terceirizados, cortando bolsas de pesquisa, paralisando vários setores da assistência estudantil, fechando leitos nos HUs, muitas já anunciaram a possibilidade de suspender o calendário acadêmico antes do final do ano por falta de recursos básicos para o seu funcionamento.

Outros órgãos públicos estão sofrendo forte bloqueio nas verbas de custeio e investimentos paralisando suas atividades. O Ministério do Trabalho perdeu mais da metade das verbas para a fiscalização do trabalho escravo, a Polícia Federal

suspendeu recentemente a emissão de passaporte, Inbra, Ibama, Ibge e ministério da Ciência e tecnologia sofreram fortes bloqueios de verbas orçamentárias e encontram-se com toda execução de seu planejamento comprometida.

O governo Temer não recebeu praticamente nenhuma entidade sindical para processos de negociação salarial. Pelo contrário, unilateralmente anunciou um pacote contra o funcionalismo público que iniciou com o PDV, e enquanto escrevamos essa Tese, foi anunciada medidas duríssimas contra o funcionalismo federal que vai desde extinção de mais de 60 mil cargos, reestruturação das carreiras para diminuir salários, aumento da contribuição previdenciária, reforma da previdência, corte de benefícios, adiamento de reajustes acordados e etc...

CONSTRUÇÃO DA NOSSA PLATAFORMA DE LUTAS

REIVINDICAÇÕES GERAIS

- Não à Reforma da Previdência
- Fim imediato do pagamento dos juros e amortizações da dívida para os grandes banqueiros e especuladores, suspensão do pagamento da dívida externa, fim do superávit primário;
- Luta em defesa do emprego, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra a terceirização, pela estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, proibição de remessa de lucros das multinacionais para o exterior. Nenhum pacto ou acordo que aceite retirada de direitos.
- Controle público e do Estado de empresas que promovam demissão em massa ou próximas de fechar. O Estado garante o emprego dos trabalhadores com uma intervenção direta no controle da propriedade das empresas que demitem;
- Em defesa da mobilidade urbana e do passe livre;
- Reestatização das empresas privatizadas;
- Pela condenação de corruptos e corruptores da Petrobrás. Por uma auditoria independente realizada pelos trabalhadores da empresa. Fim dos leilões de bacias petrolíferas. Pelo volta do monopólio do estatal brasileiro sobre o petróleo. Petrobrás 100% brasileira: reestatização da Petrobrás!
- Reversão do ataque aos direitos trabalhistas. Anulação da Reforma Trabalhista, nenhum direito a menos!
- Isenção do Imposto de Renda dos trabalhadores assalariados, quem tem de ser taxado é o capital;
- Extensão dos programas sociais do governo para trabalhadores desempregados;
- Nenhum corte ou ajuste dos Orçamentos da União, dos estados e municípios em serviços públicos, na educação, na seguridade social, etc. Orçamento público para os serviços públicos e não para banqueiros! Orçamento para saúde, educação pública, moradia, reforma agrária;
- Massiva e imediata política de investimentos estatais na construção de escolas, hospitais, casas, serviços de infraestrutura como saneamento, não apenas para gerar empregos, mas também para levar dignos serviços públicos e sociais para a maioria da população, especialmente nestes tempos de crise;
- Não a reforma tributária que quer desviar mais recursos da Seguridade Social;
- Reforma tributária progressiva, que taxe o lucro, o grande capital e as grandes fortunas;
- Controle de capitais, fim da remessa de lucros;
- Controle estatal sobre os bancos que especulam com títulos da dívida e dinheiro público. Aqui não se trata de uma estatização para saneamento dos bancos, mas uma estatização que toque direto no problema da propriedade e na necessidade de controle estatal até para garantir créditos e juros baratos, fim da especulação bancária, etc.;

- Por uma campanha nacional, unitária e democrática pelo fim da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. Em defesa do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), do MST (Movimento Sem Terra) e dos movimentos sociais. Apoio às ocupações de terra e terreno urbano; Contra as demissões de ativistas sindicais, lutar não é crime!!!
- Livre direito de organização e de greve;
- Contra a política de criminalização da pobreza e extermínio da população pobre;
- Nenhum acordo de livre comércio com os EUA;
- Democratização dos meios de comunicação, auditoria e controle social sobre os contratos do Governo com as grandes corporações de comunicação;
- Fora as transnacionais da Amazônia;
- Em defesa da reforma agrária e da agricultura família, por uma política que garanta a soberania alimentar;

REIVINDICAÇÕES DO FUNCIONALISMO

- Defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público, do cumprimento dos acordos salariais anteriores e do estabelecimento de novos acordos com reajustes dignos.
- Fim das terceirizações, precarizações e privatizações dos serviços públicos. Defesa do Regime Jurídico Único. Concursos públicos para contratação de mais trabalhadores para atender a demanda das áreas sociais;
- Definição de data-base para 1º de maio e direito de negociação coletiva;
- Política salarial permanente para o setor público, com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Retirada de projetos de lei, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses dos trabalhadores públicos;
- Reposição emergencial das perdas de 2015 a 2017, com 2% de ganho real, conforme definição da plenária de março da Fasubra;
- Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
- Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
- Incorporação de todas as gratificações produtivistas
- Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
- Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.
- PEC 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.
- Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira.
- Lutar pelo projeto de HUS da FASUBRA como forma de combater a Ebserh! Em defesa de todos os empregos dos trabalhadores dos HUS!
- Por uma política adequada de saúde do servidor e combate ao assédio moral/sexual e às opressões.
- Revogação das orientações normativas que mudaram os critérios para concessão de insalubridade e periculosidade.
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Pela autonomia sindical e defesa do direito de greve no funcionalismo. Contra os projetos de lei que visam impedir o direito de greve no funcionalismo;
- Em defesa da previdência pública e da paridade entre ativos e aposentados – pela revogação do FUNPRESP;

REIVINDICAÇÕES DA PLATAFORMA DA FASUBRA

- Piso de 3 salários mínimos, step de 5%, sem compressão da intercorrelação entre os níveis de capacitação e classes;

- Racionalização e redefinição dos de cargos, de forma a enfrentar os desvios de função e garantir relações de trabalho em conformidade com a descrição formal, os ambientes e os riscos;
- 30 horas semanais – redução da jornada sem redução salarial;
- Não incorporação do VBC;
- Reposicionamento dos aposentados;
- Concurso público pelo RJU para todos os cargos de todas as classes. Fim da terceirização e da precarização das relações de trabalho.
- Pelo direito à contagem do tempo dos cursos de capacitação efetuados pelos aposentados quando estavam na ativa;
- Pela reabertura do período de opção para adesão ao PCCTAE pelos trabalhadores que ainda não o fizeram;
- Contra os efeitos nocivos do PL 2203/11, como a redução nos valores de periculosidade e insalubridade;
- Em defesa dos HUs, contra a EBSERH. Pela abertura de concurso imediato para as vagas do RJU nos hu's, Em defesa do emprego de todos os trabalhadores da EBSERH!
- Democratização da Gestão – Eleição Direta, Paritária e Democrática de Reitores e Diretores, com participação dos movimentos sociais;
- Pela atualização e aprovação do Projeto de Universidade construído pela Fasubra;
- Construção de creches nas Universidades;
- Pela efetiva implantação da política nacional de formação dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, com definição pelos mesmos das necessidades de formação e de estruturas curriculares;
- Contagem de todo o tempo de serviço público para efeitos de enquadramento.
- Estudar as categorias especiais constantes do nível E, de forma a construir política para os trabalhadores de nível superior;
- Definição de movimentações jurídicas para garantir a aposentadoria especial para todos TAE que desenvolvem atividades em ambientes agressivos, descritos nas Normas Regulamentadoras NR 15 e NR 16;
- Definição de movimentações jurídicas para garantir a correção e compensação financeira dos desvios de função, sem contudo penalizar a continuidade do desenvolvimento das atividades dos TAE;
- Construção de Política de combate ao Assédio Moral, com penalizações para chefias e administrações;
- Construção de Política de Saúde, Segurança e Ambiente para os Trabalhadores das IES, a partir do atendimento das Normas Regulamentadoras do MTE, ABNT e FUNDACENTRO;
- Estabelecimento de política e assessoria da FASUBRA para a instalação de Mesas de Negociação de Conflitos nas IES, a partir do Decreto 7.944, de 6 de março de 2013, que Promulgou a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.

EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS: MERCANTILIZAÇÃO, HETERONOMIA E PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

“A ciência só pode desempenhar seu genuíno papel na República do Trabalho”
Karl Marx

A estrutura do sistema educacional no Brasil está em sintonia com o padrão de economia dependente subalterna de nossa nação, na qual a política educacional construída nos últimos 50 anos, trilhou um caminho que atendeu os interesses políticos e econômicos de diversas frações da burguesia

que se beneficiam com esse padrão dependente de reprodução do capital no país. Os rumos das políticas educacionais estimuladas pelo Ministério da Educação dos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e agora pelo ilegítimo governo de Michel Temer, apresentaram uma perspectiva tecnicista, insuficiente para construir reflexões científicas visando o desenvolvimento de determinadas pesquisas, essenciais para a concretização de efetivas transformações sociais, políticas e econômicas em nosso país. Obviamente, é necessário fazer um recorte distinguindo a política educacional do governo golpista de Temer, com a política educacional dos governos anteriores; uma vez que após a queda de Dilma, se detectou uma hipertrofia na ofensiva privatista e conservadora no processo educacional no país.

As políticas para educação nos últimos 27 anos, caracterizadas por um teor mercantilista, retiraram de forma indireta, a obrigação do Estado com a população, concedendo à iniciativa privada amplo espaço para comercializar esse direito constitucional; contribuindo assim com as demandas das diversas esferas do capital que nessas últimas décadas se deparam com uma crise do modo de acumulação neoliberal, que interfere diretamente na manutenção das taxas de lucros.

Se durante o tenebroso período dos Governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as políticas educacionais para o Ensino Superior estruturada pelo Estado brasileiro se caracterizaram por uma grande estagnação e restrição de verbas para investimento de serviços de consumo e contratação de pessoal para as Universidades Públicas, e se não ocorreu durante essa década uma expansão de suas estruturas físicas; na década de 2000, as Universidades Públicas vivenciaram uma intensa reestruturação. Com o Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o “Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”, o Brasil se deparou com uma expansão física vertiginosa dessas Universidades (com a criação de novas Universidades e com a criação de diversos campi avançados no interior do país), bem como uma expansão do número de vagas na graduação e na pós-graduação nessas Universidades.

Todavia, essa expansão ocorreu sob parâmetros não reivindicados pela comunidade universitária no decorrer das décadas anteriores, uma vez que o REUNI apresenta concepções que avançam para a construção de uma Educação Superior Pública dentro de uma lógica privada, na qual as Universidades se submetem a metas mercantilizadas condicionando o financiamento de custeio e de pessoal, a uma estrutura precária nas condições de trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos em educação que atuam na construção do ensino, pesquisa e extensão nessas Universidades, e a uma escassez de financiamento para assistência estudantil que possibilite uma permanência de fato dos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação.

O REUNI condicionou os recursos para a realização da reestruturação apenas após a aprovação do plano de metas da Instituição, sendo que a continuidade dos repasses dependia do cumprimento dessas metas. Em síntese, o Reuni simbolizou a proposta apresentada por Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira no decorrer da década de 1990, caracterizada pelos “contratos de gestão”, que foi barrada pela resistência da comunidade acadêmica naquele período. Essa expansão mercantilizada imposta pelo REUNI foi implementada nas universidades sem maiores discussões por conta do autoritarismo e da chantagem a que ficaram submetidas às universidades: ou aceitariam ou não receberiam recursos adicionais. Todo esse processo (imposto verticalmente do MEC para as Universidades) contou com o consentimento e apoio da maioria dos Reitores. O resultado dessa política hoje é o estabelecimento de um processo educacional caracterizado

por uma intensa precarização das condições de trabalho. O REUNI apresentou premissas similares que caracterizam o modelo de gestão do Estado Brasileiro, estruturado na construção de uma sociedade regulamentada pela ausência de direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, e pelo fortalecimento da lógica privada, mercadológica e destrutiva nas relações sociais de produção.

Além disso, a concepção de educação proposta pelo REUNI se reflete também no PROUNI e no FIES, pois a falta de estrutura na expansão das Universidades federais foi acompanhada por uma injeção de recursos em instituições privadas de ensino. O argumento de que se tratava de medidas paliativas não se mostrou verdadeiro: passados mais de dez anos de gestão petista, os investimentos no PROUNI e no FIES não migraram para as públicas. Tratou-se e trata-se do esvaziamento das Universidades públicas, que deveriam receber dentro de um ambiente crítico e não mercantilizado os estudantes absorvidos pelas empresas de educação que em regra não possuem o mesmo compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nos últimos anos, as Instituições Federais de Ensino (IFE) vivenciaram uma realidade caracterizada por contingenciamento e cortes no orçamento. Após o Golpe parlamentar-jurídico-midiático que ascendeu Temer à Presidência, 2 grandes consequências caracterizaram a educação superior pública no país: Diminuição da Autonomia Universitária (já desconstruída pelos governos anteriores) e ampliação da lógica da mercantilização/privatização.

Desde que Temer assumiu o poder, aumentou-se a perseguição para regulamentar nas IFEs a cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação lato-sensu; seguida de uma política de condicionar as IFEs buscarem recursos financeiros próprios em outras instituições públicas ou privadas, de modo que qualquer recurso extra obtido pela IFE passa a ser subtraído do seu próprio orçamento público anual, previsto pelo orçamento geral da união. Nesse último período as Técnicas Administrativas em Educação e os Técnicos Administrativos em Educação, em conjunto com outros segmentos da comunidade universitária tem travado diversas lutas em defesa do financiamento público da Universidade, de modo ser essa uma bandeira central na defesa da educação pública-estatal, gratuita e com qualidade. Esse governo golpista não estabeleceu qualquer tipo de diálogo com as entidades que representam as trabalhadoras e trabalhadores, e por meio da Portaria Nº 577, do MEC, de 27 de abril de 2017, desconstruiu o Fórum Nacional de Educação que durante os governos de Lula e Dilma, se configurou como um espaço de sustentação das políticas impostas pelo MEC.

Com essa Portaria, as entidades sindicais foram retiradas do Fórum (inclusive a FASUBRA) e foram incluídas representações empresariais e de apoio ao governo ilegítimo de Temer. Essa medida autoritária, mobilizou diversas entidades da sociedade civil vinculadas a educação para constituir o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) que construirá a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). Opinamos que, convencidas e convencidos de que não temos interesse em disputar politicamente e ideologicamente as direções burocratizadas da CNTE, CONTEE, CUT e CTB; é importante a FASUBRA participar desse espaço para dialogar com as educadoras e educadores das redes municipais e estaduais, defendendo o nosso projeto de Educação e nosso projeto para as Universidades Públicas Brasileiras.

Outro espaço que deve contar com a participação privilegiada da FASUBRA, é na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública, Estatal e Gratuita (CONEDEP) que construirá o III Encontro Nacional de Educação. A CONEDEP faz um esforço para refletir, elaborar e acumular propostas para pensar

um projeto classista e democrático para a educação brasileira, e entendemos que é de fundamental importância a FASUBRA apresentar as suas formulações e seus projetos para a educação e para as Universidades Públicas Brasileiras.

Os rumos da Educação Superior Pública no Brasil estão relacionados diretamente com a lógica de funcionamento do capital que é estruturado, por uma lógica destrutiva, incontável e de contínua expansão; e nesse sentido a Educação Superior Pública no Brasil regulada ainda pelo Estado que não está isenta ou imune a intervenção do capital. No Brasil, com sua estrutura econômica dependente subalterna, os caminhos da Educação Superior Pública, ganha contornos mercadológicos quando pensamos a situação atual e as consequências futuras das políticas governamentais apresentadas nessas últimas décadas, para esses setores do Estado Brasileiro.

O cenário que se anuncia para as Universidades Públicas para os próximos 4 anos não é dos melhores, o que já estava ruim e precário, tende a piorar mais! É grande a possibilidade das Universidades Públicas vivenciarem momentos críticos com drástica redução de verbas de custeio e de capital, com intensificação da precarização das condições de trabalho com desvalorização salarial. O único caminho que temos é preparar uma forte mobilização nas Universidades Públicas para buscar recursos visando a valorização da carreira, a realização de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único que atendam efetivamente toda a demanda existente e visando ampliação das verbas para a construção de uma Universidade Pública-Estatal, gratuita com qualidade.

AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO: UMA DEMANDA JUSTA, URGENTE E NECESSÁRIA PARA A FASUBRA

O processo de democratização das Instituições Federais de Ensino não é linear, sem contradições e rupturas. O que está em debate, é qual a racionalidade, qual o motivo científico, que justifica uma estrutura de gestão administrativa e acadêmica tão arcaica, oriunda dos tempos do regime militar no Brasil. Se considerarmos que nem o argumento da legalidade consegue hoje sustentar a defesa de que a Universidade ou qualquer outra Instituição de Ensino deve se estruturar pelo formato de 70% de docentes e 30% para Técnicos Administrativos em Educação e Discentes; qual argumento lógico pode ser utilizado para justificar essa absurda estrutura administrativa?

Se nas décadas anteriores, as Universidades Públicas se estruturaram sob uma democracia restrita, acompanhando a estrutura dos regimes democráticos na América Latina; nos últimos anos a FASUBRA Sindical e suas entidades de base, em conjunto com outros setores das comunidades universitárias, atuaram para transformar a estrutura acadêmica e administrativa das Instituições.

Isso se expressa, no constante movimento nas Universidades Públicas em defesa da prática da paridade nas eleições para Reitor ou para Diretor de Faculdades e Institutos; bem como se expressa também na busca por estruturar de forma paritária, os conselhos deliberativos das Instituições, como por exemplo na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em que o Conselho Universitário dessa Instituição é constituído de forma paritária entre os segmentos conforme expressa o Regimento Geral dessa Universidade.

Dentro das Universidades, aliadas a luta em defesa da manutenção do financiamento público-estatal, as bandeiras da "Autonomia Universitária" e da "Democratização Efetiva das Universidades" devem ser centrais para a FASUBRA

nesses próximos anos.

Cabe destacar, que a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, afirma no parágrafo 3º do Artigo 10, que “o Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.” Além disso, os IFES avançam nas eleições internas: os gestores são escolhidos de forma paritária e os técnicos-administrativos são elegíveis às direções de campus.

A questão da “Autonomia Universitária” hoje também se configura como um show de horrores! O Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento chantageiam os reitores e reitoras das Universidades Públicas, utilizando-se do viés financeiro, desprezando todo o necessário espaço de debate democrático e opção de escolha, condicionando o repasse de mais verbas se, e somente se, as Universidades Federais acatarem as imposições que ferem o caráter público, gratuito, de qualidade dessas Instituições, Foi assim com o SINAES, com o REUNI, com o ENEM, e está sendo assim com a EBSEERH. E também o Congresso golpista tem tratado as Universidades como o quintal de seus coronéis, como na tentativa da criação de uma Universidade no oeste paranaense, extinguindo a UNILA e absorvendo parte da UFPR, sem que seja uma demanda da comunidade dessas instituições ou sequer tenham debatido tal possibilidade. Por isso, a nossa luta deve se basear pela efetivação do Artigo 207 da Constituição Federal aliada a luta pelo repasse de verbas financeiras que garanta a plena autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades.

Em um contexto político nacional em que os trabalhadores da educação vinculados aos Institutos Federais de Ensino avançaram no processo de democratização; nós que construímos as Universidades Públicas não podemos ficar para trás!

- Por uma campanha efetiva pela Democratização das Universidades Públicas! Paridade Já nos Conselhos Superiores! Eleições Paritárias Já nas Eleições de Reitores e Reitoras!

- Lutar pela revogação da Lei nº. 9192/95 que disciplina a escolha dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

- Lutar pela aplicabilidade efetiva da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades Públicas, garantido pelo artigo 207 da Constituição Federal!

- Lutar pela extinção de qualquer modalidade de cursos pagos dentro das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior!

- Lutar em defesa da manutenção do orçamento público estatal para o financiamento das Universidades, para derrotar a ofensiva do ilegítimo governo de Temer em privatizar as Universidades Públicas.

- Lutar contra o amplo processo de mercantilização do Ensino Superior! Lutar pela Extinção das Fundações de Apoio Privadas!

- Lutar pela extinção da DRU – Desvinculação das Receitas da União. Lutar contra a abertura da Educação como área de investimentos estrangeiros;

- Lutar contra o processo de terceirização e precarização das condições de trabalho nas IFES. Concurso Público já, pelo RJU (regime jurídico único);

- Capacitação e qualificação dos técnico-administrativos por instituições públicas e não por empresas privadas caças niqueis.

SITUAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

“...Mas se você achar
Que eu tô derrotado
Saiba que ainda estão rolando os dados...”
Cazuza

Diante do sucateamento das Universidades impõem-se a discussão à cerca da situação atual dos HUs especialmente aqueles que estão sendo geridos pela EBSEERH. O HU/UFSC constantemente tem realizado denúncias de super lotação, o HU/UFS também tem realizado denúncias referentes as perseguições sofrida pelos funcionários inclusive com a ameaça de corte de ponto dos dias de greve além da imensa fila para a realização de exames nas dependências do hospital, a UFF tem se manifestado no que tange a promessa não cumprida pela EBSEERH de reativar leitos desativados, no HU/UNIVASF tem-se denúncias de que pacientes esperam por cirurgias há três meses, no HU/UFPI funcionários denunciam falta de material básico para atendimento além de assédio moral por parte da gestão, já no HU/UFMT ocorrem denúncias de empréstimos de medicamentos e equipamentos a outros hospitais restringindo o acesso aos pacientes que ali são atendidos além da denúncia de licitação suspeita no setor de hemodiálise. São diversos os indícios de que o modelo de gestão característico da EBSEERH, além de ser restritivo à autonomia universitária, à democracia interna da maioria do Hus, também representa a fuga do controle social e o afrouxamento das regras para licitações e investimentos diversos, escancarando brechas para a apropriação privada de recursos, tanto de forma “legal” mas também um risco ampliado de desvios e de corrupção.

Quando na criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em 2010 através da lei 12.550/11 pretendia-se – ao menos no discurso do governo Dilma - uma forma de privatização “menos agressiva” da saúde pública com a justificativa de viabilizar um modelo de gestão mais ágil para os HUs. Sendo os HUs hospitalares de média e alta complexidade, são eles considerados referências devido especialmente as pesquisas que ali são praticadas. Além de servirem como hospitais escolas, locais de pesquisa e extensão, os HUs realizam atendimentos à população integralmente dentro do SUS. Historicamente, as pesquisas dentro dos HUs são inovadoras principalmente por não se pautarem na necessidade de visualização pelo mercado nem de lucros da indústria farmacêutica e terem total liberdade e autonomia nos projetos propostos. Tal situação corre enormes riscos frente a mercantilização dos serviços dos HUs pela EBSEERH. Guiando-se pela ideia de que saúde é uma atividade lucrativa e propondo que, em detrimento da qualidade de formação dos cursos da saúde, os serviços nesses hospitais sejam coordenados por índices de produção através de indicadores, prazos e metas, a gestão da EBSEERH incentiva a perda da autonomia universitária e provoca um déficit na pesquisa e no ensino dos cursos ali ofertados. Diante do exposto anteriormente, é relevante o questionamento da necessidade da EBSEERH na condução dos HUs. Claramente a criação da empresa em questão tem cunho político assim como os tem os cargos de gestão que são indicados pelo executivo e ministério da educação. A ideia de sucateamento do funcionalismo público é comprovada diariamente pelos servidores lotados nesses hospitais. Além do assédio moral, perseguição e tentativa de ignorar os direitos garantidos constantes na lei 8.112, a EBSEERH incentiva entre esses servidores e os funcionários por ela

contratados via concurso público a problematização do espaço e dos seus direitos através do tratamento diferenciado seja através de escalas de serviço, seja através da diferença de regimes. Não se trata aqui de reivindicar a noção de regime jurídico híbrido, sabe-se que nosso ordenamento jurídico não o aceita, mas de evocar a afirmação necessária do princípio da isonomia. Tem sido prática da EBSEH também delimitar a carga horária máxima aceita quando da acumulação de cargos públicos.

Baseando-se em um parecer de 1998 da AGU, mesmo sabendo-se que o parecer nada mais é do que um ponto de vista técnico orientativo e assim sendo não possui força de lei, a EBSEH tem negado aos trabalhadores o direito constitucional de acumular dois cargos públicos privativos da área da saúde através da presunção de incapacidade física do funcionário por julgar que, além desse limite, o princípio da eficiência não seria contemplado. Tal iniciativa tem gerado nos servidores um sentimento de insegurança e fragilidade da estabilidade do emprego que tem feito com que alguns servidores agradeçam um dos vínculos furtando-se do direito de manter seus empregos mesmo que cumpram com a determinação constitucional de possuir compatibilidade de horário.

Se a justificativa da criação da EBSEH ocorreu ora para resolver problemas jurídicos frente à terceirização do trabalho que vinha ocorrendo e ora para facilitar e dar agilidade a reestruturação dos Hus, conclui-se que tal intuito não foi alcançado. Os HUs encontram-se fisicamente inviáveis, não houve aumento do número de leitos, a tecnologia aplicada não tem sido renovada e o material de insumo utilizado tem sido de péssima qualidade. Por esse lado, a ideia de reestruturação dos HUs através do REHUF não obteve êxito.

No âmbito jurídico a EBSEH ainda luta pela constitucionalidade da sua criação frente a proposição de uma ADI por parte da Procuradoria Geral da República que entende ser inconstitucional a criação da empresa. A lei que criou a EBSEH trata-se de uma cópia da MP 520/10 que encontrava-se em processo de enfrentamento por parte da PGR e que perdeu a razão de ser devido à norma ter perdido sua eficácia por decurso de prazo. Concluso ao relator desde 26.08.13, a ADI aguarda julgamento enquanto a EBSEH mantém sua política de busca de lucros e falta de transparência nos ganhos e investimentos nos HUs. De acordo com o art. 8º, parágrafo único da lei 12.550 o lucro obtido pela EBSEH deve ser reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, o que certamente não tem sido feito.

A FASUBRA tem se colocado contra a implementação da EBSEH desde seu surgimento por acreditar que a educação pública das universidades deve ser protegidas, que a pesquisa deve ter liberdade de criação e execução, por acreditar na importância do HU como hospital escola e a grande contribuição que deve oferecer na formação técnica dos alunos dos cursos da área da saúde, por não concordar com a mercantilização da saúde, por defender os direitos inerentes aos seres humanos principalmente, no caso em questão, o direito à saúde e a educação, por reivindicar a autonomia universitária que é inerente aos HUs. Ao mesmo tempo defende os funcionários da EBSEH e seu direito ao emprego conquistado através de concurso público assim como defende a manutenção dos empregos dos funcionários terceirizados por entender a sua importância dentro das atividades hoje exercidas nas dependências dos Hus.

Nesse liame, reivindica a revogação da lei que instituiu a EBSEH devolvendo a coordenação à universidade além da incorporação dos funcionários da EBSEH ao ministério da educação. Reivindica também a realização do concurso público pelo regime jurídico único do servidor público civil da união e investimento em revitalização física e tecnológica de todos os HUs

A Fasubra deve manter-se na luta para manter os Hus vinculados às universidades, como garantidores do ensino, pesquisa e extensão, com seu caráter público, gratuito e de qualidade na sua ação assistencial e clínica. Devemos fortalecer a luta por uma gestão nos marcos do SUS e combater o modelo mercadológico e privatizante que, ainda em ritmos distintos, tem desvinculado nossos Hospitais Universitários do âmbito das Universidades Públicas e, no limite, da própria gestão público-estatal.

“Classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe” – FASUBRA em defesa de um Feminismo Interseccional

“Não estou mais aceitando as coisas que não posso mudar. Estou mudando as coisas que não posso aceitar”.
 (Angela Davis)

Passamos recentemente por um golpe jurídico-midiático-parlamentar no Brasil, como fora explicitado anteriormente nesta tese [Conjuntura Nacional]. Neste golpe, é necessário salientar que, para além da recomposição de forças do bloco no poder, houve neste um caráter nitidamente misógino, afinal, a presidenta deposta foi a primeira mulher presidenta no país. Porém, para além deste fato – que não é pequeno – para comprovar este caráter que estamos apontando, basta lembrar que nos argumentos disseminados por grupos como MBL, Vem Pra Rua entre outros na internet; por revistas como capas da Veja, Istoé, etc. e até mesmo em adesivos de carros que simulavam um estupro, pode-se perceber que as alegações muitas vezes utilizadas para caluniar Dilma Roussef não eram somente políticas, mas tinham também um aspecto misógino quando, para isso, eram utilizadas palavras de baixo calão, xingamentos e falas que colocavam sua sexualidade como centro do debate.

Ou podemos ainda lembrar de que na sessão de votação do impeachment na Câmara dos Deputados, a maioria dos parlamentares justificava seu voto em nome da família ou de Deus, ressaltando, mais uma vez, que as argumentações para o golpe passaram ao largo da fundamentação política e caíram em justificativas moralistas e conservadoras, chegando ao cúmulo de, nesta mesma sessão, Jair Bolsonaro exaltar a figura de Brilhante Ustra, torturador conhecido na Ditadura Civil-Militar por introduzir ratos nas vaginas das presas políticas.

Com a consumação do golpe, os golpes de misoginia continuaram: Temer não nomeou nenhuma mulher na composição de seus ministérios, bem como nenhum negro. Posteriormente, em pleno 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, em seu pronunciamento em rede nacional disse que o papel das mulheres na economia é serem astutas seguidoras do orçamento doméstico, capazes de notar as flutuações de preços. Temer ressaltou também que as mulheres, “além de cuidar dos afazeres domésticos” e serem as responsáveis pela educação dos filhos, ganham “cada vez mais espaço” no mercado de trabalho, completando com: “Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar.

Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher”. Tais declarações constata os papéis tidos como tipicamente femininos na sociedade, reforçando os estereótipos de gênero e discriminação quanto a posição das mulheres na sociedade. Porém, mesmo admitindo a misoginia do golpe, há que se reconhecer também

que mesmo quando tínhamos Dilma como a primeira mulher presidenta no Brasil, isso não denotou avanços tão significativos quanto necessários para a vida das mulheres no país. Um exemplo disso começou ainda na campanha eleitoral de 2010, quando a então candidata, que se posicionava até o momento como favorável ao aborto, mudou de posição em uma perspectiva eleitoreira. Ou ainda quando, por intermédio e articulações do PT junto a bancada evangélica, acabaram por colocar o pastor (e assediador) Marcos Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos, ainda em seu primeiro mandato. Para o segundo mandato, Dilma prometia a construção de unidades da Casa da Mulher Brasileira, minimamente em todas capitais dos Estados, que não haviam sido entregues no primeiro mandato. Essas casas são parte do programa “Mulher, Viver sem Violência” e seriam espaços que reuniriam os principais serviços para o atendimento integral de vítimas de violência, como delegacias especializadas, defensorias e promotorias. Porém, apenas 3 das 27 prometidas foram feitas. Esses e outros exemplos nos informam que ter uma mulher no poder não é garantia de que conquistas feministas serão impetradas, afinal, essas decorrem das lutas e, sendo os governos do PT de conciliação de classe, as políticas públicas pautadas pelo movimento feminista e movimentos sociais de uma maneira geral tiveram que conviver e negociar com os setores mais reacionários da sociedade, representados especialmente pelas bancadas evangélica e ruralista, as duas maiores do Congresso Nacional.

E foi através da citada e imprescindível luta que as mulheres no Brasil e no mundo conquistaram direitos. Muito além das categorizações metodológicas dos feminismos em ondas, como habitualmente é explicado, as mulheres brasileiras têm colocado em pauta discussões que garantam condições mínimas de sobrevivência. Especificamente, desde a redemocratização, algumas dessas têm tomado cada vez mais espaço público. Na década de 1980, quando as multidões voltaram às praças, os movimentos sociais voltaram à legalidade, passaram a se organizar de maneira mais pujante e formularam, inclusive, propostas de Emendas Populares na Constituinte de 1988, o movimento feminista também esteve presente e interviu no bojo dessas formulações, garantindo licença maternidade e paternidade, horário especial para lactação, idade diferenciada de aposentadoria para mulheres, pensão por morte de cônjuge, etc. Seu marco foi a apresentação da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que indicava as demandas do movimento feminista e de mulheres. A Carta Magna de 1988 incorporou no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”. Esses dois artigos garantiram a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira. Porém, muitos outros temas imprescindíveis careceram e carecem até hoje de implementação. O aborto, já mencionado, é um desses, afinal, em um contexto em que a proibição da interrupção voluntária da gestação causa cerca de 200 mil mortes por ano, estando entre as 5 maiores causas de morte de mulheres no Brasil – segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) – torna a pauta da legalização do aborto um problema de saúde pública que deve se sobrepor a qualquer debate moral ou religioso, principalmente dada a laicidade do Estado. Ainda que o aborto aconteça em todas as classes, é notório que as mulheres que morrem em razão da realização clandestina e insegura deste procedimento são as mulheres pobres, negras e periféricas, que não tem como desembolsar grandes quantias em dinheiro para realizar o procedimento com acompanhamento médico adequado, se sujeitando a todo tipo de precariedade.

A violência contra a mulher também atinge níveis alarmantes em nosso país. Mesmo com os mais de 10 anos da importante conquista da Lei Maria da Penha, em 2016, 4,4 milhões de mulheres foram vítimas de agressões físicas, o que

significa 22% da população feminina do país. Isso nos dá uma média de 503 mulheres agredidas por hora! E o agressor, na maior parte das vezes (61% dos casos) é um conhecido. Em 19% das vezes, eram companheiros atuais das vítimas e em 16% eram ex-companheiros. As agressões mais graves ocorreram dentro de casa, correspondendo a 43% dos casos. Dessas, apenas 11% procuraram uma Delegacia da Mulher.

Quanto ao assédio, um levantamento do Datafolha apontou que 40% das mulheres acima de 16 anos já sofreram algum tipo deste, o que inclui receber comentários desrespeitosos nas ruas (20,4 milhões de vítimas), sofrer assédio físico em transporte público (5,2 milhões) e ou ser beijada ou agarrada sem consentimento (2,2 milhões de mulheres). Os assédios mais graves aconteceram entre adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e entre mulheres negras. Só entre as vítimas de comentários desrespeitosos, 68% eram jovens e 42% mulheres negras. Já em assédio físico em transporte público, 17% eram jovens e 12% negras.

Ainda em 2016 uma adolescente de 17 anos no Rio de Janeiro foi vítima de um estupro coletivo praticado, filmado e postado nas redes sociais por 30 homens. Esse é um dos casos que mais chocou a população, gerando uma série de discussões que, por vezes, chegavam a culpabilizar a vítima pela sua própria violência, postura, que é, infelizmente comum aos casos de violência sexual contra a mulher, o que nos prova que há no Brasil uma verdadeira cultura do estupro, que banaliza o crime ou tenta arrumar “justificativas” para tal, corroborando para o também assombroso dado de que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no Brasil.

Os casos de estupros aumentaram bastante também nas universidades brasileiras. Dados de uma pesquisa de 2015 do Instituto Avon em parceria com o DataPopular apontam um índice escandaloso: 67% das mulheres foram vítimas de violência cometida por um homem nas universidades ou festas acadêmicas. E 42% delas já sentiram medo de sofrer violência nesse mesmo ambiente. Entre os universitários homens, 38% admitiram ter cometido alguma das violências listadas pela pesquisa (assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual com base em gênero e agressão moral ou psicológica). Os poucos dados que temos já mostram que o ambiente universitário também é inseguro para mulheres. Somente em 2016 três casos emblemáticos aconteceram: um na UFRRJ, um na UFU e um na UFG. Aos três, o movimento feminista tanto de estudantes, técnicas, professoras e terceirizadas se organizou e lutou bravamente contra esses crimes que ocorrem dentro das universidades. Um deles, resultando na primeira ocupação feminista de uma reitoria no Brasil (UFG).

E são essas as respostas que as mulheres no Brasil todo têm dado aos casos de violência, seja ela física, sexual, psicológica, simbólica, obstétrica, patrimonial, educacional, salarial, entre outras: muita luta! Observamos nos últimos anos não só aqui, mas no mundo inteiro, uma nova ascensão do feminismo, tendo ocorrido na Ucrânia e Argentina em 2016 uma greve geral de mulheres, que acabou por encorajar outro movimento paredista feminino nos EUA por ocasião da posse de Trump e para a convocação de uma Greve Global das Mulheres ocorrida no 8 de Março de 2017. Antes disso, movimentos como Marcha das Margaridas há décadas, Marcha das Vadias desde 2011, e, especialmente, Mulheres Contra Cunha em 2015 têm mostrado que os movimentos de massa no Brasil não são só aqueles capitaneados pelos verde-amarelos, mas, sim e sobretudo, pelas mulheres. E, entendendo que o feminismo deve ser tratado no plural, como feminismos, que possuem diversas matizes teóricas e práticas, observa-se nesses movimentos uma diversidade de pautas que vão desde a sexualidade, maternidade, liberdade, direitos reprodutivos, luta contra a violência, como já mencionado, a questões

classistas e étnico-raciais. Há ainda o feminismo que tenta aglutinar todas essas pautas, numa perspectiva interseccional. A esse feminismo nós do Movimento Sonhar Lutar nos juntamos e propomos que a Fasubra e seus sindicatos de base debatam e atuem: um feminismo que trate de gênero, raça, classe e sexualidade.

Essa interseccionalidade é necessária, pois, se observarmos a realidade brasileira, a proporção de mulheres com títulos acadêmicos de nível superior é maior que a de homens – a parcela da população feminina adulta com diploma é de 12%, ante 10% da masculina – mas esse dado sofre uma inversão no mercado de trabalho.

Quando se analisam as pessoas que atuam em funções de nível superior, 91% dos homens estão empregados, contra 81% das mulheres. Dados recentes apontam que a diferença salarial entre homens e mulheres, em alguns casos, pode chegar até 30% na mesma função, com a mesma formação.

A diferença salarial existe também entre mulheres brancas e negras, com as mulheres negras ganhando menos ainda. Além dos menores salários, tradicionalmente as mulheres estão concentradas em carreiras com menor remuneração e menor valorização. Ademais, o trabalho informal tem rosto de mulher, seja ele em vendas de artesanatos ou em representações comerciais, como também, a terceirização afeta proporcionalmente muito mais mulheres do que homens, pois elas estão mais presentes em cargos como de limpeza (basta observar as trabalhadoras terceirizadas na maioria das universidades: a maioria são mulheres e negras) e telemarketing. Com a recente liberação para terceirização irrestrita, os postos de trabalho formal, sobretudo para mulheres e para mulheres negras, diminuirão ainda mais.

Nas universidades brasileiras, embora o ensino superior esteja presente desde 1808, com a vinda da Família Real, somente com a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, a mulher passou a ter esse direito e a primeira mulher brasileira a possuir um diploma de ensino superior só conseguiu se graduar em 1887.

Em 2013, segundo dados do Governo Federal, as mulheres eram maioria no número de matrículas em universidades (55%). Quanto à conclusão, 60%. Porém, os desafios para essa mulher estudante, técnica, professora ou trabalhadora terceirizada são imensos! Além dos casos já mencionados de assédios, violência e estupros dentro das universidades brasileiras, essas, se têm filhas e filhos, têm pouco ou nenhum acesso a creches públicas que deveriam ser disponibilizadas pela própria universidade no horário de trabalho/estudo das mães e pais.

Fala-se de creches como uma pauta feminista pois com a atual configuração machista da sociedade, é imputado às mulheres os trabalhos de cuidado, seja com os filhos, com parentes idosos ou na figura objetificada da mulher como “naturalmente cuidadora”, porém, é bom lembrar que a licença paternidade e a divisão igualitária dos trabalhos domésticos é também pauta das feministas.

Em nossa categoria esses desafios para as mulheres trabalhadoras, obviamente, também são observados. As pesquisadoras e Técnicas em Assuntos Educacionais Maria do Socorro Oliveira Marzola e Alinne Gomes Marques investigaram na UnB e na UFU, respectivamente, as condições de trabalho dessas e concluíram que, na UnB, as mulheres continuam a ocupar uma posição de menor poder e prestígio, e seus salários são, de modo geral, mais baixos que o dos homens, mesmo quando essas possuem mais qualificação para a função.

No caso da UFU, os indicadores coletados apontam que 21% das mulheres e 20% dos homens afirmaram exercer algum cargo de gestão relacionado a funções

como assessoria, chefia de setor, coordenação, direção, gerência, supervisão, pró-reitoria. A pesquisadora identifica que não há disparidade significativa entre os sexos no que tange à nomeação das chamadas funções gratificadas. É possível identificar, inclusive, uma distribuição equânime. No entanto, salienta que, quando observados os cargos de alta hierarquia verifica-se que as mulheres são minoria. Entre os técnicos-administrativos nos cargos de direção, as mulheres estão sub-representadas, a despeito de representarem a maioria do quadro funcional.

Quanto à raça/etnia, é indicado ainda que, independente do sexo, a representação de indivíduos brancos/os na categoria de técnico-administrativos naquela universidade é consideravelmente elevada, sendo inclusive superior à somatória da porcentagem das outras raças/etnias. Esses estudos de caso nos servem como subsídio para novas pesquisas nas demais universidades, mas, sobretudo, para pensarmos e formularmos nossas ações no movimento sindical.

Especialmente nesta conjuntura, é indispensável que nossas ações reflitam essa interseccionalidade e que a classe trabalhadora possa ser vista em suas mais diversas nuances e não apenas como o homem universal branco e hetero, afinal, as Reformas que estão sendo colocadas pelo governo golpista (fruto de um golpe misógeno, como vimos) atingem sobremaneira as mulheres.

A proposta de Reforma da Previdência tenta estabelecer a equiparação da idade entre mulheres e homens para 65 anos com 40 anos de contribuição, suprimindo condições especiais de aposentadoria de professoras, trabalhadoras do campo e servidoras públicas, ou seja, nos atinge diretamente! Essa proposta de equiparação ignora que existem jornadas de trabalho diferenciadas entre homens e mulheres e que, como dito, o trabalho doméstico, de cuidado com crianças, idosos e doentes recai especialmente sobre as mulheres.

Uma pesquisa recente do PNAD/IBGE diz que as mulheres trabalham 88% a mais que homens. A mesma pesquisa demonstra que além das jornadas de trabalho fora de casa, as mulheres trabalham em casa 3,8 horas por dia enquanto os homens 1,8 horas. Ora, se as mulheres trabalham mais, deveriam se aposentar mais cedo. Foi essa a luta na Constituinte de 1988.

A Reforma da Previdência ainda propõe a proibição de acumular aposentadoria e pensão por morte. O efeito cumulativo disso, somado aos menores salários, com a necessidade de trabalhar mais anos para se aposentar, agravada pela expectativa de vida das mulheres ser maior, representa uma violência patrimonial do Estado contra as mulheres que são trabalhadoras formais e/ou que contribuem direta e indiretamente no acúmulo de patrimônio do ente falecido.

No caso do fim da aposentadoria especial para professores, as mulheres professoras de educação básica serão duplamente prejudicadas, pois a Reforma pode significar 15 anos a mais de trabalho para uma professora do ensino médio, salientando-se aí a grande concentração de mulheres licenciadas em escolas públicas e no ensino infantil e fundamental, postos de trabalhos mais precarizados da profissão.

Há ainda uma questão específica das empregadas domésticas, que só foram regularizadas em 2015 com a EC 72. Segundo Censo de 2015, no Brasil existem 6 milhões de trabalhadoras domésticas.

Caso passe a Reforma da Previdência, elas por certo terão maiores dificuldades de se aposentar, pois só passaram a contribuir após a regulamentação. Isso pesa estatisticamente mais sobre as mulheres negras, que constituem a maioria das trabalhadoras domésticas.

Já a Reforma Trabalhista aprovada recentemente permite que o negociado prevaleça sobre o legislado. Isso do ponto de vista das mulheres, que são quem mais sofrem assédios de diversos tipos nos locais de trabalho, pode significar um aumento nos já preocupantes números. Um outro ponto afrontoso da Reforma é quanto a mulheres grávidas.

Em 2016 a CLT foi alterada para assegurar à gestante ou à lactante o direito de se afastar de qualquer atividade ou local de trabalho insalubre, ou seja, que possa causar algum dano à saúde tanto dela como da criança. Na Reforma, as mulheres poderão trabalhar em ambientes insalubres durante a gestação e a lactação, caso apresentem permissão através de um atestado médico. No caso das grávidas, isso só não será possível se a insalubridade for de grau máximo.

Outra medida de ataque às mulheres recentemente no Congresso Nacional foi a PEC 181. No final de 2017, uma Comissão Especial da Câmara analisava a Proposta de Emenda Constitucional 181 (PEC 181), que tinha como objetivo aumentar dos atuais 120 dias para até 240 dias a licença-maternidade das mulheres que dão à luz a bebês prematuros. Porém, embutida nessa proposta, que será benéfica às mães de bebês nessa situação (contudo, sem mencionar que essa licença fosse dada também aos homens, ou seja, aos pais, que também têm responsabilidades), aprovaram também um grande retrocesso para as mulheres brasileiras: a proibição do direito ao aborto legal e seguro em casos de risco de morte na gestação, de fetos anencéfalos e até em casos de estupro.

O texto, de 2015, já passou pelo Senado, mas teria que ser votado em plenário na Câmara, e depois passar novamente pelo Senado por ter sofrido alterações. Essa medida significa, na prática, mais de 70 anos de retrocesso nas leis sobre aborto no Brasil. Por conta disso, as mulheres do país inteiro fizeram um novo levante e foram as ruas no movimento “Todas contra 18”, em alusão aos 18 homens que votaram a medida que, se aprovada, afetará a vida de todas. A proposta continua em tramitação e a Fasubra acompanhou as votações durante atividades do CNG na greve de 2017, se posicionando contrária a essas e demais medidas do Governo Temer.

Neste sentido, consideramos acertada a escolha da Coordenação da Mulher Trabalhadora em realizar o último Encontro de Mulheres da Fasubra focado na luta contra as Reformas da Previdência e Trabalhista. Ressaltamos que esses encontros devem acontecer mais vezes, bem como reuniões periódicas durante as Plenárias e Encontros Regionais de mulheres. Há que se investir também em trabalhos de formação nas bases para que, como sempre fez e agora mais do que nunca, a Fasubra possa ser exemplo de militância e se integrar às fileiras da Primavera Feminista que está acontecendo no mundo inteiro.

Bem como consideramos importante que esse feminismo na Fasubra leve em consideração as diferenças geracionais de nossa categoria, para que as mulheres jovens que estão vivendo este momento histórico de ascensão do feminismo, possam valorizar as lutas das que vieram antes e tanto conquistaram, assim como que as novas práticas e metodologias feministas possam ter espaço nos ambientes de militância, saindo do formato estritamente racionalista e dando margem a proposição de novas práticas que levem em conta as múltiplas corporeidades e subjetividades que são as mulheres (cis, trans, negras, indígenas, brancas, heteros, bis e lésbicas) e a classe trabalhadora de uma maneira geral.

Reivindicamos como plano de lutas as 68 resoluções do último Encontro de Mulheres da Fasubra, aprovadas na Plenária de julho de 2017 e sua efetiva implementação.

RAÇA E CLASSE

“Enquanto a cor da pele for mais importante
que o brilho dos olhos, haverá guerra”
Bob Marley

OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL. UM OLHAR NEGRO NA EDUCAÇÃO

A GLOBALIZAÇÃO E A COR DA EXCLUSÃO

Em oposição a um projeto de classe trabalhadora, respeitando a diversidade étnicocultural existente em nosso país, tempos de nos enfrentar com um projeto diferente nas elites na questão étnica-racial, projeto esse que é opressor e mantenedor da segregação social existente na sociedade e no Estado brasileiro. Por isso estamos num esforço atualizando o debate da discussão étnica-racial-cultural, combinando raça e classe, pois entendemos ser este o divisor com as elites dominantes.

O discurso das elites para manter a segregação e a exploração busca argumentos como a ausência de raças, ignorando por completo a construção social que estabeleceu o modelo de exploração e de discriminação que nos confrontamos diariamente, a ausência de uma cultura negra, ou a existência de condições de igualdade no modelo hoje vigente, numa hipocrisia que busca esconder dados que estão aos olhos de todos, nas ruas, locais de trabalho, meios de comunicação, enfim, por toda a parte. Listamos alguns aspectos a seguir:

1- Mercado de trabalho

A combinação do racismo com a exploração capitalista faz da situação de negros, negras e afrodescendentes algo particularmente terrível. Apenas como exemplo, basta citar o resultado da pesquisa Relação Anual de Informação Social, publicada pelo Ministério do Trabalho, em 2009. Segundo o levantamento, enquanto a média salarial das mulheres negras é R\$ 790 mensais, a dos homens brancos chega a R\$ 1.671,00.

A razão desta enorme diferença é simples: mulheres negras tem menos escolaridade, são obrigadas a assumir os piores postos de trabalho e geralmente submetidas à precarização e à informalidade (principalmente nos chamados serviços domésticos, onde se calcula que dos 8 milhões de trabalhadoras, apenas 2 milhões tenham carteira assinada).

Cabe lembrar que, segundo uma outra pesquisa, esta realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, demonstrou que, no passo em que estamos, seriam precisos 32 anos para que os salários de brancos e negros fossem iguais. Até lá, e se este dia chegar, espera-se que negros continuem sendo 80% dos mais empobrecidos e os brancos encontrem-se entre os 80% mais ricos, como a mesma pesquisa demonstrou.

Dados do Dieese demonstram que nas principais regiões metropolitanas do país, a maior parte dos desempregados são negros, e esse relação só tende a piorar com o agravamento da crise econômica, a informalização dos postos de trabalho, e o aumento do nível de exploração da mão-de-obra. Dentre o enorme contingente de miseráveis, negros e negras representam cerca de 2/3 dos pobres e indigentes. Particularmente no que se refere ao corte de direitos, mais uma vez, a situação é particularmente grave entre negros e negras, marcados historicamente pela escravidão e a falta de políticas que visassem sua inserção na sociedade. Os processos de privatização e de concessão de serviços públicos agravam a

situação, na medida em que o quesito - aparência, que não pode haver no setor público, aparece sempre no setor privado, por diversas vezes de forma totalmente explícita. Se compararmos o percentual de negros em instituições bancárias públicas e privadas, constata-se a brutal disparidade. E isso reflete-se nos mais diversos segmentos, por exemplo, quantos comissários de bordo negros você conhece?

2- Educação

A trágica situação do ensino no país também merece ser observada sob a ótica do racismo e suas nefastas consequências. Se a comparação do nível de escolaridade entre brasileiros, argentinos, chilenos e sul-coreanos já é alarmante, ela se torna escabrosa, quando vista sob um corte de raça. A precarização do ensino público e as diferenças sociais/financeiras entre negros e brancos resulta na maior dificuldade dos negros poderem se manter por um longo período na rede escolar, bem como, quando conseguem permanecer, o fazem sob maiores dificuldades, como os escassos recursos didáticos, e ausência de políticas de assistência/permanência. Essa desigualdade tem significativos impactos tanto no rendimento escolar, quanto nas taxas de evasão dos estabelecimentos de ensino. Esta situação, evidentemente, estende para a universidade. Exemplo extremado da elitização do ensino superior no Brasil, a USP tem menos de 1% de negros e negras entre os seus mais de 50 mil alunos, com denúncias de racismo, como nos recentes casos de enfrentamento com a PM, que nunca acabam sendo apurados. Contudo, a USP, do ponto de vista racial, está longe de ser uma exceção do sistema. Mesmo nas federais as marcas do racismo se fazem muitíssimo presentes.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que além, de negros e negras formarem apenas cerca de 2% da população universitária brasileira, em grande maioria estão localizados nas escolas pagas, as quais, diga-se de passagem, geralmente apresentam uma qualidade de ensino muito inferior às instituições públicas, o que acaba servindo para manter o abismo social entre negros e brancos. Tomando agora a discussão das IFES, temos que apontar diversos aspectos, como o fato dos negros estarem principalmente localizados em cursos que – por mais prazerosos e fundamentais que sejam do ponto de vista da formação intelectual, cultural, humana e, inclusive, profissional -, muito provavelmente, não farão com que sua entrada no mercado de trabalho mude significativamente o quadro das diferenças salariais e sociais. Da mesma forma, as estruturas curriculares na graduação não se voltam para as necessidades do povo negro, sequer no atendimento da lei 10639, nem tampouco as linhas de pesquisa da pós-graduação.

3- Violência racial

Sabemos que, no Brasil, a violência tem classe e região: As maiores vítimas são os trabalhadores pobres das regiões periféricas, ameaçados pela criminalidade e também pela ação policial, como vimos no recente episódio do Pinheirinho, em SP. Como também sabemos que esta violência tem cor, o que explica a taxa de mortalidade de negros por tiros ser quase o triplo da taxa em brancos.

4- Cultura

Da mesma forma que rechaçamos a elitização e monopolização mercantil da cultura, também repudiamos veemente toda e qualquer tentativa de desqualificação das manifestações culturais populares. Particularmente neste aspecto, denunciaremos os permanentes ataques movidos contra a cultura negra nas suas mais diversas formas.

Em uma sociedade que estabeleceu o embranquecimento como padrão de sucesso (como também de beleza, decência, etc.) este ataque começa com uma acintosa exclusão de negros e negras dos principais veículos de comunicação

de massa (algo que só tem, sido atenuado nos últimos anos a partir da atuação do movimento negro) e estende-se até à demonização da cultura religiosa afro-brasileira.

5- Saúde

Defendemos o tratamento adequado e uma especial atenção às questões saúde que se combinam com o fator raça. (Particularmente a anemia falciforme, a hipertensão, a leucopenia e as miamatoses).

6- Comunidades Quilombolas

Apesar de previsões legais, a titulação de terras quilombolas ainda é muito pequena, e duramente atacada, como na discussão do estatuto da Igualdade Racial.

Pouquíssimo foi feito a este respeito. Denunciamos a hipocrisia da burguesia e defendemos a posse e o direito de propriedade coletiva dessas terras por parte dos negros e negras descendentes dos quilombolas.

Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12288/10

Após uma longa batalha pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, não nos somamos ao entusiasmo dos que o apresentam como a solução das desigualdades. O texto não representa as reivindicações históricas do povo negro. O estatuto, durante o tempo em que tramitou no Congresso, sofreu ataques da direita e de setores burgueses até ser aprovado totalmente diferente do projeto original, mostrando o cinismo e a perversidade da burguesia racista, herdeira econômica, política e culturalmente dos escravocratas, que pretende continuar mantendo a exploração, a opressão e a humilhação da população negra. Nossa expectativa era de que o Estatuto da Igualdade Racial fosse um instrumento que de fato contribuísse para enfrentar a discriminação racial. E que também estabelecesse políticas de ações afirmativas para garantir os direitos essenciais dos afrodescendentes vitimados pelo processo histórico de escravidão. No entanto o acordo celebrado entre o Governo e os representantes do agronegócio e ruralistas, resultou num produto bem diferente do que o almejado pelo movimento negro organizado, impulsionado pela Marcha Zumbi dos Palmares, em novembro de 1995, ocasião em que cerca de 30 mil negros e negras tomaram Brasília para apresentar as reivindicações.

O estatuto aprovado suprimiu pontos importantes como as cotas para negros nas universidades públicas, e cotas raciais nos programas da tv/cinema. Da mesma forma, foram suprimidas as cotas do mercado de trabalho, assim como o percentual de cotas reservadas à participação de negros em partidos políticos. Outro aspecto importante excluído do texto original foi o que tratava da regularização de terras para remanescentes de quilombos, um erro muito grave. A retirada deste tema não considera os quilombolas como proprietários de territórios historicamente ocupados, como forma de sobrevivência física e cultural desta população. Há ainda neste estatuto erros graves do ponto de vista conceitual, a exemplo da retirada das categorias raça, escravidão e identidade negra. No que se refere a raça, o argumento utilizado enfatiza que do ponto de vista genético as raças não existem. No entanto, como conceito social, esta categoria ganhou um novo significado através do movimento negro e por intelectuais de várias áreas de conhecimento. O sentido é o de deixar clara a hierarquização da sociedade brasileira, na qual os grupos étnicos foram e são marcados por profundas desigualdades e discriminações. Na mesma direção, foi rejeitado o termo escravidão, pois ele foi considerado como tradicional e inadequado, pois se trata de algo do passado. Como a sociedade brasileira está em transição, emergindo para uma sociedade democrática, com propostas de ações afirmativas

que visam acabar com as desigualdades sociais, escravidão não seria o termo mais adequado. A escravidão do negro no Brasil durou quase quatrocentos anos, o que constitui uma prolongada experiência histórica que até hoje deixa marcas profundas nessa população.

Entre os aspectos que se mantiveram no texto após a profunda transformação/descharacterização do mesmo, o texto diz que o poder público terá programas e medidas específicos para reduzir a desigualdade racial; ressalta as religiões africanas; transforma a capoeira em esporte; estimula ações das financeiras para viabilizar moradia para os negros; e cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que lida com medidas para essa população.

Precisamos desfazer as ilusões e recomeçar a luta, chamando as organizações do movimento negro a se manifestarem contra os limites impostos, e construir na luta e na mobilização um novo Estatuto, que reintroduza os pontos que foram suprimidos do texto aprovado.

COTAS SOCIAIS E RACIAIS JÁ

Temos ao longo dos últimos anos debatido na Fasubra que o processo de democratização do acesso as universidades públicas federais se encontra em um panorama nada otimista sobre as ações que devem ser tomadas no sentido de verdadeiramente inserir a discussão seriamente no seio da sociedade brasileira. A elite Brasileira quer manter a universidade sobre seu controle absoluto e para manter este espaço de produção do conhecimento para si, desqualifica a discussão histórica que embasa com propriedade a fundamentação dos que defendem que a universidade pública é um espaço democrático, mantida principalmente por este contingente populacional que é comprovadamente maioria da população brasileira. Queremos fazer uma profunda discussão de como foi e é cruel o processo de inclusão do negro na sociedade brasileira, debatendo concretamente a criação de um conjunto de políticas públicas, que permita não somente o acesso a universidade, mas a saúde atendendo as especificidades étnicas, ao emprego, a habitação, lazer, cultura e tudo mais que permita que esta inclusão aconteça.

Parte da luta pela construção de políticas afirmativas foi a implantação das cotas, primeiramente na UERJ, tendo na UnB a primeira Universidade Federal a adotar esse critério para a definição do acesso à instituição. Tal medida passou a se disseminar em outras instituições públicas de ensino superior, que se utilizaram da autonomia universitária para fazer a previsão de cotas sociais e/ou raciais, ainda que sem adotar uma correlação direta com os dados do IBGE sobre a composição da população por região do país. Em contraposição a esse avanço em políticas públicas de inclusão social, estabeleceu-se no congresso nacional um processo de resistência contra o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas, encabeçado pelo DEM. A ausência de uma política ofensiva, permitiu a reação daqueles que sempre foram contra ao processo de democratização e inclusão nas universidades públicas.

OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL - UM OLHAR NEGRO NA EDUCAÇÃO

Entendemos ser fundamental que a FASUBRA invista no debate de superestrutura e na base sobre um projeto educacional que vise a inclusão da história da África Negra nos currículos escolares, que busque introduzir o conhecimento histórico popular sobre o povo afrodescendente no Brasil, que recupere a autoestima de nosso povo e que demonstre para a sociedade que os livros pedagógicos praticam o racismo. Apesar da aprovação da Lei 10639/03,

que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, ainda enfrentamos pesados obstáculos para a sua efetivação, como a ausência de currículos nas licenciaturas que apoiem essa definição, ou materiais didáticos adequados.

Como se sabe, não só a Constituição de 1988 proíbe explicitamente qualquer discriminação por raça, como também o Brasil foi um dos primeiros signatários, em 1958, da convenção de 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, em tese, obriga o país a legislar e adotar políticas para impedir as discriminações ou de tratamento no mercado de trabalho por razões de raça, sexo e religião. No entanto, como qualquer número pode demonstrar isso nunca foi respeitado.

Lutar pela implementação da lei 10639/2003 que obriga a inclusão no currículo das escolas da matéria história e cultura afro-brasileira, com o estabelecimento de medidas objetivas que a viabilizem, como o debate curricular e a rediscussão do material didático. Propomos que a FASUBRA defenda as seguintes bandeiras de combate ao racismo.

- A FASUBRA lutará contra todas as expressões de racismos e discriminação racial, denunciando e exigindo a severa punição dos indivíduos, organizações e entidades que a pratiquem.
- A FASUBRA condena e não permitirá a existência de racismo em suas próprias fileiras. Qualquer denúncia neste sentido deverá ser imediatamente conduzida a comissão de ética, que formaremos, com o infrator sendo imediatamente afastado da direção (se integrá-la) para a apuração.
- A FASUBRA denunciará todo aquele que obstrua a entrada de negros no mercado de trabalho, dificulte sua ascensão e promoção profissional, e estabeleça critérios de remuneração diferenciada ou se omita diante de manifestações racistas dentro das universidades.
- A FASUBRA lutará por uma completa modificação na estrutura educacional brasileira (primária, secundária e universitária) que vise eliminação de todos os traços racistas, discriminatórios e estereotipados em relação a população negra. Para tal, propõe a realização de um amplo debate com a comunidade universitária para definir as melhores formas de ação imediata.

Programa de Reivindicações – Construindo cláusulas para defender num sistema de negociação coletiva

Ainda vivemos um período em que, mesmo com os avanços que acumulamos na discussão racial, as medidas concretas ficam restritas a pequenos grupos nos sindicatos para serem encaminhadas, isso quando temos GT's ou espaços similares para essa discussão. É preciso ir além, compreender a significância da luta contra a discriminação racial significa incorporá-la em múltiplos aspectos, e enquanto tarefa do conjunto dos militantes dos sindicatos e da FASUBRA. Assim, refletindo o debate que estamos desenvolvendo com diversos militantes, e buscando uma construção coletiva da FASUBRA para intensificar iniciativas, apresentamos um conjunto de questões que consideramos significativas para balisar iniciativas que coloquem concretamente, no dia-a-dia, a importância da luta contra a discriminação racial.

CLÁUSULAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

- Igualdade de oportunidades no acesso à relação de emprego e sua manutenção independente de raça ou cor.
- Igualdade de condições de trabalho e progressão funcional independente de raça ou etnia.

- Campanhas de conscientização e orientação a gerentes e chefias no sentido de prevenir práticas discriminatórias.

- Apuração dos casos de discriminação racial denunciados às IES, ocorridos no seu âmbito ou que tenham sido praticados contra os servidores no cumprimento das suas atividades.

Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de comissões como saúde do trabalhador, ou de ética no serviço público.

Preservação da autonomia de conselho que apure casos de discriminação no ambiente de trabalho.

CLÁUSULAS PARA A ISONOMIA SALARIAL

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação pelos trabalhadores das IES.

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à PósGraduação (mestrado/doutorado) pelos trabalhadores das IES.

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização pelos trabalhadores da IES.

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Capacitação.

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para ocupação de cargos de direção ou chefia, CD's e FG's.

CLÁUSULAS PARA AÇÕES AFIRMATIVAS

- Realização de censo para determinar a composição racial e étnica dos trabalhadores.

- Atenção à proporção de afro-descendentes na destinação de vagas em creches, moradias estudantis ou funcionais, bolsas / estágios, e demais itens que se adequem.

- Cotas raciais, em conformidade com dados do IBGE, para o acesso ao serviço público.

- Em caso de empate em processo seletivo interno para cargos em que estiverem concorrendo mulheres e negros, estes trabalhadores terão acrescidos dois pontos ao total obtido na avaliação.

- Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de órgãos colegiados nas Universidades.

CLÁUSULAS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

- Política de assistência a saúde do trabalhador que contemple as especificidades da população negra.

- Inclusão do exame de anemia falciforme nos exames médicos periódicos para trabalhadores negros.

- Promoção de campanha de prevenção de hipertensão arterial, com atenção às especificidades dos trabalhadores negros.

- CLÁUSULAS PARA O COMPROMISSO SOCIAL DAS IES

- Reforma curricular nas licenciaturas, para viabilizar a lei 10639/03

- Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação

- Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à PósGraduação

- Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização

Incentivo a linhas de pesquisa de interesse da população negra.

NÃO A TODA FORMA DE OPRESSÃO! EM DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS E CIVIS DAS PESSOAS LGBT!

Segundo o Grupo Gay da Bahia, a cada 2 horas acontece um assassinato contra pessoas LGBTs no Brasil, que além desse dado catastrófico, não existe atendimento adequado por parte dos governos federais, estaduais e municipais que puna exemplarmente todo tipo de violência contra a população LGBT. O resultado disso é o aumento do sofrimento de milhões de pessoas e familiares que estão tendo todos os dias a sua liberdade e seus direitos civis atacados.

A Fasubra e seus sindicatos de base precisam participar ativamente avançando na organização dos LGBTs em nossa categoria, não basta somente lutar por salários, mas os sindicatos podem e devem ser pólos de combate contra a opressão no qual as trabalhadoras e trabalhadores LGBTs possam reconhecer o espaço sindical como o seu espaço e um instrumento de luta pelos seus direitos democráticos.

Homoafetividade é a **relação afetiva entre pessoas do mesmo sexo**, que desejam o reconhecimento de seus direitos pela formação da parceria através de lei, ter o direito de casar e poder realizar todos os atos e direitos de uma sociedade natural, como as existentes de marido e mulher, conforme os bons costumes.

A homoafetividade indica a presença de um vínculo amoroso, onde duas vidas se entrelaçam para participar de um convívio familiar. Neste convívio acontecerão obrigações, deveres e comprometimento que são a base da família e pretende ser reconhecida como tal.

Os homossexuais ainda lutam contra a discriminação e o preconceito em vários lugares no mundo.

Maria Berenice Dias é uma jurista brasileira, desembargadora aposentada, que é reconhecida internacionalmente por sua defesa da família, da mulher e da sociedade, e transformou o entendimento de família para incorporar os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo criando o termo de relações homoafetivas, isto é, de relações entre pessoas do mesmo sexo, sendo este relacionamento baseado na homoafetividade.

Homoafetivo é o adjetivo que qualifica uma pessoa que gosta e sente **atração por pessoas do mesmo sexo**. O termo homoafetivo foi criado para diminuir a conotação pejorativa que se dava aos relacionamentos homossexuais, e tornou-se uma **expressão jurídica** para tratar do direito relacionado a união de casais do mesmo sexo.

O relacionamento homoafetivo não é configurado como união estável, como definiu o Superior Tribunal de Justiça, não existe uma legislação própria para a união entre pessoas do mesmo sexo, gerando assim direitos e obrigações como o direito a alimentos e à sucessões, como os casais heterossexuais.

O relacionamento homoafetivo já possui direito a um dos principais direitos sociais, a pensão em caso de morte do companheiro (a), bem como o direito ao auxílio reclusão, ambos podendo ser obtidos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Algumas empresas estatais como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobras, entre outros, tem acatado a inclusão do dependente homoafetivo para fins de pensão por morte e beneficiário de seguro/previdência privada.

Atualmente, também já é possível incluir o companheiro (a) como dependente nos

Planos de Saúde de natureza privada, e a Receita Federal também autorizou o casal a incluir seu companheiro na declaração de imposto de renda como dependente homoafetivo.

Homofobia significa **aversão irreprimível, repugnância, medo, ódio, preconceito** que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra os **homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais** entre outras denominações.

Muitas vezes aqueles que guardam estes sentimentos não definiram completamente sua identidade sexual, gerando dúvidas e revolta, que são transferidas para aqueles que já definiram suas preferências sexuais.

Etimologicamente, a palavra “homofobia” é composta por dois termos distintos: homo, o prefixo de homossexual; e o grego *phobos*, que significa “medo”, “aversão” ou “fobia”. O indivíduo que pratica a homofobia é chamado de **homofóbico**.

A homofobia pode ter causas culturais e religiosas. Por exemplo, alguns católicos, protestantes, judeus, muçulmanos, e fundamentalistas assumem tendências homofóbicas. Apesar disso, mesmo entre estes grupos existem aqueles que defendem e apoiam os **direitos dos homossexuais, lésbicas e simpatizantes**. No entanto, em pleno século XXI, alguns países aplicam até mesmo **pena de morte como condenação para quem é homossexual**.

Em muitos casos, a homofobia parte do próprio homossexual, porque ele está em um processo de negação de sua sexualidade e chega muitas vezes até a casar e constituir uma família, e pode até jamais assumir sua preferência.

Alguns movimentos contra os homossexuais são realizados em código pelo mundo inteiro pelos preconceituosos, como assovios, cantos, e bater de palmas. A homofobia é considerada uma forma de intolerância, assim como o racismo, o antissemitismo e outras formas que negam a humanidade e dignidade a estas pessoas. Desde 1991, a **Anistia Internacional**, passou a considerar a discriminação contra os homossexuais uma **violação aos direitos humanos**.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o dia 17 de maio como o Dia Internacional contra a Homofobia (*International Day Against Homophobia*), comemorando a exclusão da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Entre 1948 e 1990, a homossexualidade (**chamado de “homossexualismo”**) era considerada um transtorno mental.

Lei contra Homofobia

No Brasil, a união estável entre duas pessoas do mesmo sexo foi reconhecida legalmente pelo Supremo Tribunal Federal desde maio de 2011. Em certo sentido, essa decisão poderá ter aumentado as demonstrações de homofobia. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ **aprovou e regulamentou o casamento civil gay no Brasil**. Atualmente, casais homossexuais possuem os mesmos direitos e deveres que um casal heterossexual no país, podendo se casar em qualquer cartório brasileiro, mudar o sobrenome e participação na herança do cônjuge. O cartório que se **negar a realizar um casamento entre pessoas do mesmo sexo deverá ser punido**.

Os casais que já possuíam a união estável também podem alterar o status para casamento civil.

O Projeto de Lei da Câmara nº 122/06 (também conhecido como **PLC 122**) visa alterar a **lei 7.716**, criminalizando a discriminação motivada unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa discriminada. Se essa alteração for aprovada, a **Lei do Racismo** sofrerá uma alteração, passando a incluir esse tipo de discriminação no parâmetro legal de racismo, que nos dias de hoje contempla discriminação pela etnia, cor da pele, religião ou origem nacional.

Homofobia é crime?

Apesar de a Constituição Brasileira não citar especificamente a homofobia como um crime, o artigo 3º item IV indica que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*”

Assim sendo, **a homofobia pode ser contemplada como uma outra forma de discriminação**, podendo ser classificada com um crime de ódio, podendo e devendo ser punida.

CARREIRA: A LUTA CONTINUA

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”
Karl Marx

O momento da conjuntura exige dos trabalhadores um maior grau de unidade como forma de sobrevivência, em especial dos trabalhadores do serviço público.

A Lei No 11.091, de 12/01/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, representa nesse momento um instrumento importante de unidade. Nesse momento, quando a lei completa 13 anos, não conseguimos a aplicação em sua totalidade e a luta pelo seu aprimoramento continua no horizonte. Nas negociações e acordos ocorridos desde o início de sua implementação, todos os nossos reajustes foram por dentro da carreira. Algumas vezes a concessão de reajuste vem com o aprimoramento e outras vezes conseguimos apenas o reajuste do salário, terminando por apenas modificar a tabela salarial.

Devemos sempre buscar o aprimoramento da carreira discutindo nos diversos espaços como na Comissão Nacional de Desenvolvimento da Carreira e nas mesas de negociação. Os ajustes devem acontecer dentro do PCCTAE, implementando o que falta na busca pelo aprimoramento, seguindo as premissas de não abrir mão dos direitos dos aposentados, nem dos trabalhadores que estão hoje submetidos pelo governo a cargos em extinção. No atual governo não há ambiente para discussão de nova carreira e com a política agressiva de cada vez mais entregar as atividades do Estado para a iniciativa privada, qualquer passo nesse sentido seria colocar em risco o que foi construído coletivamente em anos de luta, mobilização e greves.

APRIMORAMENTO: O QUE AVANÇOU E O QUE PODE SER FEITO

Nossa posição é que devemos continuar a investir no aprimoramento. A bancada sindical da comissão Nacional de Supervisão da carreira, ao longo desses anos, tem encaminhado a pauta de aprimoramento colaborando com a mesa setorial de negociação. As transformações mais significativas ocorreram

através de greves, como: • Aumento do step de 3,6% para 3,9%; • Possibilidade de soma de carga horária dos cursos de capacitação realizados para efeito de progressão; • Mudança na concessão do incentivo à qualificação; • Alteração na matriz com quebra da linearidade, proporcionando um maior reajuste para os ocupantes do nível de classificação E no acordo assinado em 2007;

Desde o momento em que se iniciou o governo ilegítimo de Temer a Comissão Nacional está suspensa e discussões importantes que até então estavam sendo desenvolvidas estão paradas, como revisão da legislação com atualização dos Decretos; inclusão de novas modalidades de ensino superior e técnico para seu aproveitamento como incentivo a qualificação e capacitação; atualização da descrição dos cargos; o início da operação do Plano Nacional de Capacitação e a regulamentação dos afastamentos para cursar pós-graduação com a publicação de uma portaria conjunta entre o MEC e o Ministério do Planejamento.

PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO DO PCCTAE

1. Reestruturação da tabela: há necessidade de discutirmos modificações na tabela no sentido de contemplar a necessidade de termos que passar mais tempo no serviço público, assim como responder os anseios da categoria:

a) Aumento dos Níveis de Capacitação ou outro modelo que valorize a capacitação, levando em conta o tempo que o trabalhador fica na instituição e a necessidade constante de capacitação;

b) Padrões de Vencimento: A “reforma” da previdência obriga o trabalhador permanecer mais tempo no Serviço Público ao mesmo tempo em que estabeleceu regras para concessão da aposentadoria levando em conta a média dos últimos anos. Devemos discutir o número ideal dos padrões de vencimento levando em conta essa nova realidade;

c) Aumento do step – continuar com a luta para chegar no step ideal de 5%;

d) Níveis de classificação – Com o avanço da terceirização e dos cargos em extinção, o ingresso na carreira tem se dado apenas nos níveis de classificação C, D e E. É importante fazermos essa discussão de modo que os atuais ocupantes dos níveis de classificação A, B e Continuem a usufruir de todos os benefícios advindos das negociações envolvendo o PCCTAE.

2. Processo de Racionalização dos Cargos: o trabalho aprovado em Plenária é nossa base de discussão no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, mas até agora não conseguimos avançar. Na perspectiva do aprimoramento da carreira, devemos apostar na revisão dos cargos, sua descrição, escolaridade e critérios para ingresso fazendo, a partir daí, a racionalização.

3. Instalação do GT de Terceirização, em cumprimento à Lei, para que de fato seja discutida a terceirização nas IFES;

4. Ascensão Funcional: Devemos retomar o trabalho na busca da Ascensão, elemento que permitirá o trabalhador evoluir de fato na instituição.

5. Reposicionamento dos aposentados: Insistir pelo reposicionamento nos moldes que foi discutido na CNSC e no Grupo de Trabalho específico.

Novas propostas em discussão na categoria:

Reconhecimento de saberes e competências – RSC – o reconhecimento de

saberes e competências foi aplicado aos trabalhadores docentes dos Institutos Federais (carreira EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), fruto de acordo de greve. Dentro dos institutos houve uma grande pressão para que lei similar fosse aprovada, contemplando também os trabalhadores técnico-administrativos e isso resultou no convencimento dos dirigentes dessas instituições e os próprios encaminharam ao MEC proposta de Projeto de Lei nesse sentido. A proposta foi “casada” com a do técnico substituto. São dois temas polêmicos entre nós.

Na FASUBRA essa discussão permanece sem definição. Em cumprimento ao que foi aprovado no último CONFASUBRA foi realizado seminário nacional que debateu o tema e a partir daí, diversas entidades realizaram seminários, porém não aconteceu ainda a plenária para deliberação. Vamos nos limitar a alguns questionamentos:

a) O RSC para os docentes EBTT dos IFs está baseado no fato de que, contratados para uma carreira voltada eminentemente ao ensino, deve haver outras formas de progressão funcional para além da pesquisa. O reconhecimento de saberes e competências abre essa possibilidade, devendo ser regulamentada em cada instituição.

b) Essa lógica também se aplica aos TAs. Não há razão para que nossa progressão ocorra apenas por qualificação por mestrado ou doutorado. A título de exemplo, um contador pode contribuir tanto quanto ou até mais para a instituição fazendo cursos não-formais. Ou ainda: é possível que um ótimo marceneiro não tenha mestrado ou doutorado e ainda assim tenha conhecimentos práticos que contribuam diretamente com seu ofício.

c) Já existe uma proposta de RSC em trâmite, formulada por setores da categoria nos IFs. Devemos partir desse fato e trabalhar pra que os critérios para o RSC sejam democráticos e constituam uma política de carreira acessível a todos e todas as trabalhadoras. Trata-se de ampliar o incentivo a qualificação, a partir do reconhecimento de funções desempenhadas pelo trabalhador.

d) Quanto ao técnico substituto, é uma alternativa que atende, principalmente, a gestão dos institutos que tem pequeno quadro efetivo e necessita desse instrumento para liberação de pessoal. Isso chega hoje até nós, visto que, temos em diversos setores a presença de poucos ou única de um trabalhador. Devemos refletir se esse instrumento é importante para garantir os afastamentos, uma discussão casada com a terceirização. Caso nossa opção seja por “aceitar” a figura do técnico substituto, a minuta deve ser melhorada no sentido de limitar a contratação com uma regulamentação rígida, garantindo que não seja utilizada como motivo para a não contratação de efetivos.

DESAFIOS PARA O FUTURO DO PCCTAE

São grandes os desafios: aprovamos uma lei numa perspectiva intermediária para a carreira e nos doze anos de sua existência, sequer conseguimos implementar o que está previsto e temos dificuldade de seguir com o projeto, por conta da negação de setores da sociedade representados no executivo e legislativo, contra a proposta de ascensão.

Temos que garantir os pontos que a categoria apontou em seus fóruns de discussão e também dar consequência àqueles onde já avançamos. Se conseguimos vitórias importantíssimas no incentivo à qualificação, devemos agora garantir para que isso represente uma possibilidade real para as trabalhadoras e as trabalhadoras que constroem as Universidades no seu dia-a-dia e devem ter espaço de formulação acadêmica.

Mas vivemos um período muito duro, em que nos preocupa sobretudo o ataque do governo na implementação de sua política para os servidores públicos, onde avança no processo de terceirização. Se for verdade que temos que olhar para o futuro e buscar formas de contemplar os novos técnico-administrativos, da mesma forma temos que lutar para manter para os atuais trabalhadores que estão nos cargos extintos dos níveis de classificação A, B e C a perspectiva de poderem continuar a terem ganhos reais a cada passo que dermos no aperfeiçoamento do PCCTAE e não podemos também abrir mão dos aposentados.

Após o golpe, estamos passando por um processo mais palpável de precarização da carreira e das condições de trabalho. A medida provisória que institui o PDV para o funcionalismo federal vai trazer consequências sérias sobre nossa carreira. A terceirização mais que nunca é um horizonte provável segundo os planos daqueles que defendem o enxugamento da estrutura pública. Isso reforça a importância das bandeiras de luta acumuladas sobre o PCCTAE ao longo dos últimos doze anos e faz com que, dada a absoluta intransigência do atual governo, lutar por avanços na carreira, desde salários até outros pontos que também tem impacto a partir de avanços no plano, seja uma tarefa imediata. E isso passa por derrotar Temer e todos aqueles que governam na contramão do desejo das trabalhadoras e dos trabalhadores.

JORNADA DE TRABALHO DOS TAEs - A LUTA EM DEFESA DAS 30 HORA SEMANAIS

A luta pelo controle do tempo das vidas de quem está no mundo do trabalho envolve necessariamente a luta pela redução da jornada de trabalho. Corretamente, na gestão passada resgatamos a bandeira das 30 horas semanais sem redução de salários que estava esquecida pela federação. A atual gestão deu continuidade a essa batalha, e o resultado é que dezenas de sindicatos e milhares de trabalhadores nas IFEs se mobilizaram e avançamos de forma surpreendente.

Se levarmos em consideração que a maioria da classe trabalhadora brasileira trabalha mais de 40 horas semanais em média, tudo que avançamos em relação a redução da jornada nas IFEs é uma vitória monumental e histórica. Cada conquista é um passo que demos contra a corrente e temos que nos orgulhar muito do que fizemos e do que estamos fazendo. Afinal, foram muitas lutas, enfrentamentos e greves para avançarmos ainda que parcialmente em várias instituições.

Os vários processos de luta nas universidades fez com que vários sindicatos exigissem que em 2015 a jornada de trabalho de 30 horas semanais entrasse na pauta de nossa greve nacional. Naquela época o governo Dilma através do MEC/MPOG negou qualquer avanço nesse tema, não conseguimos estabelecer uma negociação nacional e os sindicatos de base seguiram negociando essa pauta diretamente com as reitorias.

O governo mudou, e como já caracterizamos em nossa análise de conjuntura, estamos diante de um governo golpista que está acelerando e aprofundando os ataques contra os trabalhadores. Mais recentemente o governo Temer girou toda seu bombardeio contra o funcionalismo público federal como uma forma de reduzir gastos do orçamento.

É certo que vamos encontrar um ambiente mais difícil para avançar na luta pela redução da jornada nas IFEs, como também onde já conquistamos poderá ter retrocessos, sendo absolutamente necessário alertar a categoria para lutar em defesa das 30 horas semanais.

Precisamos fazer um balanço dessas lutas como também precisamos apontar os principais perigos identificando quem são aliados e quem são os inimigos que teremos pela frente diante de uma conjuntura no qual a correlação de forças está mais difícil para os trabalhadores. Houve uma onda de lutas pela jornada de 30 horas semanais que se iniciou em 2012 e agora temos duas situações:

01- Há muito que avançar, pois há muitas IFEs que ainda não conseguiram essa conquista nem mesmo parcialmente. É preciso darmos continuidade a essa luta, tendo como referencia as recentes vitórias que tivemos em várias universidades.
02- Defender tudo que conquistamos, pois toda vitória que conseguimos está constantemente ameaçada, principalmente agora que estamos diante de um ataque aberto do governo Temer contra os funcionalismo.

A maioria dos órgãos de controle e fiscalização como CGU, MPF e TCU possuem uma postura conservadora diante desse tema. Em muitas instituições esses órgãos estão pressionando os reitores a não concederem a redução da jornada como também atuam para retirar essa conquista dos trabalhadores onde já existe a jornada de 30 horas semanais.

A crise econômica mundial intensifica a intolerância do capital em aceitar a institucionalização de direitos que torne a vida mais digna e com mais qualidade. Nesse sentido o próximo período será uma grande prova para os lutadores de nossa categoria, pois estamos diante de um desafio histórico, a vida de milhões de trabalhadores poderá mudar e sacrifícios amargos poderão se impor.

A luta em defesa da redução da jornada será mais difícil e complexa e é exatamente por esse motivo que temos que redobrar o trabalho de base, acumular elaboração argumentativa e mobilizar os trabalhadores, dialogando com a comunidade universitária e conquistando o apoio da sociedade.

APOSENTADAS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A vida das aposentadas, aposentados e pensionistas ganham contornos dramáticos frente ao avanço de políticas que corroem os direitos sociais e que buscam atacar centralmente o sistema previdenciário público no Brasil e o Sistema Único de Saúde. Um tema que foi amplamente debatido pela sociedade se refere a tentativa do governo golpista de Temer em desestruturar amplamente a previdência pública no Brasil através da PEC 287/2016, que até o momento de redação dessa tese, não foi tramitada pelo congresso nacional.

A luta das aposentadas, dos aposentados e pensionistas da base da FASUBRA, em conjunto com a totalidade do movimento sindical e popular do país, conseguiu impor uma derrota temporária para o governo que queria ter aprovado essa PEC em março de 2017, e que hoje já procura alterar a redação da PEC 287/2016, tentando maquiagem os ataques a aposentadoria, visando assim obter mais espaço para tramitar esse ataque dentro do congresso golpista que aprova diversos ataques aos nossos direitos.

Nesse sentido, apresentamos aqui algumas mudanças no texto original da PEC 287/2016, após a aprovação do relatório do Dep. Arthur de Oliveira na Comissão Especial.

O relatório aprovado aponta para a unificação das regras dos regimes geral e próprio, impondo novas exigências para a concessão de benefícios, que prejudicam a todos (as) os segurados (as), em particular os (as) servidores (as) públicos (as). O relatório dessa PEC aprovado aponta ainda para:

- Idade Mínima de Contribuição – Mulheres 62 anos, homens 65 e 25 anos de tempo mínimo de contribuição.

- Servidores Públicos - Terão as mesmas regras da iniciativa privada. Homens se aposentarão com 65 anos e mulheres, com 62, desde que tenham 25 anos de contribuição e cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria. Hoje, precisam seguir duas regras. Para homens, 60 anos de idade com 35 anos de contribuição e mulheres de 55 anos de idade com 25 de contribuição. Há exceções para professores, policiais e parlamentares. Também poderão aposenta-se por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, porém obrigatória à realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que propiciaram a concessão da aposentadoria ou aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade.

- Regra de Transição – Se quiser aposentar antes da idade mínima pode fazê-lo desde que pague um pedágio de 30% sobre o tempo que falta para atingir os 30 anos se mulher e trinta e cinco se homem. A idade mínima começará em 53 anos para mulheres e 55 anos para os homens, sendo acrescidos em um ano a cada dois anos. Esta transição será válida até 2038, quando a idade mínima para mulher de 62 anos e para homens 65 anos de aposentadoria prevalecerá.

- Aposentadoria Integral – 40 anos de contribuição para garantir 100%, sendo que o valor da aposentadoria corresponderá 70% do valor dos salários da classe trabalhadora, acrescidos de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, 2% para cada ano que ultrapassar os 30 anos e 2,5% para os que superarem 35 anos.

Aposentadoria Especial - Os Professores de ambos os sexos desde que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, poderão aposentar-se aos 60 anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria. Já os Parlamentares poderão aposenta-se aos 60 anos, regra valendo até 2020, quando a idade mínima começa a subir até atingir 62 para mulheres e 65 para homens. Os policiais federais, os civis e os legislativos, aos 55 anos.

- Aposentadoria Rural – A idade foi reduzida de 65 para 60 anos para os homens e das mulheres para 57, se comprovada à atividade no campo. O tempo de contribuição cai de 25 anos para 15.

- Pensão por Morte - Mantém a vinculação com o salário mínimo, com a possibilidade de acumular aposentadoria e pensão, mas estabelece um limite de dois salários mínimos para aqueles que já recebem aposentadoria.

- Benefício de Prestação Continuada – Pagamento para idoso, portador de necessidades especiais que tenha idade mínima de 65 anos, subindo gradativamente até atingir 68 anos, desde que a renda familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

Militares – Esta proposta não prevê alteração para as Forças Armadas ou policiais militares segundo o Governo, pelo menos por enquanto.

- Contribuição Previdenciária – Mantém o texto original, ou seja, tanto para ativos (as) como para aposentados (as) a alíquota de contribuição aumentará 11% para 14%, sendo que para os (as) aposentados (as) o percentual é sobre o que ultrapassa o teto da Previdência Social, hoje R\$ 5.531,31. Já para os trabalhadores rurais de

ambos os sexos, a contribuição máxima será de 5% sobre o salário mínimo.

(Fonte: Síntese das alterações do projeto original da Reforma da Previdência extraída do texto do relator Arthur de Oliveira).

O primeiro passo na aprovação da Reforma da Previdência pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados foi dado, agora só resta à aprovação definitiva, mas pode-se impedir o avanço, desde que as cidadãs, os cidadãos, as centrais sindicais e os sindicatos estejam unificados e com os mesmos objetivos de defender os direitos dos (as) trabalhadores (as).

Com o intuito de unificar a categoria e orientar para resistência aos ataques foi que no ano de 2016 a Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da FASUBRA promoveu três Encontros de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria. O IV Encontro Nacional ocorreu no mês de abril de 2016 em Brasília, o I Encontro Regional Norte e Nordeste ocorreu em novembro de 2016 na cidade de Natal - RN, o II Encontro Regional Sul ocorreu em abril de 2017 em Porto Alegre – RS e o III Encontro Regional das Regiões Centro Oeste e Sudeste ocorrerá na primeira quinzena de setembro deste ano em Brasília.

Para barrar os ataques o Movimento Sonhar Lutar - Vamos à Luta pela base propõe:

- Aprovar as demandas dos aposentados (as) propostas no IV Encontro Nacional de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria ocorrido em Brasília em 2016, bem como as demais demandas providas do I Encontro Regional das Regiões Norte e Nordeste que ocorreu em Natal em 2016 e o II Encontro Regional Sul que ocorreu em Porto Alegre em 2016 e ainda, propor que também sejam aprovadas as demandas do III Encontro Regional das Regiões Centro Oeste e Sudeste que acontecerá no Distrito Federal, no mês de setembro próximo;

- Lutar ainda mais para manter a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Unificar a categoria, as centrais sindicais e os sindicatos na defesa dos direitos da mesma;

- Intensificar a luta contra todas as reformas que prejudiquem a classe trabalhadora;
- Pressionar os parlamentares para não aprovação da PEC 287/2016;

- Continuar as parcerias com parlamentares que resistem à reforma da Previdência;
- Não aceitar nenhum direito a menos;

- Fazer pressão pelo fora Temer;

- Diretas já.

- Que a FASUBRA oriente as Entidades de base a organizarem palestras e cursos sobre formação política sindical;

- Que os sindicatos de base em parceria com as Universidades desenvolvam um projeto para preparação para aposentadoria, como ocorre na UFSM, preparando também um membro da família;

- Que a FASUBRA lute pelo cumprimento da Lei 10741/03, que versa sobre a prioridade do idoso na tramitação de processos judiciais;

- Que a FASUBRA continue a luta pela data base com reajuste anual dos salários;

- Que a FASUBRA continue a luta para aprovação da PEC 555/06;

- Que a FASUBRA continue a luta pelo direito ao auxílio alimentação aos aposentados (as) e pensionistas;

- Que a FASUBRA continue a luta pela paridade entre ativos e aposentados (as) e pensionistas, quebrada pela EC 41/2003;

- Que a FASUBRA oriente as entidades de base para realizarem programas de atividades físicas para aposentados (as) e pensionistas;

- Que a FASUBRA continue a luta pela democratização das Universidades no que tange ao assento dos aposentados (as) no CONSUN e voto para Reitor e para a CIS;

- Que a FASUBRA continue a luta contra a FUNPRESP (Resolução Congressual);

- Que a FASUBRA continue a luta contra os efeitos do PL 257/16 e da Emenda Constitucional 95/2016;
- Que a FASUBRA continue a luta para que os aposentados (as) e Pensionistas continuem na folha das universidades;
- Que a FASUBRA lute para que as universidades não legissem sobre o abono permanência, antes de sua aprovação pelo Congresso;
- Que a FASUBRA encaminhe a luta para a volta dos contra cheques em papel e enviados para a residência dos (as) aposentados (as) e pensionistas;
- Que a FASUBRA continue a luta contra o reajuste abusivo da GEAP;
- Que a FASUBRA encaminhe às universidades solicitação para que seja disponibilizado aos (as) aposentados (as) e pensionistas uma coordenadoria específica para atendimento destes;
- Que a FASUBRA continue a luta pela isonomia de vencimentos entre ativos (as) e aposentados (as) ou pensionistas;
- Que a FASUBRA continue a luta contra as gratificações produtivistas;
- Que a FASUBRA continue a luta para a integralidade dos proventos de aposentadoria;
- Que a FASUBRA continue a luta na defesa dos aposentados (as) e pensionistas que ainda não fizeram opção pelo PCCTAE para que os mesmos possam fazer.
- Que os sindicatos lutem para que os aposentados e pensionistas votem para reitor das universidades
- Que a Fasubra faça um documento para divulgar na mídia sobre a real situação da previdência social, dívida pública e o déficit da previdência.
- Que a FASUBRA oriente aos sindicatos de base a realizarem debates sobre o endividamento do idoso;

JUVENTUDE NO MOVIMENTO SINDICAL

*“Sejamos realistas. Exijamos o Impossível!”
Maio de 1968*

Desde 2006, nossa categoria tem vivido uma razoável renovação, fruto da entrada de novos técnico-administrativos nas IFES. Esses TAEs trazem novos desafios e possibilidades para o fortalecimento do movimento sindical, significando uma oxigenação em nosso movimento, sendo de fundamental importância para nossa resistência nas greves de 2011, 2012, 2014, 2015 e 2016. Após entrarem no serviço público com grandes expectativas, essas jovens e esses jovens se surpreendem com condições de trabalho que estão longe da ideal, assédio moral, salários baixos e sem garantia de reajuste, sendo este um dos combustíveis para mobilizar a categoria para enfrentar o governo em busca de garantias de dias melhores. Com essa mobilização conseguimos uma melhoria salarial, principalmente através do processo de capacitação e qualificação existente na carreira, melhorados com a Lei 12.772/2012, conquistada através da greve.

A partir de 2009, em virtude da precária e mercadológica expansão promovida pelo REUNI novos concursos foram realizados nas Instituições Federais de Ensino, provocando a chegada de uma nova geração de servidoras e servidores públicos nessas Instituições, sendo em sua maioria pessoas jovens. Essa juventude que chegou ao serviço público é oriunda de uma geração e de um período histórico que não vivenciou grandes mobilizações da classe trabalhadora (nos patamares da década de 1980, no processo de redemocratização do Brasil); assim parte dessa juventude que hoje ajuda a construir as universidades públicas, não teve em seu cotidiano a experiência estrutural com as diversas formas de organização da classe trabalhadora no Brasil e/ou diante do fortalecimento da cultura neoliberal que estimula ações individualizadas e diante dos efeitos da reestruturação

produtiva, esses jovens tiveram experiências no mercado de trabalho nas quais o movimento sindical no dia a dia, não se fez presente e/ou não fez sentido. A outra parte dessa juventude que trabalha hoje nas Universidades Públicas, teve por sua vez importantes experiências nas lutas protagonizadas pelo Movimento Estudantil no decorrer dessa primeira década do século XXI, na defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e com Qualidade, de forma que muitos apoiaram as mobilizações da FASUBRA no decorrer dessa década em diversas lutas.

Essa nova geração por sua vez passa a compartilhar o dia a dia e as ideias de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que protagonizaram diversas lutas nas últimas 3 décadas (lutas pela redemocratização do país, pela democratização das universidades, contra as políticas neoliberais para o serviço público promovidas pelos Governos Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e pelo ilegítimo governo de Temer), gerando esse encontro diversos, choques políticos e embates de consciências. Assim, esse cenário desigual, gerou em alguns ambientes sínteses riquíssimas, mas em outros nos quais o embate político é mais duro, tais sínteses não foram alcançadas. A FASUBRA deve atuar no sentido de construir espaços que valorizem essas experiências, de forma que não se crie uma polarização equivocada entre “jovens X velhos”, e busque o fortalecimento do bloco histórico que atua na defesa da Universidade Pública, Gratuita e com Qualidade, que luta pelo avanço na democratização dessas Instituições, na valorização da carreira e dos salários. Nesses espaços, cabe a Direção Nacional da FASUBRA em conjunto com as Direções das Entidades de Base promoverem seminários com os trabalhadores e trabalhadoras que chegaram nas Universidades de 2009 em diante, para promover essa interação, para debater a história do movimento sindical no Brasil e nas Universidades Públicas, para ilustrar as nossas conquistas históricas; para que se produzam nesses encontros novas sínteses, para que os projetos coletivos em detrimento das ações individualizadas e para que os Sindicatos e o Movimento Sindical como um todo faça sentido aos jovens que se tornaram Técnico-Administrativos em Educação no decorrer desses últimos 6 anos e não tiveram na etapa anterior da vida, nenhuma experiência com o movimento sindical.

Outra ação que deve ser adotada pela Direção Nacional da FASUBRA, é referente a estrutura das Plenárias Nacionais da FASUBRA. Se já é cansativo para as gerações no interior da FASUBRA, que lutaram pela redemocratização do país na década de 1980, participarem de Plenárias que contam com 130 ou 140 inscrições para análise de conjuntura, tomando um período de 10 ou 12 horas da Plenária e impossibilitando na prática que todos e todas se escutem durante todo esse período, tal estrutura se manifesta ainda menos atrativa para a juventude que chegou nas Universidades nos últimos anos, que não possuem uma cultura de participação em movimentos sociais e historicamente não vivenciaram momentos de se concentrarem com disciplina, de debates com longas horas de duração. É importante e será benéfico para o movimento da FASUBRA Sindical, se a direção nacional propuser um novo formato para a estrutura das Plenárias da FASUBRA, que se permita a realização de debates com mais fôlego e simultaneamente possibilite as delegadas e aos delegados expressarem mais de uma vez as suas opiniões sobre a conjuntura ou sobre os temas de cada Plenária.

É de fundamental importância para o movimento sindical brasileiro refletir sobre a situação da juventude no Brasil hoje, que em seu conjunto é bastante heterogênea, e em sua maioria é submetida a precárias condições de trabalho, a constantes ameaças por políticas que retiram direitos trabalhistas, e a inacessibilidade de espaços com atividades esportivas e culturais. Nesse contexto, em pleno século XXI, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 13,9% dos jovens brasileiros estão matriculados no Ensino Superior, o que dramaticamente implica dizer que 86% de toda a juventude brasileira não está

vinculada a Universidade. Em outros números, dos mais de 43 milhões 752 mil e 900 jovens brasileiros, apenas cerca de 6 milhões 125 mil e 405 jovens estão matriculados no Ensino Superior.

O fato dos Governos Lula e Dilma do PT, se vangloriarem de que nos últimos dez anos, dobrou a proporção dos jovens matriculados no ensino superior brasileiro, não passa de uma maquiagem política. Pois até 2015, dos 6.125.405 dos jovens matriculados no Ensino Superior, 71% desses jovens estão vinculados a Instituições Privadas de Ensino Superior, que reconhecidamente não desenvolvem práticas de Pesquisa e Extensão, e o Ensino oferecido por essas Instituições Privadas não são em sua maioria com a mesma qualidade do prestado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior. Na prática, esse índice indica que nos últimos 27 anos, os Governos Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e agora o ilegítimo Temer, não adotaram políticas que fortalecessem na prática a expansão com qualidade do Ensino Superior Público Brasileiro para atender as determinações previstas pela Constituição Federal. Reconhecemos que os setores da população atendida pelo (Programa Universidades para Todos) ProUni e pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) não estão insatisfeitas com essas políticas construídas pelos Governos do PT, porém não podemos nos furtar de lembrar que a mesma quantidade de vagas geradas no Ensino Superior Privado, poderiam ter sido criadas no Ensino Superior Público. Pois se nos primeiros anos do Governo Lula (PT), com R\$3,5 bilhões obtidos através da concessão de isenção de impostos para as Universidades Privadas, o ProUni gerou 300 mil vagas nessas Instituições Privadas que em sua ampla maioria não produzem de forma concomitante o ensino-pesquisa-extensão; com esse mesmo montante de verbas poderia ter criado quase 1,5 milhão de vagas nas Universidades Públicas, durante esse mesmo período. Ou seja, se não fosse a prevalência da tática da conciliação de classes adotada pelos governos do PT, poderia ter fortalecido estruturalmente o Ensino Superior Público no Brasil. Porém, na realidade, as políticas implementadas buscaram a diluição danosa entre o público e o privado, fortalecendo vertiginosamente os grupos empresariais e a lógica privada na área da educação.

Além da maior parte da juventude (86%) se encontrar fora das Instituições de Ensino Superior, os jovens (especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos) são vítimas e criminalizados pelo excludente sistema capitalista. Os homicídios são hoje a principal causa de morte desses jovens de 15 a 29 anos que vivem no Brasil. Os dados apresentados pelo Ministério da Saúde demonstram que mais da metade das 56.337 pessoas mortas por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (30.072, equivalente a 53,37%), dos quais 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. Durante o período de 2002 à 2012, o número total de homicídios passou de 49.695 para 56.337. Em 2002, o índice de vitimização de jovens negros sobe de 79,9 para 168,6, de forma que a cada jovem branco que era assassinado, morria quase 3 negros. Entre 2002 e 2012 o número de homicídios de jovens brancos caiu 32,3%, e dos jovens negros aumentam 32,4%, de forma que as taxas de homicídio de jovens brancos caem 28,6%; e as dos jovens negros aumentam 6,5%. O cenário para a juventude periférica, negra e que não tem acesso ao Ensino Superior é dramático e submetido a níveis de violência superiores aos constatados em países que estão em guerra. Entre 2009 e 2013, segundo o 8º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o número de 11.197 mortos, a polícia brasileira matou uma média de seis pessoas por dia; e os Dados da Anistia Internacional demonstram que, em 2012, 77% dos jovens entre 15 e 29 assassinados eram negros. E nesse cenário, a juventude (em especial a juventude negra que vive em regiões periféricas) são na maioria das vezes vítimas do próprio braço armado militar do Estado, que são as polícias militares.

A desmilitarização da Polícia Militar combinada com a construção de outra estrutura e perfil para a polícia é uma necessidade urgente para que se estabeleça de fato a constituição no Brasil de um Estado Democrático de Direito, que nesses últimos 27 anos não existiu na prática.

É importante destacar ainda que a juventude se depara em um contexto político e econômico, no qual projeta um futuro com fortes regressões nos direitos sociais historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Os últimos Governos do PSDB e do PT e o ilegítimo Governo de Temer, atuaram e atuam para dismantlar o Sistema Único de Saúde o que gerará graves crises na saúde no futuro próximo. Além disso, o governo golpista de Temer impôs para a sociedade brasileira a Emenda Constitucional nº 95/2016 que dismantla o Serviço Público (Saúde, Educação, Segurança, Saneamento, Esporte, Cultura...) no decorrer de 20 anos mediante sub financiamento estatal; e impôs a terceirização geral e irrestrita (via Lei 4302/1998) e uma Reforma Trabalhista, que condicionará o acesso da juventude a condições de trabalho mais precarizadas e em empregos com incertezas em relação a proteção trabalhista. Além disso, o governo golpista de Temer tenta impor uma Reforma da Previdência que praticamente vai retirar da juventude a possibilidade de no futuro obter uma aposentadoria. A juventude se depara portanto com um futuro inseguro, mercantilizado e com poucas perspectivas de melhoras estruturais em todos os aspectos da vida individual e social.

- Que a FASUBRA apoie os movimentos sociais que lutam hoje pela Desmilitarização da Polícia Militar.

- Propomos que as Entidades Sindicais em conjunto com a FASUBRA realizem ações de formação sindical com os Técnicos Administrativos em Educação empossados entre 2009 e 2017, para refletir sobre o histórico do movimento sindical, visando o debate sobre a importância de se construir o sindicato e ações coletivas em defesa da Universidade Pública, em defesa da valorização da carreira e demais pautas.

- Que a próxima Direção Nacional da FASUBRA apresente um novo modelo de estrutura para as Plenárias da FASUBRA, de modo que se possibilite a realização de debates com maior tempo de reflexão sobre o assunto e maior participação e interação das delegadas e dos delegados.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL

A questão da estrutura sindical no Brasil se constitui em momento de construção de alternativa de organização para a classe trabalhadora enfrentar a luta entre o interesse dos trabalhadores e o dos donos dos meios de produção e dos governos, que mantém sucessivamente políticas antipopulares e de retirada de direitos e desestruturação das funções do Estado.

Independência política, democracia, classismo, entre outros, são os pontos que devem diferenciar uma organização sindical de luta de classe e a estrutura que se preocupa em sustentar projetos engendrados na classe trabalhadora.

A FASUBRA, enquanto organização de sindicatos, deve ser uma organização que atue em uma estratégia com múltiplo caráter: garantir as funções públicas da Educação Superior, alinhar e organizar as estruturas de base dos trabalhadores por direitos e condições dignas de vida e trabalho, representar as visões políticas, profissionais, corporativas e assistenciais dos TAE, e ser escola de luta para

acabar com a exploração capitalista. Entre seus princípios, a FASUBRA deve ser autônoma e independente em relação às Administrações, patrões, governos, Estado, partidos políticos e credos religiosos, sendo internacionalista, classista e de luta. Portanto, combate o controle do Estado na organização dos trabalhadores, negando a conciliação de classes e a parceria com o capital, além de combater práticas que tornam as Entidades sindicais verdadeiras correias de transmissão dos governos e/ou partidos políticos.

Com esta concepção, a FASUBRA deve ser um organismo democrático, baseado na proporcionalidade direta e qualificada, garantindo ampla liberdade de expressão, combinada com a unidade de ação através das decisões da maioria. Deve basear-se na plena autonomia das entidades de base e contribuir para articular os debates com as oposições, minorias sindicais e movimentos de trabalhadores organizados. Assim, tem-se o entendimento que a FASUBRA deve se constituir em instrumento de unidade e luta, desenvolvendo políticas para os trabalhadores com relações de trabalho precarizadas. Concomitante ao enfrentamento a exploração do trabalho, deve combater todas as formas de opressão de raça, etnia, gênero, orientação sexual, na perspectiva política geral e no cotidiano das Entidades de base.

A partir dessa visão, a FASUBRA deve operar para que todos os trabalhadores das Universidades tenham em sua base um Sindicato de Luta que os represente, e que a Entidade deve se constituir em um núcleo de resistência, acúmulo e avanços nas relação de trabalho e defesa das Instituições de Ensino, função estratégica do Estado para os trabalhadores.

A concepção da FASUBRA e de nossos Sindicatos de base, portanto, deve ser instrumento de aprofundamento da democracia a partir de uma estrutura que responda às demandas das trabalhadoras e trabalhadores e que estejam garantidas políticas de democratização das suas instâncias. Nossas estruturas devem refletir o debate nas bases com capacidade de construir uma real alternativa e, para tanto, acreditamos que deve ser promovido no próximo período um amplo e democrático debate para deliberar sobre a necessidade de uma nova estrutura para a FASUBRA, capaz de responder à complexidade das diferentes relações de trabalho que compõem a força de trabalho nas nossas IES.

Como resultado desse debate, entendemos que devem ser garantidas funções estratégicas do Sindicato na política, como Relações de Trabalho, Aposentados, Universidade Pública, Políticas Sociais (gênero, raça, habitação...), Relação com Associados, Organizações de Base, entre outras, e na gestão da Entidade, como Administração, Finanças, Infraestrutura e Jurídica, e também questões assistenciais, de lazer e eventos. O que se necessita é uma estrutura que contemple diferentes ambientes de democracia e decisão em instâncias executiva, legislativa e de base.

Como tarefas imediatas e permanentes da FASUBRA estão o aprofundamento da democracia e da participação direta, a desburocratização das organizações de base, ampliação da representação a partir da sindicalização de todos os trabalhadores que desenvolvem atividades nas IES, superação das estruturas corporativas, consolidação e fortalecimento das negociações nacional e local e ampliação da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

A CRISE DAS ESTADUAIS E FASUBRA

Após o golpe aplicado pelo desgoverno Temer, acompanhamos o desmonte dos estados através de medidas recessivas. Isto afetou diretamente o serviço público e em especial as universidades públicas. Diversos estados, através

seus governadores diziam atravessar uma crise sem precedentes, devido a enorme dívida contraída historicamente. Além das dívidas, também o cotidiano de desvio de verbas faz com os servidores públicos e a população pague as contas em duplicidade. A solução apresentada para atravessar a crise é seguir a cartilha do governo federal: Cortes de gastos públicos, mesmo que este signifique suspender ou atrasar o pagamento de salários dos servidores públicos, Não pagamento do décimo terceiro, suspensão de benefícios, planos de demissão “voluntaria”, sucateamento e fechamento de unidades, arrocho salarial e a retiradas de direitos. No ano passado alguns estados chegaram ao fundo poço. Suspendeu o pagamento de salários de seus servidores, o Rio de Janeiro foi o mais noticiado. Porém, no foi um caso isolado! Nas estaduais do Paraná e no Rio grande do Sul os governos parcelaram salários, em São Paulo na USP apresentou PDV, na estadual do Rio Grande do Norte atacou o hospital universitário, hoje todas as estaduais sofrem com algum destes ataques proporções diferentes.

Há anos a FASUBRA, tenta inserir-se definitivamente na vida das estaduais, hoje se faz necessário unificar as bandeiras, diminuir a distancia que separa as federais das estaduais, pois as políticas de ataque dos governos tem sido a mesma. Neste cenário que esta gestão da FASUBRA se apresentou sindicatos das universidades estaduais. A política era de a federação ser um polo de atração na busca de uma política que pudesse alinhar e unificar todos os servidores técnicos administrativos das universidades estaduais do país.

No ano de 2015, acompanhamos diversas ações no Paraná, participando da greve das estaduais, reunião do Fórum da educação, que congrega o setor. Denunciamos os ataques e conhecemos a realidade vivida pelos servidores. Também estivemos presente na estadual da Paraíba, entregando a pauta de reivindicações ao governo do estado. Neste mesmo período estivemos na luta dos trabalhadores da estadual de Pernambuco, com a política de criar uma rede entre as estaduais daquela região. Realizamos um dialogo na estadual do Amapá, entidade que desconhecia o papel de uma federação. Em 2016 realizamos o I Seminário das Estaduais, no Rio de Janeiro, na UERJ (vídeo disponível na FASUBRA), com a finalidade de agregar as diversas políticas apresentadas nas entidades e transforma-las em uma política unificada da federação. Este seminário foi um marco na história da FASUBRA, porque fomos à primeira entidade nacional a denunciar o desmonte da UERJ e mostrar que ali seria um laboratório a ser aplicado pelo governo Temer nas federais. Pois o governo Pezão tinha proposta de fechar a universidade ou entregá-la na mão do capital especulativo da educação. Após o encontro das estaduais a FASUBRA passou ter um olhar mais atento a UERJ, acompanhando todos os passos mais de perto e apoiando todas as suas ações na tentativa de contratar atacar o governo do estado do Rio de Janeiro.

Nos do Sonhar Lutar avalia que Federação deva fazer um projeto que busque unificar as estaduais. Para tanto, é necessário pensar ações comuns para além do período da data base ou ações pontuais quando a crise já se instala. É necessário uma política mais agressiva para atrair as estaduais para federação.

Para tanto propomos:

- Avançar para o encontro das ESTADUAIS em 2018;
- Realizar as plenárias unificadas na FASUBRA;
- Uma proposta que tenha pontos em comuns entre as estaduais e federais (carreira saúde do trabalhador etc);
- Aumentar gradativamente o numero de diretores das estaduais na Federação, até atingir a paridade;
- Pensar uma política financeira que atraia a estaduais;
- Realizar uma política de visual da federação junto as estaduais;

- Criar um conselho das estaduais junto a FASUBRA;
- Realizar encontros regionais das estaduais;

RELAÇÃO DE TRABALHO E ASSÉDIO MORAL

A raiz de uma sociedade é a forma como a produção social de bens está organizada. Essa engloba as forças produtivas e as relações de produção: as forças produtivas são a terra, as técnicas de produção, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas e o maquinário, enfim, as forças que contribuem para o desenvolvimento da produção; as relações de produção são os modos de organização entre os homens para a realização da produção. As atuais são capitalistas, mas como exemplo podemos citar também as escravistas e as cooperativas.

No processo de criação de bens se estabelece uma relação entre as pessoas: os capitalistas, donos dos meios de produção (máquinas, ferramentas, etc.), e o proletariado, que possui sua força de trabalho, que estabelecem entre si a relação social de trabalho. A maneira como as forças produtivas se organizam e se desenvolvem dentro dessa relação de trabalho se chama de modo de produção.

O conjunto das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de conflito social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.

Na conjuntura atual, a criação de bens está associada a uma relação de trabalho evoluída pelo capitalismo que está eivada de contradições, consequência do aumento da exploração pela intensidade do trabalho, das alterações por substituição tecnológica, pelas mudanças na organização e gestão do trabalho e pela descaracterização das relações, impostas nos meios de produção e que se constituem em um modo de produção alterado para ampliar o lucro, a exploração ou, melhor dito, a mais valia. Essa condição, por iniciativa da opressão, gera uma maior exploração dos trabalhadores para garantir a obtenção de maiores ganhos para os donos dos meios de produção.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO

O modo de produção na história da humanidade envolveu a partir da forma primitiva, onde os homens trabalhavam conjuntamente e a propriedade era coletiva, não havia propriedade privada. No modo escravista, os donos dos meios de produção eram proprietários dos trabalhadores, dos meios de produção e do resultado da produção. Na sequência, no modo feudal, os trabalhadores eram servos, trabalhavam para os donos dos meios e para a sobrevivência.

O fenômeno da revolução industrial (1780-1914) foi decisivo para o desenvolvimento do capitalismo que vivemos hoje, que se baseia na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, que substituiu a propriedade feudal, e no trabalho assalariado, que substituiu o trabalho servil do feudalismo. O capitalismo é

movido por lucros, portanto temos duas classes sociais: os donos dos meios de produção, a burguesia, e os trabalhadores assalariados, expropriados do fruto de seu trabalho pela necessidade dos capitalistas de obtenção do máximo de aproveitamento da força de trabalho dos trabalhadores.

A forma como a concepção capitalista se coloca na administração das empresas hoje, para que haja o máximo de expropriação do trabalho, enfatiza a importância da tarefa e da estrutura organizacional, principalmente sustentada pelos princípios de hierarquia, autoridade, poder, divisão e especialização do trabalho. Dessa forma, a administração das organizações busca seus objetivos de lucro através de pessoas, baseando-se em princípios de produtividade, eficiência e eficácia. Assim, o trabalho é idealizado, pensado e organizado racionalmente para que no nível operacional sua execução possa refletir em ganhos para o dono dos meios de produção.

Notadamente com objetivos antagônicos, o modo de produção capitalista estabelece a relação entre meio de produção e força de trabalho, enquanto objeto de troca. Dentro da lógica capitalista, os capitalistas adquirirão meios de produção e força de trabalho com a finalidade de valorização de seu capital, ou seja, a produção de mais-valia. Assim, fica entendido que a força de trabalho assume contornos de mercadoria.

No processo de produção capitalista, estabelece-se uma luta permanente que está sempre colocada a partir da correlação de forças entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção; no Estado capitalista e golpista de Temer, cada vez mais querem possibilitar que o comando esteja nas mãos dos proprietários dos meios de produção a partir de imposições na superestrutura política, jurídica e ideológica, que se organiza com vistas ao domínio da classe capitalista, detentora do poder econômico, sobre o restante da população.

Para os Serviços Públicos nos governos capitalistas como de Temer, que têm por objetivos o desmantelamento do Estado e a precarização das relações de trabalho, as organizações públicas também têm adotado os modelos administrativos dos capitalistas.

Para nós, trabalhadores em Instituições de Ensino Superior, as administrações estão adotando essa concepção.

CONTRATAÇÃO POR SERVIÇOS, PRODUTIVIDADE E TERCEIRIZAÇÃO: EXACERBAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

A terceirização instaurou uma nova dinâmica nas relações de trabalho, que afetou os direitos, aumentou a ocorrência de acidentes e doenças, degradou o trabalho, e também interferiu de forma importante na organização sindical, nas relações de cooperação e de solidariedade entre os trabalhadores e na própria identidade de classe. A existência de uma legislação que permitiu a terceirização e que consolidou concepções como atividades fim e meio, o que não corresponde à realidade, contribuiu para sua difusão de forma incontrolável nos setores público e privado, assim como nos mais diferentes campos de atividade. Hoje a terceirização é usada indiscriminadamente e atinge a todos os setores – do público ao privado, do campo à cidade, da indústria, a serviços.

Do ponto de vista econômico, as empresas procuram aperfeiçoar seus lucros, em maior grau pelo crescimento da produtividade, pelo desenvolvimento de produtos

com maior valor agregado, com maior tecnologia ou ainda devido à especialização dos serviços ou produção. Buscam como estratégia central, aperfeiçoar seus lucros e reduzir preços, em especial, através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. Não deveria, sob o ponto de vista humano, ser uma opção de desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista social, podemos afirmar que a grande maioria dos direitos dos trabalhadores é desrespeitada, criando a figura de um “cidadão de segunda classe” com destaque para as questões relacionadas à vida dos trabalhadores(as), aos golpes das empresas que fecham do dia para a noite e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores empregados e às altas e extenuantes jornadas de trabalho.

As empresas terceirizadas abrigam as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho: mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes. Esse abrigo não tem caráter social, mas é justamente porque esses trabalhadores se encontram em situação mais desfavorável, e por falta de opção, submetem-se a esse emprego.

É necessário que se entenda: a terceirização está diretamente relacionada com a precarização do trabalho. Destacar os setores mais precarizados no país é destacar os setores que comumente exercem atividades terceirizadas no Brasil. Um estudo apresentado pelo Dieese em 2011 contém muitos dados sobre os males da terceirização, como por exemplo, a redução de empregos. Mais de 800 mil postos de trabalho não foram criados, graças à terceirização. O sistema também aumenta a rotatividade da mão-de-obra, reduzem significativamente salários (terceirizados ganham, em média, 27% a menos), calotes como o não pagamento de indenização aos trabalhadores no caso de interrupção de atividades, além de prejuízos à saúde e segurança.

Ao contrário do que se convencionou dizer, a terceirização não gera mais empregos que as contratações diretas. Os terceirizados têm jornada semanal superior aos demais – são três horas a mais, em média, sem considerar as horas extras. Por causa disso, realizam tarefas que, sem a jornada estafante, exigiriam novas contratações. Além disso, em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas. Em casos de morte por acidente, quatro em cada cinco vitimam trabalhadores terceirizados.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO

Enquanto apropriação para a autodeterminação, os trabalhadores devem ter consciência do significado do trabalho e de todas as relações que para ele são constituídas. Deve existir o entendimento do mecanismo lógico de exploração dos que trabalham e vendem sua força de trabalho recebendo apenas o salário e deixando a riqueza produzida para seus patrões.

Com isso, há a necessidade da FASUBRA ter a compreensão dos elementos constitutivos das Relações de Trabalho, como carreira, salário, jornada de trabalho, regime, condições, ambiente de trabalho, saúde dos trabalhadores, segurança dos processos e organização e representação sindical, todas as abordagens que forem necessárias para uma visão mais completa, de forma a contribuir para que o trabalhador defenda seus interesses junto aos empregadores e donos dos processos produtivos. A seguir, algumas definições importantes utilizadas pela estrutura do Estado e propostas de posturas e movimentações para intervir nas relações de trabalho dos trabalhadores das IES:

1. Relação de trabalho é aquela que diz respeito a toda e qualquer atividade humana em que haja prestação de trabalho, como relação de trabalho: autônomo, eventual, de empreitada, avulso, cooperado, doméstico, de representação comercial, temporário, sob forma de estágio, etc. Há, pois, a relação de trabalho pela presença de três elementos: o prestador do serviço, o trabalho (subordinado ou não) e o tomador do serviço. Conceitualmente, na visão do direito, Relação de trabalho diz respeito a qualquer trabalho prestado, com ou sem vínculo empregatício, por pessoa física a um tomador do seu serviço. São espécies de relação de trabalho as decorrentes do trabalho: autônomo, subordinado, eventual, estatutário, cooperativo, avulso etc. Para a FASUBRA, é necessário a intervenção direta na organização do trabalho, desde a definição das atribuições e capacidades associadas às tarefas a serem desenvolvidas pelos trabalhadores estatutários e celetistas, até às condições ambientais onde são desenvolvidas as atividades. Além disso, deve ser buscado para contratos que envolvem terceirização, a mesma relação de trabalho existente para trabalhadores estatutários, sejam celetistas ou bolsistas;

2. Contrato Individual de Trabalho, pela CLT, no art. 442, é um acordo que pode ser feito de forma verbal ou tácito, escrito ou expresso, e que trata das relações de emprego, entre empregado e empregador. Há, portanto, um vínculo empregatício, que é a relação entre ambas as partes, definida por meio de um contrato de trabalho que mostra a prestação dos serviços que serão oferecidos à empresa. Para a FASUBRA cabe o entendimento de que a única condição de contratos individuais ocorre na execução de projetos, com grande possibilidade de distorções das funções públicas, vícios de contratação e precarização da relação por valor, jornada ou condições ambientais;

3. Jornada de Trabalho é o período estabelecido no contrato da empresa que deve ser cumprido pelo empregado. A CLT, atualmente, prevê a quantidade máxima de 8 horas diárias, um total de 44 horas semanais, desde que não seja definido outro horário específico. Essas horas devem estar registradas para o controle de horas.

No Brasil, a jornada de trabalho é regulamentada pela Constituição Federal, expressa através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sendo a limitação da jornada de trabalho decorrente do direito à vida, na medida em que o excesso de horas de trabalho poderá acarretar a perda da própria vida ou uma restrição à sua qualidade.

Para os Servidores Estatutários, cabem nesse debate a Lei 8112 e Decretos complementares, como o 1590, que tratam da possibilidade de jornadas limitadas, que justificam a Flexibilização da Jornada em turnos contínuos de 30 horas. A defesa das 30 horas semanais para todos Servidores das IES é uma conquista histórica da categoria, que deve ser estrategicamente defendida nacionalmente;

No Direito do Trabalho existem também outros tipos de jornada de trabalho, como:

Regime de tempo parcial: a jornada semanal de até 25 horas trabalhadas;
Jornada em turnos ininterruptos: é quando o empregado, durante determinado período, trabalha em constante revezamento de horário;
Jornada em horas in itinere: quando a empresa está em local de difícil acesso, o empregador fornece a condução, e nesse momento já é considerada como jornada de trabalho.

Os períodos de trabalho são classificados como presencial, quando há um horário, local e forma de trabalho especificado; e, não presencial, quando esses elementos não estão definidos, como o trabalho de um motorista ou até o chamado “home

office” e tarefas associadas a Dedicção Exclusiva ou consequência de Funções Gratificadas ou Cargos de Direção.

4. REGIME ESTATUTÁRIO

Previsto em lei municipal, estadual ou federal, com características específicas, pode aproveitar direitos da CLT. A Lei 8.112, de dezembro de 1990, instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Esse regime deve ser defendido estrategicamente, como elemento de garantia de princípios de democracia, autonomia e financiamento nas IES;

5. REGIME CELETISTA

Previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, tem por características a justificativa em caso de demissões, o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aviso prévio, multas rescisórias, férias, décimo terceiro, vale-transporte e aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que deve respeitar teto definido, entre outros. A FASUBRA deve aprofundar estudos das contrarreformas aprovadas recentemente, de forma a garantir uma intervenção que defenda os interesses dos trabalhadores terceirizados;

6. Ambiente de Trabalho é o conjunto de relações entre os indivíduos no campo do trabalho, assim como o modelo normativo e organizacional pelo qual são regulamentadas as relações de trabalho dentro de uma organização. A FASUBRA deve construir política, cartilhas e modelos para serem oferecidos aos Sindicatos dos TAE das IES, de forma a subsidiar a construção, quando necessário, dessas normas administrativas que garantam conquistas e direitos nacionais iguais para todos os trabalhadores das IES.

7. Condições Ambientais de Trabalho são as condições ambientais de trabalho, que devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado. Nos locais de trabalho onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constantes, tais como salas de controle, laboratórios, escritórios, salas de desenvolvimento ou análise de projetos, dentre outros, devem ser orientadas condições de conforto e conformidade, que a FASUBRA deve ter como referência as Normas Regulamentadoras do MTE, ABNT e FUNDACENTRO, considerando os Riscos Ambientais a que os trabalhadores estão expostos. Alguns referenciais são:

a) níveis de ruído de acordo com o estabelecido na NBR 10152, norma brasileira registrada no INMETRO;

b) índice de temperatura efetiva entre 20°C (vinte) e 23°C (vinte e três graus centígrados);

c) velocidade do ar não superior a 0,75m/s;

d) umidade relativa do ar não inferior a 40 (quarenta) por cento.

e) em todos os locais de trabalho deve haver iluminação adequada, natural ou artificial, geral ou suplementar, apropriada à natureza da atividade. A iluminação geral deve ser uniformemente distribuída e difusa. A iluminação geral ou suplementar deve ser projetada e instalada de forma a evitar ofuscamento, reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivos.

Os níveis mínimos de iluminamento a serem observados nos locais de trabalho são os valores de iluminâncias estabelecidos na NBR 5413, norma brasileira registrada no INMETRO.

8. carreira profissional diz respeito à formação, conhecimento e sabedoria, que proporciona capacidade para que o trabalhador exerça determinada atividade e, a partir de diferentes regras construídas em acordos coletivos, estabeleça uma forma de progressividade e reconhecimento em termos de remuneração, temporal ou não. Nesse sentido, há a necessidade de atualização dos fazeres dos TAE e da previsão de desenvolvimento por capacitação e qualificação e o reconhecimento institucional do acúmulo técnico e da participação dos trabalhadores nos processos;

9. Acordo Coletivo de Trabalho é um ato jurídico celebrado entre uma Entidade Sindical laboral e uma ou mais organizações correspondentes, no qual se estabelecem regras na relação trabalhista existente entre ambas as partes. A FASUBRA, a partir das construções e experiências de negociações com os governos, deve incidir forte na construção política e jurídica.

10. Convenção Coletiva de Trabalho tem origem em uma pauta de reivindicações aprovada em assembleia de uma categoria. É um ato jurídico que vale para toda a categoria representada, onde os efeitos de um Acordo se limitam apenas às organizações acordantes e seus trabalhadores respectivos. A FASUBRA deve priorizar na conjuntura a busca por elementos jurídicos de reconhecimento das pautas da categoria.

11. Dissídio Coletivo estabelece os benefícios e os reajustes salariais de uma categoria por meio de uma sentença normativa, proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho. Nesse sentido, a judicialização das pautas pode ser alternativa, desde que consolidada enquanto estratégia estruturada.

12. Gestão do Trabalho é a norma operacional básica de gestão de pessoal que estabelece e consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e educação permanente. Esse é um dos principais elementos desencadeantes de agressões aos trabalhadores, como o assédio moral. Mais que isso, dada a política do governo de cada um por si, alinhada ao modelo administrativo privado em evidência nas IES, a FASUBRA deve promover um grande debate nacional e aprovar linhas de ação que enfrentem a privatização e as administrações estruturadas de forma verticalizada, cartesianas e autoritárias.

13. Desvio de Função ocorre quando, como o próprio nome já diz, solicita-se de um trabalhador a realização de atividades que não estão de acordo com o rol de atividades atribuídas a ele quando a sua contratação foi estabelecida, tampouco com as condições estruturais e a capacitação necessária para o desenvolvimento das tarefas. O desvio de função, como remanejamento de atividades de uma organização. A FASUBRA deve combater o desvio de função e promover alternativas para correções, sem punições, regressões de tarefas ou descontinuidade de desenvolvimento de atividades pelos trabalhadores.

Questão Ambiental: ecossocialismo ou barbárie e degradação?

Quando se pensa em um modelo de sustentabilidade ambiental, logo se chega à conclusão de que, dentro do capitalismo não há viabilidade para tal intento. Por essência, o capitalismo coloca a sua produção como uma necessidade humana, escondendo sua face perversa que, em constante expansão, busca o lucro e acumulação de capital em detrimento dos recursos disponíveis, sejam renováveis e não.

A raiz do problema ambiental, numa perspectiva produtivista, consiste na necessidade de sempre produzir, e cada vez mais! Para alcançarmos um sistema

ecologicamente equilibrado com total possibilidade de inserção da humanidade num ambiente saudável e sustentável é preciso modificar a estrutura social, política e econômica imposta pela lógica do capital.

Neste ano a concentração de carbono na atmosfera mais uma vez bateu recordes, atingindo a marca de 412 ppm (partes por milhão), superando a marca de 400 ppm de 2016, marcas essas mais altas atingidas desde de 1880. Esse crescente aumento da concentração de carbono na atmosfera é considerado o fator determinante para o aquecimento global e mudanças climáticas no planeta. Não por acaso, essa conjunção de fatores, deu ao ano de 2016 o título de “ano mais quente desde 1880”. A temperatura do mundo, desde o início da Era Industrial, aumentou cerca de 3°C, superando a meta do Acordo de Paris, que era manter o aquecimento abaixo de 2°C em relação aos períodos pré-industriais.

No governo golpista do presidente Temer, a lógica capitalista foi fortalecida e presenciamos uma acelerada destruição do meio ambiente protagonizada pelas políticas do Governo Federal, que beneficiam e atendem os interesses do agronegócio e das Indústrias nacionais e estrangeiras instaladas no país. A agricultura familiar sofreu claros retrocessos que vão desde a reforma trabalhista e o projeto de reforma da previdência até a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e a regularização fundiária onde o governo enviou para o Congresso uma medida provisória que muda o processo para a titulação de terras e a escolha de assentados, demonstrando claramente a inexistente intenção de realizar a tão necessária reforma agrária. Os interesses do agronegócio patronal estão sendo alavancados pelo governo Temer, entre outros fatores, através de redução do orçamento do Ministério do Meio-Ambiente o que provoca uma impossibilidade de fiscalização efetiva e, conseqüentemente impunidade no que tange os desmatamentos ilegais, grilagem de terras e assassinatos em série de manifestantes ambientalistas, trabalhadores rurais, populações tradicionais e povos originários.

O Brasil tem sustentado a alguns anos o título de maior consumidor mundial de agrotóxicos. Desde 2008, o uso dessas substâncias teve um crescimento de mais de 190% no Brasil segundo dados da ANVISA. Tal situação deve ser ainda mais alarmante quando se observa os dados referentes aos agrotóxicos contrabandeados que são cerca de 20% de todo o agrotóxico utilizado no Brasil. Nestes casos ainda há mais um agravante de que esses são agrotóxicos de uso proibido no país devido ao seu alto grau de toxicidade. O agrotóxico mais consumido no Brasil é o glifosato, que em 2015 foi reconhecido como substância cancerígena pela OMS. Segundo a AGRAPAN (Associação Gaúcha de Proteção com Ambiente Natural), mais de 190 milhões de toneladas dessa substância são lançadas no meio ambiente todos os anos. Nesse sentido a preocupação atinge também a esfera da saúde pública. Por ano, cada brasileiro ingere em média 5 litros de agrotóxico. De acordo com dados do MST via o dossiê realizado pela ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) mais de 2052 pessoas morreram devido ao uso de agrotóxicos entre 2000 e 2009. Esse número pode ser ainda maior se considerarmos dados da OMS que estima que para cada caso notificado outros 50 não o foram.

No início de 2017, o Governo Federal retirou da ANVISA e do IBAMA a legitimidade do controle de registro de agrotóxicos transferindo para o Ministério da Agricultura tal atividade. Esta ação se deu através de um movimento dos representantes do agronegócio que pela pressão política e econômica visam facilitar aprovação, comércio e utilização desses venenos nas lavouras brasileiras.

A estrutura do agronegócio, predominante no campo brasileiro, não tem o objetivo de alimentar a população nem as trabalhadoras e trabalhadores que constroem as

riquezas desse país; mas sim de atender a política de exportação e incentivar o crescimento econômico proposto pelo sistema capitalista.

Dos alimentos consumidos no Brasil, 75% são oriundos da agricultura familiar, que também emprega 80% dos trabalhadores rurais e possuem somente 5,77% dos recursos federais investidos no campo.

Além disso, o agronegócio diminui a autonomia do país, que se vê obrigado a importar alimentos que poderiam ser produzidos aqui. Essa falta de autonomia atinge de forma brutal a agricultura familiar que se vê obrigada a produzir somente os alimentos indicados pelos detentores do poder econômico através de monocultura. Nesse ponto entende-se que o potencial para que a agricultura familiar seja realizada dentro dos parâmetros da agroecologia é massacrado pela imposição do capitalismo em fortalecer o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso.

O Plano Agrícola e Pecuário para 2016/2017, estabelece as diretrizes das linhas de financiamento destinada ao médio e grande produtor e garantiu a liberação de R\$ 202,88 bilhões em crédito. Em contrapartida, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017 garantiu apenas R\$ 30 bilhões para agricultura familiar e camponesa, volume expressivamente menor. É fato que o agronegócio gera riqueza e que isso se dá por via de muita exploração além da privatização do lucro e democratização dos prejuízos. Reconhecidamente, o agronegócio é o ramo que mais utiliza mão de obra em condições análogas à escravidão.

Hoje o agronegócio ocupa 160 milhões de ha (hectares) de um total de 400 milhões de ha de terras agricultáveis. Já a agricultura familiar ocupa uma parcela inferior a 40 milhões ha, e 150 milhões ha de terras agricultáveis estão improdutivas. Não são terras do agronegócio, são terras completamente ociosas, que poderiam ser destinadas para a reforma agrária em boa parte delas. Cerca de 56,7% de terras agricultáveis pertencem a apenas 300 produtores rurais enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de um pedaço de terra para viver. Dos 17,9 milhões de brasileiros empregados no campo, 87,3% trabalhavam em pequenas propriedades, 10,2% em médias e 2,5% em grandes áreas. No que tange a produtividade, tanto a pequena quanto a grande propriedade, atingem o mesmo patamar a diferença é que a grande usa máquinas e a pequena usa trabalhadores, incorporando pessoas à atividade econômica.

Destacam-se também outros dados apresentados pelo INCRA demonstrando que, além do crescimento de 70% dos latifúndios improdutivos no Brasil durante o período de 2003 a 2010, o número de latifúndios no país cresceu 48,4%; uma vez que em 2003, 112 mil proprietários concentravam mais de 214 mil hectares de terra no país e em 2010, o número subiu para 130 mil proprietários concentrando mais de 318 mil hectares. A manutenção e crescimento do agronegócio depende de grande extensão de terras e nesse sentido ocorre o avanço em áreas quilombolas, indígenas, áreas de proteção e unidades de conservação além do avanço sobre a Amazônia. Esses avanços acirram as disputas pela terra e fazem aumentar a barbárie vivida no campo. Nos últimos 15 anos, segundo o MST, 524 pessoas foram assassinadas no campo e foram registrados 19.548 conflitos envolvendo 10,5 milhões de habitantes. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2013 foram registrados 31 assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras no campo na luta em defesa da terra. E os jagunços e/ou milícias rurais protagonizaram também a expulsão de 1.144 famílias de pequenas propriedades rurais, que resultou em uma média de quase 100 famílias expulsas por mês de suas terras, sem nenhuma mediação jurídica. Porém, a violência no campo contra os trabalhadores e trabalhadoras não é obra apenas de jagunços/milicianos; mas também do próprio Estado. Os dados da CPT nos demonstram que em 2013, cerca de 6.358

famílias foram despejadas por ordem do poder judiciário, e 45 conflitos por terra e água foram registrados em áreas diretamente ligadas a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado pelos Governos Lula e Dilma do PT. Entre esses conflitos, 19 ocorreram em obras de complexos industrial-portuários, Suape, em Pernambuco, Porto do Açu e Comperj, no Rio de Janeiro; 18 foram resultados de barragens, com destaque para Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, e represas nos rios Teles Pires e Tapajós. Segundo o MST, o ano de 2016 testemunhou uma média de cinco assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra, por mês. Em 2017, até o mês de maio, já haviam sido assassinados trinta e seis trabalhadores em conflitos no campo, prenunciando mais um ano trágico para quem luta pela Reforma Agrária, sob a alça de mira do latifúndio.

O planejamento democrático do uso da terra em busca de autonomia de produção está longe de ser alcançado devido à imposição da monocultura por parte da política de exportação. Dessa forma o plantio de monoculturas, em boa parte danosa aos solos, beneficia a política de exportação, em detrimento dos problemas ambientais e da biodiversidade por ela provocada. É preciso através de financiamento e apoio à agricultura familiar devolver aos produtores os meios de produção pautando todas as ações com vistas e perspectivas para um futuro ecológico, econômico, financeiro e alimentar sustentável.

Não bastasse os problemas ecológicos e políticos provocados pelo agronegócio, tem-se ainda, de forma significativa, além precarização do trabalho promovido pelo sistema capitalista no campo o problema alimentar da população. Nesse sentido, reivindicamos a soberania alimentar na qual tem a nação, povo, população, produtores, o direito soberano de decidir quanto à sua alimentação desde do momento do que se planta ao que se come, tendo-se em conta a diversidade cultural e produtiva, através da autonomia do produtor e de técnicas que proibam o uso de agrotóxicos e o cultivo de transgênicos já que não há até o momento conclusão segura de pesquisas acadêmicas que demonstram os possíveis efeitos à saúde causados pelo consumo de alimentos transgênicos.

Em 11 de julho de 2017 o presidente Temer sancionou “MP da Grilagem” ou Programa Nacional de Regularização Fundiária. A MP 759/16 permite a legalização de grandes áreas públicas invadidas além de alterar a legislação da reforma agrária. A MP em questão incentiva o desflorestamento já que retira exigências ambientais para a regularização fundiária além de facilitar o desmatamento e aumentar os conflitos por terras. Apesar de insistir que a MP da grilagem busca regularizar moradia e terra dos mais pobres contraditoriamente aumenta as áreas rurais passíveis de regulação de 1,5 mil hectares para 2,5 mil hectares, ou seja, terras consideradas latifúndios. A medida reforça o planejamento do governo Temer pelo sistema capitalista de total exploração desprezando a questão e a importância ambiental da preservação das florestas.

Segundo dados divulgados pela FUNAI, em 2014 as terras que estavam sob detenção privada respondem por 59% do desmatamento registrado, unidades de conservação por 27%, assentamentos de reforma agrária por 13% e terras indígenas apenas 1% de perdas de terras florestais. Em 2011, o Governo Dilma propôs e sancionou o projeto de Reforma do Código Florestal, que simboliza um imenso retrocesso na legislação ambiental por flexibilizar a ocorrência de crimes ambientais, permitindo, por exemplo, que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) sejam usadas para outros fins que não os da estrita preservação do meio ambiente; e anistiando todos e todas que praticaram atos de desmatamento até 2008. Esse novo Código Florestal reduziu a atuação do Ministério Público na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental, fazendo perder o sentido da existência do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

A crise hídrica é mais um problema ambiental provocado pelas grandes empresas que tentam culpabilizar os indivíduos através da imposição de uma ideia de que são esses os responsáveis por mais esse desequilíbrio. No entanto, colocando em números, o uso doméstico da água corresponde a 8 % de toda água utilizada hoje. A indústria usa 23 % e a agroindústria usa 69% sendo que desses 69% desperdiça mais da metade em seu processo. Contrariando a Lei das Águas de 1997, quando ocorre situação de escassez primeiramente reduz-se o abastecimento residencial iniciando o corte de abastecimento pelos bairros mais pobres intensificando a diferenciação das classes. De acordo com a UNICEF, aproximadamente apenas metade da população mundial tem acesso a água potável e 43% da população mundial não contam com serviços de saneamento básico, tais dados ratificam a estimativa de que dez milhões de pessoas morrem anualmente em decorrência de doenças transmitidas pela água.

Nesse sentido o governo Temer vem desde setembro de 2016 através de um Programa de Parceria e Investimento abrindo negociações para definir as primeiras concessões e privatizações do fornecimento e exploração da água. O aquífero Guarani, reserva de mais de 1,2 milhões de km² de água doce, deverá constar na lista de bens públicos a ser privatizado, assim como a exploração de petróleo no pré-sal e a exploração de energia pela Eletrobrás.

Essas decisões demonstram que os setores políticos que defendem a produção de alimentos transgênicos, a utilização de produtos tóxicos no plantio de alimentos em todo o país, que defendem o fortalecimento da monocultura em detrimento da necessária reforma agrária para promover o desenvolvimento político, econômico e social do país terão seus interesses atendidos por esse governo que visa unicamente o crescimento econômico colocando o futuro do planeta e da humanidade em risco. Nesse sentido a perspectiva econômica da revolução verde entende-se que a revolução ou ocorre pelo ecossocialismo ou não irá ocorrer, não existe saída através do ecocapitalismo. O ecossocialismo é uma estratégia revolucionária não puramente ambientalista, é também econômica, financeira, ecológica, alimentar, política. É necessária uma mudança de paradigma no qual a sociedade rompa com o capitalismo e as necessidades sociais estejam combinadas com o equilíbrio ecológico.

É preciso que nós, técnico-administrativos, com nossos sindicatos de base e organizados pela FASUBRA, nos levantemos e juntamente com os movimentos populares acalentemos a utopia necessária para a mudança da sociedade. É preciso ousadia para desafiar o sistema capitalista dominante e pensar em uma sociedade organizada de uma forma diferente dessa em que nos encontramos com novos valores, valores diferentes dos valores capitalistas. Assim sendo lutamos pela igualdade social, domínio do valor de uso sobre o valor de troca, controle democrático, reforma agrária e florestal, propriedade coletiva dos meios de produção.

Cabe a FASUBRA lutar para que as Universidades Públicas cumpram a função social que vai muito além de formação técnica, que possa a universidade através de pesquisas e estudos buscar soluções e viabilidade para a tão necessária mudança no sistema ambiental e ecológico do Brasil. Atrelado a isso que se some aos movimentos sociais e suas lutas entendendo a relevância que esses embates têm na perspectiva para o futuro do país.

- Pela Revogação da Lei 12.651/2012 - Código Florestal.
- Pela tão necessária reforma agrária
- Por uma política de investimento na Agricultura Familiar combatendo o agronegócio e suas terríveis consequências.
- Contra a produção e venda de Transgênicos.

- Por uma política que garanta a soberania alimentar e controle da inflação alimentícia.
- Todo apoio à resistência indígena e quilombola
- Pela construção de uma efetiva unidade na luta entre a FASUBRA e os movimentos populares que lutam pela Reforma Agrária no Brasil.
- Pela reformulação da política de demarcação de terras indígenas e maior celeridade dos processos em andamento.
- Por uma política de modelo energético descentralizado que amplie a utilização de fontes de energias alternativas renováveis e limpas!

Assinam essa tese:

Diretores e Diretoras da FASUBRA

Antônio Alves Neto – Direção Nacional da FASUBRA
Bernadete Menezes – Direção Nacional da FASUBRA e Direção Nacional da Intersindical
Edson Nascimento Lima – Direção Nacional da FASUBRA
Flavio Sereno Cardoso - Direção Nacional da FASUBRA
Gibran Ramos Jordão – Direção Nacional da FASUBRA e membro da Executiva da CSP CONLUTAS
Ivanilda Reis - Direção Nacional da FASUBRA
João Portácio – Direção Nacional da FASUBRA
José Carlos de Assis - Direção Nacional da FASUBRA
Lázaro Manoel Rodrigues - Direção Nacional da FASUBRA
Marcelino Rodrigues da Silva – Direção Nacional da FASUBRA
Maria Angela Ferreira Costa – Direção Nacional da FASUBRA
Maria Loura Oliveira da Silveira – Direção Nacional da FASUBRA
Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior – Direção Nacional da FASUBRA
Roberto Luiz Machado da Silva – Direção Nacional da FASUBRA
Rogério Fagundes Marzola – Direção Nacional da FASUBRA
Wellington Pereira – Direção Nacional da FASUBRA

Além de diversos dirigentes sindicais, ativistas independentes da base da FASUBRA e militantes das correntes - Ação Popular Socialista, Liberdade Socialismo e Revolução (LSR), Insurgência , Unidade Classista (UC), Fortalecer o PSOL, Movimento Esquerda Socialista (MES), Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS) e Nova Organização Socialista (NOS).■

Pensamento Sindical Livre (PSLivre)

Quem somos

O Pensamento Sindical Livre (PSLivre), é um espaço aberto e livre para o aprofundamento das reflexões, do debate democrático das idéias, da formulação de propostas sempre apoiadas no livre pensamento sindical – visceralmente conectado com a base - e na articulação para ações eficazes dentro da FASUBRA Sindical.

Os seus militantes se opõem radicalmente ao capitalismo travestido de neoliberalismo, ao governismo, ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Estão empenhados na construção de uma FASUBRA LIVRE, verdadeiramente democrática, com pessoas autônomas e livres.

Assim, assumem:

- I – Responsabilidade na transformação da FASUBRA num verdadeiro espaço democrático, sempre voltado a melhoria da realidade da nossa categoria;
- II – Uma postura crítica, colaborando com o desenvolvimento da nossa categoria, do povo brasileiro e de uma sociedade verdadeiramente socialista, justa e ancorada na democracia;
- III – Atuar sempre respaldado na ética, dentro ou fora do movimento sindical;
- IV – Oferecer alternativas e abrir novos campos de lutas sempre orientado pelas nossas bases, através dos seus reais interesses, bem como, da população brasileira;
- V – Criar entre todos os integrantes um clima de trabalho cooperativo, com extrema lealdade e desprendimento carreirista que possibilitem um modelo de fraternidade comunitária a serviço das lutas sociais;
- VI – Praticar sistematicamente a autocrítica em todos os procedimentos e atos, corrigindo erros, aperfeiçoando métodos, sempre comprometidos com a vontade emanada das bases;
- VII – Participar ativamente da luta para que seja possível vencer o neoliberalismo através da liberdade de pensamento, livres das ordens partidárias ou dos movimentos sindicais atrelados a partidos políticos.
- VIII - Rejeitar a capitulação governista e as estruturas partidárias que só visam o aparelhamento da máquina sindical;
- IX – Atuar entendendo que os partidos políticos são instituições importantes para o crescimento social do povo brasileiro, mas rejeitar a ação de grupos que tentam se apoderar e/ou aparelhar as organizações sindicais e sociais em benefício partidário.
- X – Atuar como um grupo democrático, no qual as decisões são sempre colegiadas, não aceitando decisões unilaterais, além de rejeitar todos os níveis de capismo no movimento sindical.
- XI – fomentar a formação política, **dando sempre ênfase na liberdade** entre o grupo.
- XII – Contra o assédio moral, racial ou de gênero.

Conjuntura internacional

O sistema capitalista de produção está em mais uma etapa de acumulação. Isso significa que os trabalhadores sofrem maior exploração. E é por isso que em todo o mundo, inclusive na Europa, os direitos trabalhistas estão sob ataque cerrado. O estado de bem estar social que promoveu por um longo tempo a ilusão de que poderia existir um capitalismo humanizado, já não existe mais.

E essa é a prova de que o capital só permite o avanço de direitos em períodos de bonança econômica. Basta que aponte uma crise e o primeiro que se destrói é o direito do trabalhador.

A geopolítica mundial tem mostrado um amplo movimento das forças políticas com os Estados Unidos buscando fortalecer a hegemonia que vem sendo desafiada pela Rússia e pela China. Não foi sem razão que, depois de destruir o Afeganistão e o Iraque, iniciou um violento ataque aos países árabes, financiando e incentivando grupos de oposição em países como Tunísia, Líbano, Líbia e Síria. E a tentativa de desestabilização desses países que despontavam com ideias nacionalistas foi tão grande que conseguiram criar um monstro: o estado islâmico. Para ter noção do espírito de guerra do governo estadunidense, ainda no governo Obama, esse presidente foi o responsável pela explosão de 26 bombas por dia durante seu mandato. Um estado guerreiro, por excelência, comandando pela máquina de guerra, Hillary Clinton. Não bastasse isso o estado islâmico cresceu e hoje, inclusive, saiu do controle, fortalecendo o fundamentalismo em toda a região.

E foi justamente por isso que os estadunidenses acabaram apostando por Donald Trump na presidência, já que ele que aparecia mais como um empresário, um gestor, alguém capaz de colocar ordem dentro de casa. Mas, a aposta foi furada. Trump tem se revelado um perigoso trapalhão, igualmente disposto a movimentar a máquina de guerra. No mês de maio fechou um acordo de venda de armas com a Arábia Saudita envolvendo mais de 110 bilhões de dólares. Mata dois coelhos. Arma seu mais importante aliado no oriente médio e garante lucros para os senhores da guerra, a maioria com sede nos EUA.

Diante da resistência Síria, que pode configurar uma grande derrota para o império, Trump já começa a armar novos cenários de guerra. Um deles é a Coreia do Norte, sempre na mira. Um inimigo perigoso, já que tem bomba atômica. Talvez por isso, os canhões ideológicos tenham se voltado agora para Venezuela, que é a bola da vez. Com o mesmo argumento falacioso de “levar a democracia aonde ela não existe”, os Estados Unidos começaram uma guerra sem tréguas contra o país que detém as maiores reservas de petróleo do mundo. Logo, não se trata de democracia, mas simplesmente negócios, “bussines”.

A novidade no cenário das guerras é a crescente ação das “empresas de segurança”, transnacionais produtoras de soldados mercenários que, por salário, enfrentam inimigos de quem pagar mais. Desde 1990, com a Guerra do Golfo, que essas empresas estão crescendo vertiginosamente no cenário mundial, movimentando milhões de dólares e fomentando cada vez mais guerras, pois essa é a matéria prima com a qual trabalha. E elas não atuam apenas no campo de batalha, mas também nas áreas de informação e comunicação, constituindo verdadeiros monstros de espionagem mundial, ao qual nem mesmo os governos têm acesso. Com a difusão cada vez maior das redes sociais, e todas elas convergindo para um único controlador, esse é um elemento importante a ser considerado na luta contra o capitalismo. Praticamente todas as informações, de todas as pessoas do mundo, estão na mão dessas empresas, que podem usá-las a seu bel prazer, sem serem incomodadas pela lei.

Se no plano militar são as guerras as que fomentam o processo de acumulação permanente de riqueza, com a conquista de novos territórios, no plano econômico o avanço agora é sobre a pessoa. Já não parece suficiente para o capitalismo explorar os trabalhadores até os 50, 60 anos. É necessário estender a vida para que a exploração se amplie. É por isso que em todos os lugares do mundo, inclusive na Europa, onde vigia o bem-estar social, estão em curso reformas trabalhistas e previdenciárias. A acumulação avança sobre o corpo do trabalhador, obrigado a vender sua força de trabalho até a morte, sem condições de se aposentar e gozar a vida pelo menos um pouco. Todo o tempo de vida útil da pessoa deverá ser empregado para gerar valor e mais-valia ao patrão.

Agora, diante da perda de poder por parte da oposição, que foi rechaçada pela maioria por conta da violência desatada, os Estados Unidos ameaça a Venezuela com sanções e até invasão. Os governos eternos capachos dos EUA, como Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru já assinaram a declaração intervencionista dos EUA. E a Venezuela vai viver nova onda de ataques.

Por isso é fundamental os trabalhadores brasileiros entenderem a conjuntura latino-americana. Porque o destino da Venezuela encerra o destino de todos os que vivem nessa parte do mundo. Com a derrocada da terra de Bolívar, não haverá mais qualquer barreira para o avanço dessa nova acomodação do capital. As eleições para a Constituinte mostraram que o chavismo está vivo e forte. A população não embarcou na aventura dos perdidos dirigentes opositores, que mais conhecem Miami que sua própria gente. Mas, é certo que o império também tem poder e a batalha contra a Venezuela livre vai seguir. Tudo dependerá da resistência da população venezuelana e do apoio que precisa vir de todos os países latino-americanos. Não é coisa fácil visto que a proposta reacionária, de direita está avançando por todos os países do continente.

O tabuleiro do poder no mundo todo se move no sentido de acomodar os interesses das grandes empresas transnacionais que usam os governos ao seu bel prazer, visando acumulação de lucros. Compreender esses movimentos e saber que eles interessam apenas aos grandes é fundamental para traçar as estratégias de luta contra o sistema capitalista de produção. Para os trabalhadores só resta uma via: a luta. Contra o capital e contra os seus prepostos que, no caso da América Latina, são os empresários das transnacionais, os fazendeiros, as elites nacionais e todos aqueles que os representam no estado, como os governantes, os legisladores e os juizes. Tudo está ligado aos interesses da classe dominante que, cada vez mais forte, vem impondo cada vez mais arrocho aos trabalhadores.

Conjuntura nacional

No Brasil o jogo das forças está muito mais duro. Depois do impedimento que tirou Dilma Rousseff do governo, as coisas só pioraram para os trabalhadores. Não que estivessem boas com a presidenta. Já estava certo que Dilma iria propor ajustes na economia e possivelmente também apresentaria uma reforma trabalhista e previdenciária. Mas, certamente a correlação de forças seria outra. Com o golpe, perderam-se todos os pruridos.

O governo, comandado por Michel Temer organizou-se como os governos de antigamente, representando apenas a oligarquia, o que há de mais conservador e entreguista. A proposta do golpe foi justamente permitir que toda essa gente, que estava mais afastada dos círculos do poder, pudesse voltar a encher os bolsos. E é o que tem acontecido.

Programas como o Minha casa, minha vida, garantiram moradia a milhões de pessoas e o Mais Médico colocou a possibilidade da saúde para outras tantas que sempre estiveram à margem de qualquer proposta de saúde. Isso não é pouca coisa.

É certo que, apesar dessas propostas de redução de danos, o PT amorteceu a luta popular. Domesticou sindicatos, cooptou lideranças populares importantes e, com isso, fez com que a luta regredisse, na medida em que colocou os movimentos e os sindicatos num processo de espera de benesses, que, afinal, nunca chegaram. As mudanças estruturais não aconteceram, e os trabalhadores não se mobilizaram para fazer avançar o processo.

O resultado de tudo isso foi uma acomodação a essa política de pequenas migalhas, ou a gestão moral da pobreza. Uma acomodação que agora mostra suas mazelas, na medida em que temos os trabalhadores apáticos diante dos ataques violentos que o governo golpista vem perpetrando.

Nesse sentido, se fossemos fazer uma conta entre o que o PT trouxe de bom e o atraso que provocou no processo de mobilização popular, o resultado seria negativo. Afinal, se tivesse mantido a população organizada e alerta, as coisas poderiam ser diferentes. E, sendo assim, tanto Lula quanto Dilma têm muita responsabilidade sobre o que vivemos agora.

A histeria de combate a corrupção, afinal, não deu em nada, pois, como bem se sabe, a verdadeira corrupção está no andar de cima e faz parecer troco os valores abocanhados pelos políticos ladrões. É o sistema financeiro que esconde as maiores roubalheiras e nesses, não se toca. Logo, toda essa batalha contra a corrupção nada mais do que uma cortina de fumaça para que o golpe possa se fortalecer e garantir aquilo que o sistema exige: ajustes, perda de direitos, mais exploração para o trabalhador.

Não há espaço para os trabalhadores no Congresso Nacional. Nenhuma vitória pode ser esperada desse espaço. É ínfimo o número de parlamentares comprometido com as lutas populares. Tudo o que podem fazer é espernear. Tampouco eles fizeram sua parte durante os anos de governo petista. Jamais apostaram na organização popular e viviam como se fosse possível fazer as mudanças via legislativo. Um erro histórico. As bancadas da bala, do boi e da bíblia dominaram a casa e hoje assumem o protagonismo e o mando. Tudo o que vem delas é retrocesso, roubo e exploração.

O Judiciário brasileiro também mostrou sua cara sem pruridos. Antes do impedimento da Dilma, todos sabiam que pouco podiam esperar desse poder, mas havia algum verniz de justiça, uma possibilidade aqui e ali. Com o impedimento da Dilma, o mundo dos togados apareceu límpido. São representantes de uma classe: a classe dominante. E não hesitam um segundo em fazer valer os interesses da oligarquia da qual são também filhos. Afinal, quem pode chegar a magistrado nesse país? As leis são feitas pela classe dominante e são os filhos dessa classe os que julgam. Logo, nada se pode esperar que não seja vantagens para os seus. Assim, esse também é um espaço vedado aos trabalhadores.

De qualquer sorte, o desvelamento da verdadeira cara dos três poderes da chamada democracia, é também uma vantagem para a luta popular. Acabam-se as ilusões de que por dentro do parlamento, nas coligações políticas do executivo ou pela mão do judiciário, possam avançar os direitos ou os ganhos para os trabalhadores. Dali não sairá nada, nunca. Nem com Lula de volta ao poder. Se a lógica for a mesma, de um presidencialismo de coalizão, que precisa de alianças com os inimigos de classe, nada acontecerá além da já constatada digestão moral da pobreza.

Cabe aos trabalhadores fazer como fazem os camponeses. Diante da terra arrasada, há que pôr-se em ação. Há muito que fazer. Reconstruir a radicalidade nos sindicatos, nos movimentos sociais. Há que estudar, conhecer a realidade, entender o país, para não cair, de novo, na história da carochinha da possibilidade da social-democracia.

O capital não tem compaixão. Se os tempos são de muitos lucros, os empresários podem até ceder uma migalha aqui, outra ali. Mas, se vem a crise, é farinha pouca, meu pirão primeiro. Tudo é tirado dos trabalhadores. Os ricos, ou o 1% que domina

e detém a posse dos meios de produção não está disposto a ceder nem os anéis. Se há que perder os dedos, que sejam os dos trabalhadores.

A crise vivida agora no Brasil tem lá a sua beleza no sentido de que coloca à nua completa ineficácia da política socialdemocrata. Ela não se sustenta. Ela não aguenta sequer um ventinho. Qualquer possibilidade de perda para a classe dominante faz com que ela ataque de maneira violenta. É por isso que veio a reforma trabalhista. Tirar tudo o que for possível dos trabalhadores, explorar ao máximo, mantê-los em rédea curta, com medo, muito medo.

Agora, a reforma da previdência que esta suspensa, também avançará sobre os trabalhadores. Como a medicina avançou na manutenção da vida, alongando o tempo de existência, é preciso sugar o trabalhador até na sua velhice. Por isso a proposta de aumentar a idade mínima. Para explorar o trabalhador naquilo que se constituiu um ganho: mais vida. Se tiver mais vida é preciso esgotá-la até o fim. E não há dúvidas de que esse congresso fará passar a reforma com folga.

O ataque aos trabalhadores públicos também virá e será feroz. Haverá perda de direitos, perdas financeiras, possibilidades de desemprego, fim da estabilidade. Enfim. Já está pronto um saco de maldades e tudo está em andamento no congresso. Considerando que também estamos fragilizados como categoria, apresenta-se aí um cenário sombrio.

Os sindicatos estão apáticos, muitos dominados por pelegos. A Federação não consegue aparecer como uma liderança capaz de insuflar as velas da rebeldia. Tudo está domesticado e parado. Isso é ruim e é bom. De novo voltamos a metáfora da terra arrasada. Se tudo está destruído é preciso reconstruir. Trabalho de base, estudo, constituição de nova praxis política. A estrada está aberta para novas lideranças, para novos modos de fazer política.

Quando da nossa luta contra os governos petistas dizíamos: “esses são os inventores do sindicalismo contemporâneo. Conhecem todas as táticas. Há que inventar novas formas de luta”. E éramos agredidos e apontados como os desagregadores. Acreditamos que estávamos certos. Se tivéssemos apostado numa nova praxis não estaríamos tendo de começar do nada.

Mas, não é tempo e chorar. Há que olhar para frente. Temos uma categoria de quase um milhão de almas. Uma força importante. Sempre estivemos na vanguarda e não será agora que daremos passo atrás.

Previdência, defendemos

Defendemos que a FASUBRA Sindical faça um profundo debate previdenciário, debate com flego e conteúdo focado na realidade, uma vez que o referido debate tem sido renegado há anos dentro da federação.

Podemos começar pelo debate sobre a FUNPRESP, um debate sem paixões e com os pés no chão. Temos que ter coragem de assumir posições diante dos desdobramentos para os novos TAEs desde fevereiro de 2013.

Outro debate que tem que ser feito com extrema profundidade é a atual Reforma da Previdência que veio endurecer profundamente o acesso à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, mudando drasticamente as correlações, idade x tempo de serviço x qualidade de vida x aumento de alíquota de 11% para 14% sobre PSS. Temos que ir além do debate ideológico, temos que propor ações sérias, focadas na realidade e acima de tudo focada no estado que temos x o estado que queremos.

Defendemos também a total integração dos aposentados na vida política, jurídica e social não apenas dos sindicatos de base, mas também na vida social, política e jurídica da federação. Neste sentido, propomos a criação de um prêmio anual (medalha e diploma) a ser distribuído para 1 aposentado de cada base filiada a federação e este prêmio será sempre entregue na plenária mais próxima ao dia dos aposentados.

Carreira

Neste item seremos telegráficos, vamos direto ao ponto, defendemos com veemência:

Lutar pelo aprimoramento da carreira, focado principalmente no aumento do nosso piso e STEP. Lembramos que somos o pior piso do Poder Executivo, verdadeira vergonha.

Na atualidade somos favoráveis a volta das gratificações, principalmente depois da FUNPRESP em fevereiro de 2013, o que modificou dramaticamente as aposentadorias dos referidos trabalhadores.

Acreditamos que devemos aumentar o número de níveis de classificação até para atendermos a nova regra previdenciária que prorrogará ainda mais tempo de trabalho no serviço público, bem como, melhorar os atuais percentuais do Incentivo a Qualificação e até aumentar os níveis de capacitação.

Desenrolar de vez a eterna questão da racionalização, ou temos ou não temos. Não podemos mais ficar no impasse que estamos, estamos nos auto enganando? Temos que dar um checkmate no governo, dando um basta, uma vez que esta reivindicação existe há mais de uma década e temos que priorizar esta luta, sair do discurso para ir de vez a prática.

MULHERES

Ao final do século 19, as organizações femininas com origem nos movimentos operários, faziam protestos em vários países da Europa e Estados Unidos. Jornadas de trabalho de 15 horas e péssimos salários pagos à época da Revolução Industrial fez com que inúmeras mulheres fizessem greves reivindicando melhores condições de trabalho, e o fim do trabalho infantil, que era comum nas fabricas.

O 1º Dia Nacional da Mulher foi celebrado em maio de 1908 nos EUA, quando cerca de 1.500 mulheres aderiram a uma manifestação em prol da igualdade econômica e política no país.

O Partido Socialista dos EUA, em 1909 oficializou a data como sendo 28 de fevereiro, com um protesto que reuniu mais de 3 mil pessoas no centro de Nova York e culminou, em novembro de 1909, em uma longa greve têxtil que fechou quase 500 fábricas americanas.

Em 1910, durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas na Dinamarca, uma resolução cria uma data anual para a celebração dos direitos da mulher com mais de cem representantes de 17 países. O objetivo era honrar as lutas femininas e, assim, obter suporte para instituir o sufrágio universal em diversas nações.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) eclodiram ainda mais protestos

em todo o mundo. Mas foi em 8 de março de 1917, quando aproximadamente 90 mil operárias manifestaram-se contra o Czar Nicolau II. Pelas más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra - em um protesto conhecido como “Pão e Paz” - que a data consagrou-se, embora tenha sido oficializada como Dia Internacional da Mulher, apenas em 1921.

Passou 20 anos, para a ONU, assinar o primeiro acordo internacional que afirmava princípios de igualdade entre homens e mulheres. Nos anos 1960, o movimento feminista ganhou corpo, em 1975 comemorou-se oficialmente o Ano Internacional da Mulher e em 1977 o “8 de março” foi reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas.

O 8 de março deve ser visto como momento de mobilização para a conquista de direitos e para discutir as discriminações e violências morais, físicas e sexuais ainda sofridas pelas mulheres, impedindo que retrocessos ameacem o que já foi alcançado em diversos países. Apesar disto sabemos que em inúmeros países o retrocesso continua principalmente os que têm utilizado a religião como forma de opressão.

As/Os anarquistas do início do século 20 iniciaram no Brasil a luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida. A luta feminina ganhou força com o movimento das sufragistas, nas décadas de 1920 e 30, que conseguiram o direito ao voto em 1932, na Constituição promulgada por Getúlio Vargas. A partir da década de setenta surgiram no país organizações que passaram a incluir na pauta das discussões a igualdade entre os gêneros, a sexualidade e a saúde da mulher. Mesmo sendo antagônico ao início do artigo também existe esta parte da história que não pode ser ignorada:

Em homenagem às vítimas, no ano de 1911, foi instituída a comemoração de 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.

Estas operárias estavam trabalhando com uma linha da cor lilás e por isto que esta cor é a utilizada na mística do dia 08 de março.

No Brasil no serviço público não há diferença salarial entre os dois sexos para o mesmo cargo. Na iniciativa privada é diferente até hoje a mulher ganha menos que o homem.

LEI MARIA DA PENHA

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Ver tópico (639449 documentos).

Apesar de existir esta Lei acima citada às mulheres até hoje tem sofrido violência por parte de seus companheiros de vida, Violência esta praticada em nome de irracionalidade. Algumas sofrem vários anos.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO X EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, foi feita por meio de medida provisória, sem debates com professores, alunos, especialistas ou sociedade em geral. Dentre as consequências da incidência dessa lei no Ensino superior está a redução significativa do acesso dos alunos advindos da

escola pública, a elitização do corpo discente da universidade e a formação de mão de obra para atender os interesses do capital, que vê a educação como mais uma mercadoria.

A lei de Reforma do Ensino Médio alterou as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Nessa lei, o currículo será dividido entre conteúdo comum e assuntos específicos de acordo com o itinerário formativo escolhido pelo estudante. Dentre os conteúdos comuns estão Português, Matemática e Inglês que serão obrigatórios nos três anos do ensino médio.

O texto legal reinclui como disciplinas obrigatórias Artes e Educação Física, que tinham sido excluídas pelo texto original da Medida Provisória. Já, as disciplinas de Filosofia e Sociologia, que tinham sido excluídas pelo Poder Executivo, passarão a ser obrigatórias apenas na BNCC, assim como Educação Física e Artes.

Quanto aos itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, e escolhidos pelo aluno, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, tem-se linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e a formação técnica e profissional.

Essa lei retroage ao pensamento que culminou com as políticas educacionais implantadas no ensino brasileiro da ditadura militar e dos anos 90. Ela reacende uma política que visa a formação de mão de obra para atender à demanda do sistema capitalista/mercantilista, desconsiderando o ser humano, contrária àquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos humanos, sociais, culturais, filosóficos, científicos, históricos, antropológicos, afetivos, econômicos, ambientais e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Tipo de escola que se tornou improdutivo para servir à produção do capital.

O ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade na construção plena da cidadania perseguindo a ideia de ajustar o projeto pedagógico aos preceitos da Teoria do Capital Humano (TCH), buscando estimular o aluno a buscar conhecimento, entender as relações de causa e efeito, a defender os ideais de igualdade e fraternidade e principalmente focado na tentativa de qualificar o ensino aprendizagem, confrontando o ideário produtivista capitalista, que busca mão de obra para gerar lucro, independente dos impactos negativos que a gana pelo financeiro possa provocar na natureza física e no desenvolvimento humano sustentável.

A Lei 13.415/2017, ao desobrigar o ensino das disciplinas formativas como Geografia, História, Biologia, Física e Química no ensino médio afeta os princípios fundamentais e os objetivos do PROJETO UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA O TRABALHADORES, proposto pela FASUBRA, principalmente no que dispõe o inciso VI, do Artigo 4º, *que trata da garantia de condições para o acesso e permanência do aluno na instituição, assegurada a equidade de tratamento entre*

iguais e a justa e devida diferença entre os desiguais, bem como o inciso X, do artigo 5º, concernente à ampliação do acesso da população à educação superior, visando a sua universalização.

Os alunos de escola pública serão prejudicados, quando da prestação de exame para ingresso no nível superior, as desigualdades escolares serão consequências naturais, pois nem todas as matérias exigidas para o exame do ENEM serão estudadas na instituição educacional pública do ensino médio. Além disso, os professores da formação técnica poderão ser profissionais de notório saber em sua área de atuação ou com experiência profissional atestados por titulação específica ou prática de ensino, não sendo exigido deles a licenciatura, sendo carentes de didática e fundamentos no exercício da profissão, comprometendo significativamente o processo ensino aprendizagem, até mesmo para as matérias específicas de formação técnica.

Persistem, no ensino médio, os problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade. Nesse nível está a espinha dorsal do sistema educativo, pois nele se define os destinos individuais dos alunos, no que diz respeito à determinação do início ou o fim do de um ciclo de aprendizagem para a inserção numa sociedade que valoriza mais aqueles que tem o 3º Grau.

Para a melhoria no Ensino Superior Brasileiro é necessário compreender a interdependência entre o ensino fundamental, médio e superior em voga. Primordial a inclusão digital e capacitação dos professores, alunos e técnicos- administrativos, de todos os níveis de ensino, de maneira tal que tenham acessibilidade aos aplicativos, plataformas e linguagens computacionais, bem como aos bancos de dados que favoreçam o ensino aprendizagem.

Será que o diploma tecnológico, sobretudo profissional é sinal de busca pela igualdade ou de desigualdade social? Entendemos que o ensino médio profissionalizante, atende mais o interesse da elite que das massas. Ele é uma forma de manter uma sociedade estamental, de dificultar uma mobilidade social, pois os formados no ensino técnico serão a mão de obra qualificada para manutenção de uma elite de nível superior, mercantilista. Pior que isso, tira dos alunos da escola pública as condições de igualdade na disputa de vagas nas universidades, uma vez que matérias basilares e exigidas nos processos de ingressos no terceiro grau não serão ministradas regularmente para os estudantes do ensino médio. Assim, o tipo de diploma obtido pelos jovens é um vetor de desigualdade social.

A reforma do ensino médio deveria propiciar aos que estão dentro e fora das escolas vontade de permanecer envolvidos no processo de ensino aprendizagem, dando a eles condições e estímulos, como: estrutura física, inclusão digital, atratividade e oportunidade de trabalho. Não é isso que temos verificado ao longo dos tempos. O governo previu um corte de 45% (quarenta e cinco por cento) dos recursos previstos para investimentos nas universidades federais em 2017, conforme dados disponibilizados no site <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>, imagine o que acontecerá com a Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio, sustentados pelos Municípios e Estados, que recolhem menos tributos que o governo federal?

Pode-se concluir que o investimento público necessário para a efetivação do funcionamento dos cursos profissionalizantes será superior ao que é dispendido hoje e a desculpa para a inviabilidade do mesmo será a mesma usada para o corte do orçamento das Universidades Públicas Federais.

Há proposta de aplicação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada aluno

matriculado no ensino médio. Não se sabe se o governo efetivará esse repasse, pois o que o que tem acontecido é a redução significativa dos recursos necessários. Além da falta de confiança da capacidade do governo de cumprir suas metas, devido à crise econômica que se arrasta, a reforma no ensino médio provocará esvaziamento e desvalorização dos cursos de licenciatura.

A proposta da reforma do ensino médio foi patrocinada pelos interessados na privatização e mercantilização da Educação, tanto que ela é fruto de Medida Provisória.

Não passou pelo crivo de todos os envolvidos na educação de nosso país. Essa medida vem atender um interesse mercantilista e não uma necessidade social. Indubitavelmente, a Lei 13.415/2017 afetará os alunos de escola pública, dificultando seu acesso ao Ensino Superior, impossibilitando a incidência dos princípios e objetivos propostos no Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores. Ela inibe a “corrida” para o ensino superior, reproduz a desigualdade social entre os jovens, não promove uma educação de qualidade. Ela reduzir a educação (e o conhecimento) às funções mínimas de acordo com as necessidades imediatas da sociedade capitalista contemporânea.

A reforma do ensino médio coloca em cheque a própria concepção de educação, simplificada na relação de estabelecimento de um currículo focado em matemática e Português, com processos padronizados de testagem de resultados, garantidos por uma gestão focada nos resultados, que tenciona a redefinição do trabalho docente, com o suporte de um padrão mínimo de financiamento educacional. A reforma do ensino médio não é uma reforma, mas uma contrarreforma que influenciará diretamente o ensino superior, elitizando-o cada vez mais, tirando do aluno da escola pública a possibilidade de ingressar e estudar numa universidade pública.

O Ensino médio, como determinado na Lei, atenderá mais o mercado, que a formação de alunos com pensamento crítico, formadores de opinião e estudantes focados no estudo, pesquisas e capacitados para se dedicarem ao curso superior. Por isso, defendemos um sistema educacional completamente público, da educação básica ao ensino superior.

A melhoria da educação superior pública inclusiva depende de investimento na infraestrutura, bem como na capacitação e valorização do educador do 1º e 2º graus.

A inércia do movimento, principalmente sindical, tem deixado os seus representados atônitos. Direitos trabalhistas, previdenciários, políticos estão sendo cassados em favor do interesse daqueles que já detêm o poder e os sindicatos estão se mobilizando sob a bandeira do TIRA TEMER e desprezando o que de fato pode abalar essa estrutura política corrupta, que é exatamente mobilizar a categoria e os movimentos sociais pelos assuntos que interessam às bases, dentre eles a contra reforma que atinge diretamente o seguimento dos servidores que a FASUBRA representa: a Educação.

O que esperar de um governo que extingue o ministério da Cultura – e depois o recria sob a pressão de protestos? Ele não se importa com as artes e as manifestações culturais do país; tampouco com a sua identidade. Ou os movimentos sindicais saem da inércia, combatendo o governo em defesa do seguimento que defende ou assistiremos a aprovação de Leis, criadas por Medida Provisória, que vêm atingir fatalmente a educação brasileira, dificultando o acesso dos alunos das escola pública à universidade pública em favor de uma elite, que somente ela usufrui de um nível superior de formação.

PROPOSTAS

A definição de um piso salarial nacional digno para os professores e profissionais administrativos no ensino fundamental e médio, bem como investimento na estrutura física/equipamentos para ensino aprendizagem de qualidade serão determinantes, para que haja uma universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva.

Necessário construir coletivamente uma estratégia de ação, caso contrário perder-se-á espaços que dificilmente serão reconquistados, dentro da Universidade Pública, por alunos advindos da Escola Pública. Deve-se promover um amplo debate com participação de diferentes sujeitos da educação e setores da sociedade, ou a formação dos jovens será ainda mais abalada.

Defender o discurso de que todos devem estudar numa mesma escola, mantida pelo poder público, com verba pública, voltada para os interesses da sociedade e não para um grupo de mercenários que vêm na educação um produto ao invés de um investimento para fins de desenvolvimento sócio cultura de uma nação.

O FIM DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

As primeiras universidades foram construídas no Brasil Império, logo após a chegada da família real, em 1808. Foi D. João VI que ordenou a criação de duas Faculdades de Medicina: uma na cidade de Recife e outra na cidade do Rio de Janeiro.

Naquela época, as pessoas nomeadas pelo rei para ocupar os cargos de direção dessas Faculdades alertaram Sua Majestade de que a boa formação médica exigia a existência de práticas clínica e cirúrgica realizadas também em um ambiente hospitalar.

Dessa forma, D. João VI determinou que o Hospital da Guarda Imperial e o Hospital dos Jesuítas seriam esses locais. Aí nascia, ainda na sua forma embrionária, no Brasil, a ideia de hospital-escola.

Os anos passaram, universidades públicas foram sendo criadas, sendo que as suas faculdades de medicina passaram a ser integradas também por hospitais-escolas, surgindo, assim, os hospitais universitários, vinculados e integrados às universidades públicas federais ou estaduais, verdadeiras extensões das respectivas faculdades de medicina e campo de ensino, aprendizagem e pesquisa de todas as áreas da Saúde, mas particularmente Medicina e Enfermagem.

Com a criação do SUS - Sistema Único de Saúde -, previsto na Constituição Federal de 1988, esses hospitais ganharam uma nova dimensão, constituindo-se em centros de alta complexidade na assistência em saúde e referências no SUS para essa finalidade. Mais do que isso, como hospitais integrantes do SUS, passavam a se submeter ao chamado controle social, firmando-se, assim, como instituições pertencentes à sociedade, e não mais ao Estado.

Para atender a tudo isso, a autonomia é elemento necessário e obrigatório, do mesmo modo que o seu regime jurídico administrativo de direito público também é.

Servidores públicos estáveis, reconhecidos como carreira pública de Estado, passam a ser um elemento de estabilidade, eficiência e continuidade institucional, implicando na formação de uma identidade própria junto à comunidade na qual

aquele determinado hospital universitário está inserido. Sem qualquer finalidade de lucro econômico, a sua finalidade única está no chamado lucro social.

No entanto, em pleno século XXI estamos assistindo à destruição desses hospitais-escolas. Os constantes ataques à saúde pública e à educação no Brasil têm causado uma asfixia de todo o sistema educacional (principalmente nas universidades públicas) e o colapso da saúde pública no país. Os hospitais universitários (HUs) são exemplos do maior ataque que a saúde e o ensino poderiam sofrer juntos e sem chances de defesa.

Estamos nos tornando o único país a não ter um hospital de ensino em suas universidades públicas.

O que esperar de um país que não investe na formação de qualidade dos futuros profissionais da saúde? Que futuro esperarmos desses alunos? Que assistência terão nossos doentes? Qual o futuro da saúde em nosso país? Que tipo de profissionais estamos preparando para cuidar do bem mais valioso que temos? "A nossa saúde".

O cenário que se apresenta no Brasil de hoje, como política pública para o setor da Saúde, é um projeto de desconstrução de tudo aquilo que foi conquistado com muita luta, por uma ação perversa da doutrina ideológica neoliberal, cujos preceitos não cabem no nosso texto constitucional.

Os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 estão sendo surrupiados dos cidadãos brasileiros por políticos corruptos e sem compromisso com o país, com seu povo e com as questões sociais que os afligem.

Os hospitais públicos federais universitários sofrem um processo de descaracterização de sua natureza jurídica, pois estão sendo transformados em filiais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH –, perdendo a sua vocação para o ensino e passando a existir prioritariamente para a função assistencial. Desse modo, aquela sua função acadêmica vai ficando cada vez mais desprezada.

A EBSEH assume a autonomia que um dia foi da universidade, destrói a carreira pública estatutária dos profissionais da Saúde desses hospitais, promove uma política de assédio moral generalizado, muda o perfil dessas instituições, redimensiona serviços e pessoal, implanta normas restritivas ao livre acesso para o atendimento médico da população, modifica, de forma arbitrária, turnos e setores de trabalho dos servidores públicos, desativa leitos hospitalares, cria inúmeros cargos comissionados, além de impor uma gestão empresarial absolutamente incompatível com a finalidade pública de um hospital-escola.

A redução de leitos hospitalares e de serviços leva a uma restrição à abertura de novas vagas para Residência Médica nesses hospitais.

Ao mesmo tempo, sob o manto da ideologia neoliberal, a assistência médica nos hospitais públicos universitários, por meio da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), passa a ser prestada sob uma lógica do lucro e não mais na do interesse público, tendo repercussões negativas na formação acadêmica de todos os profissionais da Saúde e nos projetos de pesquisa desses hospitais. Mais do que isto, a EBSEH ofende a Autonomia Universitária, consistindo-se numa ameaça ao pensamento livre nesses hospitais.

Para o Banco Mundial, a gestão da Saúde Pública deve ser feita pelo setor privado, por meio das Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Não Governamentais (ONGs) e EBSEH, a partir da transferência de recursos públicos para essas entidades, caracterizando, assim, a apropriação dos fundos públicos da Saúde pelo setor privado, o que, em todo o país vem revelando um resultado caótico.

HUs E A INEXEÇÃO CONTRATUAL PELA EBSEH

O compromisso de aumentar leitos, reativar leitos desativados, reabrir setores que estavam fechados e criar novos serviços não foi cumprido, entre outras cláusulas contratuais. Esse fator por si só poderia ser utilizado para a rescisão do contrato com essa empresa, ainda no primeiro ano de sua gestão, o que não ocorreu por falta de vontade política, pois é de ciência que a EBSEH nasceu para servir de cabide de cargos. Prova disso é que ela está sendo indiretamente gerida pelo DEM, e em cada estado há um político desse partido no comando.

Nos HUs em que a EBSEH foi implantada, muitas obras foram iniciadas e poucas foram concluídas. Nas que foram finalizadas, utilizaram-se materiais de péssima qualidade e com compras superfaturadas. As consequências dessa ingerência são paredes e tetos desabando.

Promoveram a desativação de lavanderia e serviço de nutrição, setores de extrema importância aos HUs, que operavam com qualidade (mesmo diante das dificuldades diárias enfrentadas por outros serviços públicos no país). Dessa forma, terceirizaram esses setores, bem como vários outros serviços (esterilização, manutenção, segurança, limpeza, laboratório, etc.). A qualidade desses serviços atualmente é péssima, os pacientes reclamam da comida, os lençóis retornam com mau cheiro (ranço de óleo) e manchas de secreções, além de sumir muita roupa de cama. Em alguns Hus, houve períodos de falta de dieta adequada aos pacientes sob nutrição enteral – ocorrendo manipulação de alimentos sem que o serviço possuísse alvará sanitário.

Os serviços terceirizados de manutenção são deficitários, fruto de falha nos processos de licitações e contratos com a atual gestão. Em algumas instituições, a manutenção dos aparelhos de ar-condicionado foi suspensa por meses, e há vários aparelhos estragados.

Pacientes acamados submetidos a temperaturas elevadas e muitas vezes apresentando hipertermia. Os servidores prestando assistência em situações adversas, principalmente em se tratando de ambientes insalubres como isolamentos, em que se exige paramentação completa. O calor dentro das enfermarias propiciou a infestação de insetos, tais como: moscas, baratas, pernilongos, etc. Além de várias enfermarias infestadas com piolhos de pombos.

FALTA DE DIÁLOGO E INCENTIVO DE CONFLITO ENTRE ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS

Não há diálogo entre as chefias e os estatutários, as decisões são tomadas de um dia para o outro. Servidores são remanejados repentinamente para outros setores ou são forçados a pedir mudança. Não são analisadas as questões pessoais dos servidores que já têm uma faixa etária considerável ou com algum agravo de saúde, de forma que lhes são atribuídas competências que sobrecarregam suas condições. Não há oitiva dos servidores quanto a suas experiências e saberes, pois as rotinas mudam em uma canetada, o que por vezes coloca em risco a assistência.

Há um discurso por parte da gestão durante o acolhimento dos novos concursados

pela EBSEH, que fomenta o conflito com os servidores estatutários: os estatutários são “dotados de vícios” e “são velhos, cansados e acomodados”. No entanto, quem capacita ou capacitou os trabalhadores da EBSEH são ou foram os estatutários, pois estes detêm o conhecimento do serviço e suas peculiaridades. Ao término do treinamento, os estatutários são ou foram remanejados imotivadamente para outros locais, sem aviso ou considerações técnicas.

A gestão da EBSEH não respeita os direitos dos estatutários, regidos pelo Regime Jurídico Único. Uma gestão verticalizada, autoritária e ditatorial. Não há abertura para diálogo, mas um regime separatista dentro da instituição, infringindo o direito à liberdade de expressão com ameaças de remanejamentos, aberturas de processos administrativos, etc.

O assédio moral resultante do abuso de poder por parte da gestão e das chefias imediatas da EBSEH é uma constante. Houve aumento significativo dos atestados psiquiátricos após a implantação da empresa. Muitos afastamentos e licenças médicas, servidores estatutários desenvolveram doenças autoimunes, síndrome do pânico e depressão, e até casos de suicídio ocorreram em alguns HUs.

FALTA DE MATERIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nessa gestão temerária da EBSEH, muitas mudanças na logística são impostas, mas as ordens vêm acompanhadas de redução de custo, que em verdade são desperdícios, denotando falta de planejamento, tais como: compra de soros inadequados, dos quais temos de utilizar volume de 500 a 1000 ml, para diluir medicamento que necessitaria de apenas 100ml, causando o descarte de 900ml. Além disso, o excesso de volume pode comprometer as condições clínicas dos pacientes.

Não bastasse, tudo isso agravado pela falta de material de consumo como fraldas, gazes, esparadrapos, compressas, agulhas, seringas, capotes, luvas, materiais para curativos, dentre outros, e ausência de órteses e próteses, tais como “stents” cardíacos, acarretando em suspensão de cirurgias. As situações descritas interferem na prestação de uma assistência de qualidade ao paciente, expondo os profissionais a riscos ocupacionais por falta de equipamentos de proteção individuais (EPIs) adequados, e submetendo a equipe a situação de estresse e doença. A falta de medicamento é uma constância, comprometendo o tratamento dos pacientes, principalmente no que tange à falta de antibióticos e antifúngicos, interrompendo esquemas e oportunizando a resistência e bactérias e fungos; aumentando o tempo de hospitalização e o gasto com medicações de última geração. Não há investimento em materiais de longa permanência tais como: respiradores, monitores, etc.; os que ainda existem funcionam de forma precária, pois estão sucateados. Muitos pacientes permanecem dias intubados em enfermarias com materiais improvisados e sem assistência médica adequada, pois não existe médico plantonista em muitas enfermarias. Pela lei, paciente crítico deve ser assistido nas 24 horas por médico, enfermeiro e técnicos de enfermagem. Costumeiramente são feitos ISOLAMENTOS de contato ou respiratório, IMPROVISADOS, o que coloca em risco todos os trabalhadores dos HUs, além de prestar uma assistência inadequada.

Tudo isso causa prejuízo ao atendimento dos enfermos, pois não conta com o necessário e adequado para o serviço, o que causa indignação aos servidores e risco a todos.

Quando reclamamos da situação somos veladamente ameaçados de remanejamento e taxados de “servidores problema”, “não somos exemplo”.

Como visto, a EBSEH, ao celebrar contrato, comprometeu-se a metas de desempenho, dentre elas a reativação de leitos, fechados por falta de recursos humanos. Entretanto, apesar de contar com corpo técnico-médico já concursado e empossado, a tão falada ativação dos leitos não ocorreu. Assim, caso não tenha havido uma nova pactuação prorrogando o prazo de reativação de leitos, a EBSEH, por não cumprir o pactuado, deu margem à rescisão contratual por inexecução do contrato.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os hospitais públicos universitários estão sendo totalmente desfigurados, desnaturalizados e transformados em hospitais empresariais, filiais de uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado – a chamada EBSEH –, com finalidade lucrativa e sem qualquer compromisso com a educação em saúde, uma verdadeira ofensa à Autonomia Universitária, uma verdadeira agressão à Democracia, já que passamos a ser conduzidos na forma de aparelhamento político, em que cargos comissionados são ferozmente ambicionados e disputados num ambiente nada diferente de um balcão de negócios, no qual interesses puramente pessoais e privados assumem primazia em detrimento de quaisquer interesses públicos, o que vem corroendo o nosso caráter de instituição de natureza social. É, portanto, um imperativo a imediata extinção da EBSEH – um verdadeiro câncer que está nos matando e fazendo sangrar ainda mais os cofres públicos da Nação, em um ambiente de lastimável imoralidade pública, fruto da insensatez e estupidez daqueles que hoje governam e decidem mal as coisas no nosso país.

Organização ou desorganização sindical?

Somos radicalmente contrários à submissão do movimento sindical aos partidos políticos. As ambições das massas trabalhadoras, não são necessariamente as ambições dos partidos políticos, eles visam exclusivamente o poder e as massas trabalhadoras visam à felicidade e a dignidade acima de tudo para as suas famílias.

Sabemos da importância dos partidos políticos dentro do sistema democrático e não existe democracia sem partidos políticos. Todavia, a constante intromissão dos mesmos dentro dos nossos sindicatos descaracterizou toda a nossa luta e objetivos com o passar dos anos, vide não lutarmos em 2017 pela Campanha Salarial 2018, para apenas ficarmos com foco no FORA TEMER.

As lutas contra a Reforma da Previdência, Terceirização, Congelamento por 20 anos ao limite do IPCA e Reforma trabalhista foram menos importantes que o FORA TEMER.

Este equívoco que podemos dizer, histórico, deixou ainda mais a vontade o desgoverno Temer que aproveitou-se dessas indecisões do movimento sindical, bastante combatido, onde muitos estavam e ainda estão focados apenas no ódio do Temer e ele (Temer) que não é bobo, alias, um grande oportunista a serviço do capital lançou o PDV e a Medida para “Modernização” da Gestão de Pessoas.”, com as seguintes medidas:

- Aumento do PSS para 14% para as remunerações superiores ao teto do RGPS;
- Reajustes postergados em 12 meses;
- Aumento de DAS cancelado;
- Ajuda de custo será limitada a uma única remuneração;
- Auxílio-moradia limitado a 4 anos, com decréscimo de 25% a cada ano;
- Extinção de 60 mil cargos no Poder Executivo;

- Reestruturação de todas as Carreiras do Executivo Federal;
- Redução dos salários iniciais e escala de progressão
- Aproximar as remunerações do serviço público ao setor privado;
- Redução do custo médio do servidor em 70%;

Como também temos que lutar pela implantação da OIT 151 (negociação coletiva), data base, direito irrestrito a greve e liberdade e proteção sindical a todos os militantes.

Sendo assim, continuamos a invocar toda a categoria para lutarmos todos juntos contra os desmandos do Governo Temer, **numa greve geral no serviço público federal por tempo indeterminado**, obviamente, também pela campanha salarial que foi simplesmente colocada de lado equivocadamente pela maioria das lideranças sindicais, o que nos condenou a ficarmos sem nada até 2020 ou 2021. Lembramos que 2018 até por força de Lei é ano eleitoral, onde seremos presas fáceis, aliás, como sempre fomos presas fáceis nos governos Lula e Dilma, imaginem agora nas mãos do serviço do grande capital, Temer?

Não somos contra o FORA TEMER, mas não aceitamos que isto seja a principal bandeira de luta como foi desde a queda da Dilma.

Entendemos que a luta tem que ser ampla e acusamos a maioria do movimento sindical por ter se omitido em relação à Campanha Salarial 2017/2018, verdadeira vergonha que nos condenou a alguns anos de congelamento, mas duvido que esta maioria fará uma autocritica a respeito.

Entendemos que caso tivéssemos lutado, poderíamos ter até ter perdido a campanha salarial. Mas pelo ao menos, todos nós cairíamos de pé e não como ovelhas como estamos caindo. Tudo isto esta se dando pela omissão da maioria esmagadora do movimento sindical.

Sendo assim, **repudiamos veementemente a subordinação da maioria do movimento sindical aos partidos políticos** e seus interesses mesquinhos, todos contrários aos interesses da categoria. **Mesmo sabendo que os partidos são peças fundamentais na democracia, porém, fora das organizações sociais, entre elas os sindicatos que pertencem apenas aos trabalhadores.**

Para encerrar queremos lembrar que o adiamento do CONFASUBRA de novembro de 2017 para maio de 2018 foi acertado, pois fizemos uma greve forte e que ajudou muito na luta contra a Reforma da Previdência.

Reforma Estatutária

- O mandato da diretoria da FASUBRA passa a ser de 03 anos improrrogáveis e se dará a partir da chapa eleita no XXIII CONFASURBA.
- É determinantemente proibida a participação de alunos e doentes como delegados de base nas nossas plenárias e congressos, bem como, eleger os mesmos a direção nacional e conselho fiscal da federação.
- Retornar o pagamento de 5% sobre a arrecadação do 13º salários das entidades de base para FASUBRA.
- Fundo de Greve recolhido para FASUBRA passa a ser de 25% da arrecadação do fundo de greve total das entidades de base.
- Rever desconto de 2.5%, dando nova redação com pagamento proporcional ao numero de dias em greve durante o mês vigente.
- Toda e qualquer doação a terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas deverão se dar da seguinte maneira:
- Direção Nacional poderá liberar até um salário mínimo,

- Assembleia do Comando de Greve poderá liberar até 3 salários mínimos e deverá constar do Informe de Greve.
- Plenária Nacional poderá liberar até 30 salários mínimos, acima deste valor fica proibida a liberação de recursos da federação, uma vez que a sua saúde financeira é um dever de todos nós zelarmos.
- Defenderemos a criação de um conselho de entidades, órgão consultivo e propositivo, composto por um membro de cada sindicato que deverá se reunir uma vez por ano com a direção da FASUBRA para debater os rumos políticos da federação.
- **Fazer estudos para reativar e derrubar a deliberação que a FASUBRA é contra as gratificações, uma vez que a partir de 2013 com a entrada da FUNPRESP esta salvaguarda perde totalmente a eficácia, além de prejudicar os novos TAEs.**
- **Rever para baixo o numero de diretores da FASUBA a partir do XXIV CONFASUBRA, propomos 15 diretores, não apenas por economia, mas também por praticidade, pois a federação funcionaria muito melhor com menos diretores eleitos.**
- Regulamentar os Plantões da FASUBRA, ele tem que ter função política bem definida, para que de fato tenham serventia estatutária. Entretanto, sem ingerência na pasta de Administração e Finanças que é quem administra a federação e subordinada ao pleno da direção.
- **Entrar em greve imediatamente após o XXIII CONFASUBRA em defesa da Carreira, Campanha Salarial, Contra Reforma da Previdência.**

Finalizando

Montem chapas dos TAES LIVRE em todas as assembleias de base, elejam delegados livres das amarras partidárias e venham todos para o XXIII CONFASUBRA, defender nossas teses dentro do PSLIVRE NACIONAL.

A nossa tese estará sempre aberta, ela pode melhorar sempre, sempre estaremos abertos ao diálogo e ao aprendizado com os novos (as) parceiros (as), entre nós não existem capismos. Portanto, esta tese está em constante atualização, ela é de todos os TAE Livres do país, ou seja, pessoas livres que não se submetem às correntes político partidárias e apenas são subordinadas às suas bases de trabalhadores.

Ser um TAE Livre organizado é fundamental, atualmente somos 95% dos desorganizados dentro das nossas IFES (bases). Portanto, temos que nos organizar e tomar as rédeas da federação.

Sendo assim, **mais uma vez pedimos que todos montem chapas em nome do PSLIVRE e venham para o XXIII CONFASUBRA.**

Pensamento Sindical Livre – PSLivre ■

“Manifesto por uma FASUBRA democrática, transparente, classista e combativa!”

Apresentação

Na última greve ocorreu uma rebelião das bases que questionou o desmonte do movimento e criticou os rumos da direção majoritária da FASUBRA. Uma parte importante dessa indignação está organizada através do “**Manifesto por uma FASUBRA democrática, transparente, classista e combativa!**”, movimento nacional de oposição que visa construir uma nova direção para a FASUBRA.

Um campo que se expressou em assembleias de base e na última plenária nacional de março, em Brasília, apresentando propostas para a campanha salarial 2018 e uma pauta da categoria constando temas como a retomada da luta contra a Ebserh. Nosso objetivo é mudar a política de pactos com os Lulistas e a orientação distanciada das bases que vigora atualmente.

Acreditamos que o Manifesto de janeiro e as propostas que levamos para a plenária nacional de março condensam o essencial do debate que devemos realizar. São, em nossa visão, textos fundamentais para o período congressual de nossa Federação e por isso são republicamos aqui como nossa tese ao XXIII Confasubra.

Boa leitura!

FASUBRA - PROPOSTAS PARA A PLENÁRIA NACIONAL DE MARÇO

1- Nossa prioridade é luta por salários, melhores condições de trabalho e contra o ajuste fiscal do governo Temer!

- O eixo da categoria deve ser organizar uma forte campanha salarial unificada dos servidores federais em 2018, conforme a deliberação da reunião unificada do FONASEFE e FONACATE dos dias 03 e 04 de fevereiro. Uma importante decisão, pois, temos que enfrentar ataques como a ausência de reajuste para 2018, o fim da estabilidade, ameaças as carreiras, desmonte orçamentário dos órgãos, etc.

- Nossa tarefa é lutar contra Temer, não defender corruptos como Lula. Apesar da importante decisão dos Fóruns dos SPFs, que não se somou à defesa de Lula, setores importantes dos federais, apontam um caminho perigoso ao colocar entidades fundamentais a serviço da defesa de Lula. É o caso da deliberação da direção da FASUBRA sob o manto de uma suposta “defesa da democracia”.

Nós trabalhadores já temos preocupações demais e não cabe a nós dispersar energias em prol de Lula, cujo partido, a frente do Executivo Federal, se corrompeu, adotou a mesma política hoje aplicada por Temer, vice de Dilma e cujos dirigentes se venderam e enriqueceram em esquemas ilícitos. Do mesmo modo que foram corruptos os governos FHC, Collor, Sarney, e os governos anti-operários dos generais da ditadura militar.

- Defendemos que os recursos para os servidores federais e para os serviços públicos devem ser retirados dos banqueiros e empresários. Defendemos que ao invés de ampliar gastos para intervenção militar esses recursos sejam destinados a programas sociais e aplicação das propostas de segurança pública elaborada por especialistas das universidades. Defendemos a suspensão do pagamento aos banqueiros na dívida interna e externa, o fim das isenções fiscais e da sonegação patronal.

2- A tarefa fundamental é batalhar por uma greve unificada dos SPFs!

- Já temos índice e calendário unificado, agora é preparar a greve. O lançamento da campanha salarial foi materializado na apresentação ao governo de nossa pauta de reajuste. Nós estamos reivindicando 25,63%, índice aprovado na Reunião Ampliada dos Fóruns.

- Infelizmente, uma debilidade da Reunião dos Fóruns foi não avançar na definição de uma data para iniciar a greve unificada dos SPFs como parte da campanha salarial, uma vez que o governo, apoiando-se na EC 95, já anunciou que não vai conceder aumento ao funcionalismo. Independente de que data seja, não tem como fazer campanha salarial sem organizar desde já uma forte greve pois sabemos que Temer e Maia não vão atender nossas propostas. Assim foi em 2012 e 2015 quando Dilma anunciou reajuste zero, mas a partir de fortes greves nacionais arrancamos reajustes. Hoje sob o governo de Temer, o contexto nos obriga a lançarmos mão da mais eficiente arma engendrada pelos trabalhadores em defesa de seus direitos e fazer uma forte greve unificada por tempo indeterminado que derrotará a EC 95 e todo o plano de ajuste fiscal de Temer e seus aliados, todos lacaios do mercado financeiro.

- Propomos que a FASUBRA indique uma data para ser levada aos Fórum dos Federais para deflagração da greve unificada.

- Propomos a retomada da luta nacional da FASUBRA contra a Ebserh, tendo com um dos eixos da campanha salarial a revogação da Ebserh em cada universidade e defesa dos trabalhadores dos HU's.

Manifesto por uma FASUBRA democrática, transparente, classista e combativa! 29 de janeiro

A classe trabalhadora mostrou ousadia em 2017, protagonizando a maior greve geral e a maior marcha a Brasília de nossa história. Esse processo de lutas, com um recorde de greves, impediu que se votassem a reforma da previdência. Os servidores da base da FASUBRA foram parte dessa batalha e estiveram na vanguarda do movimento. Temos que dar continuidade a luta contra o governo Temer e o ajuste fiscal. Infelizmente a direção majoritária da FASUBRA faz o oposto: desmontou a greve, não convocou plenária nacional em janeiro (nem em fevereiro) e tem como eixo defender Lula e participar dos palanques eleitoreiros do ex-presidente e nada fez contra o decreto que extingue cargos, o que desarma nossa categoria. É preciso que a base se manifeste contra esse absurdo e recoloca nossa Federação no caminho da mobilização contra a reforma da previdência e em defesa de nossa carreira, com deliberações permanentes das assembleias de base (que sejam respeitadas pela direção).

Barrar a reforma da previdência e combater o acordão que salva corruptos

O governo Temer, o congresso nacional e os empresários corruptos, querem acabar com nossos direitos. Pretendem votar o fim da aposentadoria em meio ao carnaval. No caso específico dos servidores federais, lutamos contra uma série de ataques já que há muitos anos tentam destruir os serviços estatais para destinar mais recursos para os juros da dívida interna e externa, seguindo as diretrizes do FMI. Por isso assistimos: PDV, PL das demissões e nesse

início de ano um novo ataque a nossa carreira por meio da extinção de cargos. Devemos organizar uma plenária nacional de sindicatos, federações, e centrais para organizar um calendário de mobilizações, atos estaduais, marcha nacionais nas próximas semanas, culminando com greve geral na votação da reforma. E o FONASEFE deve convocar greve dos SPF's por tempo indeterminando.

Um dos grandes obstáculos que enfrentamos em nossa luta são as direções burocráticas das Centrais Sindicais majoritárias, que optaram por suspender a greve geral de 30/06 e de 05/12. Ao invés de lutar pelo Fora Temer, optaram por negociatas de imposto sindical (R\$ 500 milhões), reuniões em Brasília ou realizar palanques eleitorais para Lula, como os atos em Porto Alegre e São Paulo em janeiro. Infelizmente essas centrais entraram no grande acordo nacional do PMDB, PSDB, PT, PCdoB e do STF permitindo a aplicação das medidas de ajuste fiscal e a salvação dos corruptos. Não houve protestos no julgamento da chapa Temer/Dilma, nem na votação da Reforma Trabalhista ou nas votações das denúncias contra Temer e nada está sendo feito contra a reforma da previdência em 2018. Somos contra esse acordo nacional que pretende salvar a pele de Temer, Aécio, Lula e todos os corruptos. É preciso lutar! Manifeste-se:

- Contra os planos de ajuste fiscal e reformas do Banco Mundial e do FMI; Solidariedade a luta do povo Turco e Iraniano; - Fora Temer, as reformas e todos os corruptos! Calendário de lutas e Greve geral contra a reforma da previdência, pela revogação da reforma trabalhista e da EC 95. - Contra o acordo do PMDB, PT, PSDB, STF, executivo, legislativo e a cúpula das centrais! - Punição e confisco dos bens dos políticos e empresários corruptos, das empresas envolvidas na Lava Jato; - Não vamos pagar pela crise! Em defesa dos salários, serviços públicos estatais, do emprego! Suspender o pagamento da dívida pública e destinar esses recursos para áreas sociais! - Confisco dos valores devidos pelas empresas sonegadas da previdência;

Unificar os que se rebelaram contra o desmonte da greve da FASUBRA

A greve da FASUBRA foi um importante exemplo da disposição de luta das bases no ano passado. Agrupou 40 universidades e, por meio de um piquete radicalizado no MPOG da marcha nacional com o FONASEFE, arrancou reuniões com MPOG, com o presidente da câmara e uma negociação específica entre a FASUBRA e o MPOG/MEC. O que demonstrou o acerto da greve e a importância de uma marcha unificada e o erro de quem não apostou na greve. A direção do FONASEFE bloqueou a greve dos servidores federais, centralmente pela atuação dos Lulistas que controlam a CONDSEF. Porém os setores de esquerda também tem responsabilidade. Infelizmente os setores de esquerda, com os quais temos lutas em comum, como a direção do ANDES-SN e SINASEFE, erraram ao não realizar uma greve da educação federal. Numa greve unificada teríamos mais força.

A base da FASUBRA sentiu a necessidade de se movimentar e impôs a greve. Porém, a maioria da direção da Federação atuou para evitar a greve nas plenárias nacionais e boicotou o movimento nas bases. Além disso votou o fim da greve no CNG do dia 05/12 enquanto as bases participavam do dia nacional de luta contra a reforma da previdência. Revoltada contra o desmonte da greve, 31 assembleias de base desacataram a ordem do CNG. As mais simbólicas assembleias ocorreram na UnB e UFRJ, quando os dirigentes nacionais da Fasubra foram as assembleias defender o fim da greve e saíram derrotados pelas bases. A direção manobrou os dados e não queria divulgar os resultados, numa atitude burocrática. A categoria

decidiu manter a greve, porém no dia 15/12, a maioria da direção desconsiderou as assembleias, decretou o fim da greve e extinguiu o CNG, numa traição. E mesmo com o novo ataque na carreira, não convocou plenária nacional.

Nesse processo ficou evidente que os dirigentes do SONHAR E LUTAR (impulsionado pelo MAIS), foram as lideranças desse recuo em parceria com os Lulistas, utilizando a greve apenas para adiar o congresso da FASUBRA e seguir no aparato da federação.

Na greve de 2016, essa direção majoritária da FASUBRA (bloco da esquerda com os Lulistas), já havia desmontado a greve antes da votação da PEC 55 num grande erro (alguns meses antes da deflagração da greve geral de abril). Fica evidente que não são capazes de encaminhar as lutas e que possuem um profundo acordo político com os pelegos Lulistas do PT e do PCdoB com os quais dirigem a Federação. Em contraponto a essa linha, surgiu um MANIFESTO agrupando militantes da UFRJ, UFF, Unirio, UFRRJ, UFPA, UFRA, UFRGS, UFAL, UFRPE, UFPE, UFAM, UFU e UnB, ativistas independentes e do COMBATE.

É preciso que os ativistas das 31 assembleias de base se manifestem e ajudem a construir uma nova direção democrática, transparente, classista e combativa pra Federação. Parte desta indignação começou a se organizar. No dia 21/12, no RJ, na sede do SINTUFF, ocorreu uma reunião onde foi definido constituir um Novo Movimento Nacional de Oposição de Esquerda para resgatar nossa Federação e recolocá-la em conexão com as bases, batalhando contra os dirigentes sindicais Lulistas que traíram nossas lutas e governaram contra os servidores. Precisamos nos organizar! Manifeste-se por:

- Em defesa da plenária nacional da FASUBRA urgente, conforme deliberado nas assembleias de UFRJ, UFF, UFU, UNIRIO e outras bases. E que os delegados respeitem e votem conforme as decisões da base da sua categoria, evitando repetir os erros da última greve onde se desrespeitou a vontade da base. Uma plenária para avaliar o fim da greve, reiniciar a luta contra a reforma da previdência e combater o ataque do decreto que ataca nossa carreira extinguindo cargos.

- Unidade dos representantes das 31 assembleias que desacataram a orientação da maioria da direção da FASUBRA do desmonte da greve, para dar coesão aos que assinaram o Manifesto. Por uma reunião nacional dos que desacataram o desmonte.

Se você concorda com essas propostas, entre em contato conosco. Vamos organizar a nossa indignação contra a governo e as burocracias sindicais. Manifeste-se também! Já se manifestaram militantes da UFRJ, UFF, UnB, UFRRJ, UFPA, UFRA, UFAM, UFU, UFRGS, UFLA ■



FASUBRA **Sindical**
Filiada à **CONTUA** **ISP** **CEA**

www.fasubra.org.br